

Estudos em Homenagem ao

Professor Doutor

JOSÉ AMADEU COELHO DIAS

Organização

Departamento de Ciências e Técnicas do Património

Departamento de História

I Volume

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Porto 2006

Ficha Técnica

Título: **Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias -
- I Volume**

Organização: **Departamento de Ciências e Técnicas do Património
Departamento de História**

Edição: **Faculdade de Letras da Universidade do Porto**

Concepção Gráfica: **Maria Adão**

Composição e impressão: **T. Nunes, Lda - Maia**

N.º de volumes: **2**

N.º de exemplares: **300**

Depósito Legal: **247245/06**

ISBN: **972-8932-17-0**

ISSN: **1646-0820**

*Os artigos publicados são inteiramente
da responsabilidade dos seus autores.*

Sumário

Palavras de apresentação

Elvira Cunha de Azevedo Mea, Fernanda Ribeiro, Luís Carlos Amaral, Elisa Cerveira 5

Prof. Doutor José Amadeu Coelho Dias: obra histórica

José Marques 7

Estudos

Robert C. Smith e o estudo da pintura votiva luso-brasileira

Agostinho Araújo 23

Oligarquia política e elite económica no Porto dos séculos XV e XVI

Amândio Jorge Morais Barros 49

A Formação da rede paroquial no Portugal medievo

Ana Maria S. A. Rodrigues 71

Espaço monástico: da Cidade de Deus à Cidade do Homem

Ana Maria Tavares Ferreira Martins 85

A Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade da cidade do Porto: a construção do hospital

Aníbal Barreira 109

Os Sousa Chichorro e as Ordens Militares: reflexões em torno desta linhagem

António Maria Falcão Pestana de Vasconcelos 119

O Claustro da Badia de Florença

António Matos Reis 141

As “Variações” de Octávio Sérgio: uma observação centrada em três peças

Armando Luís de Carvalho Homem 159

<i>Para uma mitanálise da fundação sagrada do reino de Portugal em Ourique</i>	177
Armando B. Malheiro da Silva, Alberto Filipe Araújo	
<i>A Recepção de Salústio na Antiguidade tardia e na Idade Média</i>	209
Arnaldo do Espírito Santo	
<i>Da Ermida da Mata à nova Igreja da Misericórdia da Póvoa de Varzim</i>	243
Deolinda Carneiro	
<i>António de Araújo de Azevedo – Conde da Barca: personalidade exemplar de coragem e dignidade</i>	279
Eurico de Ataíde Malafaia	
<i>Caminhos da imprensa católica em Portugal: o jornal “Estrela Polar” (Lamego, 1907-1908) e Artur Bívar</i>	295
Fernanda Paula Sousa Maia	
<i>Os Instrumentos de acesso à informação das instituições monásticas beneditinas: uma abordagem crítica</i>	307
Fernanda Ribeiro	
<i>Sobre o coberto arbóreo da Beira Interior nos finais da Idade Média</i>	321
Iria Gonçalves	
<i>A Arte e a Espiritualidade cartusianas em O Deserto de Manuel Ribeiro: 1879-1942</i>	351
João Francisco Marques	
<i>O Infante, a Covilhã e a Ordem de Cristo</i>	369
João Silva de Sousa	
<i>A Mãe e os irmãos de Jesus</i>	387
Joaquim Carreira das Neves	
<i>A Arquitectura religiosa, assistencial e militar da Comenda de Ferreira, na primeira metade do século XVI</i>	397
Joel Silva Ferreira Mata	

Palavras de apresentação

Ora et Labora, a célebre divisa da Regra de S. Bento, sintetiza o espírito da Ordem, toda uma norma de vida para religiosos que amam “a Deus de todo o coração, com toda a alma, com todas as forças” e nada querem “antepor ao amor de Cristo” (RB, 4,1,21;72,11).

Com esta frase procuramos tão só dar um esboço do perfil do nosso Frei Geraldo, ou seja, o Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias, um beneditino autêntico.

Natural da freguesia de S. Tiago de Lordelo, do concelho de Guimarães, monge da Ordem de S. Bento aos dezassete anos, foi ordenado sacerdote em 1958, tendo-se licenciado em Teologia no Pontifício Ateneu de Santo Anselmo de Roma, em 1960, onde também frequentou o Pontificium Institutum Biblicum, realizando depois o estágio bíblico-arqueológico no Studium Biblicum Franciscanum de Jerusalém (1961-1962).

Após uma grande experiência docente no Colégio e Escola Teológica de Singeverga, no Instituto Superior de Estudos Teológicos e no Instituto de Ciências Humanas e Teológicas do Porto, que dirigiu, licenciou-se na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1981), onde foi assistente da Secção de História e, em seguida, professor, depois da defesa da dissertação de doutoramento, intitulada *Hebreus e Filisteus na terra de Canaã. Nos pródromos da questão palestiniã* (1994), a primeira tese de História da Antiguidade apresentada na Faculdade.

A sua pesquisa prosseguiu com grande incidência nesta área, tendo realizado diversas viagens de estudo e investigação a Israel, Egípto, Síria, Líbano, etc., desenvolvendo temas de Orientalismo, Bíblia e Judaísmo, ao mesmo tempo que tem continuado a publicar sobre temas portugueses, ligados à Religião e Religiosidade Popular, Instituições Religiosas e Monásticas (Benedictinos/ Cistercienses), como o denotam os seus vários livros e muitas dezenas de artigos; uma verdadeira obra beneditina.

A partir de 1997, com a criação do Departamento de Ciências e Técnicas do Património, integrou-se na sua Secção de Ciências Documentais.

Em 2002, realizou as suas provas de agregação com grande brilhantismo, proferindo uma notável lição sobre *A Regra de S. Bento, Norma de Vida Monástica: sua problemática moderna e edições em Português*. “*Rectissima norma vitae*”, RB.73,13.

E de novo voltamos à Regra de S. Bento, à *Rectissima norma vitae*, que ao longo dos anos vimos ser realmente vivida pelo Frei Geraldo, o académico, cujo perfil beneditino se sobrepôs aos títulos, assistindo e participando em tudo, ensinando, ajudando, colaborando com o seu saber e com a sua humanidade imensa com docentes, alunos e funcionários.

Assim, e do mesmo modo no seu dia-a-dia de sacerdote e de cidadão, a sua postura beneditina torna-o “alguém que não se esquece”, com quem se pode contar, e, portanto, alguém cuja sabedoria, erudição e estatura moral elevada, aliada a uma disponibilidade total, levam a ser constantemente solicitado para as mais diversas funções, desde prior da sua Ordem a conferencista, pregador, celebrante dos actos religiosos marcantes de muitas famílias, animador cultural, director de retiros e confessor de comunidades religiosas, conselheiro e arrimo da “gente da Vitória”, da sua terra e daqueles com que se vai cruzando.

A todos tem dado o seu saber, o seu humanismo, o seu tempo, a sua vida, numa dimensão de labor, paciência e generosidade incomensuráveis.

Daí este conjunto de artigos em sua homenagem, abrangendo estudiosos de quadrantes científicos muito variados e áreas do saber tão diverso, como a Arquitectura, o Direito, a Filosofia, a Literatura, a Teologia, a Arte, a História, social, política, religiosa e cultural, da Antiguidade aos nossos dias.

Quatro dezenas de artigos, que na sua multiplicidade patenteiam bem os interesses do Frei Geraldo em vários ramos do conhecimento e, ao mesmo tempo, exemplificam como a sua personalidade rica e multifacetada granjeou amigos e admiradores tão diversificados, abrangendo duas gerações, como se verifica também nas *Actas do Colóquio de Homenagem a Frei Geraldo Coelho Dias*, intituladas *Em torno dos Espaços Religiosos – Monásticos e Eclesiásticos*, e publicadas pelo Instituto de História Moderna da Universidade do Porto (2005), de que o homenageado é membro fundador.

Todos estes estudos são ainda o símbolo de muitos outros que não foram escritos nem aqui caberiam porque não estariam no domínio da ciência mas sim no da afectividade, de que se revestem também estes trabalhos científicos.

É este Homem, este Professor, este Beneditino de corpo inteiro que queremos homenagear, ou melhor, a quem queremos agradecer o dom de nos ter mostrado concretamente como se pode procurar verdadeiramente Deus no outro, como o seu amor a Cristo tem revertido sobre nós ao longo da sua *rectissima vita*.

Bem haja, Frei Geraldo.

A Comissão Organizadora,
Elvira Cunha de Azevedo Mea
Fernanda Ribeiro
Luís Carlos Amaral
Maria Elisa Cerveira

José Marques

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

*Prof. Doutor José Amadeu Coelho Dias: obra histórica**

Tal como as pessoas bem formadas, também as instituições estão obrigadas ao dever de gratidão para com aqueles que dedicadamente as servem.

A Faculdade de Letras do Porto, que, já tantas vezes, tem cumprido, exemplarmente, este honroso e dignificante dever, acolhe, calorosamente, neste acto solene, quantos vieram associar-se à justíssima homenagem que hoje presta ao Sr. Prof. Doutor José Amadeu Coelho Dias, através dos Departamentos de História e de Ciências e Técnicas do Património, que tanto beneficiaram da exemplaridade da sua presença e da sua excelente colaboração docente e científica.

Quiseram os organizadores desta homenagem proporcionar-me a oportunidade de a ela me associar de forma activa, gesto que agradeço, embora reconheça que outros o poderiam fazer com maior brilho e mais vigor, sendo-me grato afirmar que, não obstante as minhas limitações no plano da oratória, aceitei sem qualquer reserva, pela muita estima e admiração que tenho por este Colega e Amigo, que, desde já, saúdo e felicito.

Não é possível apresentar, em breves minutos, a biografia do Prof. José Amadeu Coelho Dias e a extensa e importante obra histórica até agora levantada, que todos desejamos continue a ampliar por longos anos. Apesar disso, o facto de esta intervenção ter lugar imediatamente antes da abertura da exposição da sua bibliografia activa exige que aponte, com a necessária brevidade e clareza, as áreas especialmente privilegiadas pela investigação e produção histórica do nosso homenageado.

* Intervenção proferida aquando da sessão solene de homenagem, realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 6 de Dezembro de 2004.

Não obstante a mencionada angústia de tempo, antes de proceder à análise da sua obra, impõe-se recordar alguns aspectos biográficos, não para comprazer com alguma curiosidade, legítima e compreensível, mas porque estamos perante um caso exemplar, em que a biografia do autor e a preparação científica adquirida antes de iniciar o Curso de História e funções docentes nesta Faculdade, acabaram por ter um peso determinante e gravar uma marca indelével, muito positiva, em toda a sua obra.

Nascido em S. Tiago de Lordelo, Guimarães, 17 de Setembro de 1934, frequentou os estudos humanísticos e filosófico-teológicos no Mosteiro de Singeverga, onde professou como monge beneditino, em 1 de Outubro de 1951, sendo ordenado sacerdote, em 3 de Agosto de 1958. Nesse mesmo ano, foi enviado para Roma, onde, em 1960, concluiu a licenciatura em Teologia, no Pontifício Ateneu de Santo Anselmo, com 18 valores. De seguida, frequentou o Pontifício Instituto Bíblico, em Roma, e o estágio bíblico-arqueológico no «*Studium Biblicum Franciscanum*», em Jerusalém, em 1961-1962.

Tendo regressado a Portugal, entre as diversas funções que lhe foram confiadas dentro da Ordem de S. Bento, salientamos a de Prior-Administrador do Mosteiro de Singeverga, após a demissão do Abade vitalício, a de professor no Colégio e Escola Teológica de Singerverga e a de Director do Colégio de Lamego.

Em 1976 – quando a vida académica começava a entrar na normalidade – matriculou-se no Curso de História desta Faculdade, onde se licenciou, em 1981, com 16 valores, aqui se tendo doutorado, em 29 de Abril de 1994, com a mais alta classificação de «*aprovado por unanimidade, com distinção e louvor*».

Pelos elementos acima mencionados, verifica-se que, ao inscrever-se como aluno nesta Faculdade, Frei Geraldo, aparentemente um aluno como qualquer outro, na realidade era um aluno muito diferente, pela vasta e sólida preparação específica de que já dispunha, que muitos colegas e até professores não podiam avaliar em toda a sua riqueza e extensão. Para além da excelente preparação teológica e bíblica, adquiridas em Roma e na Palestina, e do domínio do francês, inglês e alemão, possuía também o do latim, do grego e do hebraico, absolutamente indispensáveis nas áreas dos estudos bíblicos e teológicos.

Com esta preparação, a que acrescia a do Curso de História, estava naturalmente indicado para reger as disciplinas a que esteve sempre ligado: *História Comparada das Religiões, Epigrafia e Numismática, Teoria das Fontes e Proble-mática do Saber Histórico, Civilizações Pré-clássicas, Instituições e Documentos e Cultura e Língua Hebraica*.

Quando iniciou a actividade lectiva nesta Faculdade, o então Assistente, José Amadeu Coelho Dias – ou, simplesmente, Frei Geraldo, como é geralmente conhecido –, tinha já uma larga experiência docente, que, associada à sua grande facilidade de expressão e ao interesse dos programas apresentados, logo lhe conquistaram a admiração dos alunos que enchiam, com agrado, as suas aulas.

Deste leque de disciplinas, merece particular referência a *História Comparada das Religiões*, em que o Professor Coelho Dias, expondo e comparando os conceitos com o rigor e clareza do teólogo, sabia estabelecer as semelhanças e diferenças, levando os alunos a reflectirem com entusiasmo sobre estas matérias, a ponto de sacudirem a crónica alergia que, por vezes, muitos manifestam em relação a assuntos de História e de Religião. A estima com que, frequentemente, muitos antigos alunos evocam as aulas de Frei Geraldo, são a melhor prova da harmonia perfeita entre a competência do Professor, as suas qualidades pedagógicas e o excelente relacionamento com os alunos, que não o esquecem.

Neste momento, prescindindo de muitos outros aspectos do *curriculum* académico do Prof. José Amadeu Coelho Dias, como a participação, com comunicação, em numerosos congressos e colóquios, em Portugal e no estrangeiro, desde a antiga União Soviética ao Brasil e por quase toda a Europa, e a sua integração em júris de provas académicas, importa, sobretudo apresentar as diversas áreas do saber que privilegiou na sua investigação, materializada em mais de cento e oitenta estudos, publicados em livros ou dispersos em, pelo menos, trinta e cinco revistas nacionais e estrangeiras e muitas outras publicações.

No intuito de fazer passar perante V.^{as} Ex.^{as} os principais centros de interesse da investigação realizada por Frei Geraldo, foi necessário agrupar os seus numerosos estudos segundo as respectivas afinidades temáticas, que passo a apresentar, sem qualquer preocupação de ordem temática ou cronológica, previamente estabelecida.

Começando pelos estudos dedicados às civilizações pré-clássicas, em que avulta a sua tese de doutoramento, intitulada *Hebreus e Filisteus na terra de Canaã. Nos pródromos da questão palestiniana*¹, em 2 vols., defendida publicamente, em 29 de Abril de 1994, vem a propósito observar que foi a primeira – e até agora a única – dissertação elaborada e defendida no âmbito das Civilizações Pré-clássicas, nesta Faculdade, abrindo-lhe a possibilidade de posteriormente se apresentar a provas de agregação.

O simples título desta dissertação, em si mesmo, talvez diga pouco a muitas pessoas, mas ganhará interesse, se atendermos a que a segunda parte do mesmo polariza os primórdios mais remotos e a explicação da interminável guerra que continua a travar-se pela posse das terras da Palestina, globalmente, coincidentes com a antiga terra de Canaã, desde os princípios do século XII a. C., disputada por Hebreus e Filisteus.

¹ Vols, I e II, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), 1993. (Inédita).

Nos casos seguintes, dispensar-nos-emos de repetir o nome do Autor, bem como os títulos das obras, expressos no texto, limitando-nos, por isso, a indicar, em rodapé, os elementos das referências bibliográficas necessários à identificação das mesmas.

Povos invasores, de todos conhecidos pela Bíblia, as suas campanhas bélicas pela posse desta terra, decorreram num período coincidente com as invasões dos chamados «*Povos do mar*», que devastaram as áreas e civilizações do Mediterrâneo oriental e do próximo Oriente, sendo, por isso, acusados e responsabilizados pela decadência e extinção da civilização do Bronze Tardio (Recente ou Final), abrindo, assim, o caminho à nova civilização do Ferro inicial.

Não se trata de uma tese de Arqueologia, mesmo que o autor tenha incorporado os contributos mais recentes e adequados ao tratamento deste tema. Particularmente interessante é, no entanto, a explicação sobre a origem e proveniência destes povos, e sobre a interpretação das expressões «*Grande Verde*» e «*Ilhas no meio do Grande Verde*»², referidas nos textos, expressões utilizadas como designativos de origem do Mediterrâneo Oriental ou do seu mero aparecimento nas ilhas do Delta do Nilo, donde preparariam o assalto às terras e povos mais próximos. De grande interesse são os capítulos dedicados à análise da instalação dos Hebreus, em Canaã, segundo o livro de Josué, mas, agora, observada à luz dos dados científicos da Arqueologia, aspecto que obriga a rever criticamente a leitura dos relatos bíblicos, numa dimensão mais próxima da realidade. Por sua vez, quanto aos Filisteus, que os textos bíblicos mencionam como instalados no sul de Canaã, note-se que representaram um forte obstáculo ao povo hebreu e respectiva cultura, que diversas vezes teve de se defrontar com eles.

Sendo os Filisteus considerados como um dos «*Povos do Mar*» chegados no tempo de Ramsés III (1198-1166 a. C.), mencionados nos textos bíblicos e egípcios, conhecem-se alguns aspectos da sua cultura material, nomeadamente: cerâmica, selos bastante primitivos e raros lugares do culto. Por tudo isto, embora se trate de um povo devidamente identificado, subsistem ainda muitos pontos escuros da sua história³.

Além da dissertação de doutoramento, o Prof. Coelho Dias publicou também outros estudos com incidência no âmbito do estudo das Civilizações Pré-clássicas, como: «*Filisteus em Canaã, uma culutura desaparecida?*»⁴ (1990), «*Os Povos do Mar*» e a «*Idade Obscura*» no Médio Oriente⁵ (1991) e «*Penetração e presença do Egípto em terras de Canaã*»⁶ (1992).

Encerro este ponto afirmando, de acordo com o que mais acima ficou exposto, que estes estudos não teriam sido possíveis sem a preparação bíblica que o

² O. c., vol. I, pp. 213 e ss.

³ O. c., vol. p. 298.

⁴ In «*Cadmo*», 1, 1991, pp.145-153 e in «*Actas do III Simpósio Bíblico Espanhol, I Luso-Espanhob*», Valência-Lisboa, 1991, pp. 105-116. Publ. tb. in «*Didaskalia*», Lisboa, ano XX, 1991, pp.199-210.

⁵ In «*Cadmo*», Lisboa, 1, 1992, pp. 145-153.

⁶ In *Actas do Colóquio Internacional: Sociedade, Religião e Literatura no Próximo Oriente Antigo*, «*Cadmo*», Lisboa, Instituto Oriental da FLUL, 10, 2000, pp.111-121.

seu autor possuía, ideia que será necessariamente reiterada a propósito de outras áreas da sua investigação.

À distância de mais de dois mil e quinhentos anos, Frei Geraldo ocupou-se também de uma pequena parcela do Povo de Israel na diáspora, que, sobretudo, a partir do século XIII se foi introduzindo de forma visível no território português, contribuindo, assim, para um melhor conhecimento das minorias étnicas e religiosas em Portugal, nos finais da Idade Média. Recordaremos, entre outros, apenas três estudos:

- o primeiro, *Uma relíquia epigráfica dos Judeus de Braga*⁷ (1982), em que, após uma síntese sobre os judeus em Portugal e em Braga, procede à leitura da breve inscrição hebraica da antiga sinagoga da Judiaria Nova de Braga, transferida para a actual rua de Santo António das Travessas – designação toponímica posterior à expulsão dos judeus decretada por D. Manuel I;

- o segundo, que sintetiza um conjunto de *Vestígios de presença judaica no Porto*⁸, de que saliento apenas a célebre inscrição de Monchique, que transcreveu, traduziu e comparou com a tradução de Samuel Schwarz, asseverando, entretanto, maior fidelidade literal;

- e, por fim, um terceiro intitulado *O Cabido da Sé do Porto e a comuna do Judeus. Por uma dobra e um açougue*⁹. Trata-se de um interessante artigo, em que, a partir de um contrato de aforamento feito pelo Cabido a diversos membros da comuna dos judeus, de uma composição e de duas sentenças – uma a favor do Cabido da Sé, outra a favor da Colegiada de Cedofeita – estuda não só as relações da comuna judaica com estas duas instituições cristãs da cidade do Porto, mas também aspectos da vida interna da comuna, intimamente ligados à sua mentalidade religiosa, concretamente, quanto ao abate dos animais, pelo que não se furtaram a sacrifícios monetários para poderem dispor de açougue próprio, dentro da judiaria.

Antes de se licenciar em História e de iniciar a docência universitária, Frei Geraldo já era teólogo e biblista, especialidades que o ensino e investigação histórica não sufocaram, bem pelo contrário, tendo encontrado tempo para colaborar em revistas da especialidade sobre temas bíblicos e teológicos de candente actualidade, podendo servir de exemplos os estudos sobre *Messianismo e Milenarismo na Bíblia*, com que participou na XIX Semana Bíblica Nacional, publicado na revista «*Bíblica*». Série Científica (Dez. 1996)¹⁰, *O labirinto milenarista: medos do*

⁷ In «*Mínia*», Braga, 2.ª série, ano V, n. 5 (6), 1982, pp. 38-56.

⁸ In «*Arqueologia*», Porto, 10, 1984, pp. 5056.

⁹ In «*Humanística e Teologia*», Porto, Tomo IV, fasc. 3, Setembro-Dezembro de 1983, pp. 321-358.

¹⁰ In «*Bíblica*». Série Científica, ano IV, Dezembro 1996, n.º 5, pp. 3-18.

passado, desafios do futuro (1998), *Milenarismo e os comentários ao Apocalipse de Brás Viegas, S. J. († 1599)*¹¹ (1999). Não obstante a impossibilidade de resumir e comentar o essencial destes estudos, em que, após a análise das passagens vetero-testamentárias, que fundamentam o *Messianismo* judaico, e das do Novo Testamento, em que radica a expectativa cristã do regresso de Cristo no fim dos tempos, fundamenta a esperança cristã na promessa de Cristo: – «*Não vos deixarei órfãos: voltarei para vós*» (Jo 14, 18), apontando a expectativa do reencontro dos cristãos com Cristo, senhor do tempo e da história, como a chave mais eficaz ou se pretendermos, os desafios para vencermos os medos do nosso tempo, tal como os nossos antepassados venceram temores bem mais graves, em condições mais difíceis. Esta mesma mensagem de esperança passou para subtítulo de uma nova versão do mencionado estudo com a seguinte formulação: *Messianismo e Milenarismo – símbolos reversíveis de esperança e de medo*¹². Pelo seu interesse e significado, é necessário citar, neste momento, mais este sugestivo estudo da sua autoria *Do sacrifício de Isaac a uma nova teoria do sacrifício*¹³, que remonta ao ano de 1986.

A marca da sólida preparação do teólogo e biblista perpassa na colectânea *Religião e Simbólica. O Sonho da Escada de Jacob*¹⁴, em que reuniu dezasseis estudos realizados – alguns proferidos como conferências – sobretudo no âmbito das disciplinas de História Comparada das Religiões e da Bíblia e Simbólica, esta leccionada na Escola das Artes da Universidade Católica, Centro do Porto, todos eles solidamente fundamentados em referências bíblicas, na Patrística e em doutores da Igreja, sem esquecer, quando necessário, o recurso à História.

Estudos feitos a pensar, prioritariamente nos seus alunos, foi também em jeito de continuidade do mesmo magistério que os destinou aos seus antigos alunos, dizendo textualmente: – «... *para os actuais alunos e para os muitos antigos, que durante vinte anos tiveram a paciência e o interesse de me ouvir e agora são também eles docentes e formadores da juventude, a todos esses queria dizer que é com a alegria de poder ser útil que entrego nas suas mãos esse trabalho tardio da minha colmeia mental*»¹⁵.

E não se pense que o Prof. Geraldo Coelho recorria à *Sagrada Escritura* apenas para fundamentar estudos como *Origem medieval do compasso – visita pascal. A bênção das casas*¹⁶, tradicional em todo o Minho (1992), porque foi

¹¹ In «Humanística e Teologia», Porto, 19, 1999, pp. 101-118.

¹² In *Religião e simbólica...*, 2001, pp. 125-147.

¹³ 2 vols, Porto, ed. do Autor, 1986. Trabalho de síntese para prestação de Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. (Policopiada).

¹⁴ Porto, Granito, Editores e Livreros, 2001. Edição patrocinada pelo Mosteiro de Singeverga.

¹⁵ In *Religião e simbólica...*, p. 14.

¹⁶ In «Lusitânia Sacra», Lisboa, 2.ª Série, n.º 4, 1992, pp.-83-98.

mais longe, intitulado um dos seus estudos posteriores *As festas na Bíblia*¹⁷, com particular incidência nas do Velho Testamento.

Na mesma linha de investigação se integra a sua participação, na XVIII Semana Bíblica Nacional, subordinada ao título *Do Sábado ao Domingo*¹⁸, cuja primeira parte versa sobre *O Sábado: O descanso é para a festa*, passando, de imediato, à caracterização das festas na Bíblia, e a segunda *Do Sábado Judaico ao Domingo Cristão*, bastando afirmar que as suas afirmações são justificadas com as respectivas referências escriturísticas.

E a série de seus estudos bíblicos continua com *O clamor dos pobres nos Profetas e o «Messias dos Pobres»*¹⁹, «*Felizes os que choram porque serão Conso-lados*»²⁰, a que devemos acrescentar *Os Patriarcas. As origens de um Povo*²¹. E a forte componente escriturística está igualmente patente em estudos relacionados com o monaquismo feminino, de que são expressivo exemplo as *Perspectivas bí-blicas da mulher e monaquismo medieval feminino*²², publicado na «Revista da Faculdade de Letras. História», em 1995, que contrapõe a imagem da mulher, vista à luz da fé, à imagem pessoa na das mães e das noivas chorosas perante as tragédias causadas pelo mar salgado das descobertas, deixando, ao mesmo tempo, entrever a fragilidade de muitos estudos relativos à história da mulher, que por aí correm, sem a devida fundamentação.

Note-se que esta série de estudos não o impediu de participar em numerosas actividades científicas e culturais, organizadas pela Faculdade a que estava ligado ou em que os seus docentes eram convidados a participar, sendo fácil detectar um novo pólo de investigação, centrado em temas marianos, que o levou a redigir as *Coordenadas do Culto Mariano*²³ para o catálogo da exposição efectuada em Arouca, a que se seguiram os estudos de âmbito regional muito preciso, como *Arquétipos do culto Mariano em Terras de Arouca*²⁴, intervenção efectuada na abertura da exposição mariana realizada em Arouca, em 1988, mas só publicada no n.º 1 da revista «Rurália», em 1990, e *Um certo Porto devoto no Porto do Liberalismo. A Arquiconfraria do Imaculado Coração de Maria*²⁵, a que se seguiram outros de carácter nacional, nomeadamente, *A devoção do Povo Português nos tempos*

¹⁷ In «Theologica», Braga, 2.ª Série, 31, 2, 1996, pp. 245-260.

¹⁸ In «Bíblica. Série Científica», Lisboa, Ano III, n.º 4, Novembro, 1995, pp.13-26.

¹⁹ In «*Os pobres na Bíblia e na vida de hoje: XII Semana Bíblica Nacional*», Lisboa, Difusora Bíblica, 1990, pp. 73-96.

²⁰ In «Communio. Revista Internacional Católica», Ano VIII, n.º 5, 1991, pp. 4-411.

²¹ In «*Génesis: do sonho à esperança da Terra Prometida*», Lisboa, Difusora Bíblica, 1987, pp. 131-152.

²² In «Revista da Faculdade de Letras. História», Porto, II Série, vol. XII, 1995, pp. 9-45.

²³ In *Nossa Senhora na devoção do Povo de Arouca*, pp. 18-21.

²⁴ In «*Rurália*», I, Arouca. Conjunto Etnográfico de Moldes, 1990, pp. 21-33.

²⁵ In «Humanística e Teologia», Porto, 14, 1992, pp. 383-392.

modernos (1987), *Nossa Senhora na devoção popular dos séculos XIX e XX em Portugal*²⁶, expressamente elaborado para o Congresso Mariológico-Mariano, realizado no Santuário Mariano de Kevelaer (Alemanha). Nesta linha dos estudos dedicados à temática do culto e devoção insere-se *O culto popular de São Bento: uma forma de terapêutica religiosa*²⁷, que estabelece a ligação com o sector da religiosidade popular, que Frei Geraldo Coelho analisou em vários estudos, de que basta salientar *Religiosidade popular e seus arquétipos fundamentais no concelho de Barcelos*²⁸, *Religiosidade popular e devoção das gentes do mar em Esposende*²⁹, *A Maia, o povo e a religião*³⁰ e *A Religião dos pescadores portugueses*³¹ para se verificar a profundidade e elevação com que tratou estes assuntos.

Se este conjunto de artigos patenteia uma das áreas que o homenageado tão bem desenvolveu, não podemos perder de vista a forte ligação que mantém com a sua terra natal, Lordelo, de que elaborou uma monografia, que despretensiosamente designou *Santiago de Lordelo. Concelho de Guimarães. Roteiro histórico da freguesia*³².

Idêntica ligação conserva com a Vila das Aves, onde já proferiu e publicou mais de uma dúzia de conferências, integradas na Jornadas Culturais anuais, aí realizadas, tendo desenvolvido os mais variados temas, sobre património construído, como é o caso d'*A Capela da Seca e a devoção a Nossa Senhora*³³, *Da Fábrica do “Rio Vizela” à Paróquia de S. Miguel de Vizela*³⁴, *Paróquia e cultura em Vila das Aves*³⁵, *Tolerância – o Homem, a Igreja e as seitas*³⁶, *A Cruz de Cristo e os cruzeiros da Vila das Aves*³⁷, ou mesmo para homenagear o *Conde de São Bento*³⁸, *Os Garrett's em São Miguel das Aves*³⁹, devendo o elenco de temas desenvolvidos nestas conferências ser enriquecido com outras de cariz mais erudito, como A

²⁶ In *De Culto Mariano Saeculis XIX-XX. Acta Congressus Mariologici-Mariani Internationalis In Sanctuario Mariano Kevekaer (Germânia) anno 1987 celebrati*. Vol. VI. *De Cultu Mariano saeculis XIX et XX usque ad Concilium Vaticanum II apud varias nationes*. Pars altera. Extractum. Romae, Pontificia Academia Mariana Internationalis, 1991, pp. 1-22.

²⁷ In «Revista da Faculdade de Letras. História», Porto, II Série, vol. X, 1993, pp. 233-244.

²⁸ In «Revista de Barcelos», 2.ª Série, 5, 1994, pp. 39-64.

²⁹ In «Portugália», Instituto de Arqueologia da FLUP. Nova Série, XVII-XVIII, 1996-1997, pp. 245-254.

³⁰ In «Actas do Congresso Cultura Popular», I, Maia: Câmara Municipal, 2000, pp. 97-105.

³¹ In «Oceanos», Lisboa, 47/48, 2001, pp. 114-134.

³² Lordelo. Edição da Comissão das Festas de S. Tiago, 1988, 129 p.

³³ In *Undécimas Jornadas Culturais de Vila das Aves*, 1997, pp. 89-133.

³⁴ In *Décimas Jornadas Culturais de Vila das Aves*, 1996, pp. 231-273.

³⁵ In *As duas primeiras Jornadas Culturais de Vila das Aves em 1987 e 1988*, pp. 11-29.

³⁶ In *Nonas Jornadas Culturais de Vila das Aves*, 1995.

³⁷ In *XIII Jornada Culturais de Vila das Aves*, 1999, pp. 97-130.

³⁸ In *Sextas Jornadas Culturais de Vila das Aves* [1992], pp. 99-137.

³⁹ In *Duodécimas Jornadas Culturais de Vila das Aves*, 1998, pp. 201-233.

*sabedoria dos mais velhos: a Revelação Bíblica e a Solidariedade Humana*⁴⁰ ou, ainda, *Morte certa – hora incerta*⁴¹.

Tal como fez para a sua paróquia natal, também dotou a Vila das Aves – com o seguinte estudo *Vila das Aves – História da Paróquia e sua toponímia*⁴².

A sua participação, anualmente, nestas actividades, de que não é dispensado pelos organizadores, para além do nível que imprimiu a estes eventos de âmbito local, constituiu também uma forma de apoio às actividades culturais da paróquia e um sinal de abertura da Faculdade ao meio, a que pode fazer chegar a sua influência e presença, através dos seus docentes.

Acima de tudo, o Prof. José Amadeu Coelho Dias é um monge beneditino e, olhando para a sua produção historiográfica, é forçoso concluir que, a seguir à tese de doutoramento, a área de investigação a que dedicou mais estudos foi, sem dúvida, a história da Ordem de S. Bento, a que pertence, situando-se, por isso, ao nível dos grandes historiadores da própria Ordem, como Frei Leão de São Tomás, Frei António da Assunção Meireles e Frei Francisco de S. Luís, o conhecido Cardeal Saraiva, aos quais todos estamos imensamente gratos pelas informações que nas suas obras nos transmitiram, evitando que aspectos significativos da história beneditina em Portugal se perdessem na turbulenta voragem dos tempos, subsequentes à publicação do decreto de extinção das Ordens Religiosas, de 28 de Maio de 1834.

Conhecendo perfeitamente o ofício de historiador, dominado pela paixão de conhecer o passado da Ordem em que está integrado, há cinquenta e três anos, desde a profissão religiosa, em 1951, e conhecendo bem os Arquivos Distritais de Braga e do Porto, bem como o Nacional da Torre do Tombo e o do Vaticano, e tendo ao seu dispor o do Mosteiro de Singeverga, onde se guarda abundante documentação relativa a antigas comunidades beneditinas, não admira que o desejo de aprofundar o conhecimento da história da Ordem o impelisse a dedicar-lhe o tempo disponível.

O resultado desta preocupação de aprofundar o conhecimento histórico da sua Ordem traduziu-se em vinte e seis artigos – não podendo garantir se este número é exaustivo – que projectam imensa luz, quer sobre os mosteiros beneditinos no seu conjunto ou apenas sobre alguns, estudados individualmente, quer sobre alguns membros da Ordem ou sobre as diversas edições da *Regra de S. Bento*, feitas em Portugal e no Brasil, e ainda sobre outras edições de livros, levadas a bom termo por esta Ordem monástica, incidindo também alguns dos trabalhos do nosso homenageado em aspectos patrimoniais e de reflexão monástico-religiosa ou

⁴⁰ In *Séptimas Jornadas Culturais de Vila das Aves*, 1993, pp. 13-36.

⁴¹ In *Oitavas Jornadas Culturais de Vila das Aves*, 1994, pp. 29-59.

⁴² Ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1993, 87 p.

do quotidiano de algumas comunidades femininas. Quer isto dizer que o número e variedade dos estudos que o Prof. José Amadeu Coelho Dias, a pretexto dos mais variados motivos e reuniões científicas, foi escrevendo sobre a Ordem de S. Bento em Portugal, quer se trate dos tempos medievais, modernos ou contemporâneos, quer de aspectos de natureza institucional, cultural ou mesmo biográfica, é suficientemente vasto para poder reuni-los tipologicamente, a fim de sobre eles emitir rápidas impressões de conjunto, sem perder de vista que elaborou também outros estudos de natureza monástica ou simplesmente religiosa-mendicante, que não se podem integrar no esquema acima esboçado, mas que, nem por isso, deixarei de apreciar.

Para não deixar suspensas as afirmações feitas, pode-se afirmar que no estudo *O Mosteiro de Tibães e a Reforma dos Beneditinos portugueses no século XVI*⁴³, Frei Geraldo Coelho Dias, após uma síntese sobre a crise monástica que atingiu os Mosteiros Beneditinos, desde finais do século XIII até meados do século XVI, expõe o processo de reforma das comunidades beneditinas, levada a cabo pelos reformadores Frei Pedro de Chaves e Frei Plácido de Vilalobos, para o efeito enviados pelo Abade Geral, D. Fr. Diogo de Lerma, tendo o Mosteiro de Tibães passado a ser a casa-mãe da Congregação Beneditina portuguesa, ficando-se a saber também que, em 1569, os beneditinos professos eram apenas 85, dispersos por dez mosteiros e que Tibães tinha 15, enquanto o de Arnóia contava apenas três monges, número absolutamente indispensável para se poder dizer que havia comunidade religiosa.

Nesta rubrica urge incluir outros estudos, como *Os Beneditinos Portugueses e as sequelas da Revolução Francesa na «Arcádia Tibanense»*⁴⁴ e *Os Beneditinos e as vicissitudes do Mosteiro de S. Bento da Vitória*⁴⁵.

Para responder a diversas solicitações ou assinalar algumas efemérides, o Prof. José Amadeu Coelho Dias elaborou estudos exclusivamente consagrados a mosteiros individuais, pondo, assim, em relevo aspectos até então desconhecidos, relacionados com cada um deles, como se pode verificar pelos seguintes títulos: *O Mosteiro de Pombal e os Beneditinos nas origens de Felgueiras*⁴⁶, em que estuda a acidentada vida deste concelho em paralelo com a do importante mosteiro beneditino local, cuja grandiosidade se pode avaliar pelo que ainda subsiste, ou *O Mosteiro de Tibães no tempo de D. Lourenço Vicente (1374-1397)*⁴⁷, *O Mosteiro*

⁴³ In «Revista de História». Centro de História da Universidade do Porto, vol. XII, 1993, pp. 95-133.

⁴⁴ In *Actas do Colóquio "A Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil"*, vol. II, Porto, FLUP, 1992, pp.151-196.

⁴⁵ In *Comemorações do 4.º Centenário da Fundação do Mosteiro de S. Bento da Vitória: Actas do Ciclo de Conferências*, Porto, Arquivo Distrital do Porto, 1997, pp. 25-40.

⁴⁶ In «Felgueiras-Cidade», Ano I, 1, 1993, pp. 39-52.

⁴⁷ In «Theologica», 2.ª Série, 33, 2, 1998, pp. 301-311.

das *Beneditas de Bragança e as visitasões do Bispo diocesano*⁴⁸, que, através das cartas de visitação e de outras fontes para o efeito reunidas, nos ajuda a conhecer um pouco da sua vida interna e das obras aí realizadas.

Nesta mesma série integram-se *O Mosteiro de Rates e os Beneditos*⁴⁹, bem como os dois artigos dedicados aos quatrocentos anos da fundação do Mosteiro da Vitória, de cujas comemorações centenárias foi o principal impulsionador, contando, é certo, com o apoio do Arquivo Distrital do Porto, aí sediado, a que acrescentou um terceiro, intitulado *S. Bento da Vitória e D. Gabriel de Sousa*.

Embora um pouco à margem desta rubrica, não queremos omitir a referência ao artigo *O órgão do Mosteiro de Pombeiro – (Felgueiras)*⁵⁰, em que, após referir a construção dos órgãos de vários mosteiros da Ordem, a partir das informações constantes dos *estados* ou relatórios trienais deste Mosteiro, nos permite acompanhar as fases da sua construção e conservação e conhecer as despesas e outros pormenores com ele relacionados.

O assíduo convívio com a antiga documentação beneditina estimulou-o a fazer emergir algumas figuras de beneditinos que sobressaíram no contexto da Ordem ou mesmo nos planos cultural ou político. Assim, começando por este último aspecto, deu a conhecer que o abade do Mosteiro de Bustelo, D. João Domingues, participou nas Cortes de Coimbra, de 1385, que aclamaram o Mestre de Avis Rei de Portugal, D. João I, sabendo-se também que ele e o seu convento beneficiaram de alguns privilégios régios⁵¹.

Prosseguindo no estudo de beneditinos célebres, brinda-nos com mais dois títulos deveras aliciantes, com repercussões no campo da arte e no domínio da literatura, respectivamente: *O beneditino D. Gonçalo de Moraes, bispo do Porto*⁵² (1602-1617), e *a transformação artística da capela-mor da Sé Catedral, e Frei João dos Prazeres, O. S. B. A polémica monástica e a literatura emblemática*⁵³.

A lista dos estudos sobre a Ordem Beneditina realizados pelo Sr. Prof. Doutor José Amadeu Coelho Dias é muito mais extensa e, apesar de não querer abusar da paciência de V.^{as} Ex.^{as}, peço licença para aludir a um conjunto de três artigos sobre aspectos da missão portuguesa, quer procedendo a *Uma releitura da obra*

⁴⁸ In *Páginas de história da Diocese de Bragança-Miranda. Actas do Congresso Histórico 450 Anos da Fundação*, 1997, pp. 445-468.

⁴⁹ In «Boletim Cultural Póvoa de Varzim», vol. XXXIV, 1998-1999, pp. 71-86.

⁵⁰ In «Revista de História». Centro de História da Universidade do Porto (CHUP)., vol. XIII, 1995, pp. 119.130.

⁵¹ *O Abade Beneditino de Bustelo nas Cortes de Coimbra de 1385*, in «Revista da Faculdade de Letras. História», Porto, II Série, vol. III, 1986, pp. 255-270.

⁵² In *I Congresso sobre a Diocese do Porto: Tempos e Lugares de Memória*, vol. I, Porto-Arouca, 2002, pp. 265-296.

⁵³ In «Revista de História», CHUP, separata do vol. II, 1979, 17 p.

*cristianizadora dos portugueses no século de Bartolomeu Dias*⁵⁴, *A Evangelização: Portugal e a política externa da Igreja no século XV*⁵⁵, este último elaborado, essencialmente, a partir de várias dezenas de bulas emanadas da Chancelaria Pontifícia sobre esta delicada questão, a que acrescentou um interessante artigo sobre o voto dos beneditinos dos tempos modernos de passarem além do mar, como forma de assegurar a continuidade do trabalho missionário.

Para terminar este percurso pela obra histórica do homenageado, gostaria de recordar dois estudos relacionados com as preocupações editoriais dos beneditinos portugueses, que, desde 1588, procuraram dispor de edições da *Regra*, dos livros litúrgicos específicos da Ordem, dos regulamentos, dos documentos régios de interesse para a Congregação, dos planos de estudos, etc., tendo as edições da *Regra*, feitas em Portugal e no Brasil, constituído o objecto da sua lição de agregação – *Problemática moderna da Regra de São Bento e suas edições em português. Lição de síntese*⁵⁶ –, cuja publicação seria extremamente útil e já demora.

Mas a sua obra histórica e literária é mais extensa e não poderia omitir a referência à tradução, apresentação e notas com que enriqueceu a edição do texto de Bernardo de Claraval – *Apologia para Guilherme, Abade*⁵⁷, prestando, assim, um notável serviço a quantos estão radicalmente impossibilitados de aceder a estes textos em língua latina. Também não poderia ficar sem referência um breve, mas interessante estudo sobre a divisa beneditina «*Ora et labora*»: à procura da origem da divisa beneditina⁵⁸, cuja formulação não parece ser anterior ao século XIX, embora o seu espírito remonte à vontade de Santo Fundador.

No seu vasto labor editorial, impõe-se registar, igualmente, a direcção da obra colectiva sobre *Cister no vale do Douro*⁵⁹, de que foi um dos colaboradores, com a *Introdução*⁶⁰ e o capítulo *Cister: Irradiação de espiritualidade e cultura*⁶¹, a sua intervenção directa no volume dedicado ao Mosteiro da Maia, intitulada *O Mosteiro de São Salvador: Os Crúzios em Moreira da Maia: História e Arte*⁶² e na preparação da edição da obra de D. Gabriel de Sousa – *Subsídios para uma «Biblioteca Benedictina Lusitana»: Escritores beneditinos naturais da cidade do*

⁵⁴ In *Congresso Bartolomeu Dias e a sua época. Actas*. Vol. V, Porto, 1989, pp. 455-468.

⁵⁵ In «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira», vol. LIII, 1995, pp. 237-267. Publ. tb. in «Revista da Faculdade de Letras. História», Porto, II série, vol. XIV, 1997, pp. 139-166.

⁵⁶ Faculdade de Letras, 2002, 48 fls. (Inédita).

⁵⁷ In «Mediaevalia». Textos e estudos, Porto, vol. 11-12, 1997, pp. 7-76.

⁵⁸ In «Humanitas», Coimbra, n.º L, 1998, pp. 293-298.

⁵⁹ Edições Afrontamento, 1999.

⁶⁰ In *O. c.*, pp. 15-17.

⁶¹ In *O. c.*, pp. 19-42.

⁶² In *O Mosteiro Crúzio de Moreira. História, Arte e Música*, Paróquia de Moreira da Maia, 2000, pp. 24-46.

Porto⁶³, que apresentou, traçando-lhe, ao mesmo tempo, um sentido «*in memoriam*», sob o título *Apresentação e memória*⁶⁴, a que se deve acrescentar o elogio que lhe traçou na Academia Portuguesa da História: *Dom Gabriel de Sousa, OSB. Monge e Académico, Autor de “Escritores Beneditinos naturais da cidade de Lisboa»*⁶⁵.

Aponteí, em traços rápidos, as principais linhas da obra histórica do Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias, que se entregou à investigação histórica, com o mesmo afincamento que abraçou a docência, sem abandonar o interesse dedicado aos seus primeiros amores, que foram a Teologia e a Sagrada Escritura. Face a tão extensa e valiosa obra histórica, de que apenas mencionei os estudos indispensáveis para caracterizar as áreas mais frequentemente visitadas na sua qualidade de investigador, embora consciente de que a pressão do escasso tempo disponível obrigou a remeter os interessados para o extenso catálogo da exposição que vamos visitar, é com muita admiração que o louvo e felicito, direi mesmo, que todos o louvamos e felicitamos.

Neste momento, a terminar este breve excuro através da sua obra, desejo também:

- evocar e agradecer a disponibilidade do Colega e Amigo, sempre disponível para, além do serviço que lhe era distribuído no Departamento de História, colaborar na docência no Curso de Especialização em Ciências Documentais e, depois, na licenciatura em Ciência da Informação, bem como em congressos e colóquios e na «Revista da Faculdade de Letras. Série História», e na «Revista de História», que muito lhe devem;

- evidenciar a generosidade do Professor de fácil acesso, a que muitos antigos alunos se dirigiam em busca do apoio de que tinham necessidade;

- agradecer ao Colega e Amigo a simplicidade de trato, o espírito de sacrifício com que sempre assumiu uma carga horária superior à que legalmente lhe podia ser exigida para facilitar a distribuição do serviço lectivo e dizer-lhe que os Colegas não esquecem esses gestos;

- dar testemunho e agradecer ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias a excelente lição que a todos deu de profissional competente, na docência e na investigação, de dedicação ao serviço da Faculdade e de excelente relacionamento com os Colegas, Alunos e Funcionários.

⁶³ Porto, Organização do Arquivo Distrital do Porto, 1997, 245 p.

⁶⁴ In *O. c.*, pp.VII-XVI.

⁶⁵ Em *In memoriam de D. Gabriel de Sousa, OSB*. Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2001. pp. 37-40, seguida da bibliografia do saudoso extinto, que, cuidadosamente, organizou (pp. 43-71).

JOSÉ MARQUES

Por tudo isto e interpretando o sentir geral, resta-me desejar-lhe longos anos de vida e muitas felicidades, agradecendo, ao mesmo tempo, à Ordem de S. Bento por ter autorizado um dos seus membros mais ilustres a colaborar connosco, ao serviço da Cultura, nesta Faculdade.

Bem haja!

Porto, 6 de Dezembro de 2004.

Estudos

Agostinho Araújo

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

*Robert C. Smith e o estudo da pintura votiva luso-brasileira**

Resumo

Entre 1964 e 1972 Robert Chester Smith publicou cinco estudos sobre ex-votos pintados portugueses, incluindo um olhar atento à presença desta arte no Brasil dos séculos XVIII e XIX. Outras referências, dispersas por diferentes textos, confirmam o interesse e a decisiva contribuição do historiador norte-americano na matéria, que ainda não foram devidamente reconhecidos.

Procura-se por isso esclarecer que a sua abordagem, erudita, dinâmica e sempre apaixonada explorou certos insubstituíveis documentos visuais, mas soube ultrapassar o dever do *expert* em mobiliário, seleccionando exemplos e argumentos para uma importante valorização crítica.

E que em tal percurso contou, tal como de há muito se sabe em relação às áreas dominantes do seu trabalho, com a receptividade entusiasta e colaborante dos estudiosos e do público interessado.

Abstract

Between 1964 and 1972, Robert Chester Smith published five studies on painted Portuguese woodcarvings, including an attentive look at this art form in Brazil, particularly in the 18th and 19th centuries. Further references confirm the interest and decisive contribution of the North American historian on this matter, which has not been properly recognized yet.

* Da comunicação apresentada ao *V Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte - "A Arte no Mundo Português dos séculos XVI-XVII-XVIII"* (Faro, Universidade do Algarve, 25 a 29 de Setembro de 2001) este texto constitui uma versão revista e também ampliada, mormente com aporções documentais. Lamentando não nos ter sido possível concluí-la em tempo útil para as respectivas Actas, queremos todavia manifestar aqui o nosso reconhecimento aos colegas do Departamento de História e Arqueologia da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais daquela Universidade, Professores Doutores José Eduardo Capa Horta Correia e Francisco Ildefonso da Claudina Lameira, Comissão Organizadora que nos honrou com o seu convite para participar naquela reunião científica.

The overriding aim is to highlight how his approach went beyond the use of certain irreplaceable “visual documents”, by selecting examples and arguments towards a significant critical appreciation.

And to that end, he counted on the enthusiasm and collaboration with which the scholars and the interested public received his work.

Ponto de partida

Robert C. Smith¹ não olha como um antropólogo. O conceito de ex-voto que o ocupa² é histórico e restritivo, circunscreve-se à *tabula picta*, ou, mais precisamente e dentro desta, à sua tipologia narrativa. Viria a percorrê-la, com efeito, em sondagens breves mas fulgurantes, na cronologia central que vai da segunda metade do século XVII até “aos bons tempos de D. Luís (...), último reinado em que valeram as pinturas de ex-voto, como fontes de informações específicas sobre a indumentária e o mobiliário portugueses, tendo sido, pouco a pouco, substituídas por retratos fotográficos ou efígies de cera (...)”³.

Na verdade, o que, inicialmente, move o historiador norte-americano é um valor documental específico, o que, de resto (embora sem consequência...), já fora apontado, e de maneira bem sugestiva, anos atrás: “Não deixaremos de citar um elemento curioso e típico que tem de ser consultado. É uma manifestação enternecida que a crença religiosa tem produzido. Especialmente nas sacristias das igrejas, é vulgar encontrarem-se recordações votivas que são, ao mesmo tempo, documentos ingênuos em que se patenteiam momentos aflitivos de doença ou de adversidade. Desenhos, aguarelas, toscas iluminuras ocupam centenas de quadros dependurados piedosamente.

Representam-se neles, interiores, como quartos de dormir, salas de estar e outros aposentos, decorando-os de mobiliário, e pintando as cenas, os aspectos a recordar, com certa minudência, às vezes. O artista ou o *curioso* desce a pormenores interessantes. Por isso, não é raro observar nesses *descritivos* muitas peças de móveis antigos cuja forma e ornamentação não é ocioso fixar, levando, é claro,

¹ Vd., por todos, AA. VV. - *Robert C. Smith 1912-1975. A investigação na História de Arte*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

² SMITH, Robert C. - “Alguns Ex-Votos do Museu Etnográfico da Póvoa de Varzim”, *Boletim Cultural Póvoa de Varzim*, vol. III, n.º 2. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 1964, pp. 167-176 (6 ilustrações; com separata); IDEM - *Pinturas de ex-votos existentes em Matosinhos e outros santuários portugueses*. Prefácio de Manuel Seabra. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos, 1966 (15 pp., 26 ilust.); IDEM - “Ex-voto paintings of the late 18th. century”, *The Journal of the American Portuguese Cultural Society*, vol. I, n.º 2. New York: s/n, 1967, pp. 21-30 (4 ilust.); IDEM - “Duas tábuas votivas do norte de Portugal”, *V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Coimbra, 1963. Actas, vol. V. Coimbra: s/n, 1968, pp. 117-121 (2 ilust.; c/ sep.); e IDEM - “O carácter da tábua votiva luso-brasileira”, *Colóquio Artes*, n.º 6. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, pp. 58-62 (9 ilust.).

³ IDEM - *Pinturas de ex-votos existentes...*, ob. cit., p. 14.

em linha de conta, a fantasia e a deficiência do trabalho. Há centenas, para não dizer milhares, desses elementos, espalhados, de preferência, pelos santuários de maior devoção. Esse costume data de tempos relativamente afastados, havendo espécimes do século XVII, XVIII e XIX que muito podem sugerir subsídios de estudo para o mobiliário português⁴.

Causa próxima

Possivelmente, já há algum tempo que Smith vinha a examinar e fotografar ex-votos pintados, para apoio visual de estudo; e a produção de diapositivos convinha em especial à ilustração das suas renomadas conferências sobre arte do Brasil e de Portugal, versando quase sempre os séculos de Seiscentos e Setecentos e os sectores de sua preferência, como o do mobiliário.

A época a que nos reportamos assistiu, aliás, a uma notável expansão do número e qualidade das acções de divulgação por parte dos investigadores do património arquitectónico e artístico⁵, e mais marcadamente em áreas tidas como de primeira linha na ânsia de um reconhecimento identitário nacional: “Numa sala do Palácio Foz, realizou-se uma sessão promovida pela Liga Católica Feminina, a que presidiu o Cónego Franco Infante, durante a qual o Eng.º Santos Simões falou acerca de *O Azulejo e o seu Contributo para a Iconografia Mariana*.

(...) Com o auxílio de diapositivos, o Eng.º Santos Simões mostrou alguns azulejos exemplificativos do tema em questão e terminou por afirmar que, na medida em que o azulejo é uma modalidade artística especificadamente portuguesa – na sua monumentalidade e aplicações – não é para admirar que os temas tirados da vida e mistérios de Nossa Senhora tenham tido nele um magnífico intérprete⁶.

Ora, no Verão de 1963, Smith começa a evoluir desta base documentalista e didáctica, em que avulta a instrumentalização da fotografia e mormente do diapositivo, ao aceitar um convite muito preciso formulado pelo historiador poveiro Flávio Gonçalves: “Tive o maior prazer em receber a sua prezada carta pela qual mando profundos agradecimentos assim como também pelas informações

⁴ BRITO, Nogueira de - *O Nosso Mobiliário*. Porto: Lello & Irmão - Editores, s/d (colec. “Enciclopédia pela Imagem”), p. 55. Note-se que Francisco Nogueira de Brito faleceu a 24 de Novembro de 1946 – cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XVIII. Lisboa / Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Limitada, s/d, p. 829.

⁵ Lembremos, por exemplo, a participação de Smith, ao lado de Reynaldo dos Santos, Carlos de Azevedo, Abel de Moura, Mário Tavares Chicó, Augusto Cardoso Pinto, João Miguel dos Santos Simões e João Couto, no *I Ciclo de Conferências de História de Arte em Portugal*, levado a cabo pela Gulbenkian entre 26 de Abril e 14 de Junho de 1961 – cf. PERDIGÃO, José de Azeredo, “Prefácio” a Robert C. Smith - *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça. Escultor beneditino do século XVIII*, vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, p. 13.

⁶ “Conferência”, *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 29 de Abril de 1961, p. 5.

e publicações que me deu. (...) Lembrando-me da sua amável proposta de visitar comigo a coleção de ex-votos do Museu da Póvoa de Varzim, queria dizer-lhe que tenciono lá ir terça-feira à tarde, em volta das três horas. Teria o maior gosto em encontrar V. Ex.^a no Museu a esta hora ou um pouco mais tarde. Se não lhe for possível ir, não é preciso avisar. Nesse caso, deixo em sua casa a pequena publicação minha que lhe queria oferecer (...)”⁷.

Na missiva seguinte a realização da visita está confirmada: “(...) Tenho o maior prazer em lhe mandar esta fotografia do quadro de Sta. Clara existente no Museu da Póvoa de Varzim, estimando que seja útil⁸ nos importantes estudos que está, com tanto brilho, realizando, dentro dos campos da iconografia e da história da arte”⁹.

Regressado mais uma vez a Portugal, pelos meados do ano seguinte o professor norte-americano preparava-se para acabar e entregar o seu primeiro artigo sobre pintura votiva, o que fez, de resto, sem demora: “Proponho, portanto, ir visitá-lo, se não tiver outro compromisso, no proximo Sabado dia 20. Podemos encontrar-nos no Museu da Póvoa as 14.30 horas. Levarei todos os negativos que tenho de tábuas votivas, para já começar a trabalhar¹⁰; (...) Tenho prazer em lhe dizer que tenho já pronta uma primeira versão do artigo, que me convidou fazer. Espero poder juntar as notas e fazer outros toques necessários antes de Domingo, quando gostava de ir para a Póvoa afim de lh’o entregar (...)”¹¹; Tive muita pena em não o ver hoje à tarde quando fomos à Póvoa, entregar o prometido estudo dos ex-votos¹²; (...) Mas consegui o essencial – que foi entregar-lhe o pequeno estudo que prometera¹³; (...) Mas, em todo o caso, queria entregar aquele manuscrito e fiz. Estou muito contente que o ache aceitável e, logo que voltar de Lisboa, por-me-ei em contacto consigo para marcar um encontro, quando poderemos tratar de este e de outros assuntos”¹⁴.

Método

Smith examinou numerosos ex-votos *in situ*, a grande maioria dos quais,

⁷ Carta de R. C. S. (Maia) para F. G. (Póvoa de Varzim), 1963/08/10. Agradecemos a consulta desta correspondência à Exm.^a Senhora Dr.^a Maria José Vales Fernandes, sem cuja generosa compreensão e amizade o desejado aprofundamento do nosso trabalho não teria sido possível.

⁸ Viria de facto a sê-lo, mas bastante depois, ilustrando um artigo elaborado a nosso pedido – cf. GONÇALVES, Flávio - “Duas notas vilacondenses”, *Boletim Cultural do Ginásio Clube Vilacondense*, n.º 6. Vila do Conde: Ginásio Clube Vilacondense, 1980, p. 54.

⁹ Carta de R. C. S. (Lisboa) para F. G. (Póvoa de Varzim), 1963/08/29.

¹⁰ Bilhete postal de R. C. S. (Maia) para F. G. (Póvoa de Varzim), 1964/06/15.

¹¹ Bilhete postal de R. C. S. (Maia) para F. G. (Póvoa de Varzim), 1964/07/22.

¹² Carta de R. C. S. (Maia) para F. G. (Póvoa de Varzim), 1964/07/26.

¹³ Bilhete postal de R. C. S. (Maia) para F. G. (Póvoa de Varzim), 1964/07/27.

¹⁴ Bilhete postal de R. C. S. (Maia) para F. G. (Póvoa de Varzim), 1964/07/28.

possivelmente, na circunstância de visitas programadas em função dos objectos, arquitectónicos e artísticos, prioritários no seu esforço. Já a deslocação a certos museus teve por certo uma motivação mais direccionada para o conhecimento dos *milagres*.

Mas sabemos ainda do seu interesse em aceder a casas de colecionadores: “Peço, ao mesmo tempo, que não se esqueça do meu desejo de ver a táboa votiva do Sr. José Régio (...)”¹⁵. Flávio Gonçalves não deixou, como sempre, de tratar do assunto: “Serve porém esta carta para lhe dizer que recebi um postal do Prof. Robert Smith confirmando o desejo que tem de ir, no próximo domingo, a sua casa, pelas 15h 30m, a fim de fotografar o ex-voto”¹⁶. Pelos começos da Primavera ainda tal não tinha acontecido: “O Prof. Smith já regressou da Itália, e tem estado comigo. Creio, todavia, que pensa fotografar as suas tábuas votivas só depois da Páscoa”¹⁷.

Não esquecia também a deambulação pelas lojas dos negociantes de antiguidades: “Estive rapidamente na Póvoa ontem à tarde, com um amigo coleccionador, e soubemos que o Dr. Gonçalves tinha estado na loja do sr. C., vendo ali o famoso retábulo, que quero ver no Sábado”¹⁸.

Como era habitual, executava quase sempre ele próprio as fotografias das peças escolhidas: “Estive hoje pela primeira vez na igreja de S. Torcato, onde fotografei alguns ex-votos”¹⁹. O editor da “dissertação sobre mobiliário português” enumeraria mesmo, entre os grandes méritos do opúsculo, e a par do “estilo notável pela sua sobriedade e excepcional acessibilidade de comunicação com o leitor”, o haver sido ilustrado “copiosamente com fotografias da sua autoria”²⁰.

Sublinhemos que, enquanto principal registo do objecto, a fotografia obrigava, pela sensibilidade e prazer que nisso punha - conjugados com larga experiência, aquisições de melhor equipamento e constante aperfeiçoar no convívio com os

¹⁵ Bilhete postal de R. C. S. (Maia) para F. G. (Póvoa de Varzim), 1964/12/13.

¹⁶ Carta de F. G. (Póvoa de Varzim) para J. R. (Vila do Conde), 1965/01/06 - cf. MARQUES, João Francisco - *José Régio e Flávio Gonçalves. Os caminhos de uma amizade*. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 1989 (sep. do *Boletim Cultural Póvoa de Varzim - Homenagem ao Dr. Flávio Gonçalves*, vol. XXVI, n.º 1), pp. 101-102.

¹⁷ Carta de F. G. (Póvoa de Varzim) para J. R. (Vila do Conde), 1965/03/09 - cf. IDEM - *Ibidem*, p. 106.

¹⁸ Bilhete postal de R. C. S. (Maia) para F. G. (Póvoa de Varzim), 1964/08/26. Cremos tratar-se do antiquário Joaquim Gonçalves Carneiro que negociava também em pintura votiva (informação oral que nos transmitiu o seu colaborador Sr. Alfredo Milhazes em 1977, quando preparávamos a *Exposição de Tábuas Votivas de Vila do Conde e seu Concelho*).

¹⁹ Bilhete postal de R. C. S. (Maia) para F. G. (Póvoa de Varzim), 1965/08/13.

²⁰ SEABRA, Manuel - “Prefácio” a Robert C. Smith - *Pinturas de ex-votos existentes...*, p. 3.

profissionais²¹ - a estender (por vezes muito longamente) a observação, alimentando assim as zonas mais profundas da memória.

Muitas vezes, ao primeiro contacto e alegria da descoberta sucedia outra visita, pelo menos, para recolher mais informações e, sobretudo, morosamente fotografar: “Sei que não recebeu o postal que lhe mandei, dizendo que vinha, porque a sua empregada me disse, dirigindo-me para o Diana-Bar, onde havia tanta gente que foi impossível penetrar. Fugimos logo para a igreja da Lapa²², onde descobrimos um belo ex-voto, de 1759, mostrando um pretinho que bailava e gritava a sua alegria, sabendo que o patrão, João Costa, de São Simam, foi curado pela mesma Senhora. Depois fomos, pela primeira vez, à igreja de N. Sra. dos Anjos, de Azurara, onde deparamos com a magnífica talha, que hemos de fotografar minuciosamente. Lá também, há bons ex-votos, inclusive a grande tábuca de 1720, que é, sem dúvida alguma, uma das melhores peças no género, aqui em Portugal²³; (...) Na semana passada combinei com o zelador de N. Sra. dos Anjos para voltar, e fotografar tudo, na tarde do dia 2 (prox. Domingo). Terei muito gosto, se quiser acompanhar-me. Assim, irei à sua procura às 15 horas²⁴.”

Procedia mais tarde à análise, descrevendo e comentando, com recurso a alguma bibliografia: “Lembra-se daquela tarde magnífica passada na Póvoa de Varzim, quando teve a imensa gentileza de me mostrar os quadrinhos do Senhor da Prisão? Depois fomos consultar o artigo de Rocha Peixoto, sobre os *ex-votos*, que eu depois li, com mais cuidado, na Biblioteca Nacional de Lisboa²⁵.”

O apoio de Flávio Gonçalves manter-se-ia assíduo: “Já li com sumo interesse o artigo de C. Marques sobre *ex-votos*²⁶.”

E seria fundamental no último estudo, que Smith delineou com mais audácia: “Finalmente, mais um pedido. Terá a gentileza de passar os olhos por cima da bibliografia sobre *ex-votos* que preparei, desde a obra de Rocha Soares [*sic*]. Falta o lugar de publicação do trabalho do Gama²⁷. Não sei se vale a pena, pois não o conheço pessoalmente, tendo-o encontrado na lista de obras no livro do falecido Lapa²⁸. É bem possível que o meu amigo conheça outras obras de valor

²¹ Para além das suas andanças pela Europa e Américas, trabalhou entre nós com fotógrafos de Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, Póvoa de Varzim...

²² De Vila do Conde.

²³ Carta de R. C. S. (Maia) para F. G. (Póvoa de Varzim), 1964/07/26.

²⁴ Bilhete postal de R. C. S. (Maia) para F. G. (Póvoa de Varzim), 1964/07/31.

²⁵ Carta de R. C. S. (Filadélfia) para F. G. (Póvoa de Varzim), 1964/01/05.

²⁶ Carta de R. C. S. (Filadélfia) para F. G. (Porto), 1970/04/23. Trata-se do artigo do Padre MARQUES, Mário César - “*Ex-votos de poveiros no Santuário da Abadia*”, *Boletim Cultural Póvoa de Varzim*, vol. VIII, n.º 2. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 1969, pp. 236-252.

²⁷ Refere-se a GAMA, Eurico - *O Senhor Jesus da Piedade de Elvas*. Elvas: s/n [edição do Autor], 1965, *maxime* pp. 241-283.

²⁸ Vd. *infra* nota n.º 110.

que me escaparam. Talvez publicadas no seu próprio e prestigioso órgão. Agradeço qualquer revisão que se me dignar fazer. Esta bibliografia entrará no meu artigo sobre Tábuas Votivas destinado à revista *Colóquio*²⁹; (...) Agradeço a sua grande amabilidade em completar a bibliografia dos ex-votos para o meu respectivo artigo, entre cujas notas já a coloquei. Eu não incluí nela o trabalho notável de Rocha Soares, digo Peixoto, porque este tem outra nota especial anterior à geral, que trata meramente da bibliografia posterior à sua comunicação³⁰.

Se exceptuarmos a óbvia ausência de exploração de fontes manuscritas, o método era genericamente o mesmo que aplicava ao estudo de outros objectos artísticos, dominantes na sua preferência, como a arquitectura, a escultura em madeira (e, muito especialmente, a arte da talha), o mobiliário e o azulejo.

Aqui, impunha-se principalmente aprofundar o confronto comparativo, procurando definir as características distintivas e alcançar bases de atribuição de forte razoabilidade, no respeito, todavia, pela prudência: “Não posso atribuí-la categoricamente, porque vejo certos pormenores que diferem da norma estabelecida nas outras pinturas do Mestre de Matosinhos. (...) É possível, porém, que todas estas diferenças fossem ditadas por quem encomendou (...). Se é deste artista, como julgo, o quadro (...) é dos mais ricos em pormenores interessantes (...)”³¹.

Divulgação

Pelo final de 1967 pode ter começado a germinar, polarizada em volta do estudo da casa nobre de São João-o-Novo, a ideia de monografar a colecção de tábuas votivas do Museu de Etnografia e História ali sediado, ao exprimir a “vontade de fazer três estudos miúdos”, um a propósito de “cadeiras poveiras”, outro que seria “qualquer coisa sobre o palacio daquele museu” e um em especial sobre os seus ex-votos³².

Cerca de mês e meio depois já assegurara revista para publicar os seus “estudos sobre a casa e as tábuas votivas” e o entusiasmo abarcava ainda outra certeza: “Também teremos colóquio em Fevereiro acerca do segundo assunto³³; (...) Pois bem, tenho grandes saudades de Entre Douro e Minho, como o meu Amigo pode calcular. Ao voltar no dia 21, para o colóquio do dia seguinte, espero ter mais sorte em me por ao seu dispor”³⁴.

²⁹ Carta de R. C. S. (Filadélfia) para F. G. (Porto), 1971/06/08.

³⁰ Carta de R. C. S. (Filadélfia) para F. G. (Porto), 1971/06/26.

³¹ SMITH, Robert C. - “Duas tábuas votivas...”, art. cit., pp. 117 e 118.

³² Carta de R. C. S. (Filadélfia) para F. G. (Porto), 1967/12/08.

³³ Bilhete postal de R. C. S. (Maia) para F. G. (Porto), 1968/01/19.

³⁴ Carta de R. C. S. (Estoril) para F. G. (Porto), 1968/02/11.

Na verdade, o que se concretizou foi mais exactamente uma conferência, seguida de diálogo com alguns dos assistentes, acto de divulgação científica que nos importa acompanhar de muito perto³⁵.

O estilo desta notícia pertence bem à prosa fácil mas certa e sabedora de Robert C. Smith. O “portanto” do início do último período do quarto parágrafo nunca poderia ser usado por um redactor do jornal portuense: trata-se de uma evidente confusão do autor com a língua francesa, que dizia falar desde que se conhecia - e não houve então aqui qualquer trabalho de lima de algum dos seus amigos portugueses em que mais confiava para o efeito. Por outro lado, o mesmo texto saíu, na mesma data, num outro periódico local, *ipsis verbis*... salvo o revelador emprego da primeira pessoa (“ventilei”, em vez de “ventilou”) no começo do quarto parágrafo³⁶.

³⁵ “Realizou-se mais uma sessão de estudos de etnografia, no Museu de Etnografia e História do Porto, sob a presidência do seu Director, Dr. Fernando de Castro Pires de Lima.

Foi conferente o Prof. Robert C. Smith, que apresentou uma comunicação subordinada ao título: *Pinturas de ex-voto existentes em alguns santuários portugueses*.

O orador principiou por recordar que, em 1966, a Câmara Municipal de Matosinhos lhe fez a honra de editar um livro com o título acima mencionado, dizendo não ter conhecimento de outro livro que trate deste assunto. Subsequentemente, têm aparecido vários artigos seus acerca deste tema de tábuas votivas, que constantemente está despertando mais interesse entre o público culto português.

Nesse livro, ventilou a ideia de os ex-votos serem uma versão popular lusitana dos elegantes quadros de *genre* e de retratos de famílias inteiras, que abundaram no século XVIII na Inglaterra, na Holanda e em Veneza. Importantes pela preciosa documentação que oferecem a respeito de como foram mobilados os diversos quartos duma casa portuguesa dos séculos XVIII ou XIX, época por excelência dos ex-votos, fornecem também utilíssimas informações relativas à indumentária desses tempos passados. Constituem, ao mesmo tempo, uma expressão ingénua e comovedora da arte popular, cuja importância estilística é universalmente reconhecida. Raramente assinados, os ex-votos são como a talha e os azulejos produtos duma arte em grande parte anónima. Há portanto várias peças com nomes de autores, entre os quais uma pintura extraordinária que acaba de encontrar na igreja de Nossa Senhora do Castelo, de Mangualde, assinada em 1846 por António José Pereira, pintor muito conhecido em Viseu nesta época.

A principal colecção de ex-votos dentro da cidade do Porto é a do Museu de Etnografia e História, que acaba de estudar. Provenientes de diversas igrejas do Norte do País, oferecem uma variedade de assuntos e de estilos, correndo desde a austeridade dos três exemplares seiscentistas até o luxo e os requintes de certos interiores de estilo D. Maria I. A grande raridade da colecção é com certeza a pequena tábua oferecida por um desconhecido *preso e falsamente... acusado* em 1769, que mostra o encarcerado atrás das barras de uma janela da sua prisão. É um assunto único, como parece, na história do ex-voto setecentista.

Na bela colecção do Museu supracitado, há peças relacionadas com outras em diversos sítios, que parecem ser do mesmo autor. Assim, a linda tábua que uma certa Rita Rosa ofereceu a Nossa Senhora das Neves possui uma grande semelhança com a de Manuel Pereira e Sá, de Matosinhos. O *milagre* de D. Quitéria Luísa Fernanda e Meneses, de 1836, da colecção do Museu de Etnografia e História do Porto, faz logo pensar no quadro de Manuel José Pereira da Graça, de 1817, de S. Francisco de Guimarães.

Esta brilhante conferência foi largamente aplaudida, gerando-se vivo colóquio entre a numerosa assistência” - cf. “Colóquio de Estudos Etnográficos no Museu de Etnografia e História”, *O Comércio do Porto*, ano CXIV, n.º 65. Porto: 7 de Março de 1968, p. 5.

³⁶ “Colóquio de Estudos Etnográficos e História”, *Diário do Norte*, ano XIX, n.º 227. Porto: 7 de Março de 1968, p. 10.

Confirma-se, por conseguinte, a aceitação completa³⁷ por alguma imprensa do press-release, recurso que, como diversos outros, Smith mobilizou no freemim de visibilidade pública que foi - sobretudo para o grosso da sua produção, centrado no âmbito luso-brasileiro - o contraponto exaustivamente perseguido da dedicação votada ao estudo.

Publicação

A qualificação dos órgãos onde fazia vir a lume os seus textos preocupava-o, como se verifica a propósito do famoso ensaio de Matosinhos: “Estou muito satisfeito de saber que o meu estudo dos *ex-votos* aparecerá como estudo avulso porque achei fraco o último numero de Boletim”³⁸.

Em se tratando da edição dos livros, os seus cuidados multiplicavam-se, nada descurando até ao momento final: “O meu livro de Londres come todo o meu tempo, mas já está em grande parte revisto (...)”³⁹; O livro de Londres está completamente acabado, com todas as notas, bibliografias, fotografias, transparências a cores em perfeita ordem”⁴⁰.

Mas não deixava de vigiar o curso do mais singelo trabalhinho, mesmo *a posteriori*...: “Apareceu o meu artigo de N. Iorque sobre pinturas votivas mas com o título trocado! Eu escrevi *Tábuas votivas de Portugal* e o editor mudou para *Tábuas votivas do fim do século XVIII*. Vou ver se eles lh’o mandam. As reproduções são muito bonitas⁴¹; (...) As reproduções foram bem feitas e por esta razão vale a pena ser conhecido o artigo”⁴².

A fotografia tinha então, coerentemente, enquanto artista (fotógrafo) e cientista (historiador da arte), um lugar central no seu processo de trabalho, no princípio como no fim. No Outono de 1966, perante a suposta perda das ilustrações para *The Art of Portugal*, enviadas por correio de Nova Iorque para Londres, lamentava igualmente o extravio do artiguinho recém-elaborado para aproveitar a oportunidade de saída das Actas do V Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros: “Naturalmente pereceu também com lindas fotografias”⁴³.

³⁷ “Como qualquer informação com características publicitárias ou de relações públicas, devem constituir apenas uma pista para um trabalho jornalístico independente” - cf. *Livro de Estilo*, 2.ª ed. Lisboa: Público, Março de 2005, p. 169b), s.v. “*press-releases*”.

³⁸ Carta de R. C. S. (Filadélfia) para F. G. (Póvoa de Varzim), 1966/03/21. A referência diz respeito ao *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*.

³⁹ Carta de R. C. S. (Filadélfia) para F. G. (Póvoa de Varzim), 1966/04/18.

⁴⁰ Carta de R. C. S. (Filadélfia) para F. G. (Póvoa de Varzim), 1966/05/09.

⁴¹ Carta de R. C. S. (Glen Moore) para F. G. (Porto), 1967/03/16.

⁴² Carta de R. C. S. (Filadélfia) para F. G. (Porto), 1967/08/26.

⁴³ Carta de R. C. S. (Filadélfia) para F. G. (Porto), 1966/11/30.

A imagem e o seu papel insubstituível na ligação com o público merecer-lhe-iam sempre, de facto, uma exigente atenção: “No mesmo número do Colóquio encontrei o meu artigo dos ex-votos. Tive pena em ver as estampas tão pequenas mas estão admiravelmente claras, não lhe parece? Oxalá que quando Frei José de Santo António finalmente aparece⁴⁴, as suas serão tão nítidas como estas. A empresa é a mesma, se não me engano. As margens da grande tábua baiana digo bahiana foram facheusement recortadas, como fez o mesmo técnico quando elaborou o esquema do meu livro. Felizmente, já há quase dois anos, tive a sorte de ver as provas e protestando consegui que se restituíssem”⁴⁵.

Outras vezes, era o estado de conservação da peça que, logo à partida, punha em causa a exigida qualidade: “É pena que esteja gasta, precisando muito de restauro, de modo que as fotografias resultam totalmente inadequadas, porque a cena é interessantíssima”⁴⁶.

Documentação vária: do traje... à talha

Alheio ao seu aproveitamento para o estudo da religiosidade popular, já não tanto ficou Smith em referência a certos aspectos sociais: algumas raras notações sinalizariam esta “fonte riquíssima para estudar a história das doenças em Portugal”⁴⁷. Também, de modo fugaz embora, a indicou aos possíveis interessados em traços arquitectónicos: “a tábua votiva é do maior interesse pelo aspecto inédito que oferece de Guimarães”⁴⁸. Ou linguísticos: “The figures (...) are depicted in blocks of brilliant color as compelling as the striking words of the legend at the foot of the painting, where archaic spelling, abbreviations and odd punctuation give the flavor of 18th century popular speech”⁴⁹.

Mais pausadamente, viu nos ex-votos um manancial para “a indumentária doméstica regional, que sobrevive com tão profundo encanto nessas pequenas obras desprezíveis dos dois séculos passados”, as quais lhe dão “(...) uma compreensão que, dificilmente, por outros meios, seria adquirível”⁵⁰.

A propósito – e, não menos, por nos servir ainda para ilustrar a ideia da importância do ex-voto como *retrato de grupo*, a que adiante voltaremos – vejamos como recomenda “(...) um outro painel, em que o pintor anónimo representou uma família inteira de Braga, ante o altar do Bom Jesus da Prisão. Aqui vem primeiro a figura ajoelhada do jovem e corpulento pai, Francisco José Vieira de Carvalho,

⁴⁴ Cf. *supra* nota n.º 5.

⁴⁵ Carta de R. C. S. (Filadélfia) para F. G. (Porto), 1972/04/04.

⁴⁶ SMITH, Robert C. - *Pinturas de ex-votos existentes...*, p. 13.

⁴⁷ IDEM - *Ibidem*, p. 5.

⁴⁸ IDEM - “Duas tábuas votivas...”, p. 120.

⁴⁹ IDEM - “Ex-voto paintings...”, art. cit., p. 22.

⁵⁰ IDEM - “Alguns Ex-Votos...”, art. cit., pp. 167 e 176.

com seu chapéu alto em destacada posição, ao seu lado, no chão. Segue-se-lhe a esposa, D. Antónia Rosa da Conceição, com o seu chapéu volumoso da época posto igualmente no chão. Usa um xaile, também característico da época, com uma pequena bolsa suspensa do braço. Finalmente aparece, sentada, uma criada, que vigia um menino dormindo, o Manuel José Vieira de Carvalho, que foi a causa do ex-voto. Explica a legenda deste interessantíssimo retrato que a criança, de 23 meses, foi atacada de uma gravíssima moléstia no dia 27 de Outubro de 1840, quando a família bracarense estava a *banhos nesta Villa da Póvoa de Varzim* e curada pelo Senhor da Prisão, cinco dias depois⁵¹.

O facto desta matéria estar fora do âmbito (aliás, vasto) de prática profissional a que se consagrara não o impedia de reconhecer a sua relevância antropológica e histórica, casando harmoniosamente a curiosidade intelectual pelo passado com a ligação afectiva às sobrevivências patrimoniais: “Penso constantemente na Póvoa, não sómente por causa da grande felicidade que cada visita me deu, mas também por motivo das duas camisolas que de lá levei. Em Lisboa, mandei fazer uma samarra ribatejana, que igualmente me tem dado grande satisfação, evocando diariamente tantas recordações saudosas de Portugal”⁵².

E essa empatia repercute com grande vigor na simplicidade dos seus *flashes*, como aquele em que aborda “uma pintura ainda mais rara (...) porque representa a intervenção de um santo não para salvar a vida ou curar alguém, mas a fim de restituir a um mercador de Guimarães os seus bens roubados”, vindo a particularizar “numerosas figuras mostrando o traje de 1817. Quase todos homens, têm uma diversidade de capas, samarras e gabões (o mês era Dezembro) além de vistosos coletes e chapéus de feltro preto”⁵³.

Embora a tenha trabalhado com denodo, reconhece-se que a sua noção de *documento* não era exclusivamente a filológica. Logo ao realizar o primeiro exame global de um conjunto, destacou a unidade invocativa do “grupo mais considerável de ex-votos da colecção do museu poveiro, integrado no culto do Senhor da Prisão, cuja imagem foi venerada na antiga igreja da S.^{ta} Casa da Misericórdia, da Póvoa de Varzim. Todos têm de comum a figura de Cristo de rosto doloroso, os braços atados e os pés descalços, com uma longa corda pendente do pescoço – como o povo costumava contemplá-lo nas representações tradicionais das Capelas dos Passos”⁵⁴. Mas de imediato se recordou de uma das suas áreas eleitas de pesquisa histórico-artística, passando a ocupar-se de um subgrupo “constituído pelos painéis mostrando a imagem no seu altar dentro de um nicho formando

⁵¹ IDEM - *Ibidem*, pp. 171-173.

⁵² Carta de R. C. S. (Filadélfia) para F. G. (Póvoa de Varzim), 1964/01/05.

⁵³ SMITH, Robert C. - “Duas tábuas votivas...”, p. 120.

⁵⁴ IDEM - “Alguns Ex-Votos...”, pp. 170-171.

retábulo. Nas pinturas mais antigas, a talha representa a transição do rococó para o classicismo, na época 1795-1825. (...) Anos depois um segundo pintor tomou de novo o tema, dando, contudo, à talha, um carácter inteiramente clássico, no gosto daquela época. Executados sobre tela (...) esses exemplares são datados de 1840 e 1859 (...)”⁵⁵.

Numa das raras incursões pelo património do sul, evocaria, “na igreja paroquial de N. S.^a da Assunção, da Mexilhoeira Grande, no Algarve, (...) um lindo quadro de 1752, onde a família de José Ferreira *buticario* mostra-se ajoelhada perante um altar de frontal rico, sobre o qual se levanta um grandioso nicho de talha dourada abrigando uma imagem de S. Guilherme”⁵⁶.

Outra referência é particularmente atenta, por se alargar às armações utilizadas nas festividades sacras: “The bed is occupied by Manuel Teixeira’s invalid daughter Rosa, for whom her parents have successfully invoked the relics of St. Walter, the patron of Guimarães, which are preserved in the local Franciscan church. The family is kneeling before these relics, shown as they were venerated at the time. The body of the saint, dressed in a Franciscan habit, is seen in a large glass box decorated with gilt woodcarving. This is set upon an altar of the late 18th century shape called urna, which is ornamented with relief sculpture in the last style of a great sculptor of the period, the Benedictine monk José de Sto. António Ferreira Vilaça (...). The relics are displayed beneath a canopy of damask with looped curtains and a valance of the sort still hung in churches on great ecclesiastical occasions”⁵⁷.

E ainda no último artigo, brilhante esboço conciso e legado fecundo, voltaria à mais amada das disciplinas artísticas portuguesas, elegendo uma tábua “invulgar por ser de forma ovada, cercada de molduras decorativas e duma fita entalhada, compondo um caixilho extravagante comparável à cabeceira duma cama de estilo D. Maria I. A pintura mostra o sacerdote com o seu acólito ao pé de um altar, o qual juntamente com o respectivo retábulo possui entalhas neoclássicas”⁵⁸.

Documentação do mobiliário e reconstituição de ambientes

Recordemos que na época da visita ao Museu de Etnografia e História da Póvoa de Varzim e do convite para estudar a respectiva colecção de *milagres* Smith escrevia sobre mobiliário, norte-americano mas também português, área de especialidade em que terá porventura atingido a mais alta qualificação.

⁵⁵ IDEM - *Ibidem*, p. 171.

⁵⁶ IDEM - *Pinturas de ex-votos existentes...*, p. 11.

⁵⁷ IDEM - “Ex-voto paintings...”, p. 27.

⁵⁸ IDEM - “O carácter da tábua votiva...”, art. cit., p. 59.

Compreende-se, assim, que a génese do importantíssimo opúsculo *Pinturas de ex-votos existentes em Matosinhos e outros santuários portugueses*⁵⁹ tenha sido praticamente paralela à elaboração do primeiro artigo, inserto no Boletim Cultural do município poveiro, dirigido por Flávio Gonçalves: “Quando voltei aqui em Setembro puz-me logo a estudar o assunto do papel do movel no *ex-voto*. Tenho agora um pequeno estudo quase pronto (...)⁶⁰; O meu estudo das tábuas votivas já está no prelo, em Coimbra, e deve aparecer em Junho”⁶¹.

Numa das várias referências *en passant*, Smith deixa mais uma vez perceber quanto lhe era familiar este tipo de pintura, o seu carácter de fonte visual e nele o aspecto particular que mais o cativava: “No Porto teve lugar uma *junta de quatro sirurgões*, o que nos evoca o tema de certas tábuas votivas da época, em que vários médicos especialistas se consultam em volta do leito do doente”⁶².

E não desdenharia sublinhar o mesmo (mas não exclusivamente, como veremos...) ao mencionar a pintura votiva na sua fundamental obra de referência sobre a Arte Portuguesa dos três séculos da Época Moderna: “These pictures most frequently show the client in bed in a setting which, like those of some of the painted tiles of the period, evokes contemporary interiors”⁶³. De facto, cingia aí à obrigatória economia editorial a resultante de numerosas aplicações concretas, como esta: “Vestido de casaco azul, calções brancos e sapatos de fivela, aguarda, impotente, o médico, ao pé de uma magnífica cama estilo D. José I, cuja cabeceira dourada termina em volutas sustentando um *bico* de folhas de acanto”⁶⁴.

Smith analisou estilisticamente os leitos mas reparando em estofos das cabeceiras, cortinados dos dosséis, colchas e lençóis: “The painter has noted with care the fine linen sheets edged with lace, for linen is a famous product of Guimarães, the town were the Portuguese nation was born”⁶⁵.

Tratou também com segurança de mesas e cadeiras, elegantes molduras de quadros e anódinas grades de vidros das janelas, almofadas de portas ou tapetes, pranchas do soalho tanto quanto peças decorativas ou de devoção, etc., num encantamento de reconstituição dos ambientes interiores de facto contagiante: “Sobre uma pequena mesa, ao lado, coberta por um grande pano verde, estão vários objectos da época – um crucifixo, um frasco de vidro e duas tijelas de

⁵⁹ Só efectivamente publicado, como é sabido, em 1966 - cf. *supra* nota n.º 2.

⁶⁰ Carta de R. C. S. (Filadélfia) para F. G. (Póvoa de Varzim), 1964/01/05.

⁶¹ Carta de R. C. S. (Filadélfia) para F. G. (Póvoa de Varzim), 1964/03/16.

⁶² SMITH, Robert C. - “Os Banhos de Mar, na Póvoa de Varzim, no Século XVIII”, *Boletim Cultural Póvoa de Varzim*, vol. IV, n.º 2. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 1965, p. 240.

⁶³ IDEM - *The Art of Portugal 1500-1800*. New York: Meredith Press, 1968, p. 206.

⁶⁴ IDEM - “Alguns Ex-Votos...”, p. 174.

⁶⁵ IDEM - “Ex-voto paintings...”, p. 27.

faiança de cor clara⁶⁶; Por cima da alcova, na superfície caiada da parede, há três salvas de prata, cujas várias curvas e protuberâncias recordam o estilo chamado *de gomos* do fim do século XVII e começo do de XVIII⁶⁷; Around the white plaster wall runs a frieze of small heart-shaped leaves, called *boxwood pattern* in some inventories of this period. The effect is not unlike that of painted walls in some New England and Long Island houses of around 1800, one of which is now installed in the American Museum in Britain⁶⁸.

Discussão crítica

Embora não podendo consagrar-lhe uma investigação mais ampla, não perdia uma oportunidade de se documentar melhor sobre a matéria, logo saltando ao seu olhar experiente as linhas determinantes da evolução histórica: “Encontrei aqui também um livro muito curioso - *Italian Votive Tablets*, de Arnaldo Ciarrocchi e Ermanno Mori, com mais de 125 estampas a cores⁶⁹. As primeiras peças são do século XV, e, incontestavelmente as melhores, artisticamente. Há uma bibliografia magnífica, que inclui o trabalho de Rocha Peixoto⁷⁰”.

Fruto do seu domínio da História da Arte do Ocidente, já por alta preparação académica já sobretudo por intensíssima prática de investigação científica, foi Smith quem pôde, pela primeira vez, valorizar a nossa pintura votiva enquanto manifestação artística. Em especial, ele viu os ex-votos *médicos* setecentistas como a correspondência portuguesa possível de determinadas categorias temáticas europeias suas contemporâneas. E, assim, iconograficamente preciosos – sem prejuízo de que, em alguns casos particulares, ainda se somam apreciáveis razões estéticas.

E proclamou esta evidência insistentemente, defendendo “a ideia de os-votos serem uma versão popular lusitana dos elegantes quadros de *genre* e de retratos de famílias inteiras, que abundaram no século XVIII na Inglaterra, na Holanda e em Veneza⁷¹; Estes interiores constituem uma das poucas aproximações portuguesas das pinturas de *genre*, tão comuns no Norte da Europa durante o século XVIII e início de Oitocentos (...) ⁷²; (...) they are the only Portuguese equivalents to the numerous genre paintings and *conversation* pictures that abound in other

⁶⁶ IDEM - “Alguns Ex-Votos...”, p. 176.

⁶⁷ IDEM - “Duas tábuas votivas...”, p. 119.

⁶⁸ IDEM - “Ex-voto paintings...”, pp. 22 e 27.

⁶⁹ Edição original: *Le tavolette votive italiane*. Udine: Edizioni Doretti, 1960.

⁷⁰ Carta de R. C. S. (Filadélfia) para F. G. (Póvoa de Varzim), 1965/10/30.

⁷¹ Conferência de finais de Fevereiro de 1968, cujo resumo atribuímos ao próprio Smith e divulgamos na íntegra - cf. *supra* nota n.º 35.

⁷² SMITH, Robert C. - “O carácter da tábua votiva...”, p. 60.

countries, especially in England and the Netherlands⁷³; Embora existam em todos os países de fé católica, os de Portugal revestem-se de mais significado talvez do que os de outras nações, pois aqui quase não há gravuras costumistas seis ou setecentistas nem as pinturas da vida diária que abundam lá fora. Os quadros de ex-voto, chamados, às vezes, *milagres*, são a melhor aproximação lusitana que há das pinturas inglesas do século XVIII chamadas *conversations pieces*, mostrando pessoas dentro das suas casas, ou das *vedute* venezianas de Setecentos, sobretudo de Pietro Longhi⁷⁴.

E não duvidaria dar mesmo exemplos muito precisos: “Notável também é o sabor do quadro, que respira a satisfação das três pessoas: o doente, de braços cruzados, na cama; a mulher, sorridente, de joelhos; e o homem, de costas viradas, que aponta, gesticulando, a imagem milagrosa de Cristo. Excepcionalmente bem desenhada, a cena oferece a mesma vivacidade encontrada num quadro de género de Pietro Longhi, da escola veneziana de Setecentos”⁷⁵.

Outras situações de inspirada intuição paralelística poderíamos apontar, no conjunto tão escasso de textos mas tão poderoso. Citemos assim, na leitura de uma peça vimaranense, como “the rigid attitude of the woman standing at the bedside vaguely recalls some of the folk portraits of the Connecticut River Valley of circa 1800”⁷⁶; ou o “(...) ex-voto de Manuel Inácio, de Vila do Conde, de 1828, pintura popular tornada inolvidável por causa da dramática figura *goyesca* do meio da porta, levantando a sua mantilha branca para enxugar as lágrimas dos enormes olhos dolorosos”⁷⁷.

Mas Smith foi ainda capaz de chegar à promoção inequívoca (simpática no melhor sentido, isto é: lúcida...) dos méritos do horizonte popular da arte, em particular destas “*miracle paintings*”, compreendendo que “occasionally (...), through ingenious stylization, powerful patterns or deep and tender perception, they go beyond mere documentation and lay claim to real aesthetic distinction”⁷⁸, como certo “quadro que, apesar de marcadas deficiências técnicas sobretudo na perspectiva, respira uma verdadeira poesia lírica, que reside, em grande parte, nas delicadas tonalidades da própria pintura”⁷⁹.

Fazia-o, seguramente, por sentida adesão pessoal. Mas reflectindo também o estímulo da mesma actualidade informativa que sempre almejou em múltiplos

⁷³ IDEM - “Ex-voto paintings...”, p. 30.

⁷⁴ IDEM - “Duas tábuas votivas...”, p. 121.

⁷⁵ IDEM - *Pinturas de ex-votos existentes...*, p. 11.

⁷⁶ IDEM - “Ex-voto paintings...”, p. 27.

⁷⁷ IDEM - “Alguns Ex-Votos...”, pp. 173-174.

⁷⁸ IDEM - “Ex-voto paintings...”, p. 21.

⁷⁹ IDEM - “Alguns Ex-Votos...”, p. 169.

domínios: “A pintura popular, em todas as suas expressões, é alvo, hoje em dia, de uma estima nova, não somente pela sua qualidade artística, como também pelo seu conteúdo, às vezes precioso. Nasceu este novo interesse entre críticos e colecionadores, que, por intermédio de exposições e escritos, têm conseguido abrir os olhos do grande público às virtudes incontestáveis desta forma de observar e recordar, sem convenções académicas, a vida e os costumes de passadas épocas⁸⁰; Mais recentemente, as pinturas de promessas começaram a adquirir valor estético, graças à nova estimação dos críticos pela arte popular, dando entrada em museus regionais e colecções particulares⁸¹; (...) os ex-votos (...) constituem, ao mesmo tempo, uma expressão ingénua e comovedora da arte popular, cuja importância estilística é universalmente reconhecida⁸²; A pintura de ex-votos, na realidade, só lentamente conquistou o interesse dos estudiosos e colecionadores que apenas há dez anos começaram a lhe prestar a merecida atenção. Hoje em dia, contudo, os velhos quadros, cuidadosamente restaurados e conservados por indivíduos, museus e irmandades, são largamente respeitados pelo seu valor histórico-social, assim como também pelo seu carácter artístico que em muitos aspectos revela valores estéticos e pontos de vista técnicos paralelos aos da pintura *erudita* dos nossos tempos”⁸³.

Autoria

A apologia de uma certa tríade disciplinar surge recorrentemente em Smith, na busca de uma singularidade nacional de que o povo humilde e mais ou menos obscuro seria o principal agente: “Raramente assinados, os ex-votos são com a talha e os azulejos produtos duma arte em grande parte anónima”⁸⁴. Não obstante, é inegável que a identificação dos autores foi uma das suas obsessões e muitas figuras, de variável craveira, foram por ele iluminadas.

“Quem fez?” – a primeira pergunta, que partindo do maravilhamento da descoberta fazia desencadear o processo da investigação científica, também neste pequeno mas tão estimulante capítulo da sua obra ecoou, embora estivesse bem consciente do atraso da investigação, do longo caminho a percorrer (mas não por si...) e das dificuldades de acesso a respostas: “These four ex-votos are typical of a kind of simple and unpretentious folk painting of which as yet we know little. In spite of the fact that as early as 1905 the distinguished ethnologist of Póvoa de Varzim, António Augusto da Rocha Peixoto, called attention to their value in

⁸⁰ IDEM - *Ibidem*, p. 167.

⁸¹ IDEM - *Pinturas de ex-votos existentes...*, p. 6.

⁸² Conferência de finais de Fevereiro de 1968 - cf. *supra* nota n.º 35.

⁸³ IDEM - “O carácter da tábua votiva...”, p. 58.

⁸⁴ Conferência de finais de Fevereiro de 1968 - cf. *supra* nota n.º 35.

evoking the Portuguese past, no systematic study has as yet been made of these *miracle* pictures and their largely anonymous authors⁸⁵; Até agora os autores das tábuas votivas portuguesas têm ficado quase todos desconhecidos. Espero que (...) seja possível deslindá-lo mais adequadamente no futuro⁸⁶; Os quadros são quase todos de autoria anónima. Às vezes aparece uma pintura assinada, como uma que celebra um milagre de N. S.^a das Necessidades, executada em 1843 por Manuel Luís Roiz Teixeira, hoje numa colecção particular. Com o estudo mais rigoroso do assunto, é provável que se descubram os nomes de outros pintores⁸⁷.

E também não ignorava a obra votiva de pintores mais ou menos instruídos: “Há (...) várias peças com nomes de autores, entre os quais uma pintura extraordinária que acaba de encontrar na igreja de Nossa Senhora do Castelo, de Mangualde, assinada em 1846 por António José Pereira, pintor muito conhecido em Viseu nesta época”⁸⁸.

No tocante a esta atracção pela problemática da autoria, tão constante na sua *démarche* em geral, é necessário vincar que, prendendo-se à partida a uma exploração de documentos visuais em prol do estudo particular da cama (e achando-se à chegada confortavelmente firmado como um contributo notável para o conhecimento do mobiliário doméstico português dos séculos XVII a XIX), o texto de Matosinhos se abriu ainda, por força da inteligência objectiva e não redutora de Smith, a outras valências.

Por isso, vale a pena, sobretudo por estarmos perante uma das maiores autoridades mundiais do seu tempo na investigação formalista em mobiliário, ouvi-lo confessar: “Para mim a coisa mais interessante, que surgiu deste trabalho, foi a oportunidade de identificar 6 ou 7 obras do mesmo pintor, que trabalhou em Matosinhos, entre 1745 e 1765. Infelizmente não consegui identificar o nome, o que não é de estranhar, dada a natureza popular deste género de trabalho”⁸⁹. Dentro da escassa disponibilidade de que dispunha, é bem sintomático que tenha procurado completar o seu conhecimento do mesmo artista: “Agora, das suas ricas arrecadações, a S.^{ta} Casa tirou mais uma peça, de extraordinário interesse (...), em que vejo outro trabalho do anónimo pintor de Matosinhos. Como esta nova pintura não entrou no meu livrinho, aproveito esta oportunidade de a publicar nas Actas do Colóquio de Coimbra (...)”⁹⁰.

⁸⁵ IDEM - “Ex-voto paintings...”, p. 30.

⁸⁶ IDEM - “Duas tábuas votivas...”, p. 121.

⁸⁷ IDEM - *Pinturas de ex-votos existentes...*, p. 14.

⁸⁸ Conferência de finais de Fevereiro de 1968 - cf. *supra* nota n.º 35.

⁸⁹ Carta de R. C. S. (Filadélfia) para F. G. (Póvoa de Varzim), 1964/01/05.

⁹⁰ SMITH, Robert C. - “Duas tábuas votivas...”, p. 117.

Este seria, de certo modo, o seu autor preferido, seleccionado para o galarim de *The Art of Portugal*: “One of the best is the anonymous ex-voto of Manuel Pereira of 1754, which has a rare representation of an alcove bed, with carved William-and-Mary-style chairs and portraits and faience plates on the wall. It is probably the work of an unknown painter who was active for several decades at the church of Matosinhos outside Oporto, where he turned out what seem to be the closest Portuguese approach to the contemporary *conversation pieces* of London and Venice”⁹¹.

Outros exemplos do seu esforço de atribuição autoral se podem apontar. Em Agosto de 1965 congratula-se em S. Torcato por mais um pequeno avanço: “Nada especial, mas consegui identificar obras de 2 mestres de mim desconhecidos. Há certas convenções que distinguem a zona de Guimarães”⁹².

Numa manhã dos fins de Janeiro de 1968 conseguiu concluir o registo fotográfico dos *milagres* do Museu de São João-o-Novo, elegendo: “Surgiu um, o maior de todos, é pintado em tela, que me parece ser obra do pintor que fez outro muito semelhante que encontrei em S. Francisco, de Guimarães”⁹³. E logo no mês seguinte divulgaria a sua opinião: “O *milagre* de D. Quitéria Luísa Fernanda e Meneses, de 1836, da colecção do Museu de Etnografia e História do Porto, faz logo pensar no quadro de Manuel José Pereira da Graça, de 1817, de S. Francisco de Guimarães”⁹⁴.

Com efeito, em várias oportunidades procurou demonstrar na prática a sua convicção de ser possível “(...) distinguir os estilos de diversos pintores modestos, que trabalharam na execução de ex-votos destinados aos santuários do norte”⁹⁵.

Mas deve-se ainda a Smith o ter percebido (e, o que é bem mais, defendido, contra clichés instalados...) o carácter socioculturalmente vertical da pintura votiva - e, daí, a sua grande valia histórica.

Sem contestação das dominâncias quantitativas, não deixou porém de o exemplificar em várias oportunidades, como quando mostrou, nas obras de um anónimo *mestre* activo nas duas primeiras décadas de Oitocentos, “(...) uma qualidade técnica e, talvez ainda mais, uma atitude, da parte do artista, que ultrapassa os limites da pintura popular”, dadas “(...) uma finura de observação, como no desenho das mãos e na representação do modo de andar do Salvador, uma delicadeza espiritual na comunicação que existe entre as duas figuras e, finalmente,

⁹¹ IDEM - *The Art of Portugal...*, ob. cit., p. 206.

⁹² Bilhete postal de R. C. S. (Maia) para F. G. (Póvoa de Varzim), 1965/08/13.

⁹³ Bilhete postal de R. C. S. (s/l - Maia?) para F. G. (Porto), 1968/01/28.

⁹⁴ Conferência de finais de Fevereiro de 1968 - cf. *supra* nota n.º 35.

⁹⁵ SMITH, R. C. - “Alguns Ex-Votos...”, p. 168.

⁹⁶ IDEM - *Ibidem*, p. 176.

a realização de uma certa impressão de espaço, que o quadrinho com certeza tem”⁹⁶. E não hesitou em o destacar inequivocamente: “(...) o único autor de todo o grupo de ex-votos expostos (...) que soube modelar as suas figuras, o único a sair das convenções lineares que neste campo da pintura sempre prevaleceram”, tal como já antes havia notado o seu mérito “(...) na maneira de desenhar o leito, visto de cima, na disposição da roupa, na posição da doente, e sobretudo na beleza e frescura das suas cores (...)”⁹⁷.

Síntese

No início de Agosto de 1971 Smith rejubila por ter finalmente enviado para Lisboa o “artigo sobre o significado estético dos ex-votos, depois de demora affreuse (...)”⁹⁸.

Cremos que este ensaio, brevíssima mas inspirada antologia de temas e soluções plásticas, terá partido de uma amostragem representativa, sucessivamente decantada. Amostragem mais ampla e diversificada, pelo menos, que as que usou nos casos do Museu da Póvoa de Varzim (a grande maioria das peças referente à devoção do Senhor da Prisão da Igreja da Misericórdia local) e mesmo do estudo editado em Matosinhos (com foco no acervo do Bom Jesus de Bouças e, por outro lado, numa pequena escolha – “Last year I published a small selection of the best I could find (...)”⁹⁹ – ilustrativa do mobiliário, de facto não cobrindo a realidade nacional). E, por isso, mais próxima do levantamento efectuado no Museu de Etnografia e História do Porto.

Este foi claramente uma das bases a que recorreu, já que a “principal colecção de ex-votos dentro da cidade do Porto” reunia um conjunto de exemplares “provenientes de diversas igrejas do Norte do País” e oferecia o que expeditamente agora lhe convinha: “uma variedade de assuntos e de estilos”¹⁰⁰.

Mas, por outro lado, terá contado o conhecimento da realidade brasileira e, particularmente, baiana: “Estou chamado agora para ir tentar uma fotografia de um famoso ex-voto dos Remedios de Lamego, na igreja beneditina de Monserrate”¹⁰¹. Tratava-se do grande quadro do português Agostinho Pereira da Silva, peça de excepcional riqueza narrativa, autêntico “*tour de force* na tradicional pintura luso-brasileira de ex-votos, a qual representou uma actividade bastante desenvolvida nos dois países durante os séculos XVIII e XIX”¹⁰².

⁹⁷ IDEM - *Ibidem*.

⁹⁸ Carta de R. C. S. (Filadélfia) para F. G. (Porto), 1971/08/03.

⁹⁹ SMITH, Robert C. - “Ex-voto paintings...”, p. 30.

¹⁰⁰ Conferência de finais de Fevereiro de 1968 - cf. *supra* nota n.º 35.

¹⁰¹ Carta de R. C. S. (Salvador) para F. G. (Porto), 1969/08/09.

¹⁰² SMITH, Robert C. - “O carácter da tábuas votiva...”, p. 58.

Repercussão

A atenção votada por Robert Smith, e outros estudiosos, desde o início dos anos 60 e até 1974, à pintura votiva, teria notáveis consequências e logo nessa época.

O próprio historiador americano se dava conta disso e, sem dúvida (como era seu timbre), se ufanava do papel que lhe cabia em tal vanguarda, enaltecendo o “(...) grande acréscimo de interesse pelo assunto que diariamente se verifica em Portugal (...)”¹⁰³. E justamente reivindicando: “O orador principiou por recordar que, em 1966, a Câmara Municipal de Matosinhos lhe fez a honra de editar um livro com o título acima mencionado, dizendo não ter conhecimento de outro livro que trate deste assunto. Subsequentemente, têm aparecido vários artigos seus acerca deste tema de tábuas votivas, que constantemente está despertando mais interesse entre o público culto português”¹⁰⁴.

Na verdade (e mesmo não nos sendo permitido agora abordar o confronto com a situação prévia), registre-se que ao longo daquela década e meia se sucederam estudos e exposições: “Ultimamente, tem-se realizado uma série de exposições subordinadas ao tema do ex-voto, sendo especialmente digna de atenção, pela excelência do seu catálogo ilustrado, uma dedicada a quadros de assuntos marítimos (...)”¹⁰⁵; (...) several exhibitions of ex-votos have recently been held in connection with ethnological conferences”¹⁰⁶.

Mesmo referências mais organizadas¹⁰⁷ ou apenas pontuais em trabalhos de diversa índole¹⁰⁸, ou catálogos de colecções não específicas¹⁰⁹ e álbuns¹¹⁰, obviamente-

¹⁰³ IDEM - “Duas tábuas votivas...”, p. 121.

¹⁰⁴ Conferência de finais de Fevereiro de 1968 - cf. *supra* nota n.º 35.

¹⁰⁵ SMITH, Robert C. - *Pinturas de ex-votos existentes...*, p. 6. Vd. também: *Exposição de Ex-Votos* [Catálogo]. Matosinhos: Comissão Municipal de Turismo de Matosinhos (organizada pela), 18 de Junho a 3 de Julho de 1960; *Exposição de Ex-Votos Marítimos* [Catálogo]. Matosinhos: Comissão Municipal de Turismo de Matosinhos (promovida pela), Junho de 1963; [FERREIRA, J. A. Pinto] - *O Rio e o Mar na vida da Cidade (Exposição Documental). Realizada na tradicional Casa do Infante e promovida pela Câmara Municipal do Porto, por intermédio do Gabinete de História da Cidade, para comemorar a inauguração da ponte da Arrábida*. Roteiro. Porto: Câmara Municipal do Porto, Junho de 1963; ARAÚJO, José Rosa de - *Viana, Terra de Mar*. Catálogo. Viana do Castelo: Grupo Desportivo e Cultural dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, Janeiro de 1972.

¹⁰⁶ SMITH, Robert C. - “Ex-voto paintings...”, p. 30.

¹⁰⁷ SILVA, Maria Madalena de Cagigal e - “Quadros Votivos”, *A Arte Popular em Portugal* (direc. de Fernando de Castro Pires de Lima), vol. II. Lisboa: Editorial Verbo, 1960, pp. 106-114.

¹⁰⁸ LANHOSO, Adriano Coutinho - “A Capela do Senhor e Senhora da Ajuda, de Lordelo do Ouro”, *O Tripeiro*, 6.ª série, ano 2, n.º 3. Porto: Março de 1962, pp. 69-75; ARAÚJO, José Rosa de - *Memória da Capela de Nossa Senhora da Agonia*. S/l [Viana do Castelo]: Confraria de Nossa Senhora da Agonia, 1963, pp. 54-59; ALVES, Alexandre - *Novas achegas para a História da Arte na Diocese de Viseu*. Viseu: Assembleia Distrital de Viseu, 1971, p. 78.

¹⁰⁹ *Catálogo do Museu de Martins Sarmento. Secção de Etnografia*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1967.

te de qualidade desigual, foram em larga medida muito aproveitáveis ao avanço dos conhecimentos. Cremos até que o próprio Smith, centrado, tanto quanto a Portugal e Brasil como em relação à arte europeia e norte-americana, em outras matérias, não terá podido ter conhecimento (e menos ainda proveito... como talvez desejasse) de tão grande número de contribuições: citemos, entre várias outras, as de Carlos da Silva Lopes¹¹¹, Carlos Lopes Cardoso¹¹², Ernesto Soares¹¹³, Eurico Gama¹¹⁴, Luís Chaves¹¹⁵ e Alberto Iria¹¹⁶.

Visível foi também o impacto deste trabalho cultural sobre o colecionismo e as movimentações comerciais, logo se sentindo, bem a propósito, a preocupação patrimonial dos que não engeitavam responsabilidades: “No *Macarronete* estão à venda duas curiosas caixas de esmolas, mas não de *alminhas*, pintadas e bonitas (sem figuras). Interessam-lhe? Sem que eu abordasse tal assunto, a mulher do dito *Macarronete* (salvo seja!) falou-me na série de *milagres* que desejam conseguir para o meu Amigo; o pároco quer vendê-los (sempre o mesmo...), porém o povo não deixa!”¹¹⁷.

Embora não sendo essas áreas as da sua formação e actividade, Smith estava ciente de quanto o seu estudo vinha fundamentar ainda mais a exigência de medidas de preservação, conservação e restauro: “Further study is needed and, even more, a concerted campaign to preserve these small paintings, which are

¹¹⁰ LAPA, Albino - *Livro de Ex-Votos Portugueses*. Lisboa: s/n [edição do Autor], 1967.

¹¹¹ LOPES, Carlos da Silva - “Sugere-se uma exposição temporária de ex-votos militares (comunicação na 3.ª Reunião dos Conservadores dos Museus e Palácios Nacionais)”, *Museu*, 2.ª série, n.º 5. Porto: Círculo Dr. José de Figueiredo, Agosto de 1963, pp. 55-59; IDEM - “Quatro tábuas votivas dadas por Rocha Peixoto ao Museu Municipal do Porto”, *Boletim Cultural Póvoa de Varzim*, vol. III, n.º 2. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 1967, pp. 209-219.

¹¹² CARDOSO, Carlos Lopes - “Duas tábuas votivas de Cete”, *Panorama. Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, 4.ª série, n.º 14. Lisboa: Junho de 1965, pp. 44-48.

¹¹³ SOARES, Ernesto - “Breve notícia de milagres / ex-votos relacionados com o Rio e Barra do Douro”, *Boletim Cultural*, vol. 28, n.º 1-2. Porto: Câmara Municipal do Porto, Março-Junho de 1965, pp. 5-14.

¹¹⁴ Depois do capítulo próprio inserto na monografia (cf. *supra* nota n.º 27), já em 1968 preparava Eurico Gama, Director da Biblioteca Municipal de Elvas, um estudo sobre a importantíssima colecção do santuário do Senhor Jesus da Piedade - cf. LOPES, Carlos da Silva - “Algumas peças de mobiliário nas tábuas votivas portuguesas”, *O Primeiro de Janeiro*, n.º 1023, Porto, 3 de Novembro de 1968. Deste trabalho viria apenas a ser editado o primeiro volume: GAMA, Eurico - *Os Ex-Votos da Igreja do Senhor Jesus da Piedade de Elvas*, vol. I. Braga: s/n [edição do Autor], 1972.

¹¹⁵ CHAVES, Luís - *Na arte popular dos ex-votos - Os “milagres”*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1970 (sep. da *Revista de Guimarães*, vol. 80).

¹¹⁶ IRIA, Alberto - *Ex-Votos de Mareantes e Pescadores do Algarve (Religião & Náutica)*. Lisboa: Centro de Estudos de Marinha, 1973.

¹¹⁷ Carta de F. G. (Póvoa de Varzim) para J. R. (Portalegre), 1966 / 02 / 21 - cf. MARQUES, João Francisco - *Ob. cit.*, p. 119. A alcunha refere-se a Dinis Marques Carneiro por ser filho (e concorrente...) do já mencionado Joaquim Gonçalves Carneiro, conhecido por “Macarrão” - cf. IDEM - *Ibidem*, p. 55.

rapidly disappearing from the churches (...) ¹¹⁸; Escrevi, há tempo, um livrinho sobre tábuas votivos, que a Câmara de Matosinhos me fez a honra de editar. (...) Subsequentemente, a S.^{ta} Casa daquela vila nortenha, que é dona desta bela colecção, mandou limpar os vários quadrinhos (...) ¹¹⁹; Conserva-se o quadro no seu caixilho original ornado de restos de xarão, que, como a própria pintura, está bastante estragado” ¹²⁰.

Em outro plano, devemos sublinhar a difusão internacional da apreciação dada por Smith à pintura votiva portuguesa. Ela contou, pelo menos, com o facto de um dos seus artigos ter sido publicado em língua inglesa: “Acabo de escrever mais um artigo sobre tábuas votivas, desta vez para a nova revista da Sociedade Portuguesa-Americana de Nova Iorque (...)” ¹²¹.

Noutros casos, valia o sentido de oportunidade, sem descanso elaborado e manifestamente alheio a supostas casualidades...: “Escrito já em 1965, (...) o trabalho do emérito Professor da Universidade da Pensilvânia e do Museu de Winterthur (...) só pôde ser publicado agora, por felicíssima coincidência, à data da abertura do VI Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, na Universidade norte-americana de Harvard (...) acontecimento de transcendental vulto onde se estudarão aspectos da civilização luso-brasileira, pluricontinental por natureza, presença ao demais justificada ainda pelo facto do Prof. Robert C. Smith ser uma das mais qualificadas figuras directivas do referido Colóquio” ¹²².

E ainda mais pesou, sem dúvida, a breve mas inovadora ¹²³ menção contida em *The Art of Portugal*, no contexto, aliás, de valorização de outras categorias (e autores) da nossa *folk painting* setecentista - sobretudo, no retrato e na decoração - e como que dando, sucinta mas bravamente, como fez com frequência em diversas outras áreas de trabalho e dentro da generosa prospectividade do seu labor, alguma resposta a um anseio que já lhe adivinháramos: “Nas igrejas de Portugal existe um notável acervo de pintura popular, dos mais ricos da Europa. Inclui, entre outros elementos, os ex-votos (...)” ¹²⁴.

A importância daquela menção mede-se, porém, decisivamente, quando se evidencia o sentido global do projecto: “Quanto ao livro, estou a recompor os

¹¹⁸ SMITH, Robert C. - “Ex-voto paintings...”, p. 30.

¹¹⁹ IDEM - “Duas tábuas votivas...”, p. 117.

¹²⁰ IDEM - *Ibidem*, p. 120.

¹²¹ Carta de R. C. S. (Filadélfia) para F. G. (Porto), 1967/02/01.

¹²² SEABRA, Manuel - “Prefácio” cit., p. 4.

¹²³ Que saibamos, apenas outro investigador ousou, entre nós (à distância de mais de três décadas...), considerar uma pintura popular votiva como digna de figurar numa obra de carácter geral - cf. DIAS, Pedro - *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822). O Espaço do Atlântico*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999, p. 326.

¹²⁴ SMITH, Robert C. - *Pinturas de ex-votos existentes...*, p. 5.

capítulos, polindo-os etc. Estou cada vez mais satisfeito, porque vejo que o livro está cheio de ideias novas, a única justificação aliás, e que representa o primeiro esforço de ligar estilisticamente as manifestações nas diferentes artes, em Portugal¹²⁵; (...) Vai ser uma novidade, não há dúvida alguma, pois está cheio de descobertas e observações novas¹²⁶; (...) Chegaram ontem os primeiros exemplares do meu livro de Londres e devo dizer-lhe que estou muito satisfeito com os resultados. Há duas ou três estampas a cores que não agradam, mas a qualidade do resto é boa e o efeito geral do livro impressionante. Dá uma impressão de grande força de vida, talvez de mais na realidade, mas que oferece imenso contraste com a situação de hoje em dia¹²⁷; (...) Oxalá que seja bem recebido”¹²⁸.

The Art of Portugal esteve longe de passar despercebido no nosso país: “O livro de Londres vende-se bem aqui, a Casa Buchholz tendo disposto de mais de 50 exemplares (...)”¹²⁹. Mas de facto a aposta do autor estava na circulação internacional: “(...) a venda em Portugal será pouca em relação com os países de fala inglesa”¹³⁰.

Este livro, editado na Europa¹³¹ e logo depois na América, seria na verdade justamente acolhido: “Tenho quase diariamente cartas congratulatórias de colegas de aqui a respeito de *The Art of Portugal*”¹³². Tanto quanto fora, aliás, pensado e apoiado estrategicamente como veículo destacado da afirmação cultural do nosso País no estrangeiro, em contexto histórico de forte isolamento.

Conclusão

Embora limitadas em número e extensão, as contribuições de Robert C. Smith foram determinantes para a evolução do estudo da pintura votiva portuguesa. Posicionando-se indiscutivelmente no campo da História da Arte (quer do ponto de vista iconográfico, quer do ponto de vista estilístico, e daí apontando às vertentes social, cultural e mental), convém atender à indiferença segura com que o grande cientista saltava as formais fronteiras disciplinares, conforme as circunstâncias que ladeavam a necessidade de uma intervenção sempre urgente, insistindo, mau grado o enorme envolvimento em projectos de uma outra escala, nesse “(...) assunto que, nos últimos anos, está obtendo uma importância cada

¹²⁵ Carta de R. C. S. (Filadélfia) para F. G. (Póvoa de Varzim), 1966/03/31.

¹²⁶ Carta de R. C. S. (Filadélfia) para F. G. (Póvoa de Varzim), 1966/04/18.

¹²⁷ Carta de R. C. S. (Glen Moore) para F. G. (Porto), 1968/09/11.

¹²⁸ Carta de R. C. S. (Filadélfia) para F. G. (Porto), 1966/03/31.

¹²⁹ Carta de R. C. S. (Lisboa) para F. G. (Porto), 1968/12/27.

¹³⁰ Carta de R. C. S. (Filadélfia) para F. G. (Póvoa de Varzim), 1966/04/18.

¹³¹ London: George Weidenfeld and Nicolson Ltd., 1968.

¹³² Carta de R. C. S. (Filadélfia) para F. G. (Porto), 1969/02/05.

vez maior nos estudos da história social do país¹³³; Realizou-se mais uma sessão de estudos de etnografia, no Museu de Etnografia e História do Porto, sob a presidência do seu Director, Dr. Fernando de Castro Pires de Lima. Foi conferente o Prof. Robert C. Smith (...)”¹³⁴.

Aquelas contribuições ostentam as esperadas competência e inteligência criativa. Mas, não menos, o seu amor pelas nossas coisas, autêntico e exemplar: “Mandaram-me de Matosinhos 60 exemplares das táboas votivas, e, para celebrar a remessa, escrevi uma comunicação acerca de mais duas (...)”¹³⁵.

Nessa atitude, e sem exceder os limites da matéria a que sempre aqui nos obrigámos, é justo frisar que não esteve só: “Quanto ao seu desejo de ver o meu trabalhinho das táboas votivas, fique descansado. O director da revista prometeu mandar um exemplar ao meu amigo e vários outros *aficionados* do assunto (...)”¹³⁶.

Esta difusão, informal mas selecta, teve evidentemente influência na promoção do tema votivo nos meios cultos do País: “Saiu de aqui, há pouco, o nosso excelente Amigo Senhor P.º João, que me trouxe notícias de outros amigos, e me perguntou se eu recebera o trabalho do Smith. Sim, recebi este opúsculo (?), e com ele passei uma bela tarde. Ainda outras me fará passar (gosto de confrontar vagarosamente, em obras desta natureza, as descrições dos autores com as respectivas estampas), além de vir enriquecer a minha modestíssima biblioteca da especialidade. Esta frase um tanto acaciana diz aqui rigorosamente o que pretende dizer¹³⁷; (...) E as suas antiguidades? O Prof. Robert Smith publicou nos Estados Unidos mais um trabalho sobre tábuas votivas. Vai-mo mandar, e depois lho mostrarei¹³⁸; (...) Enquanto lhe não mando a separata sobre o Menino Jesus¹³⁹, envio-lhe esta revista americana onde o Smith revelou algumas tábuas votivas de Vila do Conde (...)”¹⁴⁰.

¹³³ SMITH, Robert C. - “Alguns Ex-Votos...”, p. 167.

¹³⁴ Conferência de finais de Fevereiro de 1968 - cf. *supra* nota n.º 35.

¹³⁵ Carta de R. C. S. (Filadélfia) para F. G. (Porto), 1966/10/26.

¹³⁶ Carta de R. C. S. (Filadélfia) para F. G. (Porto), 1967/06/16.

¹³⁷ Carta de J. R. (Lisboa) para F. G. (Porto), 1966/12/27 - cf. MARQUES, João Francisco - *Ob. cit.*, p. 132. Nesta carta do escritor e coleccionador ao historiador de arte é mencionado o autor da exaustiva e profunda “monografia de uma amizade”, sendo fácil, atendendo à data e ao teor da referência, identificar o texto de Robert Smith em causa como sendo o ensaio de Matosinhos.

¹³⁸ Carta de F. G. (Porto) para J. R. (Vila do Conde), 1967/09/03 - cf. IDEM - *Ibidem*, p. 142.

¹³⁹ Refere-se a GONÇALVES, Flávio - *O vestuário mundano de algumas imagens do Menino Jesus*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1967 (sep. da “Revista de Etnografia”, n.º 17).

¹⁴⁰ Carta de F. G. (Porto) para J. R. (Vila do Conde), 1967/11/28 - cf. MARQUES, João Francisco - *Ob. cit.*, p. 149.

E ainda neste ponto a acção, directa e indirecta, de Flávio Gonçalves (e de outros estudiosos, diga-se, alguns dos quais mereceriam atenção especial que aqui já não cabe) nos surge confirmada.

Em seu tempo, o tremendo *amor aplicado* de Smith a estas imagens vívidas de comum cultura “lusitana” - como os brasileiros acertadamente adjectivam esta categoria votiva cénica, distinguindo-a entre as diversas, e notáveis, que possuem - mereceu, de facto, muita e multiforme receptividade e mesmo o maior louvor, talvez porque era já indesmentível o alcance da sua herança.

Encontramos nela, repare-se, no último parágrafo do último texto dedicado a esta matéria que examinamos, já não a ânsia positivista de ver o passado do móvel ou do traje através da memória votiva. Mas antes o reconhecimento honesto, convicto e empolgado (e por que não?) da trans-contextualidade de símbolos e valores estéticos de raiz popular: “Daí vem, em grande parte, o poder estético da tábuva votiva como símbolo cultural, que profundamente nos comove. A pintura de ex-voto, como a imaginária de barro ou madeira, seduz porque vem directamente da vida do povo e fala com a força da autenticidade e a vitalidade perene da arte popular. Expressão efectivamente terminada com o fim de Oitocentos, merece, além dos seus valores histórico-sociais, um lugar importante na história da arte luso-brasileira por ter abrigado e nutrido no passado qualidades de abstracção e estilização universalmente presentes em todos os ramos da arte de hoje em dia”¹⁴¹.

¹⁴¹ SMITH, Robert C. - “O carácter da tábuva votiva...”, p. 61.

AGOSTINHO ARAÚJO

Amândio Jorge Morais Barros

Instituto de História Moderna da Universidade do Porto

Oligarquia política e elite económica no Porto dos séculos XV e XVI

Resumo

Neste trabalho, procuro encontrar as grandes diferenças e clivagens entre as elites mercantis da cidade do Porto na viragem da Idade Média para a Época Moderna. Tentarei caracterizar o ambiente económico, político e social do Porto deste período salientando o clima de confronto que se gerou com o aparecimento de novos mercadores que desafiam o poderio da tradicional burguesia portuense, cristalizada por força da conjuntura vivida mas, ainda assim, detentora do poder autárquico.

Abstract

This essay aims to point out the major differences and conflicts amongst mercantile elites in Porto during the transition from the Middle Ages to the Early Modern Period. The main focus falls on describing the economic dynamics as well as the political and social setting of the time, with special emphasis placed on the environment of hostility resulting from the arrival of new merchants in Porto. The supremacy of the traditional Porto bourgeoisie was then faced with a challenge, becoming decadent in terms of economic wealth, while still holding nevertheless municipal authority.

1. Introdução

Em setembro. outubro de 1568 sendo vreadores manuel soares, diogo brandão pereira, gonçalo alvares / aluo, Manuel de moura, fizerão almotace a hum / francisco vaz leterado e procurador, que sempre foi tido por / christão nouo e seu paj e maj e Irmãos e isto he / publico e o foi sempre. E diziam os antigos que / nunca outro o fora. Eu asi na cidade como / no estudo sempre sej que foi auido por tal, mas / a sello ou não não o sej, mas sempre conversou homens honrrados e comja tousinho lamprea / e sabia pouquo ou nada da lej de mouses e sempre / teue mostras de bom christão e seu paj tal moreo¹.

¹ DIAS, Licenciado Francisco – *Memórias quinhentistas dum Procurador Del Rei no Porto*, edição de Artur de Magalhães Basto. Porto: Câmara Municipal/Gabinete de História da Cidade, 1937, p. 39.

É com estas palavras que Francisco Dias descreve a celeuma que rodeou a eleição de um cristão-novo para um cargo honrado na cidade e vedado a todos quantos não podiam dar prova de limpeza de sangue. O almotacé estava incumbido de fiscalizar a actividade económica e uma das suas atribuições, aliás largamente accionada, era multar os infractores. Ora, numa sociedade marcada pelo proselitismo religioso, para muitos era impensável que um homem de nação, mesmo que “comesse toucinho e lampreia” e tivesse o prestígio deste letrado, pudesse “enxovalhar” cristãos-velhos, fosse qual fosse a sua condição. Note-se que corria já a segunda metade do século XVI e ainda se levantavam problemas deste tipo, num burgo que devia a sua prosperidade económica aos mesmos cristãos-novos. Encontramos mais uma prova destes preconceitos sociais na raridade dos casamentos mistos e no falatório que eles suscitavam. Casamentos recentes: “o primeiro homem honrrado christão vellho que casou com christã noua, conta-nos o mesmo Francisco Dias, foj Antonio leite que casou com huma filha de diogo de paaz”². Trata-se de um poderoso comerciante do Porto, acumulando essa qualidade com a de rendeiro da Alfândega do Porto. Portanto, entre a intolerância, havia excepções e quem percebesse as vantagens destas uniões. Casado com Mécia de Paz, em 1559, este António Leite surge como feitor da mesma Alfândega desde aquela data até, pelo menos, 1569, beneficiando de um lugar que o colocava em posição estratégica para fazer fortuna nos circuitos de comércio internacional nos quais o sogro e os seus sócios se envolviam.

Se estes episódios ocorrem em meados de Quinhentos, a sua raiz é mais profunda. Remonta aos anos finais do século XV, quando se fixaram no Porto as primeiras famílias de conversos castelhanos, acolhidas em Portugal na sequência da legislação religiosa aprovada pelos Reis Católicos³. Esta instalação ocorreu numa altura delicada para a cidade e teve consequências profundas a médio e longo prazo. Com a redução dos horizontes comerciais provocada pela orientação da política comercial portuguesa, voltada preferencialmente para a expansão ul-

² Idem, p. 20. O procurador regista mais duas alianças: António Ribeiro, com uma filha de outro rendeiro da Alfândega, Diogo Fernandes, e Henrique Homem, que contraiu matrimónio com uma filha de Henrique Gomes.

³ Esta temática pode ser estudada nos seguintes trabalhos, referências para o presente estudo: SUÁREZ FERNÁNDEZ, L. – *Los Reyes Católicos. La expansión de la fe*. Madrid: Ediciones RIALP, 1990; LADERO QUESADA, M.A. – *La España de los Reyes Católicos*. Madrid: Alianza Editorial, 1999; RÁBADE OBRADÓ, M. del P. – *Religiosidad y práctica religiosa entre los conversos castellanos (1483-1507)*, in “Boletín de la Real Academia de La Historia”, tomo CXCV, cuaderno I (enero-abril), 1997, p. 83-141; ALPERT, M. – *Criptojudaísmo e Inquisición en los siglos XVII y XVIII*. Barcelona: Editorial Ariel, 2001; RUMEU DE ARMAS, A. – *El decreto de 1492 expulsando a los judíos de Castilla. Anomalías cancellerescas*, in “Boletín de la Real Academia de La Historia”, tomo CXCV, cuaderno I (enero-abril), 1998, p. 1-17. No caso português continua a ser essencial a consulta de clássicos como os de SARAIVA, A. J. – *Inquisição e cristãos-novos*. Porto: Editorial Inova, 1969 e AZEVEDO, J. L. de – *História dos cristãos-novos portugueses*, 3ª edição. Lisboa: Clássica Editora, 1989.

tramarina no Índico e blindada em mecanismos de monopólio restritivos, a frota portuense perdeu ainda capacidade de intervenção no transporte internacional com a quebra da procura e o desgaste provocado pelos assaltos franceses durante a primeira metade do século XVI⁴. Esta conjuntura foi duramente sentida nos meios mercantis da cidade, cujos protagonistas detinham, em simultâneo, o poder político na urbe.

Em larga medida, a solução para os problemas radicou na vitalidade dos novos mercadores, e consistiu na exploração de renovados circuitos, atlânticos, por eles dinamizados. Estrategicamente colocados, na Península como nos principais centros de comércio internacional, a eles se deveu a transformação do Porto em cidade portuária de referência nos alvares da Época Moderna, particularmente no que diz respeito à introdução na Europa de mercadorias como o açúcar, tornado artigo de consumo corrente, gerador de proventos nunca antes alcançados. Todavia, e como os exemplos relatados demonstram, esse movimento foi pautado por rivalidades e conflitos, muitas vezes insanáveis, que são, no fundo, expressão de um fenómeno de recomposição das oligarquias e elites urbanas, campo de investigação de ponta⁵.

Rivalidade. Conflito. Decadência e ascensão. Luta pela manutenção de poderes, estratégias de afirmação social. Alianças de conveniência e acordos entre partes. Como se de duas cidades se tratasse: a dos mercadores e a da Câmara. É disso que este trabalho trata. Sinteticamente tentarei caracterizar os grupos em confronto e apontar os resultados de um processo cujo estudo ainda está longe de terminar.

2. Traços gerais da burguesia portuense do século XV

Para uma compreensão global dos fenómenos que afectaram a cidade nos finais da Idade Média importa conhecer o grupo burguês portuense, o que farei brevemente socorrendo-me de um ensaio essencial de Armindo de Sousa⁶.

⁴ Fenómeno estudado por FERREIRA, Ana Maria Pereira – *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*. Redondo: Patrimonia Historica, 1995.

⁵ Consulte-se, entre outros, RUCQUOI, A. – “Las oligarquias urbanas y las primeras burguesías en Castilla”, in *El Tratado de Tordesillas y su época, Congreso Internacional de Historia*. Junta de Castilla y León / V Centenario de Tordesillas / CNPCDP, 1995, vol. I, p. 345-369; *Oligarquias políticas y elites económicas en las ciudades bajomedievales (siglos XIV-XVI)*, Rafael Narbona, coord. “Revista d’História Medieval”, 9. Universidade de Valência, 1998 e *Elites e redes clientelares na Idade Média. Problemas metodológicos*, Filipe Themudo Barata (editor). Actas do colóquio realizado em Évora no ano 2000. Lisboa: Edições Colibri/Universidade de Évora, 2001. Este trabalho deve muito ao programa enunciado por SORIA MESA, Enrique - *Los estudios sobre las oligarquias municipales en la Castilla moderna. Un balance en claroscuro*, in “Manuscripts: Revista d’ história moderna”, 18, 2000, p. 185-197, publicação da Universidade Autònoma de Barcelona.

⁶ *Conflitos entre o Bispo e a Câmara do Porto nos meados do século XV. 1ª parte: os grupos em confronto*, in “Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto”, 2ª série, vol. I, 1983, p. 21. É também

Beneficiando do facto de o vale do Douro ter demonstrado uma precoce capacidade de recuperação da “crise” do século XIV, estes homens prosperaram e encetaram uma luta tenaz pelo controlo da administração da cidade (desde há séculos um senhorio episcopal) que teve o seu epílogo quando o burgo passou a integrar os domínios da Coroa por contrato entre o rei D. João I e o prelado do Porto D. Gil Alma (1406).

Chegados ao poder, estes mercadores, proprietários de navios, ourives, cambistas e agentes superiores do fisco constituem-se num escol governativo. Numa oligarquia organizada de escassas dezenas de famílias. Hereditária. Hermética. Ostentam riqueza monetária gerada no comércio, numa época em que o dinheiro escasseia, mas, paulatinamente, passam a deter a posse de bens fundiários na cidade e seu termo. Esboçava-se, assim, uma aristocracia com um comportamento muito semelhante ao da nobreza – que inclusivamente exibia símbolos heráldicos, tal como via fazer aos burgueses do Norte da Europa, com quem contactava. O comércio era a razão de ser deste grupo e sê-lo-ia por algum tempo mais. O dinheiro resultava das viagens dos seus navios – nesta altura são os mais importantes proprietários de barcos e têm os mareantes como seus “assalariados” – à França, Ilhas Britânicas, Flandres e Itália. Envolvidos numa cabotagem alargada, transaccionavam têxteis, importavam ferro, armamento, cereais; exportavam couros, pescado, vinhos, poucos, e, já com o século XV adiantado, corantes e açúcares insulares. O centro nevrálgico das suas operações era a Flandres onde, à semelhança de outras comunidades europeias existia uma feitoria. Nesta casa da “nação” portuguesa⁷, a cidade do Porto, os seus navios e mercadores, desempenhavam um papel de primeiro plano. Mas também a França e os seus portos. Como La Rochelle, ponto de encontro de gentes, comércios e culturas. La Rochelle de onde os portuenses, com o comércio, trazem modelos culturais que aplicam nos edifícios mais emblemáticos da cidade, como a Sé, verdadeira obra de influência limosina⁸, prova de que a economia e o comércio são os meios mais eficazes de aporção, divulgação e consumo de bens culturais.

No final do século, malgrado elementos de modernidade revelados (cosmopolitismo, nível cultural elevado, importância atribuída ao dinheiro e à vivência que ele permitia notada ao nível das mentalidades, nos poucos testamentos conhecidos,

proveitosa a consulta do livro de COSTA, Adelaide L. P. M. da – “Vereação” e “Vereadores”. *O governo do Porto em finais do século XV*. Porto: Câmara Municipal/Arquivo Histórico, 1993.

⁷ Funcionava nos moldes descritos por CASADO ALONSO, H. – *Las colónias de mercaderes castellanos en Europa (siglos XV y XVI)*, in *Castilla y Europa. Comercio y mercaderes en los siglos XIV, XV y XVI*, Hilario Casado Alonso (editor). Burgos: Excma. Diputación Provincial de Burgos, 1995, p. 15-56.

⁸ Como demonstrou Carlos Alberto Ferreira de Almeida. Ver, por exemplo, *História da Arte em Portugal. O Românico*. Lisboa: Editorial Presença, 2001, p. 114-116.

e preocupação com o tempo⁹) esta elite parece ter cristalizado. E, apesar de se valer de mecanismos defensivos que perpetuam a sua posição no poder (como as elites de outros lugares vivendo os mesmos problemas) parece não estar em condições de enfrentar o grande desafio que se aproximava.

3. A burguesia portuense de Quatrocentos: um grupo decadente?

No século XV, a evolução comercial do Porto atingiu um pico graças aos empreendimentos já aqui evocados, começando a conjuntura a inverter-se nas últimas décadas dessa mesma centúria. Influenciando este quadro está um conjunto de decisões aprovadas desde D. João II que tendem a reduzir a capacidade de intervenção comercial dos tratantes do Porto. Desde logo, normas restritivas sobre exportação de couros enfraquecendo a posição mantida até essa altura pelo burgo nos mercados receptores do Levante ibérico¹⁰ e, com maior repercussão, as sucessivas tentativas de monopólio régio sobre o trato do açúcar madeirense, questão que atravessou os reinados de D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I e que, apesar de combatida com parcial sucesso, não deixou de causar transtornos¹¹.

Há outros problemas mais profundos, mas pouco claros por falta de fontes, que acentuaram a sensação de decadência sentida na cidade, manifestada em algumas cartas trocadas com o Rei. O principal liga-se à questão geral da expansão ultramarina portuguesa neste período e, em particular, à questão da Índia. Como afirmou Armindo de Sousa, sintetizando o que sabemos sobre o assunto, o Porto chegou tarde e mal à Expansão. Com negócios seguros e lucrativos nos mercados europeus, parecia aos dirigentes-oligarcas-mercadores da cidade que a aposta maciça em projecto expansionista incerto era errada ou, ao menos, insensata. E não se inibiam de manifestar essa opinião. Sussurros acerca de expedições e requisições de navios colocavam-nos em guarda, prontos para recusar o empréstimo dos seus barcos e protestar, exigindo a dispensa de tal fossado. Certamente há aqui matéria a discutir, a avaliar, a rever e a matizar. Mas, no estado actual da arte, é esta a impressão que fica do discurso burguês portuense de Quatrocentos. Quando os dividendos da empresa começam a ser evidentes e prometedores, parece ser demasiado tarde para rever posições. Trata-se de outra afirmação a confirmar¹².

⁹ Desde o século XV que no Porto existem relógios mecânicos. Sobre o seu significado na mentalidade burguesa dos séculos XV e XVI ver CURTO, D. R. – “As concepções do tempo”, in *O tempo de Vasco da Gama*, direcção de Diogo Ramada Curto. S/I: CNCDP/Difel, 1998, p. 93.

¹⁰ Comprometida com os problemas marítimos em Valência que conduziram a represálias e à instauração do conhecido “dret português”.

¹¹ Questão que perpassa as vereações de inícios do século XVI. Sobre este assunto ver PEDREIRA, J. M. – “Mercadores e formas de mercantilização”, in *O tempo de Vasco da Gama*, citado, p. 157-158.

¹² Por exemplo, as alfândegas do Entre Douro e Minho não se ressentiram e terão mesmo aumentado o seu volume de negócios – como Vila do Conde no início do século XVI.

Tem-se considerado que por vontade régia (vide o monopólio do trato oriental desde 1506) ou por incapacidade da burguesia nacional em competir com os fortes mercadores/financiadores estrangeiros, a cidade (como a generalidade dos centros portuários) foi afastada deste movimento¹³ e sofreu com isso.

Por diversos motivos (falta de documentação, repetidas alusões ao “trato abatido” e grandes perdas comerciais, provável dificuldade de adaptação aos novos tempos), entre os últimos anos do século XV e os primeiros do século XVI a sociedade mercantil portuense terá passado dificuldades. De protagonistas em alguns empreendimentos internacionais passam a actores secundários, a custo no activo.

4. O problema judaico-converso e seus reflexos no Porto

É no quadro de aparente crise local que a oligarquia tem de enfrentar o problema judaico-converso. Que vem colocar em causa certos fundamentos da sociedade portuense. E vem trazer alguma instabilidade no seio da ordem burguesa.

Importa insistir nesta ideia: “se o grupo dos burgueses do Porto merece o qualificativo de *onda do futuro*, tal como é costume dizer-se da burguesia quatrocentista em geral, é conveniente especificar que a onda foi de ressaca, que o grupo foi conquistando modernidade às cavalitas da maré, a contragosto, por virtude de actuações tácticas impostas do exterior, de cima para baixo. É que se lhe fosse dado a escolher, teria preferido perpetuar-se como *ordem*”¹⁴. Depois de duros confrontos com o bispo de meados do século o grupo reorganizou-se e, como Armindo de Sousa augurava, transformou-se em *ordem*. Uma ordem social economicamente enfraquecida, à qual é lançado um forte repto e que se verá obrigada a cerrar fileiras para enfrentar concorrentes directos e temíveis.

Tão complexo como o processo de expulsão de Castela (expulsão de judeus e fuga de cristãos-novos) é o de instalação em Portugal. Quando lemos relatos das crónicas e alguns estudos, parece que houve como que um debandada geral desorganizada. Contudo, a documentação disponível parece apontar noutro sentido: em inúmeros casos houve tempo para preparar a partida, analisar possíveis pontos de acolhimento e entabular contactos com comunidades afins.

Entre as vantagens que o Porto apresentava, destaco as seguintes:

- Segurança relativa. As notícias de Lisboa não eram animadoras. Essa cidade era povoada por grande “multidão de gentes” que, ao mínimo pretexto se

¹³ Juízo tradicionalmente aceite mas que penso deverá ser revisto. Se bem que a ideia geral não se deva contestar – é difícil detectar participação do Porto no trato da carreira da Índia – há uma forte intervenção de meios humanos e materiais, leia-se náuticos e navios, e logística portuenses nesta empresa.

¹⁴ SOUSA, A. de – *Conflitos entre o Bispo...*, p. 42.

transformavam em turbas enfurecidas. Os relatos de massacres na comuna judaica em 1482 na sequência da entrada de um grupo numeroso de conversos eram preocupantes. Em contrapartida, por todo o vale do Douro parece ter havido, na Idade Média, um relacionamento pacífico entre as duas comunidades religiosas. Por exemplo, em Lamego são evidentes os sinais de crescimento da judiaria e da multiplicação de contratos entre judeus e cristãos nos quais cada parte “jurava na sua fé”¹⁵. No Porto, onde surpreendemos um quadro de relações idêntico, não consta que tenha havido violência como em Lisboa.

- Organização aduaneira. Existia uma organização alfandegária eficaz, uma estrutura aduaneira homogénea, consolidada desde o século XV, expressão de certa modernidade relativamente a outras nações marítimas europeias, a começar por Castela. Ouçamos João Cordeiro Pereira: “o peso do mar na vida económica do Estado consubstanciou-se em normas concretas de Direito e um sistema alfandegário que, a par da Inglaterra e das Repúblicas Italianas, é dos mais antigos e coerentes da Europa”¹⁶. Os novos mercadores saberão aproveitar-se disso. Não é por acaso que a sua chegada coincide com o aumento do volume de negócios (notado no vizinho porto de Vila do Conde) e nos sucessivos arrendamentos das alfândegas então feitos por “homens de nação”¹⁷.

- Aproveitamento do posicionamento da cidade. Há muito que o Porto se tornara cabeça de uma populosa região, o Entre Douro e Minho, cuja representação em cortes e junto do Rei se encarregava, em muitos casos, de assegurar. Graças ao *hinterland*, o essencial do abastecimento de mercadorias de consumo local e de exportação estava assegurado. Mas não totalmente potenciado. O processo é muito complexo para ser analisado nesta altura. Sem dúvida que há circuitos medievais experimentados. Sem dúvida que há muito tempo chegavam ao cais da cidade os vinhos, azeites, cereais, carnes, couros, sumagres do Douro, Trás-os-Montes, Entre Douro e Minho e Beiras. Mas é com o estabelecimento dos novos agentes pelos centros nevrálgicos do interior e dos seus contactos com o outro lado da fronteira, da fronteira permeável¹⁸ que autoriza um vaivém constante de homens e de mercadorias, que se canaliza um forte investimento para culturas e produções lucrativas como o vinho e o sumagre, este último fundamental para as indústrias têxtil e de calçado, em que as novas companhias apostam em larga

¹⁵ Em boa medida estarão na origem do desenvolvimento da viticultura e do comércio de sumagres à escala internacional. Trata-se de um estudo ainda por fazer.

¹⁶ *Para a história das alfândegas em Portugal no início do século XVI (Vila do Conde – organização e movimento)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1983, p. 26.

¹⁷ Como Gomes de Paz de quem falei adiante. *Idem*, p. 39.

¹⁸ CASADO ALONSO, H. – *El triunfo de Mercurio. La presencia castellana en Europa (siglos XV y XVI)*. Burgos: Cajacírculo, 2003, p. 123.

escala¹⁹. Estas, com realce para os contactos e solidariedades inter-fronteiriças, reforçados neste período tal como deixam entender os estudos de Máximo Diago sobre a elite judaica de Soria²⁰, prenunciam um novo e interessante quadro económico que se imporá em poucas dezenas de anos. A leitura destes trabalhos, inclusive, faz pensar se, em última análise, o mandado de expulsão dos judeus não terá representado mais uma forma de alargamento das redes judaico-conversas peninsulares, tendo em conta que as famílias que regressaram às suas terras de origem deixaram representantes nos lugares onde estiveram refugiadas.

- Quadro de relações internacionais. Perpassa toda a exposição anterior. Estes agentes movem-se num universo de relações internacionais amplo, do Norte da Europa ao Mediterrâneo. Contudo, embora explorem todas as vias existentes, a sua aposta fundamental irá para a concentração de esforços e de investimentos no sistema atlântico, que no fundo criaram, no qual estabeleceram uma teia de relações, de redes ou articulações reticulares estratégicas com base na sua vasta experiência organizacional em território ibérico. A sua participação no trato insular é notável (e primeiro elemento revigorante da economia mercantil da cidade) mas a sua projecção para o Brasil, Índias de Castela e Flandres (Antuérpia e, mais tarde, Amesterdão) representará o culminar da expansão mercantil do Porto moderno²¹.

5. Reacções ao ingresso

Muito do seu sucesso resulta da fraqueza do grupo mercantil instalado. Que faz coro com outros concelhos portugueses nos protestos contra as levas de conversos entradas no reino. Nas Cortes de 1481, Évora, os povos, isto é, as elites municipais insurgem-se contra estes movimentos migratórios dando a perceber, segundo Baquero Moreno, a proliferação de um “ambiente de frustração na medida em que essas famílias possuidoras de avultadas fortunas significavam uma potencial ameaça para os interesses da débil burguesia portuguesa”²². A isto somava-se uma

¹⁹ Não é coincidência a expansão da comunidade cristã-nova em S. João da Pesqueira, Douro (com base numa comuna judaica secular), centro nevrálgico da exportação de sumagres para o Porto ao longo do século XVI.

²⁰ DIAGO HERNANDO, M. – *Efectos del decreto de expulsión de 1492 sobre el grupo de mercaderes y financieros judíos de la ciudad de Soria*, in *Judaísmo Hispano, Estudios en memoria de José Luis Lacave Riaño*. Madrid: Junta de Castilla y León / Diputación Provincial de Burgos / The Rich Foundation / Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2002, p. 749-764 e, do mesmo autor, *La burguesía en Soria durante el reinado de los Reyes Católicos*, in *La burguesía española en la Edad Moderna*, Luis Miguel Enciso Recio coordenador. Valladolid: Universidad de Valladolid / Fundación Duques de Soria / V Centenario del Tratado de Tordesillas, 1996, Tomo III, p. 1385-1396.

²¹ BARROS, A. J. M. – *Vinhos de escala e negócios das Ilhas*. Porto: GEHVID, 2004.

²² MORENO, H. B. – *Reflexos na cidade do Porto da entrada dos conversos em Portugal nos fins do século XV*, in “Revista de História”, vol. I. Porto: INIC/Centro de História da Universidade do Porto, 1978, p. 11.

argumentação enraizada nas mentalidades, ignorantes e supersticiosas, segundo a qual os judeus e cristãos-novos vindos de Espanha eram portadores do vírus epidémico da peste que afectava toda a Península Ibérica – num discurso que ainda perdurará no corógrafo Rui Fernandes já em pleno século XVI²³. Acima de tudo, o que se defende em Évora é a manutenção de privilégios comerciais e o afastamento de concorrentes, jogando todos os trunfos.

Chegados à cidade do Porto, os cristãos-novos reproduzem os modelos que lhes valeram sucessos comerciais nos seus locais de origem. Note-se que estes mercadores, bem relacionados em pontos-chave do mundo do negócio internacional, e graças às redes que alimentavam, traziam consigo novas perspectivas empresariais. Podiam proporcionar lucros a médio e longo prazo e, também, rendimentos imediatos. Há autarcas portuenses que não são insensíveis a estas mais-valias.

D. João II também o compreendia e via vantagens no facto. Quando, em 1492, os judeus são expulsos de Espanha, entre 80 mil²⁴ e 90 mil²⁵ terão fugido para Portugal onde, por uma licença de permanência de 8 meses pagaram ao fisco 8 cruzados. Além das receitas imediatas interessava atrair capitais para os empreendimentos que se aproximavam. Capital era coisa que não lhes faltava. Tratava-se de homens que controlavam a finança internacional. A sua presença, junto de mercadores enfraquecidos, ligados ao transporte de mercadorias de fraco valor e em nítida quebra de negócios perante o avanço dos estrangeiros, só podia ter um resultado: a anulação desses débeis comerciantes.

O Porto via o problema agudizar-se em 1484. E quem primeiramente o denunciou foi a comuna de judeus da cidade temendo que, por causa da chegada dos conversos, “lhes seer feicto alguu dano e sem rrezam”²⁶. No ano seguinte, é a vez da Câmara, que regista, para que conste, a sua decidida oposição a este acolhimento decidindo que vindo alguns, “os nom consentisem na cidade e esses que ja aqui estam que os juizes e officiaees os lancem logo fora”, decisão que se repete em Março de 1487²⁷.

²³ *Descrição do terreno em redor de Lamego duas léguas [1531-1532]*, edição de Amândio Jorge Morais Barros. Lamego: Beira Douro, 2001, p. 119.

²⁴ LADERO QUESADA, M. A. – *La España de los Reys...*, p. 311.

²⁵ SUÁREZ FERNÁNDEZ, L. – *Los Reyes Católicos...*, p. 108-109.

²⁶ Arquivo Histórico Municipal do Porto – *Vereações*, liv. 4, fls. 98v-100. Mais uma prova de que não se devem confundir os dois grupos. Nas origens da Inquisição de Goa encontram-se queixas, repetidas desde 1527, contra os cristãos-novos que na Índia se vinham instalando, nunca se referindo a questão dos judeus que aí estavam desde longa data (com uma forte comunidade em Cochim) e continuaram a estar, exercendo mesmo proselitismo religioso. MEA, E. – *A inquisição de Coimbra no século XVI. A instituição, os homens e a sociedade*. Porto: Fundação Engº António de Almeida, 1997, p. 84.

²⁷ Elvira Mea considera que “no país, eram provavelmente as forças concelhias e representantes da burguesia urbana quem mais puxava para a expulsão dos judeus já que estes eram concorrentes temíveis no campo comercial e ao nível dos ofícios”; *o. c.*, p. 39. Por seu turno Eloy Benito Ruano pensa que

Mas isso significava contrariar mandados régios. E D. João II era monarca que não convinha contrariar. Para mais quando vislumbrava proveito na presença dessas gentes no reino e, em particular no Porto. Talvez se deva também admitir que o Rei possuía informações sobre o sucedido em Castela onde mercadores e financeiros estrangeiros tomaram rapidamente o lugar deixado vago por judeus e cristãos-novos trãnsfugas criando-se, assim, outro foco de dependência²⁸. Logo em 1484, contra a opinião da Câmara, dispensa dois cristãos-novos de contribuírem na taxa lançada pelo município para cobrir as despesas da sua estadia no burgo²⁹. E, em Abril de 1487, depois da decisão municipal atrás citada, censura o comportamento dos vereadores.

Mais tarde, em 1492, autorizou o Grande Rabino de Castela Isaac Aboab e trinta famílias, a instalarem-se na urbe³⁰. Facto consumado: alguns dos mais poderosos elementos judaico-conversos estavam de pleno direito a morar no Porto.

A partir de então as contas da Câmara registam anualmente as rendas da “courela das trinta casas” da Rua de S. Miguel, ali bem junto da velha judiaria. Eis a origem dos cristãos-novos portuenses. Eis a origem da elite responsável pela globalização dos negócios do Porto. Eis, enfim, a origem de um conjunto de mercadores que não terá vida fácil na cidade e no reino. Ainda assim, os primeiros tempos foram de relativa acalmia. Será porventura por reconhecer a recomposição do tecido social portuense que o mesmo D. João II aprovará, em 1490, um grande conjunto de privilégios a favor dos cidadãos do Porto, entre os quais começavam a contar-se alguns cristãos-novos³¹. D. Manuel, apesar da pressão dos Reis Católicos, iludirá a questão com a obrigatoriedade de permanência das famílias judaicas e sua conversão forçada. Na abertura do século XVI um dos protagonistas da actividade económica da cidade é Gomes de Paz, cristão-novo entretanto abrangido pelo privilégio de cidadão do Porto³².

Em simultâneo, certos membros da velha aristocracia terão concluído que a presença destes recém-chegados poderia ser vantajosa. Poderia representar

não foi tanto a expansão do cripto-judaísmo (apontada por muitos como causa desta animosidade) mas a hipertrofia de cristãos com origens no judaísmo a causadora destas acusações como pretexto para as perseguições. *Los orígenes del problema converso*. Barcelona, 1976, citado por LADERO QUESADA, M. A. – *o. c.*, p. 317.

²⁸ LADERO QUESADA, M. A. – *La España de los Reyes...*, p. 334.

²⁹ AHMP – *Vereações*, liv. 2, fl. 32.

³⁰ Conseguindo novas e avultadas receitas imediatas estendendo essa permissão a outras 600 famílias em troca do pagamento de 100 cruzados cada.

³¹ Não sem forte oposição. *Corpus codicum*, vol. IV, p. 25-26. Confirmados por D. Manuel em 1496.

³² Passará a vida entre os seus negócios, o funcionalismo régio (encarregado do despacho das armadas) e, mais tarde (desde 1532), movendo todas as suas influências na corte portuguesa e em Roma em defesa da gente de nação. Este último aspecto em MEA, E. – *A inquisição de Coimbra...*, p. 46.

uma saída da crise e, portanto, conviria protegê-los contra eventuais excessos da populaça. Isso talvez explique o facto de não se terem registado no Porto actos de violência contra os cristãos-novos. Em 1506, na sequência dos massacres ocorridos na capital, D. Manuel escreve ao Porto regozijando-se pelo facto:

“ [...] por que jsto dos xpãos novos cumpre muito a nosso Serviço estar em todo assento, E se não mouer contra elles nenhum aluoroço nem cousa pequena nem grande de que a suas pessoas E fazendas se possa seguir algum dano, Vos encomendamos e mandamos que olheis por jso, E tomeis disso tal cuidado como de Vos confiamos”³³.

6. A preparação da supremacia comercial

Poucos anos depois de estabelecidos já se faziam notar. Em 1504, o navio do mestre André de Lousado chegava a Vila do Conde, proveniente de La Rochelle. Trazia têxteis para mercadores da cidade. Catorze declaram fazendas e pagam direitos. Gomes de Paz entrega ao fisco mais do que todos os outros juntos: era, de longe, o maior importador³⁴. Além disso tornara-se rendeiro (com outros parceiros) da alfândega de Vila do Conde, da sisa dos panos do Porto, e da dos bacalhaus e azeites do Entre Douro e Minho, Aveiro e Coimbra (nas cartas de quitação do reinado de D. Manuel é dos mais citados), numa intensa actividade que ele próprio e os seus familiares desenvolverão ao longo da centúria.

Marcante na actividade destes mercadores é a intervenção no trato das Ilhas, investindo em açúcar, corantes e vinhos, e na construção de um mercado ibérico integrado graças aos contactos que estabelecem entre centros económicos portugueses e castelhanos. E que tratarão de ampliar no decurso do século XVI. O mapa 1 é revelador quanto à estratégia de implantação destas comunidades e das potencialidades que não tardarão em explorar.

³³ *Corpus codicum*, vol. IV, p. 203.

³⁴ 119 400 reais. Refira-se que o maior contingente de importadores em Vila do Conde é do Porto e nele estão vários cristãos-novos. Do Porto e de Guimarães com quem há ligações vitais encetadas desde a Idade Média e agora, mais do que nunca, pujantes. Sobre este assunto ver PEREIRA, J. C. – *Para a história das alfândegas...*, p. 145-148.



Fonte: António José Saraiva,
António Borges Coelho,
ADP - Cartórios notariais (1548-1600).

miguel nogueira / 2004

Mapa 1 – Comunidades judaicas e cristãs.novas em contacto comercial com o Porto, nos séculos XV e XVI

Estes breves apontamentos demonstram a rapidez com que os novos mercadores alcançam posições de destaque no panorama comercial e do poderio económico que desenvolvem. Talvez não por acaso, em 1502 a contribuição da cidade num pedido régio é substancialmente aumentada. Facto que é expressamente apontado pelo monarca³⁵ e explica duas coisas:

- O interesse que D. Manuel tinha em manter no reino os cristãos-novos;
- Que estes tomaram o lugar das antigas comunas de judeus, quase sempre chamadas a contribuir neste tipo de obrigações e agora nem sequer mencionadas.

³⁵ “E assi pagarão os christãos nouos sem embargo de seu priuilegio porque jsto hé cousa de qualidade de que nom deuem dello ser escusos”. Mais adiante explica que “a repartição que ouemos por bem E nos pareceo que esse almoixerifado deuia pagar nestes Vinte contos são oitocentos E vinte mil reaes auendo respeito ás repartições passadas E assi aos christãos nouos que ora entram no dito pagamento”. *Corpus codicum*, vol. IV, p. 196.

7. Características dos novos mercadores

Alguns dos caracteres que definiam a burguesia do Porto medieval servem na perfeição a este grupo. Vivem do dinheiro e da sua circulação, são cosmopolitas, arrendam rendas de igrejas, comendas, mosteiros e do próprio bispado, que usam para fazer mais dinheiro trespassando-as com lucro. Percebem logo quais são os sectores nevrálgicos cujo controlo importa assegurar (as alfândegas, por exemplo) e, de imediato, lucrar com eles. Por outro lado formam um grupo culto, de gosto refinado e com dinheiro para o cultivar – as formas de propaganda de que farão uso (participação em instituições pias, em confrarias como a da Vitória ligada aos Vitória ou a dos mercadores em S. Domingos, com a compra de obras de arte, a construção de habitações mais luxuosas na melhor rua da cidade, a das Flores, e as formas de vestir³⁶) aí estão para o comprovar. Um grupo, finalmente, que amadurecendo a sua capacidade de intervenção, será responsável pela modernidade, pela colocação da cidade no mapa do trato internacional com o seu empenhamento profícuo na implantação de uma nova economia, atlântica, baseada no trato americano – só com os seus capitais e com os seus contactos vitais seria possível erguer a economia açucareira do Brasil da qual o Porto é o primeiro grande protagonista em conexão com outras cidades e portos estreitamente ligados pelas redes por eles instituídas³⁷ – e aprofundando uma ligação, que apenas agora começa a ser devidamente avaliada, aos centros económicos mais activos de Castela.

Caracterizemo-los resumidamente.

- Vivem do dinheiro e do giro de mercadorias. Como viveram os seus antecessores de Quatrocentos. Mas a um nível infinitamente superior. De tal forma que, naquele ano de 1502 é a oligarquia camarária a queixar-se ao Rei de que os novos mercadores, por ocasião de pedidos gerais, conseguiam ludibriar o fisco visto que, como o grosso da sua fazenda “é móvel e andar por via de trato”, torna-se difícil de avaliar para efeitos de cobrança de contribuições e impostos³⁸. Entre os primeiros a chegar encontramos homens da finança que erguem os fundamentos de casas bancárias como a de Dinis Eanes, em meados do século, Simão Vaz ou Jorge Lopes, no último quartel da centúria.

- Revelam forte espírito de iniciativa e preparação. Estudam as conjunturas e os mercados e, graças a essas competências, lideraram os principais empreendimentos da época. Convém referir que na base do seu êxito comercial está um conjunto de circunstâncias, tais como o estímulo do consumo revelado quer pelo mercado interno, ibérico, como pelo externo, europeu, pela instalação de colónias ibéricas

³⁶ Alguns serão detidos por uso indevido de seda.

³⁷ Como Vila do Conde ou Viana.

³⁸ *Corpus codicum*, vol. IV, p. 196.

na América e pela divulgação de produtos (tornados bens de consumo de massa, como o já referido açúcar), alterações estruturais nas quais têm grande responsabilidade³⁹. Este objectivo, só alcançado depois de muita persistência e maturado ao longo de várias décadas, ultrapassa o âmbito cronológico deste estudo. Mas é importante perceber, tal como aponta Barbara Solow na apresentação/síntese de um importante livro sobre o tráfico de escravos (um dos vectores dinâmicos em que eles mais se empenham) e a construção do sistema atlântico moderno, que há aqui como que a “preparação de um processo”, uma iniciativa empresarial que exigiu uma cuidada avaliação de recursos e a reunião de avultados capitais para dar frutos e transformar a economia mundial⁴⁰.

Espírito de iniciativa que emerge ainda no aproveitamento dos meios marítimos da cidade e dos portos vizinhos. Como os mercadores do século XV, os novos empresários também investem na propriedade de navios. Mas, em regra, preferem deixar esse investimento para os próprios náuticos (proliferam no Porto de Quinhentos as sociedades de mareantes donos de navios) e usar os seus serviços em percursos específicos. Foram, por isso, responsáveis pela taxa de ocupação de muitos navios e por uma espécie de “divisão do trabalho” no transporte. Nestes termos: usam barcos do Porto para as viagens em direcção ao Brasil – à medida que nos aproximamos da segunda metade do século – e servem-se dos de Vila do Conde para o percurso final até à Flandres, prática nítida desde o investimento inicial no trato insular, o primeiro a dar-lhes projecção internacional⁴¹.

- São cosmopolitas. Muito mais do que alguma vez foram os seus rivais da Câmara. Fazem a sua vida entre o Porto, Sevilha, Antuérpia, Amesterdão, Génova, Florença ou Roma. Importam têxteis de luxo, peças de casa, livros, painéis e trípticos flamengos, órgãos e charamelas, importam cultura de ponta. E produzem-na. Mas não deixam de ser quem são: mercadores, homens do trato. Como Bento Fernandes, opulento mercador de meados do século, que escreveu

³⁹ Foi em grande medida o consumo interno a estimular a economia castelhana nos séculos XV e XVI. Sobre este assunto ver CASADO ALONSO, H. – *El triunfo de Mercurio...*, p. 37 e seguintes.

⁴⁰ SOLOW, B. – Introdução ao livro *Slavery and the rise of the atlantic system*, edited by Barbara L. Solow. Cambridge: Cambridge University Press, 1991 (reimpressão digital em 2002), p. 3. Ver o estudo desta mesma investigadora “Slavery and colonization” publicado na mesma obra. Na p. 36, desenvolve estas ideias.

⁴¹ Desde a segunda metade do século XVI usam, crescentemente, a navegação comercial flamenga. Mas importa salientar o facto de, ao contrário de muitas ideias feitas sobre o trato atlântico, o Porto ser, durante muito tempo, a primeira e principal porta de entrada do açúcar brasileiro (sucendendo ao das Ilhas) e ter sido a partir desta cidade que se formaram algumas das principais redes mercantis europeias, papel que é tradicionalmente atribuído a Lisboa (facto que, na realidade, só se verifica mais tarde, sobretudo a partir de 1640). Ver a este propósito, a afirmação, que considero incorrecta, de Pierre Deyon, produzida na *História económica e social do mundo*, direcção de Pierre Léon, vol. II. Lisboa: Sá da Costa, p. 221. Sobre o *fâcies* e desempenho da frota vilacondense ver POLÓNIA, A. – *Vila do Conde um porto nortenho na expansão ultramarina quinhentista*, 2 volumes (dactil.). Porto: Faculdade de Letras, 1999.

um dos mais célebres tratados de contabilidade divulgado em Portugal, o *Tratado de arismética*.

Com eles revela-se e expande-se a arte maneirista flamenga no Porto de que é exemplo a primitiva Igreja e Santa Casa da Misericórdia, do mestre pedreiro Manuel Luís. É graças aos cristãos-novos, que dominam o trato com o Norte de Europa, que se divulgam obras de teoria arquitectónica de referência no mundo ocidental como o Tratado de Vredeman de Vries publicado na Flandres em 1565 e, no mesmo ano, seguido na construção de uma das mais emblemáticas obras do maneirismo portuense: a capela de Nossa Senhora de Agosto. Aliás, a chamada *decoreção vredemenina* seria amplamente usada ao longo da segunda metade de Quinhentos na Misericórdia⁴².

São responsáveis (directa e indirectamente) por uma pequena revolução urbanística no Porto promovendo a valorização da zona ocidental da cidade onde inscrevem os seus pontos-chave de reunião: o Largo de S. Domingos, a elegante

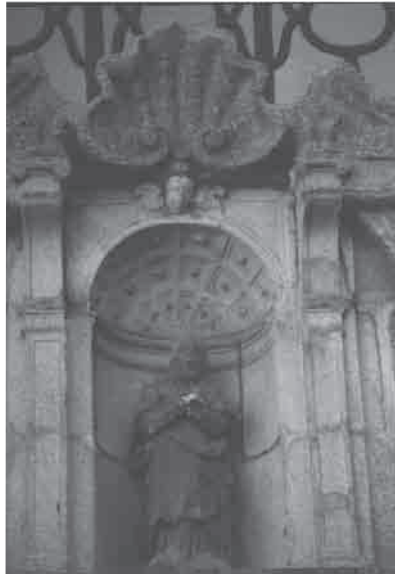
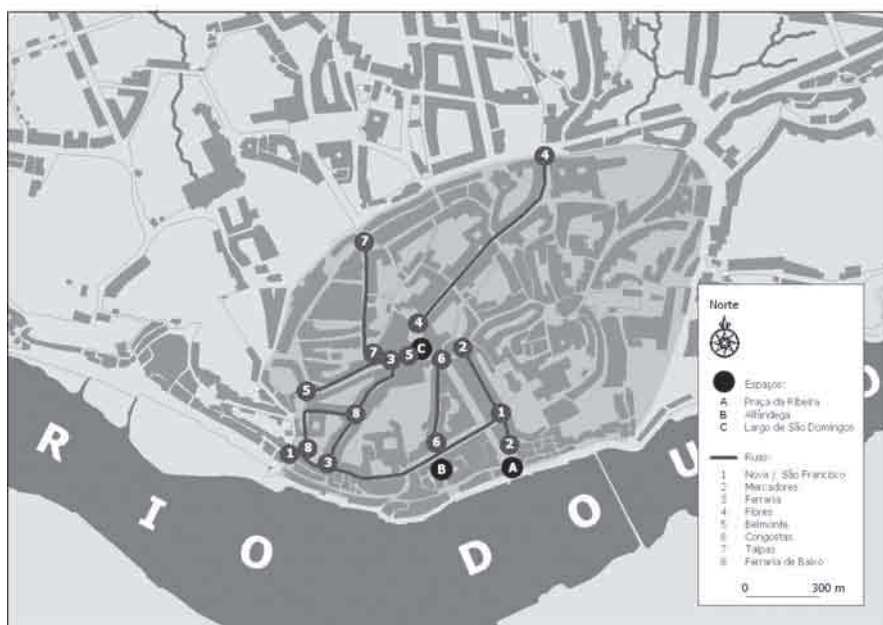


Foto 1 – Capela de Nossa Senhora de Agosto (século XVI)

Rua das Flores (aberta em 1521) e as comerciais ruas de S. Miguel e Belmonte. A opulenta Rua Nova (aberta nos primeiros anos do século XV), embora permaneça uma referência incontornável do Porto burguês e ribeirinho simboliza, no século

⁴² AFONSO, J. F. – *A capela de Nossa Senhora de Agosto ou dos Alfaiates*, in “Monumentos”, n.º 14 (Março, 2001). Lisboa: DGEMN, p. 59-63.

XVI, o último refúgio das velhas famílias. São eles, no fundo, os principais responsáveis pelo facto de o Porto se ter tornado, verdadeiramente, na sua feição, a última cidade do Norte da Europa. O mapa seguinte é bem revelador das diferenças estruturais/sociais entre a cidade de Quatrocentos e a cidade de Quinhentos.



Fonte: A. Barros, 2004.

Cidade do Porto, George Balck, 1813.

miguel nogueira / 2004

Mapa 2 – Elementos da cidade do Porto referidos ao longo do estudo

- Muitos deles ostentavam riqueza. No entanto, importa dizer que nem todos eram abastados e que havia diferenças entre eles. Ainda assim, parece imperar um certo espírito de grupo, solidário, transmitindo para o exterior uma imagem de prosperidade geral. Mas, inegavelmente que os há muito ricos. Como fica demonstrado nas casas modernas, amplas, ricamente decoradas, no número de familiares, criados e escravos que mantêm e têm ao seu serviço, no modo de vestir. A discrição que terá sido mantida nos primeiros tempos deu lugar a estilo de vida que provocará invejas entre o vulgo e os aristocratas falidos e lhes trará graves problemas na segunda metade do século XVI⁴³.

⁴³ O memorialista Francisco Dias dará eco desta situação referindo o luxo como uma das causas da decadência dos costumes. DIAS, Licenciado F. – *Memórias quinhentistas...*, p. 11.

8. Meios de fortuna dos mercadores de Quinhentos

Comércio e finança. São estes os domínios em que se movem com extrema facilidade as novas companhias comerciais tentaculares constituídas neste período. A comparação dos mapas de negócios da cidade nos séculos XV e XVI é um dos



Mapa 3 – Portos em contactos comerciais com o Porto, no século XV

meios mais eficazes para percebermos de que forma as coisas mudaram no Porto entre as duas centúrias.

Em pouco menos de um século grandes diferenças ocorreram. A cabotagem e o transporte de géneros deram lugar ao trato das grandes companhias, ao trato atlântico, ao trato triangular, fundados na circulação de produtos de grande



Mapa 4 – Portos com contactos comerciais com o Porto, no século XVI

mercado: açúcar, escravos, corantes, capitais, armamento e componentes para a construção naval. A par deste comércio de primeiro plano persiste uma cabotagem que, por imperativos estruturais próprios das economias de Antigo Regime, continua a ser indispensável. Os novos mercadores estão presentes em todos estes sectores e exploram todas as vantagens que o trato lhes proporciona. Se o têxtil e o artesanato eram importantes no século XV para fornecimento dos mercados europeus (sobretudo urbanos), continuarão a sê-lo no século XVI para abastecer esses mesmos clientes mais as zonas rurais (cada vez mais inter-conectadas com os centros litorâneos). Além disso, tornam-se indispensáveis na estruturação de

negócios como o tráfico de escravos. Desse modo cresce a importância de espaços como a Cantabria e a Biscaia (da “rota do ferro, armamento e aduela”), a Flandres (que se torna uma zona incontornável nos horizontes de todas as companhias de âmbito internacional) e a Hansa (fornecedora tradicional de mercadorias pesadas). É nestes espaços alargados que se movem mercadores e contratadores, os novos protagonistas do negócio. Uma última nota para individualizar os portos de Nantes e Bordéus: frequentados desde a Idade Média tornam-se particularmente interessantes em Quinhentos graças à instalação de colónias flamengas com quem os mercadores ibéricos se relacionam intimamente⁴⁴.

9. Conclusão

Nas páginas anteriores procurei dar a conhecer a forma como no Porto tardomedieval se constituiu uma elite governativa saída do grupo mercantil, e que desafios teve de enfrentar no início da Época Moderna.

Embora centrado no caso particular desta cidade, procurou-se enquadrar este estudo num conjunto de modificações que se sentiram no espaço ibérico entre finais da Idade Média e inícios da Idade Moderna. Desde a chegada ao trono de Espanha de Fernando de Aragão e Isabel de Castela até à década de 1550, a parte norte deste unificado estado peninsular conheceu um período de expansão firme e constante⁴⁵. A sua proximidade com Portugal, a proximidade da região mais activa e próspera do reino com a zona norte de Portugal exerceu influências de alcance assinalável que é necessário continuar a estudar. Parte destes desafios deveu-se ao problema judaico-converso.

Protegidos, perseguidos, expulsos e readmitidos, judeus e cristãos-novos tornaram-se tema obrigatório da agenda política dos estados peninsulares, referencial incontornável do debate político e presença desejada e repudiada nos mais importantes centros portuários ibéricos. Felipe Ruiz considera este tempo o tempo das origens do capitalismo em Castela. A prazo, também o será no Porto graças aos movimentos que aqui se descreveram⁴⁶.

⁴⁴ CRESPO SOLANA, A. – *Las comunidades mercantiles y el mantenimiento de los sistemas comerciales de España, Flandes y la República Holandesa, 1648-1750*, in *España y las 17 provincias de los Países Bajos. Una revisión historiográfica (XVI-XVIII)*, Ana Crespo Solana, Manuel Herrero Sánchez (coords.), tomo 2. Córdoba: Universidade de Córdoba, 2002, p. 449. De notar, ainda, a fortíssima articulação, de todos estes mercados, Porto incluído, com os centros costeiros do golfo da Biscaia, como tem demonstrado Jean-Philippe Priotti em diversos estudos; ver, em especial, *Bilbao et ses marchands au XVI^e siècle. Genèse d'une croissance*. Presses Universitaires du Septentrion, 2004.

⁴⁵ CASADO ALONSO, H. – *El triunfo de Mercurio...*, p. 35.

⁴⁶ RUIZ MARTÍN, F. – *Orígenes del capitalismo en Castilla*, in *El Tratado de Tordesillas y su Época, Congreso Internacional de Historia*, citado, vol. I, 1995, p. 177-196.

Chegaram judeus e por força das circunstâncias tornaram-se cristãos. Para isso valeram tanto as promessas e aliciamentos como os batismos forçados, em pé, e as conversões sinceras⁴⁷. No burgo portuense, depois de debates aceros acerca da sua presença e após as intervenções de D. João II e de D. Manuel, os cristãos-novos instalaram-se originando uma pequena revolução na estrutura sócio-económica da cidade. Activos mercadores trabalhando em rede, contactando com as principais praças europeias, detentores de capitais para investir no comércio e sabendo exactamente onde o fazer, tomaram o lugar da velha aristocracia comercial e transformaram a cidade, bem como a sua região envolvente, num espaço de “contínuo mercadejar”, na expressão de Frei Luís de Sousa.

Com a chegada dos cristãos-novos e das firmas comerciais que criaram (às vezes em associação com elementos das velhas famílias), com o impulso que deram à actividade comercial-marítima, com a “descoberta” e exploração sistemática de novos mercados, foi possível fazer da cidade um espaço de referência no comércio mundial do século XVI.

Alguns dos novos comerciantes viram elevar-se o seu estatuto social. Foi processo que beneficiou diversos membros mais destacados desta comunidade. Notório na elevação à categoria de cidadão ou cavaleiro, no desempenho de funções burocráticas ou na admissão a instituições prestigiadas como a confraria de Nossa Senhora das Neves, do mosteiro de S. Domingos⁴⁸, ou na própria Misericórdia. Porém, e essa é a ideia mais forte que pretendo deixar com este trabalho, isso não representou uma elevação da sua capacidade de intervenção política. Apesar de patentear as qualidades que, na clássica teoria sobre a classe política de Gaetano Mosca, legitimavam as funções de direcção, a saber: riqueza, mérito pessoal e, mesmo, algum reconhecimento social, esses atributos não lhes permitiram aceder aos corredores do poder autárquico. O grupo da Câmara, embora algo debilitado em termos económicos, não deixava de ostentar as mesmas competências directivas e soube proteger os seus interesses e impedir eventuais pretensões políticas dos recém-chegados que pudessem colocar em causa o seu estatuto. Soube defender-se beneficiando também dos mecanismos de repressão introduzidos no reino para manter velhos modelos de acesso ao poder. As rejeições de elementos que reprovaram nos exames de limpeza de sangue para os mais modestos cargos

⁴⁷ SARAIVA, A. J. – *Inquisição e cristãos-novos...*, p. 46.

⁴⁸ Instituição que fornecerá alguns irmãos à Inquisição em meados do século mas onde, curiosamente, haverá também um acolhimento e apoio a diversos mercadores cristãos-novos.

⁴⁹ Afirma Alfredo de Carvalho em importante estudo já clássico: “Até certo ponto, a história da cidade nesse período [Bordéus no século XVII] é a história dos judeus portugueses no comércio, na navegação, e nas obras de assistência”. *Os portugueses em Bordéus durante o século XVII*. Figueira da Foz: Tipografia Popular, 1936, p. 11.

municipais, como aconteceu no episódio evocado a abrir este trabalho, aí estão para o provar. A perseguição inquisitorial fez o resto. No final do século XVI, das poderosas famílias que se haviam instalado na Rua de S. Miguel no tempo de D. João II quase nada restava. Haviam fugido para onde as quiseram acolher. Para Bordéus, que beneficia fortemente com a sua presença⁴⁹, e para Amsterdão que, com os marranos portugueses, se transforma no mais opulento centro económico da Europa⁵⁰.

⁵⁰ Assim o consideram diversos historiadores como COELHO, A. B. – “Judeus e cristãos-novos portugueses (séculos XVI e XVII)”, in *Cristãos-novos, judeus e os novos argonautas*. Lisboa: Editorial Caminho, 1998, p. 76 (o estudo em questão foi publicado originalmente em 1997).

AMÂNDIO JORGE MORAIS BARROS

Ana Maria S. A. Rodrigues
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

A Formação da rede paroquial no Portugal medievo

Resumo

Partindo da projecção num mapa das igrejas contidas na lista de 1320-1321, que permite evidenciar a oposição entre um Norte onde predominam as pequenas paróquias rurais e um Centro e Sul onde grandes paróquias urbanas tutelam também as aldeias em redor, relacionamos a formação desta rede paroquial tão contrastada com as formas de ocupação e organização social do espaço que se seguiram à reconquista.

Abstract

The map on which the parochial churches existing in 1320-21 are represented shows that there is a disparity between the North of Portugal, where small rural parishes are dominant, and the Central and Southern regions, where great urban parishes embrace not only the town but the surrounding villages as well. This contrast can be explained when we relate the forms of territorial occupation and social organization that followed the Reconquista.

Há pouco menos de um quarto de século, José Mattoso concluía o seu artigo sobre a história das paróquias em Portugal com uma lista da documentação utilizável para o estudo desse tema e as suas “perspectivas de interpretação”, que incluíam propostas muito concretas de estudos a realizar para colmatar as lacunas então detectadas, e sem os quais ele afirmava serem prematuras quaisquer tentativas de síntese¹. Infelizmente, devemos reconhecer que essas propostas caíram, em larga medida, em saco roto e muito pouco se avançou no

¹ J. MATTOSO, “A história das paróquias em Portugal”, in *Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschichte*, 16 (1980) 1-15, retomado em Id., *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa, 1985, 37-56 (edição por nós utilizada).

tocante a esta matéria nas duas últimas décadas², pelo menos no que à Idade Média diz respeito³.

Começando pelas fontes, elas permanecem em larga medida inéditas e por estudar. Os censuais que então estavam editados e haviam sido analisados são os mesmos que hoje. A própria lista de igrejas de 1320-21, cuja publicação se anunciava para breve, continua a ser conhecida apenas através da cópia muito posterior e reconhecidamente cheia de erros que Fortunato de Almeida publicou pela primeira vez em 1912. Quanto às *Rationes Decimarum Lusitaniae* de 1371, apenas foram objecto de utilização parcial por um historiador espanhol⁴, e é a um historiador francês que se deverá dentro de pouco, esperamos, a edição de diversos outros róis de igrejas com interesse para o tema⁵.

Tais listas, em particular as referentes ao padroado régio, ainda que inéditas, suscitaram algum entusiasmo entre os historiadores portugueses, tendo gerado diversos artigos e comunicações a congressos⁶. As matrículas de ordens e os livros de confirmações de benefícios existentes para algumas dioceses, assim como as súplicas endereçadas ao papa e editadas por A. D. Sousa Costa⁷, serviram igualmente de base a trabalhos sobre perfis do clero secular⁸. No tocante aos

² Em novo texto que há tempos lhe dedicou, o referido autor manteve as suas teses iniciais, tendo-se igualmente servido da mesma bibliografia que há vinte anos, por não ter entretanto surgido outra. J. MATTOSO, “Paróquia. I. Até ao século XVIII”, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. C. MOREIRA AZEVEDO, vol. 3, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2001, 372-376.

³ Em contrapartida, no que toca à Época Moderna, multiplicaram-se os estudos de história demográfica, religiosa, social e cultural baseados nos registos paroquiais, nas visitas pastorais, nos estatutos sinodais e constituições diocesanas, etc., que existem em abundância para esse período.

⁴ Que as comparou à *Recepta Decimarum* de 1330-1331 para analisar a estrutura e evolução do povoamento das dioceses de Coimbra e Lisboa (J. L. MARTIN MARTIN, “El poblamiento de Portugal según “collectoriae” vaticanas del siglo XIV: diócesis de Lisboa y Coimbra”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, IIª série, XIII (1996) 123-148).

⁵ Com efeito, Stéphanie Boissellier tem prontas para publicação, não só as duas listas antes referidas, mas ainda um rol de igrejas datado por ele de 1220-1229 (T. T., Gaveta XIX, m. 1, doc. 1 e m. 14, doc. 7), extractos da contabilidade do colector pontifício de 1320 (A. S. V., Camera apostolica, collectoriae, 111) e registos dos padroados régios feitos em 1336 e 1368 (T. T., Gav. XIX, m. 6, doc. 4 e m. 14, doc. 5).

⁶ B. SÁ NOGUEIRA, “A organização do padroado régio durante o reinado de D. Dinis. Listas das Apresentações”, *Arqueologia do Estado. 1ª Jornadas Sobre Formas de Organização e Exercício dos Poderes na Europa do Sul, sécs. XIII a XVIII*, vol. 1, Lisboa, 1988, 421-445; M. A. MARQUES FERNANDES, “Alguns aspectos do padroado nas igrejas e mosteiros da diocese de Braga (meados do século XIII)”, *Actas do Congresso Internacional IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. II/1, Braga, 1990, 359-387; H. V. VILAR, “Réseau paroissial et droit de patronage dans le diocèse d’Évora (XIII^e-XIV^e siècles)”, *L’Espace rural au Moyen Âge. Portugal, Espagne, France (XII^e-XIV^e siècle). Mélanges en l’honneur de Robert Durand*, Rennes, 2002, 125-140.

⁷ Algumas das quais só saíram dos prelos nos anos oitenta do passado século: *Portugaliae Monumenta Vaticana*, ed. A. D. SOUSA COSTA, vol. III-1 - *A Península Ibérica e o Cisma do Ocidente*; vol. III-2 - *Súplicas do pontífice de Martinho V (Anos 1-7)*, Porto, 1982.

⁸ S. A. GOMES, “Diocesanos bracarenses de Quatrocentos nas matrículas de ordens sacras da Sé de Coimbra”, *Actas do Congresso Internacional IX Centenário...*, cit., 557-587; H. V. Vilar, “Notas para o

estatutos sinodais também algo se avançou⁹, embora em relação às constituições diocesanas e à legislação episcopal continuemos na mesma, e o conhecimento das visitas pastorais apenas tenha sido enriquecido com a publicação de mais uma¹⁰. Por fim, a documentação referente à fiscalidade eclesiástica e à administração de bens pertencentes às igrejas paroquiais, ainda que não tenha sido dada à estampa, não deixou de ser utilizada nas numerosas monografias sobre instituições do clero secular e nos estudos de incidência local e regional que têm vindo a ser realizados nos últimos anos, fruto das exigências da carreira académica e da multiplicação dos mestrados.

Deste modo, se continuamos a não dispor das “monografias (...) acerca de freguesias (...) desde as origens até aos nossos dias”, realizadas com critérios científicos, pedidas por José Mattoso¹¹, existem alguns estudos recentes sobre centros urbanos, regiões ou dioceses que têm carreado elementos novos para o dossiê das paróquias, e é à luz desses contributos que pretendemos organizar as nossas reflexões e relançar a discussão sobre o tema. O exercício que propomos é o seguinte: partir da rede paroquial tal como nos é apresentada pela já referida lista das igrejas de 1320-1321 – o primeiro documento que nos permite ter dela uma visão de conjunto – e procurar explicar como e porquê ela se organizou desse modo.

As condições de surgimento desta lista são relativamente bem conhecidas: por uma bula datada de 23 de Maio de 1320, o papa João XXII cedeu a D. Dinis, por três anos, o décimo das rendas eclesiásticas do reino para o auxiliar na luta contra os mouros; apenas se excluía os rendimentos da ordem do Hospital, por esta já se dedicar a essa luta em permanência. Foi então nomeada uma comissão, constituída pelos bispo e deão de Coimbra e pelo nuncio papal em Portugal, para proceder ao cálculo da taxa aplicável a cada instituição, cálculo esse que devia ser feito a partir do rendimento dos últimos dez anos¹². O resultado chegou aos nossos dias sob a forma de duas cópias medievais do original latino¹³ e de

estudo do clero eborense no século XIV. As súplicas a Roma”, *Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora. Actas*, vol. II, Évora, 1994, 17-25; A. M. S. A. RODRIGUES e H. V. VILAR, “Os cônegos à escala da Cristandade: o caso português”, *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Prof. Doutor Humberto Baquero Moreno*, vol. I, Porto, 2003, 141-152. J. MARQUES, *A Arquidiocese de Braga no Século XV*, Lisboa, 1988 e M. A. CASTRO MENDES PINHO BRANDÃO, *D. Jorge da Costa na Arquidiocese de Braga (1486-1501)*, dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 1996, também utilizam tais fontes nos seus capítulos sobre o clero diocesano.

⁹ Foi, finalmente, editado o *Synodicon Hispanum*, vol. II – *Portugal*, ed. F. CANTELAR RODRIGUEZ, A. J. COSTA, A. GARCIA Y GARCIA, A. GUTIERREZ RODRÍGUEZ e I. R. PEREIRA, Madrid, 1982.

¹⁰ I. DA ROSA PEREIRA, “Visitações da igreja de São Miguel de Torres Vedras (1462-1524)”, *Lusitania Sacra*, 2ª série, 7 (1995) 181-252.

¹¹ J. MATTOSO, *Op. cit.*, p. 56.

¹² *Monumenta Henricina*, vol. I, Coimbra, 1960, docs. 70-72, 133-142.

¹³ AN/TT, Corporações Religiosas, Santa Cruz de Coimbra, Livro 97 e Sé de Coimbra, Livro 3.

uma tradução portuguesa do século XVIII, que foi publicada por Fortunato de Almeida¹⁴ no início do século passado, e por isso tem sido a mais manuseada pelos historiadores, apesar das suas limitações.

Com efeito, a utilização desta lista para um estudo sobre as paróquias levanta problemas de vária ordem. Uns, dizem respeito às naturais contingências de uma tradução, ainda para mais posterior de vários séculos ao original: o tradutor, além de ter trespido alguns topónimos, cometeu diversas omissões; o recurso às cópias mais próximas temporalmente da matriz decerto permitirá, no futuro, diminuir a margem de erro. Outros, contudo, radicam na própria essência do documento, que não arrola apenas igrejas paroquiais e, sobretudo, não distingue estas das outras¹⁵.

Isto remete-nos para a questão fundamental de saber o que constituía, à data, uma igreja paroquial. De uma forma geral, tem-se admitido como indício mais relevante do estatuto paroquial de determinado templo, desde os tempos mais recuados, o exercício nele da pregação e da distribuição dos sacramentos aos fiéis por delegação do bispo, e, conseqüentemente, a detenção de baptistério e cemitério¹⁶; todavia, autores há que consideram a existência de pia baptismal, por si só, insuficiente¹⁷. E, em todo o caso, é raro que tais elementos nos sejam dados explicitamente a conhecer pela documentação ou por vestígios arqueológicos.

Quanto à tutela exercida pela igreja paroquial sobre uma área perfeitamente definida, no interior da qual os habitantes eram obrigados a frequentar em exclusivo esse templo para receber os sacramentos e solver a tributação eclesiástica, é também um critério generalizadamente aceite mas cuja cronologia necessita de ser estabelecida para cada caso. Se, desde o II concílio de Braga (572), se reconhece a existência da noção de “território episcopal”¹⁸, pensa-se porém que as paróquias das épocas sueva e visigoda não exerciam jurisdição sobre um território determinado, tal tendo apenas começado a acontecer com a introdução do direito canónico romano na Península, a partir da reforma gregoriana¹⁹. Em Portugal, apesar de serem conhecidos alguns casos mais precoces

¹⁴ F. DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, 2ª ed., vol. IV, Porto, 1971, 90-144.

¹⁵ Como já assinalou M. A. FERNANDES MARQUES, “O Clero – Homens de oração e acção”, *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, (vol. III da *Nova História de Portugal*, dir. J. SERRÃO e A. H. DE OLIVEIRA MARQUES), Lisboa, 1996, 229.

¹⁶ M. AUBRUN, *La Paroisse en France, des origines au XV^e siècle*, Paris, 1986, 96.

¹⁷ J. AVRIL, “Eglise, paroisse, encadrement diocésain au XIII^e siècle d’après les conciles et statuts synodaux”, *La Paroisse en Languedoc* (Cahiers de Fanjeaux, nº25), Toulouse, 1990, 23-49.

¹⁸ E. SÁNCHEZ SALOR, *Jerarquías eclesiásticas y monacales en la época visigótica*, Salamanca, 1976, 22.

¹⁹ G. MARTÍNEZ DíEZ, *El patrimonio eclesiástico en la España visigoda*, Comillas, 1959, 59-65 e “Iglesias, monasterios y parroquias en la Iglesia Bracarense antes de 1089”, *Actas do Congresso Internacional IX Centenário...*, cit., vol. I, 298-317.

A FORMAÇÃO DA REDE PAROQUIAL NO PORTUGAL MEDIEVO

de separação de paroquianos – como a que aconteceu em Coimbra, em 1139, entre os fregueses de Santa Cruz e os restantes –, o que pressupunha a existência da noção de uma área de influência de cada templo, foi só no momento em que a cobrança da dízima se começou a generalizar, ou seja, a partir do século XIII, que se desencadeou o movimento de delimitação dos territórios paroquiais, estendendo-se este por mais de uma centúria²⁰.

Assim sendo, só o levantamento exaustivo da documentação local permitirá determinar, de forma rigorosa, quais as igrejas que, em cada cidade, vila ou região, tiveram efectivamente estatuto paroquial em determinado momento histórico, o que é obviamente impossível de realizar para todo o país, a não ser que se constitua uma equipa de investigação de dimensões gigantescas. Mas já existem estudos para algumas áreas de dimensões variáveis – dioceses, concelhos, territórios isentos –, pelo que pensamos ser legítimo utilizar os dados de 1320-



Mapa 1 – A distribuição espacial das igrejas segundo a lista de 1320-1321

Cada ponto indica uma ou mais igrejas, conforme referido na legenda. Tirado de A. H. de OLIVEIRA MARQUES, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV* (vol. IV da *Nova História de Portugal*, dir. J. SERRÃO e A. H. de OLIVEIRA MARQUES), Lisboa, Estampa, 1987, Mapa 1, p. 17.

²⁰ J. MATOSO, *op. cit.*, 50.

-1321, desde que tenhamos uma noção da margem de erro possível, cruzando tais dados com as informações provenientes desses trabalhos de âmbito local ou regional²¹.

Partamos, pois, do mapa em que A. H. de Oliveira Marques projectou as igrejas constantes da lista, usando-as como indícios da distribuição do povoamento relativo pelo território nacional²². Em termos de organização paroquial, podemos verificar que nele se patenteia a mesma oposição entre o Norte e o Sul do país – com uma zona de transição no Centro – que José Mattoso pôs em evidência na sua obra mais célebre, definindo-os como um Norte (Atlântico) senhorial e rural e um Sul (Mediterrânico) concelhio e urbano²³. De facto, o Norte, de povoamento denso e disperso, estava retalhado numa infinidade de pequenas freguesias enquanto que no Sul, onde havia menos homens mas mais concentrados, as paróquias eram menos numerosas e conseqüentemente mais extensas.

Assim, na parte portuguesa da diocese de Tui havia seis arcediagados ou terras, agrupando cerca de 180 freguesias. Na diocese de Braga, essas circunscrições eram 39, tendo na sua dependência perto de um milhar de paróquias. Na diocese do Porto, eram, respectivamente, 10 e pouco mais de 300. Na de Coimbra, havia três arcediagados e cerca de 240 freguesias, sendo, porém, omissas as do priorado de Leiria. Na diocese de Lamego, no dizer do documento, não havia “divisão de territórios” – embora Manuel Gonçalves da Costa refira dezasseis circunscrições, entre a cidade, arciprestados e terras²⁴ – mas constavam ao redor de 187 freguesias (incluindo as cerca de 50 da região de Ribacoa, que à data pertenciam ainda à parte portuguesa da diocese de Cidade Rodrigo). Na de Viseu, havia dois arciprestados, duas terras e quatro concelhos com os seus termos, num total de cerca de 160 igrejas.

Já na diocese da Guarda, a cidade e 9 concelhos com os respectivos termos enquadravam quase 222 paróquias. Na de Lisboa, 13 urbes – entre os quais a cidade de Lisboa e a vila de Santarém, únicas sedes de arcediagados – polarizavam mais de 130 freguesias. Em Évora, eram 12 os concelhos urbanos no seio dos quais se organizava quase uma centena de paróquias. Por fim, a diocese do Algarve (ou

²¹ H. V. VILAR, por exemplo, considera serem simples capelas diversos templos da diocese de Évora, incluídos na referida lista devido ao facto, por um lado, de ser esse o seu estatuto declarado em documentos anteriores e, por outro, de os seus rendimentos serem bastante inferiores aos das igrejas comprovadamente paroquiais (“Réseau paroissial...”, 130-133).

²² Veja-se Mapa 1.

²³ J. MATTOSO, *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal*, 2 vols., Lisboa, 1985.

²⁴ M. GONÇALVES DA COSTA, *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. II – *Idade Média: paróquias e conventos*, Lamego, 1980.

de Silves) também não apresentava divisão em territórios, dispondo apenas de 14 freguesias, sediadas nos principais centros urbanos da região²⁵.

Constata-se, assim, que enquanto nas regiões setentrionais a multidão de paróquias aí existente era sobretudo rural, nas meridionais as paróquias rurais eram mais raras e era às igrejas urbanas que competia administrar os sacramentos às populações não só das cidades e vilas como também dos respectivos termos rurais. Não admira, portanto, que elas estivessem organizadas na sua maioria em colégios de cônegos, pois era necessário um clero numeroso para servir todas as capelas sufragâneas²⁶.

Como se havia estruturado, ao longo dos tempos, uma rede paroquial de tal forma diferenciada? Os estudos sobre a história das paróquias em Portugal têm-se debruçado primordialmente sobre o Norte do país e as suas freguesias rurais, pois é para essa região que subsistem as fontes mais antigas e completas. Isso permite-nos esboçar uma síntese rápida das respectivas conclusões, embora persistam questões em aberto.

Com base na edição e estudo do *Parochiale suevicum*, datado por ele de 572-582, Pierre David mostrou que na vasta área coberta pelo manuscrito, além das catedrais instaladas nas sedes das dioceses, existiam igrejas rurais fundadas directamente pelos bispos ou pelos seus mandatários, onde se ministravam os sacramentos. Em contrapartida, os lugares de culto edificadas em *villae*, tal como as basílicas consagradas aos santos e os oratórios dos mosteiros, eram igrejas privadas sem baptistério nem cemitério²⁷. Este autor contrariou, assim, a opinião de Alberto Sampaio, para quem a grande maioria das igrejas paroquiais atestadas a partir do século X haviam sido fundadas pelos senhores e cultivadores dos tempos romanos e visigóticos, agindo em conjunto ou separadamente²⁸.

Já Miguel de Oliveira, embora reconhecendo que as igrejas paroquiais mais antigas eram de fundação episcopal, demonstrou que muitas igrejas privadas se tornaram paroquiais no decorrer da reconquista²⁹. E Avelino de Jesus da Costa,

²⁵ Adoptámos as contagens efectuadas por B. SÁ NOGUEIRA, “O espaço eclesiástico em território português (1096-1415)”, *Formação e Limites da Cristandade*, (vol. I da *História Religiosa de Portugal*, dir. C. MOREIRA AZEVEDO), Lisboa, 2000, 146-195, com excepção do caso de Évora, em que seguimos H. V. Vilar, “Réseau paroissial...”, 127.

²⁶ O número de igrejas dispondo de um corpo de raçoeiros, existente em cada território diocesano, segundo a lista das igrejas de 1320-1321, é significativo: apenas 11 em Braga, 4 no Porto, 7 em Lamego, 2 em Viseu, 6 na Guarda, mas 14 em Coimbra, 85 em Lisboa, 26 em Évora e 3 no Algarve.

²⁷ P. DAVID, “L’organisation du royaume suève au temps de St. Martin de Braga”, *Etudes Historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*, Lisboa, 1957, 1-82.

²⁸ A. SAMPAIO, *Estudos Históricos e Económicos*. “As Vilas do Norte de Portugal”, edição prefaciada por M. J. TRINDADE, vol. I, Lisboa, Vega, 1979, 139-141.

²⁹ M. OLIVEIRA, *As Paróquias Rurais Portuguesas. Sua origem e formação*, Lisboa, 1950.

ao estudar o censual da igreja de Braga, que datou de entre 1085 e 1089/91, propôs como hipótese a correspondência entre os arcediagados e terras em que se repartiam as igrejas neste documento e as imensas paróquias rurais do *Parochiale suevicum*, retomando a ideia da existência de uma continuidade entre as antigas e as novas circunscrições. Só conseguiu demonstrá-lo, contudo, para onze casos³⁰.

Esta hipótese foi bastante criticada. A. de Almeida Fernandes aceitou-a apenas para o norte do Douro, recusando-a para o sul deste rio³¹; mas as novas identificações por ele propostas foram também contestadas por outros autores, entre os quais Domingos Moreira³². Escavações arqueológicas entretanto realizadas no convento da Costa em Guimarães, revelando vestígios de um templo anteriormente desconhecido, vieram confirmar uma das hipóteses rejeitadas e relançar a discussão no sentido da diversidade local das evoluções verificadas³³.

José Mattoso, embora aceite a correspondência nos casos demonstrados por A. J. Costa, também não pensa que ela seja extensível a todas as áreas cobertas pelo *Parochiale*, e mesmo quando existe, coloca a questão de saber se a continuidade foi “assegurada pela criação do vínculo eclesiástico ou pela do vínculo civil, isto é pela transformação do antigo pagus numa terra, que depois serviu de modelo ao arcediagado”³⁴. Com efeito, este autor insiste na necessidade de não conceber as paróquias tardo-medievais em termos de continuidade com as da Alta Idade Média, por um lado porque é hoje admitido que estas não exerciam jurisdição sobre um território bem delimitado, como já vimos, sendo portanto uma realidade totalmente diversa; e por outro, porque a desorganização da administração eclesiástica e civil que se seguiu à invasão muçulmana não pode deixar de ter tido consequências sobre o enquadramento dos fiéis e a sua vivência religiosa.

³⁰ A. J. COSTA, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Arquidiocese de Braga*, 2ª edição refundida e ampliada, vol. I, Braga, 1997, 384-388.

³¹ A. A. FERNANDES, *Paróquias suevas e dioceses visigóticas*, Viana do Castelo, 1968 (obra recentemente reeditada, edição de que nos servimos para este artigo: Arouca, 1997).

³² D. A. MOREIRA, “Freguesias da diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais”, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 34 (1973) 39-42.

³³ R. COSTA MARTINS, “O espaço paroquial da diocese de Braga na Alta Idade Média (séculos VI-XI). Um estado da questão”, *Actas do Congresso Internacional IX Centenário...*, cit., vol. I, 292-293, que cita M. L. REAL, “Convento da Costa (Guimarães). História e Arqueologia”, *Arqueologia*, 1 (1980) 35-37; Idem, “O Convento da Costa (Guimarães). Notícia e interpretação de alguns elementos arquitectónicos recentemente aparecidos”, *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, vol. IV, Guimarães, 1981, 461-475 e A. JESUS DA COSTA, “Povoamento e colonização do território vimaranense nos séculos IX a XI”, *Ibidem*, vol. III, 135-196.

³⁴ J. MATTOSO, “A história das paróquias...”, 42.

Tal opinião é corroborada por Luis Carlos Amaral, que ao invés de propor continuidades põe em evidência as novas criações de povoados e respectivos templos, tanto organizadas como espontâneas, afirmando que se a documentação da época realça os empreendimentos dirigidos por condes e bispos em zonas apelidadas de “desertas”, na realidade o restabelecimento eclesiástico dependeu da interacção entre estes “colonizadores” vindos de fora e as comunidades locais que haviam permanecido no terreno mesmo depois da fuga dos prelados e da desarticulação do enquadramento diocesano. Assim, entre os fundadores das igrejas e mosteiros que foram surgindo na diocese de Braga – 14 no século IX, 31 no século X, 110 no século XII – ele encontra, para além da nobreza condal, infanções e cavaleiros, médios e grandes proprietários rurais e até comunidades locais³⁵.

Que motivações guiavam todos estes fundadores? Se os benefícios espirituais a esperar de uma maior proximidade ao sagrado não eram despidiendos, nesses tempos de insegurança e incerteza as vantagens materiais também tinham o seu peso. No tocante às comunidades monásticas, é sabido que algumas podem ter congregado toda a população de um lugar como forma de protecção contra ameaças exteriores³⁶. Mas muitas mais assumiram um carácter familiar, admitindo membros dos dois sexos, de preferência pertencentes à família patronal, sendo os respectivos bens uma emanção do património desta. Apanágio, inicialmente, da nobreza de mais alto nível, estas comunidades tornaram-se depois um meio de afirmação da aristocracia guerreira ascendente, o que determinou a sua multiplicação mas também a sua precaridade³⁷. Algumas desapareceram sem deixar rasto, outras foram reduzidas a igrejas seculares e apenas as que se abriram às novas correntes religiosas sobreviveram como tais.

Quanto às igrejas, houve-as igualmente que resultaram da acção das populações locais, disponibilizando parte dos seus bens para as dotar e exercendo depois o padroado colectivamente. Mas outras foram criadas por ricos proprietários rurais e membros da aristocracia guerreira nas suas terras, como forma de para elas atrair mais homens e controlar os que já nelas habitavam³⁸.

Daí, que a zona de incidência preferencial dos pequenos senhorios constituídos na ausência de um poder régio forte – o Entre-Douro-e-Minho – seja

³⁵ L. C. AMARAL, “Organização eclesiástica de Entre-Douro-e-Minho: o caso da diocese de Braga (sécs. IX-XII)”, *Del Cantábrico al Duero: Trece estudios sobre organización social del espacio en los siglos VIII al XIII*, ed. J. Á. GARCIA DE CORTÁZAR, [Santander], 1999, 320-332.

³⁶ J. MATTOSO, *Identificação de um País*, cit., vol. I, 190-191.

³⁷ H. V. VILAR, “A procura da perfeição longe do mundo: da reforma beneditina à influência cluniacense”, in *Formação e Limites da Cristandade*, cit., 206-208.

³⁸ J. MATTOSO, *Identificação de um País*, cit., vol. I, 280-282.

também a das pequenas paróquias rurais, muitas de carácter originariamente privado mas que virão a ser “legitimadas” pelos prelados após a restauração das respectivas dioceses com a imposição da sua autoridade suprema, reconhecida pela necessidade de obter a colação dos párocos apresentados pelos patronos e pelo pagamento das devidas prestações³⁹.

Existe depois uma zona de transição – englobando Trás-os-Montes e uma parte das Beiras⁴⁰ – com uma densidade já não tão elevada de paróquias rurais e algumas vilas e cidades congregando várias paróquias urbanas, onde os mesmos factores geraram os mesmos resultados mas novas soluções começam a aparecer.

Com efeito, nas áreas montanhosas mais isoladas ou nas que, sendo mais baixas, serviram longamente de fronteira com o Islão, haviam-se desenvolvido comunidades locais com bastante autonomia, inclusive do ponto de vista religioso, tendo-se igualmente instalado aí, devido ao contexto guerreiro, cavaleiros vindos de outros lugares que não tardaram a talhar os seus senhorios e a fazer enquadrar as respectivas populações por igrejas e mosteiros de sua fundação. A constituição de uma monarquia mais próxima e actuante a partir de 1128, além de ter permitido a sobrevivência de muitas dessas comunidades primitivas pela sua transformação, por vezes tardia, em concelhos rurais mantendo a tutela das respectivas paróquias, levou ainda à introdução de novos e importantes protagonistas – os próprios prelados das dioceses restauradas, nomeadamente o de Coimbra, mosteiros como o de Santa Cruz, ordens militares, nomeadamente a do Templo – que se apressaram a organizar os territórios doados pelo rei, atraindo a eles povoadores e dotando-os, assim como as populações já antes existentes, dos templos considerados necessários⁴¹.

Por último, há uma extensa zona que cobre grande parte do Centro e o Sul do país, na qual existem algumas paróquias rurais mas predominam as urbanas, exercendo estas uma tutela espiritual sobre os habitantes dos alfozes das vilas e cidades⁴². O hiato que a longa ocupação islâmica provocou na documentação impede-nos de saber se tal organização eclesiástica é mais antiga

³⁹ Em Portugal, a arquidiocese de Braga é disso caso paradigmático, mas o processo também se encontra estudado, por exemplo, nas Astúrias – A. J. COSTA, *O Bispo D. Pedro...*, cit., 272-287; M. CALLEJA PUERTA, *La Formación de la red parroquial de la diócesis de Oviedo en la Edad Media*, Oviedo, 2000, 80-94.

⁴⁰ Que é, infelizmente, a região menos estudada do país.

⁴¹ J. MAITOSO, *Identificação de um País*, cit., vol. I, 98-100; I. CASTRO PINA, *A Encosta Ocidental da Serra da Estrela. Um espaço rural na Idade Média*, Cascais, Patrimónia, 1998, 78-90.

⁴² H. N. GOINHAS FERNANDES, *Organização do Espaço e Sistema Social no Alentejo. O caso de Beja*, dissertação de Mestrado, F. C. S. H., Universidade Nova de Lisboa, 1991, 43-44 e 88-89; A. M. S.

que a reconquista. Escavações arqueológicas mais ou menos recentes permitem-nos conhecer templos cristãos, alguns com baptistério, em *villae* do Alentejo e do Algarve, datados de finais do século IV e do século V, o que pode indiciar a existência de paróquias rurais desde esse período⁴³. Em pelo menos um caso – S. Cucufate – volta a ser atestada uma paróquia em 1255⁴⁴; mas a total ausência de informações para o período que separa essas duas datas vai mais no sentido da solução de continuidade do que no sentido contrário⁴⁵.

Já a persistência do culto cristão em muitos centros urbanos submetidos pelos muçulmanos está suficientemente comprovada, embora ele se tenha deparado com dificuldades crescentes à medida que a reconquista avançava e novas levas de muçulmanos cada vez mais radicais chegavam à Península⁴⁶. Pouco sabemos, contudo, sobre a forma como se organizava, e se tal organização foi aproveitada pelos vencedores; atendendo ao que aconteceu com os moçárabes de Coimbra e Lisboa, cremos que é pouco provável que tal tenha sucedido⁴⁷. Parece-nos, pelo contrário, que mais uma vez a reorganização eclesiástica foi feita à medida dos interesses das diferentes entidades senhoriais que se foram instalando nesta região, sendo o contributo de eventuais comunidades locais pré-existentes ainda mais difícil de identificar que no Norte do país.

A. RODRIGUES, *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média*, Lisboa, 1995, 127-130; S. A. GOMES, “Organização paroquial e jurisdição eclesiástica no priorado de Leiria nos séculos XII a XV”, *Lusitania Sacra*, 2ª série, 4 (1992) 177-188 e “Mundo rural e mundo urbano”, in *Portugal em Definição de Fronteiras*, cit., 389-390; M. SANTOS SILVA, *Óbidos e a sua Região na Baixa Idade Média*, dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, vol. I, 1996, 151-158 e “Ensaio para uma monografia das colegiadas de Óbidos”, *Clio*, nova série, 3 (1998) 7-13; M. S. ALVES CONDE, *Uma Paisagem Humanizada. O Médio Tejo nos Finais da Idade Média*, vol. I, Cascais, 2000, 283.

⁴³ A. M. C. M. JORGE, “Do império romano ao reino asturiano-leonês”, *Formação e Limites da Cristandade*, cit., 138.

⁴⁴ H. V. VILAR, *As Dimensões de um Poder. A Diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, 1999, 284.

⁴⁵ Há mesmo quem afirme que a grande maioria dos antigos lugares de culto pré-islâmicos não tem qualquer influência na localização das igrejas pós-reconquista – S. BOISELLIER, *Naissance d'un Identité Portugaise. La vie rurale entre Tage et Guadiana de l'Islam à la Reconquête (X^e-XIV^e siècles)*, Lisboa, 1999, 163-164.

⁴⁶ A. H. DE OLIVEIRA MARQUES, “O “Portugal” islâmico”, *Portugal das Invasões Germânicas à “Reconquista”*, (vol. II da *Nova História de Portugal*, dir. J. SERRÃO e A. H. DE OLIVEIRA MARQUES), Lisboa, 1993, 201-205.

⁴⁷ Em Coimbra, os prelados moçárabes foram substituídos por bispos partidários do rito romano (M. L. ROSA, “A força dos ritos na identificação comunitária: os moçárabes de Coimbra e a introdução da liturgia romana (1064-1116)”, *Formação e Limites da Cristandade*, cit., 436-440). Em Lisboa, durante a conquista da cidade, efectuada com o auxílio de cruzados, o bispo moçárabe foi assassinado e a população cristã perseguida da mesma forma que a muçulmana (M. CLEMENTE, “Lisboa, Diocese e patriarcado de”, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, cit., vol. 3, 5).

Devemos salientar, neste âmbito, o papel da monarquia: é sob sua autoridade que é feita a reconquista, e os principais centros urbanos do Centro e Sul do país ficam a pertencer-lhe, assim como as respectivas igrejas – tanto aquelas que resultam da transformação de antigas mesquitas⁴⁸ como as que de novo se fundam –, o que faz dos monarcas importantes padroeiros na região⁴⁹. Todavia, a concessão de muitas dessas povoações do Sul às ordens militares é acompanhada da cessão de tais direitos, como se fosse impensável que a tutela das igrejas estivesse desligada do poder senhorial⁵⁰. E o surgimento de outros senhorios leva à erecção de novas paróquias, diminuindo correlativamente a área de jurisdição daquelas a que antes pertenciam⁵¹.

Tal como nas regiões setentrionais, os bispos pouco mais podem fazer perante esta situação do que aceitar, reconhecidamente, os padroados que os reis ou alguns senhores lhes queiram doar, e negociar com os restantes o reconhecimento das suas fundações como igrejas paroquiais, mediante o pagamento das taxas devidas e a apresentação dos curas à ratificação episcopal⁵². Todavia, quando não têm pela frente poderes concorrentes fortes mas simples paroquianos solicitando um melhor acompanhamento sacramental, conseguem opôr-se com bastante eficácia à fragmentação das paróquias iniciais, o que é muito conveniente para o clero diocesano radicado nas urbes que nelas baseava o seu sustento; daí que, apesar da existência de uma população numerosa em certas aldeias de alfozes urbanos, não se constituam nelas paróquias rurais, antes se mantenham aí simples ermidas ou capelas onde os raçoeiros das matrizes ou os capelães por eles estipendiados asseguram “serviços mínimos”, sem desviarem os respectivos recursos⁵³.

⁴⁸ Caso da sé de Lisboa e das igrejas de Mértola e Elvas (G. PRADALIÉ, *Lisboa da Reconquista ao fim do séc. XIII*, Lisboa, 1975, 24; S. MACIAS, *Mértola Islâmica. Estudo histórico-arquitectónico do bairro da Alcáçova (séculos XII-XIII)*, Mértola, 1996, 23-24 e F. BRANCO CORREIA, *Elvas na Idade Média*, vol. I, dissertação de Mestrado, F. C. S. H., Universidade Nova de Lisboa, 187-190).

⁴⁹ O “núcleo duro” do padroado régio situava-se, segundo B. SÁ NOGUEIRA, na arquidiocese de Braga e nas dioceses de Lisboa e Coimbra (“A organização do padroado régio...”, 430).

⁵⁰ A título de exemplo, veja-se o caso das duas ordens militares com as quais as autoridades diocesanas de Évora mais tiveram de litigar para ver respeitados os seus direitos: M. C. DE ALMEIDA CUNHA, *A Ordem Militar de Avis (das origens a 1329)*, dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 1989, 82-87; M. R. DE SOUSA CUNHA, *A Ordem Militar de Santiago (das origens a 1327)*, dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 1991, 70-72.

⁵¹ A. M. S. A. RODRIGUES, *op. cit.*, nota 13, 33-34; S. BOISSELLIER, *op. cit.*, 165-167; H. V. VILAR, “Réseau paroissial...”, 133-134. Só em Óbidos, a autonomização política do concelho do Cadaval, que conduziu à elevação de quatro ermidas à categoria de igrejas, não tornou estas independentes das matrizes obidenses (M. SANTOS SILVA, “Ensaio para uma monografia...”, 13-14).

⁵² H. V. VILAR, *As Dimensões de um Poder*, *cit.*, 228. S. BOISSELLIER, *op. cit.*, 168-169.

⁵³ M. SANTOS SILVA, “Ensaio para uma monografia...”, 17-20.

A FORMAÇÃO DA REDE PAROQUIAL NO PORTUGAL MEDIEVO

Em conclusão, o estabelecimento da rede paroquial no Portugal medievo parece-nos ter dependido menos da acção dos prelados no sentido de dotar as populações de uma adequada assistência religiosa do que da vontade dos senhores – quaisquer que eles fossem, eclesiásticos ou leigos, e incluindo o mais poderoso de todos a partir de certa altura, o rei – controlarem os homens que viviam num determinado território, por forma a extraírem deles excedentes que lhes permitissem manter um nível adequado de vida, sendo o enquadramento paroquial uma das formas desse controle. O que não quer de todo dizer que a dimensão religiosa estivesse ausente deste processo, mas apenas que não constituiu nele o factor mais determinante.

ANA MARIA S. A. RODRIGUES

Ana Maria Tavares Ferreira Martins*

Escuela Técnica Superior de Arquitectura (Universidad de Sevilla)

Espaço monástico: da Cidade de Deus à Cidade do Homem

Resumo

Poderá um Mosteiro ser entendido como uma micro-cidade, uma cidade de Deus? Quais os seus desenvolvimentos e consequências quando inseridos num contexto e num tecido urbano assumindo características de uma cidade dentro de uma cidade? Quais os ideais que o suportam e quais as realidades materiais que assume?

Abstract

Can a Monastery be understood as a micro-city, a city of God? Which are the developments and consequences when introduced into an urban context and an urban fabric such that it takes on characteristics of a city within a city? Which are its underlying ideals and which are the material realities that it assumes?

Antes de começar o tema proposto, não posso deixar de introduzir algumas palavras dedicadas a Frei Geraldo, Amigo, Mestre e Guia a quem agradeço a Amizade e a Honra de poder contribuir com este “pequenino grão de areia” que integra esta obra dedicada ao Ser Humano mais gentil, generoso e amigo do seu amigo que conheço; possuidor de um extenso curriculum, investigação, feitos intermináveis e sobretudo de uma Vida Plena.

Era o princípio do novo milénio e encontrava-me eu, arquitecta, a invadir o campo do historiador devido à investigação que me encontrava a fazer com vista a uma tese de doutoramento. No momento em que me começava a sentir “um estranho numa terra estranha” eis que surge Frei Geraldo num congresso no coração das Beiras. A partir deste momento a sua ajuda, na minha investigação, foi inestimável. Não só foi capaz de me elucidar sobre inúmeras dúvidas que a

*Bolsreira de Doutoramento / Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

ameaçavam como também me emprestou livros, verdadeiras preciosidades, da sua própria biblioteca a quem, naquela altura, era uma perfeita estranha. E de repente a “terra estranha” começou a ser cada vez mais familiar...

A Frei Geraldo devo o incentivo e a motivação necessárias para avançar com o árduo e longo trabalho de investigação, que apesar de tudo se centra sobre Cister, ou seja, devo ao “Monge Negro” e Amigo a possibilidade de existir uma tese, agora em conclusão, sobre os “Monges Brancos”.

A Frei Geraldo um sincero, amigo, sentido e penhorado Muito Obrigada.

A Cidade em termos arquitectónicos pode ser interpretada como uma coexistência. É constituída por inúmeras relações complexas entre aquilo que a compõe tanto material como imaterialmente, sendo umas vezes de submissão, outras de reacção¹. A cidade é possuidora de uma estrita relação com a sociedade que a habita seja ela uma cidade no verdadeiro sentido do termo seja ela uma microcidade como é o caso do mosteiro² (este último pode ser também potenciador e gerador de cidade), mas a cidade também pode ser um ideal. Não foi por acaso que Santo Agostinho³ atribuiu a uma das suas obras o título “A cidade de Deus”, concebendo para a humanidade uma ordem ideal obtida sob a forma de uma cidade governada e legislada por Deus – a Cidade de Deus. Em Santo Agostinho encontra-se a ideia de salvação com conotações urbanas, uma dicotomia entre a Babilónia terrestre e a Jerusalém celeste⁴.

O monaquismo procura dar resposta a algumas das mais profundas aspirações da alma humana: a busca da perfeição e o desejo da contemplação.

Para tal ser possível, é necessária a *fuga mundi ou contemptus mundi* para buscar uma união do espírito com Deus e o espaço propício é o mosteiro onde se vive em comunidade, tal como é referido nos Actos dos Apóstolos: “Todos os crentes viviam unidos e possuíam tudo em comum” (Act 2; 45).

¹ Ver ANSAY, Pierre - *Penser la Ville*. Éditions AAM, Bruxelles, 1989; MARTINS, Ana Maria Tavares F - *The Monastery as the City of God: Ideals and Reality*. Stª Maria de Alcoçaba, a portuguese case in “THE PLANNED CITY?”, Ed. Attilio Petruccioli, Michele Stella, Giuseppe Strappa, vol. III; Union Grafica Corcelli Editrice, Bari 2003. pp. 760-761.

² Ver TAVARES MARTINS, Ana Maria - *Do Ideal no espaço monástico: Utopia e realidade. O caso cisterciense* in “Utopolis journal – utopian studies”, nº 2, Utopia Research Publisher, Madrid (no prelo); EATON, Ruth - *Ideal Cities*, Thames & Hudson, London, 2002.

³ Ver MATTOSO, José - *Introdução à História Urbana Portuguesa. A Cidade e o Poder* in “Cidades e História”, Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Belas-Artes, Lisboa, 1987; MATTOSO, José - *A Cidade Medieval na Perspectiva da História das Mentalidades* in “Cidades e História”, Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Belas-Artes, Lisboa, 1987; SAINT AUGUSTIN - *La Cité de Dieu*, vol. 3, col. Points Sagesses, n. 77, Éditions du Seuil, Paris, 1994.

⁴ A cidade é a evocação de um mundo estruturado, racional, mas também é possuidora de uma ordem consciente, planeada, assim como de uma organização convergente para um fim, neste caso a salvação, que se opõe a uma natureza desgovernada, lugar de contradições.

No caso dos cistercienses, a busca de Deus era permitida através da ascese e do despojamento total, sem qualquer tipo de solicitações externas à alma, procurando também atingir o Paraíso perdido. Fraternidade, pobreza, simplicidade, silêncio são as palavras-chave da espiritualidade cisterciense. Os monges cistercienses de seu nada possuíam ou pelo menos assim era na sua gênese. “O sustento dos monges da nossa Ordem deve provir do trabalho das suas mãos, do cultivo das terras, da criação de animais (...)”⁵.

Foi a vontade de alterar a situação pré-estabelecida que fez com que os Cistercienses procurassem um regresso às origens da Regra de S. Bento, isenta das interpretações e desvios dos séculos transcorridos, e assim aos Padres do Deserto tal como estes no seu tempo buscaram a *fuga mundi* e estabeleceram os princípios do monaquismo, vivendo para atingir Deus e sonhando com um mundo melhor, com o Paraíso⁶. Esse Paraíso celeste encontrará várias aproximações terrestres que ganham forma nos mosteiros, o Paraíso na Terra e Cidade de Deus. Segundo Braunfels, todo o bom mosteiro ambiciona ser uma representação da *Civitas Dei*⁷.

O espaço monástico é assim o reflexo de um ideal, de uma visão do mundo, de um sistema de valores que tudo organiza e modela. Razões de ordem espiritual e material exercem um papel decisivo na escolha dos locais de edificação de cada mosteiro da Ordem de Cister. Frequentemente os cistercienses implantaram os seus mosteiros em vales, sendo para isso necessário proceder a profundas transformações no território de modo a torná-los férteis e habitáveis⁸. O espaço monástico pode-se constituir como um organismo territorial apropriando-se do território, modelando-o e alterando-o conforme as suas necessidades e cujo espaço arquitectónico é edificado consoante as necessidades do espírito e do corpo. Quer na sua vertente física como na vertente ideal este é o lugar construído pelos homens e ordenado segundo a vontade de Deus.

⁵ Ver *Capitula*, cap. XV in *CISTER: os Documentos Primitivos*. Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento, Edições Colibri, Lisboa, 1999, p. 59.

⁶ Note-se que desde os primórdios da Idade Média, quando se buscava o Paraíso Celeste e a comunhão com Deus, aspirava-se não ao regresso do Éden do Génesis (Génesis 2; 8-10), mas sim à grande cidade de Jerusalém Celeste apresentada pelo Apocalipse de S. João e símbolo urbano da salvação e da vitória das forças do bem sobre o mal (Apocalipse 21 e 22). Ver MARTINS, Ana Maria Tavares F - *El Patrimonio Monástico: Integración y desarrollo en la Ciudad Contemporánea*, in “VII Congreso Internacional de Rehabilitación del Patrimonio Arquitectónico y Edificación”, CICOP.ESPAÑA, Tenerife 2004.

⁷ Ver BRAUNFELS, Wolfgang - *Monasteries of Western Europe – The Architecture of the Orders*; Thames & Hudson, London, 1993, introduction.

⁸ Ver PÉREZ CANO, María Teresa - *Patrimonio y Ciudad*. Fundación Focus-Abengoa, Universidad de Sevilla, Sevilla, 1999; KINDER, Terryl N. - *LEurope Cistercienne*, Ed. Zodiaque, 1998.

⁹ Ver Deuteronomio (32,10).

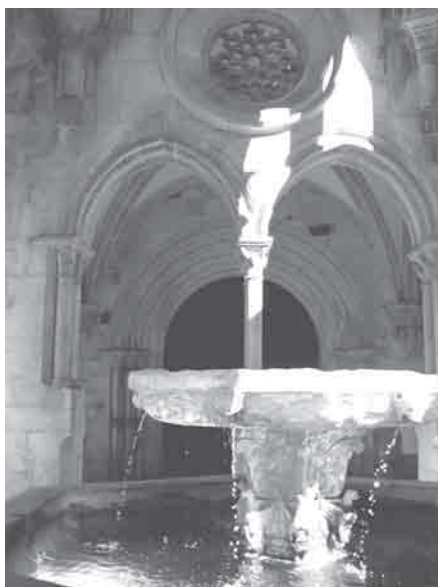


Fig. 1 - Lavabo de S^{ta} M^a de Alcobaça com vista para a entrada do refeitório (foto: AMM)

Os Cistercienses tornaram os mais desertos e inóspitos locais⁹ em “paraísos”, criando no seu seio a cidade de Deus, utilizando para isso diversos recursos, dos quais se destaca, pela sua importância, a hidráulica cisterciense. Um mosteiro cisterciense deveria ser erigido o mais longe possível das zonas habitadas uma vez que o monge deverá viver em solidão.

Assim, basta ler a descrição da chegada a Cister (1098), “(...) depois de muitas canseiras e grandíssimas dificuldades que há que suportar por parte de quantos pretendem viver santamente em Cristo conseguiram por fim ver realizado o seu desejo e chegaram a Cister./ Era este local «o sítio de horror e vasta desolação», mas considerando aqueles soldados de Cristo que a dureza do lugar não estava em dissintonia com o rigor do seu propósito e do projecto que haviam concebido no seu espírito como se aquele lugar lhes tivesse sido preparado pela vontade divina, tomaram-no em tanta maior estima quanto mais amor tinham pelo seu propósito”¹⁰. Este facto está presente não só na legislação cisterciense primitiva¹¹

¹⁰ Cit. *Exordium Cistercii*, cap. I in CISTER: os Documentos Primitivos. Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento, Edições Colibri, Lisboa, 1999, pp. 49-50.

¹¹ *Exordium Parvum, Exordium Cistercii, Carta Caritatis Prior, Summa Cartae Caritatis, Capitula, Ecclesiastica Officia, Usus Conversorum.*

como também nos versos: *Bernardus valles, colles Benedictus amabat, / Franciscus vicos, celebres Ignatius urbes*¹².

Segundo Dimier estes versos teriam sido inspirados numa passagem da *Chronologia monasteriorum germaniae illustrium* do poeta alemão Gasper Brush (séc. XVI) quando este escreveu sobre o mosteiro cisterciense de Königsbrunn em Wurttemberg: *Semper enim balles sylvestribus undique cinctas / Arboribus, divus Bernardus amoenaque prata / Et fluvius; juga sed Benedictus amabat et arces / Caelo surgentes e quarum vertice late / Prospectus petitur; secessum plebia uterque*¹³. Pode-se comprovar a preferência dos vales, especialmente aqueles que estavam próximos dos cursos de água, nas suas escolhas. Estes locais permitiam o acesso à água, bem precioso para a subsistência, assim como o isolamento do bulício da vida urbana. Mas também era nos vales que se encontravam as matérias-primas necessárias à construção e terras para cultivo. Porém ver-se-á que nem sempre a



Fig. 2 - Mosteiro de S. Cristovão de Lafões. Implantação no topo de um monte circundado pelo rio varoso como se de uma península se tratasse (foto: I geoE)

¹² Tradução livre: *Bernardo amava os vales, Bento as colinas, Francisco as vilas, Inácio as grandes cidades*. Ver DIMIER, Pe. Anselme - *Stones laid before the Lord*, CSS 152. Cistercian Publications, Michigan, 1999, p. 51., Ver DIAS, Geraldo Coelho - *Monaquismo, Arte e Arquitectura – o caso do Mosteiro de Alpendurada* in “Religião e Simbólica”, Granito Editores, Porto, 2001, p. 206; KINDER, Terryl N. - *L'Europe Cistercienne*, Ed. Zodiaque, 1998.

¹³ Tradução livre: *S. Bernardo sempre gostara de vales completamente rodeados por florestas, pradarias e rios, enquanto Bento preferia colinas e alturas que atingissem os céus até onde se pudesse ver; mas ambos procuravam locais recatados*. Ver DIMIER, Pe. Anselme, *op. cit.*, pp. 51-52.

escolha foi esta veja-se o caso de S. Cristóvão de Lafões. O trabalho dos monges cistercienses juntamente com a sábia administração das terras e conhecimentos excepcionais sobre hidráulica transformaram os solos difíceis, mas bons, em bosques florescentes ou em terras de cultivo por excelência.

Um mosteiro com as características e perfeição como as que estão patentes no plano de Saint-Gall nunca poderia ser construído na íntegra¹⁴ pois é reflexo de uma cidade ideal que se aproxima cada vez mais da cidade de Deus. S. Bernardo referirá, a cidade ideal, este Paraíso na sua Epístola 64¹⁵ ao referir-se à Abadia de Claraval desejando que esta fosse para os monges a possível *Jerusalém Celeste* na terra.

Um mosteiro cisterciense deveria ser encarado como uma cidade ideal e dotado de todos os elementos necessários à subsistência como refere a Regra de S. Bento: “Se possível for, deve o mosteiro ser construído de forma a ter de portas a dentro tudo o necessário, a saber: água, moinho, horta, oficinas onde se exerçam os diversos ofícios, para que os monges não tenham necessidade de andar lá por fora, o que não é nada conveniente para as suas almas”¹⁶, para além do facto que: “Nenhum mosteiro poderá ser erigido em cidade, burgo ou aldeia. / Não se pode enviar um novo abade para fazer uma nova fundação sem pelo menos doze monges, sem que entre os livros haja um saltério, um himnário, um coletário, um antifonário, um gradual, uma Regra, um missal, nem antes de naquele local terem sido levantados os edifícios do oratório, do refeitório, da casa para hóspedes e para o porteiro; isto para que imediatamente possam servir a Deus e levar uma vida regular. / Fora dos muros do mosteiro não se construa qualquer edifício destinado a habitação, que não seja o dos animais. / Com o objectivo de perpetuar entre as abadias uma unidade indissolúvel, estabeleceu-se como norma suprema que a regra de S. Bento será interpretada de uma única maneira e que ninguém se afaste daí, mesmo que seja num pequeno traço”¹⁷. Para além de toda a sua carga simbólica o mosteiro é um local funcional onde tudo tem a sua justificação e se insere no seu lugar pois o mosteiro é um local de habitação dos

¹⁴ Ver ROSENAU, Helen - *La Ciudad Ideal*. Alianza Editorial, Madrid, 1999, pp. 37-53.

¹⁵ “Et si vultis scire, Claravallis est. Ipsa est Ierusalem, ei quae in caelis est, tota mentis devotione, et conversationis imitatione, et cognitione quadam spiritus sociata. Haec requies illius, sicut ipse promittit, in saeculum saeculi: elegit eam in habitationem sibi, quod apud eam sit, etsi nondum Visio, certe exspectatio verae pacis, illius utique de qua dicitur: *Pax Dei, quae exsuperat omnem sensum*.” in S. BERNARDO - *Epístola 64* in “Obras Completas de San Bernardo”, vol. VII, B.A.C., Madrid, 2003, pp. 246-247, ver DIAS, Geraldo Coelho, *op. cit.*, pp. 206-207.

¹⁶ Ver *Capítulo LXVI* in *Regra do Patriarca S. Bento*, traduzido e anotado do latim pelos Monges de Singeverga, Edições “Ora & Labora”, Mosteiro de Singeverga, 1992, p. 132.

¹⁷ Ver *Capítulo*, cap. IX in “CISTER: os Documentos Primitivos”. Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento, Edições Colibri, Lisboa, 1999, p. 57.



Fig. 3 - Claustro do Mosteiro de São Bento de Cástrios (foto: AMM)

Homens mas também de Deus¹⁸. O claustro segundo Bernardo de Claraval era o *Paradisum Claustralis* sendo a vida no claustro cisterciense não só um ideal de vida mas também uma imagem e uma antecipação do paraíso.

Para os Cistercienses a simplicidade das linhas, a pureza das formas, a luminosidade e o seu claro-escuro bastam-se por si só. A arquitectura e a arte cistercienses não têm como finalidade o deleite pois nada deverá desviar a atenção de Deus. Desde o plano das abadias à simplicidade dos materiais escolhidos tudo se conjuga para elevar a procura de Deus e busca da santidade. Para os defensores da via ascética e da pobreza, apenas através da libertação dos bens materiais e da dádiva pode o Homem encontrar o amor espiritual e Deus e para S. Bernardo nada devia distrair o olhar e o espírito da ideia de Deus: “De resto, nos claustros, diante dos irmãos a fazer leituras, que faz aquela ridícula monstruosidade, aquela disforme beleza e bela disformidade? Para que estão lá aqueles imundos macacos? Para quê os leões ferozes? Para quê os centauros monstruosos? Para quê os semi-homens? Para quê os tigres às manchas? Para quê os soldados a combater? Para quê os caçadores a tocar trombeta? Vês uma cabeça com muitos corpos e um

¹⁸ Ver DIAS, Geraldo Coelho - *Do Mosteiro Beneditino Ideal ao Mosteiro de S. Bento da Vitória. História, espaços e quotidiano dos monges* in “O Mosteiro de S. Bento da Vitória. 400 anos”, Edições Afrontamento, Porto, 1997, pp. 13-37.

corpo com muitas cabeças. Daqui vê-se um quadrúpede com cauda de serpente, dali um peixe com cabeça de quadrúpede. Ali uma besta tem frente de cavalo e de cabra a parte de trás; acolá um animal cornudo tem traseiro de cavalo. Tão grande e tão admirável aparece por toda a parte a variedade das formas que mais apetece ler nos mármores que nos códices, gastar todo o dia a admirar estas coisas que a meditar na lei de Deus. Meu Deus! Se a gente não se envergonha destas frivolidades, porque não tem pejo das despesas?”¹⁹ S. Bernardo condenava a ornamentação e a beleza sumptuosa não porque fora insensível aos seus encantos, antes pelo contrário, precisamente por ser capaz de os sentir de modo a aperceber-se que estes constituíam uma sedução invencível, logo um perigo irreconciliável com as exigências do sagrado²⁰.

A crítica exercida por S. Bernardo na *Apologia ao abade Guilherme* (1125) constitui essencialmente o texto elementar no qual estão patentes os seus ideais, o novo modo de encarar a arte e a arquitectura já se pressentia na *Apologia* que não se constitui como um compêndio de arte e estética, mas como um tratado de espiritualidade monástica²¹. Este tratado é porém resultante de uma controvérsia entre Cistercienses e Cluniacenses sobre a interpretação da regra de S. Bento e traduz-se na resposta de Bernardo, Abade de Claraval a Guilherme, Abade de S. Teodorico. Como refere Surchamp, duas interpretações da mesma regra, ambas abençoadas pela Providência, não podiam deixar de se afrontar mais tarde ou mais cedo²². Na *Apologia* encontra-se a dissertação teórica das diferenças entre as duas observâncias da Regra Beneditina que deste modo opunham “beneditinos cluniacenses” a “beneditinos cistercienses”, monges negros a monges brancos. Através da crítica ao luxo e aos excessos de ornamentação (*superfluitas*), às

¹⁹ Cit. *Apologia*, cap. XII in DIAS, Geraldo Coelho (apresentação, tradução e notas) - “Bernardo de Claraval. *Apologia para Guilherme, Abade*”, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 1997, pp. 66–67 versão original: “*Ceterum in claustris, coram legentibus fratribus, quid facit illa ridicula monstruositas, mira quaedam deformis formositas ac formosa deformitas? Quid ibi immundae simiae? Quid feri leones? Quid monstruosa centauri? Quid semihomines? Quid maculosae tigrides? Quid milites pugnantes? Quid venatores tubicinantes? Videas sub uno capite multa corpora et rursus in uno corpore capita multa. Cernitur hinc in quadrupede cauda serpentis, illinc in pisce caput quadrupedis. Ibi bestia praeferat equum, capram trahens retro dimidiam; hic cornutum animal equum gestat posterius. Tam multa denique, tamque mira diversarum formarum apparet ubique varietas, ut magis legere libeat in marmoribus, quam in codicibus, totumque diem occupare singulari ista mirando, quam in lege Dei meditando. Proh Deo! si non pudet ineptiarum, cur vel non piget expensarum?” / Cfr. *Cistercians and Cluniacs. St. Bernard's apology to abbot William* - Michael Casey osco (trad.), Cistercian Publications, Michigan, 1970, p. 66.*

²⁰ Ver PANOFSKY, Erwin - *O significado nas artes visuais*. Editorial Presença, Lisboa, 1989, p. 92.

²¹ Ver DIAS, Geraldo Coelho - *Espiritualidade, comida e arte na polémica dos Monges da Idade Média* in “Bernardo de Claraval. *Apologia para Guilherme, Abade*”, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 1997, p. 16.

deformações e distorções fantásticas da arte românica (*curiositas*), aos excessos das proporções (*supervacuitas*), S. Bernardo abre caminho para uma estética da moderação (*moderatio*) ornamental onde a necessidade (*necessitas*) e a utilidade (*utilitas*) constituem os novos critérios estéticos²³. Bernardo de Claraval uniu a experiência estética e a religiosa. A partir de 1150 começa-se a falar de uma construção e disposição dos diferentes espaços arquitectónicos *de more nostro* tendo por base o chamado “Plano Bernardino” (apesar de S. Bernardo nada ter escrito sobre este assunto) referem os documentos primitivos da Ordem de Cister: “Com o objectivo de perpetuar entre as abadias uma unidade indissolúvel, estabeleceu-se como norma suprema que a Regra de S. Bento será interpretada de uma única maneira e que ninguém se afaste daí, mesmo que seja um pequeno traço”²⁴. Assim, a Regra de São Bento dotou o mosteiro de um programa que por sua vez gerou a planimetria da sua arquitectura. O plano das igrejas foi apelidado, por alguns autores, de Plano Bernardino de modo a traduzir as ideias de S. Bernardo. Planta de cruz latina, profundo sentido de ortogonalidade e alinhamentos baseados num módulo quadrangular apresentou Honnecourt no seu caderno (1230) onde desenhou um plano tipo de igreja²⁵ com o título “esta é uma igreja feita de quadrados para a Ordem Cisterciense”²⁶ no qual não representa a espessura das paredes apontando para a existência de um plano ideal.

A Igreja constitui-se como o mais importante elemento na implantação do Mosteiro Cisterciense. No entanto o Claustro, a nível formal, era o epicentro do espaço monástico, três dos seus lados correspondem às funções essenciais: *spiritus* a norte (igreja), *anima* a este (sacristia, sala do capítulo, salas de trabalho intelectual), *corpus* a sul (cozinha, calefactório, refeitório, latrinas) e o quarto lado do claustro, a oeste, é aberto aos Conversos (celeiro, dormitório, refeitório, latrinas). Note-se a diferença de significados e oposição entre o lado do *spiritus* e o lado do *corpus* surgindo a dicotomia terra-céu e matéria-espírito. Segundo Duby: “À unidade genética, que é a da ordem, deve a arte cisterciense a sua própria unidade, que marca com um ar familiar as suas arquitecturas,(...). No entanto, os mosteiros não são cópias e a construção cisterciense não é monótona. Cada edifício ajusta-se à mesma «forma» exemplar. Mas é deixado espaço para alguma singularidade”²⁷.

²² Ver SURCHAMP, Dom Angelico - *L'esprit de l'art cistercien*, in “L'Art Cistercien – France”, Ed. Zodiaque, 1982, p. 16.

²³ Ver VITI, Goffredo (dir.) - *Architettura Cistercense*. Edizioni Casamari, Firenze, 1995, p. 31.

²⁴ Ver *Capitula*, cap. IX in *CISTER: os Documentos Primitivos*. Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento, Edições Colibri, Lisboa, 1999, p. 57.

²⁵ Ver Villard de Honnecourt – *Caderno (siglo XIII)*. Ed. Akal, 2001, lám.28.

²⁶ Ver FERGUSSON, Peter. *Architecture of Solitude*. Princeton University Press, 1984, p. 78.

²⁷ Ver DUBY, Georges - *São Bernardo e a Arte Cisterciense*. Edições ASA, 1997, pp. 108-109.

Mesmo quando as condicionantes do terreno o não permitiam como, é o caso de Alcobaça, os cistercienses adaptavam o plano, tendo sido neste caso feita uma rotação na planimetria.



Fig. 4 - Mosteiro de S. João de Tarouca; exterior do transepto da Igreja visto através do que resta de uma cela dos imponentes dormitórios (foto: AMM)

S. Bernardo foi de facto construtor de matéria ao impulsionar a construção das arquitecturas de Cister das quais muitas subsistem ainda hoje constituindo exemplares vivos ou simples marcas impregnadas do ideal cisterciense, mas também foi construtor de almas pois despoletou o florescimento de Cister enquanto um corpo que se traduz na Ordem, assim como dos cistercienses enquanto elementos desse mesmo corpo, e por conseguinte seus construtores.

A Ordem de Cister é introduzida em Portugal, no séc. XII, num momento em que a Ordem ainda se encontrava na primeira fase de expansão e Portugal começava a desenvolver-se enquanto nação²⁸. É tradicionalmente apontado como primeiro o Mosteiro de S. João de Tarouca (1143-1144) segundo Cocheril²⁹ e último N. Sr^a de Tabosa (1692). As fundações e filiações portuguesas estiveram ligadas desde os primórdios da Nação a objectivos de ocupação ou administração do ter-

²⁸ Ver MARQUES, Maria Alegria Fernandes - *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Collecção Estudos, nº 24, Edições Colibri, Lisboa, Junho 1998.

²⁹ Ver COCHERIL, Maur - *Les Abbayes Cisterciennes Portugaises dans la seconde moitié du XX siècle*. Arquivo do Centro Cultural Português, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris 1976. Apesar de disputar a primazia com o Mosteiro de Lafões, ver MARQUES, Maria Alegria Fernandes, *op. cit.*

ritório. Este facto permite compreender a vasta escala de ocupação do território, a extensão dos seus domínios e áreas de influência. Em 1567 se dá a desvinculação dos Cistercienses portugueses da obediência de Claraval com a criação da Congregação Autónoma de Alcobaça. Com o decorrer do tempo também os ideais e a realidade se vão alterando, mas o espaço permanece, sendo apropriado de modo distinto ou mesmo semelhante. Consideremos o que nos é mais próximo, o caso Português, com principal incidência na transformação destas Cidades de Deus, os



Fig. 5 - Mosteiro de St^a M^a de Bouro. Sobre a Sagrada Família pode ler-se *MATER CISTERCIENTIUM ORA PRONOBIS* (foto: AMM)

Mosteiros, em partes integrantes das cidades do Homem após extinção das ordens por decreto³⁰ de 28 de Maio de 1834, sofrendo inúmeras transformações algumas delas violentas, desumanas e imperdoáveis no âmbito do património cisterciense português. Porém, há também exemplos de que nos podemos orgulhar e “esforços sofridos” para tentar repor no seu melhor alguns dos mais admiráveis exemplares desta Arquitectura que para sempre estará ligada a uma espiritualidade.

A maior parte dos mosteiros cistercienses portugueses são consagrados à Mãe de Deus: “Fica estabelecido que os nossos mosteiros devem ser fundados em honra da Rainha do Céu e da Terra”³¹ logo, a sua denominação inicia-se geralmente com o nome “Santa Maria” seguindo-se o nome do local onde se implanta o

³⁰ Decreto assinado pelo então Ministro da Justiça Joaquim António de Aguiar (às monjas era permitido permanecer mas não aceitar noviças). A última monja cisterciense foi Madre Carolina Augusta de Castro e Silva que morreu em 1909 com 93 anos de idade e com ela desapareceu a Ordem de Cister em Portugal.

³¹ Cit. *Capitula*, cap. IX in “CISTER: os Documentos Primitivos”. Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento, Edições Colibri, Lisboa, 1999, p. 57.

mosteiro³² ou então iniciando-se com o nome “Nossa Senhora”³³. Os mosteiros cuja denominação não se inicia por Santa Maria estão geralmente associados aos nomes dos ermitérios ou comunidades pré-existentes que aderiram posteriormente à Ordem de Cister mas que conservaram a sua denominação³⁴.

No século XX iniciam-se as Campanhas de restauro, reconstrução, renovação, reabilitação levadas a cabo pela DGEMN – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (e que são levadas a cabo intensamente nas últimas sete décadas), pelo IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico (salientando o caso dos Mosteiros de Arouca, St^a M^a de Salzedas, S. João de Tarouca, St^a M^a de Aguiar, Lorvão e Alcobaça) e por particulares estendendo-se até este século. Em Portugal está-se a desenvolver um programa integrado de recuperação e reabilitação do património monástico, que abrange parte do património cisterciense³⁵. Deve-se ter em atenção que o legado cisterciense em Portugal é composto por mosteiros femininos³⁶ e masculinos, granjas e colégios mas também pelo património



Fig. 6 - Mosteiro de St^a M^a das Júnias (foto: AMM)

³² St^a M^a de Alcobaça, St^a M^a do Bouro, St^a M^a Ermelo, St^a M^a de Fiães, St^a M^a das Júnias, St^a M^a de Salzedas, St^a M^a de Aguiar, St^a M^a de Maceira Dão, St^a M^a de Seiça, St^a M^a de Celas, St^a M^a de Almoester, St^a M^a de Cós.

³³ N. Sr^a do Desterro, N. Sr^a da Conceição de Portalegre (Mosteiro de S. Bernardo), N. Sr^a da Nazaré do Mocambo (Convento das Bernardas, em Lisboa), N. Sr^a da Nazaré de Setúbal, N. Sr^a da Assunção de Tabosa, N. Sr^a da Piedade de Tavira.

³⁴ Como é o caso de São João de Tarouca, São Mamede de Lorvão, São Pedro e São Paulo de Arouca, São Cristóvão de Lafões, S. Tiago de Sever, São Paulo de Frades, S. Pedro das Águas, S. Salvador das Bouças, S. Bento de Cástris, S. Bento de Xabregas.

³⁵ Ver AA.VV.: *Património – Balanço e Perspectivas* (2000-2006). IPPAR, MC, 2000.

³⁶ Ao séc. XIII corresponderam as implantações femininas, nas quais tiveram um papel preponderante as três netas de D. Afonso Henriques: Teresa, Mafalda e Sancha. São de assinalar mosteiros como: o de

móvel que o integrava. Destaca-se o Mosteiro de St^a M^a de Alcobaça (percursor do gótico em Portugal e último fundado em vida de S. Bernardo). Como refere Paulo Pereira:“(…) quando o Gótico chega a Portugal chega por via cisterciense. Despojado e frio, claro e plano, luminoso e ‘branco’. Resta saber, aliás se a própria arquitectura portuguesa, de outros séculos vindouros não deve muito ou quase tudo a esta estética cisterciense que teimosamente perdurou”³⁷. A escolha dos locais onde se iriam implantar os mosteiros cistercienses teve, em Portugal, sobretudo durante o período inicial, a mesma preocupação que esteve subjacente, a tantas outras implantações cistercienses. No entanto muitos não foram fundados mas filiados pelo que tiveram de se apropriar de construções pré-existentes³⁸. Destaca-se, inserido no Parque Nacional Peneda Gerês, o pequeno mosteiro de St^a M^a das Júnias (séc. XIII) que apesar de muito arruinado e sem qualquer actividade continua a ser alvo de visitas (amantes da natureza e apaixonados pelo património arquitectónico). O acesso é difícil acedendo-se apenas a pé por um caminho escarpado, enquadrando-se em absoluto no ideal cisterciense comungando com a natureza, longe de tudo e de todos, numa situação de montanha mas ao mesmo tempo de vale no fundo do qual corre um ribeiro. Todos os anos a 15 de Agosto (Assunção de Nossa Senhora) é devolvido à vida, quando a população da aldeia de Pitões das Júnias se junta em procissão e há uma celebração litúrgica na Igreja do mosteiro. Esporadicamente os naturais da vizinha aldeia de Pitões das Júnias, emigrados noutros países, regressam a Portugal para na igreja do mosteiro se unirem em matrimónio.

O mosteiro de S. João de Tarouca insere-se na região das Beiras berço do qual irradiarão muitos outros mosteiros desta Ordem. Deste mosteiro subsiste a Igreja que continua em actividade podendo ser visitada e da qual se evidencia a sacristia, destacam-se também os monumentais dormitórios já dos séculos XVI e XVII, infelizmente em ruína, e os vestígios do elaborado sistema hidráulico. Estão-se a fazer escavações arqueológicas que começaram a por a descoberto o claustro original do séc. XII, assim como os vestígios da Sala do Capítulo, cozinha e latrinas.

Lorvão fundado por D. Teresa (entre 1200 e 1206), Celas (1214) fundado por D. Sancha e Arouca (1223) filiado por D. Mafalda. Depressa a Ordem de Cister se tornou na Ordem de eleição por parte das mulheres de sangue real e da alta nobreza. Também são desta época a fundação do mosteiro feminino de Almoester (1287) e a filiação do também mosteiro feminino S. Bento de Cástris (1275) localizado nos arredores de Évora, nunca chegou a ser absorvido pela expansão da cidade e, é um exemplo de mosteiro de planície tal como o de Almoester. Ver BORGES, Nelson Correia - *Arte monástica em Lorvão*, vol. 1, col. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da ciência e da Tecnologia, 2002.

³⁷ Ver PEREIRA, Paulo - *2000 anos de arte em Portugal*. Temas e Debates, Lisboa, 1999, p. 155.

³⁸ Ver KINDER, Terryl N., *op.cit* / LEKAI, Louis - *Los Cistercienses – ideales y realidad*, Editorial Herder, Barcelona, 1987.

Os Mosteiros de St^a M^a de Salzedas e S. Pedro das Águias, também inseridos na região das Beiras, em muito potenciaram a acção cisterciense no País; proporcionaram o desenvolvimento da cultura da vinha e o fomento do comércio de vinhos. Ambos são exemplos de transferência de sítios, prática que por vezes sucedia com os mosteiros cistercienses. A St^a M^a de Salzedas corresponde uma primeira implantação a noroeste, da qual se encontram vestígios arqueológicos significativos da Abadia Velha de Salzedas, em terrenos de um particular (Qt^a da Abadia Velha). Quanto a S. Pedro das Águias (o novo) procura ser um hotel rural, após obras de reabilitação arquitectónica, associado a uma produtora de vinho do Porto (Qt^a do Convento), que foi antecedido pelo Mosteiro de S. Pedro das Águias (o velho) do qual subsiste a Igreja³⁹, alvo de obras de restauro e reconstrução pela DGEMN no início do séc. XX, segundo as teorias em voga nessa época. É curioso se pensarmos que as vinhas cultivadas pelos monges cistercienses ainda subsistem e fazem parte do Património mundial que é hoje o “Alto Douro Vinhateiro”. Na realidade muitas dessas terras e granjas ainda permanecem ligadas à produção do vinho constituindo mesmo o núcleo de algumas das quintas de produção de vinho da região duriense tais como a Qt^a do Granjão e a Qt^a do Monsul. Também as vinhas das terras do mosteiro de Salzedas permanecem como fonte de receita permitindo produzir o vinho e o espumante das Caves Murganheira (inseridas na Qt^a da Abadia Velha). A viticultura de origem cisterciense que subsiste também pode ser encontrada em St^a M^a de Aguiar, em Figueira de Castelo Rodrigo. Neste mosteiro do séc. XII encontra-se a exploração hoteleira por parte de particulares coexistindo a habitação própria com o turismo de habitação, no edifício que correspondia à hospedaria do mosteiro, a Igreja encontra-se afectada ao IPPAR. Os terrenos em que se encontra estão ligados à produção do vinho. A restante parte do edificado do mosteiro encontra-se em ruína, também visitável, embora propriedade particular.

Um segundo pólo de implementação da Ordem de Cister em Portugal é a região de Alcobaca, desde a segunda metade do séc. XII ao início do séc. XIV, os cistercienses ergueram um vasto domínio – os “Coutos de Alcobaca”. A ele se deveu a proliferação de granjas (a Qt^a de Valado dos Frades chegou a ser Escola Agrícola do Mosteiro) que tiveram um papel preponderante no cultivo e povoamento dos vastos territórios doados à Abadia e devastados pelas lutas da reconquista cristã. Mais tarde as granjas transformaram-se em vilas florescentes⁴⁰.

³⁹ Nasceu de um antigo eremitério cujo mosteiro nunca chegou a ser acabado.

⁴⁰ NATIVIDADE, Vieira J. - *Obras várias - II*, Ed. da Comissão comemorativa promotora das cerimónias comemorativas do I aniversário da morte do Prof. J. Vieira Natividade, Alcobaca, s/d, pp. 11 e 63.



Fig. 7 - Mosteiro de N. Srª de Nazaré do Mocambo (“Convento das Bernardas”) durante as obras de reabilitação. Podem observar-se os limites e inserção do Mosteiro na actual malha urbana de Lisboa (foto: IgeoE)



Fig. 8 - Zona habitacional do Mosteiro de N. Srª de Nazaré do Mocambo. Note-se que também a toponímia lisboeta abarca este legado cisterciense (foto: AMM)



Fig. 9 - Igreja do Mosteiro de N. Srª de Nazaré do Mocambo, hoje sala de exposições temporárias do Museu da Marioneta e num passado recente cinema (veja-se o monograma com as letras “C” e “E” correspondente ao Cine - Esperança e o palco localizado no antigo altar da Igreja
(foto: AMM)

Inseridos na mesma Região estão o Mosteiro de Stª Mª de Cós do séc. XVI (apenas subsiste a Igreja e sacristia estando os dormitórios deploráveis) e também o colégio do Espírito Santo (1541) em Coimbra.

Os mosteiros proporcionaram à cidade contemporânea, sobretudo a partir dos séculos XIX e XX, espaços expectantes ou novos campos de experimentação de vertentes tão diversas como: reabilitação, reutilização, renovação, reconversão, etc⁴¹. São novos espaços que se adaptam a novas situações, a novos usos, em suma, actualizam-se incluindo e integrando, na sua história, os valores do presente.

⁴¹ Ver PÉREZ CANO, María Teresa y Eduardo Mosquera Adell - *Arquitectura en los Conventos de Sevilla*. Junta de Andalucía, Consejería de Cultura y Medio Ambiente, Sevilla, 1991.



Fig. 10 - Claustro do Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões depois da reabilitação (foto: AMM)



Fig. 11 - Parte da reabilitação contemporânea do Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões destinada a albergar parte dos quartos para turismo rural (foto: AMM)



Fig. 12 - Igreja de S. Cristóvão de Lafões, pormenor da fachada (foto: AMM)

Também os Municípios investiram na reabilitação das arquitecturas de Cister como é o caso da C.M. de Lisboa com o Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo – “Convento das Bernardas” localizado na Madragoa. Foi fundado (1653) sobre pré-existências, totalmente destruído durante o grande terramoto de Lisboa (1755) e reconstruído posteriormente por G. Azzolini. O recente projecto de reabilitação foi elaborado pelo grupo ARCHI III. Aqui, hoje, coexistem o



Fig. 13 - Mosteiro de Stª Mª do Bouro convertido em Pousada, vista parcial do claustro (foto: AMM)

museu da Marioneta, 34 habitações, zonas de comércio e um restaurante (antes foi villa operária e o Cine-Esperança, durante a primeira metade do séc. XX, do qual ainda se conserva o palco na cabeceira da Igreja). Também a C.M. de Coimbra se preocupou com a revitalização e reconversão paisagística da Cerca do Colégio de S. Bernardo (antigo Colégio do Espírito Santo) integrada na malha urbana da cidade, em plena Rua da Sofia. Hoje é utilizado para fins habitacionais e comerciais. A reconversão paisagística está a cargo do Arq. Mendes Ribeiro, autor do Teatro Experimental de Coimbra que se localiza também dentro da Cerca de S. Bernardo.

As reabilitações contemporâneas são por vezes executadas por particulares e instituições privadas como já se referiu. Porém S. Cristóvão de Lafões é um caso assintomático que merece destaque pois a sua História mais recente cruza-se com a História de várias gerações da Família Osswald, que por Amor ao legado cisterciense e ao Património, assumiu o árduo e monumental trabalho de fazer renascer uma ruína ao reabilitá-la durante anos, resgatando-a de final aterrador: na sua versão arruinada, correu o risco de ser vendido como pedra para construção. Pelo carinho e “alma” dados a estas “pedras”, o Mosteiro, tal como um ser humano muito enfermo, foi recuperando-se e abrindo-se a todos aqueles que desejam partilhar este espaço de memórias seculares mas que não esquece a sua contemporaneidade cercada pela mão da Arq. Margarida Osswald de um modo subtil mas com a marca dos nossos tempos. A Igreja do mosteiro constituiu-se em Paroquial. Dá vontade de lembrar o artigo 9º da Carta Europeia do Património Arquitectónico: “Cada geração tem só uma vida para se interessar por este património e é responsável de o transmitir às gerações futuras”. Outras vezes as reabilitações contemporâneas têm o apoio do Estado e estão afectas a entidades privadas como é o caso das “Pousadas de Portugal”, das quais faz parte o Mosteiro de Stª Mª do Bouro com projecto de reabilitação dos Arqt^{os}. Souto de Moura e Humberto Vieira. Souto de Moura parte da ruína cisterciense para a Pousada assumindo fazer um edifício “novo”, contemporâneo afirmando⁴²: “Não estou a restaurar um mosteiro. Estou a construir uma pousada com as pedras de um Mosteiro”. Existe um certo paralelismo entre algumas das utilizações, passadas e presentes, dos mosteiros cistercienses.

Outros foram adaptados a escolas ou instituições do Estado: S. Dinis de Odivelas, S. Bento de Cástris, Nossa Senhora da Nazaré de Setúbal ou o caso muito particular do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Portalegre (conhecido por S. Bernardo de Portalegre) que é a Escola Prática do Agrupamento de Ins-

⁴² Ver MOURA, Eduardo Souto de - *Reconversão do mosteiro de Santa Maria do Bouro numa pousada* in “Santa Maria do Bouro”, White & Blue, lda., Lisboa, 2001, p. 44.



Fig. 14 - Mosteiro de Stª Mª de Alcoçaba integrado no Centro histórico de Alcoçaba (foto: IgeoE)



Fig. 15 - Ala S. Bernardo, através de uma janela contemporânea pode-se observar o passado correspondente à parte lateral sul da Igreja de Stª Mª de Alcoçaba, ou seja, a dialéctica entre o presente e o passado que apontam para o futuro (foto: AMM)



Fig. 16 - Ala S. Bernardo, escada de ligação entre os dois pisos existentes com a introdução de iluminação zenital (foto: AMM)

trução da GNR de Portalegre. A sua manutenção e conservação são executadas diariamente pelos próprios soldados. Encontram-se paralelismos com a sua utilização inicial: a igreja mantém-se mas sem culto, os dormitórios são camaratas e a Sala do Capítulo é a sala de reuniões dos oficiais. No dia em que o visitei estava tudo preparado para uma reunião de preparação para o crisma dos soldados. Mesmo com uma ocupação tão diferente da cisterciense, a espiritualidade e Deus não estão muito distantes desta Sala.

Outros foram adaptados a hospitais: Mosteiro do Lorvão, Nossa Senhora do Desterro, St^a M^a de Celas (ao estar ligado ao Hospital pediátrico de Coimbra). Porém o Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Tavira está a ser transformado em mais um condomínio fechado (antes foi fábrica de moagens). Também o Mosteiro de St^a M^a de Seixa teve fins industriais (fábrica de descasque de arroz que chegou a ser tão importante que tinha uma linha de caminho de ferro com apeadeiro próprio).



Fig. 17 - Igreja do Mosteiro de St^a M^a de Alcobaça (foto: AMM)

O Mosteiro cisterciense, de que St^a M^a de Alcobaça é exemplo, nascido do cruzamento de um ideal de vida monástica, assumindo-se como uma Cidade de Deus segundo um plano de unidade e simplicidade, morada dos Homens, ma também de Deus, dá origem a uma cidade não planeada, fazendo parte integrante do seu tecido urbano e assumindo as características de uma outra realidade bem distinta daquela para a qual fora planeado. No entanto nunca deixará de causar admiração e o seu ideal continua vivo, na actualidade, pela brancura das suas pedras, pela imponência da sua configuração e pela funcionalidade dos seus espaços que subsistem ainda hoje, tendo mesmo sido adaptados à realidade actual, desempenhando outras funções mas não deixando de afirmar as suas origens quase minimais⁴³. Não se pode deixar de referir a reabilitação da Ala Sul do mosteiro de Alcobaça , transformada em espaço cultural onde se realizam exposições temporárias - é a “Ala São Bernardo” Existe também um espaço no primeiro piso destinado ao uso paroquial. O projecto de reabilitação, de carácter minimalista, foi da autoria dos Arquitectos Gonçalo Byrne e Falcão de Campos.

⁴³ MARTINS, Ana Maria Tavares F - *The Monastery as the City of God: Ideals and Reality. St^a Maria de Alcobaça, a portuguese case* in “THE PLANNED CITY?”, Ed. Attilio Petruccioli, Michele Stella, Giuseppe Strappa, vol. III, Union Gráfica Corcelli Editrice, Bari, 2003, pp. 760-764.

Deste modo, um ideal de espaço monástico baseado num plano pode-se traduzir numa realidade material que converge para uma apropriação do espaço ideal que ganha corpo transformando-se e originando, por vezes, cidades no sentido estrito do termo, cidades do Homem. Isto é do planeado ao não planeado, do regular ao irregular e do Ideal à Realidade. O espírito de Cister e os seus ideais adivinham-se em todo e cada um dos exemplares da sua arquitectura subsistente hoje um pouco por toda a parte. “Quando os monges, durante séculos e séculos,/ impressionaram com a sua marca uma terra,/ ainda que não ficasse da moradia dos monges/ senão uma pedra que se desagrega,/ senão um grão de areia que se esbroa,/ a pedra, a areia falam dos monges./ Mesmo que a pedra e o grão de areia/ por seu turno desaparecessem,/ a terra, a velha e nobre terra,/ a terra sobre a qual os monges se debruçavam,/ o vale em que rezavam,/ as árvores que plantaram / continuariam a falar deles./ Porque, durante séculos e séculos,/ os monges impressionaram com a sua marca uma terra”⁴⁴.

Assim não deverão ser esquecidas todas as conotações simbólicas, ideais e espirituais inerentes aos Mosteiros nem as transformações operadas que permitiram a dialéctica entre a pequena escala e a grande escala, isto é, da Cidade de Deus ao Mosteiro e, hoje, do Mosteiro à cidade do Homem.

Diz S. Bernardo de Claraval: “*Quid est Deus? Longitudo, latitudo, sublimitas et profundum*”⁴⁵ – Esta não poderia ser uma definição mais arquitectónica, profunda e abrangente de Deus.

Cabe ao século XXI fazer ressaltar o que de melhor tem este legado, preservando a sua memória como um Bem Nacional que merece ser amado, acarinhado e sobretudo preservado. Para quando Cister de volta a Portugal? Então aí seria o inverso, a cidade do Homem, ou zonas circundantes, poderiam dar lugar, de novo, a esta Cidade de Deus...

⁴⁴ Ver COCHERIL, Dom Maur - *Cister em Portugal*. Edições Panorama, Lisboa, 1965, p. 17.

⁴⁵ “O que é Deus? É comprimento, largura, altura e profundidade.” tal como escreve S. Bernardo no seu Tratado *De Consideratione ad Eugenium Papam* in “*Obras Completas de San Bernardo*”, vol. II, B.A.C., Madrid, 1994, pp. 226-227.

Aníbal Barreira

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

A Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade da cidade do Porto: a construção do hospital

Resumo

A assistência hospitalar constituía, no domínio da assistência, a principal preocupação das Irmandades e Ordens Terceiras da cidade do Porto do Antigo Regime.

A construção dos hospitais, dependente da generosidade dos dirigentes das instituições e da benemerência pública, arrastou-se ao longo dos tempos.

A edificação do hospital do Terço, que demorou mais de 130 anos, permite-nos compreender os ritmos de evolução da generosidade pública e referenciar os espaços hospitalares de acordo com as práticas sociais e médicas.

Abstract

Hospital assistance was the main concern of the Brotherhoods and Tertiary Orders in Porto during the Ancien Régime.

The building of hospitals, relying on the generosity of the directors of the institutions and on public benevolence, dragged on for many years.

The example of the Hospital do Terço, which took more than 130 years to build, allows us to understand the flows of public generosity and to locate hospital areas according to the social and medical practices of the time.

A assistência hospitalar constituía, no decorrer do Antigo Regime, entre as variadas práticas sociais, o principal anseio das Irmandades e Ordens Terceiras da cidade do Porto. Por todas, di-lo a Ordem Terceira da Trindade “A Mesa actual deseja completar o mais philantropico fim da Ordem – o Estabelecimento d’um Hospital onde seus Irmãos pobres e enfermos encontrem remedio elenitivo a seus padecimentos”¹.

¹ A.O.T.T. (Arquivo da Ordem Terceira da Trindade), *Copiador n.º 2*, pág. 112.

Mas, a construção e a manutenção de um hospital era obra de vulto. Por isso, entre o propósito e a concretização mediou, quase sempre, um longo espaço de tempo. Esta situação comprova-se claramente com o exemplo das instituições acima referidas. A Santa Casa da Misericórdia foi fundada, provavelmente em 1499 mas só em 1521, e neste caso por portaria régia, teve o seu hospital²; a Ordem Terceira de São Francisco foi fundada em 1633, mas somente em 1643 abriu o seu hospital³; o mesmo se passou com a Ordem do Carmo (fundação da instituição em 1736, fundação do hospital em 1801)⁴; com a Ordem da Trindade (fundação em 1755, abertura do hospital em 1853)⁵, com a Irmandade da Lapa (fundação em 1757, hospital em 1904)⁶. De início, na falta de hospital, algumas instituições prestavam assistência domiciliária aos Irmãos enfermos e pobres através de médicos e cirurgiões⁷.

O hospital dos séculos XVI – XIX, o hospital – beneficência, comportava funções bem diferentes do hospital dos nossos dias, ao prestar assistência a doentes, o que era natural, mas também a albergar pobres, assumindo, por isso, uma função social. A clientela hospitalar é, assim, diversa da dos nossos dias – enfermos mas, também, vagabundos, velhos, crianças, indivíduos sem família. Em consequência, é diferente o espaço hospitalar – enfermarias para doentes, asilos para velhos, rodas para expostos, todos eles albergados pelo mesmo tecto.

O hospital dos séculos XVI – XIX, o hospital – beneficência, com a excepção dos hospitais da Misericórdia abertos indistintamente a todos os pobres, tinha um carácter corporativo. Com efeito, os hospitais das Irmandades e das Ordens Terceiras eram, de início, exclusivamente reservados a Irmãos pobres. A mudança, a entrada de particulares que pagavam o internamento, verifica-se ao longo do século XIX, particularmente na sua segunda metade.

O hospital dos séculos XVI – XIX, o hospital – beneficência, tem também o seu corpo clínico, religioso e administrativo peculiar. Alguns médicos, cirurgiões, sangradores, enfermeiros – as especialidade médicas surgem-nos particularmente ao longo da segunda metade do século XIX – muitos capelães, para

² A.H.S.C.M.P. (Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto), *Copiador 1834-1839*, págs. 26 v, 27.

³ A.O.T.S.F. (Arquivo da Ordem Terceira de São Francisco), *Termos, 1693*, pág. 135 v.

⁴ A.O.T.C. (Arquivo da Ordem Terceira do Carmo), *Livro 1º das Entradas de doentes*, pág. 2, *Livro 1º das Resoluções da Mesa*, pág. 178.

⁵ A.O.T.T. (Arquivo da Ordem Terceira da Trindade), *Lembranças ou História das Épocas*, pág. 1.; *Copiador nº 2*, pág. 183.

⁶ Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, Volume Sétimo, pág. 310; Francisco Ribeiro da Silva, *O Hospital da Irmandade da Lapa, 1904-2004*, Porto, 2004, págs. 7, 17.

⁷ A.O.T.S.F., *Termos, 1745-1782*, pág. 161 v; A.O.T.C., *Livro 1º das Resoluções da Mesa*, pág. 138, 1430; A.O.T.T., *Livro 1º de Resoluções de Meza e Junta, 1789-1847*, pág. 125.

cabal cumprimento dos legados deixados às instituições, reduzido número de funcionários administrativos, numa ocasião em que muitas tarefas eram generosamente prestadas pelos membros das Mesas.

O hospital – beneficência, economicamente, dependia da generosidade dos seus dirigentes que, com o seu contributo, equilibravam os minguados orçamentos das instituições, dependia das doações de beneméritos e das esmolas das populações, numa época de viva religiosidade.

A construção dos hospitais, pelas circunstâncias referidas - insuficiência de meios, dependência da dedicação dos membros das Mesas e da benemerência e da caridade públicas - foi naturalmente lenta. A morosidade na construção dos hospitais é, com frequência, acompanhada pela falta de planificação, pelo imprevisto arquitectónico, próprios de instituições preocupadas sobretudo em servir.

Mas, concentremo-nos sobre a construção do hospital de Nossa Senhora do Terço e Caridade, ainda hoje em funções. Procuremos conhecer os momentos fundamentais dessa construção e os meios que teve ao seu dispor.

1. 1754-1781

A Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade foi fundada pelo padre Geraldo Pereira. Em 21/11/1754, este sacerdote comprou ao padre Teobaldo de Lemos Sousa e Távora, pelo preço de 420 000 réis, umas casas com quintal, foreiras à Câmara do Porto, localizadas em Cima de Vila⁸. Neste terreno, tratou de edificar uma Capela, dedicada ao culto de Nossas Senhora do Terço, por quem tinha grande devoção. A construção foi autorizada no ano seguinte e em 3/09/1759 a capela-mor estava em condições de ser benzida. Dias depois – em 5/09/1759 – foi-lhe concedida a autorização para nela rezar missa e demais ofícios divinos⁹. Mas, a Capela estava ainda por concluir como se afirma em 15/04/1767¹⁰. Em 25/05/1756, o padre Geraldo Pereira comprou ainda um pardieiro a Maria Josefa Caetana e filho Francisco José Ribeiro por 200 000 réis, que da rua do Penedo se alongava até à rua de Cimo de Vila¹¹.

A ideia de instituir a Irmandade do Terço remonta no espírito do seu fundador, o padre Geraldo Pereira, pelo menos a 1755¹². Mas esta só veio a concretizar-se por razões que desconhecemos, em 19/10/1766, altura em nela se inscreveram

⁸ A.I.N.S.T.C., (Arquivo da Irmandade da Nossa Senhora do Terço e Caridade), *Títulos da Caridade nº 1*, págs. 2, 10, 10 v, 11, 12, 12 v, 22, 121, 123, 124 v-126 v.

⁹ A.I.N.S.T.C., *Títulos da Caridade nº 1*, págs. 1 v, 127 v, 131, 135 v, 136, 137.

¹⁰ A.I.N.S.T.C., *Títulos da Caridade nº 2*, pág. 152 v.

¹¹ A.I.N.S.T.C., *Títulos da Caridade nº 1*, págs. 60, 113, 239.

¹² A.I.N.S.T.C., *Títulos da Caridade nº 1*, pág. 125 v.

os primeiros Irmãos e se elegeu a primeira Mesa. Pouco depois, morria o padre Geraldo Pereira que legou todos os seus bens à Irmandade do Terço¹³.

As notícias que possuímos sobre o hospital da Irmandade do Terço, no período considerado, são igualmente escassas. As primeiras actas da instituição desapareceram, o mesmo acontecendo com o primeiro livro de entrada de doentes. O hospital foi instalado numas “piquenas casas, que já naquelle tempo possuía a mesma Irmandade”¹⁴, sendo o seu fundador o cónego José Maria de Sousa. Numa pintura de corpo inteiro existente na instituição, ao lado da figura, estão pintados os seguintes dizeres “Joze Maria de Souza Conego Capitular da Santa Se Catedral desta Cidade Cavaleiro da Ordem Christo sendo provedor desta Irmandade foi o primeiro fundador deste hospital e seu benfeitor e deu principio ao curativo em o 1º de Dezembro de 1781”. O Regimento do hospital do Terço data também de 1 de Dezembro de 1781.

Em fontes manuscritas da instituição recolhemos mais algumas informações. Em 26/01/1780, o mestre José Alves recebeu pelo seu trabalho, na construção do hospital, 99 965 réis¹⁵. No ano seguinte, em 13/11/1781, Manuel Joaquim Simões e irmãs Ana Bernardina de Santo Tomás, Engrácia Ana da Madre de Deus e Francisca Rita Simões doaram à Irmandade umas casa térreas que confinavam a nascente com as casas do Doutor Francisco Pereira Machado, a norte com a Viela dos Entrevados e a poente com a mesma Irmandade para que esta continuasse a obra do hospital¹⁶. No ano económico de 1781-1782, a instituição gastou 633 400 réis com as fêrias do pedreiro, ferreiro, carpinteiro, trolha e pintor e com a compra de materiais¹⁷.

2. 1799-1816

Nos anos económicos de 1798-1799 e de 1799-1800, o Cónego José Maria de Sousa foi reeleito provedor da Irmandade do Terço. Resolveu com o concurso de seu irmão e sucessor no cargo o Cónego Francisco de Viterbo e Sousa, alargar as instalações do hospital, para o que ambos doaram à instituição a quantia de 5 120 000 réis¹⁸. Para o efeito, a instituição adquiriu em 1799 uma morada de casas pegadas à Casa do Despacho, que faziam esquina com a Viela dos Entrevados, pelo preço de 690 516 réis, de prazo fateusim perpétuo de que eram senhorios directos a Mitra e o Cabido, ficando a Irmandade a pagar de foro e

¹³ A.I.N.S.T.C., *Títulos de Caridade nº 1*, págs. 26-39 v. *Títulos da Caridade nº 4*, págs. 1, 7 v.

¹⁴ A.I.N.S.T.C., *Livro das Obras do Hospital, 1799-1815*, pág. 1.

¹⁵ A.I.N.S.T.C., *Recibos, 1770-1826*, pág. 23.

¹⁶ A.I.N.S.T.C., *Títulos da Caridade nº 3*, págs. 241, 242.

¹⁷ A.I.N.S.T.C., *Livro do Secretário*, ano económico de 1781-1782.

¹⁸ A.I.N.S.T.C., *Livro do Secretário*, ano económico de 1799-1800.

A IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO TERÇO E CARIDADE DA CIDADE DO PORTO

pensão anual à Mitra duas galinhas e 55 réis em dinheiro e ao Cabido outras duas galinhas e 50 réis em dinheiro¹⁹; em 21/2/1800, uma morada de casas de Gonçalo José Soares, sitas na Viela dos Entrevados, de prazo fateusim perpétuo, pelo valor de 384 560 réis, e que pagavam de pensão anual 2 100 réis em dinheiro corrente e duas galinhas gordas²⁰; em 12/11/1800, duas moradas de casas sobradadas de dois andares a José António de Sousa Varela por 1 800 000 réis, sitas na Viela dos Entrevados, de prazo fateusim, de que era senhorio o Cabido da Sé a quem a Irmandade ficava a pagar a pensão anual de 5 100 réis em dinheiro e duas galinhas/ano²¹; finalmente em 1812, foram compradas as casas de António Caldeira, por 1 208 250 réis²².

As obras tiveram início em 3/08/1799 sob a direcção do mestre pedreiro principal Manuel António Braga²³; o risco era da autoria de Teodoro Maldonado que recebeu pela planta 43 200 réis²⁴. Em 30/03/1811, a instituição pagou

Anos económicos	Gastos, em réis
1799-1800	2 407 600
1800-1801	4 886 262
1801-1802	3 280 302
1802-1803	1 684 835
1803-1804	2 388 720
1804-1805	960 903
1805-1806	1 932 465
1806-1807	1041 161
1807-1808	473 188
1808-1809	398 094
1809-1810	230 155
1810 -1811	1 141 683
1811-1812	166 910
1812-1813	100 620
1813 -1814	1 602 415
1814-1815	2 901 345
1815-1816	219 830
1816-1817	181 505

Quadro das despesas das obras do hospital

Fonte: A.I.N.S.T.C., *Livro das Obras do Hospital*, 1799-1815 (sic).

¹⁹ A.I.N.S.T.C., *Livro das Obras do Hospital*, 1799-1815, pág. 1.

²⁰ A.I.N.S.T.C., *Livro das Obras do Hospital*, 1799-1815, pág. 17.

²¹ A.I.N.S.T.C., *Livro das Obras do Hospital*, 1799-1815, pág. 88.

²² A.I.N.S.T.C., *Livro das Obras do Hospital*, 1799-1815, pág. 243.

²³ A.I.N.S.T.C., *Livro das Obras do Hospital*, 1799-1815, pág. 1.

²⁴ A.I.N.S.T.C., *Livro das Obras do Hospital*, 1799-1815, pág. 3.

por 3 carros de pedra para as Armas da fachada 3 000 réis²⁵ e, em 28/06/1811, 27 000 réis por 18 carros de telha²⁶. As obras prolongaram-se até 24/02/1816 e custaram à Irmandade 24 477 830 réis, incluindo a compra dos prédios destinados ao alargamento do edifício.

Em reconhecimento do esforço desenvolvido pelos Irmãos Cónegos, a Irmandade mandou lavrar na pedra, por cima da entrada principal, os seguintes dizeres que ainda hoje se podem ler: “Em Honra da Virgem Maria e socorro dos pobres enfermos fundarão e dotarão este hospital os piedosos Irmãos José Maria de Souza e Francisco Viterbo de Souza e esta Irmandade amplia anno MDCCCXV”.

3. 1851-1855

Em 1851, a Irmandade do Terço resolveu ampliar de novo o Hospital. Nos inícios da década de 1850, após um período de crise, cresceu novamente o número de Irmãos entrados na instituição. Assim, aos 7 Irmãos entrados em 1847, aos 18 em 1848, aos 39 em 1849, contrapõem-se os 326 entrados em 1850, os 130 em 1851, os 315 em 1852, os 297 em 1853²⁷.

A Irmandade precisava, naturalmente, de alargar as instalações para receber os Irmãos enfermos e acolher os filhos daqueles que, em idade escolar, pretendiam frequentar as Escolas. Resolveu-se, por isso, aumentar o edifício. O Irmão José Joaquim Pinto da Silva foi encarregado da direcção das obras²⁸. Estas tiveram início no dia 16/10/1851, sendo para o efeito demolidas as casas contíguas à esquina da rua do Cativo²⁹. Mas, a instituição não possuía dinheiro para as obras. Valeu-se por isso, da generosidade dos membros das Mesas, das doações de beneméritos, dos peditórios de rua. O Conde de Ferreira, benemérito muito solicitado na cidade, contribuiu com o pagamento diário de 10 operários e a Mesa com o pagamento de 6³⁰. O provedor e os Irmãos da Mesa emprestaram dinheiro para pagar as férias de um mês de trabalho dos pedreiros³¹. O vice-provedor pagou 7 carros de soallo e forro³², o tesoureiro deu 600 000 réis para as

²⁵ A.I.N.S.T.C., *Livro das Obras do Hospital*, fêria nº 420.

²⁶ A.I.N.S.T.C., *Livro das Obras do Hospital*, fêria nº 427.

²⁷ Aníbal Barreira, *A Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade da Cidade do Porto – evolução da entrada de Irmãos (1766-1927)*, *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXVI, Volume 2, Coimbra 2002/2003, págs. 77, 79.

²⁸ A.I.N.S.T.C., *Livro dos Termos*, 1851-1867, pág. 16 v.

²⁹ A.I.N.S.T.C., *Livro dos Termos*, 1851-1867, pág. 16 v.

³⁰ A.I.N.S.T.C., *Livro dos Termos*, 1851-1867, pág. 23 v.

³¹ A.I.N.S.T.C., *Livro dos Termos*, 1851-1867, pág. 35.

³² A.I.N.S.T.C., *Livro dos Termos*, 1851-1867, pág. 33 v.

lérias das obras³³, o tesoureiro Bento Luís Ferreira do Carmo e o vice-provedor Bernardo Gonçalves Mamede emprestaram 720 000 réis para a compra das casas da esquina da rua do Cativo³⁴, o irmão José António da Silva Pinto emprestou o dinheiro para as férias de um mês³⁵. Também o cirurgião do hospital do Terço, António Bernardino de Almeida, pôs à disposição da instituição um conto de réis sem juros, pelo espaço de um ano³⁶.

A população em geral deu também o seu contributo. Envia-se cartas para os habitantes da cidade e das freguesias vizinhas a pedir materiais de construção³⁷. Recorre-se ao dinheiro das subscrições e das caixinhas de esmoladas espalhadas pela cidade³⁸. A Sociedade Dramática de Curiosos, que trabalhava no Teatro de Santa Catarina, realizou um espectáculo a favor das obras³⁹. Mas o dinheiro recolhido era insuficiente. Por isso, perante a ameaça de paralisação dos trabalhos, o Conde de Ferreira resolveu pagar todas as férias aos pedreiros “pelos desejos de ver adiantada a obra pela ocasião da abertura” ao público que, ocorria habitualmente em Julho, pela ocasião das festas da Padroeira⁴⁰; com a mesma intenção, a Irmandade tratou de vender umas casas velhas que possuía na rua da Assunção e da Bainharia, deixadas ficar em testamento pelo padre José Bento de Figueiredo⁴¹. Em 1855, as obras deviam estar adiantadas porquanto, em 17 de Maio desse ano, falava-se em acabar os corredores dos dois andares, portas e janelas, de modo a que tudo estivesse pronto até à data da referida abertura, a ter lugar, no 2º domingo de Julho⁴².

Mas, a planta de Teodoro Maldonado estava ainda por concluir. Por isso, a instituição sempre que podia comprava os prédios que permitissem a concretização do projecto. Em 22/10/1862, a Mesa decidiu comprar a casa do lado sul da Igreja por “estar compreendida no número das que hão de ser expropriadas quando se conclua o risco do nosso edifício”⁴³. Em 1863, dentro da mesma orientação, comprou-se o prédio de Gonçalo Cardoso do lado sul do edifício, de que teve de se prescindir de porta, de modo a alinhar a rua do Cativo⁴⁴.

³³ A.I.N.S.T.C., *Livro dos Termos*, 1851-1867, pág. 33.

³⁴ A.I.N.S.T.C., *Livro dos Termos*, 1851-1867, pág. 19.

³⁵ A.I.N.S.T.C., *Livro dos Termos*, 1851-1867, pág. 36.

³⁶ A.I.N.S.T.C., *Livro dos Termos*, 1851-1867, págs. 37 v, 38.

³⁷ A.I.N.S.T.C., *Livro dos Termos*, 1851-1867, pág. 26 v.

³⁸ A.I.N.S.T.C., *Livro dos Termos*, 1851-1867, págs. 26 v, 39.

³⁹ A.I.N.S.T.C., *Livro dos Termos*, 1851-1867, págs. 27 v, 34 v.

⁴⁰ A.I.N.S.T.C., *Livro dos Termos*, 1851-1867, pág. 50.

⁴¹ A.I.N.S.T.C., *Livro dos Termos*, 1851-1867, pág. 54.

⁴² A.I.N.S.T.C., *Livro dos Termos*, 1851-1867, pág. 50.

⁴³ A.I.N.S.T.C., *Livro dos Termos*, 1851-1867, pág. 124.

⁴⁴ A.I.N.S.T.C., *Livro dos Termos*, 1851-1867, págs. 132, 134 v, 137 v.

4. 1882-1889

Em 1870, a Irmandade do Terço reconhecia que as instalações hospitalares não eram suficientes para atender ao elevado número de Irmãos que possuía⁴⁵. A situação complicou-se nos anos subsequentes. Com efeito, nos anos de 1871, 1872, 1873, 1874, 1875, 1876 entraram na instituição respectivamente 106, 89, 102, 166, 174, 132 novos Irmãos⁴⁶.

Mas, acrescentamos nós, a assistência hospitalar tinha também evoluído e exigia outros cómodos. Com efeito, nesse mesmo ano, a instituição apurava que não tinha salas para partos, para consultas, para conferências médicas, para convalescença pós-operatória, que eram insuficientes para Irmãos entrevados, para particulares e desapropriadas as instalações de apoio (cozinha, rouparia, dispensa, quartos de banho, aposentos para o capelão e fiscal)⁴⁷.

Desta forma, tornava-se necessário aumentar o edifício, o que deveria acontecer na frente da rua do Clativo e no lado poente da Igreja. A concretizar-se o projecto, refere a instituição, ficaria então “concluído o edefício do hospital”⁴⁸.

Em 1876, o Definitório autorizou as obras e a compra das propriedades necessárias⁴⁹. Para o efeito, foram adquiridos a Manuel Gonçalves de Oliveira Júnior, pelo preço de 2 200 000 réis o prédio nº 32 e 34 da rua de Cimo de Vila e o prédio nº 36 e 38 da mesma rua a Francisco José da Silva pela quantia de 4 600 000 réis⁵⁰. No ano de 1878, o Arquitecto José Geraldo da Silva Sardenha apresentou as plantas para a continuação do hospital⁵¹. Mas, por falta de dinheiro, as obras só se iniciaram em 1882, pois nesse mesmo ano a Mesa resolveu não abrir pela festa da Padroeira, como era habitual, o hospital ao público “em virtude de se ter dado princípio à continuação das obras da restante parte do edifício”⁵².

O alargamento do hospital, que então correu pela parte sul e poente, só foi possível mais uma vez pelo contributo generoso de mesários e beneméritos. O provedor Delfim de Lima contribuiu com o jornal de um operário por um ano⁵³, a mãe D. Sofia de Lima com um conto de réis e os dois mais o irmão Guilherme com 600 000 réis⁵⁴. Os definidores Elisabeth Cândido Rodrigues Mendes, An-

⁴⁵ A.I.N.S.T.C., *Livro das Actas da Meza e Definitório*, 1867-1874, págs. 15 v, 19 v.

⁴⁶ Aníbal Barreira, *A Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade da Cidade do Porto – evolução da entrada de Irmãos (1766-1927)*, *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXVI, Volume 2, Coimbra 2002/2003, pág 79.

⁴⁷ A.I.N.S.T.C., *Livro das Actas da Irmandade*, 1874-1886, pág. 21 v.

⁴⁸ A.I.N.S.T.C., *Livro das Actas da Irmandade*, 1874-1886, pág. 22.

⁴⁹ A.I.N.S.T.C., *Livro das Actas da Irmandade*, 1874-1886, pág. 22.

⁵⁰ A.I.N.S.T.C., *Livro das Actas da Irmandade*, 1874-1886, pág. 10 v.

⁵¹ A.I.N.S.T.C., *Livro das Actas da Irmandade*, 1874-1886, págs. 43, 46.

⁵² A.I.N.S.T.C., *Livro das Actas da Irmandade*, 1874-1886, pág. 82.

⁵³ A.I.N.S.T.C., *Livro das Actas da Irmandade*, 1874-1886, pág. 120.

⁵⁴ A.I.N.S.T.C., *Actas das Sessões da Meza*, 1886-1897, págs. 3, 10.

tónio Manuel da Costa Maia e Silva e José Fernandes Guimarães Júnior ofereceram respectivamente 100 000 réis, o jornal de um pedreiro, a quantia de 30 000 réis⁵⁵. O Visconde de Barreiros pôs à disposição da instituição 100 000 réis e recomendou uma subscrição de donativos a realizar no Brasil⁵⁶. A Condessa de Azevedo doou por falecimento 300 000 réis⁵⁷ e Domingos José Soares da Silva e Joaquim Moreira Júnior contribuiriam respectivamente com 100 000 e 270 000 réis⁵⁸. De igual modo, foram organizados peditórios pela cidade⁵⁹.

Mas, o dinheiro não chegava e por isso, em 1887, a Mesa, com vista à conclusão do hospital, autorizou a Comissão de Obras a contrair um empréstimo de 12 contos de réis, de acordo com as condições estabelecidas pelo Ministério do Reino em 23/08/1887. Este empréstimo foi alcançado através de uma subscrição pública de obrigações ao juro de 5%, amortizáveis no prazo máximo de 10 anos⁶⁰.

A partir de 1889, a Irmandade do Terço começou a tirar proveito das novas instalações. Com efeito, nesse ano, foram admitidos particulares nas salas do novo edifício do hospital e na enfermaria geral⁶¹. Em 1891, no 1º andar e no rés do chão da rua do Cativo estabeleceu-se a Escola Profissional do Terço, destinada à correcção de jovens⁶². Esta instituição, provisoriamente instalada no edifício do hospital, veio a causar problemas à Irmandade. Os alunos ocupavam muito espaço na Igreja por ocasião das missas e prejudicavam a assistência de fiéis e o rendimento dos peditórios⁶³. Provavelmente perturbariam o sossego do hospital. Em 1892, o Asilo-Escola, como então se chamava, abandonou as instalações cedidas⁶⁴. Os baixos do hospital, voltados para a rua do Cativo, como era usual na época, foram alugados em 1894 a José Augusto Dias por 60 000 réis/ano e a José Ribeiro Freitas, armador, por 50 000 réis/ano⁶⁵.

Uma notícia de 1896 refere-se à autorização dada à Mesa para vender os prédios deixados por falecimento de Manuel Francisco Gomes da Silva e de D. Maria de Jesus Monteiro para com eles amortizar o resto do empréstimo e

⁵⁵ A.I.N.S.T.C., *Livro das Actas da Irmandade*, 1874-1886, págs. 95 v, 97.

⁵⁶ A.I.N.S.T.C., *Livro das Actas da Irmandade*, 1874-1886, pág. 95 v.

⁵⁷ A.I.N.S.T.C., *Livro das Actas da Irmandade*, 1874-1886, pág. 121 v.

⁵⁸ A.I.N.S.T.C., *Livro das Actas da Irmandade*, 1874-1886, págs. 103 v, 120.

⁵⁹ A.I.N.S.T.C., *Livro das Actas da Irmandade*, 1874-1886, pág. 95 v.

⁶⁰ A.I.N.S.T.C., *Actas das Sessões da Meza*, 1886-1897, págs. 10 v, 11, 12.

⁶¹ A.I.N.S.T.C., *Actas das Sessões da Meza*, 1886-1897, págs. 20 v.

⁶² A.I.N.S.T.C., *Actas das Sessões da Meza*, 1886-1897, págs. 33, 34.

⁶³ A.I.N.S.T.C., *Actas das Sessões da Meza*, 1886-1897, pág. 45 v.

⁶⁴ A.I.N.S.T.C., *Actas das Sessões da Meza*, 1886-1897, pág. 47 v.

⁶⁵ A.I.N.S.T.C., *Actas das Sessões da Meza*, 1886-1897, págs. 68 v, 73.

acabar a parte do edifício que estava por concluir do lado da rua do Cativo⁶⁶. Em 19/08/1899, foi nomeada uma comissão destinada a estudar a planta do edifício por terminar e propor as modificações julgadas mais adequadas⁶⁷.

Pelos vistos, a planta do edifício estava ainda por concluir, mas nas suas linhas gerais, pensamos que, por esta altura, o edifício do hospital do Terço adquirira a fisionomia dos nossos dias. A construção do hospital do Terço decorreu ao longo de mais de 130 anos. Como hospital – beneficência, preocupado com a assistência na doença mas também com a assistência social dos Irmãos, dependeu na morosidade da construção da generosidade dos mesários, dos beneméritos e da caridade pública. Esta generosidade, em declínio na parte final do período que estudamos, conheceu, ao longo do mesmo, uma significativa evolução.

⁶⁶ A.I.N.S.T.C., *Actas das Sessões da Meza*, 1886-1897, pág 123 v.

⁶⁷ A.I.N.S.T.C., *Actas das Sessões da Meza*, 1898-1910, pág. 31.

António Maria Falcão Pestana de Vasconcelos

Os Sousa Chichorro e as Ordens Militares: reflexões em torno desta linhagem

Resumo

Os comportamentos de alguns indivíduos da linhagem os Sousa Chichorro, no interior do grupo social a que pertencem, bem como no seio de determinadas instituições como as Ordens Militares, constituem o grande objectivo deste estudo. Assim, é fundamental a sua presença nestas instituições, a par do papel que tiveram na corte régia.

Abstract

This paper aims to analyze the actions of some individuals of Sousa Chichorro's lineage, within the social group to which they belong, as well as within the fold of certain institutions, such as the Military Orders. Besides the role they played in the King's court, their presence and influence in these institutions was crucial.

Reconhecido cada vez mais o interesse dado à História da família e da nobreza, procuramos neste pequeno trabalho alcançar uma visão, a possível nesta fase da nossa investigação, dos comportamentos de alguns indivíduos da linhagem os Sousa Chichorro, no interior do grupo social a que pertencem, bem como no seio de determinadas instituições como as Ordens Militares. Por agora, fizemos apenas um ensaio metodológico e uma abordagem parcial dos elementos desta linhagem, uma vez que o grosso desta nossa investigação será abordado num trabalho mais amplo que é o nosso doutoramento.

Neste sentido, a descrição genealógica desta linhagem, irá assumir alguma importância ao longo deste trabalho, bem como a suas ligações, quer ao poder régio, quer às Ordens Militares, estando limitado a um período concreto, isto é o século XV e princípios do século XVI.

Como ponto de partida para este nosso estudo, achamos que era de todo o interesse procurar as origens da linhagem em apreço. Assim, independentemente das informações por nós recolhidas, quer no *Livro de Linhagens do séc. XVI*, quer no *Nobiliário das Famílias de Portugal*, estudos mais recentes sobre

a Nobreza, permitiram-nos aclarar vários aspectos, para os quais se levantavam algumas dúvidas.

No que toca às origens desta linhagem, é consensual considerar-se que teve início com Martim Afonso, de alcunha o Chichorro, filho de D. Afonso III e de uma moura¹, o qual viria a casar com Inês Lourenço de Valadares, filha de Maria Mendes, e neta de D. Mem Garcia de Sousa². As referências a este personagem, surgem-nos em 1271, no testamento de seu pai, onde é contemplado com uma verba de 1000 libras, e mais tarde, entre 1288 e 1300, já no reinado de seu irmão D. Dinis, altura em que aparece referido como rico homem³.

Desta união acima mencionada nasceu Martim Afonso Chichorro (II), referido como rico homem na corte de seu tio D. Dinis. É nesta qualidade que nos surge em 1320, quando foi ouvido em conselho sobre determinadas questões levantadas pelo Infante D. Afonso. Em Maio de 1322, aparece ao lado do dito Infante aquando do juramento de tréguas feito em Pombal. A 23 de Janeiro de 1323 fez composição com o conde D. Pedro, ficando com as honras e coutos de Fregreiro de Travaços, Amarante, Barroso, Andrões Galegos e o lugar de Muzães. Não teve descendência legítima, mas de D. Aldonça Anes de Briteiros, abadessa de Arouca, teria tido dois filhos, o primeiro, Vasco Martins de Sousa e, o segundo, Martim Afonso de Sousa⁴.

¹ FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996, vol. I, p. 207, *Livro de Linhagens do Séc. XVI*, Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1956, p. 20 e GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Braga: Oficinas Gráficas “Pax”, 1941, Tit. dos Sousas, p. 69.

² FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996, vol. I, p. 206.

³ Sobre este personagem veja-se PIZARRO, José Augusto P. de Sotto Mayor – *Linhagens Medievais Portuguesas, Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, Porto: CEGH e HF, Universidade Moderna, 1999, vol. 1, p. 173-174.

⁴ PIZARRO, José Augusto P. de Sotto Mayor – *Linhagens Medievais Portuguesas, Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, Porto: CEGH e HF, Universidade Moderna, 1999, vol. 1, p. 173-174 e *Os Patronos do Mosteiro de Grijó (Evolução e Estrutura da Família Nobre Séculos XI a XIV)*. Ponte de Lima: Edições Carvalhos de Basto, Lda., 1995, p. 204-205. No que se refere a esta descendência, são as restantes fontes um tanto ambíguas. Assim, segundo o *Livro de Linhagens do Séc. XVI*, Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1956, p. 21, Martim Afonso Chichorro teria tido um filho legítimo, que veio a falecer ainda pequeno, sendo-lhe no entanto atribuído um bastardo, Vasco Martins de Sousa, o qual seria filho de uma Ana Lourenço de Valadares, mulher fidalga. No que se refere ao segundo filho, Martim Afonso Chichorro nada se diz.

Por sua vez, FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996, vol. I, p. 207, para justificar esta descendência refere-nos uma carta escrita em Coimbra, e datada de 6 de Dezembro de 1341, onde em presença de D. Afonso IV e dos fidalgos, Vasco Martins, filho de Martim Afonso Chichorro, por uma parte, e de Inês Dias, filha de Sancho Manuel, pela outra, se declara serem casados e estabeleceu-se o contrato de arras, no valor de quatro mil libras, tendo-se oferecido por fiador do noivo, entre outros, o Infante D. Pedro.

O desenvolvimento desta linhagem implica, no entanto, informações que suscitam algumas dúvidas, nomeadamente sobre esta geração e sua descendência. De uma maneira geral, se até ao reinado de D. Dinis foi possível seguirmos a interpretação apresentada por José Augusto Pizarro⁵, para os tempos seguintes somos confrontados com falta de elementos que nos permitam fazer afirmações, uma vez que carecem pontualmente de mais esclarecimentos, que só investigações futuras podem confirmar.

Vasco Martins de Sousa, foi vassalo da casa de D. Afonso IV e criado do Infante D. Pedro, o qual aquando da subida ao trono, em Maio de 1357, o fez seu chanceler mor e rico-homem⁶. Em 1360, surge-nos a dar o seu testemunho relativamente ao casamento de D. Pedro e D. Inês, testemunho que voltou a repetir anos mais tarde, nas cortes de Coimbra, celebradas entre Abril e Maio de 1385⁷. A presença deste fidalgo junto da corte, fez-se sentir no reinado de D. Fernando, onde em vários diplomas aparece mencionado como vassalo régio, sendo-lhe atribuídas várias mercês, de entre elas, a doação feita a 13 de Fevereiro de 1372, por juro de herdade das terras de Penaguião e de Gestaçô⁸, e mais tarde em 1 de Abril de 1377, em préstamo, enquanto sua mercê fosse, das rendas da terra de Mortágua⁹. Esta última, virá a ser-lhe doada, por juro de herdade, já em tempo de D. João I, por carta dada em Coimbra, a 3 de Abril de 1385¹⁰, altura em que, esteve presente nas cortes celebradas na dita cidade. Casou com Dona Inês Sanches Manuel, de quem teria tido dois filhos, Martim Afonso de Sousa e Dona Beatriz Afonso de Sousa¹¹. Terá falecido em 24 de Janeiro de 1387.

Quanto a Martim Afonso de Sousa, irmão de Vasco Martins de Sousa, acima referido, não nos aparece qualquer referência no *Livro de Linhagens do Séc. XVI*, sendo no entanto mencionado, tanto por D. António Caetano de

⁵ PIZARRO, José Augusto P. de Sotto Mayor – *Linhagens Medievais Portuguesas, Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, Porto: CEGH e HF, Universidade Moderna, 1999, vol. 1, p. 173-174.

⁶ Surge-nos assim referido na carta datada de 13 de Outubro de 1357, onde lhe é feita doação todos os bens móveis e de raiz, que haviam pertencido a Pero Coelho, que os perdeu por ter sido um dos assassinos de Inês de Castro. IAN/TT, *Chancelaria de D. Pedro*, Liv. 1, fl. 15 v.

⁷ PIZARRO, José Augusto P. de Sotto Mayor – *Linhagens Medievais Portuguesas, Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, Porto: CEGH e HF, Universidade Moderna, 1999, vol. 1, p. 173-174 e *Os Patronos do Mosteiro de Grijó (Evolução e Estrutura da Família Nobre Séculos XI a XIV)*. Ponte de Lima: Edições Carvalhos de Basto, Lda., 1995, p. 204-205.

⁸ IAN/TT, *Chancelaria de D. Fernando*, Liv. 1, fl. 95.

⁹ IAN/TT, *Chancelaria de D. Fernando*, Liv. 2, fl. 3.

¹⁰ IAN/TT, *Chancelaria de D. João I*, Liv. 1, fl. 120.

¹¹ PIZARRO, José Augusto P. de Sotto Mayor – *Os Patronos do Mosteiro de Grijó (Evolução e Estrutura da Família Nobre Séculos XI a XIV)*. Ponte de Lima: Edições Carvalhos de Basto, Lda., 1995, p. 204-205.

Sousa¹², como por Braamcamp Freire¹³, os quais lhe atribuem vários casamentos e barreganias, todas com descendência. A sua presença nas cortes de Coimbra de 1385, também aparece documentada, sendo referido como capitão dos ginetes de D. Fernando¹⁴. Familiar de Vasco Martins de Sousa¹⁵, o seu posicionamento político é bem demarcado, ao ser identificado como partidário do Mestre de Avis, e ao ser referida a sua presença na batalha de Aljubarrota, alguns meses mais tarde. Após a morte de Vasco Martins de Sousa, terá herdado o senhorio de Mortágua¹⁶.

Assim, Martim Afonso de Sousa, 2º Senhor de Mortágua, segundo o *Livro de Linhagens do Séc. XVI*, terá casado¹⁷, tendo dessa união nascido Gonçalo Anes de Sousa; Dona Inês de Sousa, primeira mulher de Álvaro Gonçalves Camelo, Senhor de Laja e por morte deste, mulher de Diogo Peixoto; Dona Briolanja de Sousa, segunda mulher de Martim Afonso de Sousa, guarda-mor de D. João I; e Dona Catarina de Sousa, segunda mulher de João Freire de Andrade¹⁸. São-lhe ainda atribuídos dois filhos bastardos, Martim Afonso de Sousa e Pedro de Sousa¹⁹.

Por sua vez, para Felgueiras Gayo, este Martim Afonso de Sousa, é irmão de Vasco Martins de Sousa, e terá casado duas vezes. Atribui-lhe como primeira mulher uma D. Maria de Briteiros, sua prima co-irmã, e como segunda mulher uma Estefânia Garcia. Do primeiro casamento, terão nascido todos aqueles acima referidos, acrescentando um Gomes de Sousa, comendador da Ordem de Cristo²⁰. Do segundo matrimónio terá nascido um Afonso Vasques de

¹² SOUSA, D. António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. 2ª ed., Coimbra: Livraria Atlântida, 1946-54, vol. XII, tomo 2, p. 7-8.

¹³ FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996, vol. I, p. 208.

¹⁴ *Chronica de D. João I*, part. II, p. 95.

¹⁵ Para José Augusto Pizarro, este Martim Afonso de Sousa, teria casado com Margarida Gonçalves de Sousa (Briteiros), de quem terá tido pelo menos uma filha. Neste sentido, considera que a descendência atribuída a Martins Afonso de Sousa, tanto por D. António Caetano de Sousa como por Braamcamp Freire, deverá ser atribuída ao seu sobrinho, filho de Vasco Martins de Sousa, seu homónimo. PIZARRO, José Augusto P. de Sotto Mayor – *Linhagens Medievais Portuguesas, Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, Porto: CEGH e HF, Universidade Moderna, 1999, vol. 1, p. 175, nota 62 e *Os Patronos do Mosteiro de Grijó (Evolução e Estrutura da Família Nobre Séculos XI a XIV)*. Ponte de Lima: Edições Carvalhos de Basto, Lda., 1995, p. 204-205.

¹⁶ FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996, vol. I, p. 208.

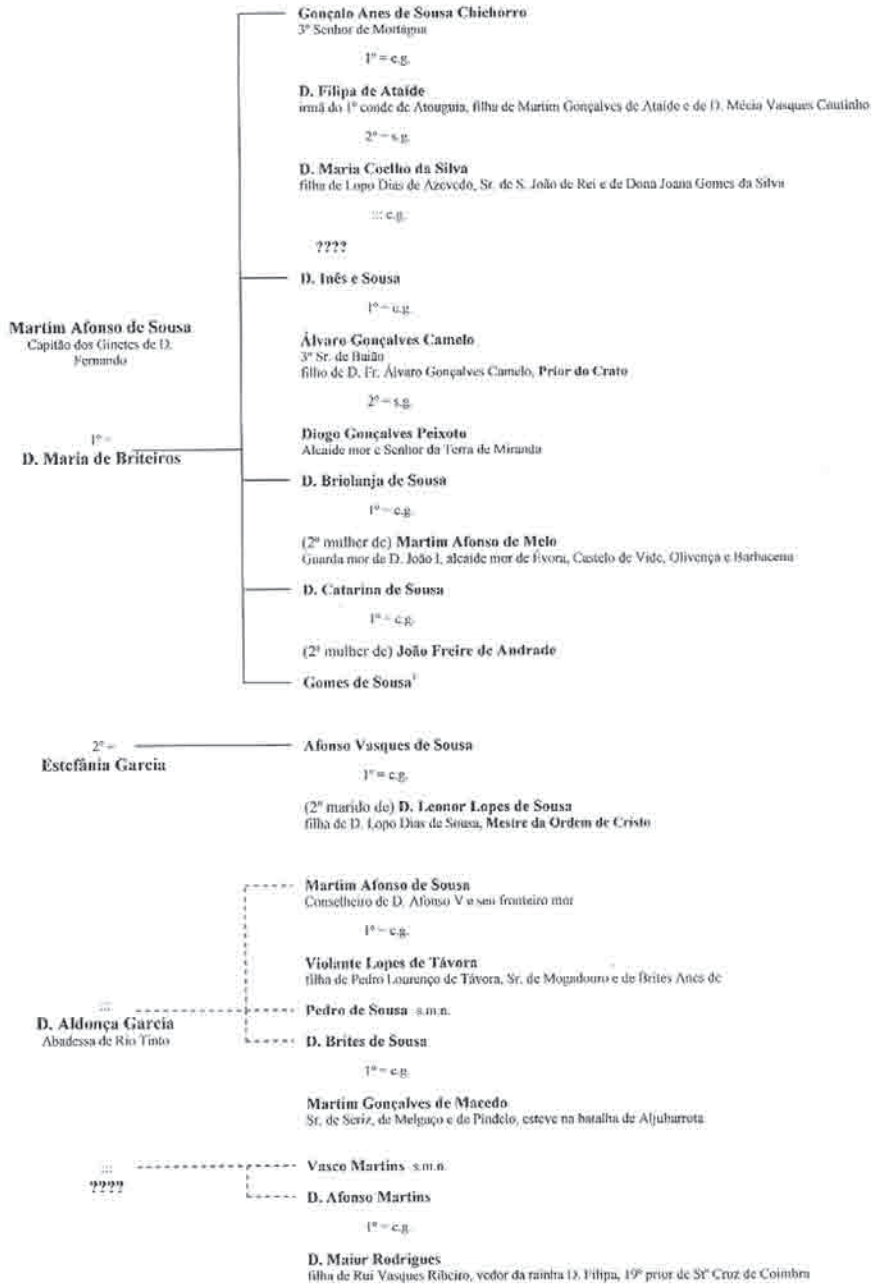
¹⁷ No *Livro de Linhagens do Séc. XVI*, não se faz qualquer menção ao nome da sua primeira mulher. *Livro de Linhagens do Séc. XVI*, Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1956, p. 21-22.

¹⁸ *Livro de Linhagens do Séc. XVI*, Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1956, p. 21-22.

¹⁹ *Livro de Linhagens do Séc. XVI*, Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1956, p. 22.

²⁰ Referido por GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Braga: Oficinas Gráficas “Pax”, 1941, Tit. dos Sousas, p. 69-70.

OS SOUSA CHICHORRO E AS ORDENS MILITARES



Esquema Genealógico nº 1

Sousa²¹. Quanto aos bastardos, Felgueiras Gayo, no seu *Nobiliário das Famílias de Portugal*, refere-nos ainda uma Dona Brites de Sousa, irmã dos dois acima mencionados, futura mulher de Martim Gonçalves de Macedo, Senhor de Seriz²². Todos estes filhos bastardos de Martim Afonso de Sousa, teriam sido fruto da sua ligação com D. Aldonça Rodrigues, abadessa de Rio Tinto²³. Para além destes, refere-nos ainda Felgueiras Gayo, como sendo seus filhos bastardos um Vasco Martins e um D. Afonso Martins, este último casado com D. Maior Rodrigues, filha de Rui Vasques Ribeiro, vedor da rainha D. Filipa e 19º prior de Santa Cruz de Coimbra²⁴.

Como tivemos oportunidade de constatar, a presença de elementos desta linhagem junto da corte, era já uma realidade. Neste sentido, não será descabido interrogarmo-nos sobre o que terá levado alguns destes indivíduos a quererem ingressar nas Ordens Militares.

Numa primeira fase, para se ter acesso a estas instituições não era necessário qualquer tipo de atributos específicos, como nos demonstram as Regras, Estatutos e Definições, que as regiam. Aos candidatos ao hábito destas milícias, era-lhes requerido o serviço a Deus, podendo fazê-lo de duas formas, pela via contemplativa, como freire clérigo, ou de forma mais interveniente no mundo, como freire cavaleiro. Ao optar por esta segunda via, tornava-se um defensor do nome de Cristo, um defensor da Cristandade.

Neste sentido, não será de estranhar que aqueles que ingressavam nestas instituições com o objectivo de servirem a Deus pelas armas fossem os mesmos que, como leigos, já possuíam algumas destas funções, nomeadamente devido ao estatuto social a que já pertenciam. Por outro lado, se atentarmos na possibilidade de estes cavaleiros poderem vir a usufruir de rendimentos e de bens patrimoniais consideráveis, nomeadamente, através da administração de Comendas, não será de estranhar que, alguns dos candidatos ao ingresso nestas instituições pertencessem à Nobreza.

Face ao exposto, e tendo em conta que, para o período em apreço, ou seja sécs. XV e XVI, as ordens militares já se encontrarem sob controle da coroa, numa primeira fase através dos Infantes na qualidade de governadores

²¹ Referido por GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Braga: Oficinas Gráficas “Pax”, 1941, Tit. dos Sousas, p. 69-70.

²² GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Braga: Oficinas Gráficas “Pax”, 1941, Tit. dos Sousas, p. 70.

²³ Desta relação com a abadessa de Rio Tinto, também se lhe refere FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996, vol. I, p. 208, e LOPES, Fernão – *Chronica de D. João I*, 2º pt., p. 95.

²⁴ GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Braga: Oficinas Gráficas “Pax”, 1941, Tit. dos Sousas, p. 70.

e administradores, e mais tarde sob a administração do próprio monarca, podemos considerar que, o ingresso de um indivíduo pertencente à nobreza, fosse ele da alta ou baixa nobreza, pode ser considerado como uma forma de distinção social e de prestígio, quer para a sua família, quer para a linhagem²⁵. Prestígio que atingiria níveis muito superiores quando eram designados para exercerem ofícios, como por exemplo o de Comendador mor, dignidade que no plano temporal, se situa imediatamente abaixo da de Mestre ou Administrador.

É neste contexto, que podemos entender a presença de Gonçalo Anes de Sousa²⁶, no ofício de Comendador mor da Ordem de Cristo, pelo menos desde 23 de Junho de 1461, altura em que também é mencionado como Chanceler mor da Casa do Infante D. Henrique²⁷, Governador e Administrador da mesma milícia. É nesta qualidade de comendador mor que, cumprindo com o estipulado pelas Definições face à vacatura do mestrado por morte do Infante D. Fernando, administrador da Ordem de Cristo, veio a assumir o governo da milícia, até à nomeação do duque D. Diogo de Portugal, filho do anterior “Mestre”²⁸.

O interesse por este personagem não se deve apenas à dignidade que ocupava, mas de ter associado a ela, o facto de ser fruto de uma ligação ilegítima de seu pai, Gonçalo Anes de Sousa Chichorro, 3º Senhor de Mortágua.

Não foi, no entanto, como podemos constatar, este um factor impeditivo na sua ascensão dentro da milícia, como também o não veio a ser para os seus filhos, os quais também eram marcados pelo estigma da bastardia.

Assim, o seu filho mais velho, Fernão de Sousa, fidalgo da casa do duque de Viseu²⁹, virá a assumir o cargo de comendador mor, em substituição de seu pai. É nesta qualidade que nos aparece mencionado em carta outorgada por D. Afonso V, em 30 de Julho de 1476, pela qual lhe confirma todos os privilégios inerentes à dita comenda³⁰. No que se refere à descendência deste comendador mor, refira-

²⁵ Como comprovou já SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *Os Pimentéis: percurso de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2000.

²⁶ Filho ilegítimo de Gonçalo Anes de Sousa Chichorro, 3º Senhor de Mortágua, documentado entre 1400, a quando da sua carta de legitimação e 1415, altura da sua morte. GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Braga: Oficinas Gráficas “Pax”, 1941, Tit. dos Sousas, p. 70-71.

²⁷ *Monumenta Henricina*, vol. XIV, doc. 54, pp. 151-155. Referido por SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa e – *A Ordem de Cristo (1417-1520)*, in “*Militarium Ordinum Analecta*”, nº 6, Porto, Fund. Engº. António de Almeida, 2002, p. 384.

²⁸ Carta de 4 de Março de 1471. IAN/TT, *Gaveta I*, maço 6, doc. 4. Referido por SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa e – *A Ordem de Cristo (1417-1520)*, in “*Militarium Ordinum Analecta*”, nº 6, Porto, Fund. Engº. António de Almeida, 2002, p. 384.

²⁹ Referido em 1462 como cavaleiro fidalgo no Livro das Moradias da Casa do Senhor Rey D. Afonso V. SOUSA, D. António Caetano de – *Provas de História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra: Atântida - Livraria Editora, Lda. 1947. Tomo II, 1ª pt., p. 31

³⁰ IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 6, fl. 123, doc. 4.

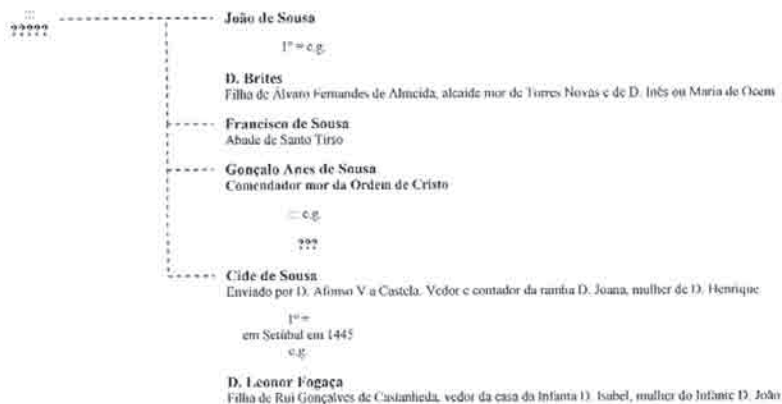
Gonçalo Anes de Sousa
Chichorro
3º Senhor de Mortágua

1ª =
D. Filipa de Ataíde
(irmã do 1º conde de Atouguia,
filha de Martin Gonçalves de
Ataide e de D. Mécia Vasques
Coutinho)

Mécia de Sousa
4ª Senhora de Mortágua
1ª = c.g.

D. Saneho de Noronha
3º conde de Odemira, filho de D. Afonso, Conde de Noronha e de Gijón e de D. Isabel, filha II de D. Fernando

2ª =
D. Maria Coelho da Silva
(filha de Lopo Din de Azevedo,
Sr. de S. João de Rei e de Dona
Joana Gomes da Silva)
s.g.



Esquema Genealógico nº 2

-se uma filha bastarda, de nome Aldonça³¹, a qual, pelo seu casamento, irá manter a ligação à Ordem de Cristo, uma vez que, veio a casar com D. António de Sousa, comendador de Sousel³².

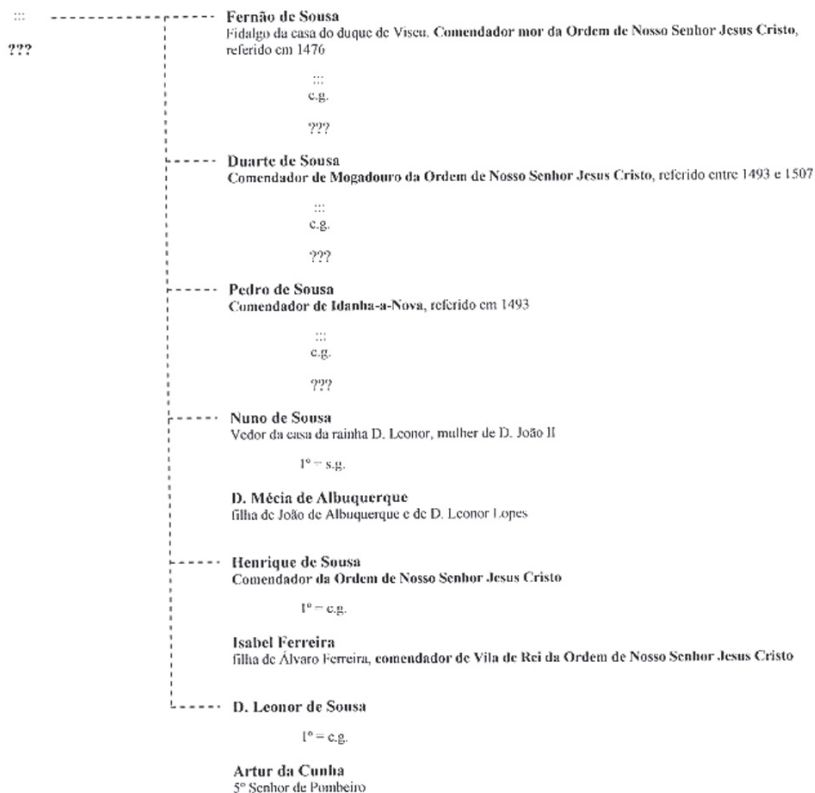
Para além deste filho, teve Gonçalo Anes de Sousa, Duarte de Sousa, comendador de Mogadouro na Ordem de Cristo. É nesta dignidade que nos

³¹ Esta filha de Fernão de Sousa, era bastarda, não havendo qualquer referência a quem foi a sua mãe. GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Braga: Oficinas Gráficas “Pax”, 1941, Tit. dos Sosas, p. 177.

³² GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Braga: Oficinas Gráficas “Pax”, 1941, Tit. dos Sosas, p. 177.

OS SOUSA CHICHORRO E AS ORDENS MILITARES

Gonçalo Anes de Sousa
Comendador mor da Ordem de
Nosso Senhor Jesus Cristo



Esquema Genealógico nº 3

surge mencionado, em 26 de Janeiro de 1493, aquando da reunião do Capítulo Geral da Ordem, realizada no Convento de Tomar, onde juntamente com outros, estabeleceu e ordenou por suficiente procurador da Ordem de Cristo, D. Manuel, Duque de Beja, governador e regedor da Ordem de Cristo³³. Referências a este comendador ainda as podemos encontrar, em 20 de Novembro de 1507, a quando da visitação levada a cabo nesta data à comenda de Mogadouro³⁴. Também ele

³³ IAN/TT, *Ordem de Cristo*, cód. 235, fl. 97-98.

³⁴ IAN/TT, *Ordem de Cristo*, cód. 307, fl. 87.

deixou descendentes, todos eles por via bastarda, como Rui de Sousa, futuro alcaide-mor de Sofala, em 1506; Gonçalo de Sousa, que foi servir para a Índia; Manuel de Sousa, capitão de um navio, falecido na costa de Melinde; e, por fim, uma filha, D. Catarina de Sousa, futura mulher do Doutor Álvaro Franco, chanceler de D. Manuel³⁵.

Presente no referido Capítulo Geral de Tomar, esteve ainda mais um filho de Gonçalo Anes de Sousa, o qual dava pelo nome de Pero de Sousa, na qualidade de comendador de Idanha-a-Nova³⁶. Tal como os seus irmãos, também irá deixar descendência, nomeadamente dois filhos e duas filhas. Relativamente à descendência masculina refira-se Jorge de Sousa, marido de D. Simoa Rebelo, filha de Fernão Neto, contador de Goa e Simão de Sousa, marido de Inês da Fonseca, filha de Simão da Sequeira. No que se refere à descendência feminina refira-se D. Maria Henriques, mulher de Pedro Botelho, capitão de S. Tomé e D. Lourença Henriques casada em Évora com Fr. Rodrigo de Vasconcelos, comendador de S. Vicente de Abrantes da Ordem de Cristo³⁷.

Dos filhos do comendador mor da Ordem de Cristo, refira-se ainda, Henrique de Sousa, também ele comendador na dita milícia, que casou com Isabel Ferreira³⁸, filha de Fr. Álvaro Ferreira, comendador de Vila de Rei³⁹.

Parece-nos ser relevante mencionar ainda, um outro filho deste comendador mor Nuno de Sousa que, embora não tivesse ingressado em qualquer milícia, veio a ter um contacto estreito com a corte, onde exerceu o cargo de vedor da casa da rainha D. Leonor, mulher de D. João II⁴⁰.

Voltemos um pouco atrás, a D. Briolanja de Sousa, também ela filha de Martim Afonso de Sousa, 2º Senhor de Mortágua e de D. Maria de Briteiros. Foi

³⁵ GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Braga: Oficinas Gráficas “Pax”, 1941, Tit. dos Sosas, p. 184.

³⁶ IAN/TT, *Ordem de Cristo*, cód. 235, fl. 97-98.

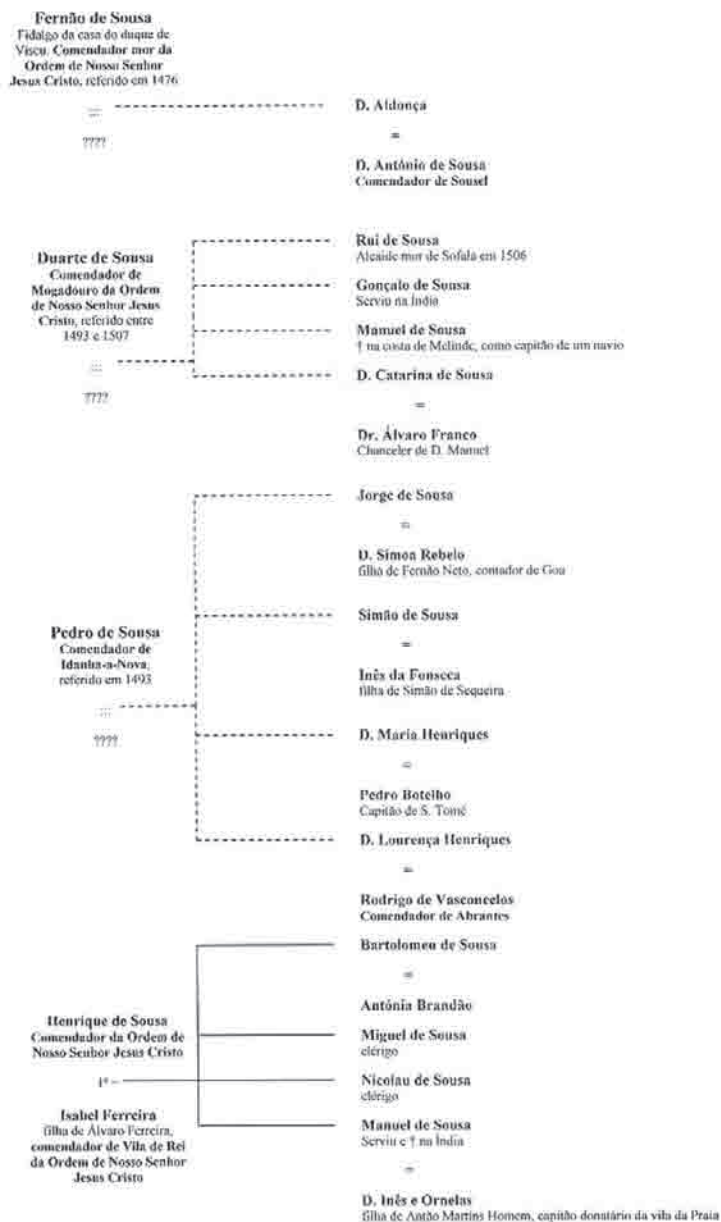
³⁷ Referido em 1541, como comendador da comenda de S. Vicente de Abrantes. IAN/TT, *Ordem de Cristo*, Livro 9, fl. 85. Sobre a descendência de Pero de Sousa, comendador de Idanha a Nova veja-se GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Braga: Oficinas Gráficas “Pax”, 1941, Tit. dos Sosas, p. 184.

³⁸ Por carta de 10 de Agosto de 1471, D. Afonso V legitimou Isabel Ferreira, filha de Álvaro Ferreira, comendador de Vila de Rei e de Maria Álvares, mulher solteira. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 16, fl. 138v, doc. 4.

³⁹ Por carta de 16 de Abril de 1475, D. Afonso V concede-lhe licença para arrendar a sua comenda, por três anos. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 30, fl. 132, doc. 1.

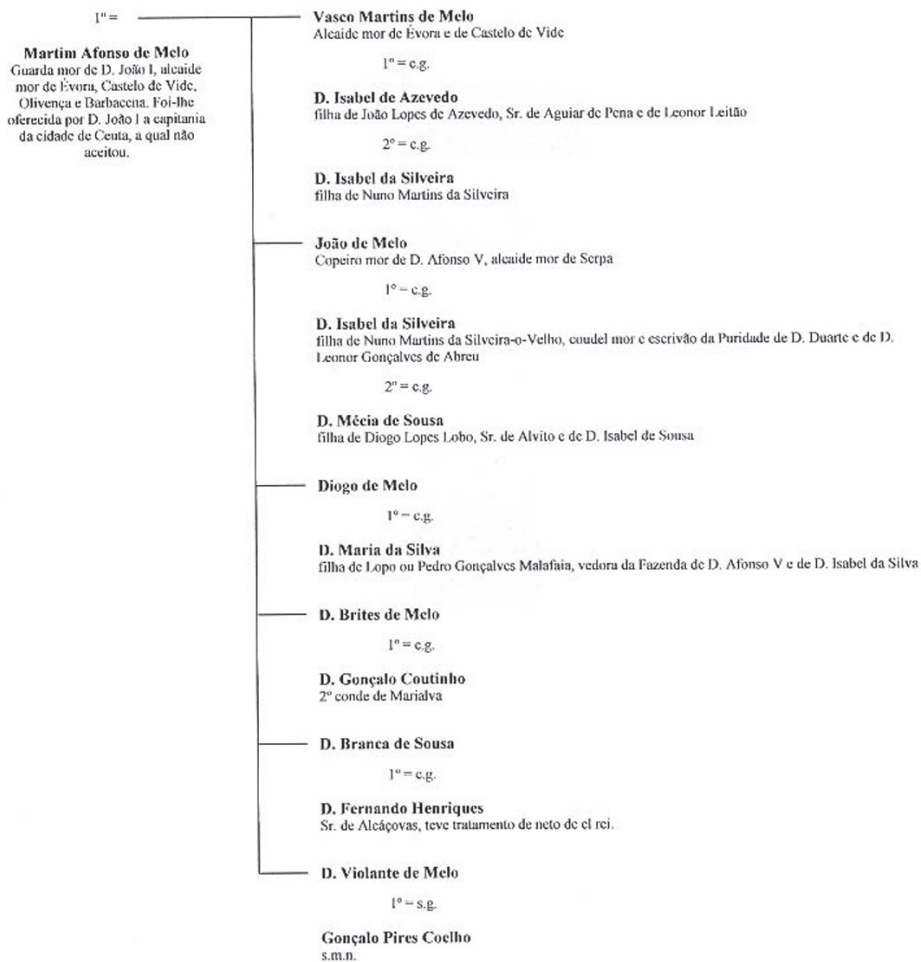
⁴⁰ GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Braga: Oficinas Gráficas “Pax”, 1941, Tit. dos Sosas, p. 177. Os outros filhos deste comendador mor que também não ingressaram em qualquer Ordem Militar, refiram-se Cristóvão de Sousa e Simão de Sousa, que faleceu em África (GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Braga: Oficinas Gráficas “Pax”, 1941, Tit. dos Sosas, p. 70-71) e D. Leonor de Sousa, mulher de Artur da Cunha, 5º senhor de Pombeiro (GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Braga: Oficinas Gráficas “Pax”, 1941, Tit. dos Sosas, p. 185).

OS SOUSA CHICHORRO E AS ORDENS MILITARES



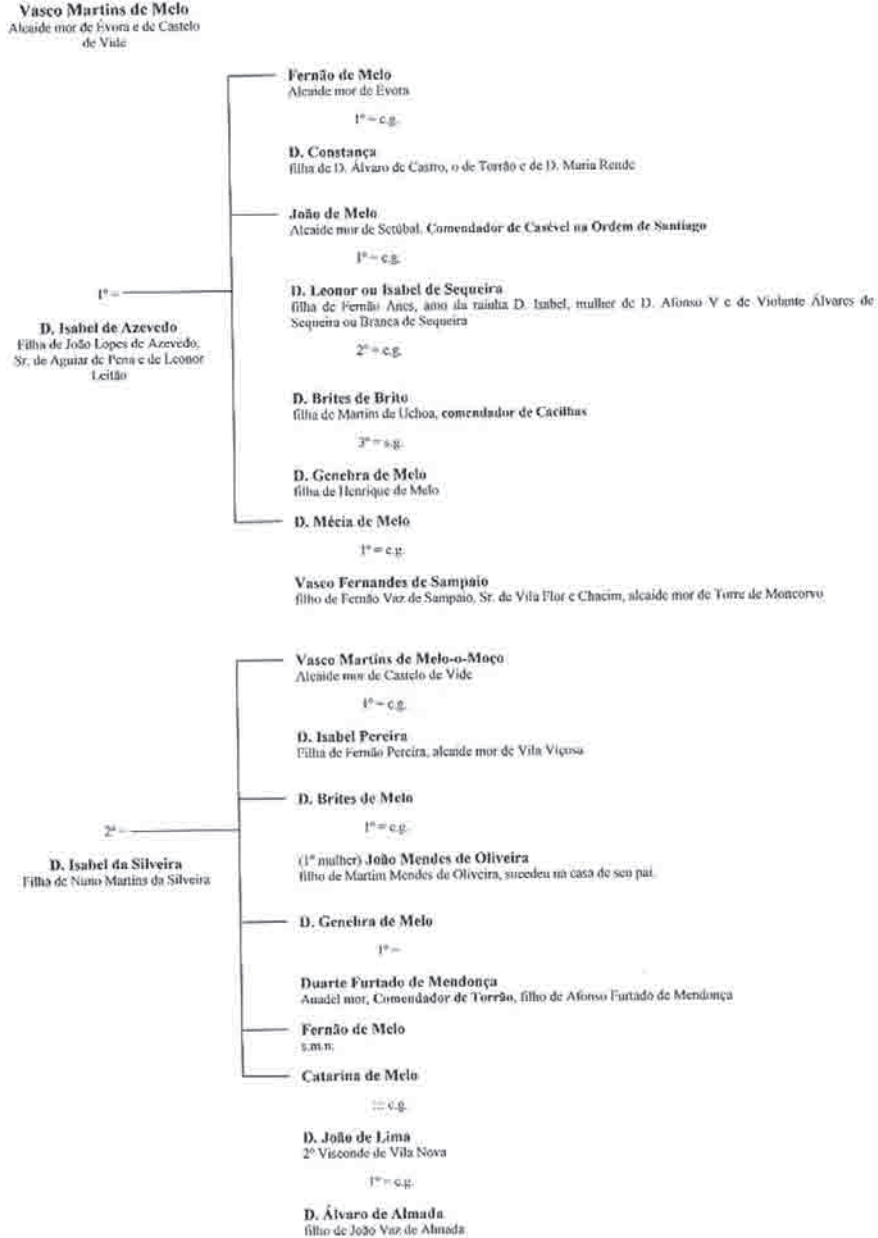
Esquema Genealógico nº 4

D. Briolanja de Sousa



Esquema Genealógico nº 5

OS SOUSA CHICHORRO E AS ORDENS MILITARES



Esquema Genealógico nº 6

segunda mulher de Martim Afonso de Melo⁴¹, guarda mor de D. João I, alcaide mor de Évora, de Castelo de Vide, de Olivença e de Barbacena.

Desta união nasceu Vasco Martins de Melo, alcaide mor de Évora e de Castelo de Vide, o qual terá casado por duas vezes, a primeira com D. Isabel de Azevedo, filha de João Lopes de Azevedo, senhor de Aguiar de Pena e a segunda vez com D. Isabel da Silveira, filha de Nuno Martins da Silveira.

Do primeiro casamento nasceram, entre outros, João de Melo⁴², alcaide-mor de Setúbal e comendador de Casével da Ordem de Santiago⁴³. A sua presença à frente desta comenda aparece-nos documentada entre 19 e 24 Outubro de 1471⁴⁴ e Janeiro de 1472⁴⁵. No caso em estudo, podemos afirmar que a ligação às Ordens Militares também se fazia por via da descendência feminina, como podemos verificar pelo casamento de D. Genebra de Melo, uma das filhas do seu segundo casamento, a qual veio a casar com Duarte Furtado de Mendonça, anadel mor dos besteiros do conto de D. João II e comendador de Torrão⁴⁶. Nesta dignidade encontramos-lo entre 4 de Setembro de 1471⁴⁷ e 7 de Abril de 1475, sendo-lhe nesta data concedida licença para poder arrendar a sua comenda, por um período de três anos⁴⁸. Ainda deste segundo casamento, refira-se Vasco Martins de Melo-o-Moço, o qual veio a casar com D. Isabel Pereira, filha de Fernão Pereira, alcaide-mor de Vila Viçosa. Desta união nasceu Jorge de Melo-o-Picota, o qual foi pagem de D. Jorge, Mestre da Ordem de Santiago, sendo também referido como comendador, sem no entanto, lhe ser atribuída qualquer localidade⁴⁹. Terá partido para a Índia, como capitão mor de uma armada a 12

⁴¹ Trata-se de Martim Afonso de Melo, a quem D. João I ofereceu a capitania da cidade de Ceuta, a qual ele recusou. ZURARA, Gomes Eanes de - *Chronica de El-Rei D. João I*. Lisboa: Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Escriptorio, 1899, Vol. III, p. 106.

⁴² Foi João de Melo, comendador de Casével, casado três vezes, a primeira com D. Leonor ou Isabel de Sequeira, filha de Fernão Anes, amo da rainha D. Isabel, mulher de D. Afonso V e de Violante ou Branca de Sequeira, c.g.; a segunda vez com D. Brites de Brito, filha de Martim Uchoa, comendador de Cacilhas, c.g.; a terceira vez com D. Genebra de Melo, filha de Henrique de Melo, c.g. Referido por GAYO, Felgueiras - *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Braga: Oficinas Gráficas "Pax", 1941, Tomo XVIII, p. 146.

⁴³ FREIRE, Anselmo Braamcamp - *Brasões da Sala de Sintra*. Apresentação e Apêndices de GUERRA, Luís Bivar. [s.l.]; INCM. 1996, vol. I, p. 70.

⁴⁴ IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 22, fl. 51-51v, doc. 3 e IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 22, fl. 64, doc. 1, respectivamente.

⁴⁵ IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 29, fl. 103, doc. 1.

⁴⁶ GAYO, Felgueiras - *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Braga: Oficinas Gráficas "Pax", 1941, Tit. dos Sousas, p. 69-70 e Tomo XVIII, p. 140.

⁴⁷ Referido nesta data, por ocasião de uma nomeação. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 22, fl. 19v, doc. 2.

⁴⁸ IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 30, fl. 70, doc. 7.

⁴⁹ Foi ainda Jorge de Melo, mestre sala da rainha D. Leonor, mulher de D. Manuel. Terá casado

de Abril de 1507⁵⁰. Refira-se ainda um seu irmão, Garcia de Melo, de alcunha o Brasileiro ou o Braseiro, comendador de Castro Marim na Ordem de Cristo⁵¹, tendo também exercido o cargo de capitão de Safim. Casou com D. Guiomar Henriques, filha de D. Afonso Henriques, Senhor de Barbacena e de D. Lucrecia Barreto⁵².

No que se refere a João de Melo, filho segundo de D. Briolanja de Sousa e de Martim Afonso de Melo, irmão de Vasco Martins de Melo, acima referido. Foi João de Melo copeiro-mor de D. Afonso V e alcaide-mor de Serpa. Casou com D. Isabel da Silveira, filha de Nuno Martins da Silveira, escrivão da Puridade de D. Duarte. Desta união, entre outros, nasceu Garcia de Melo, o qual veio a suceder a seu pai na alcaidaria mor de Serpa, sendo também mencionado como comendador de Longroiva. É nesta dignidade e como fidalgo e conselheiro régio que nos aparece referido em 25 de Outubro de 1507, por altura da visitação feita à referida comenda⁵³. Casou com D. Filipa da Silva, filha de Henrique Pereira, comendador mor de Santiago e vedor da Fazenda do Infante D. Fernando, e de D. Isabel Pereira⁵⁴. Desta união houve descendência, nomeadamente Henrique de Melo, alcaide-mor de Serpa e comendador de Longroiva, porteiro mor e mestre-sala de D. Manuel, tendo casado com D. Maria de Meneses, filha de Pedro Barreto, alcaide-mor de Castro Verde. Por sua morte, a comenda da Longroiva

com D. Antónia de Mendonça, filha de D. Pedro de Castelo Branco. GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Braga: Oficinas Gráficas “Pax”, 1941, Tomo XVIII, p. 155.

⁵⁰ XAVIER, Pe. Manuel – *Relações da Carreira da Índia*. Lisboa: Alfa, Biblioteca da Expansão Portuguesa, 1989, p. 13 e p. 107.

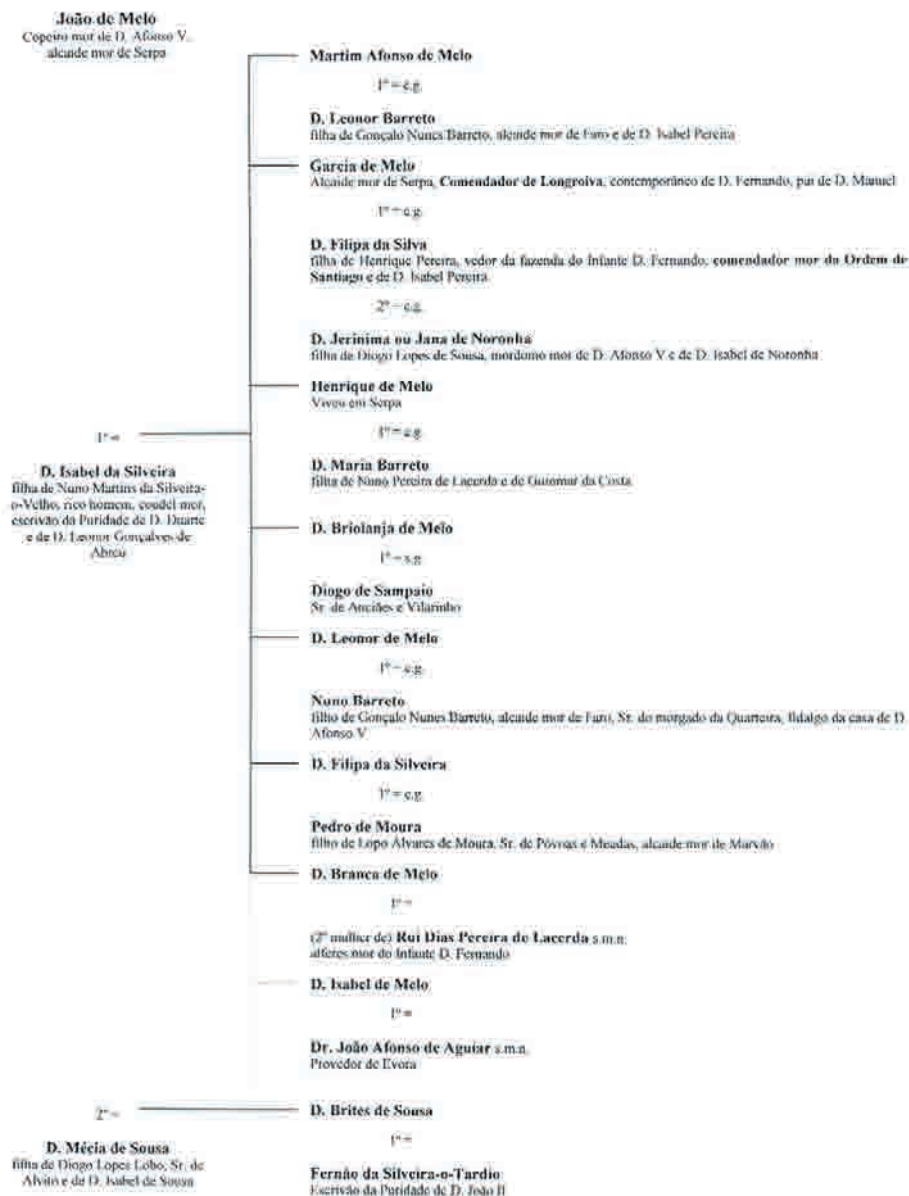
⁵¹ O seu filho António de Melo, aparece referenciado como comendador de Castro Marim, por volta de 1560. IAN/TT, Ordem de Cristo, Livro 9, fl. 102. Referido por SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa e – *A Ordem de Cristo (1417-1520)*, in “*Militarium Ordinum Analecta*”, nº 6, Porto, Fund. Engº. António de Almeida, 2002, p. 489.

⁵² GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Braga: Oficinas Gráficas “Pax”, 1941, Tomo XVIII, p. 154.

⁵³ Referido por DIAS, Pedro – *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510 (Aspectos Artísticos)*, p. 11 e por SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa e – *A Ordem de Cristo (1417-1520)*, in “*Militarium Ordinum Analecta*”, nº 6, Porto, Fund. Engº. António de Almeida, 2002, p. 377 e p. 476.

⁵⁴ A 20 de setembro de 1450, recebeu uma tença de 5000 reais brancos, a serem pagas pelo almoxarifado de Santarém (IAN/TT, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 34, fl. 156); a 10 de Junho de 1451 recebe uma tença de 20.000 reais brancos, pelo seu casamento com Isabel Pereira, donzela da rainha D. Isabel (IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 12, fl. 10-10v); esteve presente na batalha de Alfarrobeira ao lado do rei (IAN/TT, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 11, fl. 10 v e Livro 15, fl. 23 v); como comendador mor da Ordem de Santiago, escrivão da puridade, chanceler mor e vedor da Fazenda do Infante D. Fernando, surge-nos em 25 de Junho de 1455, a quando da cerimónia do auto de juramento do príncipe herdeiro D. João, em Lisboa (SOUSA, D. António Caetano de – *Provas de História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo II, 2ª pt., Coimbra, 1947, p. 105); referido por GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Braga: Oficinas Gráficas “Pax”, 1941, Tomo XVIII, p. 135-136.

ANTÓNIO MARIA FALCÃO PESTANA DE VASCONCELOS



Esquema Genealógico nº 7

passou para o seu irmão, Rui de Melo, o qual veio a contrair matrimónio com D. Maria de Meneses, filha de Fernão Mascarenhas, comendador da Ordem de Santiago⁵⁵.

Para além destes dois irmãos, registre-se ainda Jorge de Melo, monteiro-mor de D. João III, e comendador, que terá casado com Margarida de Mendonça, filha de Diogo de Mendonça, alcaide-mor de Mourão⁵⁶.

Por último, mencione-se Diogo de Melo da Silva, vedor da rainha D. Catarina, mulher de D. João III e comendador de Santa Justa de Lisboa e das Caldas da Ordem de Cristo. Casou com D. Catarina de Castro, filha de Miguel Corte Real, porteiro mor que foi de D. Manuel, e de D. Isabel de Castro⁵⁷.

Ainda na descendência de D. Briolanja de Sousa e de Martim Afonso de Melo, devemos integrar D. Brites de Melo, mulher D. Gonçalo Coutinho, 2º conde de Marialva e meirinho mor do reino. Destes, descende entre outros, D. Luís Coutinho, comendador de Santa Maria da Ilha Terceira da Ordem de Cristo, o qual casou com D. Leonor de Mendanha, filha de Pedro de Mendanha, alcaide de Castro Nuño. À frente da comenda de Santa Maria da Ilha Terceira, irá suceder um seu filho, de nome D. Francisco Coutinho⁵⁸.

Quanto à descendência do segundo casamento de Martim Afonso de Sousa, 2º Senhor de Mortágua com uma Estefânia Garcia, também aqui vamos encontrar elementos desta linhagem profundamente ligados à Ordem Militares. Neste sentido refira-se Afonso Vasques de Sousa⁵⁹, filho de Afonso Vasques de Sousa e de D. Leonor Lopes de Sousa, neto pela parte do pai do 2º Senhor de Mortágua e neto pela parte da mãe do Mestre da Ordem de Cristo, D. Lopo Dias de Sousa. Afonso Vasques de Sousa, surge-nos assim, referenciado como claveiro⁶⁰ e comendador da Redinha⁶¹ da Ordem de Cristo.

⁵⁵ Referido por GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Braga: Oficinas Gráficas “Pax”, 1941, Tomo XVIII, p. 147. Na qualidade de comendador de Aljustrel, aparece a interceder junto de D. Afonso V a favor do seu criado, Diogo Coelho, para que lhe fosse concedido o cargo de escrivão das sisas régias de Aljustrel. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 26, fl. 35, doc. 2.

⁵⁶ GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Braga: Oficinas Gráficas “Pax”, 1941, Tomo XVIII, p. 147.

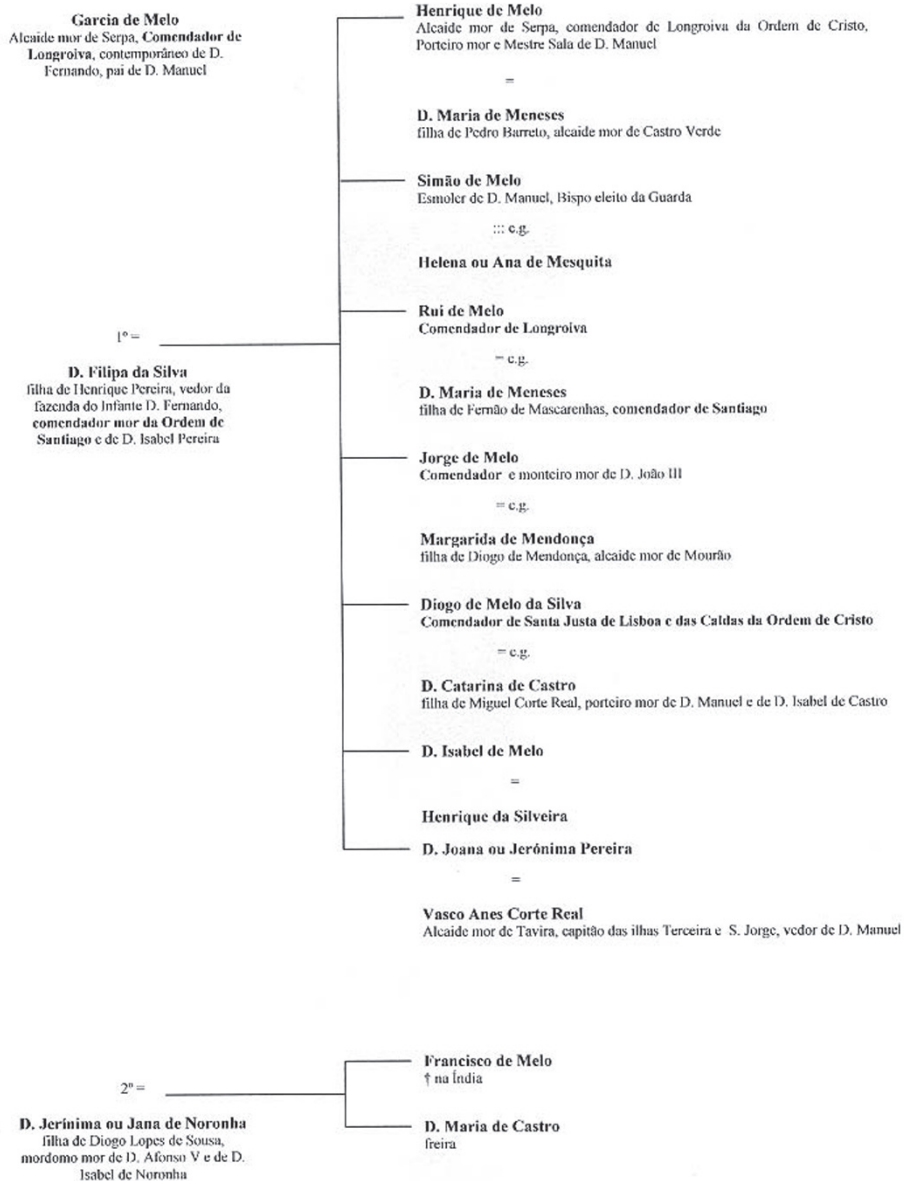
⁵⁷ GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Braga: Oficinas Gráficas “Pax”, 1941, Tomo XVIII, p. 149.

⁵⁸ D. Francisco Coutinho irá casar com uma filha de Diogo Logo, 2º barão de Alvito. GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Braga: Oficinas Gráficas “Pax”, 1941, Tomo X, p. 11 e Tomo XX, p. 20.

⁵⁹ Referido por GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Braga: Oficinas Gráficas “Pax”, 1941, Tit. dos Sousas, p. 42-43.

⁶⁰ Segundo Fr. Jerónimo Román, na sua história sobre a Ordem de Cristo, refere que este comendador terá exercido a dignidade de claveiro durante a administração do Infante D. Henrique, isto é, entre 1420 e 1460. B.N.L., *Col. Pombalina*, Cód. 688, fls. 27-29v. Referido por SILVA, Isabel Luísa

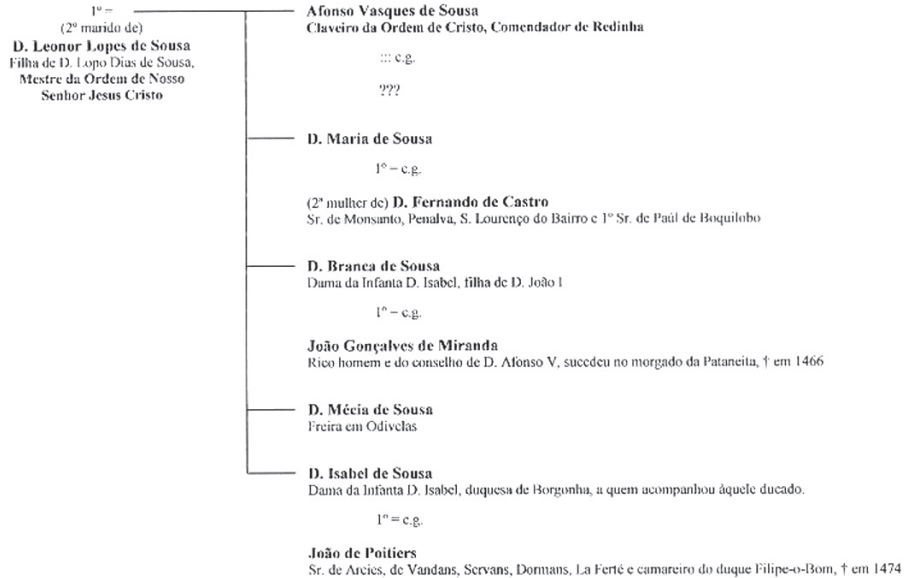
ANTÓNIO MARIA FALCÃO PESTANA DE VASCONCELOS



Esquema Genealógico nº 8

OS SOUSA CHICHORRO E AS ORDENS MILITARES

Afonso Vasques de Sousa



Esquema Genealógico nº 9

A ligação a esta milícia, irá manter-se na geração seguinte, uma vez que este comendador teve filhos, todos bastardos, que vieram a professar nesta instituição. De entre eles, saliente-se Fr. Luís de Sousa, cavaleiro da Ordem de Cristo, claveiro e comendador de Alpalhão, Idanha, Montalvão e Nisa, tendo exercido também as funções de fronteiro de Portalegre, Montalvão, Niza e Alpalhão, por vontade de D. Afonso V, ao longo do período da guerra com Castela⁶².

Morgado de Sousa e – *A Ordem de Cristo (1417-1520)*, in “*Militarium Ordinum Analecta*”, nº 6, Porto, Fund. Engº. António de Almeida, 2002, p. 316 e p. 484.

⁶¹ Aparece referido como comendador da Redinha, em carta datada de 6 de Fevereiro de 1456. Por esta carta o Inf. D. Henrique notifica-o de que os cavaleiros da Ordem de Cristo são isentos da jurisdição secular, tal como os frades ou clérigos de Ordens Sacras ou beneficiados. *Monumenta Henricina*, vol. XII, doc. 111, pp. 205-206. Referido por SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa e – *A Ordem de Cristo (1417-1520)*, in “*Militarium Ordinum Analecta*”, nº 6, Porto, Fund. Engº. António de Almeida, 2002, p. 316 e p. 484.

⁶² A sua presença na Ordem de Cristo aparece-nos documentada entre 1415 (ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica da Tomada de Ceuta*, cap. XLI, p. 126-129) e 31 de Agosto de 1475, altura em que

A ligação desta linhagem às Ordens Religiosas Militares, não ficou limitada à Ordem de Cristo. Neste sentido, podemos constatar a presença de elementos seus ligados à Ordem de Santiago, nomeadamente, através de um irmão do claveiro e comendador da Redinha, mais concretamente o seu irmão mais novo, Jorge de Sousa⁶³, escrivão da sisas dos vinhos de Lisboa⁶⁴, comendador de Melres da Ordem de Santiago⁶⁵. Este comendador, terá casado com D. Leonor, filha de Rui Gil Moniz e de D. Filipa de Almada, tendo desta união nascido Francisco de Sousa Mancias, o qual por sua vez terá casado em Campo Maior com D. Antónia de Meneses⁶⁶, filha de Afonso Teles de Meneses.

Para além da descendência legítima de Martim Afonso de Sousa, quer pelo seu primeiro casamento, quer pelo segundo casamento, é de salientar que este senhor teve filhos bastardos, como se pode observar na Esquema nº 1. Estes e as gerações posteriores confirmam a proximidade à corte e às Ordens de Santiago e de Cristo, quer por ligação directa, quer por via do matrimónio dos elementos femininos. Por exemplo, já adiantado o séc. XVI, Leonor de Sousa, filha de Francisca de Sousa e de D. Rodrigo de Moura, 11º Senhor da Azambuja e conselheiro de D. Manuel, casa com Jorge Barreto, comendador da Azambuja⁶⁷.

Feita a apresentação de alguns elementos desta linhagem, não será de menos relembrar os antecedentes de corte de Martim Afonso de Sousa, neto bastardo de D. Afonso III. Estes laços com a corte régia serão acentuados pelos seus descendentes, aos quais também se deve o início de uma longa e importante ligação às Ordens de Santiago e de Cristo.

é nomeado para o cargo de fronteiro (IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 30, fl. 39 v, doc. 3). É referido como comendador de Alpalhão, Idanha, Montalvão, Nisa, em carta de 20 de Setembro de 1468. IAN/TT, *Ordem de Cristo, Convento de Tomar*, Cód. 234, 2ª pt., fls. 79v-80; *Coleção Especial, Ordem de Cristo*, maço 7, doc. 4; B.N.L., *Fundo Geral*, Cód. 736, fl. 143 v.

⁶³ Braamcamp Freire põe em dúvida a filiação dada a este Jorge de Sousa, conjecturando que este seria filho de um João de Sousa, criado de D. Duarte e Cônego beneficiado na Sé de Lisboa. (*Brasões da Sala de Sintra*. Lisboa: INCM, 1996, vol. I, pp. 230-231). Seguimos, no entanto, o esquema genealógico apresentado por Felgueiras Gayo no seu Nobiliário, Tit. dos Sosas, p. 42-43.

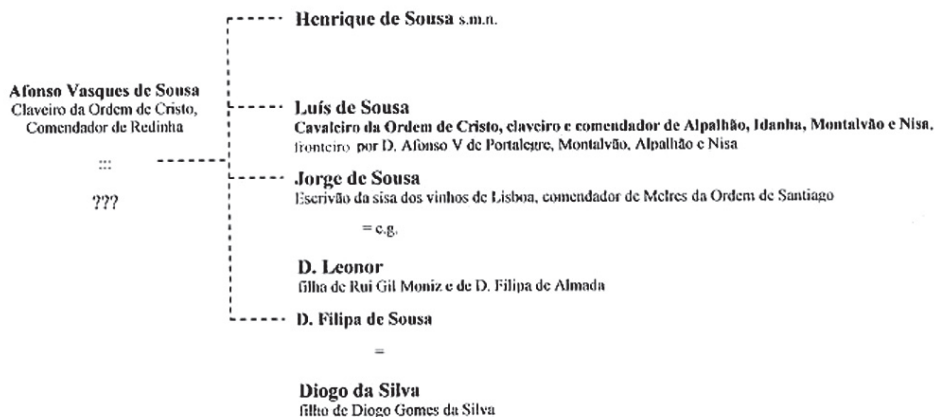
⁶⁴ Foi nomeado para este cargo por carta de 8 de Janeiro de 1488. IAN/TT, *Chancelaria de D. João II*, Liv. 18, fl. 23.

⁶⁵ Fr. Jorge de Sousa casou pela primeira vez com Inês Cerveira, moça da Câmara da Infanta D. Joana, criada da condessa de Monsanto, D. Isabel de Cascais, da qual união terá nascido Francisco de Sousa Mancias. Casou segunda vez com D. Leonor, filha de Rui Gil Moniz, tesoureiro da moeda de Lisboa. FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. INCM. 1996, vol. I, p. 230-231.

⁶⁶ Esteve este casamento envolto em grande polémica, uma vez que a noiva foi retirada pelo noivo do Mosteiro de Santos, casa feminina da Ordem de Santiago, onde se encontrava recolhida. GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Braga: Oficinas Gráficas “Pax”, 1941, Tit. dos Sosas, p. 42-43 e p. 364.

⁶⁷ GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Braga: Oficinas Gráficas “Pax”, 1941, Tit. dos Sosas, p. 275.

OS SOUSA CHICHORRO E AS ORDENS MILITARES



Esquema Genealógico nº 10

Destas ligações, quer com a coroa, quer com as Ordens Militares, será de realçar que, dos filhos de Martim Afonso de Sousa, serão sobretudo os legítimos a terem uma maior ligação à corte, estando reservada à descendência bastarda um inequívoco vínculo às Ordens Militares. Dos netos legítimos, apenas dois nos surgem referidos como pertencentes às Ordens Militares, ocupando nestas instituições cargos de menor importância, quando comparados com os netos ilegítimos, os quais controlam os cargos de maior importância, como por exemplo o de comendador mor. Dignidade que, veio a ser exercida, por via ilegítima, por um neto e um bisneto de Martim Afonso de Sousa.

A frequência com que nos aparecem filhos bastardos, concretamente na Ordem de Cristo, poder-se-á dever ao facto de se tratar de uma milícia mais dependente da coroa, logo mais sujeita aos arbítrios do monarca ou dos infantes, que como seus governadores e administradores detinham o poder de decidir quem nelas poderia ingressar. E, por outro lado, ao facto de a Regra, Estatutos e Definições, desta milícia não permitir que os seus freires cavaleiros e comendadores contraissem matrimónio, o que não acontecia na Ordem de Santiago⁶⁸.

⁶⁸ Sobre este assunto e no que se refere à Ordem de Cristo veja-se: IAN/TT, *Regra e Definições de 1503*, Série Preta, nº 1393, cap.L, fls. 40 v-41. Só em a 20 de Junho de 1496, pela Bula *Romani Pontificiis sacri Apostolatus*, a pedido de D. Manuel, na qualidade de governador da Ordem de Cristo, e de todos os comendadores e Priores da dita ordem e da Ordem de Avis, vieram os seus cavaleiros a receber dispensa para poderem contrair matrimónio, sem embargo do voto de castidade e qualquer estatuto das ditas Ordens. IAN/TT, *Bulas*, maço 15, nº 19; e *Gaveta* nº 7, maço 3, nº 32 e maço 7, nº 11.

Devemos ainda ter em consideração a possibilidade de para os filhos ilegítimos ou bastardos da nobreza, estas instituições, poderem ser uma forma de aceder a uma carreira nas armas, com também de poderem vir a beneficiar de rendimentos, nomeadamente, através da concessão de uma comenda. Estas instituições, tornavam-se, assim, um meio invejado por parte deste grupo muito concreto de indivíduos de granjear o prestígio e de aceder aos rendimentos necessários ao reconhecimento de uma condição social superior⁶⁹.

Um outro elemento que nos parece ser de todo o interesse realçar é o do posicionamento da mulher dentro da dicotomia linhagem/Ordens Militares. No que se refere ao seu posicionamento face à linhagem é sobejamente conhecida a sua grande importância, uma vez que, ao serem dadas em casamento a membros de outras linhagens, permitiam estabelecer novas alianças e alargar as redes de solidariedade. No entanto, quando dadas em casamento a membros das Ordens Militares, para além desta circunstância, passavam a beneficiar do apoio e da influência de instituições com um grande poder económico e político. Esta linhagem, se por um lado, soube manter-se perto da monarquia, o que lhe permitiu aceder a cargos de relevo na administração do reino, por outro, teve sempre uma preocupação de manter uma ligação com as Ordens Militares, muito em especial com a Ordem de Cristo, chegando mesmo a fazer dela uma “*Ordem de Família*”⁷⁰, o que poderá ser entendido como um comportamento comum a outras famílias. Situação que, tem o seu ponto mais alto com a presença de Gonçalo Anes de Sousa, na dignidade de comendador mor da Ordem de Cristo, o que lhe terá possibilitado assegurar a alguns dos seus descendentes uma presença de relevo nesta milícia.

⁶⁹ SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *Os Pimentéis: percurso de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2000, p. 148-149.

⁷⁰ SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *Os Pimentéis: percurso de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2000, p. 149-172. É esta expressão utilizada, com o intuito de caracterizar a presença dos Pimentéis na Ordem do Hospital.

António Matos Reis

Museu Municipal de Viana do Castelo

O Claustro da Badia de Florença

Resumo

Numa época decisiva do primeiro Renascimento, no mosteiro da Badia, situado no coração de Florença e então dirigido pelo Abade D. Frei Gomes, natural de Lisboa, um artista português – Giovanni di Gonsalvo ou João Gonçalves – executa um conjunto de pinturas a fresco sobre a vida de S. Bento, considerado um dos momentos mais altos da pintura florentina daqueles anos (1436-1439).

Abstract

During the crucial period of the first Renaissance, a Portuguese artist, by the name of João Gonçalves, or otherwise known as Giovanni di Gonsalvo, painted a collection of frescos on the life of Saint Benedict in The Badia, the oldest monastery in Florence which, at the time, was governed by the Abbot D. Frei Gomes, born in Lisbon. Such art is considered one of the greatest moments of the Florentine painting of that period (1436-1439).

Há 25 anos, constituíram para mim uma revelação os frescos de Giovanni di Gonsalvo – João Gonçalves – pouco tempo antes recolocados no seu lugar de origem, depois de trabalhosas operações de restauro. O tema parece-me adequado a esta homenagem a um professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que abraçou a Ordem que mais de perto segue o estilo de vida propagado por S. Bento, e permite-me, ao mesmo tempo, reviver alguns momentos intensos da minha vida, no coração da Toscana, em contacto com as obras de arte de uma época singular, que as lições de mestres competentes e magnânimos como Carlo Ludovico Ragghianti, Luciano Berté e Umberto Baldini me ajudaram a compreender. Remontam a essa época as notas que serviram de base à elaboração deste trabalho.

Descendente de uma família da pequena burguesia lisboeta, pois se aventa que o pai, Johan Martinz, fosse notário, Gomez, ao terminar a primeira década de quatrocentos, dirigiu-se a Pádua, para frequentar o curso de Direito, a pensar naturalmente numa carreira brilhante, dentro da vida secular ou eclesiástica. Ainda não tinha concluído o curso quando, em fins de 1412 ou princípio de 1413,

bateu à porta do mosteiro de Santa Justina, que então conhecia um período de renovação que atraiu muitas vocações e se expandiu a outros mosteiros, entre eles o da Badia, localizado no coração de Florença¹.

Gomez deve ter feito a profissão religiosa, ao terminar o ano de 1414. Dali a quatro anos, com o título de Prior Claustal, aparecia à frente de dezasseis monges enviados com a missão de renovar a Badia florentina, quase sem religiosos e enredada em graves problemas económicos, motivados em grande parte pelos desvarios cometidos, por ocasião do concílio de Constança, pelo último Abade, que deles se viria a penitenciar exemplarmente. Após a morte deste, foi Gomez eleito Abade, em 1418, iniciando então um período de importantes reformas.

Em 1423, depois de ter exercido as funções de Presidente da respectiva Congregação, Frei Gomez deslocou-se a Portugal, de onde regressaria no começo de 1426. Durante a sua ausência registaram-se algumas perturbações na vida interna da Badia, às quais em seguida pôs cobro. Em 1435 voltou a Portugal, onde permaneceu até 1437, desta vez como núncio do Papa junto do Rei D. Duarte.

O mosteiro da Badia, com a principal entrada pela Via della Condotta, situava-se (e situa-se) a poucas dezenas de metros do Palazzo Vecchio, sede do governo florentino, e tinha nas vizinhanças, do outro lado da Piazza San Firenze, o Bargello, onde residia o “Podestà” ou o magistrado que desempenhava as mais altas funções na República florentina e depois o “Bargello” ou capitão da polícia, como era designado no século XVI. Estava espartilhado pelas construções urbanas, apertado no meio de outros edifícios e sem possibilidade de se expandir para os lados.

O Abade Gomez pôs em marcha uma série de obras destinadas a aumentar o espaço destinado aos monges e aos seus hóspedes. Não podendo promover a expansão horizontal do mosteiro, viu-se obrigado a fazê-lo crescer em altura, o que exigiu a transformação de várias estruturas.

A primeira obra empreendida terá sido a do oratório destinado a servir o público, com fácil acesso a partir do exterior. A partir de 1429, realizaram-se as obras do claustro inferior e do refeitório. Seguiram-se as do claustro superior e do dormitório, entre 1434 e 1437, encontrando-se as da hospedaria nova, iniciadas em 1440, ainda na fase de arranque quando Gomez, nomeado Geral dos Camaldulenses, teve de deixar a Badia.

A partir de 1431, o Abade Gomez comprou diversas “boteghe” instaladas à volta do mosteiro, não só para alargar o espaço disponível mas também para libertar os monges de vizinhos indesejáveis, e designadamente das vozearias e

¹ O período florentino da vida de Frei Gomez foi objecto do extenso e documentado estudo de Eduardo Nunes, *Dom Frey Gomez*, vol. I, Braga, 1963.

cantares dos operários, assim como dos odores incómodos resultantes da laboração das manufacturas pertencentes à Corporação da “Arte della Lana” e dos olhares indiscretos.

O claustro superior deve ter sido construído no decorrer de 1435 e 1436. Na primavera deste último ano estava em condições de receber a decoração que o abade Gomez lhe destinara.

Durante muito tempo, interrogaram-se os estudiosos da História da Arte sobre a identidade e a preparação do autor das pinturas a fresco que enriquecem este claustro com a representação da vida de S. Bento.

Florença vivia então um dos momentos mais altos da sua história, como pátria inicial do Renascimento. Em Março de 1436, o Papa Eugénio IV (que entre 1434 e 1443 estabeleceu a residência em Florença) benzeu a cúpula do *duomo* ou catedral florentina, a igreja de Santa Maria dei Fiori, construída segundo o arrojado projecto de Brunelleschi, embora mantivesse no exterior o seu perfil medieval. Sob a direcção deste grande mestre prosseguiram também as obras da igreja de Santo Spirito e da Basilica de S. Lorenzo, que se seguiram ao Spedale degli Innocenti. Sob a orientação de Michelozzo procedia-se à reconstrução do convento de S. Marcos, criando um claustro que Vasari classificou como o mais belo de todos os claustros florentinos. Leon Battista Alberti, que na companhia do Papa Eugénio IV (o primeiro sumo pontífice que enfrentou claramente o projecto de reconstrução e de renovação artística da cidade eterna) regressou de Roma, onde o estudo dos antigos monumentos o ajudou a aperfeiçoar os seus conhecimentos e a amadurecer os seus pontos de vista teóricos, dedicava a Brunelleschi, em 1436, o tratado *Della Pittura*, em que se codificavam as regras da perspectiva como base científica da pintura.

Entretanto as obras arquitectónicas eram enriquecidas com imponentes obras de escultura encomendadas a artistas como Donatello, que terminava por então as estátuas dos cinco profetas destinadas ao campanário da catedral de Florença e, com a ajuda de numerosos colaboradores, se empenhava na elaboração de uma “cantoria” para a mesma catedral e, em data próxima, esculpia a Anunciação de Santa Croce e se encarregava da decoração da Sacrestia Vecchia de S. Lorenzo. Lorenzo Ghiberti, com Michelozzo e outros artistas da sua oficina, iniciava a execução da segunda porta do Baptistério, que viria a ser chamada a Porta do Paraíso. Luca della Robbia trabalhava noutra “cantoria” para o *duomo* de Florença, depois de concluir os relevos quadrilobulados destinados ao campanário.

No domínio da pintura, mantinha-se viva a memória da grande transformação registada neste domínio, especialmente a partir de 1420, obra sobretudo de Masaccio, produzida ao longo de escassos seis anos (1424-1427) no claustro e na capela Brancacci, em Santa Maria del Carmine, que, apesar da prematura morte do artista, se tornou o paradigma da nova arte. O Beato Angelico (Fra Giovanni

da Fiesole) fundia as lições de Masaccio com o seu intenso misticismo, explorando na sua pintura a eloquência da luz e da cor, e iniciava a decoração do convento de S. Marcos, que o Papa Eugénio IV doara aos dominicanos, ao mesmo tempo que revelava os segredos da arte a alguns discípulos. Paolo Uccello pintava então o ilusionístico fresco de homenagem ao Condottiero Giovanni Acuto (John Atakwood), na catedral da cidade. Deixando o convento, mas continuando a vestir o hábito religioso, Filippo Lippi regressava a Florença em 1437 e aí instalava a sua oficina de pintura. Foi-lhe encomendado um fresco monumental no claustro de Santa Maria del Carmine, cujo tema era a confirmação das regras da respectiva Ordem, a que pouco antes procedera o Papa Eugénio IV.

Alguns especialistas experimentaram grandes dificuldades em enquadrar neste contexto o mestre que executou a maior parte dos frescos da vida de S. Bento, no claustro da Badia. De qualquer modo, ainda antes de se conhecerem as fontes documentais, Roberto Longhi, baseado na análise crítica do conjunto, afirmou peremptoriamente que o seu autor não era um artista florentino². Compulsando os arquivos do mosteiro, Giovanni Poggi deu-se conta de um numeroso conjunto de referências à presença e à actividade de um pintor português, chamado Giovanni di Gonsalvo, nas obras da Badia, entre 1435 e 1439³. Contudo, a aceitação da origem portuguesa do artista dos frescos encontrou resistências por parte de muitos estudiosos, que preferiam ver em Giovanni di Gonsalvo um simples ajudante, continuando a defender que o seu autor devia ser florentino⁴, possivelmente um Fra Macario que, segundo uma referência documental, aprendia a arte da pintura com Fra Angelico, no mosteiro de S. Marcos⁵.

A análise da documentação da Badia, designadamente dos registos do “Libro Giornale” relativos ao período que decorreu entre 18 de Maio de 1436 e 16 de Dezembro de 1439 ajuda, porém a dissipar as dúvidas que se possam ter levantado a esse respeito. Confirmando a informação documental, Marco Chiarini defendeu convictamente a origem portuguesa do autor dos frescos, a partir da sua pormenorizada análise estilística⁶.

“Giovanni di Ghonsalvo dipintore”, ou, dito em português, João Gonçalves pintor, aparece na Badia em Maio de 1436, quando as obras de construção do claustro se aproximavam do termo. Por uma referência de 6 de Julho, sabemos

² Roberto Longhi, *Il “maestro di Pratovecchio”*, em “Paragone” III (Firenze, 1952), p. 10-37.

³ Cf. M. Salmi, *Paolo Uccello – Andrea del Castagno – Domenico Veneziano*, Roma [1936], p. 139.

⁴ Era esse o ponto de vista de Ugo Procacci, *Sinopie e affreschi*, Milano, 1961, p. 65-66.

⁵ M. Salmi, *Paolo Uccello – Andrea del Castagno – Domenico Veneziano*, Roma [1936], p. 105.

⁶ Marco Chiarini, *Il maestro del Chiostro degli Aranci: Giovanni di Gonsalvo portoghese*, em “Proporzioni”, 1963, p. 1-24 e estampas.

que estava alojado no próprio mosteiro. Embora alguns registos o refiram como “spangnolo”, os outros dizem-no “di Portogallo” e nós sabemos como no passado era frequente no estrangeiro qualificar de espanhóis todos os que fossem da Península Ibérica. Aliás a documentação não oculta o seu anterior relacionamento com Frei Gomez no seu país de origem, quando anota que ele foi reembolsado de cinco ducados que o Abade gastara “del suo”, em Portugal. Em 1435, o Abade Gomez deslocou-se de facto a Portugal como núncio do Papa Eugénio IV junto do Rei D. Duarte, tendo regressado a Florença em 1437⁷.

A contratação ou o envio de João Gonçalves a Florença, com a missão de pintar o “Chiostro degli Aranci” (Claustro das Laranjeiras), poderá estar relacionada com esta presença do Abade em Portugal⁸. No regresso à Itália, Frei Gomez ainda encontrou o pintor a trabalhar na Badia. O artista voltou, no entanto, à sua pátria antes de o programa pictórico do claustro se encontrar concluído. A interrupção pode estar relacionado com a peste que então grassava em Florença, mais do que com as mudanças que, por esses anos, se registaram no mosteiro. Gomez foi nomeado Geral dos Camaldulenses, em 20 de Novembro de 1439, e já antes dessa data tinha sido designado o seu sucessor, libertando-o para o exercício de outras funções, de que fora encarregado pelo Sumo Pontífice⁹.

O retorno do pintor a Lisboa, posterior a 3 de Julho de 1438, deu ocasião a que fosse confiada a outro artista a conclusão da primeira fase (a única de facto levada a termo) do programa pictórico do Chiostro degli Aranci¹⁰. Os dois últimos

⁷ Eduardo Nunes, *Dom Frey Gomez*, vol. I, Braga, 1963, p. 100.

⁸ Eduardo Nunes, *Dom Frey Gomez*, vol. I, Braga, 1963, a p. 277, aventa a hipótese de que “Joham Gonsalvez foi mandado a Florença por iniciativa e a expensas do rei D. Duarte. Em fins de 1435 o abade Gomez chegava à corte do Rei como Legado de Eugénio IV. O rei devia à intercessão do abade valiosas graças obtidas do Papa nesse ano e no anterior; e pensava continuar a valer-se dele para obter novos favores. Daí ao oferecimento dos préstimos do pintor, ao saber das obras em curso na Badia, é fácil imaginar a passagem”.

⁹ Depois de dois frutuozos anos à frente dos camaldulenses, Frei Gomez foi nomeado Prior de Santa Cruz de Coimbra, em 1 de Julho de 1441 (Cf. Eduardo Nunes, *l. c.*, p. 370). Durante o seu priorado, as relíquias dos Santos Mártires de Marrocos tiveram condigno acolhimento na igreja de Santa Cruz, tendo-lhes sido destinada a capela de Santo André, que teve este nome por albergar também as relíquias do Apóstolo, que lhe foram oferecidas por Eugénio IV. Dom Frei Gomes faleceu a 20 de Abril de 1459. Sobre o seu governo à frente do mosteiro conimbricense, cf. D. Nicolau de Santa Maria, *Chronica da Ordem dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho*, Lisboa, 1668, parte II, cap. 17.

¹⁰ Além dos frescos do Chiostro degli Aranci, têm sido atribuídas ao pintor português algumas obras de menor envergadura. Assim, dever-se-lhe-á uma série de tabuletas com figuras inteiras de santos, das quais uma, de S. Lourenço, se conserva na Walters Art Gallery de Baltimore, e duas outras (S. João Baptista e Santo António Abade) pertenciam, em 1971, à colecção Finarte, de Milão. N. Meiss, que o classifica como “elusive master” atribuiu-lhe duas tabuletas de uma predela conservadas uma na Biblioteca Berenson, de Florença, e outra na colecção Colonna, de Roma. Luciano Bertì descartinou a sua colaboração em duas tabuletas de uma predela do Beato Angelico, na Pinacoteca Vaticana. Cf. *Dizionario Enciclopedico dei Pittori e degli Incisori Italiani*, (Torino), G. Bolaffi Ed., [1974], p. 44.

frescos, saídos de mão diferente, denotam uma qualidade artística inferior à dos outros dez que ainda subsistem e que terão sido obra do artista português. Dos onze que faziam parte do programa inicial, um deles, arruinado por qualquer razão, foi substituído por outro quadro, de execução medíocre, atribuído ao Bronzino¹¹.

Em 1956, os frescos e as respectivas “sinópias” foram destacados e, após uma cuidadosa operação de restauro, apresentados numa exposição que teve lugar na fortaleza de Belvedere¹², e depois aí guardados, até serem recolocados no lugar de origem, no final de 1978, por ocasião das comemorações do milénário da abadia¹³.

O ciclo pictórico do claustro da Badia incluiu catorze cenas, correspondentes a outros tantos episódios da vida de S. Bento, conforme a narração de S. Gregório Magno¹⁴. A área pintada corresponde apenas a metade do perímetro do claustro, do mesmo modo que as cenas ilustradas param a meio da referida narração. Trata-se, por conseguinte, de um programa que ficou incompleto.

A primeira impressão é a de que estamos perante um programa pictórico que parou a meio, uma vez que, por um lado, a história se interrompe a meio da narração e, por outro lado, apenas foi pintada metade das paredes do claustro.

Eduardo Borges Nunes, depois de aventar a hipótese de que o Rei D. Duarte, para agradecer os préstimos do abade, recém-chegado à corte de Lisboa, em finais de 1435, por intermédio do qual tinha conseguido obter várias mercês junto do Papa e esperava obter novos favores, por iniciativa e a expensas suas lhe teria enviado a Florença o pintor João Gonçalves, que no momento até poderia ocupar o cargo de pintor da Corte. Como a gratidão do Rei se dirigia não à Badia mas ao Abade, quando este, em finais de 1439, deixou o governo do mosteiro, D. Duarte mandaria regressar o pintor a Lisboa¹⁵.

¹¹ A destruição da pintura inicial poderá ter sido uma consequência do puritanismo fanático de Savonarola e dos seus seguidores, que achariam indigna a representação nudista de um santo.

¹² U. Baldini e L. Bertì, *Mostra di affreschi staccati*, Firenze, 1957, p. 68-70.

¹³ Ernesto Sestan, Maurilio Adriani, Alessandro Grilotti, *La Badia Fiorentina*, Firenze, Cassa di Risparmio, 1982, p. 139, nota 22.

¹⁴ Gregorius Magno, *Dialogi de vita et miracolis Patrum italarum*, em Migne, *P.L.*, p. 75-79. Os *Dialogi* ou *Diálogos* dividem-se em quatro capítulos ou livros, dos quais o segundo é dedicado à vida de S. Bento. O texto latino integral latino deste livro, assim como a tradução castelhana, podem ver-se em D. García M. Colombás, *San Benito, su Vida y su Regla*, Madrid, B. A. C., 1954. Em língua portuguesa, dispomos da *Vida de S. Bento. II Livro dos Diálogos de S. Gregório*. Porto, Mosteiro de S. Bento da Vitória, 1993, edição da responsabilidade do nosso homenageado; os episódios da vida de S. Bento, em redacção livre, podem ler-se em D. Gabriel de Sousa, *S. Bento, Patriarca dos Monges e Pai da Europa*, Santo Tirso, Mosteiro de Singeverga, 1980, e ainda, com interessante desenvolvimento iconográfico, em Walter Nigg, *Bento de Núrsia, Pai do Monaquismo Ocidental* (tradução), Braga – São Paulo, Ed. A. O. e Edições Loyola, s.d.

¹⁵ Eduardo Nunes, *Dom Frey Gomez*, vol. I, Braga, 1963, p. 25. Gabriel Condulmer, que, depois de

Esta engenhosa hipótese não parece a mais plausível. A ida do pintor para Florença deve, com efeito, ter acontecido antes de o abade ser enviado como núncio, ou, pelo menos antes de chegar a Portugal, e terá, em grande parte, dependido da iniciativa do abade, possivelmente por não ter encontrado em Florença um pintor disponível, à altura da obra que planeava, devido às muitas encomendas que por então assoberbavam os artistas florentinos¹⁶.

Os vários quadros sucedem-se por ordem, para quem, depois de entrar no claustro, segue pelo lado direito.

1. Na primeira cena, Bento despede-se dos seus, no momento em que parte para o ermo. Segundo os *Dialogi*, Bento, que o era não só pelo nome mas também pela graça¹⁷, era filho de uma nobre família de Nórchia, que, acompanhado da sua ama, o mandou estudar em Roma. “Mas – diz o biógrafo –, chegado a Roma, ao ver que muitos se atolavam na lama do vício, retirou o pé da soleira do mundo, para que não lhe sucedesse cair no mesmo precipício, depois de tomar o gosto da ciência terrena”. E por isso “abandonou os estudos, renunciou à casa paterna e à sua herança e, com a intenção de apenas agradar a Deus, decidiu fazer-se monge”.

Nesta composição, o artista sente-se inseguro entre a memória de uma tradição que ainda o condiciona e se traduz na arquitectura irrealista da cidade e na paisagem de inspiração portuguesa, sob influência nórdica. E, se os cavalos, fugindo ao rigor anatómico, resultam um pouco rudimentares, já o tratamento dos personagens, até ao ponto em que os estragos que a pintura sofreu no-lo deixam observar, denota por um lado a assimilação das lições do Angélico, especialmente no domínio das cores, e por outro lado a personalidade do artista que se começa a revelar, especialmente na figura do juvenilíssimo Bento que se volta, a despedir-se dos seus, vergado sob o peso dos livros.

2. “Ao retirar-se para o ermo, Bento continuou acompanhado pela sua ama, que lhe era muito afeiçoada. Chegados a um lugar chamado Enfide, aí se

eleito Papa, tomou o nome de Eugénio IV, foi membro da comunidade de presbíteros regulares de S. Jorge da Alga, de que foi abade comendatário Ludovico dos Barbos, de Veneza, que aos 27 anos tomou posse como abade regular do mosteiro de Santa Justa de Pádua, o mesmo onde Frei Gomes professou. Antes de ser eleito Papa, Eugénio IV foi Cardeal Bispo de Sena e teve diversos contactos, nem sempre pacíficos, com Frei Gomes, quando este se encontrava à frente da Badia, e daí terá resultado, apesar de tudo, uma mútua estima, acentuada nos anos em que o Sumo Pontífice se viu forçado a residir em Florença. D. Duarte procurou beneficiar com essa situação.

¹⁶ Designadamente Paollo Ucello, o Angelico e Filippo Lippi, os três pintores que andavam na crista da onda após a morte de Massaccio e o desaparecimento de Masolino do mundo florentino.

demoraram, e a ama, para limpar uma porção de trigo, pediu emprestado um crivo a uma vizinha, mas, deixando-o descuidadamente sobre uma mesa, caiu ele ao chão e, porque era de barro, partiu-se em dois. Ao dar pelo acidente, desatou a chorar, cheia de tristeza, e o bondoso jovem, enchendo-se de pena, ao vê-la desfeita em lágrimas, pôs-se a rezar. Concluída a oração, achou o crivo tão perfeitamente consertado, que não se via nele nem sequer o vestígio de qualquer fractura, e, com palavras amáveis, entregou-o à sua ama. Tal foi a admiração que este prodígio despertou entre os habitantes do lugar, que penduraram o crivo sobre a porta da igreja”.

Este fresco está dividido em duas cenas: na da esquerda, assistimos à oração do jovem perante o crivo partido, com a ama entristecida em primeiro plano; do lado direito, os habitantes do lugar admiram o crivo suspenso sobre o portal da igreja. O enquadramento arquitectónico e prospectivo foi nitidamente influenciado pelo Angélico, com um extraordinário domínio das luzes. Um dos mais felizes resultados é, no alto, aquele apontamento de uma cidade em que alguns edifícios sugerem as construções florentinas da época.

Nos quadros seguintes, o artista revelará um crescente domínio da arte da perspectiva arquitectónica, mas os edifícios não ocupam todo o espaço, partilhando-o com largas vistas paisagísticas, que se tornarão uma das mais originais marcas do artista português.

3. “Bento retirou-se para uma gruta muito estreita e lá viveu recolhido durante três anos, sem que alguém o soubesse, a não ser um monge chamado Romão, que morava não muito longe, num mosteiro dirigido pelo Abade Adeodato. Com piedosa intenção (avisado por um anjo, esclarece-nos o quadro), sem que o Abade se apercebesse, Romão levava a Bento, em dias combinados, uma parte da sua ração de pão. A natureza alcantilada do penhasco não facilitava o acesso à gruta, pelo que o monge utilizava uma corda comprida para fazer descer os mantimentos, à qual prendia uma campainha, para avisar o santo eremita, que, ouvindo-a, saía a tomar conta do alimento. O demónio, porém, não via com agrado a caridade de um e a sobrevivência do outro, pelo que, um dia, quando o cesto descia, atirou uma pedra e quebrou a campainha, mas nem por isso Romão deixou de ajudar o homem de Deus”.

Neste quadro, que, dominado pelas rochas escarpadas, apresenta como fundo uma natureza mais humanizada, em que o artista joga habilmente com as múltiplas cambiantes de luz – como nenhum artista florentino da época seria capaz de fazer – recolhe-se a memória do retiro de S. Bento no ermo de Subiáco. No centro da composição, Bento, enclausurado na gruta, recebe a caridosa dádiva que o velho monge fazia descer na cesta acompanhada por uma campainha, que o demónio, reduzido a uma insignificante e asquerosa presença projectada sobre o rochedo, se esforça por inutilizar. Do lado oposto àquele em que o velho monge Romão

entrega ao jovem o hábito de eremita, a cena em que o monge é advertido pelo anjo, constitui, sob o ponto de vista pictórico, um dos momentos mais altos desta história, em cuja execução avulta ao mesmo tempo a forte personalidade do pintor e a sua definitiva osmose com o mundo florentino. A naturalidade dos gestos serenos, os olhares que traduzem o diálogo entre o anjo que levita imponderável e o comensal absorvido por esta visão não são incompatíveis com a densidade e a compacidade dos volumes, a que se junta uma natureza morta invulgar, com os pães, os ovos e a faca, a que as vibrações da luz conferem vida, sobre a toalha branca, com estudados efeitos, nas variações de tonalidade e de sombra¹⁸.

4. A cena imediata (a quarta, pela respectiva ordem) foi inteiramente destruída – não sabemos como nem por que razão, mas talvez em consequência do radicalismo savonaroliano – e viria a ser substituída por outra, de concepção medíocre, saída dos pincéis do Bronzino.

5. A quinta luneta representa o milagre do copo de vinho. O nome de Bento tornara-se conhecido pela sua vida exemplar, de tal modo que, tendo morrido o abade do mosteiro existente nas proximidades, os monges instaram com o santo eremita para que ele assumisse a direcção da comunidade. Cedendo, por fim, ao insistente convite, Bento empenhou-se em fazer cumprir o regulamento da vida monástica, de tal modo que a alguns deles, descontentes, veio a tentação de lhe deitar veneno na bebida. Quando na altura própria lhe apresentaram o vinho para ser benzido, o recipiente partiu-se em vários fragmentos e a bebida envenenada derramou-se no solo. Bento compreendeu o que tinha acontecido e disse aos monges: “Irmãos, o Senhor Todo Poderoso se compadeça de vós. Porque fizestes isto?”

A cena desenrola-se toda num interior e a qualidade da execução testemunha a evolução do artista, recolhendo ao mesmo tempo, numa síntese coerente, as últimas lições da arte florentina e as heranças da arte ibérica caldeadas com as influências nórdicas. A marca florentina acha-se presente nos gestos e atitudes dos figurantes e na evolução dos cenários arquitectónicos que se afastam cada vez mais do gótico e se aproximam das inovações que o Renascimento ia introduzindo em Florença. Junta-se-lhes o vigor expressivo e a forte compactação do conjunto, que contrasta com a dinâmica figura de S. Bento, de cabeça aureolada, com a leve mão que abençoa, as pregas do manto a caírem em ritmo suave.

¹⁷ “Bento” é o mesmo que “benedicto”, isto é, “abençoado”.

¹⁸ Cf. Mario Chiarini, *Il maestro del Chiostro degli Aranci: Giovanni di Gonsalvo portoghese*, em “Proporzioni”, 1963, p. 15.

6. O fresco seguinte gira à volta da tentação de um jovem frade, a quem o demónio arrastava para fora da igreja durante os ofícios divinos. Num mosteiro, havia um monge que, no fim de cantar os salmos do ofício divino, saía logo para o exterior, no período em que os outros se dedicavam à meditação. Bento, advertido pelo abade desse mosteiro, viu que era o demónio que o arrastava para o exterior do templo. Deu-lhe umas vergastadas e o demónio não voltou a desinquietar o monge.

Relacionam-se com as pesquisas florentinas da época, no domínio da arquitectura, as construções de inspiração mediterrânica, embora ainda sem a justeza de proporções, que servem de cenário a esta curiosa história. Para além da anedótica figura do demónio, chama a nossa atenção o diálogo estabelecido entre o santo, o monge caído em tentação e os expressivos gestos da comunidade. A figura do jovem frade, no seu límpido perfil e na pureza dos movimentos, apresenta-se como uma das expressões mais felizes da arte florentina.

7. Na sétima luneta, relata-se o milagre da recuperação da foice que um servo deixara cair no lago. Também um ostrogodo bateu à porta do mosteiro e, atendendo ao seu carácter rude, foi destinado às tarefas mais humildes e, num dia em que se ocupava a desbravar um silvedo, desencabou-se-lhe a foice e foi parar ao fundo do lago, deixando-o muito amargurado. S. Bento, a quem o godo se lamentou, tomou o cabo do utensílio e meteu-o na água, retirando-o com a foice de novo encabada.

O sentido monumental das figuras, que antecipa as concepções de Antonello da Messina, não obsta à consecução de uma alto nível expressivo dos intervenientes. Muito próxima de Masaccio, a figura central, pela motivação do tema, mas também pela sua dinâmica e pela sua capacidade de transmitir emoções, é a do servo que implora o socorro de Bento, para recuperar a foice indispensável à sua labuta quotidiana. Não se pode ignorar a presença da paisagem fluvial, entre a água e os rochedos, a lembrar aspectos da arte nórdica, a que não será estranha a influência que Van Eyck teve na Península Ibérica.

8. Sucedia então que algumas famílias piedosas entregavam os seus filhos a Bento, para que ele os educasse segundo os melhores princípios. Desse modo lhe confiaram dois esperançosos jovens: Amaro, filho de Equício, e Plácido, filho do patrício Tertulo. Amaro, ainda muito novo, foi um dos esteios do mestre, enquanto Plácido era ainda uma criança. Plácido, em certo dia, foi buscar água ao lago, mas deixou cair o balde e, atrapalhando-se, precipitou-se também ele e a corrente o afastou da margem. Bento, apercebendo-se do que estava a ocorrer, chamou logo por Amaro, ordenando-lhe: “Irmão Amaro, acode depressa ao menino que caiu no lago e está a ser arrastado pela corrente”. Com a bênção do Abade, Amaro

partiu imediatamente na direcção do menino, que já se debatia com as ondas, e continuou a caminhar sobre as águas como se estivesse em terra firme. Salvando o menino, só após o regresso à margem se apercebeu do que tinha acontecido, dando conta dos factos ao Abade. Bento não atribuiu, porém, o sucesso aos seus méritos pessoais, mas sim à pronta obediência de Amaro. Mas o jovem Plácido dissipou a dúvida, explicando: “Ao ser retirado da água, senti sobre mim o manto de Abade e que era ele mesmo em pessoa que me puxava”.

Os dois momentos desta história foram separados por um apontamento com esporões de rocha, que, mais do que síntese realista de uma verdadeira paisagem ou reminiscência de maneirismos góticos, correspondem ao método que nos alvares do Renascimento se adoptava para “sugerir” uma paisagem montanhosa. Tal processo foi adoptado, entre outros, por Lorenzo Mónaco e pelo próprio Angélico e já atrás o observámos no terceiro fresco deste ciclo. É bem conseguido o efeito do movimento, nas águas que correm com violência. À paisagem vibrante de cor e luz contrapõem-se as túnicas negras dos monges, atingindo o auge do contraste ao realçar a figura de S. Bento sobre a clareza das paredes do edifício.

9. Enquanto, sob a influências dos monges, dirigidos por S. Bento, muita gente abandonava a vida mundana e se submetia ao suave jugo do Redentor, Florêncio, presbítero de uma igreja dos arredores, instigado pelo demónio, começou a ter inveja e ciúme do homem de Deus, deixando-se obcecar a tal ponto que um dia lhe mandou de presente um pão envenenado. Bento agradeceu a oferta, embora soubesse o que nela estava oculto. À hora da refeição costumava vir um corvo da floresta vizinha a receber pão das mãos do santo Abade. Nesse dia, Bento atirou-lhe o pão envenenado e ordenou-lhe: “Em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo, pega nesse pão e vai largá-lo num lugar onde ninguém o possa encontrar”. A ave, de bico aberto e a abanar as asas, saltitava à volta do pão, como que a dizer que lhe era impossível, mas, perante a continuada insistência do santo, agarrou o pão no bico e desapareceu, regressando ao fim de três horas e recebendo então a sua razão habitual de pão.

Este fresco tem sido considerado por muitos como o mais alto momento deste ciclo pictórico e da evolução de um artista que tinha sido transplantado para um mundo cheio de novidades, diferente daquele onde tinha as suas origens, sem no entanto abandonar inteiramente as suas raízes. Manipula as cores e a luz com mestria e domina perfeitamente a técnica da perspectiva, que, segundo a lição de Brunelleschi, era o ponto de partida para a boa elaboração de uma obra pictórica, como demonstra claramente o espaço do refeitório monacal. O artista revela uma grande sabedoria compositiva, um crescente refinamento no jogo das luzes e tonalidades, uma cadência rigorosa nas formas ritmadas e vigorosas, que já encontráramos no início. Na cena da direita, o jovem ajoelhado a oferecer o

pão saiu claramente da mesma mão que pintou o jovem Bento a despedir-se dos seus, no momento de abandonar Nórícia, sua terra natal. No refeitório conventual há uma subtilidade ainda maior nas transições graduais da luz, que evitam a monotonia das paredes, mas nota-se a solidez volumétrica dos rostos, no entanto analisados e tratados no seu aspecto expressivo, sem esquecer o pormenor das rugas que já os assinalam. Merecem especial atenção o tratamento das pregas e a *transparência* luminosa do pano de linho que passa das mãos do jovem ofertante para a travessa do tecto do refeitório, e o humorístico episódio do corvo às bicadas no pão envenenado.

10. S. Bento deixou o vale de Subiáco, povoado de mosteiros, e dirigiu-se para o Monte Cassino, decidido a fundar um convento nas proximidades de um templo onde os habitantes ainda prestavam culto ao deus Apolo, que substituiu pelo de S. Martinho. Certo dia em que os monges andavam atarefados na construção do mosteiro, depararam com uma inesperada dificuldade em levantar uma pedra para a colocar nos muros e essa dificuldade mantinha-se depois de chamarem outros confrades para os ajudar, pelo que se lembraram que devia ser mais uma acção do demónio. Foram contar a Bento o que se passava e ele, acorrendo ao local, fez uma oração e deu uma bênção à pedra, que imediatamente os monges conseguiram arrastar com facilidade.

Neste episódio, o pintor sai dos espaços interiores do convento, regressando ao mundo exterior, que lhe era tão caro. A luta dos frades com o demónio traduz um embate de forças antagónicas, que se desenvolve com persistência mas ao mesmo tempo com serenidade, sem manifestações de crueldade. Se não atinge o nível pictórico do anterior, este fresco denuncia um grande domínio da perspectiva pictórica, a que obedece a distribuição dos figurantes através do espaço, tão aperfeiçoada que se torna imperceptível à primeira vista.

11. S. Bento estava a orar na sua cela enquanto os monges se ocupavam na construção de um alto muro. A dada altura, cederam os andaimes e as paredes caíram em derrocada, ficando um jovem monge soterrado nos escombros. Apresentaram-no já morto ao Abade, que se entregou a uma profunda oração. Quando terminou, já o monge estava de pé na sua frente, são e escorreito, voltando para junto dos confrades, para os ajudar a refazer o muro.

A ressurreição do jovem monge deu ao pintor a última oportunidade para demonstrar as suas capacidades para lidar com o espaço, a luz e as cores, no Chiostro degli Aranci. De um lado, sob o olhar estupefacto dos religiosos que se inteiram do sucedido, o edifício em ruínas, onde a cabeça e a mão do monge afloram entre o montão das pedras que o esmagaram. Do outro, sem um corte abrupto, o frade acidentado reergue-se da mortalha, ressuscitado, após a bênção de S. Bento, sob o olhar admirado e os gestos de exclamação dos outros religiosos.

A distribuição espacial dos vários elementos, em obediência, não forçada, às leis da perspectiva, aumenta quase até ao infinito a profundidade do horizonte, com os vários elementos dispostos com uma naturalidade quase fotográfica.

De mão diferente, seguem-se ainda dois frescos, executados por outro artista:

12. S. Bento descobre um Tótila fingido;

13. S. Bento recebe o verdadeiro Tótila.

Concluindo

Apesar do desgaste provocado pelo tempo, é espiritualmente compensadora a visita ao claustro da Badia florentina. Para compreender a obra do artista português, transplantado quase abruptamente para um região onde se cultivava uma arte muito mais avançada que a do seu país natal, é necessário conhecer o momento artístico que então se vivia em Florença, onde se desenvolvia o primeiro Renascimento. Na capital da Toscana, por decisão do próprio ou por recomendação do seu patrono, Giovanni di Gonsalvo, ou João Gonçalves, aperfeiçoou a sua técnica e actualizou o seu estilo, fazendo um tirocínio com Fra Giovanni da Fiesole – o Beato Angelico – na altura o expoente máximo da pintura florentina. No claustro da Badia, as pinturas iniciais correspondem a este momento de aprendizagem, durante o qual o artista mergulha nas formas e no espírito da arte deste primeiro Renascimento.

O conjunto das pinturas executadas por Giovanni di Gonsalvo no mosteiro dirigido por D. Frei Gomes constitui, no dizer de Carlo L. Ragghianti, um ciclo pictórico “que está entre os maiores da primeira metade de Quatrocentos em Florença”. Por volta de 1933, Ragghianti foi um dos primeiros a chamar a atenção para a importância deste ciclo e para a existência nele de aspectos que se afastavam daquilo que então se conhecia da pintura florentina daqueles anos, embora se mantivesse renitente em aceitar a origem portuguesa do seu autor¹⁹. Os estudos efectuados por L. Berti e U. Baldini, em conjunto com a descoberta de uma referência documental que dá Giovanni di Portogallo como efectivo aluno do Angélico em Fiesole, em 1435²⁰, levaram-no a aceitar finalmente a paternidade lusitana dos frescos da Badia, como pude testemunhar numa das suas brilhantes lições ao Curso de Estudos Especiais de Crítica de Arte da U. I. dell’Arte, em Florença.

¹⁹ Cf. L. Collobi Ragghianti, *Domenico di Michelino*, em “La Critica d’Arte” III, série 5 (1950), p. 374, nota 21.

²⁰ Cf. U. Baldini e L. Berti, *l. c.*; N. Rosenberg Hendersen, *Reflections on the Cloister degli Aranci*, em “The Art Quartely”, XXXII (1969), p. 409, nota 31.



Estampa I: Badia (mosteiro), Florença: exterior.



Estampa II: Badia (mosteiro), Florença: claustro.

O CLAUSTRO DA BADIA DE FLORENÇA



Estampa III: Fresco nº 1 (Bento despede-se dos seus familiares).



Estampa IV: Fresco nº 3, parcial.

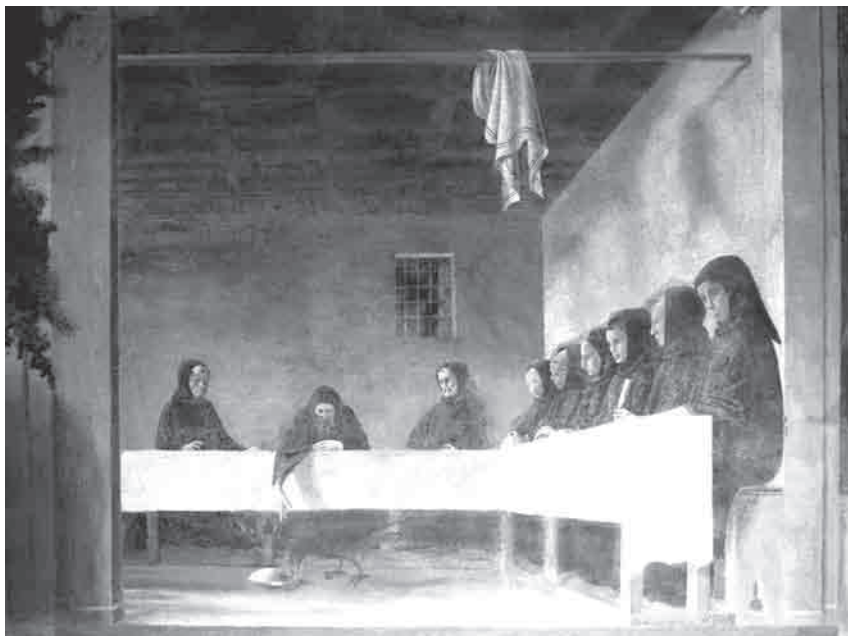


Estampa V: Fresco n.º 6 (cura do monge tentado pelo demónio).



Estampa VI: Fresco n.º 9, parcial (oferta do pão envenenado).

O CLAUSTRO DA BADIA DE FLORENÇA



Estampa VII: Fresco nº 9, parcial (o corvo e o pão envenenado).



Estampa VIII: Fresco nº 9, parcial (ressurreição do monge colhido num desabamento).



Estampa IX: Fresco nº 9, parcial (ressurreição do monge, sínópia).

Armando Luís de Carvalho Homem*

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

*As «Variações» de Octávio Sérgio: uma observação centrada em três peças***

Resumo

Inserida num percurso biográfico, apresenta-se uma análise de 3 peças dos anos 60 com estrutura – e explicitude terminológica – de “variações”, marcantes da produção de um guitarrista de relevo da geração que se afirma na Coimbra dos anos 50 e 60 e com actividade decorrente até aos nossos dias.

Abstract

This biographical paper presents an analysis of three musical pieces from the 1960s, which have the structure – and terminological evidence – of “variations”, remarkable in the production of an outstanding guitar player who belongs to a distinguished generation of the 1950s and 60s in Coimbra and whose artistic work endures until today.

«Ouvindo as variações de Octávio Sérgio, ficamos com a impressão de que ele também adopta o caminho, já imanente em Artur Paredes, de que a universalidade da guitarra portuguesa, neste caso da guitarra de Coimbra, só se atinge pelo aprofundamento da sua regionalização. Por isso a guitarra de Octávio Sérgio não hesita em se fertilizar no húmus onde mergulham as raízes autênticas do nosso folclore, para daí brotar genuinamente com ele (assim em: «Flores em Abril», «Nas Linhas de Torres» e «Entreacto»), em sedentar-se nos mais remotos e recônditos fados e guitarradas da velha Coimbra («Variações sobre o tom de Lá» e sobre os tons de ré M e m), para, depois, atravessar, interessada, a vivência artisticamente reflectida, tantas vezes inconformada, das gerações subsequentes, inclusivè com ousadas incursões no significativo movimento das baladas («Nas Linhas de Torres» – 1.º tema;

* Executante de viola de acompanhamento da Guitarra de Coimbra.

** Em versão abreviada, este texto está disponível em <http://guitarradecoimbra.blogpost.com> (post de 2005/03/27).

«Ensaio n.º 1»). (...) *E é por se apoiar firmemente em todo este complexo processo histórico que ela, através dum estilo muito pessoal, mas sempre, é bom frizá-lo, vincadamente coimbrão (...), surge límpida e remoçada, com clara vocação para romper o regionalismo, de que provém e a sustenta, e abrir caminho a uma compreensão artística generalizada, a uma verdadeira entrega a todas as sensibilidades».*
(Fernando Machado SOARES, 1981)¹

0. A abrir

Um leitor interessado em temas da *galáxia* coimbrã poderá, face tão somente ao título do presente texto, interrogar-se:

- Porque é que só agora o **CH** escreve sobre o **OS**?
- Por uma questão de *sobreenvolvimento* com a sua Obra instrumental e de *co-protagonismo* no registo em disco de uma parte da mesma – responderei.

Já lá vão 20 anos que comecei a escrever sobre as temáticas em causa; e, ao começar, bem longe estava de pensar em qualquer publicação² – pela simples razão de que o fiz epistolarmente:

a) No Verão de 1983 escrevi a José Miguel Baptista, tecendo algumas considerações sobre circunstâncias que haviam rodeado, em Maio anterior, o *V Seminário sobre o Fado de Coimbra* (org. da Comissão Municipal de Turismo, com apoio da Associação de Antigos Estudantes da Universidade)³.

b) Em Maio de 1986 escrevi longamente a Rui Pato, a propósito do então lançado LP *Canção da Primavera* (de Francisco Filipe Martins e do próprio Rui Pato, com a participação do já desaparecido violoncelista Celso de Carvalho [Filho])⁴.

Bem longe então, repito, de pensar em publicações – tirando um trabalho

¹ Texto patente na contracapa do LP *Guitarra Portuguesa: Raízes de Coimbra*, de Octávio Sérgio, com acompanhamento em viola pelo autor destas linhas, Porto, ORFEO/Arnaldo Trindade, 1981.

² Ainda que, surpreendentemente (vistas as coisas em 2004), José Miguel Baptista tenha tido, já em 1983, o *feeling* de uma futura escrita, ao incentivar-me publicamente (no *V Seminário sobre o Fado de Coimbra*, Mai.1983) a escrever «os livros» para que teria copiosa informação...

³ Parte das ideias então expressas veio a incorporar o meu trabalho «Que público para a canção coimbrã? Uma pergunta para o “tempo que não passa”» (comunicação enviada ao *VI Seminário sobre o Fado de Coimbra* [Cbra., Mai.98]), publ. in *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, org. F. Ribeiro da SILVA, M. Antonieta CRUZ, J. Martins RIBEIRO e H. OSSWALD, vol. 2, Porto, Fac. Letras/UP, 2004, pp. 569-573.

⁴ Tal carta constituiu como que o *ante-texto* do trabalho cit. *infra*, n.º 6. Celso de Carvalho [Filho] é um nome de referência no *rock* de vanguarda das décadas de 70 e 80; por coincidência foi meu Colega na 3.ª classe da Instrução Primária (Porto, 1958/59) e no 1.º ano do Liceu (de Alexandre Herculano, Porto, 1960/61); não voltei a encontrá-lo. O Pai foi um destacado violoncelista das Orquestras Sinfónica do Porto (até 1961; nesta fase ensinou no Liceu de Alexandre Herculano) e Sinfónica da Emissora Nacional (1961 ss.).

de 1991 sobre as tradições académicas portuenses⁵ –, só pelos finais de 1995/ /princípios de 1996 duas solicitações muito próximas vieram desencadear a reflexão e a escrita nesta área: a solicitação de Francisco Filipe Martins de um texto para o seu CD *Primavera 2: Música para Guitarra de Coimbra*⁶ e o convite de um familiar de Nuno Guimarães (1942-1973), Gil Guedes dos Santos, para integrar a Comissão da Homenagem a este Poeta e Guitarrista (a qual veio a ter lugar em Vila Nova de Gaia e Perosinho em Janeiro de 1997); em tal contexto redigi um trabalho de apreciação da discografia do notável Criador e Executante precocemente desaparecido⁷. De então para cá, fui ouvindo e escrevendo em momentos vários e sobre questões várias, v.g.:

- o *Método de Guitarra*, de Paulo Soares⁸;
- o CD *Folha a folha*, de Jorge Cravo / Luiz Goes / Manuel Borrvalho / José Ferraz de Oliveira / Manuel Gouveia Ferreira⁹;
- o duplo CD de José Mesquita saído em princípios de 2000¹⁰;
- a Obra discográfica de Jorge Tuna numa perspectiva global, segundo uma periodização em três momentos¹¹;
- a *recepção* portuense do «Fado de Coimbra»¹²;

⁵ «Tradições Académicas Portuenses: Breves notas, vividas, de uma ‘História’ em criação», *Boletim da UP*, 9 (1991, Jun.), pp. 29-33.

⁶ «(Dez) Primaveras de uma Guitarra», texto incluído na capa do CD *Primavera 2: Música para Guitarra de Coimbra*, de Francisco Filipe Martins, [Lisboa], Philips/Polygram, 1998, 8 cols.

⁷ «Nuno Guimarães e a Guitarra de Coimbra nos anos 60: impressões perante uma re-audição de cinco 45 RPM», in *Recordando Nuno Guimarães: o poeta, o músico, 1942-1973* [Catálogo da Exposição patente na Junta de Freguesia de Perosinho em Jan./Fev.97], coord. Abel Morais COUTO, Gil GUEDES, José Ferraz de OLIVEIRA e Armando Luís de Carvalho HOMEM, com «Prólogo» de Francisco Barbosa da COSTA, Vila Nova de Gaia, Câmara Municipal, 1997, pp. 18-23. Também reproduzido no desdobrável que acompanha o CD (ed. na mesma altura) que reproduz a discografia a que **NG** ficou ligado na década de 60: *Recordando Nuno Guimarães: Fados e Baladas de Coimbra*, coord. José Ferraz de OLIVEIRA, DSA-CD-401, Porto, Discoteca Santo António, 1997.

⁸ «Revolução (A) do Método e a Perturbação das Certezas (Reflexões sobre um Trabalho GENEROSO)», texto preambular a *Método de Guitarra Portuguesa: Bases para a Guitarra de Coimbra/ Portuguese Guitar Method: Basic Techniques for the Coimbra Guitar*, de Paulo J. SOARES, Coimbra, Edição do Autor, 1997, pp. 7-13.

⁹ «Tempos (Os) de um projecto», texto inserido no mini-livro que acompanha o CD *Folha a folha. Canto e Guitarra de Coimbra*, poesia de José Manuel Mendes, interpr. por Jorge Cravo, Manuel Borrvalho, José Ferraz de Oliveira, Manuel Gouveia Ferreira e a participação especial de Luiz Goes, Paços de Brandão, Numérica, 1999, pp. 55-70.

¹⁰ «Da árdua definibilidade da “Canção de Coimbra”», texto inserido no desdobrável que acompanha o duplo CD de José Mesquita, *Coimbra dos poetas/Coimbra das canções, trovas e baladas*, s.e., 1999, pp. 6-10.

¹¹ «Jorge Tuna: para uma abordagem ternária de um Mestre da Guitarra de Coimbra», *Revista Portuguesa de História*, XXXVI/2 (2002-2003), pp. 397-416.

¹² «Tradições Académicas Portuenses: Breves notas, vividas, de uma ‘História’ em criação», *Boletim da UP*, 9 (1991, Jun.), pp. 29-33.

- ou lembranças e notas sobre a Guitarra e a sua discografia nos anos que, *grosso modo*, correspondem ao meu tempo estudantil¹³.

Octávio Sérgio era apenas uma referência – ainda que não rara – em alguns desses textos. E haverá que reconhecer que me não seria propriamente fácil escrever sobre um (quase) conterrâneo a quem me ligam laços que não são de parentesco mas que é como se fossem, e de cuja principal realização discográfica fui co-protagonista...

Exercitada a escrita e a crítica sobre autores, temas e realizações em relação aos quais a minha posição é de plena *alteridade*, eis chegado o momento de, pela vez primeira, redigir algo com o seu quê de *ego-histórico*:

- Caro Octávio, o dia tardou mas chegou!

1. Percursos de um viseense¹⁴

OCTÁVIO SÉRGIO DE MATOS AZEVEDO nasceu em Viseu a 15 de Agosto de 1937, sendo o mais novo de 10 irmãos. A sua chegada à *galáxia* dá-se aos 13 anos, quando, aluno do Liceu Nacional de Viseu, aí ouviu cantar Fernando Rolim¹⁵. Também o visionamento de saraus da Associação dos Antigos Alunos do referido Liceu (AAALNV, fundada na década de 50) lhe permitiu assistir a actuações de Armando de Carvalho Homem (1923-1991)¹⁶, seu professor de *Matemática* por esses anos. Com a Mãe e o Irmão mais velho deu os primeiros passos na viola, chegando a executá-la com a afinação da Guitarra de Coimbra. A este último instrumento chegou ainda em Viseu, trumento chegou ainda em Viseu, ou os seus primeiros grupos, que integraram nomes como os dos cantores José M. Barros Ferreira (ao tempo também executante de viola)¹⁷, José Mesquita¹⁸ e Rolando de Oliveira¹⁹ e guitarristas como Alexandre Vale, Jorge Furtado²⁰ e «Manuel das Águas».

¹³ «Guitarra (A) de Coimbra em *tempos de fim-de-tempo* (ca. 1965-ca. 1973). Apontamentos e lembranças», *Anais da Universidade Autónoma de Lisboa/série História*, V-VI (2000-2001), pp. 333-348.

¹⁴ Para o essencial da biografia de OS, cf. José NIZA, *Um Século de Fado. Fado de Coimbra*, II, Alfragide, EDICLUBE, pp. 269-272, bem como o que escrevi no trabalho cit. *supra*, n. ¹¹.

¹⁵ Cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits.* na nota anterior, pp. 136-138.

¹⁶ Cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n. ¹⁴, pp. 110-111.

¹⁷ Cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits.* na nota anterior, pp. 93-94.

¹⁸ Cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n. ¹⁴, pp. 199-202.

¹⁹ Também pintor, num dado momento ofereceu a OS um quadro a tinta-da-China intitulado *A Espanhola*, representando uma figura feminina desnuda. Rolando de Oliveira morreria precocemente nos anos 70, em acidente de viação. Em sua homenagem compôs OS a peça «Fantasia (A Espanhola)», patente na face 2, faixa 5 do LP *Guitarra Portuguesa: Raízes de Coimbra* (1981).

²⁰ Há longos anos médico no Porto.

Em Coimbra a partir de 1957 – cursando *Físico-Químicas* na Faculdade de Ciências – e até 1965 – com uma interrupção castrense em 1961 –, integrou grupos com – por ordem cronológica – David Leandro²¹, António Ralha²², José Bárrio (pontualmente), Gabriel Ferreira²³ e António Portugal²⁴ (gg.) e José Niza²⁵, Jorge Gomes²⁶, Manuel Dourado²⁷, Nilton Bárrio (pontualmente), Costa Reis e Rui Pato²⁸ (vv.); acompanhou, por outro lado, cantores como Adriano Correia de Oliveira (1942-1982)²⁹, António Bernardino (1941-1996)³⁰, António Sousa Pereira³¹, João Barros Madeira³² e José Maria Lacerda e Megre (Filho)³³, entre outros.

Começara entretanto a compor as suas próprias peças, num estilo necessariamente gerador de perplexidade no meio coimbrão do tempo:

- Eram peças «*com esquemas arrojados, mas por vezes com grande lirismo*» – escreveu Rui Pato³⁴;

- «*A sua música está dentro de uma linha entre Stravinsky e a música primitiva*» – opinou, por seu turno, Carlos Paredes³⁵.

Foi membro do Orfeon Académico – no que se destaca a participação na segunda digressão aos EUA (1965) – e do Coro Misto.

Em 1965/66 transferiu-se para a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, e aí concluiu então a licenciatura.

Na Páscoa de 1966 casou com Isabel da Conceição Torrado Marques [e Azevedo], natural de Monforte, licenciada em *História*³⁶ e sua antiga Colega no Coro Misto; residiram em Lisboa e mais tarde – por longos anos – em Almada; do casamento nasceriam 3 filhos³⁷.

²¹ Cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n. ¹⁴, pp. 118-119.

²² Cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n. ¹⁴, pp. 67-68.

²³ Cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n. ¹⁴, p. 146.

²⁴ Cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n. ¹⁴, pp. 64-67.

²⁵ Cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n. ¹⁴, pp. 205-209.

²⁶ Cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n. ¹⁴, pp. 166-167.

²⁷ Cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n. ¹⁴, pp. 252-253.

²⁸ Cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n. ¹⁴, pp. 285-290.

²⁹ Cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n. ¹⁴, pp. 18-27.

³⁰ Cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n. ¹⁴, pp. 48-51.

³¹ Cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n. ¹⁴, pp. 292-293.

³² Cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n. ¹⁴, p. 94.

³³ Cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n. ¹⁴, pp. 217-218.

³⁴ Cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n. ¹⁴, p. 271.

³⁵ *Id.*, *Ibid.*, vol. e loc. cits.

³⁶ Autora de uma tese de licenciatura, defendida em 1970, sobre as fontes da Cronística de Duarte Nunes de Leão, trabalho orientado pelo Doutor Salvador Dias Arnaut (1913-1995).

³⁷ Sobre o primogénito, António Sérgio Torrado Azevedo (n. 1968), cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n. ¹⁴, pp. 98-99.

Em 1967/68 frequentou e concluiu o Curso de *Ciências Pedagógicas* na Faculdade de Letras de Coimbra; nas suas deslocações de então à ALMA MATER para frequências e exames, tempo ainda para fugazes participações nos grupos de Hermínio Menino³⁸ / Jorge Limpo Serra³⁹ / António José Rocha⁴⁰ e de José Bárrio⁴¹ / Manuel Antunes Guimarães⁴² / Nilton («Nito») Bárrio⁴³.

Depois... entre a vida familiar e profissional⁴⁴ e as viragens da conjuntura, a guitarra acabou por ir parar «acima do armário», «debaixo da cama» ou alhures. E foram 8/10 anos de solução de continuidade.

Nesse intervalo estudou composição e viola clássica. E as consequências respectivas bem se mostrariam no *redespertar da Fénix* (ca. 1976). As peças dos anos 60 estavam inexoravelmente esquecidas. Mas as que agora iam surgir cedo conheceriam a partitura.

Presente em todos os *Seminários sobre o Fado de Coimbra* (1978/79/80/81/83), ao realizar-se o primeiro fizera já a sua estreia discográfica, no LP *O Melro*, de Janita Salomé, em cuja face B acompanha o Cantor (com Pedro Caldeira Cabral, Fernando Alvim e Durval Moreirinhas⁴⁵) em 5 números, acrescidos de uma peça instrumental («Variações em Lá») de um dos seus antigos companheiros viseenses: António Rodrigues, vulgo «António das Águas».

Começara entretanto a frequentar a casa de Artur Paredes (1899-1980), e nos últimos dois anos (ca. 1977-1979) de actividade musical do Mestre acompanhou-o como «2.º guitarra»; o viola era, ao tempo, Carlos de Figueiredo⁴⁶. Testemunhos vários dão conta da simpatia que o *difícilimo* Artur Paredes dedicava àquele guitarrista tão sóbrio nos acompanhamentos e que apenas parecia interessado em ouvir, aprender, colaborar... e jamais ‘piratear’ temas inéditos, receio que tornava Artur Paredes tão selectivo em relação àqueles que em sua casa recebia...

³⁸ Cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n. 14, p. 149.

³⁹ Cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n. 14, pp. 170-171.

⁴⁰ Seu sobrinho. Cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n. 14, p. 55.

⁴¹ Cf. o trabalho cit. *supra*, n. 13.

⁴² *Ibidem*. **MAG** tinha quarto na casa de que fui comensal nesse ano escolar de 1967/68, o 3.º andar de um edifício da Avenida Sá da Bandeira onde se localizavam, no rés-do-chão, a «Padaria Bijou» e, no 1.º andar, o consultório de lente de *Psiquiatria* Doutor Luís Augusto Duarte Santos; por aquele meu Grande Amigo e mais tarde companheiro de andanças musicais fiquei a saber da existência de um guitarrista considerado excepcional e autor de peças completamente ‘heterodoxas’ para o meio coimbrão de então.

⁴³ *Ibidem*.

⁴⁴ No Estágio Pedagógico e no Exame de Estado (ca. 1971), reencontrou fugazmente Armando de Carvalho Homem, ao tempo metodólogo. Octávio Sérgio residiu largos anos em Almada, ensinando na Escola Secundária do Pragal, cujo Conselho Directivo chegou a integrar.

⁴⁵ Cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n.14, pp. 119-121.

⁴⁶ Cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n.14, pp. 98-99.

Passando por vezes por circuitos de actuação paralelos ao profissionalismo do «Fado de Lisboa», **OS** (com Durval Moreirinhas *et alii*) participou, nesses finais de década, em mais três LP's: um do cantor Rui Gomes Pereira⁴⁷ e dois do cantor Frederico Vinagre. De verdadeiro interesse é fundamentalmente o segundo de F. Vinagre: com seu filho António Sérgio à guitarra e Durval Moreirinhas à viola, **OS** é aqui responsável por alguns arranjos notáveis (*maxime* «Canção das Lágrimas») e por interpretações de muito mérito das «Variações em lá menor» (de Jorge Morais [«Xabregas»])⁴⁸ e da «Valsa em Fã» (arr. Flávio Rodrigues).

Para além disto, e sempre com Durval Moreirinhas, começou (ou recomeçou) a acompanhar cantores de gerações próximas da sua (v.g. Armando Marta, António Bernardino, Arménio Marques dos Santos)⁴⁹ ou mais ancestrais (v.g. Fernando Machado Soares)⁵⁰. Com Armando Marta e António Bernardino e acompanhado por seu filho António Sérgio (g.) e Durval Moreirinhas (v.) grava uma *cassette* videográfica, divulgada sobretudo nos meios da emigração⁵¹.

E, acima de tudo, recomeçou a criar: na solidão da sala de música de sua Casa, entre um piano (utilizado pelo próprio e pelos três Filhos) e estantes de partituras, o autêntico *brotar* de temas, por vezes muito arrojados... e nada fáceis de acompanhar. O primeiro a ter execução pública, com acompanhamento de Durval Moreirinhas, foi, creio, «Nas Linhas de Torres (1810)» (embora ainda sem este título). Muitos outros foram aguardando – e uma boa parte ainda aguarda – o(s) executante(s) e/ou acompanhante(s) interessado(s)⁵².

O meu conhecimento pessoal de **OS** deu-se apenas aquando do *II Seminário* (Coimbra, Mai.1979). Mas somente 1 ano mais tarde (*III Seminário*) tive oportunidade de o ver tocar, pouco depois se iniciando o nosso relacionamento musical. Por essa altura⁵³ estava eu com dispensa de serviço da minha Faculdade visando a preparação do doutoramento, e fazia temporadas na Torre do Tombo

⁴⁷ De qualidade apenas sofrível, este LP de 1980 merece todavia o destaque de, pela mão de Francisco Gonçalves, a *viola-baixo* surgir pela primeira vez no universo coimbrão. O que de todo invalida a auto-atribuição do 'feito' por Humberto Matias (cf. a notícia biográfica patente no desdobrável anexo ao duplo CD de José Mesquita, *Coimbra dos Poetas / Coimbra das Canções, Trovas e Baladas*, 1999).

⁴⁸ A versão em causa será porventura, entre as que existem gravadas, a mais fiel ao original, já que **OS** teve como *fonte* uma gravação em *cassette* com execução pelo próprio Dr. «Xabregas». Sobre este Autor cf. também J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n. 14, pp. 168-169.

⁴⁹ Cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n. 14, pp. 74-75, 48-51 e 76-77, respectivamente.

⁵⁰ Cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n. 14, pp. 243-247.

⁵¹ Instrumentalmente incluí a «Valsa», de Gonçalo Paredes.

⁵² No momento em que escrevo (Jun.04), **OS** tem estado regularmente a entregar a Paulo Soares as partituras dos seus inéditos. No concerto de homenagem a **OS**, no âmbito da *Coimbra 2003 / Capital Nacional da Cultura* (Set.03), Paulo Soares executou já 3 dessas peças. É caso para dizer: «*que venham mais cinco!*», e que a curto ou médio prazo tenhamos, discograficamente, a *integral* da Obra de **OS!**

e, mais pontualmente, no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, na Biblioteca Nacional e na Biblioteca da Academia das Ciências.

Em Julho de 1980 comecei a frequentar – duas vezes em média, em cada semana lisboeta – a casa de **OS**, à Rua Fernão Lopes, bem no centro de Almada. De onde, antes e depois da música, o Tejo e os cacilheiros... Não poucas ideias musicais me surgiram durante essas travessias... Ao fim de dois ensaios as «Variações sobre o tom de Lá» e «sobre o tom de Ré Maior» estavam perfeitamente concatenadas. Em finais de Setembro / princípios de Outubro o número de peças em tais condições levou **OS** a avançar para o projecto de um LP instrumental, para o que tinha contactos na etiqueta ORFEO/Arnaldo Trindade; outras participações chegaram a estar previstas, quer a de um «2.º guitarra», quer a de mais um viola; mas nada se concretizou; e coube-me assim a «2.ª guitarra» nas 3 *variações* que o disco viria a integrar...

A gravação processou-se em Fevereiro de 1981 num estúdio localizado na Rua de Campolide, com uma sessão final de montagem já nos princípios de Março. À distância de 23 anos, só me cumpre salientar a extrema simpatia do pessoal do estúdio e particularmente a muita proficiência (e paciência) dos técnicos Jorge Barata e Moreno Pinto, bem como dos fotógrafos Mónica Freitas e Jaime Laranjeira.

Saído em Setembro de 1981, o LP *Guitarra Portuguesa: Raízes de Coimbra*⁵⁴ suscitou uma dupla ordem de efeitos:

a) O interesse acentuado da Comunicação Social escrita e, aí, da crítica discográfica. João Govern chegou a qualificá-lo como «*a alternativa presente ao silêncio de Carlos Paredes*»⁵⁵;

b) e, predominantemente, um silêncio levemente ‘despeitado’ do *milieu*, silêncio entrecortado, aqui e ali, de manifestações *enragées* de mediócras.

À data da saída deste álbum instrumental, **OS** concluíra entretanto a que será por certo a sua mais conhecida realização discográfica: o acompanhamento, com Durval Moreirinhas⁵⁶, de José Afonso (1929-1987) no LP que marca o seu retorno à *galáxia* – *Fados de Coimbra e outras Canções*.

⁵³ Anos lectivos de 1979/80 e -80/81.

⁵⁴ Ed. ORFEO/Arnaldo Trindade STAT 105, Porto, 1981.

⁵⁵ Note-se que na discografia de Carlos Paredes existe efectivamente um silêncio de 12 anos, entre 1971 (*Movimento Perpétuo e Balada de Coimbra*) e 1983 (*Concerto em Frankfurt*). Cf. a este respeito Octávio Fonseca SILVA, *Carlos Paredes. A Guitarra de um Povo*, Porto, Discantus, 2000, pp. 58-63 *et passim*.

⁵⁶ E ainda com a participação de Júlio Pereira (cavaquinho) e Janita Salomé (viola) no tema «Vira de Coimbra».

O álbum de José Afonso saiu em Novembro de 1981 e constituiu o sucesso que era de esperar (ainda que alguns *irredutíveis gauleses* dificilmente o tenham ‘digerido’). De onde, a realização de grandes concertos do Cantor, todos iniciados com os temas de Coimbra:

- No Teatro Avenida (Coimbra, Fev. 82), com **OS** e o autor deste texto, por impossibilidade de Durval Moreirinhas; **OS** executou o tema de sua autoria, até então inédito, «Dor na planície»;

- no Coliseu dos Recreios (Jan. 83), com **OS** / Lopes de Almeida (gg.), Durval Moreirinhas / António Sérgio (vv.), tendo **OS**, além dos acompanhamentos, executado de novo «Dor na planície»; a gravação do espectáculo daria origem ao duplo álbum *Zeca ao vivo no Coliseu*;

- e no Coliseu do Porto (Mai. 83), com **OS** / António Portugal (gg.), Durval Moreirinhas / Rui Pato (vv.).

Deste LP se fez ainda um *videoclip* para o tema «Saudades de Coimbra»; e no Inverno de 1982 José Afonso, **OS** e Durval Moreirinhas participaram no programa que Júlio Isidro então conduzia na RTP/1 nas tardes de domingo⁵⁷. Para além disto, é de salientar a influência que os arranjos de **OS** neste álbum vieram a exercer sobre grupos de gente mais jovem⁵⁸, muito particularmente «Saudades de Coimbra» (em sol menor), «Balada do Outono» (em lá menor) e até «Fado dos Olhos Claros» (em dó menor!). O modo como acompanha estes e outros temas quase se converteu em ‘novo paradigma’ dos mesmos!...

Ainda por estes anos, **OS** teve diversas participações televisivas, nomeadamente, por 3 vezes, no Programa *Cantos e Contos de Coimbra*, (RTP/2, 1982) e, no ano seguinte, na edição do programa *(H)Ora Bem* (RTP/2, apresentação de Rui Pego) dedicada ao guarda-redes Maló⁵⁹:

a) Com o autor destas linhas e António Sérgio (v.), para executar 4 números instrumentais (Jul. 82)⁶⁰;

⁵⁷ Não me recordo se se tratava de *O Passeio dos Alegres* se de algum dos programas, também de J. Isidro, que àquele sucederam.

⁵⁸ E até, pontualmente, de menos jovens: em 1985 José Miguel Baptista participou no programa *Coimbra sem Tempo*, acompanhado pelo *Quarteto de Guitarras de Coimbra* (**QGC**: António Brojo / António Portugal [gg.], Aurélio Reis / Luís Filipe [vv.]); um dos temas interpretados foi justamente *Saudades de Coimbra*, tendo o **QGC** seguido no acompanhamento as linhas gerais do arranjo de **OS**.

⁵⁹ João Luís Maló de Abreu, titular da baliza da Associação Académica de Coimbra do final dos anos 50 a 1968; hoje médico-estomatologista e lente de Medicina.

⁶⁰ Concretamente: «Dor na Planície», «Variações sobre o tom de Lá», «Nas Linhas de Torres (1810)» – onde pela primeira vez introduzi percussão no tema central da peça – e «Fantasia (A Espanhola)».

b) com Durval Moreirinhas (v.), para acompanhar António Sutil Roque⁶¹, tendo ainda executado as «Variações em Lá» de «António das Águas» (Ago. 82);

c) e, na derradeira emissão (Set. 82), com Eduardo Aroso (v.)⁶², para acompanhar Fernando Machado Soares e Adriano Correia de Oliveira⁶³;

d) finalmente, numa emissão do Programa *(H)Ora Bem* (Mai. 83), com o autor deste texto e Mário José de Castro (vv.)⁶⁴, acompanhando José Miguel Baptista⁶⁵.

* * *

Em 1987 **OS** fixa residência em Coimbra e ensina, até se aposentar (2002), na Escola Avelarosentar (2002), na Escola Avelar Brotero. Passa a integrar o Coro dos Antigos Orfeonistas da Universidade de Coimbra (AOUC) e mais tarde o respectivo Grupo de Fados (com Manuel Mora [g.]⁶⁶, Carlos Caiado⁶⁷, Custódio Moreirinhas⁶⁸ e «Ni» Ferreirinha [vv.]), acompanhando cantores como Raul Diniz (1936-2001)⁶⁹, José Mesquita, Vítor Nunes⁷⁰, Nuno de Carvalho⁷¹, Joaquim Matos⁷², José Miguel Baptista⁷³, António Crespo⁷⁴, Paulo Amador⁷⁵, J. Barros Ferreira⁷⁶, Fernando Ferreirinha, Manuel Sobral Torres⁷⁷ e outros. Com os AOUC **OS** participou em diversas gravações corais e, a partir de 1990, deslocou-se aos Açores, a França, Espanha, Bélgica, Luxemburgo, Bulgária, Áustria, Hungria, Alemanha, Estados Unidos, Canadá, África do Sul, Brasil, Argentina, Macau e Tailândia.

⁶¹ Cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n. 14, pp. 294-296.

⁶² Cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n. 14, pp. 125-126.

⁶³ Este último interpretou «Moça d'aldeia» e «Trova do vento que passa», na que seria a sua última aparição em público: morreria cerca de um mês mais tarde.

⁶⁴ Executou-se, uma vez mais, «Dor na Planície».

⁶⁵ Que interpretou um tema (ainda hoje) inédito de Eduardo de Melo.

⁶⁶ Cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n. 14, pp. 254-255.

⁶⁷ Cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n. 14, pp. 95-96.

⁶⁸ Cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n. 14, pp. 116-117. Mais pontualmente, o Grupo teve a constituição **OS** / Paulo Soares (gg.), Mário José de Castro [Filho] (v.). Sobre o segundo e o terceiro, cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n. 14, pp. 279 e 262, respectivamente.

⁶⁹ Cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n. 14, pp. 282-283.

⁷⁰ Cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n. 14, p. 299.

⁷¹ Cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n. 14, pp. 267-268.

⁷² Cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n. 14, pp. 162-163.

⁷³ Cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n. 14, pp. 202-204.

⁷⁴ Cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n. 14, pp. 63-64.

⁷⁵ Cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n. 14, p. 276; nesta notícia referem-se «Ni» Ferreirinha e Fernando Ferreirinha, não-objecto de notícias autónomas.

⁷⁶ V. *supra*, n. 17.

⁷⁷ Cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n. 14, pp. 259-260.

Nesta fase, destaque ainda para outras duas gravações:

a) O LP *José Mesquita: Ecos da Canção Coimbra* (ed. Polygram, ca. 1987); acompanhamento de **OS** (g.) e António Sérgio / Durval Moreirinhas (vv.)⁷⁸;

b) e a «cassete-audio» *Tempos Idos* (1995), acompanhando, com José dos Santos Paulo (g.)⁷⁹ e César Nogueira (v.), os cantores [Maestro] Virgílio Caseiro⁸⁰, José Paulo e Rui Silva; espaço ainda para uma escorreita interpretação de «Bailados do Minho», de Antero da Veiga (1866-1960)⁸¹.

Mais recentemente, **OS** passou a integrar também os Antigos Tunos da Universidade de Coimbra (ATUC); aí participou nomeadamente no CD *15 Anos Depois... Antigos Tunos da Universidade de Coimbra*⁸², acompanhando em 2 números, com José Paulo (g.) e José Tito Mackay / Humberto Matias (vv.), os cantores Serra Leitão e José Paulo. Com os ATUC, e a partir de 2000, participou em digressões aos Açores, Madeira, Porto Santo e Austrália.

* * *

Coimbra 2003 / Capital Nacional da Cultura constituiu momento para uma primeira grande homenagem a **OS**: no âmbito do *I Festival da Guitarra de Coimbra*, o duo Paulo Soares (g.) / Rui Namora (v.) encarregou-se de um concerto (Auditório do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra, 2003/07/25) onde foram executadas todas as peças do LP *Raízes de Coimbra*, e ainda «Dor na Planície» – do LP *Zeca ao vivo no Coliseu* – e 3 temas inéditos: «Marionetas», «Ensaio n.º 3» e «Danças»⁸³. Na tarde do concerto, Paulo Soares conduziu, na sede dos AOUC, uma *masterclass* sobre a obra de **OS**.

Poucos meses antes o duplo CD antológico *Serenata Monumental*⁸⁴ incluiu 5 dos 10 temas de *Raízes de Coimbra*: «Variações sobre o tom de Lá», «Variações sobre o tom de ré menor», «Flores em Abril», «Variações sobre o tom de Ré Maior» e «Nas Linhas de Torres (1810)», para além de 2 temas do LP que, no

⁷⁸ Vejam-se alguns tópicos para uma apreciação no trabalho cit. *supra*, n.º 10.

⁷⁹ Cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n.º 14, pp. 210-211.

⁸⁰ Cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n.º 14, pp. 299-300.

⁸¹ Cf. J. NIZA, *Op. e vol. cits. supra*, n.º 14, pp. 43-46.

⁸² S.d. [ca. 1999].

⁸³ Esta última fôra executada em público uma só vez, no antigo «Restaurante Algarve» (estação do Rossio, Lisboa, 1982/04/26), numa actuação em que participaram António Bernardino, **OS** (g.), António Sérgio (g. e v.), Durval Moreirinhas e A. L. de Carvalho Homem (vv.). A peça em causa foi tocada por **OS** / António Sérgio (g. e v., respectivamente).

⁸⁴ Coord. J. NIZA, Movieplay MOV 30.487 A/B, 2003, faixas 4, 8 e 12 do CD 1 e 6 e 15 do CD 2.

mesmo ano (1981), gravara com José Afonso («Saudades de Coimbra» e «Fado da Sugestão»)⁸⁵.

2. Três peças dos anos 70

2.1. *Antes da partida*: o tema de «António das Águas»

A estreia discográfica de **OS** – o álbum *O Melro* de Janita Salomé – inclui um tema instrumental que representará uma revisitação das raízes viseenses: as «Variações em Lá» de António Rodrigues, vulgo «António das Águas», também seu contemporâneo de lides juvenis, ainda que alguns anos mais velho.

Peça curiosa, esta: remontando aos finais da década de 50 / alvares da de 60, mostra um autor com formação tradicional, mas atento ao que de mais ‘moderno’ se faria ao tempo; e se não vejamos:

I. Estas «Variações em Lá» abrem com uma frase em quaternário (relativamente) lento, no que, embora no modo maior, não deixa de fazer lembrar a herança pré-Artur Paredes: pensemos em temas de Amândio Marques, Peres de Vasconcelos ou mesmo, mais recentemente, Flávio Rodrigues, António Carvalhal, João Bagão, José Amaral ou Almeida Santos; as sequências tonais incluem 1.^a e 2.^a de Lá Maior, 2.^a e 1.^a de si menor e uma passagem por Ré Maior;

II. a segunda frase é um motivo ‘batido’ em compasso quaternário, com acordes de 1.^a, 2.^a e 3.^a de Lá Maior (com utilização do bordão de *si* e da corda fina de *lá*), num estilo de reminiscência (lusamente) *country* que não deixa de fazer lembrar a frase central de «Aguarela Portuguesa» de António Portugal⁸⁶;

III. a peça termina com mais duas frases desenvolvidas em Lá Maior (compasso ternário), utilização de 1.^a, 2.^a e 3.^a de Lá Maior, 2.^a e 1.^a de Ré Maior. A virtuose aqui patenteada sugerirá que o autor conhecia – e bem – «Aguarela Portuguesa»; mas também não deixaria de conhecer as «Danças Portuguesas n.º 1», de Carlos Paredes. Fica a interrogação de fundo sobre «António das Águas», outras peças que tenha composto, sua dimensão como executante, etc.

Entretanto, neste disco de estreia algo se patenteia já em **OS**⁸⁷: sendo um dos mais «experimentalistas»⁸⁸ executantes da Guitarra, ostenta, na peça instrumental

⁸⁵ CD 1, faixa 11 e CD 2, faixa 5, respectivamente.

⁸⁶ De onde a ‘tentação’ de diversos «2.ªs guitarras» (v.g. Manuel Mora) executarem neste passo uma dedilhação a fazer lembrar a correntemente utilizada na referida peça de António Portugal.

⁸⁷ «Patenteia», obviamente, para quem o não tenha conhecido nas décadas de 50 e 60, já que quase não haverá registos gravados seus desses tempos.

⁸⁸ António Manuel NUNES, «Da(s) Memória(s) da Canção de Coimbra», in *Canção de Coimbra: testemunhos vivos (Antologia de Textos)*, Coimbra, Direcção-Geral da Associação Académica / Pelouro da Cultura, 2002, pp. 9-69, *maxime* 56.

e nas «introduções» dos temas interpretados por Janita Salomé, alguns arcaísmos no *dizer* (v.g. as *apoggiaturas* dobradas) que como que prenunciam a oportunidade do comentário de Fernando Machado Soares transcrito a abrir⁸⁹.

2.2. Variações sobre o tom de Lá

Elaboradas num intencional registo de *Velha Coimbra*, estas «variações» são-no na plena acepção: há de facto um *tema* sucessivamente repetido e *variado*, quer no modo menor, quer no modo maior. Vejamos o desenvolvimento global da peça:

I. Frase 1: Apresentação do *tema*, no modo menor (o *dizer-base* assenta em grupos de 7 notas, qual, «mutatis mutandis», *redondilha maior*); desenvolvimento em compasso quaternário, com passagens por lá menor, Fã Maior, 2.^a de Lá, ré menor;

II. Frase 2: variação sobre o *tema* (o *dizer-base* assenta também aqui em grupos de 7 notas), compasso quaternário, 1.^a e 2.^a de lá menor;

III. Frase 2': prolongamento da anterior variação, complexificando a sequência tonal: passagens por ré menor, 2.^a de Dó, Dó Maior, Fã Maior, 2.^a de Lá;

IV. Frase 3: cadencial, preparando a mudança de compasso; grupos de 3 notas, assentes em acordes de lá menor, ré menor, 2.^a de Dó e Fã Maior;

V. Frase 4: Arranca da anterior, sem solução de continuidade mas em compasso ternário; desenvolvimento em lá menor (*dizer-base* de 5 notas), com passagens por lá menor, ré menor, 2.^a de Dó, Dó Maior, Fã Maior, Lá sustenido Maior, 2.^a de lá;

VI. Frase 5: Retorno ao *tema* no modo menor (seria como que a *frase 1 com variações...*); desenvolvimento em lá menor, compasso quaternário, passagens por lá menor, Fã maior, 2.^a de lá, ré menor, 2.^a de ré, Lá Maior;

VII. Frase 6: *Tema* no modo maior; desenvolvimento em Lá Maior, compasso quaternário, passagens, além do dito tom, por uma diminuta no 1.^o ponto e 2.^a de Lá;

VIII. Frase 7: *Variação* sobre a frase anterior, desenvolvimento em Lá Maior, compasso quaternário; passagens por Lá Maior e 2.^a de Lá;

IX. Frase 8: 2.^a *variação* sobre a frase 6; desenvolvimento em Lá Maior, compasso quaternário; passagens por 2.^a de Lá, Ré Maior e Lá Maior; pausa no final;

X. Frase 9: virtuose em compasso binário, sustentado em bordões harmónicos da viola; pausa no final;

⁸⁹ V. *supra*, n. ¹.

XI. Frase 10: retorno ao tema no modo maior; esta frase é, em modo maior, o *espelho* da frase 1, apenas com a diminuta no 1.º ponto em lugar do Fã Maior; termina em 2 acordes lentos de Lá Maior.

Resta-me acrescentar que na «2.ª guitarra» que me coube – executada, naturalmente, «a posteriori», em pista sobreposta – optei por acordes nos 3 bordões, o que iria provocar efeitos harmónicos claros com os bordões que já executara em viola.

Bem pode dizer-se que **OS** *ganhou a aposta* com esta peça: execução apurada e com aspectos ‘vanguardistas’, o *universo sonoro* e toda a enunciada estrutura *tema-variações* torna a faixa de abertura de *Raízes de Coimbra* algo de *forte* e susceptível de agradar a públicos geracionalmente heterogéneos – não é por acaso que em várias actuações em que participei pude presenciar agrado unânime, com alguns dos mais veteranos a exclamar:

– Isto é Coimbra !...

2.3. Variações sobre o tom de ré menor

Contrariamente à anterior, não se trata de uma peça ‘fácil’ e que agrade à primeira. A complexidade do mundo interior de **OS** começa aqui a manifestar-se e as mudanças de compasso poderão ser perplexificantes para auditores mais tradicionais. Passemos à análise:

I. Frase 1: Desenvolvimento em ré menor, compasso quaternário, *dizer-base* de grupos de 7 notas; 1.ª e 2.ª de ré menor;

II. Frase 1': continuidade total em relação à frase 1;

III. Frase 2: compasso binário, sequência de acordes – ré menor (+ mi), ré menor, Fã Maior, ré menor, Fã Maior, 2.ª de Fã, Fã Maior [*bis*];

IV. Frase 3: desenvolvimentos em ré menor e Fã maior, quaternário lento, quase lembrando um *minuete*⁹⁰; passagens por ré menor, 2.ª de ré, Fã Maior, 2.ª de ré, 2.ª de Fã, Fã Maior;

V. Frase 4: desenvolvimento em Fã Maior, quaternário lento, passagens por Fã Maior, 2.ª de Fã, Lá suspenso Maior, Fã Maior [*bis*, mas terminando em 2ª de ré (pausa)];

⁹⁰ No Verão de 1981, já concluída a gravação, cheguei a conceber como «2.ª guitarra» para esta frase um *exercício* a fazer lembrar justamente um *minuete* de inspiração *haendeliana*. Mas nunca houve oportunidade para o experimentar.

VI. Frase 5: desenvolvimento em ré menor, quaternário; passagens por ré menor, 2.^a de ré, Lá suspenido Maior, sol menor⁹¹; termina em 2.^a de ré (pausa);

VII. Frase 6: desenvolvimento em Ré Maior, quaternário lento; passagens por Ré Maior, 2.^a de Lá, 2.^a de ré, 2.^a de si, finalização em 2.^a de Sol (pausa);

VIII. Frase 7: frase de ligação; compasso ternário, seqüências: Sol Maior/2.^a de Sol/Dó Maior/Sol Maior, Fã Maior/2.^a de Fã/Lá suspenido Maior/Fã maior; termina num longo acorde grave de Fã maior, executado nos 3 bordões;

IX. Frase 8: *Reprise* da frase 4 e seu desenvolvimento até final; passagens por Fã Maior, ré menor, 2.^a de ré; finalização com acordes de 2.^a e 1.^a de ré menor.

Indubitavelmente uma peça com o seu quê de ‘íngrato’ para o ouvinte, tem, na execução respectiva, momentos de árdua virtuosidade para o solista, mas também de grande *fruição*, quer para este, quer para o(s) acompanhante(s).

2.4. Variações sobre o tom de Ré Maior

De novo uma peça *alegre* e (aparentemente) mais *acessível*. Passemos à análise:

I. Frase 1: Tema de abertura cujo *dizer-base* assenta, uma vez mais, em grupos de 7 notas; compasso quaternário, com passagens por Ré Maior e 2.^a de Ré; 2.^a de Sol, Sol Maior e sol menor;

II. Frase 2: continuidade em relação à frase 1; passagens por Ré Maior, 2.^a de Ré, Sol Maior, Ré Maior, 2.^a de Sol, Sol Maior, sol menor, Ré Maior e 2.^a de Ré;

III. Frase 3: frase de grande alegria no *dizer*, assente em grupos de 7 acordes (iniciados no Ré Maior de registo intermédio); passagens por Ré Maior, 2.^a de Sol, Sol Maior e 2.^a de Lá;

IV. Frase 3': seqüência do tema em grupos de 5 acordes, com passagens por 2.^a de si, si menor, 2.^a de Lá, Lá Maior, Sol Maior, 2.^a de Ré e Ré Maior de registo intermédio (com o qual se inicia a frase seguinte);

V. Frase 4: retomar do tema da frase 3; pausa no final;

VI. Frase 5: desenvolvimento em Lá Maior, compasso ternário, melodia em grupos de 5 notas; passagens por 2.^a de Lá, Lá Maior;

VII. Frase 5': é como que a passagem da frase 5 ao modo menor; mantêm-se o compasso ternário e os grupos de 5 notas; passagens por lá menor e 2.^a de lá;

⁹¹ No ataque à repetição de um segmento desta frase, em 2.^a de ré, proporcionou-se um interessante efeito de «2.^a guitarra».

VIII. Frase 6: virtuose com desenvolvimento em lá menor, compasso binário, alternância de notas com acordes (em grupos de 9); passagens por: lá menor, diminuta no 1.º ponto, 2.ª de Dó, diminuta no 3.º ponto, lá menor; lá menor, Fá Maior de 7.ª, 2.ª de ré, ré menor, diminuta no 1.º ponto, 2.ª de lá menor; lá menor, diminuta no 1.º ponto [pausa]; lá menor, 2.ª de lá, ré menor, lá menor, 2.ª de lá, lá menor;

IX. Frase 7: pequena *frase-ligação*, de 4 compassos ternários em 2.ª de Ré, *dizer-base* de 5 notas;

X. Frase 8: desenvolvimento em Ré Maior, começando em prelúdio de 4 compassos neste tom, com *dizer* de 5 notas (qual sequência à frase 7); continuação em quaternário lento, 1.ª e 2.ª de Ré Maior;

XI. Frase 9: nova *frase-ligação*, ternário, 3 compassos em Ré Maior; finalização em si menor [pausa];

XII. Frase 10: surpreendente sequência de acordes em compasso ternário, começando em 2ª de ré e terminando em 2.ª de lá; passagens por diminuta no 3.º ponto, Lá sustenido Maior, diminuta no 3.º ponto, 2.ª de lá, Lá sustenido maior, diminuta no 1.º ponto, 2.ª de lá;

XIII. Frase 11: final, lento e *majestoso*; compasso ternário, grupos de 4 acordes, passagens por ré menor, diminuta no 3.º ponto [*bis*], 2.ª de Ré, Ré Maior.

Curiosamente (ou talvez não), esta peça foi uma das preferidas de Fernando Machado Soares, quando em 1981 ouviu as gravações para depois redigir o belo texto patente na contracapa de LP: achou fora do vulgar a extrema alegria de algumas frases, bem como, uma vez mais, a capacidade revelada por **OS** no sentido de ‘pegar’ num tema e levá-lo às *últimas consequências*.

Como acompanhante, acrescentarei que foi, das peças em moldes relativamente tradicionais, a que maiores oportunidades criativas me prodigalizou.

3. A fechar

O que aqui fica escrito não passa de *uma gota de água* no que à Obra original de **OS** diz respeito. Havendo que delimitar um micro-objecto de análise dentro de uma produção instrumental que anda por boas dezenas de peças, optou-se, dentro da Obra gravada, pelos 3 temas que são explicitamente «variações»⁹², ao que se acrescentou o primeiro tema instrumental gravado por **OS**, da autoria de um seu conterrâneo, como se viu.

⁹² Ainda que outras pudessem, com toda a legitimidade, ostentar tal designação no título, v.g. «Flores em Abril», que bem poderiam passar como «Variações sobre o tom de Lá n.º 2».

A **OS** poderei voltar a qualquer momento; mas qualquer outro estudioso o poderá também fazer, assim as peças estejam acessíveis (em gravação ou em partitura) e haja (boa) vontade de as estudar. Na certeza de que quem o fizer plena justiça prestará a um dos mais fiéis vultos da *galáxia*, que aos 50 anos (em 1987), como se viu, se re-fixou em Coimbra e à causa da Guitarra e dos Organismos de Antigos Estudantes aí tem dado o seu melhor.

Poslóquio: Se por trás de um Grande Homem (até na estatura física...) há uma Grande Mulher, uma palavra é devida a Isabel Torrado e Azevedo, Colega do *Ofício de Clio* e inexcelsível anfitriã (em Almada, em Coimbra, em S. João do Estoril), que como tal conheço há quase um quarto de século.

Lisboa, 18 de Junho de 2004

ARMANDO LUÍS DE CARVALHO HOMEM

Armando B. Malheiro da Silva

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Alberto Filipe Araújo

Universidade do Minho

Para uma mitanálise da fundação sagrada do reino de Portugal em Ourique

Resumo

Neste, como em outros estudos de aplicação entretanto publicados, é montado e desenvolvido um olhar hermenêutico e mitanalítico, com seus pressupostos e conceitos operatórios sobre as narrativas de cariz religioso sobre a presença de Cristo nas origens políticas do reino de Portugal e na vida de seu primeiro Rei, D. Afonso Henriques (1109-1185). O famoso milagre de Ourique que Alexandre Herculano refutou através da análise crítica diplomático-histórica encerra traços profundos do imaginário humano e social inteligíveis à luz da mitocrítica/mitanálise proposta por Gilbert Durand e de outras contribuições como a Psicologia das Profundidades de Carl Gustav Jung e o recenseamento mítico-simbólico de Georges Dumézil. Seguindo este trilha teórico-mitológico foi possível mostrar no seu âmago o Milagre enquanto Mito (narrativa sagrada e profunda) da Fundação de Portugal, reino nascido na Cristandade sob um desígnio providencial.

Finalmente, o presente estudo aparece dividido em três partes: a primeira é dedicada a uma “abertura epistemológica”; a segunda foca “o paradigma dos reis/santos fundadores”, nomeadamente fala-se de Clóvis e de Afonso Henriques; na terceira, e última parte, realiza-se, recorrendo-se aos conceitos de mito e de arquétipo, a mitanálise do Milagre de Ourique.

Abstract

This study, as well as others published in the meantime, evolves around a hermeneutic and mythanalytical view. It addresses the underlying assumptions and operative concepts regarding narratives of a religious nature which relate to the presence of Christ in the political origins of the Portuguese kingdom and, therefore, in the life of the first Portuguese King, D. Afonso Henriques (1109-1185).

The famous miracle of Ourique, which Alexandre Herculano refuted through the critical analysis of diplomatic and historical facts, comprehends profound features of the human and social imagery, which is intelligible in light of the mythocriticism/mythanalysis

proposed by Gilbert Durand and other contributions, like the Psychology of Profoundries by Carl Gustav Jung and Georges Dumézil's study on myths and cults. Following this theoretical-m(y)thodological line of thought, it was possible to show the Miracle in its essence (sacred and profound narrative) as the Founding Myth of Portugal, a kingdom born in Christianity under the providential will of God.

Finally, this study is divided into three parts: the first part concerns an “epistemological opening”; the second one focuses on “the paradigm of founding kings/saints”, speaking of, namely, Clovis and Afonso Henriques; and the third and final part comprises the myth-analysis of the Miracle of Ourique, with recourse to the concepts of myth and archetype.

1. Abertura epistemológica^(*)

Através de mais este contributo de parceria interdisciplinar pretendemos mostrar que é possível e necessário entrosar o conhecimento histórico numa concepção de mito próxima das contribuições teóricas legadas, em geral, pelo *Círculo de Eranos*¹ e, em particular, por alguns dos seus membros — Carl Gustav Jung, Mircea Eliade, Erich Neumann, Karl Kerényi, Henri Corbin e Gilbert Durand. Desta concepção distanciam-se as leituras desmitologizadoras, como a de Barrows Dunham, desenvolvida no seu livro sugestivamente intitulado *Man against myth*², ou a de Roland Barthes, que descodificou, nas *Mitologias*, o mito como signo ideológico ou “sistema semiológico segundo”, denunciando o seu uso/abuso social

^(*) Aos colegas e amigos Drs. Joaquim Domingues, Afonso Maltez e Professor Doutor Joaquim Machado, parceiros esclarecidos e constantes do interminável debate instaurado em torno da problemática mitanalítica e da sua aplicação ao processo histórico-pedagógico e histórico-político português, agradecemos, reconhecidos, as sugestões e as referências que muito enriqueceram este incipiente e, apenas, exploratório projecto de pesquisa. Não podemos, também, omitir a nossa sincera e perene admiração pelo mestre e amigo, Professor Jean-Pierre Sironneau, jubilado como professor de sociologia e antropologia na Universidade Pierre Mendès-France de Grenoble, e autor de uma modelar obra de aplicação ao imaginário social e político da mitanálise (ou mitodologia) de Gilbert Durand.

¹ Sobre a importância e contributos decisivos para o desenvolvimento dos estudos de psicologia das profundidades e de simbologia que decorrem das famosas Conferências anuais de *Eranos*, realizadas desde 1933 em Ascona, Suíça, veja-se, entre outros, CORBIN, Henry — Le Temps d'Eranos, in *Henry Corbin et Mircea Eliade a propos des Conférences Eranos*. Ascona: 1968, p. 1-15; ELIADE, Mircea — Rencontres a Ascona, in *Ibidem*, p. 16-23; CORBIN, Henry — Eranos. *Eranos-Jahrbuch – Der Mensch, Führer und Geführter im Werk*. Ascona, 1962, p. 9-13; Idem — Le Temps d'Eranos. *Cahiers l'Herne*. Paris, 1981, p. 256-260; DURAND, Gilbert — Le Génie du lieu et les heures propices. *Eranos, Jahrbuch, Yearbook, Annales*. Ascona, 51, 1982, p. 243-276; e RITSEMA, Rudolf — L'Oeuvre d'Eranos et ses origines: réflexions à l'occasion de la 55^{ème} session. *Eranos, Jahrbuch, Yearbook, Annales*. Ascona, 56, 1987, p. 35-47.

² DUNHAM, Barrows — *Man against myth*. Boston: Little, Brown and Company, 1947. Este autor americano centrou a sua atenção naquilo que designou por “mitos sociais”, perfilhando uma análise filosófica dos mesmos: “A philosophical analysis of social myths would proceed in the manner I suggested toward the beginning of this chapter. It would undertake to establish the actual meaning of the myth, if in fact the myth has a meaning. It would compare this meaning with objective data drawn from all the relevant sciences. It would reveal what statements the myth presupposes and what statements the myth further implies. And lastly, it would be careful to show the effect of the myth upon human behavior, by

na Modernidade: *o mito* — escreveu Barthes — *é uma fala escolhida pela história, não poderia surgir da natureza das coisas*³.

Entendemos, ao invés, que toda a desmitificação, seja filosófica ou semiológica, apenas consegue tornear, em vez de indagar, a complexidade e a profundidade do simbólico, pelo que aceitamos alguns pressupostos remitologizadores, na exacta acepção de Jean-Jacques Wunenburger: *La puissance symbolique et la valeur existentielle de la sphère des images ne se laissent nulle part aussi bien appréhender que dans le mythe*⁴. E este empenhado pesquisador das relações das estruturas e funções das imagens, dos símbolos e dos mitos com os diversos tipos de racionalidade⁵, enunciou igualmente uma premissa, que merece a nossa concordância: *A travers le symbolique nous expérimentons que nous ne sommes*

asking what anyone would do who held the myth to be true. The general result is to make it quite plain that the myth is out of accord with fact, that it assumes absurdities or implies them, and that it either paralyzes action toward a better world or stimulates action toward a worse one. In other words, myths make the believer an escapist or a storm trooper” (p. 29).

³ BARTHES, Roland — *Mitologias*. Lisboa: Edições 70, 1973, p. 182.

⁴ WUNENBURGER, Jean-Jacques — *La Vie des images*. Strasbourg: Presses Universitaires de Strasbourg, 1995, p. 27.

⁵ O relacionamento entre o simbólico e o racional foi reconhecido e apreçoado, ainda que, inevitavelmente, distorcido pela então inquestionável e implícita superioridade da Razão, no período “dourado” do optimismo cienticista, como se pode ver pelo livrinho da coleção *Bibliothèque Littéraire de Vulgarisation Scientifique*, escrito por D’HUMIAC, L. Michaud — *Les Grandes légendes de l’humanité*. Paris: Librairie C. Reinwald Schleicher Frères, Éditeurs, 1899. Na Introdução e na Conclusão o Autor deixou bem expressa a sua «convicção» na compatibilidade e complementaridade da Razão e da Imaginação (criadora dos grandes Mitos e Fábulas): «*De par les facultés qui sont en lui, la Destinée de l’Homme, semble bien définie: elle est de marcher, peu à peu, à la connaissance du monde où il a été jeté, à la perception du mystère qui l’environne. Il lui a été donné, pour cela, deux instruments d’investigation: la Raison et l’Imagination. La Raison constate les faits, les classes, les compare et cherche à en déduire les lois déterminantes. Mais elle n’y parviendrait pas toute seule, bien des anomalies déroutant sa logique, bien des arcanes où elle ne peut pénétrer, laissant, ça et là, de grosses lacunes dans son observation. Alors l’Imagination la supplée, par une sorte de prescience, elle saisit, entre les choses des rapports à peine perceptibles; là où la Raison n’a pu encore atteindre, elle vole avec des ailes de flammes, qui ouvrent, dans la nuit, des chemins de lumière; et ainsi elle illumine l’Invisible. Et elle rapporte la Vérité future, c’est-à-dire la Vérité entrevue, dont il faut chercher la démonstration. Dans le domaine de la Tradition, on pourrait dire que la Raison, a la charge de l’observation, du contrôle, de l’enregistrement des gestes et découvertes de l’Humanité, c’est-à-dire l’Histoire; — tandis que l’Imagination, a pour tâche l’élaboration, la transmission et la transformation successive des Mythes et des Fables, groupés généralement sous le nom de Légendes. (...) Et que l’on ne dise pas que le respect de ces Légendes revienne à exalter le culte de l’Imagination, au mépris du culte de la «Déesse Raison». De ce que l’on constate l’importance de la Fiction, on ne saurait conclure à quelque dédain de l’étude du Réel. Comment d’ailleurs pourrait-on vouloir établir une suprématie de l’Imagination sur la Raison, puisque ainsi que nous l’avons dit déjà, ce ne sont pas là deux facultés rivales, encore moins ennemies, mais deux alliées qui s’aident et se complètent? L’Imagination sans la Raison serait inutile; mais la Raison sans l’Imagination serait insuffisante. Un grand savant, qui n’est point suspect d’idéisme, Claude Bernard, a écrit lui-même: «On doit donner libre carrière à son imagination; c’est l’idée qui est le principe de tout raisonnement et de toute initiative»* (p. 6 e 185-186).

*pas la source de toutes nos représentations et qu'elles ne sauraient toutes gagner à accéder à la pleine lumière rationnelle. La symbolique des images nous confronte donc à une altérité qui nous rappelle notre propre finitude. Elle nous met face à un autre langage que celui dont nous croyons généralement être l'auteur*⁶.

Pensamos, aliás, que a nova história das ideias, dos sistemas políticos e da cultura e mentalidades deve abrir-se a esta perspectiva, ultrapassando o mero registo descritivo das representações culturais, ideológicas, em suma, racionalizadas, que parecem, à primeira vista, ofuscar os traços de uma imagética/simbólica específica do inconsciente colectivo e arquetipal de Jung, do qual se aproximou, apesar de notórias cautelas e certa ligeireza, o historiador das mentalidades Philippe Ariès⁷.

O nosso prisma hermenêutico⁸ abarca ainda a singularidade do mito, enquanto narrativa simbólica que articula a História com a não-História. Este importante aspecto foi posto em evidência pelo sociólogo do imaginário Alain Pessin no estimulante livro *Mythe du Peuple et la Société Française du XIX^e siècle*⁹. Ao analisar a ideia/tema mítico do Povo e do Populismo constatou que o pensamento utópico tecido em torno dessa ideia e da ideia de Progresso pressupunha, afinal, uma conciliação do plano histórico (tempo linear) com o não-histórico (tempo reversível ou circular): *Car il est nécessaire de penser l'histoire comme progrès, et*

⁶ Ibidem, p. 24.

⁷ A propósito das suas indagações tanatológicas, Philippe Ariès escreveu o seguinte: «*Selon moi, les grandes dérives qui entraînent les mentalités — attitudes devant la vie et la mort — dépendent de moteurs plus secrets, plus enfouis à la limite du biologique et du culturel, c'est-à-dire de l'inconscient collectif. Il anime des forces psychologiques élémentaires qui sont conscience de soi, désir d'être plus, ou au contraire sens du destin collectif, sociabilité, etc.*». Esta definição de inconsciente colectivo, considerada vaga pelo historiador marxista Michel VOVELLE, suscitou a este uma interessante análise subordinada à questão: “*Y a-t-il un inconscient collectif?*”. E a sua resposta passou por uma prudente desconfiança, que transparece nestas palavras: «*Tel inconscient collectif «sur coussin d'air» se prête au jeu des pulsions intemporelles et antagonistes, aux extrapolations faciles: on suit ainsi de Baldung Grien ou Manuel Deutsh au marquis de Sade le jeu d'Eros et de Thanatos à partir d'indices pour le moins discontinus*» (Cf. Idem — *Idéologies & mentalités*. Paris: Librairie François Maspero, 1982, p. 86 e 96).

⁸ Aplicámos ao campo entrecruzado da História Política, da História das Ideias e da História Cultural (em *latu sensu*), a metodologia exposta em ARAÚJO, Alberto Filipe e SILVA, Armando Malheiro da — Mitanálise: Uma Mitodologia do Imaginário? In ARAÚJO, Alberto Filipe; BAPTISTA, Fernando Paulo (Coord.). *Variáveis sobre o Imaginário. Domínios, Teorizações, Práticas Hermenêuticas*. Lisboa: Instituto Piaget, p. 339-364. Esta nossa proposta visa, dentro do possível, enriquecer o modelo hermenêutico durandiano, não só com o conceito operatório de “ideologema” (bidimensional e unidimensional), necessário à compreensão do binómio mito-ideologia presente, por exemplo, nos discursos político e cultural do nosso tempo, mas também com o emprego exclusivo da mitanálise (absorvendo a definição dada por Durand à mitocrítica), ou seja, entendida como método que visa a detecção dos traços míticos (schèmes míticos) latentes ou difusos (mito implícito) e patentes (mito explícito), visto que nem sempre a presença do mito é “captada”, nos tecidos social e textual, pela consciência colectiva, como tem mostrado, com clareza, o sociólogo durandiano Jean-Pierre Sironneau.

⁹ PESSIN, Alain — *Le Mythe du peuple et la société française du XIX^e siècle*. Paris: PUF, 1992.

*il est impossible de le faire. Il est nécessaire de glisser dans l'histoire, de 'faire être à l'histoire', une vérité mais une vérité historique cesse d'être une vérité. La pensée du peuple, c'est le mythe à la rescousse de l'histoire. Le mythe, c'est-à-dire le temps réversible, à la rescousse du temps irréversible, fléché, du progrès. Le peuple, c'est cette réserve, non pas sociologiquement située, mais cette réserve en nous de 'temps primordial', de non-historique, qui ménage des retours et peut fonder une vérité de l'histoire*¹⁰. Significa isto que a racionalidade moderna e científica, produtora de imagens e de discursos, deixa-se penetrar por outras imagens e por outras “lógicas” tão antinómicas, quanto complementares, e que as ciências humanas e sociais são, hoje, cada vez mais confrontadas com um campo amplo e heterogéneo de polaridades diversas e até opostas, mas radicadas numa unidade essencial¹¹.

Não deve, pois, surpreender o esforço, aqui ensaiado, de trazer à escrita da História uma amplitude epistemológica que, em princípio, só enriquece o trabalho historiográfico, conectando-o com abordagens tidas ou havidas por afastadas umas das outras, embora sejam, no mínimo, geminadas — a etnológica, a antropológica, a psicanalítica, a sociológica, a filosófica... E, curiosamente, todas elas não são demais se ousarmos uma compreensão holística da inesgotável realidade humana e social.

Não deve ainda e por último surpreender uma certa reserva teórica quanto à ênfase da mitologia nacional, apesar do título escolhido. Não a negámos, nem tão pouco está, aqui, posta em causa a identidade/memória cultural e colectiva, tal como Eduardo Lourenço a vem pensando¹² ou como, em livro recente, a sondou o sociólogo Moisés de Lemos Martins¹³. Apenas pretendemos descentrá-la, ao contrário do que tem sido feito pelos epígonos da chamada *Filosofia Portuguesa*, com António Quadros à cabeça, para abriremos, assim, outros horizontes universalizantes à nossa especificidade. Neste ensaio não buscamos, nem pretendemos demonstrar a existência dos “mitos” portugueses, mas tão só explorar, no imaginário historicamente português, um “fundo” arquetipal e simbólico, ou seja,

¹⁰ *Ibidem*, p. 264-265.

¹¹ À volta desta pertinente temática andou o filósofo luso-brasileiro Eudoro de Sousa, autor de *Mitologia I - Mistério e surgimento do Mundo* (Brasília: 1980) e *Mitologia II - História e mito* (Brasília: 1988). Sobre o travejamento essencial desta obra veja-se o estudo introdutório de SOVERAL, Eduardo Abranches de — Reflexões sobre o mito. Comentários à mitologia de Eudoro de Sousa. *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga 52 (1-4) Jan.-Dez. 1996 - Homenagem ao Prof. Doutor Lúcio Craveiro da Silva, p. 871-888.

¹² Veja-se LOURENÇO, Eduardo — *O Labirinto da saudade. Psicanálise mítica do destino português*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978; Idem — Crise de identidade ou ressaca 'imperial'. *Prelo*, Lisboa (1) Out.-Dez. 1983, p. 15-22; e Idem — *Nós e a Europa - ou as duas razões*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990.

¹³ MARTINS, Moisés de Lemos — *Para uma inversa navegação. O discurso da identidade*. Porto: Edições Afrontamento, 1996.

um “fundo” mítico inerente à mitologia de Portugal e, pela matriz essencial do Inconsciente colectivo postulado por Carl Jung, comum, afinal, a toda a espécie humana.

2. De Clovis a Afonso Henriques: o “paradigma” dos reis/santos fundadores

Seguindo uma perspectiva hermenêutica pautada pela interdisciplinaridade, julgamos possível e conveniente mostrar que a instauração de uma análise de profundidades não exclui, antes implica, a exploração crítica dos “materiais” recenseados, desenvolvida lá fora e entre nós, pelas abordagens historiográficas e culturalistas.

O incremento dispensado ao estudo monográfico (micro-histórico) das ideias, das práticas culturais e das atitudes, crenças e valores abriu à historiografia um vasto e rico filão temático, que suscita interessantes descrições diacrónicas e sincrónicas. Atente-se, por exemplo, na multiplicidade de “cortes”, que a permanência de uma figura heróica, como D. Afonso Henriques, na memória social, permite fazer: a exaltação do perfil do primeiro rei português na cronística medieval; os seus contornos na parenética da Restauração; a evocação do rei fundador no discurso contra-revolucionário e em certos actos públicos e solenes de D. Miguel (a sua visita a Santa Cruz de Coimbra, em 1832, onde jaziam os restos mortais do fundador); as diversas perspectivas ou imagens (re)produzidas na cultura histórica oitocentista; a abundante iconografia, datada, sobretudo, destes dois últimos séculos; as mais díspares “figurações” do monarca-fundador produzidas e colecionadas pela paixão bairrista vimaranense (bandeiras, brindes, postais ilustrados, objectos de cerâmica...)¹⁴; etc.

Tal como Clovis, “pai” dos Francos, o rei português desempenhou um papel e foi, por isso, heroicizado, dentro de determinada mundividência — a matriz cristã —, associada, por sua vez, ao que Gilbert Durand denominou “bacia semântica”. Trata-se de uma “tópica diagramática do social”, onde se jogam os movimentos permanentes ou perenes (a perenidade do mito, ainda que assumindo novas formas) alimentados pelo conjunto de imagens estáveis (que Jung designou por arquétipos) do Inconsciente colectivo, isto é, do nível fundador (“id/isso”), que molda as paisagens culturais da sociedade¹⁵. E nesta “tópica”, que será, mais

¹⁴ Integrada no 2º Congresso Histórico de Guimarães - D. Afonso Henriques e a sua época, a Sociedade Martins Sarmiento organizou uma Exposição intitulada “D. Afonso Henriques: a História e o Mito”, que ilustra admiravelmente a natural reprodução imagética do herói e “pai fundador” Afonso Henriques na memória nacional e local (vimaranense).

¹⁵ Atendendo a que os movimentos psico-sociais da história não são estáticos, devido à dinâmica da “bacia semântica”, temos de admitir as teses do pluralismo e do vitalismo das culturas defendido por O. Spengler, as relativas ao fenómeno da “aculturação” (J. Cazeneuve), da “reinterpretação”

adiante retomada no quadro conceptual da hermenêutica durandiana, é possível integrar os conceitos operatórios da estrutura (longa duração) e da conjuntura (curta duração) da nova História dos *Annales* de Lucien Febvre e Marc Bloch, de Ernest Labrousse e Fernand Braudel¹⁶, buscando-se, assim, uma efectiva aplicação da mitanálise durandiana aos modelos historiográficos da actualidade.

O mito de Clovis foi fixado, à volta do século VI (580), por Gregório, bispo de Tours, na sua obra intitulada *Histoire des Francs*, com dezasseis capítulos dedicados a Clovis, e escrita sessenta anos depois da sua morte. Na sequência do esforço de afirmação e de consolidação da Igreja Católica, a obra do bispo de Tours denuncia um projecto pedagógico destinado a mostrar e a provar a frutífera aliança, para o “glorioso destino da França”, entre a Igreja e Clovis, à semelhança da ligação que Constantino estabelecera com o Cristianismo. Como resultado directo desta estratégia germinou no ideário/imaginário social a ideia/”imagem” de um rei fundador escolhido pela Divina Providência. E, deste modo, ficou logo fixado o “paradigma”, comum aos diversos reinos da Europa alto-medieval, da fundação inspirada por Deus (ou por Cristo, o Filho de Deus feito Homem) a certos heróis, reis e santos, cuja sombra tutelar passou a pairar sobre os vindouros.

Em França, além de Clovis, S. Luís recebeu o culto de santo protector, e Carlos Magno, rei dos Francos e imperador do Ocidente (coroado em 800 pelo papa Leão III) suscitou esforços no sentido da sua santificação; na Península Ibérica

e dupla aculturação (R. Bastide) e a de “desnívelamento” proposta por Ch. Lalo, pois uma sociedade está sempre sujeita a “renascimentos” culturais periódicos que tendem a acentuar paulatinamente a sua singularidade. Este quadro de perspectivas convergentes parece ultrapassar o limiar algo “associacionista” ou “mecanicista” da postulação de uma “personalidade colectiva” constituída a partir da agregação dos “aparelhos psíquicos” individuais, como sugeriu Rui ARAGÃO: “*Sublinhe-se apenas que não há fenómenos psicológicos sociais, colectivos, que não existam também — em rigor: que não comecem por existir — ao nível psicológico individual: as sociedades não têm “psiquismo” ou “aparelho psíquico” (pulsões, superego, sintomas neuróticos, etc.); somente o têm os indivíduos que a compõem. (Uma outra questão consiste em que certos fenómenos psicológicos individuais só se desencadeiam, ou desencadeiam-se mais facilmente, quando os indivíduos não agem enquanto instâncias singulares, autónomas, mas, pelo contrário, quando se encontram no seio duma massa, dum conjunto indiferenciado de pessoas). Isto é, o comportamento das sociedades não é directamente analisável a partir do modelo orgânico da psicologia individual: a sociedade não constitui um “organismo” psíquico, mas sim um conjunto de organismos, estabelecendo relações colectivas. Se, em linguagem corrente, falamos de “inconscientes social”, por exemplo, é porque decidimos generalizar socialmente certos traços característicos comuns aos diversos inconscientes individuais em causa*” (Cf. Idem — *Portugal o desafio nacionalista. Psicologia e identidade nacionais*. Lisboa: Editorial Teorema, 1985, p. 124). Sobre a configuração teórica da “tópica diagramática do social” veja-se DURAND, Gilbert — *Perennité, dérivation et usure du mythe*, in “Problèmes du mythe et de son interprétation. Actes du Colloque de Chantilly: 24-25 Avril 1976”. Paris: Belles Lettres, p. 27-50; ARAÚJO, Alberto Filipe e SILVA, Armando Malheiro da — *Mitanálise: Uma Mitodologia do Imaginário?*, p. 358 e ss.

¹⁶ Veja-se, a título meramente propedêutico, BRAUDEL, Fernand — *História e ciências sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1976.

S. Tiago (Apóstolo de Cristo) ficou como padroeiro da reconquista peninsular ao aparecer nos céus, apoiando e incitando os cristãos contra os mouros na lendária batalha de Clavijo; em Inglaterra Eduardo o *Confessor* foi canonizado em 1161; na Hungria, Estevão, Emeric e Ladislau tornaram-se reis santos; na Boémia, o primeiro rei Venceslau (903-934) foi elevado à categoria de santo; a Dinamarca conseguiu, em 1100, a canonização do rei Knud; na Suécia foi proclamada a santidade do rei Eric (1155-1160); a Noruega, em 1041, consagrou o seu santo nacional Olaf como *rex perpetuus*....

Nesse contexto paradigmático, o mito de Clovis reproduziu-se e ressurgiu com a 2ª dinastia — os Carolíngios; e na terceira dinastia — a dos Capetos com Hugo Capeto. No entanto, com Filipe VI de Valois, o primeiro dos Capetos indirectos e em plena guerra dos Cem Anos, durante a qual a Inglaterra pôs em causa a legitimidade de Filipe VI, a figura de Clovis (re)emerge como símbolo de patriotismo e de unidade nacional contra o inimigo. Nesse ambiente de fervor patriótico, não é, pois, de estranhar que a propaganda monárquica espalhe a notícia de que as flores de *lys*, desde há duzentos anos o emblema da monarquia capeta, fossem ofertadas por um Anjo a Clovis para que este as colocasse no seu escudo (*bouclier*) a fim de se proteger e fazer frente aos inimigos da França, ou seja, da Cristandade.

O apogeu de Clovis ocorreu aquando da consagração de Carlos VII em Reims, no ano de 1429. O esplendor de Clovis teve no imaginário popular, estimulado no tempo de Carlos VII e Luis XI para a santificação do herói, o seu ponto mais alto e o mais baixo derivou dos trabalhos históricos dos beneditinos de Saint-Maur, no século XVII, de Bossuet e da Revolução Francesa. Parecia até que a sua chama se apagava, mas, como tem sido demonstrado por Gilbert Durand, o mito não morre, “oculta-se” e reaparece em conjunturas especiais.

No século XIX assiste-se, pois, a uma nova emergência, a uma nova inflação, segundo a terminologia durandiana, do mito cloviano: Carlos X, no ano de 1825, retomou a tradição da consagração em Reims, funcionando Clovis como o protector da monarquia restaurada, e foi apoiada por uma forte propaganda a que aderiram poetas bem conhecidos — Victor Hugo e Lamartine. Historiadores liberais, como Guizot, Thierry e Michelet, retomaram, entretanto, as pesquisas iniciadas pelos beneditinos de Saint-Maur não com intuítos desmitologizadores, mas precisamente com o objectivo, romântico e remitologizador, de revalorização da época e dos feitos de Clovis. E este seu reaparecimento não foi efêmero, porque encontrou eco, depois de 1871, junto dos republicanos patriotas que opuseram Clovis, o verdadeiro patriota, a Carlos Magno. Figuras importantes, como Gambetta, Jules Ferry e mesmo Clemenceau reviram-se no perfil de Clovis. Este longo percurso de sucessivas aparições, de ocultações e de opostas representações ideológicas de Clovis, é comparável ao de muitas outras figuras de heróis e de santos fundadores dos reinos cristãos.

Tal como Clovis¹⁷, Afonso Henriques “ressurgiu” em pleno para servir de fonte de legitimação ideológica e política em conjunturas de ameaça à independência nacional ou de crise identitária, sucedendo, com redobrada pertinência, a grandes figuras mítico-heróicas: Ulisses, fundador de Lisboa; Tubal, neto de Noé¹⁸, evocado a propósito das origens de Setúbal; Lusus, filho de Dionísios e “pai” dos Lusitanos; e Viriato, o herói dos Montes Herminios, considerado o “obreiro” do sentimento lusitano constitutivo da portugalidade. Mas para além desse recurso conjuntural forjado pela respectiva retórica e propaganda, há, em ambos os casos, uma profunda implicação mítico-simbólica, ilustrada pela cumplicidade de Deus na criação dos reinos da Cristandade.

O paralelismo de Clovis com D. Afonso Henriques é óbvio e natural se nos limitarmos, claro está, a seguir o trajecto das suas “imagens” racionalizadas e registadas nos mais diversos suportes da memória social, de acordo com os diferentes enquadramentos conjunturais do processo histórico. Com efeito, se nos centrarmos apenas nos níveis racional (o chamado “superego” institucional) e actancial (o “ego” societal) do diagrama de Gilbert Durand (a “tópica diagramática do social”), a nossa análise “cola-se” às abordagens historiográficas voltadas para a produção ideológica e para as práticas/atitudes culto-mentais, sendo possível estabelecer comparações entre o modo como, nas conjunturas mais diversas, se evoca, “imagina” e propagandeia/reproduz Afonso Henriques, Clovis ou Joana d’Arc.

Se ousarmos, porém, levar o nosso esforço hermenêutico até ao nível fundador (ou “id/isso” psicóide), deparamo-nos, então, com o Inconsciente arquetipal e colectivo de Carl Jung e com uma caracterização do imaginário, fundada na passagem ou “trajecto antropológico” entre o meio psico-fisiológico e o meio cultural, compreensível a partir da “tópica diagramática do social” ou “bacia semântica” de Durand. Neste quadro teórico o mito é um *sistema dinâmico de símbolos, de arquétipos e de schèmes* [no original], *sistema dinâmico que, sob a impulsão dum esquema, tende a organizar-se em narrativa. O mito é já um esboço de racionalização, visto que ele utiliza o fio do discurso, no qual os símbolos se resolvem em palavras e os arquétipos em ideias*¹⁹. E se o mito é definível deste modo — adiante convocaremos a definição complementar de Mircea Eliade —,

¹⁷ Veja-se THEIS, Laurent — *Clovis*. Paris: Éditions Complexe, 1996. A análise deste medievalista foi recentemente tema de debate/entrevista com Emmanuel de Roux, no “Le Monde” (Paris, jeudi 19 Sept. 1996, p. 2) e no seu suplemento *Clovis, L’Église et la République*.

¹⁸ Sobre esta personagem mítico considerado herói civilizador e primeiro rei da Ibéria veja-se o apontamento de AMARANTE, Eduardo — *Portugal simbólico. Origens sagradas dos Lusitanos*. Lisboa: Edições Nova Acrópole, 1995, p. 162-166 (2ª ed.).

¹⁹ DURAND, Gilbert — *Les Structures anthropologiques de l’imaginaire, 10^è éd.* Paris: Dunod, 1984, p. 64; 27 e 39 (noção de símbolo); 62-3 e 437-61 (noção de arquétipo); 61 (noção de schème); 15-27 (noção de imagem) e 389-475 e segs. (noção de imaginário). Veja-se, também, RICOEUR, Paul — *Le Conflit des interprétations. Essais d’herméneutique*. Paris: Seuil, 1969, p. 32-33.

a figura, simultaneamente, histórica e (re)inventada de Afonso Henriques, o herói fundador do Reino de Portugal envolvido pelo enigma (não se lhe conhece a data exacta de nascimento e há até quem discuta a identidade pessoal, tomando-o como “duplo” de um príncipe nado-morto...) e pelo fantástico (teria vindo ao mundo *tolhido de ambos os pés, sendo milagrosamente curado por Nossa Senhora*, sinal premonitório dos feitos valorosos e sobrenaturais protagonizados mais tarde²⁰...), corresponde apenas a um elemento — o mediador do sagrado com o profano — da narrativa do Milagre de Ourique, que consubstancia, nos seus traços fundamentais, as definições durandiana e eliadeana de mito.

Note-se ainda que a par da evolução do mito e da respectiva representação iconográfica e simbólica na heráldica nacional, deu-se início, a partir do séc. XVI e em pleno reinado de D. João III, ao processo de beatificação de D. Afonso Henriques, baseado na convicção atribuída por Fr. Nicolau de Santa Maria aos Cónegos Regrantes de Santa Cruz, de Coimbra, e aos Monges de Alcobça de que “*sempre tiveram pera si, e piamente creram, que o invicto Rei D. Afonso Henriques vivia glorioso na bemaventurança, e como tal lhe compuseram uma comemoração de bemaventurado com Antífona, Verso e Oração*”²¹. As tentativas para a sua canonização resultaram da sacralização das origens e da promessa escatológica de um destino, consubstanciadas na versão “madura” do Milagre, e não se reduzem, por isso, a um mero instrumento ideológico de afirmação política da nacionalidade. Remetem, como tentaremos mostrar, para um rico e complexo “fundo” simbólico...

3. Mitanálise do Milagre de Ourique: mito e arquétipo

Uma narrativa mítica pressupõe a existência de versões e o Milagre de Ourique não fugiu à regra. É antes do discurso escrito houve a génese da tradição oral. De 1139 até ao séc. XIV ter-se-á desenvolvido, segundo Martim de Albuquerque, “*uma versão lendária*” da batalha de Ourique, referenciada em diversas fontes documentais: a *Crónica dos Vinte Reis*, a petição da Ordem de S. Tiago ao Papa, em 1318-1319, para se desligar da de Castela; a *IVª Crónica Breve de Santa Cruz*; a *Crónica Geral de Espanha* de 1344²².

²⁰ Veja-se BUESCU, Ana Isabel Carvalhão — *O Milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano*, ob. cit., p. 133.

²¹ Cit. por BROCHADO, Idalino Ferreira da Costa — Tentativa de canonização de El-Rei D. Afonso Henriques, in *Anais da Academia Portuguesa de História*, 2ª série, vol. 8. Lisboa: 1988, p. 312. A fonte primária é a obra de SANTA MARIA, Fr. Nicolau de — *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho. Segunda parte dividida em VI livros*. Lisboa: Officina de Joam da Costa, 1668.

²² Veja-se ALBUQUERQUE, Martim de — *A Consciência nacional portuguesa*, ob. cit., p. 340; e BUESCU, Ana Isabel Carvalhão — *O Milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano*, ob. cit., p. 123-137.

O relato dessa última fonte cronística é repetido, a propósito das armas de Afonso Henriques, na *Crónica dos sete primeiros reis de Portugal ou Crónica de 1419*, fazendo-se aí alusão expressa ao aparecimento de Cristo a Afonso Henriques: “(...) *vio Nosso Senhor Jesu Christo em a cruz (...). E adorou com grande ledise e com lagrimas de prazer de seu coração*”²³. Três anos antes — 1416 —, foi redigido o *De ministerio armorum* com uma breve narrativa do Milagre, sendo, por isso, a “versão” mais antiga que se conhece. E, em 1485, Vasco Fernandes de Lucena, enviado de D. João II, terá feito referência à “lenda da aparição” na sua *Oração de Obediência* perante o Papa Inocêncio VIII²⁴.

Será, no entanto, Duarte Galvão quem fixará, em 1505, a versão completa da narrativa, reproduzida, mais tarde, pela chamada historiografia alcobacense — Fr. Bernardo de Brito na sua *Chronica de Cister* (1602) e Fr. António Brandão na *Terceira Parte da Monarchia Lusitana* (1632). Este monge alcobacense corrigiu os “excessos” humanos do herói régio e do santo, incluindo a transcrição do auto do juramento de Afonso Henriques alegadamente descoberto em Alcobaça. A primeira publicação deste texto sucedera umas décadas antes, na 2ª edição dos *Diálogos de vária história* de Pedro de Mariz, impressa no ano de 1599, durante a dominação filipina.

Deste acervo de “versões” destacamos, em primeiro lugar, a de Duarte Galvão, porque, como observou Ana Isabel Buescu, *representa, pois, um momento intermédio na constituição da lenda no seu significado global — a aparição e a mitificação da figura de Afonso Henriques*, embora a figura do rei ainda não se ache, aí, expurgada de elementos considerados negativos, especialmente a prisão de sua mãe D. Teresa²⁵. Esse expurgo será posterior e muito determinado por um investimento maior na canonização do fundador da Monarquia Lusitana, ou seja, nos seus dotes taumatúrgicos²⁶. Não se trata, porém, de aspecto decisivo para o nosso exercício hermenêutico, concentrado, sobretudo, na “desmontagem” mitico-simbólica do Milagre.

Concentremo-nos, então, no seguinte extracto:

(...) ho hirmitam que estaua na hirmida ueo a elle e disselhe: Príncipe dom Affomso, Deus te mamda por mim dezer, que polla gramde uoomtade e deseios que tees de o seruir, quer que tu seias ledo e esforçado: elle te fara de menhãa uemçer el Rey Ismar e todos seus grandes poderes: e mais te mamda per mym dizer, que quando ouuyres

²³ ALBUQUERQUE, Martim de — *A Consciência nacional portuguesa*, ob. cit., p. 342.

²⁴ *Ibidem*, p. 342-343.

²⁵ BUESCU, Ana Isabel CARVALHÃO — *O Milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano*, ob. cit., p. 130.

²⁶ Sobre estes dotes escreveu Ana Isabel BUESCU: “Finalmente, Afonso Henriques possui poderes taumatúrgicos, que se manifestam já após a sua morte. O seu corpo, incorrupto e exalando o odor de santidade, foi objecto, aquando da abertura da sepultura em 1515, na presença de D. Manuel, de grandes manifestações de devoção que se traduziram na busca afãosa de relíquias” (Cf. *Ibidem*, p. 133).

tamjer huua campainha que na hirmida estaa, tu sahiras fora, e elle te appareçera no çeeo, assi como padeçeo pellos peccadores. (...) E quamdo foi huua mea ora amte manhã, tamgeosse a campãa como ho jrmitam dissera, e o Primçipe sayosse fora de su temda, e segumdo elle meesmo disse, e deu testemunho em sua estoria, uiu nosso Senhor em cruz, na manera que dissera ho jrmitam: e adorouho muy deuotamente com lagrimas de grande prazer, confortado e animado com tall emleuamento e confirmaçam do Spiritu Samto, que sse afirma tanto que uiu nosso Senhor auer amtre outras pallauras fallado a alguuas sobre coraçam e spiritu humano, dizemdo: Senhor, aos hereges, aos hereges faz mester appareçeres, ca eu sem nenhua duuyda creio e espero em ti firmemente. Isso meesmo nam he pera leixar de creer, o que tambem sse afirma, que neste appareçimento foy o Primçipe dom Affõmso çertificado per Deus de sempre Portugal aver de seer conseruado em regno, e o tempo, e caso aquella ora, e sua uirtude e mereçimentos eram taaes pera lho Deus prometer²⁷.

Antes deste relato da “investidura” divina, Duarte Galvão refere algo, que do ponto de vista da simbólica numérica, se revela extremamente interessante: “*Pollo quall ouue el Rey Ismar tamta gente em sua ajuda de mouros daaquem e daalem mar, e outras gentes barbaras, (...) amtre os quaaes ueherom quatro rrei outros, cujos nomes nam achamos escriptos (...) e o Primçipe dom Affõmso e elRey Ismar assemntaram seus arrayaaes, huu a uista do outro, em uespora de Santiagu, anno de nosso Senhor de mill e çemto e trimta e noue*”²⁸. E 1139 não era, afinal, um ano vulgar ou sem qualquer significado providencialista. A sua prova dos nove dá cinco, o que permite reforçar a importância deste número, patente no “escudo das armas” mencionado mais adiante

Aspecto que merece, também, ser destacado são as palavras que Jesus Cristo disse a D. Afonso Henriques, aquando da sua aparição:

Na noite penúltima, antes da batalha e gloriosa vitória, lhe apareceu Cristo Senhor nosso crucificado, junto à vila de Casevel (...) Teve o Senhor com ele (D. Afonso Henriques) mui larga prática, na qual lhe declarou muito sucessos futuros e prometeu grandes felicidades para êle e seus descendentes. O que tudo o Príncipe jurou nas Côrtes, que celebrou em Coimbra, aos nove de Outubro de 1152 anos” e a prática a que se refere o extracto precedente é do seguinte teor: “Eu sou o fundador e desolador, quando me apraz, dos Impérios e dos Reinos; quero em vós e em vossos descendentes fundar e estabelecer, para mim, um Império, para que, por meio dele, seja meu nome publicado e dado a conhecer às nações estranhas; e para que vossos descendentes me reconheçam por Autor do Reino, comporeis o escudo de vossas armas do preço com

²⁷ GALVÃO, Duarte — *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*. Lisboa: Imprensa-Nacional-Casa da Moeda, 1986, 57-58. Citado em ALMEIDA, Gregório de — *Restauração de Portugal, vol. 1*. Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1939, p. 64-71.

²⁸ GALVÃO, Duarte — *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*, ob. cit., p. 509.

que eu remi o género humano, e daquele porque fui comprado dos Judeus; e ser-me-á Reino santificado, puro na fé, e de mim amado por sua piedade²⁹.

Outro aspecto a acrescentar ao detalhe do “*escudo das vossas armas*” é aquele que é mencionado na *Oração de Obediência ao Sumo Pontífice Inocêncio VIII* da autoria de Vasco Fernandes de Lucena:

(...) nesta batalha, em que se houve com mais denodo do que se podia exigir a um homem forte, as lanças dos Bárbaros despedaçaram-lhe por cinco vezes os escudos que manejava com o braço esquerdo. Em consequência desta singular e ínclita vitória, distinguiu as insígnias e armas dos reis de Portugal com cinco escudos, cada um deles semeado de cinco dinheiros, quando, como assaz se sabe, até então havia um só escudo todo ele salpicado de moedas. Ora, os cinco escudos colocados na figura da santíssima cruz e os cinco dinheiros postos em cada um deles também a modo de cruz, que outra coisa significam senão as trinta moedas de prata, preço do sangue de Jesus Cristo, por que o hediondo Judas o entregou aos Judeus³⁰.

Destacadas as partes cruciais do discurso mítico, podemos avançar com a nossa leitura mitanalítica e esclarecemos, desde já, que a natureza profunda do *récit* do Milagre de Ourique, inscrita numa concepção linear do tempo, que é a da tradição judaico-cristã, só pode ser devidamente entendida se for lida e analisada à luz da corrente messiânica, sem dúvida a dominante, e, lateralmente, da estrutura milenarista: messianismo e milenarismo além de constituírem as pedras angulares do imaginário social utópico, fazem parte integrante da imaginação histórica ou do simbolismo histórico, cuja função consiste em controlar o futuro, em transformá-lo e em adaptá-lo aos desígnios divinos. Mais adiante, a propósito da recorrência e com algum detalhe, veremos os traços essenciais destes dois cenários. Agora interessa-nos, sobretudo, esclarecer um pouco melhor o que é o mito, tendo presente a definição atrás evocada de Gilbert Durand e acompanhada, agora, por outras apertações.

O mito é uma narrativa, que conta uma história verdadeira, exemplar e significativa, logo sagrada ou, caso se queira, inscrito num tempo sagrado, imemorial. Este aspecto foi claramente enfatizado pelo historiador das religiões Mircea Eliade: *o mito conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento que teve lugar no tempo primordial, o tempo fabuloso dos ‘começos’.* Dito de outro modo, *o mito conta como, graças às explorações dos Seres Sobenaturais, uma realidade veio à existência, trate-se da realidade total, o Cosmos, trate-se somente de um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição. É*

²⁹ ALMEIDA, Gregório de — *Restauração de Portugal*, ob. cit., p. 58.

³⁰ LUCENA, Vasco Fernandes — *Oração de obediência ao Sumo Pontífice Inocêncio VIII* [1485]. Lisboa: Inapa, 1988, p. 20.

sempre, portanto, a narrativa de uma ‘criação’. Em suma, os mitos descrevem as diversas, e por vezes dramáticas irrupções do sagrado (ou simplesmente a ‘sobrenaturalidade’) das suas obras³¹. Do exposto, e ainda de acordo com o mesmo autor, o mito é constituído pelas seguintes características: relata a História dos actos dos seres sobrenaturais; é uma história verdadeira (porque se refere a realidades) e sagrada (porque ela é obra dos seres sobrenaturais); o mito refere-se sempre a uma “criação”; aquele que conhece o mito, conhece automaticamente a “origem” das coisas e, por isso, controla-as; e, como última característica, vive-se o mito no sentido em que a sua numinosidade, a sua potência sagrada apalavra aquele que o conhece e vive³².

Mas se o mito é uma história verdadeira e sagrada, ele é igualmente um sistema pregnante de símbolos e de arquétipos que se constitui em narrativa mediante o impulso de um esquema, definido como a realização dinâmica e afectiva da imagem³³. Nesta perspectiva, cremos que o *sermo mythicus* só adquire o seu peso semântico, se se ligar aos chamados *arquétipos* ou *imagens primordiais*. Estas são produzidas por uma “consciência mítica universal” com as suas raízes no Inconsciente colectivo junguiano definido pelo património genético e cultural eterno e universal da humanidade, distinguindo-se deste modo do Inconsciente pessoal. *Pode-se distinguir, de princípio, o Inconsciente pessoal que recolhe todas as aquisições da vida pessoal: o que nós esquecemos, o que recalamos, percepções, pensamento e sentimentos subliminais. Ao lado desses conteúdos pessoais existem outros que não são pessoalmente adquiridos; eles provêm das possibilidades congénitas do funcionamento psíquico em geral, nomeadamente da estrutura herdada do cérebro. São as conexões mitológicas, os motivos e as imagens que se renovam por todo o lado e sem cessar, sem que haja tradição, nem migração histórica. Tais conteúdos são inconscientes colectivos*³⁴.

Na linha traçada por Jung, Eliade e Durand aceitamos, como postulado operativo e impulsionador do nosso exercício hermenêutico, o Inconsciente colectivo, que é essa consciência universal responsável pela produção de figuras constantes do imaginário, as quais, por sua vez, moldam ou afectam as múltiplas variações culturais ou singularizações históricas. Opinião partilhada por Jean-Pierre Sironneau: *A única coisa a admitir (...) é que existem constantes do imaginário. Saber se há, a um nível superior, arquétipos que estruturam o imaginário de modo a produzir regularmente aquilo a que nós chamamos mitos, é do domínio do an-*

³¹ ELIADE, Mircea — *Aspects du mythe*, ob. cit., p. 15.

³² *Ibidem*, p. 30-31.

³³ DURAND, Gilbert — *Les Structures anthropologiques de l’imaginaire*, ob. cit., p. 61.

³⁴ JUNG, Carl — *Types psychologiques*, 7^e éd. Genève: Georg Éditeur S.A., 1991, p. 448.

*tropólogo ou do psicanalista. Pessoalmente é uma hipótese à qual adiro, mas a questão fica em aberto*³⁵.

Neste contexto, convém, pois, referir que o conceito de arquétipo foi definido por Jung, na sua *Psicologia e Religião*, como aquelas formas ou imagens de natureza colectiva provenientes das disposições do espírito humano com base na tradição, migrações e hereditariedade e que se manifestam praticamente no mundo inteiro como elementos constitutivos dos mitos e simultaneamente como produtos autóctones, individuais, de origem inconsciente. Esta última hipótese é indispensável, porque as imagens arquetípicas, mesmo complicadas, podem aparecer espontaneamente sem nenhuma possibilidade de tradição directa³⁶. Mas a partir da sua obra intitulada *Tipos Psicológicos* Jung começa a denominar “imagem primordial” ao que antes designava por “arquétipo”: *primordial* será toda a imagem de carácter arcaico (Uma imagem é arcaica se ela possui semelhanças mitológicas incontestáveis) ou, dito de outro modo, que apresenta uma concordância notável com os motivos mitológicos conhecidos. Ela exprime então, de princípio e sobretudo, os materiais colectivos inconscientes, ao mesmo tempo que indica que a consciência no seu estado momentâneo é menos pessoal porque submetida à influência colectiva. A *imagem primordial*, designada também de ‘arquétipo’, é (ao contrário da imagem pessoal) sempre colectiva, quer dizer comum, ao menos, a todo um povo ou a toda uma época. Muito provavelmente, os principais motivos mitológicos encontram-se em todas as raças e em todas as épocas, a ponto de existirem motivos de mitologia grega no sonho e nas imaginações de negros³⁷.

Essas imagens, cujo lugar natural é o Inconsciente colectivo (autêntico *Grund*, abismo sem fundo³⁸), fazem parte integrante da experiência universal e intemporal do homem. Como exemplo de tais imagens podemos citar a *persona*, a *sombra*, o *animus* e a *anima*, o *menino divino*, o *sábio*, o *rei idoso*, o *mago* (lembramos aqui a figura de Merlin), o arquétipo da *Grande Mãe* e o do *mandala* — símbolo de importância capital representando a “máxima perfeição”, que só por si merecia um estudo³⁹.

³⁵ SIRONNEAU, Jean-Pierre — Mythes et religions séculières (entretien avec Raoul Girardet et Jean-Pierre Sironneau). *Krisis*, Paris (6) 1990, p. 116.

³⁶ JUNG, Carl — *Psychologie et religion*. Paris: Buchet/Chastel, 1994, p. 102.

³⁷ JUNG, Carl — *Types psychologiques*, ob. cit., p. 412 e 433-434.

³⁸ Idem — *Dialectique du moi et de l'inconscient*. Paris: Gallimard, 1991, p. 23-46; e Idem — *Types psychologiques*, ob. cit., p. 446-449 e 416-417.

³⁹ Veja-se ELLADE, Mircea — La Terre-Mère et les hiérogamie cosmiques. *Eranos-Jahrbuch*, Ascona, 22, 1958, p. 195-236; CIRLOT, Juan-Eduardo — *Diccionario de símbolos*, 4ª ed. Barcelona: Labor, 1981, p. 292-5; DURAND, Gilbert — *Les Structures anthropologiques de l'imaginaire*, ob. cit., p. 282-284; JUNG, Carl — *Psychologie et alchimie*. Paris: Buchet/Chastel, 1970, p. 125-294 (e, especialmente, 291).

Esta análise junguiana dos arquétipos deve, como temos insistido, ser completada pelas análises da antropologia de profundidades e da fenomenologia religiosa devidas a Durand e a Eliade. Este último constata que essas imagens, enquanto figuras permanentes e estáveis do imaginário, se encontram sempre presentes e bem configuradas em todos os indivíduos, qual comunidade universal e plural do *semper et ubique et ab omnibus* que é o arquétipo⁴⁰, tendo nos mitos e nos contos das grandes literaturas os seus mediadores mais autorizados. Figuras permanentes e estáveis do imaginário, a que Eliade se mostra receptivo, visto que para ele o interesse último dos mitos arcaicos reside nos seus conteúdos arquetipais eternos. Nesse sentido, o autor faz questão de sublinhar, na sua longa entrevista a Claude-Henri Rocquet, aparecida sob o título de *L'Épreuve du Labyrinthe*, que atribui ao arquétipo um sentido diferente daquele que Jung lhe conferiu, pois, para ele, o arquétipo não é uma predisposição do inconsciente colectivo (Jung), mas, no sentido de Platão e de Santo Agostinho, um ‘modelo exemplar’ revelado no mito e que se reactualiza pelo rito⁴¹. A prova dessa diferença reside na “confissão” de Eliade, expressa no seu *Mito do Eterno Retorno. Arquétipos e repetição*, de que lamentava não o ter antes sub-intitulado *Paradigmas e repetição*, a fim de evitar confundir-se com a terminologia junguiana. Neste trabalho defende que a *weltanschauung* do homem “tradicional”, do homem “arcaico”, é encarada como arquetipal e a-histórica (caracterizada pelo tempo cíclico, pela regeneração periódica da história que pode ou não apelar ao mito da “eterna repetição”⁴²). *A repetição dos arquétipos acusa o desejo paradoxal de realizar uma forma ideal (= o arquétipo) na condição mesma da existência humana, de se achar na duração sem transportar o seu fardo, quer dizer sem experienciar a irreversibilidade*⁴³.

Para Durand há uma cumplicidade, uma complementaridade entre a “arquetipologia culturalista” de Eliade⁴⁴ e a arquetipologia de Jung, ambos companheiros do Círculo de Eranos⁴⁵, na medida em que aos arquétipos, entre outros, já atrás referidos, Eliade acrescentou, na sua *démarche* de historiador das religiões e na linha daquilo a que Durand chama *arquétipos fenóticos*, os seguintes: o *ferreiro mítico*, o *deus ligador*, a *deusa da vegetação*, a imagem do *Centro*, que em muito

⁴⁰ DURAND, Gilbert — *Beaux-Arts et archétypes. La Religion de l'art*. Paris: P.U.F., 1989, p. 14.

⁴¹ ELIADE, Mircea — *L'Épreuve du labyrinthe (entretiens avec Cl. H. Rocquet)*. Paris: Belfond, 1978, p. 187.

⁴² Idem — *Le Mythe de l'éternel retour*, ob. cit., p. 164.

⁴³ Idem — *Traité d'histoire des religions*. Paris: Payot, 1968, p. 341.

⁴⁴ DURAND, Gilbert — Eliade ou l'anthropologie profonde, in TACOU, Constantin — Mircea Eliade. Paris: L'Herne, 1978, p. 33-41; e DURAND, Gilbert — L'Homme religieux et ses symboles, in RIES, Julien (dir.) — *Traité d'anthropologie du sacré*. Paris: Desclée, 1992, p. 113-116.

⁴⁵ DURAND, Gilbert — Le Génie du lieu et les heures propices. Pour le double jubilé d'Eranos, art. cit.

corresponde ao arquétipo do *Mandala*, a figura mítica do *Andrógino*, e mesmo o *mito da pérola*, que aponta para a ideia de esfericidade e que é sempre símbolo de totalidade e de perfeição porque co-implicadora de contrários⁴⁶. Tudo parece, portanto, indicar que o autor estudou os mitos arcaicos com o objectivo de saber qual o tipo de arquétipos que os povovam ou que os configuravam. Poder-se-á mesmo dizer que os mitos fundamentais revelam os arquétipos que o homem se empenha a realizar frequentemente fora da vida religiosa propriamente dita⁴⁷.

Os arquétipos são, portanto, imagens primordiais numinosas (o *numinoso* de Rudolf Otto⁴⁸) imperativamente potentes e pertencentes ao domínio genético do comportamento humano (Portmann, Lorenz, Uexküll...), que emergem à análise através das “imagens arquetípicas” (Durand e Eliade). Para que esta distinção entre o genético e o cultural se torne mais nítida, Gilbert Durand, na linha de Jung e de Portmann⁴⁹, não esquecendo o precioso contributo de Lorenz⁵⁰ e Uexküll⁵¹, prefere falar não de arquétipo à Jung ou de arquétipo como *Urbilder* à Portmann, mas de dois tipos de arquétipo: os *genótipos*, que correspondem àquilo a que Durand chama *schème*, e os *fenótipos*.

Os genótipos — ligados ao Inconsciente “específico” — reportam-se à constituição anatômico-fisiológica de cada espécie. *Pela sua configuração específica, cada indivíduo dum espécie selecciona grandes conjuntos espaciais, sensoriais, simbólicos que são as Urbilder (imagens arquetípicas) que definem o seu mundo, o seu ecossistema (o seu sistema ecológico)*⁵². Enquanto os fenótipos — ligados ao inconsciente “sócio-cultural” — são os que derivam da aprendizagem cultural, isto é, são formados pela acção cultural e educativa do meio. *Eles não provêm dum outro tronco genético ‘enxertado’ no indivíduo dum dada espécie: eles são conservados pela adaptabilidade ao meio dos adultos genitores da espécie, e edu-*

⁴⁶ Veja-se ELIADE, Mircea — La Coincidentia oppositorum et le mystère de la totalité. *Eranos-Jahrbuch*, Ascona, 27, 1958, p. 195-236; Idem — *Images et symboles. Essais sur le symbolisme magico-religieux*. Paris: Gallimard, 1994, caps. 1 e 3; Idem — *Traité d'histoire des religions*, ob. cit., p. 241-243; e Idem — *Mythes, rêves et mystères*. Paris: Gallimard, 1981.

⁴⁷ ELIADE, Mircea — *Traité d'histoire des religions*, ob. cit., 1968, p. 356.

⁴⁸ Veja-se OTTO, Rudolf — *Le sacré. L'Élément non rationnel dans l'idée du divin et sa relation avec le rationnel*. Paris: Payot, 1969, p. 25.

⁴⁹ PORTMANN, Adolf — Das Problem der urbilder in biologischer sicht. *Eranos-Jahrbuch*, Ascona, 18, 1950, p. 413-432, (e, especialmente, 424 e segs.); e Idem — *A Biologia e a conduta da nossa vida. Como viver amanhã (Encontros internacionais de Genebra)*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1966, p. 115-121.

⁵⁰ LORENZ, Konrad — *Essais sur le comportement animal et humain*. Paris: Seuil, 1989.

⁵¹ UEXKÜLL, Jacob von — *Mondes animaux et monde humain suivi de théorie de la signification*. Paris: Gonthier, 1965.

⁵² DURAND, Gilbert — Archétype et mythe, in AKOUN, André — *Mythes et croyances du monde entier. Tome V - Le Monde occidental moderne*. Paris: Lidis-Brepols, 1985, p. 443.

*cados progressivamente por uma aprendizagem nos pequenos*⁵³. Estes arquétipos, que constituem a substantificação do *schème*, definido mais adiante, são, para Durand, as *concretizações imaginárias, as encarnações figuradas dos substantivos e dos atributos*⁵⁴.

As recentes pesquisas neurobiológicas sobre as relações entre “estados mentais” e “estados cerebrais específicos” trazem, tanto quanto o trabalho médico e laboratorial o permite, novas e preciosas aportações para a validação progressiva do Inconsciente arquetipal⁵⁵.

Os *schèmes* definidos como “realizações dinâmicas e afectivas das imagens” são os *arquétipos genotípicos* que têm, em última instância, a sua origem nos gestos (Leroi-Gourhan) e na teoria do “reflexo dominante” (Escola de Leninegrado com a sua reflexiologia betcheriana). *Tal é bem o arquétipo: grande imagem universalizável porque ligada — para além das línguas e dos escritos — aos*

⁵³ *Ibidem*, p. 444.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 439.

⁵⁵ Há disponíveis em português duas obras recentes e importantes: DAMÁSIO, António R. — *O Erro de Descartes. Emoção, razão e cérebro humano*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1995; e GOLEMAN, Daniel — *Inteligência emocional*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995. Permitimo-nos chamar a atenção para o que o primeiro Autor citado sobre as designadas “representações disposicionais” (ou “depósito integral do conhecimento” e de “imagens por evocação”) e ocorre-nos destacar o seguinte extracto: “O conhecimento inato baseia-se em representações disposicionais existentes no hipotálamo, no tronco cerebral e no sistema límbico. Podemos concebê-lo como comandos acerca da regulação biológica que são necessários para a sobrevivência (isto é, o controlo do metabolismo, impulso e instintos). Eles controlam muitos processos, mas, de um modo geral, não se transformam em imagens na mente. (...) O conhecimento adquirido baseia-se em representações disposicionais existentes tanto nos córtices de alto nível como ao longo de muitos núcleos de massa cinzenta localizados abaixo do nível do córtex. Algumas dessas representações disposicionais contêm registos sobre o conhecimento imagético que podemos evocar e que é utilizado para o movimento, o raciocínio, a planificação e a criatividade; e algumas contêm registos de regras e de estratégias com as quais manipulamos essas imagens. A aquisição de conhecimento novo é conseguida pela modificação contínua dessas representações disposicionais” (p. 120-121). Por sua vez, Daniel Goleman ao caracterizar o “cérebro emocional” dentro do quadro conhecido do processo de hominização escreveu o seguinte: “Há cerca de 100 milhões de anos, o cérebro dos mamíferos deu um novo e grande salto em frente. Por cima das duas camadas gêmeas do córtex — as regiões que planeiam, compreendem o que é sentido, coordenam os movimentos — foram acrescentadas várias novas camadas de células crebrais, que vieram formar o neocórtex. Em contraste com o antigo córtex de duas camadas, o neocórtex oferecia uma extraordinária vantagem intelectual. O neocórtex do Homo sapiens, maior que o de qualquer espécie, trouxe consigo tudo o que é distintamente humano. O neocórtex é a sede do pensamento; contém os centros que integram e compreendem aquilo que os sentidos captam. Acrescenta a um sentimento aquilo que pensamos a respeito dele — e permite-nos ter sentimentos a respeito de ideias, arte, símbolos, imaginações. A evolução do neocórtex permitiu uma afinação criteriosa que sem dúvida trouxe enormes vantagens à capacidade de um organismo para sobreviver às adversidades, tornando mais provável que a sua progénie transmita por sua vez os genes que contêm os mesmos circuitos neuronais. Esta vantagem em termos de sobrevivência deve-se à capacidade do neocórtex para definir estratégias, fazer planos a longo prazo e outras capacidades mentais. Para além disto, os triunfos da arte, da civilização e da cultura são tudo frutos do neocórtex” (p. 33).

gestos, ou seja, à *motricidade elementar da criança, à gramática das pulsões que precede a da Academia francesa, aos reflexos dominantes que são as marcas do género homo, da espécie sapiens*⁵⁶. São, pois, os gestos, enquanto *schèmes* que, sob a pressão do ambiente natural e social, determinam os arquétipos como foram, mais ou menos, definidos por Jung⁵⁷. Esta “gênese recíproca” entre o gesto pulsional e o meio-ambiente físico e sócio-cultural e vice-versa, foi classificada por Durand como “trajecto antropológico”. Em suma, o *schème* é o motor da linguagem natural e física, logo o responsável pela produção do gesto humano ou da expressão corporal e da própria linguagem. Por isso, Durand, apoiando-se em Mauss e Leroi-Gourhan, considera-o como a primeira “linguagem”, porque une os gestos naturais ou gestos dominantes reflexos (provenientes das partes sensitivas e motoras) às suas representações⁵⁸.

Mas, se, por um lado, admitimos que o gesto é primeiro e que a fonte do simbolismo reside numa realidade não-linguística, que é a semântica do desejo para Ricoeur⁵⁹ ou, na terminologia freudiana, as pulsões da vida, ou mesmo os gestos corporais, como aqueles que são feitos com a mão, também afirmamos, por outro lado, que o desejo, as “imagens primordiais” (Jung), a linguagem onírica, os símbolos cósmicos (de que a água, a terra, o fogo e o ar são exemplo), só são audíveis ou recuperáveis, mediante a linguagem. *Não há simbólica antes do homem que fala, mesmo se a potência do símbolo está enraizada mais abaixo; é na linguagem que o cosmos, o desejo e o imaginário acedem à expressão; é preciso sempre uma palavra para retomar o mundo e fazer com que ele se torne hierofania. O mesmo acontece com o sonho que permanece fechado a todos, enquanto que não emerge ao plano da linguagem pela narração*⁶⁰.

A linguagem é, então, a expressão do simbolismo arquetipal, da experiência vivida ao nível da instância última do símbolo enquanto tal. Por outras palavras, a linguagem é a epifania quer do nosso desejo de nos exprimir, quer dos nossos sonhos. A este nível tão fundo, compreende-se que o simbolismo apareça como um enigma que resulta do cruzamento, do entrelaçamento entre a equivocidade do discurso e a equivocidade do ser pelo simples e tão complexo facto de *o ser se dizer de múltiplos modos*. Todavia esta equivocidade passa necessariamente pela linguagem enquanto estrutura do “duplo sentido”, sendo esta a responsável pela

⁵⁶ DURAND, Gilbert — Les Chats, les rats et les structuralistes. *Cahiers Internationaux de Symbolisme*, Mons, 1969 (17-18), p. 25.

⁵⁷ Idem — *Les Structures anthropologiques de l'imaginaire*, ob. cit., p. 62.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 61.

⁵⁹ RICOEUR, Paul — *Le Conflit des interprétations. Essais d'herméneutique*. Paris: Seuil, 1969, p. 67.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 17.

abertura da multiplicidade do sentido à equívocidade do ser⁶¹: o primário ou literal, físico (conteúdo patente), e o sentido figurado, espiritual (conteúdo latente), ou, então, do “sentido múltiplo” que designa um certo efeito de sentido, segundo o qual uma expressão, de dimensões variáveis, significando uma coisa, significa ao mesmo tempo uma outra coisa, sem cessar de significar a primeira.

A introdução do conceito da estrutura de “duplo-sentido”, avançada por Ricoeur, revela-se extremamente pertinente, pois é através dela que podemos compreender o mito enquanto discurso e símbolo. É também por seu intermédio que se percebe porque é que o mito introduz linearidade na narrativa num universo de natureza diferente, não linear e pluridimensional que são os símbolos: ele está a *igual distância da Epopeia, reservatório dos mitos desafectados pelo escrúpulo positivista da pesquisa arqueológica, e do Logos onde se entrelaçam linearmente os signos arbitrários*⁶².

No entanto, para se conhecer a linguagem mítica, com os seus símbolos e imagens, com os seus arquétipos tornados ideias, é-nos necessário recorrer às “estruturas antropológicas do imaginário” estudadas por Gilbert Durand. Elas organizam-se em torno de três grandes reflexos dominantes de todo o organismo humano, que são o postural, o nutritivo e o copulativo⁶³. A cada um destes reflexos, Durand fez corresponder três grandes grupos de *schèmes*: o primeiro grupo, ao qual correspondem os *schèmes* de ascensão ou verticalizantes e diairéticos, é simbolizado pelos arquétipos, sempre estáveis, do “cume”, do “chefe”, enquanto que o segundo grupo é simbolizado pelos arquétipos do “ceptro” e da “espada”, pelos *schèmes* da descida e de interiorização, simbolizados pela “taça”, e o terceiro grupo, com os *schèmes* rítmicos (com as suas *nuances* cíclicas ou progressistas), é simbolizado pela “roda” e pelo “bastão”. Por sua vez, agrupa-os em dois regimes: o primeiro grupo no regime diurno, e os dois últimos no regime nocturno. Num último passo, mostra que estes grandes *schèmes*, com os arquétipos que lhe correspondem, determinam aquilo a que Durand denomina estruturas, que se dividem em três: esquizomorfos ou heróicas (dominante postural)⁶⁴, sintéticas ou dramáticas (dominante copulativa)⁶⁵ e místicas ou antifráscas (dominante digestiva)⁶⁶.

Passível de discussão construtiva, tão saudável quanto necessário se torna estimular uma ampla e profunda conflitualidade de interpretações, fica, assim, exposta, nos seus principais vectores, a moldura conceptual que nos serve de apoio

⁶¹ *Ibidem*, p. 68.

⁶² DURAND, Gilbert — *As Estruturas antropológicas do imaginário*, ob. cit., p. 430; 412 e 431.

⁶³ *Ibidem*, p. 54-55.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 202-215.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 399-410.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 307-320.

ou de bússola hermenêutica para a compreensão e interpretação da pregnância mítico-simbólica da narrativa de Ourique nas suas versões e aspectos mais característicos e estruturantes. E torna-se, pois, imperioso regressar ao *récit* mítico com que havíamos iniciado, para aí “isolarmos” a figura do eremita.

Trata-se de uma figura importante que desempenha a função do Anjo ou, pelo menos, deixa-se assimilar pela sua semântica arquetipal. Sinal disto é que o eremita, no Tarot de Bolonha, aparece não só como uma patriarca com asas (que já é indicativo do seu estatuto angélico), mas como alguém que trabalha o futuro: *é um ancião experimentado que conhece o passado, no qual se inspira para preparar o futuro*⁶⁷. Não é por acaso que Jung vê nele o Velho Sábio arquetípico com a sua lanterna acesa que, a nosso ver, simboliza o espírito quinta-essencial que transcende os quatro elementos naturais e, mais uma vez, nos encontramos aqui com a simbologia do número cinco.

Todavia, no que se refere ao Anjo, sabemos, através do *Crátilo* de Platão⁶⁸, que deriva do verbo grego que significa “falar” e de *angelo* que significa mensageiro. *O Anjo é o mensageiro que traz aquilo que Homero chamava ‘as palavras voadoras’, quer dizer divinas ou pelo menos sagradas. E a asa simboliza aqui, antes de mais, a mensagem na sua positividade na sua fecundidade criadora*⁶⁹. Esta fecundidade criadora liga-se à ideia de purificação e ao universo do invisível tornado visível por seu intermédio. Henry Corbin referiu, por isso, que a figura do Anjo possui uma tripla função — a hermenêutica, a teofânica ou anunciadora e a escatológica. *O Anjo é o hermeneuta, o mensageiro da luz que anuncia e interpreta os mistérios divinos. Sem a sua mediação nós nada poderíamos saber nem nada dizer. O Anjo visível torna visível à alma tudo aquilo que lhe era invisível. O Anjo da Face não é o hermeneuta da divindade em geral, mas a anunciação ‘aquele que traz a profecia, aquele que anuncia a divindade que vem*⁷⁰. Finalmente, e atendendo à tipologia durandiana das *Estruturas Antropológicas do Imaginário*, o Anjo aparece como um arquetípo “substantivo” integrado no Regime Diurno com as suas estruturas esquizomorfas ou heróicas. Tipologia que confirma a ideia de purificação e os *schèmes* verbais da subida e da descida que caracterizam este tipo de regime.

⁶⁷ WIRTH, Oswald — *El Tarot de los imagineros de la Edad Média*. Barcelona: Teorema, 1986, p. 172.

⁶⁸ PLATÃO — Timée-Critias, in *Oeuvres Complètes*, tome X, 3^e ed. Paris: «Les Belles Lettres», 1956, 407E-408B.

⁶⁹ VIEILLARD-BARON, Jean-Louis — L'Âme et l'ange ou la signification philosophique du symbolisme des ailes. *Cahier de l'Hermetisme*. Paris: Albin Michel, 1978, p. 213.

⁷⁰ Veja-se CORBIN, Henry — Nécessité de l'angéologie. *Cahiers de l'Hermetisme*, Paris, 1978, p. 15-79; JUNG, Carl — *Les Racines de la conscience. Études sur l'archétype*. Paris: Buchet/Chastel, 1982, p. 158; DURAND, Gilbert — *As Estruturas antropológicas do imaginário*, ob. cit., p. 148; e VIEILLARD-BARON, Jean-Louis — L'Âme et l'ange, art. cit., p. 207-219.

Lê-se no *écrit* que o ermita encontra-se numa pequena capela (ermida) — eis-nos perante o segundo arquétipo, que é o da Casa. Este é um arquétipo “substantivo”, prenhe de semantismo feminino e, na classificação isotópica as imagens de Durand, situa-se dentro do regime nocturno com as estruturas místicas⁷¹. A estas estruturas, ligadas ao “continente”, associam-se os arquétipos de profundidade, de calma, de intimidade, de calor e de recolhimento. Todos eles indicam, a nosso ver, o sentido feminino subjacente ao arquétipo da Casa e, conseqüentemente, do papel simbólico desempenhado pela ermida como casa pequena e íntima, e cuja relação com a ideia de refúgio e do símbolo do paraíso é evidente⁷². *A casa constitui, portanto, entre o microcosmo do corpo humano e o cosmos, um microcosmos secundário, um meio-termo. A casa é labirinto tranquilizador, amado malgrado aquilo que pode no seu mistério subsistir de ligeiro temor. A casa é sempre a imagem da intimidade repousante, quer ela seja templo, palácio ou choupana. E a palavra ‘casa’ indica sentido de paragem, de repouso, de ‘sede’ definitiva na iluminação interior. A importância microcosmica atribuída à casa indica já a primazia dada na constelação da intimidade às imagens do espaço bem-aventurado, do centro paradisíaco*⁷³.

Outro arquétipo, presente na versão de Duarte Galvão, a merecer destaque, é o da Cruz, ligado ou contaminado pelos arquétipos ascensionais (porque ligado à simbólica da árvore), o que confirma, como vimos a propósito do arquétipo do Anjo, a simbólica de ascensão e de purificação angelical. Mas, ao contrário do arquétipo anterior, marcado pelas ideias de distinção e por epítetos de pureza-mancha ou alto-baixo, este arquétipo “substantivo”, integrado no regime nocturno, com as suas estruturas sintéticas ou dramáticas, aparece como símbolo da totalização espacial ou não (veja-se o caso da união do yang e do yin), da união dos contrários (o positivo equivale ao vertical e o negativo equivale ao horizontal) e, finalmente, a Cruz aparece como símbolo da totalização do mundo. O que importa, pois, realçar a respeito deste arquétipo é que a sua característica maior é a da “unificação” ou a *coincidentia oppositorum* : a *conjunctio* — explica Jung — *é o cume da vida, e ao mesmo tempo o cume da morte*⁷⁴. Por outro lado, refira-se que a Cruz opõe-se à serpente, ao dragão Ouroboros, que simboliza as forças instintivas do

⁷¹ DURAND, Gilbert — *Les Structures anthropologiques de l’imaginaire*, ob. cit., p. 307-320 e Anexo II.

⁷² Veja-se GUHL, Marie-Cecile — *Les Paradis ou la configuration mythique et archétypale du refuge. Circé*, Paris, 11 1972, p. 103.

⁷³ DURAND, Gilbert — *Les Structures anthropologiques de l’imaginaire*, ob. cit., p. 277-279. Veja-se também CIRLOT, Juan-Eduardo — *Diccionario de símbolos*, ob. cit., p. 120.

⁷⁴ JUNG, Carl — *Les Racines de la conscience*. ob. cit., p. 445. Veja-se ainda e CIRLOT, Juan-Eduardo — Ob. cit., p. 154-156.

inconsciente, as forças primordiais da *Magna Mater*; enfim, a desordem face ao cosmos, símbolo da ordem⁷⁵.

Não é, por isso, de estranhar a cumplicidade existente, ao nível simbólico, entre a Cruz e o arquétipo “substantivo” da Arma Heróica que pode ser a Espada (símbolo de separação, de distinção), não só porque ambas lutam contra o monstro primordial, como também a Espada, na Idade Média, assume a forma de Cruz e, por isso, torna-se símbolo de conjunção. Nesse mesmo período, a Espada aparece como o símbolo que encarna preferencialmente o espírito, a liberdade e a força e também a Palavra de Deus contra as trevas, a impureza, o desordenado ou caótico. Esta simbólica coloca-a na categoria da Arma Heróica que, por sua vez, cai no Regime Diurno com as suas estruturas heróicas. *A arma com a qual se encontra munido o herói é, portanto, simultaneamente símbolo de poder e de pureza. O combate reveste mitologicamente um carácter espiritual senão mesmo intelectual, porque ‘as armas simbolizam a força da espiritualização e da sublimação’ (Paul Diel)*⁷⁶. Porém, a arma só é heróica se houver um herói porque uma arma sem alguém que a use para fins heróicos, não passa de um instrumento cortante inerte. Lembramos que, na tradição medievá, as espadas eram frequentemente denominadas, personalizadas — *Excalibur* do rei Artur, Durandal de Rolando, etc. Desembocamos aqui na figura do Herói, enquanto arquétipo “substantivo” subsumido pelo regime diurno e pelas estruturas heróicas. Este arquétipo é sempre solar, porque belicoso e activo opondo-se ao Herói lunar passivo, pacífico e resignado. O Herói solar impõe-se pela sua coragem guerreira, pelas batalhas que enfrenta e, sobretudo, daquelas em que sai vencedor ao serviço de uma causa profana ou sagrada. No caso de Dom Afonso Henriques e se relacionarmos as suas representações ideo-míticas em certas conjunturas da nossa História, descritas e interpretadas por Ana Isabel Buescu, podemos dizer que ele aparece não só como um herói profano, mas essencialmente como herói do sagrado, porque eleito, escolhido por Cristo, confirmando, enquanto tal, a orientação simbólica de que a transcendência se faz mediar por um braço armado: a *transcendência* — escreveu Gilbert Durand⁷⁷ — *está portanto sempre armada*. E é ainda Durand quem nos mostra que símbolos, como o da Espada, que gravitam em torno da ascensão ou da luz (arquétipo “substantivo”), possuem sempre uma intenção purificadora (purificação: arquétipo “epíteto”). *A transcendência, como a claridade,*

⁷⁵ Veja-se CIRLOT, Juan-Eduardo — ob. cit., p. 407-410; DURAND, Gilbert — *As Estruturas antropológicas do imaginário*, ob. cit., p. 104-106 e 363-369; e NEUMANN, Erich — *La Grande Madre. Fenomenologia delle configurazioni femminile dell'inconscio*. Roma: Astrolabio, 1981.

⁷⁶ DURAND, Gilbert — *Les Structures anthropologiques de l'imaginaire*, ob. cit., p. 181.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 179.

*parece sempre exigir um esforço de distinção*⁷⁸ — com os seus *schèmes* verbais de distinção e de separação.

Identificados os arquétipos constituintes da narrativa do Milagre de Ourique, na versão de Duarte Galvão, resta-nos chamar a atenção para os seus símbolos: a “campainha”, que não é outra coisa do que um pequeno sino, e o cinco, referido na versão citada do Milagre de Vasco Fernandes de Lucena — “cinco vezes” e “cinco escudos” e “cinco dinheiros” em cada um dos escudos. E, assim, ficaram consagradas, do ponto de vista heráldico, as Armas de Portugal, a que Camões aludiu em duas inspiradas estrofes de *Os Lusíadas*:

Já fica vencedor o Lusitano, Recolhendo os troféus e presa rica; Desbaratado e roto o Mauro Hispano, Três dias o grão Rei no campo fica. Aqui pinta no branco o escudo ufano, Que agora esta vitória certifica, Cinco escudos azuis esclarecidos, Em sinal destes cinco Reis vencidos.	E nestes cinco escudos pinta os trinta Dinheiros por que Deus fora vendido. Escrevendo a memória em vária tinta, Daquele de quem foi favorecido. Em cada um dos cinco, cinco pinta, Porque assim fica o número cumprido, Contando duas vezes o do meio, Dos cinco azuis que em cruz pintando veio
---	--

A campanha, de acordo com a tipologia durandiana, pertence ao regime diurno com as suas estruturas heróicas, comungando das características típicas deste tipo de estruturas antropológicas do imaginário. Quanto à simbólica propriamente dita, ela centra-se na ideia de céu, do alto, do claro, do puro e da força criativa do espírito. *O seu som é símbolo do poder criador. Pela sua posição suspensa participa do sentido místico de todos os objectos colocados entre o céu e a terra; pela sua forma tem relação com a abóbada e, por conseguinte, com o céu*⁸⁰.

O cinco pertence à Aritmologia, subsumida pelo regime nocturno com as suas estruturas sintéticas ou dramáticas, e a sua simbologia confirma as características principais destas mesmas estruturas. Prova disso, é que ele é o número da hierogamia, isto é, a união do princípio do céu (três) e da *Magna Mater* (dois), é também símbolo da quintaessência que actua sobre a matéria e simboliza a Realidade Final que é a realidade do espírito e do homem: *os cinco são, seguindo a*

⁷⁸ *Ibidem*, p. 191.

⁷⁹ CAMÕES, Luís de — *Os Lusíadas*. Edição organizada por Emanuel Paulo Ramos. Porto: Porto Editora, s.d., canto III, estrofes 53-54.

⁸⁰ CIRLOT, Juan-Eduardo — *Diccionario de símbolos*, ob. cit., p. 117.

⁸¹ JUNG, Carl — *Les Racines de la conscience*, ob. cit., p. 231; e CIRLOT, Juan-Eduardo — ob. cit., p. 330. Sobre as “raízes profundas do cinco” veja-se, também, ATIENZA, Juan G. — *A Meta secreta dos Templários*, ob. cit., p. 108-112. A ligação do cinco à mensagem esotérica dos Templários é focada por AMARANTE, Eduardo e DAEHNHARDT, Rainer — *Portugal. A Missão que falta cumprir. vol. 1: Arquétipos e mitos*. Lisboa: Edições Nova Acrópole, 1994, p. 39-41.

*concepção antiga, o número do homem natural [o homem antes da queda] cujas pernas e braços estendidos desenham, com a cabeça, um pentagrama [os quatro membros estendidos definindo quatro pontos da estrela, e com a cabeça como o quinto ponto]*⁸¹. Importa, também, assinalar que o pentagrama, tendo forma de estrela, representa a estrela da síntese universal e *é a estrela da revelação que guiou os magos à manjedoura*⁸². A relevância e a densidade deste aspecto são, pois, indiscutíveis, aplicando-se por inteiro não apenas ao Milagre de Ourique, mas à concepção universalista e de plenificação da História que, em pleno séc. XVII, o P^c António Vieira condensou na ideia do Quinto Império⁸³ — “chave-mestra” do messianismo lusocêntrico. Com efeito, é a pregnância simbólica do cinco que acentua e reforça a estrutura escatológica (dominante na mitogénese messiânica) do Mito de Ourique: o eremita/Anjo revelou a Afonso Henriques ter sido escolhido por Deus para seu braço armado e o próprio Jesus Cristo confessou-lhe a suprema vontade de fundar, através dele, um Império, *por cujo meio seja meu nome publicado entre as nações mais estranhas*⁸⁴.

No mito fundacional da Nação portuguesa podemos, em síntese, vislumbrar os sinais da totalidade óntica em que a portugalidade forçosamente se insere e enriquece: a narrativa do Milagre reflecte, como toda a narrativa mítica, a interacção convergente das práticas e das vivências racionalizadas (através de ideias, de conceitos, de imagens sócio-culturais, etc.) e marcadas pela temporalidade de um processo histórico específico, com o simbolismo incluído na “matriz” psico-fisiológica da espécie humana⁸⁵. Interacção dinâmica que convoca a ancestral,

⁸² NICHOLS, Sallie — *Jung e o tarô*. São Paulo: Cultrix, 1989 (?), p. 134.

⁸³ Uma recente e profunda análise filosófica do pensamento vieirino e quinto imperial acha-se em BORGES, Paulo Alexandre Esteves — *A Plenificação da História em Padre António Vieira. Estudo sobre a ideia de Quinto Império na Defesa Perante o Tribunal do Santo Ofício*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995.

⁸⁴ BRANDÃO, António — *Monarquia Lusitana*. Introdução de A. da Silva Rego. Notas de A. Dias Farinha e Eduardo dos Santos, Parte terceira. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, fl. 128v.

⁸⁵ Sobre esta matriz, Jean-Jacques WUNENBURGER num esforço de clarificação e de distinção da narrativa mítica da simples efabulação, lenda ou invenção romanesca, escreveu o seguinte: “*Par contre, les valeurs positives, généralement attribuées au mythe par l’herméneutique, ne deviennent intelligibles que si l’on prête au mythe une sorte de matrice génératrice du sens, de “logos spermatikos” propre, qui innerve la langue des images symboliques. L’existence d’une sorte de code génétique interne, indépendant des aléas événementiels, des variations contextuelles, devient le seul moyen de discriminer le récit mythique d’avec la simple fabulation, dont le noyau de signification est externe (dans le cas des légendes, d’une grande partie de l’invention romanesque). Dans ce cas, les motifs externes d’une histoire ne peuvent expliquer à eux-seuls, ni la configuration ni même la réceptivité du mythe. Seul ce noyau qu’il faudrait appeler transcendantal, au sens de condition antérieure et indépendante de toute expérience factuelle, rend compte de deux propriétés souvent mises en exergue par les sciences humaines: d’abord, l’appropriation du mythe, ne pouvant résulter d’une décomposition en segments partiellement intelligibles, ne peut se faire*

difusa e perturbadora comunicabilidade e/ou cumplicidade entre o dizível e o indizível, o racional e o irracional, o conhecimento (des)encantado e o encantamento do desconhecido...

4. Recorrência Mítica e Processo Histórico

Do exercício mitanalítico efectuado pode, de imediato, inferir-se que a estrutura escatológica (dominante do messianismo), claramente inscrita, como se disse, na narrativa do Milagre de Ourique, permanece como constante mítica ao longo do processo histórico português, emergindo, ocultando-se e reaparecendo em conjunturas de tensão, viragem ou renovação. Não é, aliás, novidade nenhuma a presença do messianismo no imaginário sócio-político nacional, como tem sido posto em evidência pelos principais autores da *Filosofia Portuguesa* e pela historiografia produzida nas últimas décadas. Basta, a este propósito, atender à pertinente observação de Ana Isabel Buescu sobre a importância do referido Milagre como mito fundador e da sua força estruturante, em termos diacrónicos, na memória da Nação: *Ce mythe — di-lo num texto-síntese apresentado a um colóquio internacional sobre o imaginário das Nações — occupe, en effet, un lieu très particulier dans la construction d’une certaine mémoire nationale et constitue, dans ce sens, un véritable “lieu de mémoire”. Avec d’autres topoi, comme l’idée de la décadence et le mythe, de caractère messianique, construit autour du roi Sebastião (1557-1578), le miracle d’Ourique fait partie de ce que nous pouvons appeler «constellation mythique» (V. Magalhães Godinho), qui aura une énorme influence au Portugal au cours des XVI^e, XVII^e et XVIII^e siècles. Cette ‘constellation mythique’ a une incidence, d’une manière ou d’autre, sur la nation, et en définit les contours*⁸⁶.

É, pois, interessante o modo como é reconhecido o posicionamento do mito fundador na memória nacional e social (a “dimensão empobrecida” do imaginário), mas julgamos que é — e nisto residirá, talvez, o efeito inovador da aplicação a esta problemática da hermenêutica durandiana — possível ir mais além e encará-lo como referente exploratório da(s) dinâmica(s) profunda(s) do Inconsciente colectivo e arquetipal, enformador do imaginário, enquanto sistema dinâmico

que par la répétition du mythe lui-même. Le mythe est une forme redondante de l’imaginaire, qui agit par imprégnation et non par décomposition, par compréhension globale et non par explication progressive. Ensuite, le noyau intrinsèque du mythe apparaît inséparable de catalyseurs ou d’activateurs du sens, qui demeurent invariants par delà les changements entraînés par les vicissitudes culturelles, et qui ne sont autres que des archétypes, dont on a souvent mis en valeur la fonction génératrice de formes symboliques» (Cf. Idem — *La vie des images*, ob. cit., p. 30).

⁸⁶ BUESCU, Ana Isabel — Un Mythe fondateur du royaume du Portugal: le miracle d’Ourique, in *L’Imaginaire de la Nation (1792-1992). Actes du colloque européen de Bordeaux (1989). Textes réunis par Claude-Gilbert Dubois*. Bordeaux: P.U.B., 1991, p. 174.

de *schèmes* e símbolos (Durand), e instância interactiva com os níveis societal e actancial (“super-ego” e “ego”, dentro da atrás focada “tópica diagramática do social”), em que assenta a memória social.

Ao analisarmos o Milagre de Ourique como mito da fundação política da Nação portuguesa, erigido no interior de uma narrativa protagonizada, no cenário de Ourique (o campo da batalha), pelo rei cristão D. Afonso Henriques, conquistador de terra aos Mouros (adversários do “verdadeiro Deus”), e por Cristo aparecido na Cruz (arquétipo), previamente anunciado pelo eremita (ou Anjo, prefiguração do “Anjo custódio” de Portugal, patente, também, na narrativa novecentista do Milagre de Fátima), há implicações que importa assumir e há, sobretudo, uma que sobressai: o mito não morre. Permanece em latência(s), “oculto” e irrompe derivado ou sujeito a “usura”, através de discursos — mito é “narrativa”, é “palavra” impregnada de sagrado... — que procedem das condições históricas (políticas, ideológicas, sócio-económicas, culturais, etc.) próprias de cada conjuntura. E o contexto conjuntural (curta duração) articula-se, em tensão profunda e bivalente, com a estrutura postulada pela *École des Annales* (longa duração), na qual é inteligível a mentalidade de uma época ou de um grupo, ou seja, o “sistema de crenças, de valores e representações” designado por essa mesma *École* historiográfica como “história das mentalidades”⁸⁷. No âmago dessa tensão dialéctica e diacrónica podemos surpreender a efectividade da recorrência mítica, porque aí ela desvenda-se, “desoculta-se” e deixa-se “captar” por certo(s) tipo(s) de racionalidade (pós)moderna.

A recorrência do Milagre de Ourique não faz, obviamente, supô-lo como o único mito delectável no imaginário sócio-político, mas impõe-no, de facto, como referente mítico que permite, por um lado, “descodificar” a vasta produção política, ideológica, literária, etc., surgida nas diversas conjunturas de crise, de ruptura e de renovação do processo (estrutural e estruturante) histórico português, para melhor se “identificarem” os traços míticos subjacentes, bem como a “carga” arquetípica e simbólica do Inconsciente colectivo, e, por outro, apreender a interpenetração de mitos diferentes, podendo o messianismo judaico-cristão permanecer derivado ou em “usura” (com a força alternada e invertida de alguns arquétipos e símbolos, como a Cruz ou o cinco...) em plena ressurgência prometeica e milenarista (acentuação simultânea do prestígio das origens e da salvação definitiva) dos

⁸⁷ Veja-se CHARTIER, Roger — *A História cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988, p. 38-43. Convém notar uma acentuada proximidade entre a historiografia das mentalidades, desenvolvida em França a partir dos anos 60, e a mitanálise durandiana, embora este potencial encontro de perspectivas/abordagens diferenciadas não tenha sido até agora explorado por historiadores, nem por sociólogos do imaginário.

projectos utópicos e revolucionários — a Maria da Fonte e Patuleia⁸⁸, em 1846, o movimento republicano (laicizador e messiânico) vitorioso em 1910 ou ainda o 25 de Abril de 1974.

Tentativa séria e lúcida de articular a racionalidade científica com o domínio hermético do simbólico, a mitanálise não exclui a discursividade filosófica e intuitiva, antes visa abri-la à pesquisa sistemática. Nesse sentido, pode-se tentar dar, através da hermenêutica durandiana, eventual credibilidade e consistência interpretativa a estimulantes “intuições”, como a que António Marques Bessa formulou num texto de 1988 sobre *As Dormentes Matrizes*, dissimuladas na cultura portuguesa e inscritas na alegada “essência” da nacionalidade, que Cunha Leão designou de *Enigma Português*⁸⁹:

O mito fundacional assenta, assim, numa pedra intangível, ou seja, num serviço intemporal ao Senhor da História. O esforço criativo e guerreiro de Afonso Henriques, registado pelos monges de Santa Cruz de Coimbra e recuperado por Duarte Galvão, encontra-se com a guerra da Restauração e com as campanhas ultramarinas, descritas por Salazar como a defesa da civilização ocidental. E Ourique, aparição crística, casa-se perfeitamente com a epifania mariana de Balsamão, cruzadista em essência, que tem em Fátima — Altar do Mundo — a última e acabada expressão. Ou seja: agora há uma missão dada aos portugueses, a Portugal, cujo Anjo desvela a face, e que consiste justamente na defesa e alargamento do Reino Eterno: redenção da Rússia pela destruição do comunismo, a luta contra o pecado que mata as almas.

O mito fundacional do destino manifesto legítima, por um lado, a existência independente de Portugal e, por outro, separa os portugueses dos castelhanos, conquanto no plano da fé se pudessem confundir, enquanto todos católicos.

(...) O peculiar mito de base que contém Portugal, engendra, por si só, uma confiança impecável no futuro. Tendo por sustentáculo a palavra do Verbo. Portugal pode olhar o futuro com esperança, mesmo nos tempos maus. Será socorrido oportunamente, tal como Israel, depois de passar o tempo de cólera de Deus. E é no fundo do desespero que sobram razões para acreditar que está perto o momento de glória.

É neste quadro que se deveria referir os dois aspectos do segundo mito: o mito do Império do Espírito Santo. Por uma parte, desenvolve-se a figura do Quinto Império e, por outra parte, cresce a figura do Grande Monarca.

(...) O Império do Espírito Santo é o Império da Paz do milénio, governado pelo famoso Grande Monarca. Essas imagens estão quase todas as profecias europeias, numa teimosia da esperança contra a realidade sócio-política. O apetecido tempo, paradoxalmente ucrónico e não utópico, desencadeou entre nós a profetização formal do Quinto

⁸⁸ Sobre esta temática veja-se SILVA, Armando B. Malheiro da e ARAÚJO, Alberto Filipe — Miguelismo e Maria da Fonte. Notas para uma leitura mitanalítica, in *Congresso Histórico comemorativo dos 150 anos da Maria da Fonte. Ao Encontro da História. Actas*. Póvoa de Lanhoso: Câmara Municipal, 1996.

⁸⁹ LEÃO, Francisco da Cunha — *O Enigma português*. Lisboa: Guimaraes & C^a Editores, 1973 (2^a ed.).

Império, sob a égide dos portugueses, e a decifração de Dom Sebastião como Grande Monarca intemporal, alferes de Deus, portanto, Rei do Império futuro de Portugal.

(...) Os dois mitos positivos são o carimbo de Portugal, a garantia do futuro, o penhor da sua existência, a revelação da finalidade histórica da comunidade de sonhos. Contém também uma proposta de escala de valores políticos, de estratégia e de persistência. No entanto, o século XIX haveria de rejeitar esta matriz e desenvolver outra proposta desesperada: o mito da decadência⁹⁰.

Marques Bessa conseguiu “isolar” e evidenciar, no “fundo” da cultura portuguesa, duas “correntes” simbólicas e energéticas de sentido antinómico e dialéctico. Dois mitos positivos e dois negativos: os primeiros, polarizados em torno do “Destino Manifesto” (ou mito fundacional) e do Império do Espírito Santo (englobante do Quinto Império e do Sebastianismo, entendido como *a mitificação do último rei-cruzado, do monarca que incarnou o mito fundacional do destino manifesto*⁹¹), encorajam os portugueses a superarem-se, a cumprirem o seu destino de missão universalista e a revelarem a *finalidade histórica da comunidade de sonhos*⁹². Os negativos projectam nos (ou os) portugueses (para) o precipício — a dramática inviabilidade da autonomia e da independência. O séc. XIX ilustra, por um lado, o sentimento da decadência nacional expresso por escritores, poetas e ensaístas desencantados (Guerra Junqueiro, Antero de Quental, Oliveira Martins⁹³...), e, por outro, o “encantamento” racionalista do Populismo, do Progresso e da Regeneração milenarista (retorno ao prestígio das origens). O fim da velha Monarquia fundada por Afonso Henriques e a implantação da I República, burguesa e jacobina, podem ser, portanto, (re)vistos na linha das observações tecidas por Jean-Pierre Sironneau sobre a convergência da “mitologia do tempo”, *sous la forme d'une succession d'âges et de cycles effectuée sous le signe de la décadence et de la chute*⁹⁴, com a reflexão racional sobre a experiência histórica, que não pode ser conduzida à luz da exclusão apriorística de *toute image ou toute catégorie interprétative. Récit mythique et récit historique ne constituent pas deux types irréductibles de récits; il n'y a pas de récit historique qui ne contienne sa part de*

⁹⁰ BESSA, António Marques — As Dormentes matrizes, in *A Identidade portuguesa. Cumprir Portugal*. Lisboa: Instituto Dom João de Castro, 1988, p. 60-61.

⁹¹ *Ibidem*, p. 61.

⁹² *Ibidem*, p. 61.

⁹³ É já uma referência “clássica” a abordagem literária e histórico-cultural sobre a “ideia-força” da Decadência (saturada ora do messianismo de Ourique ora do milenarismo das novas ideologias, a liberal e a socialista) feita por PIRES, António Manuel Bettencourt Machado — *A Ideia de decadência na geração de 70*. Ponta Delgada: Instituto Universitário dos Açores, 1980.

⁹⁴ SIRONNEAU, Jean-Pierre — Image mentale et réalité socio-historique: l'exemple de la décadence, in *Figures de l'imaginaire religieux et dérive idéologique*. Paris: L'Harmattan, 1993, p. 95.

*fiction et il faut savoir que ce n'est pas l'histoire qui rend compte du mythe, mais qu'au contraire c'est le mythe qui est à l'origine de la pensée historique*⁹⁵.

Se tentarmos transferir, dentro destes parâmetros epistemológicos, a “leitura” de Bessa Marques para o campo do conhecimento sociológico do imaginário religioso e sócio-político imbricado no processo histórico português, é imperioso ensaiar uma ampla, mas breve retrospectiva onde sobressaiem os momentos (con-junturas) tidos por cruciais da nossa História. São apenas alguns e a escolha deve-se a critérios impostos pela racionalidade historiográfica actualmente dominante.

Como pretendemos contribuir, da melhor forma, para uma interdisciplinari-dade em construção, na qual se revelem as relações profundas dos símbolos e dos mitos com as diferentes racionalidades (filosófica, científica, cultural...) contextualizadas, insistimos no pressuposto metodológico fundamental, bem sintetizado por Jean-Jacques Wunenburger: *L'intelligibilité des récits peut alors se trouver dans de simples motifs projectifs, biographiques, historiques*⁹⁶. Por conseguinte, terá de ser sempre a partir do contexto e das intertextualidades que o nosso programa mitanalítico se desenvolve e cumpre, através de três níveis: o 1º nível — *consiste na recolha das fontes primárias e secundárias*, que são todos os textos passíveis de revelarem e de indagarem uma maior ou menor espessura mítica e, por isso, o conjunto é, naturalmente, vasto e aberto a fontes da mais diversa natureza (política, biográfica, científica, pedagógica, estética, religiosa, etc.) e seja qual for o seu suporte específico — escrito, gráfico, pictural, filmico ou arquitectónico; o 2º nível — *consiste em operar cortes sincrónicos* para se detectar os *ideologemas*⁹⁷, o que pressupõe não só um conhecimento e domínio autorizado do contexto político-social da época, na qual se moveu ou move o autor ou autores dos respectivos textos analisados, como também da tradição mitológica à qual esses textos estarão ligados; e o 3º e último nível *desemboca numa análise de profundidades*, que nos conduza, através do exame crítico das listas de *ideologemas* à presença, mais ou menos difusa, dos *schèmes* míticos conhecidos (como, por exemplo, o do Messianismo ou o de Prometeu), e é devido a esta conotação ou mesmo denotação ideológica que se pode passar à fase da legitimação, a qual reenvia, por sua vez, para as “estruturas antropológicas do imaginário”.

A aplicação desta “grelha” metodológica pressupõe, preferentemente, um trabalho de equipa interdisciplinar e uma abordagem monográfica e selectiva dos períodos mais propícios à ressurgência mítica. Nos acanhados limites deste nosso

⁹⁵ *Ibidem*, p. 95.

⁹⁶ WUNENBURGER, Jean-Jacques — *La vie des images*, ob. cit., p. 30.

⁹⁷ Entendemos por *ideograma* a unidade significante mobilizadora de energias semânticas, ao nível do imaginário social, passível de traduzir e de articular as ideias-força (dimensão ideológica) e os traços míticos (dimensão mítica: mitologemas, mitos directores, estruturas míticas da Humanidade).

estudo exploratório, só nos resta, para cada conjuntura escolhida, uma esquemática simulação do modo como se aplicam os três níveis enunciados, com as advertências oportunas de que os dois primeiros níveis são representados através do trabalho heurístico disponível feito pela moderna historiografia e de que não pretendemos “forçar” a observação dos traços de recorrência mítica, embora seja quase um “lugar comum” a presença messiânica na cultura e na política nacionais.

Não é, pois, difícil detectar o lastro de messianismo, em tensão dinâmica com outras estruturas mítico-simbólicas, ao longo do nosso processo histórico, mas o que constitui tarefa discutível/discutida — pouco pacífica, portanto...—, é integrar, por exemplo, a apodítica permanência (recorrência) messiânica num quadro hermenêutico mínimo que postule e, na medida do possível, explicita a intersecção do imaginário simbólico e arquetipal (gerador de mitos) com as instâncias “superiores” (super-ego/societal e ego/actancial, ou seja, a racionalidade filosófica, teológica, política, cultural, etc. e a memória social) bem patenteadas no património histórico (documental e monumental) da Humanidade. Integrá-la num quadro que ajude a superar o habitual reducionismo do simbólico ao ideológico e ao culto-mental, cabendo, geralmente, nestes conceitos operatórios uma gama imprecisa de manifestações e de sinais mais ou menos densos. Integrá-la, enfim, num quadro que ajude a distinguir sombras e matizes híbridos, o que equivale a admitir uma ideia-força, como a Decadência, simultaneamente produto racional específico de determinada conjuntura (curta duração) na história de qualquer povo e mitologema ou tema derivado do mito milenarista.

Temos, assim, o “eterno retorno” das tradições mitológicas ancestrais (greco-romana, judaico-cristã, etc.) antes de partirmos para a “descoberta” de novos Mitos — os *Mitos Políticos Modernos* de André Reszler⁹⁸, que, curiosamente, mais não são do que racionalizações temáticas dos grandes e “velhos” Mitos. É o caso do anarquismo (projecto filosófico-político e utópico oitocentista) que, segundo Reszler, *partage avec les différents courants du socialisme leurs mythes majeurs: la révolution, le Progrès, Prométhée, l'âge d'Or (La Nouvelle Jérusalem), le «peuple», etc.*⁹⁹.

Revolução, progresso, povo, diabo, declínio/decadência alinham-se, assim, num elenco mitológico que, em nossa opinião, carece de rigorosa e de perscrutante indagação hermenêutica.

Importa, contudo, deixar bem claro que a presente aplicação mitanalítica do conceito de recorrência ao processo histórico português, com incidência nas suas dimensões político-ideológica e cultural, não pode, nem visa ultrapassar os

⁹⁸ RESZLER, André — *Mythes politiques modernes*. Paris: PUF, 1981.

⁹⁹ *Ibidem*, p. 25.

contornos incipientes de um mero exercício exploratório — espécie de “simulação” indicadora de como, por exemplo, poderão instaurar-se, em grosso, os diversos “contextos históricos” ou de como se deverão fazer, nas suas linhas gerais, os “cortes sincrónicos” do 2º nível da nossa “grelha” hermenêutica —, a partir do qual esperamos que possam surgir o debate crítico e o impulso esclarecido para novos programas, de preferência monográficos, sistematizadores de uma pesquisa, aqui e agora, somente delineada.

Arnaldo do Espírito Santo

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

*A Recepção de Salústio na Antiguidade tardia e na Idade Média*¹

Resumo

O estudo da recepção da obra de Salústio mostra: (i) que a Guerra de Jugurta e a Conjuração de Catilina fizeram parte do conjunto restrito de textos utilizados no ensino durante a Antiguidade Tardia, princípio da Idade Média e ainda em momentos fulcrais de renascimento literário e cultural da Europa, nomeadamente, no renascimento carolíngio e no renascimento universitário dos sécs. XII/XIII; (ii) que, a par disso, o processo de recepção por via indirecta, por intermédio da leitura dos Padres da Igreja, dos gramáticos e das compilações de sentenças e provérbios, promoveu a leitura por via directa e foi determinante para a pervivência do humanismo salustiano; (iii) que muito do pensamento de Salústio sobre as causas da conjuração e da instabilidade social foi integrado nos manuais para educação de príncipes e, por essa forma, exerceu importante influência na teorização e na realidade política medieval.

Abstract

This study focuses on the reception of the works of Sallust, aimed at demonstrating the following: (i) both *Bellum Jugurthinum* and *De Conjuracione Catilinae* were among a highly restricted number of texts used in education, not only during the Late Antiquity/Early Middle Ages, but also in crucial moments of cultural and literary renaissance in Europe; (ii) the process of indirect reception, through lectures by Church Fathers and grammarians and compilations of *sententiae* and proverbs, promoted the direct reading of Sallust's works and was crucial to the endurance of his humanism; (iii) a significant part of Sallust's thought on the causes of conspiracy and social instability was incorporated into teaching manuals destined for the education of princes, thus exerting great influence upon medieval political theorization.

¹ Para a pesquisa de dados contidos neste artigo foram utilizadas os seguintes repertórios informáticos: *Patrologia Latina*, Chadwyck-Healey Inc., 1993-1995; *CETEDOC Library of Christian Latin Texts, Bible Works for Windows*, e *Packard Humanities Institute Latin CD-Rom*.

1. Salústio em novo contexto

Fazer o estudo da recepção de Salústio nos autores cristãos da Antiguidade Tardia e da Idade Média significa verificar de que modo, por que processos, para que fins, o grande património da cultura clássica se manteve vivo como semente fecundante da nova era nascente. Um novo espírito religioso ia-se impondo: mas a escola continuava a ensinar os mesmos programas, a ler e a comentar os mesmos textos. A mudança de contexto religioso não veio mudar em nada o que de mais profundo sedimentara nos recônditos da memória individual e colectiva. E se havia autor que se enraizara no sistema educativo de Roma, como memorial do seu passado histórico, esse era sem dúvida Salústio: porque a sua escrita era um modelo de austeridade e de elegância; porque era sucinto e denso; porque tinha uma visão da história de sentido moral; porque verberava o vício e elogiava a virtude; porque estava atento aos sinais da evolução dos costumes que interpretava como indício de decadência moral; porque era grandioso sem ser empolado, útil em ensinamentos para governantes, príncipes e generais; porque tinha uma visão dos movimentos políticos e da evolução social; porque prestava o devido relevo ao papel desempenhado pelos nobres e pelos plebeus na construção do grande império construído por Roma a partir de humildes princípios. Estas e outras causas fizeram de Salústio o Historiador por antonomásia², o mais nobre dos historiadores³, o historiador da verdade⁴, o autor mais seguro⁵.

1.1. Salústio em Tertuliano e Cipriano

O primeiro autor cristão em que se nos deparam referências a Salústio é Tertuliano. Estamos em finais do séc. II, princípios do séc. III. O sistema educativo romano, mais ou menos uniforme por todo o Império, contempla um número reduzido de autores. Entre eles está Salústio com toda a sua obra: *Conjuração de Catilina*, *Guerra de Jugurta*, e *Historiae*, e ainda as *Cartas* a Cícero e a Júlio César, hoje consideradas apócrifas. A leitura destas obras em idade escolar, acompanhada de comentários e de análises de conteúdo e de forma, fazia com que o seu vocabulário impregnasse a memória da juventude e funcionasse, mais tarde em idade adulta, como um repositório não apenas de conhecimento histórico, mas ainda de formas lexicais e de recursos estilísticos. Esse tesouro, armazenado nos recônditos da memória, ocorria espontaneamente em momentos de reflexão e escrita, muitas

² «historicus» (Lucii Caecilii Firmiani Lactantii [floruit c. 300], *Divinarum institutionum liber primus. De falsa religione deorum. Praefatio. PL 6:441*).

³ «nobilissimus historicus» (S. Aurelii Augustini Hipponensis Episcopi *Epistolae, PL 33:532*).

⁴ «veritatis historicus» (S. Aurelii Augustini Hipponensis Episcopi *De Civitate Dei, PL 41:18*).

⁵ «auctor certissimus» (S. Eusebii Hieronymi Stridonensis Presbyteri *Liber de situ et nominibus locorum hebraicorum. PL 23:892*).

vezes de forma inconsciente. Em Tertuliano, como de resto na maior parte dos autores da Antiguidade Tardia, assume grande relevo o vocabulário tipicamente salustiano, sem que, na maior parte dos casos, se possa demonstrar, com certeza científica, a sua origem. Não há dúvida, porém, de que um passo do *De Anima*⁶ se refere explicitamente a um passo de *Guerra de Jugurta*, onde Salústio fala do carácter volúvel e inconstante dos Númidas: «O vulgo, como tantas vezes sucede, e particularmente o dos Númidas, era de carácter instável, sedicioso e *discordioso*, desejoso de novidades, avesso ao repouso e à tranquilidade»⁷.

As reflexões deste tipo sobre o carácter dos povos eram frequentes na Antiguidade. Havia *clichés* que se formavam, fixavam e repercutiam em futuros escritores. Tertuliano dá-nos um exemplo disso quando escreve : «essa ideia do carácter dos povos é do conhecimento geral»⁸. E ele mesmo, entre os autores que refere como portadores desse tipo de juízo de valor (os comediógrafos e S. Paulo), menciona Salústio pelo nome: «Os comediógrafos zombam da cobardia dos Frígios; Salústio fustiga a inconstância dos Mauritânios e a selvajaria dos habitantes da Dalmácia; mesmo o Apóstolo apoda os Cretenses de mentirosos»⁹.

Este mesmo passo de Salústio está documentado em S. Cipriano, mas apenas com o reflexo de «vulgo [...] sedicioso e *discordioso*» na expressão «estilo discordioso»¹⁰ do bispo de Cartago. Não será abusivo concluir daqui que a obra de Salústio, em especial a *Guerra de Jugurta*, era texto privilegiado no ensino na província romana de África, que fora palco dos acontecimentos narrados nessa obra, cujas paisagens foram magistralmente descritas e cujos povos não menos artisticamente retratados. Parece, pois, evidente que se tratava de um texto adequado na perfeição ao público a que se destinava. Roma não temeu integrar no seio da sua unidade político-administrativa centralizada o culto das tradições e da história local.

1.2. Salústio em Lactâncio

Natural de África era também Lúcio Cecílio Firmiano Lactâncio que floresceu por volta do ano 300, autor de uma vasta obra de que se salientam os sete livros

⁶ Cf. PL 2:262.

⁷ *Jugurta*, 66,2: «nam volgus, uti plerumque solet et maxume Numidarum, ingenio mobili, seditiosum atque discordiosum erat, cupidum novarum rerum, quieti et otio advorsum».

⁸ Quinti Septimii Florentis Tertulliani [150/170-c.230] *Liber de anima*. PL 2:682 «Tamen vulgata jam res est gentilium proprietatum».

⁹ *Ibidem*: «Comici Phrygas tímidos illudunt; **Sallustius vanos Mauros**, et feroces Dalmatas pulsat; mendaces Cretas etiam Apostolus (Tit. I, 12) inurit».

¹⁰ «**discordioso stylo**» (*Epistola* II. S. Cypriani Carthaginensis Episcopi Ad S. Cornelium Papam. [† 258] PL 3:705).

das *Instituições Divinas*, uma apologia extensa do cristianismo. Lactâncio recebeu a sua formação em África, onde foi discípulo do mestre de retórica Arnóbio, vindo ele próprio a exercer a mesma profissão em Nicomédia, no tempo de Constantino. Seja pela sua formação, seja pela profissão que exercia, Lactâncio manifesta grande familiaridade com a obra de Salústio, embora não cite explicitamente senão dois passos das *Historiae* (livros III e IV), obra da qual restam uma colectânea de discursos e mais cerca de cinco centenas de pequenos fragmentos, e dois da *Conjuração de Catilina*. A primeira dessas citações, logo no prefácio do livro I das *Instituições Divinas*, marca o início da utilização, por parte dos Apologetas Latinos, do argumento evemerista, como forma de explicar a origem humana das divindades do panteão clássico. Segundo Salústio, que segue as teorias de Evémero de Messénia (cerca de 300 a.C.), «Os antigos, como aliás fizeram em relação a outros aspectos, embelezando-os, celebraram como divindades aqueles homens que alimentaram Júpiter: a razão disso é que os príncipes tinham de ser considerados divinos»¹¹. Para Lactâncio esta ideia, caucionada por um autor pagão reconhecido como «historiador da verdade», é um excelente argumento para demonstrar que os deuses não passam de mera invenção dos homens. De facto, os Curetes, divindades associadas ao nascimento e à infância de Júpiter, que seu pai Cronos procurava para o devorar, eram na realidade príncipes humanos que os antigos divinizaram. Assim fica refutado todo o politeísmo antigo. Lactâncio podia ter recorrido directamente à autoridade de Evémero (ou até ao velho poeta Énio que se faz eco das suas teorias), o qual, numa novela hoje perdida, dizia que Úrano, Cronos e Zeus tinham sido reis agraciados pelo seu povo, após a morte, com a divinização, em atitude de veneração e agradecimento. Mas preferiu seguir Salústio, porque ele era do conhecimento geral dos destinatários das *Instituições Divinas*. Este é o primeiro indício, entre outros, de que a obra de Salústio fazia parte do lastro de cultura geral colectiva dos inícios do séc. IV, sem dúvida alguma porque era ensinado, lido e comentado na escola por todo o Império. Não deixa, igualmente, de ser significativo que três das quatro citações de Salústio se encontrem no prefácio das *Instituições Divinas*. Salústio serve para «refutar» (*Sallustius respuit*), serve para «confirmar» (...*Sallustium, qui ait; historicus qui ait; Sallustius refert*)¹². Salústio, enfim, é uma autoridade que todos conhecem e, por isso, pode ser chamado «o historiador» por excelência, pois que todos sabem de quem se fala. É mesmo de supor que esta antonomásia era corrente no tempo

¹¹ *Hist. fr.* III, 14: «Quia principes intellegendi divini fuerunt, vetustatem, ut cetera, in maius componentem altores Iovis celebravisse». Cf. Lucii Caecilii Firmiani Lactantii *Divinarum Institutionum Liber Primus*. «De falsa religione deorum». Praefatio. «Quanti sit et fuerit semper cognitio veritatis».

¹² *Ibidem*, *Praefatio*, PL 6:238, 441, 701.

de Lactâncio, de Jerónimo, que a utiliza três vezes¹³, e de Agostinho, que se serve dela quatro vezes¹⁴. Tal designação vai propagar-se aos autores medievais, alguns dos quais citam Salústio em segunda mão. Não foi, porém, difundida a ideia de «bom historiador, mas homem mau», que se adivinha por detrás das palavras de Lactâncio: «hominem nequam». De facto, apesar desse qualificativo, o que é dito em detrimento da pessoa, resulta, no contexto, em exaltação das suas ideias sobre a superioridade do espírito relativamente ao corpo: «O que, na verdade, não passou despercebido a um homem mau como Salústio, que disse: *Mas toda a nossa força reside no espírito e no corpo; servimo-nos mais do comando do espírito e da servidão do corpo*¹⁵. E Lactâncio remata com o comentário: «Perfeitamente, se tivesse vivido como falou»¹⁶.

Na verdade, este comentário mais não é do que um eco de uma invectiva, atribuída a Cícero, onde se ataca a imoralidade de Salústio. Mas nunca se põe em causa, na mesma linha de Quintiliano, a sua excelência como escritor e historiador. As suas frases sentenciosas, de elevado conteúdo moral, eram usadas pelos alunos da escola imperial nos exercícios de retórica. Algumas delas ficaram célebres, como aquela que acabamos de citar, como outra que vitupera um tipo de «eloquência canina», que mais não pretende do que «morder», como observa Lactâncio¹⁷ e como outras que teremos oportunidade de referir ao longo deste artigo.

1.3. Salústio em Juvenco, Ausónio e Sulpício Severo

Ainda do séc. IV, primeira metade, é o poeta Juvenco, natural da Hispânia, autor de uma epopeia de influência vergiliana na construção do verso, que tem por matéria o Evangelho de S. Mateus. A influência de Salústio nesta obra está patente numa série de reminiscências que, como sucede com outros autores de influência salustiana, são prova do contacto em idade juvenil com a sua obra. Os

¹³ *Ad Eustochium* PL 23:1055; *Aduersus Iovinianum* PL 23:299; in *Epistolam ad Galatas* PL 26:410.

¹⁴ *Epistolae* PL 33:532; *De Civit. Dei* PL 41:18, 63, 157. Cf. *Regra do Mestre* (Quia merito corde debet poenitere, qui peccat, et non pro eo corpus vapulare, **quia animi imperio, corporis servitio magis utimur**. Ergo, cum anima imperat, et corpus servit, agnoscitur amplior esse culpa imperantis, quam servientis. PL 103:1052); *Passio* de Santo Eulógio escrita por Álvaro de Córdova (PL 115:712); *Policiático* de João de Salisbúria (PL 199:482).

¹⁵ PL 6:238: «Quod quidem non fugit hominem nequam Sallustium, qui ait: Sed omnis nostra vis in animo et corpore sita est; animi imperio, corporis servitio magis utimur».

¹⁶ PL 6:238: «Recte, si ita vixisset, ut locutus est».

¹⁷ PL 6:701-702: «Sed quia ipse **caninam illam facundiam (sicut Sallustius ab Appio dictum refert)** exercuit, voluit quoque hominem canino modo vivere, ut remordeat lacessitus». SALÚSTIO, *Hist. fr.* IV, 54: «**Canina, ut ait Appius, facundia exercebatur**». Isidoro cita esta expressão, que parece ter apanhado em Lactâncio (cf. *Sententiae* PL 83:727).

comentadores de Juvenco apontam pelo menos quatro lugares paralelos com a obra de Salústio¹⁸.

Da segunda metade do séc. IV é o testemunho de Ausónio, retor de profissão, que dá prova de conhecer em pormenor a obra de Salústio, cujo texto era, sem dúvida alguma, objecto de comentário nas suas aulas. A referência que lhe faz não passa pela citação literal, a livro aberto, mas antes pela assunção de uma ideia que exprime à sua maneira, mencionando explicitamente a autoridade de onde a toma. Escrevera Salústio que «na divisão da terra muitos consideraram [a África] como o terceiro continente», e que «foram poucos os que a incluíram no continente europeu»¹⁹. Ausónio assume exactamente essa ideia: «A Europa e a Ásia são os dois continentes da terra: aos quais Salústio juntou, com alguma dúvida, a África anexa à Europa, embora se possa considerá-la como o terceiro continente»²⁰. É clara a dependência do texto, como também é inegável que indicia uma leitura directa e reflectida do passo assinalado da *Guerra de Jugurta*, ou por outras palavras, que a obra de Salústio é uma peça estruturante da cultura do séc. IV.

Nesse ambiente cultural, ainda no séc. IV e na Gália, foi educado Sulpício Severo, primeiramente advogado, depois monge. Num dos seus *Diálogos*, o primeiro, serve-se, de memória, do símile do porão de um barco para descrever um certo tipo de casa: «cujo tecto é como o porão de um navio», intercalando «como diz Salústio»²¹. De facto, este símile mantinha toda a actualidade, pois que o tipo de casa do Norte de África que Sulpício descreve não foi alterado pelos quatro séculos que separam a sua descrição da de Salústio, que escreveu: «Os tectos são como os porões dos navios»²². A ligeira diferença entre «quasi carina navis» em Sulpício e «quasi navium carinae» em Salústio apenas denota que a reminiscência se apoia num texto lido e estudado como um todo em primeira mão, e não decorado em uma regra gramatical, como objecto único e inalterável.

¹⁸ PL 19: 66, 67, 124, 131, 143, 235. Cf. PL 19:993, «Index rerum et nominum quae in carminibus Juvenci, prolegomenis, et notis continentur».

¹⁹ Salústio, *Guerra de Jugurta* 17, 3-4: «In divisione orbis terrae plerique in parte tertia Africam posuere, pauci tantummodo Asiam et Europam esse, sed Africam in Europa, ea finis habet ab occidente fretum nostri maris et Oceani, ab ortu solis declivem latitudinem, quem locum Catabothmon incolae appellant».

²⁰ Ausonius Burdigalensis. [310-395] *Epistolarum Liber*. Epistola XVIII. Ausonius Pontio Paulino. PL 19:928: «Europamque Asiamque duo vel maxima terrae // Membra: quibus Libyam dubie Sallustius addit // Europae adjunctam, possit cum tertia dici».

²¹ Sulpicii Severi [360-406] *Dialogi*. *Dialogus I*. PL 20:186: «cujus tectum, sicut Sallustius ait, quasi carina navis erat».

²² Salústio, *Guerra de Jugurta*, 18, 8: «tecta quasi navium carinae sunt».

1.4. Salústio em Ambrósio de Milão

É de outra natureza e passa por outros mecanismos uma citação que Ambrósio de Milão faz do fragmento 140 do livro I das *Historiae*: «ocupa um lugar mais elevado do que convinha aos vencedores»²³. O que deste passo interessou a Ambrósio foi a construção de *decebat* com o caso dativo, *uictoribus*, em vez de *uictores*, que seria a construção regular. Esta questão, aparentemente ociosa e desinteressante, assume algum interesse quando nos detemos um pouco na análise dos pressupostos que levaram Ambrósio a lançar mão da autoridade de Salústio, que aliás não é referido pelo nome, mas simplesmente pelo indefinido «alguém» (*dicente aliquo*, «dizendo alguém»). A questão de fundo que se coloca é a seguinte: será que Ambrósio conhecia de facto as *Historiae* por leitura directa? Não podemos responder categoricamente com certeza absoluta. No entanto há uma certeza que temos e que se fundamenta no seguinte.

Numa das suas obras em que trata da *Fuga do Mundo*, Ambrósio cita a *Epístola aos Hebreus*: «Talis nobis decebat»²⁴. Mas o mecanismo da correcção gramatical diz-lhe que deve dizer-se «nos decebat» e não «nobis decebat». É então que se recorda do manual de palavras, expressões e usos credenciados pelos bons autores, manual que manuseara quando fez os seus estudos na escola romana do Império, provavelmente em Trier, onde seu pai era alto funcionário. Ocorre-lhe que aí se lia a expressão «Locum editiorem, quam **victoribus decebat**, capit», transcrita do Livro I das *Historiae* de Salústio²⁵. E para que os seus leitores não censurem de solecismo o texto da *Epístola*, justifica: *nobis decebat* «é uma expressão correcta. Pois encontra-se nos autores que elaboraram a compilação de palavras e expressões correctas, havendo alguém que diz: *victoribus decebat*»²⁶.

Esta declaração de Ambrósio impõe três breves notas a que voltarei mais adiante. A primeira é que o tal manual que passou à história com o nome de «quadriga Messii», teve uma influência determinante na transmissão de Salústio como modelo de bem escrever. Segundo esta perspectiva de leitura, Salústio passa aos gramáticos pela óptica da correcção da frase, sem ligação alguma com o seu peso cultural como historiador e como analista da teoria da conspiração e das condições sociais que levam ao golpe de Estado. Este Salústio, que será lembrado em momentos de crise de sucessão e de assalto ao poder, ao longo da Idade Média,

²³ Salústio, *Hist.* fr. I, 140: «Locum editiorem, quam **victoribus decebat**, capit».

²⁴ Heb. 7, 26. A versão seguida por Ambrósio é a da *Vetus Latina*. Na *Vulgata* a versão é diferente, pelo que não se colocaria a questão da correcção da regência de *decebat*.

²⁵ Salústio, *Hist.* fr. I, 140.

²⁶ Sancti Ambrosii Mediolanensis Episcopi *De Fuga saeculi*, PL 14:577: «Recta elocutio. Siquidem et **apud eos qui verborum et elocutionum delectum habuerunt**, hujusmodi invenitur, dicente aliquo: Locum editiorem quam **victoribus decebat**».

não passa pela forma de transmissão protagonizada pela «Quadriga» e promovida pelas «artes gramaticais».

A segunda nota é que, em plena época cristã, o cânone de autores estudados continuava o mesmo, privilegiando os textos de Vergílio, Terêncio, Salústio e Cícero. Muito mais importante que os manuais escolares na formação intelectual e cultural da Europa, na passagem da Antiguidade Tardia para a Idade Média, foi sem dúvida a leitura destes autores, e particularmente das *Historiae*, da *Conjuração de Catilina* e da *Guerra de Jugurta*. Posteriormente essa obra monumental de Salústio, que eram as *Historiae*, veio a perder-se. Mas a memória da sua existência conservou-se nos excertos citados em cadeia pelos autores patrísticos e medievais.

A terceira nota é que Salústio foi lido muitas vezes, diria principalmente, pelo lado sentencioso das suas frases, pela análise do comportamento humano, pela sua visão da humanidade, pelos paradigmas de vida, privada e pública, que representam as personagens intervenientes no palco da história. Foi talvez este o aspecto mais marcante da transmissão da sua obra. Recolhido em colectâneas de sentenças, Salústio manteve vivos os mais nobres ideais do humanismo antigo, marcado pela integridade de carácter, pelo amor à pátria, pelos valores do espírito acima das ambições materiais e das solicitações do corpo: «É o espírito que guia e comanda a vida dos mortais»²⁷.

1.5. Salústio e o cânone de autores

Mas deixemos as questões da transmissão por via gramatical e pelos florilégios de sentenças. Façamos algumas considerações sobre a questão do cânone de autores relacionado com a «Quadriga Messii». Desde muito cedo o cristianismo sentiu um certo incómodo na convivência que era forçado a manter com os textos dos autores pagãos que, não obstante os seus erros e um sistema de valores diametralmente oposto, continuavam a constituir a base de formação da juventude, mesmo após o reconhecimento da Igreja pelo poder político. São bem conhecidos os escrúpulos de Agostinho e de Jerónimo nesta matéria.

²⁷ *Jugurta*, 1,3: «sed dux atque imperator vitae mortalium animus est».

²⁸ «Regulas igitur elocutionum Latinarum, id est [forte, ut est], quadrigam Messii omnimodis non sequaris, ubi tamen priscorum codicum auctoritate convinceris. Expedi enim interdum praetermittere humanarum formulas dictionum, et divini magis eloquii custodire mensuram». (Cassiodorus Vivariensis, *De Institutione divinarum litterarum*, caput XV. Sub qua cautela relegi debeat coelestis auctoritas. 70:1128 [séc. VI: cónsul em 514; c. 550 funda Vivarium]). A obra de Arusiano Méssio está editado em Keil, *Grammatici Latini* 7. 449-514. Cf. Simon Hornblower – Antony Spawforth (eds.), *The Oxford Classical Dictionary*, Oxford 1996, p. 185.

Na perspectiva de Cassiodoro, um perigo iminente ameaçava os autores cristãos, qual era o deixarem-se dominar pelo prestígio e autoridade da linguagem dos autores antigos, que faziam parte da «Quadriga de Méssio», referida, como vimos, por Ambrósio de Milão. Com esta designação, Cassiodoro referia-se à obra de Arusiano Méssio (séc. IV), *Exempla elocutionum*, que reunia uma lista alfabética de regências de substantivos, adjectivos, verbos e preposições, com carácter normativo, e que se encontrava ainda em uso na escola do seu tempo no séc VI²⁸. O que aqui nos interessa dessa lista é que ela é construída com base nos quatro principais autores («quadriga») do cânone escolar, a saber: Vergílio, Terêncio, Cícero e Salústio. É de notar que a mesma ideia de «quadriga» de autores vem do passado, teve continuidade em Jerónimo, como veremos a seguir, e aparece, como cabeça de uma longa lista de autores do cânone latino, em Sidónio Apolinar, que substitui Salústio por Tito Lívio:

«Quid vos eloquiū canam Latini
Arpinas, Patavine, Mantuane?
Et te, comica qui doces, Terenti?»²⁹

Ora, por mais que Cassiodoro seja taxativo na sua proibição («De modo algum sigas a quadriga das *Elocuções* latinas de Méssio»), a verdade é que nenhum dos autores compilados deixou de ser seguido como modelo de educação literária e de escrita, e muito menos Salústio. Mas esta questão, em aberto já no séc. IV, continuou a assomar aqui e ali com contornos diferenciados pelo gosto, pela cultura e pelas circunstâncias de momento. Feito este enquadramento necessário, voltemos à análise da pervivência de Salústio.

1.6. Salústio em S. Jerónimo

Para Jerónimo, Salústio emparelha com Tucídides³⁰. As *Historiae* suscitam verdadeira paixão nos seus leitores³¹. Mesmo retirado na Palestina, entregue

²⁸ *Carmen* XXIII, 145-147. Informação sobre a escola antiga encontra-se em Ausónio, que chama a Terêncio o ‘urbano Terêncio’, associando-o a Vergílio, que com Salústio e Horácio formam outra «quadriga de autores», da qual está ausente Cícero, embora o terceiro verso citado seja uma glosa de *Limon* (M. Tullius Cicero, *Carmina*, fragmentum 2), «tu quoque, qui solus lecto sermone, Terenti, [...] / quiddam come loquens atque omnia dulcīa dicens», como se pode ver:

«Te praeunte, nepos, modulata poemata Flacci,
Altisonumque iterum fas est didicisse Maronem.
Tu quoque, qui Latium lecto sermone Terenti
Comis, et astricto percurris pulpita socco,
Ad nova vix memorem diverbia coge» (*Idyllium* IV, *PL* 19:880).

³⁰ Sancti Eusebii Hieronymi Stridonensis Presbyteri *Epistolae*, *PL* 22:600: «Neque enim historiam proposui scribere, sed nostras breviter flere miseras. Alioquin ad haec merito explicanda, et **Thucydides**, et **Sallustius** muti sint».

³¹ *Ibidem*, *PL* 22:668: «...qui forte propter amorem historiarum Sallustii...»

ao estudo e à ascese monástica, Jerónimo continua a ler e a ter presente no seu espírito a obra de Salústio. Ora é uma frase sentenciosa que lhe ocorre: «...para que o hábito de possuir mais não desse lugar a ganância, que não se satisfaz com nenhuma espécie de acumulação de bens: e quanto mais tem mais procura ter, e não diminui nem com a abundância nem com a carência»³². Ora é um passo da *Conjuração de Catilina* que lhe ocorre para verberar veladamente alguém que foi expulso não só da cidade, mas também dos confins da Palestina. A linguagem que utiliza parece cifrada. Jerónimo escreve uma carta a Ripário a dar-lhe conta da luta que se trava na Palestina contra o Pelagianismo. Estão envolvidas pessoas concretas cuja identidade o destinatário da carta bem conhecerá e que Jerónimo não quer revelar a um leitor fortuito. O cabecilha ausentou-se da Palestina. A este chama-lhe Catilina. Mas deixou o seu lugar-tenente encoberto rodeado de muitos conjurados. Este é Lêntulo. O recurso à técnica retórica da alusão, que amplia a situação com todas as conotações do texto aludido, pressupõe que o texto de Salústio fosse bem conhecido de qualquer pessoa letrada do seu tempo. Observe-se, além disso, que esta alusão evidencia que a leitura da *Conjuração de Catilina* era orientada para fornecer a qualquer romano, desde os bancos da escola, a chave de interpretação dos movimentos secessionistas de qualquer tipo. Salústio presta-se à maravilha para a criação de quadros mentais bem definidos do ponto de vista sociológico e político³³.

Ao redigir o prefácio do *Livro dos nomes hebraicos*, é ainda a Salústio que Jerónimo recorre, para dizer que a sua intenção não é «exaltar com arrogância o seu estudo, mas incitar os ignorantes à leitura dessa obra»³⁴. A leitura de Salústio serviu-lhe grande parte da bagagem de referências à história de Roma. Fale de Mário ou de Cipião, é Salústio a sua fonte. Mas é também ele que lhe fornece frases bem recortadas de profundo sentido moral. E assim se vai impondo e propagando o conceito de escrita da história, que não se restringe à narrativa de factos verdadeiros, mas abunda em ditos sentenciosos que apelam à prática da virtude. Em Salústio que, para os Padres da Igreja, é um dos *sapientes* ou dos

³² *Ibidem*, PL 22:897: «ne consuetudine plus habendi, praerberet locum avaritiae, quae nullis expletur opibus: et quanto amplius habuerit, plus requirit; et neque copia, neque inopia minuitur». Salústio, *Cat.* 11:3: «[avaritia] semper infinita <et> insatiabilis est, neque copia neque inopia minuitur».

³³ *Ibidem*, PL 22:1165: «Christi te adversum hostes Catholicae fidei bella bellare, et tuis litteris, et multorum relatione cognovi, ventosque esse contrarios, et in perditionem mutuum fautores esse perditionis, qui defensores saeculi esse deberent: tamen scias in hac provincia nullis humanis auxiliis, sed proprie Christi sententia pulsum esse, non solum de urbe, sed de Palaestinae quoque finibus Catilinam: nosque dolere plurimum, quod cum Lentulo multi conjunctionis socii remanserunt, qui in Joppe remorantur».

³⁴ PL 23:771: «Non quo studium meum insolenter extollam, sed quod sudoris conscius, ad lectionem eorum provocem nescientes.» Cf Salústio, *Guerra de Jugurta*: «ne per insolentiam quis existimet memet studium meum laudando extollere. atque ego credo fore qui, quia decrevi».

disertissimi, aliam-se sabedoria e competência retórica no domínio da escrita da história, concebida também como um *opus oratorium* por excelência³⁵.

1.7. Salústio em máximas e sentenças

Jerónimo é responsável por uma parte significativa da transmissão da obra e do nome de Salústio à Idade Média, em muitos casos sob a forma de frases lapidares. Só a difusão alcançada pela máxima «servimo-nos mais do comando do espírito e da servidão do corpo: o primeiro temo-lo em comum com os deuses, o segundo com os animais» era quanto bastava para imortalizar o nome de Salústio. Usada por Lactâncio, como vimos acima; uma ou outra vez cristianizada por Jerónimo com a substituição de «animi», do espírito, por «animae»³⁶, da alma; por ele mesmo citada de cor e ligeiramente modificada nos *Comentários à Epistola de S. Paulo aos Gálatas* - «magis uiuere» por «magis utimur»³⁷; transcrita literalmente por Santo Agostinho na *Cidade de Deus*³⁸ – esta máxima propagou-se à *Concordia Regularum* de Bento de Aniana (750-821), que a regista na *Regra do Mestre*³⁹, onde é usada para justificar a supremacia da ascese da alma sobre o castigo do corpo; foi introduzida em contexto mais vasto por Hildeberto de Lavardin (1056-1133) na sua *Philosophia moralis de honesto et utili*⁴⁰; e usada por Helinando de Monte Frio (1127-1227) em contexto de significado alegórico da sujeição do físico ao racional⁴¹.

Salústio, com este tipo de máximas, prestava-se maravilhosamente a ser usado lado a lado com a Bíblia na exposição e ampliação de conteúdos moralizantes. Chegou mesmo a ser utilizado como fonte segura no comentário e na interpretação escriturística. Assim, um passo das *Historiae*, hoje não identificado, serviu

³⁵ Foi Cícero quem aplicou à História a expressão «Opus oratorium maxime» (*De Legibus*, I, 5). Os Padres da Igreja chamam a Salústio o «eloquentíssimo» (*disertissimus*). Cf. *Epistola* CXXXII Augustini ad Hieronymum. Seu *Liber de sententia Jacobi*, PL 22:1141: «Quantum et apud illos Romanae linguae **disertissimus** dixerit: Neque illi tamen ad cavendum dolus aut astutia deerrant». A citação é de Salústio, *Conjuração de Catilina* 26, 2: «neque illi tamen ad cavendum dolus aut astutiae deerrant».

³⁶ Cf. *Adversus Jovinianum*, PL 23:299.

³⁷ PL 26:410.

³⁸ PL 41:264.

³⁹ PL 103:1052.

⁴⁰ PL 171:1011.

⁴¹ Cf. *Sermones*, PL 212:556: «Habet autem haec equitatio Domini etiam significationem corporis castigandi. Asinus enim corpus humanum significat, quod ita subjici debet nostro rationali, sicut subjugale homini, unde Sallustius: **Animi imperio, corporis servitio magis utimur**»; e particularmente PL 212:663: «Sed qualis est thronus ille? Eburneus. Fecit, inquit, Salomon thronum de ebore. Vae regibus facientibus thronum de stercore. Quid enim aliud est animus in libidine requiescens, nisi rex in stercore sedens? Nam, ut ait Sallustius: **Animi imperio, corporis servitio magis utimur**». Caro ergo libidini dedita sedes est de stercore facta. Quantum distat thronus eburneus a sterquilino, tantum corpus castum a libidinoso».

a Jerónimo para fazer um comentário sobre os rios do Paraíso: «Eufrates: rio da Babilónia que nasce no Paraíso. (No entanto, Salústio, o mais seguro dos autores, afirma que as nascentes tanto do Tigre como do Eufrates se mostravam na Arménia. A partir disso, advertimos que se deve ter um entendimento diferente acerca do Paraíso e dos seus rios)»⁴².

Este passo, a que também alude Boécio⁴³ (480-524), serve para identificar o rio que sai do Éden e em seguida divide as suas águas em quatro braços⁴⁴. As palavras de Jerónimo, com a referência a Salústio, foram retomadas por Ruperto de Deutz (1070-1230) no seu *Da Trindade e suas obras*, para reafirmar a necessidade de ter em conta o sentido literal na exegese bíblica⁴⁵. Esta ideia acabou por se vulgarizar, mesmo entre o povo inculto, graças a Martinho de León († 1203) que a incluiu nos seus *Sermones*. Sempre que um pregador, utilizando este sermonário, declamava do alto do púlpito: «Efrata em hebraico significa fertilidade. Efectivamente, o Eufrates irriga a Mesopotâmia em certos lugares, como o Nilo, Alexandria. Salústio, o mais seguro dos autores, afirma que o Tigre e o Eufrates brotam da mesma nascente na Arménia e, correndo por diversos lugares, dividem-se mais adiante, deixando entre si um espaço de muitas milhas. A terra que banham chama-se Mesopotâmia»⁴⁶, – pouco importava que o declamador do sermão nunca tivesse lido uma linha de Salústio; o importante é que transmitia, com convicção, que o historiador romano era «o mais fiável dos autores», susceptível de ombrear com a mais sagrada das verdades, a Bíblia.

⁴² *De situ et nominibus locorum Hebraicorum* PL 23:892: «Euphrates, fluvius Mesopotamiae, in paradiso oriens. (Porro Sallustius auctor certissimus asserit tam Tigris quam Euphratis in Armenia fontes demonstrari. Ex quo animadvertimus aliter de paradiso et fluminibus ejus intelligendum)».

⁴³ *De Consolatione philosophiae*, PL 63:831: «Rupis Achaemeniae scopulis, ubi versa sequentum // Pectoribus figit spicula pugna fugax, // **Tigris et Euphrates uno se fonte resolvunt**, // Et mox abjunctis dissociantur aquis».

⁴⁴ Cf. Génesis 2:10-14.

⁴⁵ Cf. PL 167:269: «Nam **Salustius, inquit, auctor certissimus, asserit, tam Tigris quam Euphratis in Armenia fontes demonstrari**, ex quo animadvertimus aliter de paradiso et fluminibus ejus intelligendum. Sed esto. Etiam si Salustius ille auctor certissimus sit, et verum dicat, horum fluminum fontes in Armenia demonstrari: non infirmatur tamen litterae veritas, quae dicit paradisi fluvium in quatuor capita dividi, quorum haec duo sunt». («No entanto, Salústio, o mais seguro dos autores, afirma que as nascentes tanto do Tigre como do Eufrates se mostram na Arménia. A partir disso, advertimos que se deve ter um entendimento diferente acerca do Paraíso e dos seus rios. Seja assim. Mas ainda que Salústio seja o mais seguro dos autores e diga a verdade afirmando que as nascentes destes rios se mostram na Arménia, nem por isso é posta em causa a verdade do sentido literal da Escritura, que diz que o rio do Paraíso se divide em quatro cabeças, dos quais estes são duas».

⁴⁶ PL 208:582 Nam Ephrata Hebraice fertilitas interpretatur. Euphrates enim in quibusdam locis ita Mesopotamiam irrigat, sicut Nilus Alexandriam. **Salustius auctor certissimus asserit**, Tigrim et Euphratem uno fonte manare in Armenia, qui per diversa euntes, longius dividuntur, spatio medio relicto multorum millium, quae tamen terra, quae ab ipsis ambitur, Mesopotamia dicitur».

⁴⁷ *Hist. fr.* IV, 61: «Naphtas, genus olei cedro simile, <quo> . . . <nutriuntur incendia>».

É ainda um fragmento de Salústio que é chamado a servir de glosa a Daniel 2:46, para esclarecer o significado de «Naphta»⁴⁷. Este passo é citado por Jerónimo – «Salústio escreve nas *Historiae* que a nafta é uma espécie de acendalha usada pelos Persas, com a qual alimentam grandes fogueiras»⁴⁸ – e retomado por Pedro Comestor (1100-1179) na *Historia Scholastica*⁴⁹.

Para os autores da Antiguidade Tardia ou da Idade Média a literatura profana pode contribuir com exemplos para corroborar o sentido de um texto sagrado, como diz S. Jerónimo⁵⁰. Salústio é o autor escolhido para esclarecer o sentido de «quia lapis de pariete clamabit» a par com as palavras de Cristo em Mateus e Lucas⁵¹. Além disso, Jerónimo transmitiu à posteridade um conjunto de dados que se fixaram na memória escrita da cultura ocidental, numa sequência que vai do séc. IV ao séc. XIV, como foi o caso da data de nascimento e morte de Salústio⁵².

Mas houve frases citadas por Jerónimo que tiveram continuidade, apesar de não ser mencionado o nome de Salústio, oculto sob um vago: «como diz alguém»⁵³. É claro que a sua transmissão se deve ao prestígio de Jerónimo como Padre da Igreja. Mas não é menos certo que o conteúdo da frase se integrava perfeitamente no espírito da moral cristã. O facto de Jerónimo não indicar expressamente o nome do autor pode, por seu lado, indiciar um fenómeno que ocorreu, por exemplo, com outros autores, como Terêncio, Séneca, Marcial, etc.: ou já eram provérbios quando foram assumidas, ou tornaram-se frases proverbiais à medida que se divulgavam, apagando-se progressivamente a identificação do autor. Que essa proverbialização existiu, prova-o o facto de esta máxima – «esforçar-se inutilmente e afadigar-se em não procurar outra coisa senão ódio, é uma extrema demência» – se encontrar precisamente numa colectânea de provérbios atribuída a Beda, organizada por ordem alfabética à semelhança de uma outra construída

⁴⁸ *In Daniele Prophetam*, PL 25:510: «Sallustius scribit in historiis, quod naphtha sit genus fomitis apud Persas quo vel maxime nutriantur incendia».

⁴⁹ PL 198:1499.

⁵⁰ *In Abacuc prophetam*. PL 25:1295: «Quod ut significantius fiat, ponamus litteraturae quoque saecularis exempla».

⁵¹ *Ibidem*: «Crispus (Sallustius) loquitur in historiis: «Saguntini fide atque aerumnis inclyti, prae mortalibus, studio majore quam opibus, quippe apud quos etiam tum semiruta moenia, domus intactae, parietesque templorum ambusti, manus Pumicas ostentabant».

⁵² *Interpretatio chronicae Eusebii Pamphili*, PL 27:527: «Sallustius Crispus, scriptor historicus, in Sabinis Amiterni nascitur»; notícia repetida por Próspero de Aquitânia (*Chronicum*, PL 51:547), por Isidoro de Sevilha que lhe dá outra redacção: «Tunc quoque Sallustius historiographus nascitur» (*Chronicon*, PL 83:1037) e, a partir de Isidoro, por Beda (*De Temporibus*, PL 90:290), pelos *Annales Hildesheimensis* (PL 141:453) e por Eckehart (*Chronicon universale*).

⁵³ *Liber Ezrae*, PL 28:1403: «Frustra autem, ut ait quidam, niti, neque aliud fatigando nisi odium quaerere, extremae demenciae est». [Salústio, *Jugurta*, 3,3: «frustra autem niti neque aliud se fatigando nisi odium quaerere extremae demenciae est»]. Como se pode observar Jerónimo reproduz exactamente o texto de Salústio.

com máximas extraídas da obra de Séneca⁵⁴. Nesta obra foi colhida por Ratério de Verona⁵⁵ e por Otlono de Ratisbona⁵⁶.

A mais significativa de todas as máximas de Salústio citadas pelos Padres da Igreja e transmitidas à Idade Média foi sem dúvida a definição que Catilina deu de amizade, no discurso que dirigiu aos conjurados, utilizando provavelmente um provérbio já em uso no seu tempo⁵⁷: «O mesmo querer e o mesmo não querer, isso é amizade firme» – que Adão Escoto (séc. XII-XIII) utiliza em um dos seus sermões, antepondo-lhe um vago «ut satis vulgo dicitur». Sendo uma frase cujo conteúdo facilmente se adaptava ao espírito do cristianismo, ela foi desde muito cedo assumida pelos autores cristãos. Ao todo identifiquei 28 casos de citação explícita⁵⁸. Há dela reflexos em Tertuliano; há reminiscência implícita em Zenão de Verona⁵⁹ e em Símaco⁶⁰; há citação explícita em São Jerónimo (*Saecularis quoque sententia est: Eadem velle et eadem nolle, ea demum firma amicitia est*⁶¹), em Santo Agostinho⁶², em Sidónio Apolinar⁶³; há uma vaga remissão para uma autoridade não mencionada em Pedro Venerável⁶⁴, em Elred de Rievaulx⁶⁵. Esta evolução culmina em dois pontos: por um lado dissolve-se na paremiologização, que implica queda no anonimato, sob a influência de Jerónimo que se lhe refere como tratando-se de uma *Saecularis sententia*; por outro lado é elevada até ao extremo da sua cristianização, ao ser formulada em termos tais que aparecem

⁵⁴ PL 90:1097.

⁵⁵ *De contemptu mundi*, PL 136:485.

⁵⁶ *Prouerbia*, PL 146:310.

⁵⁷ *Conjuração de Catilina* 20,4: «nam idem velle atque idem nolle, ea demum firma amicitia est».

⁵⁸ Além dos nomes referidos usaram esta máxima: João Cassiano (séc IV-V), Rosvita (séc. X), Bernon de Reichenau (séc. XI), Papa Gregório VII (séc. XI), o anónimo da *Meditatio in orationem dominicam* (séc. XI), S. Bruno (séc. XI), Balderico (séc. XI-XII), Hildeberto de Lavardin (séc. XI-XII), anónimo do *De anima et eius ad sui et ad Dei cognitionem* (séc. XII), Gerhoch de Reichersberg (séc. XI-XII), Isaac de l'Etoile (séc. XII), João de Salisbúria (séc. XII), Martinho de León (séc. XII). Alguns destes autores citam a mesma frase mais que uma vez.

⁵⁹ Séc. IV. *Tractatus primus*: «Tu amicitiam idem velle atque idem nolle docuisti» (PL 11:317).

⁶⁰ 2ª Metade Do Séc. IV, Cônsul Em 391. Q. Aurelii Symmachii, *Epistolarum Libri Decem*. Liber Primus. Epistola Prima. «Symmachus Patri Suo.»: «Nam mihi summa curatio est ut amicitiam tuam boni uberent. Tè quoque idem velle, habeo compertum» (PL 18:162).

⁶¹ *Epist. 8*, PL 22:11-17. E ainda em *Apologia adversus Rufinum*: «Si unum credimus, idem et volumus, et nolimus; ex quo firmas nasci amicitias etiam Catilina testatur».

⁶² *Serm. 46 de Tempore*: «Amicos conjunctio animorum facit; idem velle et nolle, sapiens hujus mundi ait, ea demum firma amicitia est». (PL 39:1954).

⁶³ Lib. V *epist.* 3: «Namque, ut Crispus noster affirmat, idem velle atque idem nolle, ea demum firma amicitia est».

⁶⁴ Lib. IV *epist.* 21: «Ut in te uno et pene solo illam verae amicitiae definitionem expertus sim, idem scilicet velle et idem nolle».

⁶⁵ 1110-1167. *De Amicitia*: «nihilque hac amicitia dulcius arbitrantur, vel judicant justius, idem velle et idem nolle sibi existimantes amicitiae legibus imperari» (PL 40:833).

confundidas no mesmo conceito a *amicitia* pagã e a *charitas* cristã: «A verdadeira caridade chama-se amizade [...] Quando se lhe chama benevolência, exprime-se interiormente o consentimento do amor, que pressupõe alguma doçura. Quando a amizade é tal, nela há o mesmo querer e o mesmo não querer; tanto mais doce quanto mais sincero; tanto mais suave quanto mais sagrado; quando os que assim amam nada podem amar que não seja inconveniente, nada podem não querer que seja conveniente»⁶⁶.

Ao fim deste processo evolutivo, o que resta de Salústio não vai além do invólucro da forma exterior e da reminiscência que pode ecoar na mente de um leitor culto.

Em suma, o conjunto das notícias e das frases citadas com o nome de Salústio esboçavam um retrato desenhado com traços bem definidos, suficiente para ser conhecido sem ser lido. Que ideia teria de Salústio um frade Jerónimo do séc. XIV, quando transcreveu dos escritos do seu patrono uma *regula monachorum*, na qual insere o já citado texto dos paradigmas, em que inclui, afinal, um novo cânone de autores que não difere do cânone da Roma profana⁶⁷? Talvez apenas a ideia de que ele era um historiador, o Tucídides romano. Seríamos, todavia, injustos se acreditássemos que o conhecimento de Salústio resulta exclusivamente da leitura em diferido da sua obra em frases sentenciosas ou em exemplos de bom estilo e de correcção linguística. Este tipo de conhecimento não foi exclusivo e, como tal, coexistiu com a leitura directa em primeira mão. Muitas vezes o deparar com uma citação da obra de Salústio terá motivado e inspirado um leitor dos Padres da Igreja a conceber o desejo de ler aquele Salústio citado em frases tão belas e cheias de conteúdo moral.

1.8. Salústio em Orósio

O presbítero Orósio, que a tradição tem denominado Paulo Orósio, foi um grande leitor de Salústio. Logo a poucas linhas do início da sua *Historia*, Orósio

⁶⁶ *Idem*, *PL* 40:834: «Vera charitas amicitia nuncupatur [...] Cum benevolentia dicitur, ipse consensus amandi, qui cum quadam dulcedine movetur, interius exprimitur. **Ubi talis est amicitia, ibi idem velle, et idem nolle**; tanto dulcius, quanto sincerius; tanto suavius, quanto sacratius; ubi sic amantes nihil possunt velle quod dedecet, nihil quod expediat nolle».

⁶⁷ *Regula monachorum ex scriptis Hieronymi per Lupum de Olmeto collecta*. *PL* 30:339: «Habet unumquodque propositum principes suos. Romani duces imitentur Camillos, Fabricios, Regulos, Scipiones. Philosophi proponant sibi Pythagoram, Socratem, Platonem, Aristotelem. Poetae aemulentur Homerum, Virgilium, Menandrum, Terentium. **Historici, Thucydidem, Salustium, Herodotum, Livium**. Oratores, Lysiam, Gracchos, Demosthenem, Tullium. Et ut ad nostra veniamus, episcopi et presbyteri habeant in exemplum Apostolos et apostolicos viros: quorum honorem possidentes, habere nitantur et meritum. Nos autem habeamus propositi nostri principes Paulos, Antonios, Julianos, Hilariones, Macarios».

usa a expressão «Actores scriptoresque» que alguns editores no passado corrigiram erradamente para «autores scriptoresque». Trata-se de facto de uma influência de Salústio que escreveu, segundo as melhores edições, «tametsi haudquaquam par gloria sequitur **scriptorem et actorem** rerum»⁶⁸. Como Salústio, também Orósio considera que na historiografia há instâncias complementares: os que fazem a história (*actores*) e os que a escrevem (*scriptores*). Esta dicotomia ocorre em Salústio para dizer que bem diferente é a glória conseguida por cada um. Mais adiante, a propósito das façanhas de Pompeio na Síria, Fenícia e Judeia, e da conjuração de Catilina, Orósio repete a mesma ideia por outras palavras, dizendo: «Sed hanc historiam **agente Cicerone, et describente Sallustio**, satis omnibus notam, nunc a nobis breviter fuisse perstrictam sat est»⁶⁹. Não deixarei de realçar que, ao dizer «que esta história é suficientemente conhecida de todos», nos dá um indício inequívoco de que a *Conjuração de Catilina* era um texto do conhecimento geral, ou seja, lido e comentado na escola do seu tempo, o que aliás se antevê no universo de referências e reminiscências que dela ocorrem nos escritores da Antiguidade Tardia. O mesmo não diz Orósio das referidas campanhas de Pompeio, narradas nas *Historiae*, obra de leitura mais longa, de muitos conhecida apenas por alguns exemplos consagrados na «Quadriga de Méssio».

A ideia da glória repartida em partes desiguais por «agentes e escreventes» da história teve continuidade, a partir de Orósio, sob a forma de uma divisão do trabalho, diríamos, em partes iguais: para haver conhecimento do passado, não bastam os feitos, é indispensável a escrita. Assim, no séc. VIII, a perpetuou Paulo Diácono na *Historia Miscella*⁷⁰, nos mesmíssimos termos com que o disse Orósio. Quase pelos mesmos termos se exprimiu Adon de Viena (800-875) no seu *Chronicon*⁷¹. Há, pois, uma expressão, «scriptorem et actorem», que começa em Salústio, passa para Orósio com a forma «actores scriptoresque» e nele mesmo recebe a formulação «agente et describente», sob a qual se transmite aos séculos IX e X, explicitamente em Paulo Diácono e Adon de Viena. Destes três elos da cadeia de transmissão, só relativamente a Orósio é legítimo afirmar que conhecia a obra de Salústio em primeira leitura directa. Mas, em todo o caso, por via indirecta, o pensamento de Salústio e uma parte do conteúdo da sua obra foram transmitidos à posteridade medieval com o seu nome.

⁶⁸ *Conjuração de Catilina*, 3, 2.

⁶⁹ *Historiarum libri*, liv. VI, cap. VI.

⁷⁰ PL 95:834: «Sed hanc historiam **agente Cicerone, et describente Sallustio** satis omnibus notam, nunc a nobis fuisse perstrictam sat est».

⁷¹ PL 123:67: «quam historiam agente Cicerone Sallustius describit».

1.9. Salústio em Santo Agostinho

Como professor de literatura, como pensador, como filósofo das causas da decadência dos impérios e da presença da providência de Deus na história dos homens, Agostinho revela-se um leitor profuso da obra de Salústio. São cerca de quatro dezenas as referências expressas a Salústio na obra de Agostinho, das quais mais de três dezenas na *Cidade de Deus*. A *Conjuração de Catilina* ocupa o primeiro lugar com cerca de dezena e meia, seguida das *Historiae* com cerca de uma dezena. Não será exagerado dizer que a parte essencial da filosofia da história assumida na *Cidade de Deus* assenta na reflexão de Salústio. A argumentação sobre a decadência do mundo romano pagão e o surgimento do cristianismo, apresentado como novo modelo de civilização, não tem uma ideia que não remeta para Salústio. Há capítulos inteiros que são urdidos com frases de Salústio, como é o caso do 18 do livro II, do 10, do 17 e do 21 do livro III, e do 17 do livro V. Estes capítulos constituem núcleos estruturantes em que, a partir de Salústio, se argumenta com a tese da inanidade dos fundamentos religiosos do acervo clássico, com a ausência de uma via moral bem definida e com a falta de densidade espiritual.

Agostinho, de forma empírica, parte da percepção de que existe um lastro de cultura comum a todo o tecido orgânico da sociedade romana, em que a República assentou a sua frágil solidez e em que os tempos do Império vacilaram, por entre os escombros dos valores ancestrais. Mas uma reflexão feita no presente sobre o passado não é possível sem as pontes que os ligam. Salústio disse e Agostinho assume que a base do conhecimento histórico do cidadão comum (sem uma visão da história não há homem adulto) é que «Tróia é a matriz do povo romano»⁷². Mas logo desde o início, por necessidade de sobrevivência, torna-se uma cidade plural agregando os povos vizinhos.

Desse passado assumido como ponto de partida indiscutível, Agostinho selecciona e interpreta factos, comportamentos, atitudes e valores, que considera fulcrais na história da «cidade terrena», sempre guiado por Salústio. Mas analisa-os, e perspectiva-os, e condena alguns, sob o prisma da «cidade futura», argumentando: se «raptar jovens e donzelas; arrancar os filhos dos braços dos pais; sofrerem as mães o que quiserem os vencedores» é o que César condena no discurso pronunciado no senado em relação ao que podia ser perpetrado por

⁷² *Cidade de Deus*, PL 41, 17: «Ipsa, ut dixi, Troja, mater populi Romani». Salústio, *Conjuração de Catilina*, 6,1: «Urbem Romam, sicuti ego accepi, condidere atque habuere initio Troiani, qui Aenea duce profugi sedibus incertis vagabantur, et cum his Aborigines...» («Como me ensinaram, a cidade de Roma foi fundada e a princípio habitada pelos Troianos, que sob a condução de Eneias andavam à deriva por lugares incertos»).

Catilina⁷³, como não estender essa mesma condenação a grande parte da actuação dos exércitos romanos, ao caso geral do saque das cidades e, logo no início, ao rapto das Sabinas, momento fundacional da «cidade terrena»⁷⁴? Numa das suas epístolas⁷⁵, Agostinho cruza dois textos – «ó cidade venal, prestes a desaparecer, se encontrasse um comprador»⁷⁶ e «nesse momento habituou-se o exército do povo romano a amar, a beber, a cobiçar quadros, taças trabalhadas e a roubá-los aos particulares e ao estado, a saquear templos e a manchar todas as coisas, sagradas e profanas»⁷⁷ – para dizer que foi nesse preciso momento que «a República Romana começou a ir ao fundo»⁷⁸. É Salústio que, em duas das suas obras, vem caucionar as ilações de Agostinho: se tudo isto aconteceu muito antes do nascimento de Cristo, conclui-se que a decadência de Roma, a crise moral provocada pela invasão dos Visigodos em 410, não podem ser imputadas ao cristianismo.

Um dos grandes problemas de Roma, segundo Agostinho, é que as divindades pagãs não impuseram leis à sociedade romana primitiva, sob o pretexto de que «entre eles o direito e o bem tinham a sua força mais na natureza do que nas leis»⁷⁹. Esse tópicus é desenvolvido em II, 18, com o recurso ao prólogo e ao livro I das *Historiae*⁸⁰, para provar que esse estado de justiça original, logo que foi implantada a República, se transformou em exacção por parte dos magnates e em revolta da plebe. O que o leva a concluir que, sem preceitos divinos, as leis naturais não resistem às paixões da ganância, da ambição e da cupidez. A experiência histórica, continua Agostinho, tem demonstrado que sem um preceito divino só o medo consegue conter o desenfreamento dos costumes. Não foi o amor da justiça, mas sim o medo que levou a plebe a cerrar fileiras em torno da nobreza, quando temeu um ataque promovido por Tarquínio a partir da Etrúria, para onde se refugiara depois de ser expulso de Roma. Foi o abrandar do perigo que levou ao abuso dos nobres e à secessão da plebe. Foi de novo o medo que pôs fim

⁷³ *Conjuração de Catilina*, 51.

⁷⁴ Agostinho ocupa todo o cap. 17 do livro II da *Cidade de Deus* com a análise moral do rapto das Sabinas.

⁷⁵ *PL* 33:532: «longe antequam Christi nomen eluxisset in terris, dictum est: **O urbem venalem, et mature perituram, si emptorem invenerit!** In libro etiam belli Catilinae, ante adventum utique Christi, **idem nobilissimus historicus** eorum non tacet quando primum insueverit exercitus populi Romani amare, potare, signa, tabulas pictas, vasa caelata mirari, ea privatim et publice rapere, delubra spoliare, sacra profanaque omnia polluere».

⁷⁶ *Jugurta*, 35, 10.

⁷⁷ *Conjuração de Catilina* 11, 16.

⁷⁸ *PL* 33:532: «Ex quo enim tempore pessum ire coeperit Romana respublica, satis liquet; litterae loquuntur ipsorum».

⁷⁹ *Cidade de Deus*, II, 17. Cf. Salústio, *Cat.* 9, 1: «ius bonumque apud eos non legibus magis quam natura valebat».

⁸⁰ *fr.* I, 11.

às dissensões quando se perfilou no horizonte a ameaça cartaginesa. Em suma, a sociedade romana entrou em profunda decadência moral após a aniquilação de Cartago. Essa é a conclusão de Agostinho, tirada com as palavras de Salústio: «Desde esse momento os costumes dos antepassados entraram em declínio: não pouco a pouco como outrora, mas como uma torrente: a juventude de tal modo se corrompeu com o fausto e a ganância que com razão se pode dizer que tinha nascido uma geração incapaz de possuir património e de deixar que outros o possuíssem»⁸¹. O resultado foi que a «República Romana, de belíssima e excelente que era, se transformou na pior e mais corrompida»⁸².

Os textos ocorrem-lhe associados. A Antiguidade projecta-se nas épocas mais recentes. A paisagem geral é a do pessimismo histórico salustiano, ordenado por Agostinho para os fins que pretende: a cidade terrena tem os seus dias contados; em sua substituição vai-se erguendo «a gloriosíssima cidade de Deus, aquela que no decurso do tempo presente peregrina entre os ímpios»⁸³. A impiedade grassou: Mário, Cina, Carbo e Sula «cuja vida, costumes e feitos escreveu Salústio»⁸⁴. No conjunto, causam horror, comenta Agostinho. A verdade é que foi à custa de tudo isso que se construiu um grande Império. Mas para quê? – pergunta Agostinho. E mais uma vez com uma citação de Salústio defende que teria sido melhor que Roma se tivesse mantido como nos tempos em que «os reis eram diferentes: uns exercitavam o espírito, outros o corpo; nesse tempo a vida da humanidade corria sem cupidez, contentando-se cada um com o que era seu»⁸⁵.

Nesta linha argumentativa, Roma é apenas um símbolo. O problema é o do «humanum genus» que está possuído por um terrível desejo de dominar, essa «libido dominandi» que está na raiz da maldade de todos os impérios: depois desses tempos em que «a vida decorria sem cupidez»⁸⁶, repete Agostinho citando de novo Salústio, «Ciro na Ásia, na Grécia os Lacedemónios e os Atenenses começaram a submeter as cidades e os povos, a ter no desejo de dominar um motivo para a guerra, a considerar que a maior glória está no maior império»⁸⁷. Como para Salústio também para Agostinho é essa a origem de toda a guerra. A vida da nação romana não tem sido mais que um incessante suceder de guerras no exterior.

⁸¹ *Cidade de Deus*, II 18; *Hist. fr.* I, 16.

⁸² *Ibidem* II, 19; *Conjuração de Catilina*, 5, 9. Cf. *Cidade de Deus*, II, 21, onde se repete parte da mesma citação.

⁸³ *Cidade de Deus*, prefácio.

⁸⁴ *Ibidem* II, 22.

⁸⁵ *Ibidem* III, 10; *Conjuração de Catilina*, 2.

⁸⁶ *Ibidem* III, XIV.

⁸⁷ *Ibidem* III, XIV.

Agostinho desculpa-se desta análise tão pouco elogiosa para Roma, alegando que Salústio disse o mesmo com mais dureza. E de novo cita Salústio: «Muitas agitações e revoltas e, por fim, guerras civis surgiram, enquanto um reduzido número de caciques, a cuja influência a maior parte cedeu, aspirava ao poder sob o pretexto louvável de servir os patrícios ou a plebe; e até os maus cidadãos foram chamados bons, não pelos seus serviços para com a República, sendo todos igualmente corruptos, mas na medida em que o mais rico e o mais forte no insulto era tido por bom, porque defendia a situação de momento»⁸⁸.

É certo que houve exceções. Agostinho, na esteira de Salústio, evoca Cipião Emiliano, César e Catão de Útica, e em geral os primitivos romanos: «ávidos de louvor e pródigos no dinheiro aspiravam a uma glória magnífica e a uma riqueza honesta»⁸⁹. Em todo o caso, no cap. 12 do livro V, em que Salústio domina em exclusivo, Agostinho como que repõe a escala de valores do mundo antigo, graças aos quais os seus heróis mereceram o engrandecimento do Império.

Ao desejo de glória e à liberalidade quanto ao dinheiro, os antigos Romanos aliavam uma paixão ardente pela liberdade. A este propósito é citado o passo da *Conjuração de Catilina* em que Salústio refere a expulsão dos reis e a criação de dois cônsules⁹⁰. Foi assim que a cidade cresceu e se desenvolveu: «Conquistada que foi a liberdade, a cidade – facto incrível na história – desenvolveu-se com extrema rapidez, tão grande era a paixão de glória que a animava»⁹¹.

É de notar que esta perspectiva vem corrigir ligeiramente a invectiva, feita em livros anteriores, contra a «dibido dominandi», extremamente negativa, como causa de todas as guerras que afligem a humanidade. Agostinho neste capítulo introduz outros elementos de correcção que vão no mesmo sentido dos anteriores. Aceita, por exemplo, o elogio que Salústio fez de César «dizendo que durante muito tempo a República não teve ninguém de maior virtude» e a justificação de que «desejava um grande comando militar, um exército e uma nova guerra onde o seu talento pudesse brilhar»⁹². E Agostinho conclui que foi, em primeiro lugar, por amor da liberdade, em segundo pelo amor do domínio e pela paixão do louvor e da glória que os grandes generais realizaram tantos e tão grandes feitos. Isto não o dizia Agostinho nos capítulos anteriores da *Cidade de Deus*.

⁸⁸ *Ibidem* III, 17; *Hist.* fr. 12.

⁸⁹ *Ibidem* V, 12; *Conjuração de Catilina*, 7, 6.

⁹⁰ *Ibidem* V, 12: «É por isso que, não suportando o domínio da realeza, criaram uma autoridade renovável todos os anos e partilhavam-na por dois chefes chamados cônsules, palavra derivada de *consulere* (aconselhar), em vez de lhes chamarem reis (*reges*) ou senhores (*domini*), palavras que derivam de *regnare* (reinar) e de *dominare* (dominar)». (Tradução de J. Dias Pereira, *A Cidade de Deus*, Lisboa, Gulbenkian, 1991.

⁹¹ *Ibidem* V, 12. (trad. de J. Dias Pereira); *Conjuração de Catilina*, 7, 3.

⁹² *Ibidem* V, 12 (Trad. de J. Dias Pereira).

Mas, mesmo assim, subsistem-lhe no espírito algumas reservas quanto a essa ambição desenfreada de poder e glória que Salústio considera um vício, ainda que seja o mais próximo da virtude: «Primitivamente a cupidez trabalhava menos o coração dos homens do que a ambição – vício aliás mais próximo da virtude. Na verdade, tanto o homem bom como o indolente anseiam igualmente pela glória, pelas honras e pelo poder. Mas aquele tenta-o pelo verdadeiro caminho, ao passo que o segundo, desprovido de meios honestos, procura lá chegar pela astúcia e pela mentira»⁹³. Na verdade, apesar destas cedências aos valores tradicionalmente cultivados em Roma, a figura que merece adesão sem reservas por parte de Agostinho é a de Catão, aquele que, nas palavras de Salústio, «quanto menos procurava a glória, mais ela o seguia»⁹⁴. Foi este entusiasmo que o levou a transcrever todo o exórdio do discurso que Catão pronunciou no Senado, quando foi desmontada a conjuração de Catilina. Aí estão todos os valores que Agostinho perfilha, ainda que admitindo que esse discurso, pelo menos na forma, seja mais de Salústio do que de Catão. Não há dúvida de que se trata de uma peça oratória extraordinária que impressionou Agostinho e que o levou a mitigar a sua interpretação da história romana. O que levou Roma à grandeza foi uma *élite* reduzida de homens como Catão, porque o resto viveu mergulhado no luxo e na ociosidade.

Assim se faz como que o arco que liga este capítulo do livro V aos capítulos do livro II, onde Agostinho, com a obra de Salústio à vista, que possuía com certeza numa edição completa, fez a crítica impiedosa da «cidade terrena» que foi Roma. Há quem siga, como diz Salústio e Agostinho repete, pela «vera via»⁹⁵. Finalmente, em conclusão, duas citações desgarradas: uma no livro IX, cap. 9 – «servimo-nos mais do comando do espírito e da servidão do corpo; o primeiro temo-lo em comum com os deuses, o segundo com os animais»⁹⁶; a outra no livro XVII, cap. 20, aponta para o sentido do esforço. É mais uma vez Salústio que, na sua leitura do movimento da história, se deu conta de que «a prosperidade desgasta o espírito dos sábios e é mais prejudicial que vantajosa»⁹⁷.

As restantes ocorrências de Salústio na obra de Agostinho constituem referências ocasionais que mais não são que picos de comunicação entre o autor Agostinho e os seus leitores; uma espécie de código cultural complementar da escrita corrente, que situa ambas as instâncias da cadeia comunicativa na mesma comunhão de ideias, nos mesmos valores de linguagem, nos mesmos parâmetros

⁹³ *Ibidem* V, 12 (trad. de J. Dias Pereira); *Conjuração de Catilina*, 11, 1ss.

⁹⁴ *Ibidem* V, 12; *Conjuração de Catilina*, 54, 6.

⁹⁵ *Conjuração de Catilina*, 11, 2; *Cidade de Deus*, V 19.

⁹⁶ *cf. Conjuração de Catilina*, 1.

⁹⁷ *Ibidem* 11, 8.

éticos e culturais. Basta que Agostinho diga que os juízes devem ser como aqueles que Salústio definiu, para que o leitor evoque no seu espírito um texto concreto da *Conjuração de Catilina*, no qual reconhece uma parte do discurso de Catão que era estudado na sua adolescência e que dizia: «O juiz deve estar isento de todo o tipo de paixão, seja ódio ou misericórdia, porque as paixões obscurecem o juízo»⁹⁸.

Nas *Confissões*, a atitude de Catilina – «para que a mão ou o espírito não se entorpeçam por falta de exercício»⁹⁹ – serve a Agostinho para discutir o problema da maldade injustificada, que não tem outra motivação que o mal em si mesmo. O perfil do mesmo Catilina, a sua capacidade de «suportar o frio, a sede, a fome»¹⁰⁰, é um *exemplum* de que as mesmas qualidades podem existir num facínora e num Apóstolo; e por isso remete o passo de Salústio para a Epístola aos Coríntios: «na fome, na sede, no frio». No espírito de Agostinho os textos profanos associam-se agilmente com os textos sagrados para reforçar a mensagem da palavra de Deus. Não é verdade que na *Conjuração de Catilina* se afirma que os paganíssimos Romanos, «recebido um ultraje, preferiam perdoar a perseguir»¹⁰¹? É quanto basta para proclamar com palavras de um gentio o valor do perdão, não apenas na construção de cada pessoa, mas da sociedade. Foi assim que os Romanos no início «governaram e engrandeceram a República»¹⁰².

Além da obra completa de Salústio, Agostinho manuseava a «Quadriga de Méssio». Há sinais disso num passo em que discute uma questão gramatical, não tem outro interesse senão constituir mais uma prova da importância que esse manual e o cânone escolar nele assumido desempenharam na perpetuação da obra de Salústio¹⁰³.

Um pormenor, aparentemente anódino mas que teve uma fortuna inesperada, depara-se-nos na frase: «Quem é que hesita em chamar homem ao retrato de um homem? Pois, quando vemos uma representação de qualquer coisa, logo lhe associamos o nome que lhe é próprio; como, quando olhando para um quadro ou um painel, dizemos: aquele é Cícero, aquele Salústio, aquele Aquiles, aquele

⁹⁸ *Ibidem* 51, 1.

⁹⁹ *Confissões* II, 5; *Conjuração de Catilina*, 16, 3.

¹⁰⁰ *De moribus Ecclesiae Catholicae et de moribus Manichaeorum*, PL 32:1356; **Salústio**, *Conjuração de Catilina*, 5,3.

¹⁰¹ *Conjuração de Catilina*, 9, 5.

¹⁰² *Epistolae*, PL 33:528; Salústio, *Conjuração de Catilina*, 9,5.

¹⁰³ *De beata vita*, PL 32:974: «Quamvis enim Sallustius lectissimus pensator verborum, **egestati** opposuerit **opulentiam**». A distância a que se encontram estes dois vocábulos, «egestati» e «opulentiam», na *Conjuração de Catilina* (20,9 e 6,3), indicia que Agostinho tomou consciência deles associados como antónimos na «Quadriga de Méssio».

Heitor, este é o rio Simoente, aquela é Roma; quando mais não são do que representações pintadas»¹⁰⁴. Este texto foi reproduzido *ipsis verbis* por Agostinho¹⁰⁵, e a partir daí foi citado por um anónimo do séc. V, autor de um comentário aos livros dos Reis¹⁰⁶, por Eugípio (c. de 500) numa compilação extraída das obras de Agostinho¹⁰⁷, por Isidoro de Sevilha¹⁰⁸, por um autor desconhecido numa obra atribuída a Beda¹⁰⁹, por Cláudio de Turim († 827)¹¹⁰, por Angelomo de Lisieux (séc. XI)¹¹¹, e pelo Concílio de Paris do ano 824, sobre o culto das imagens¹¹². A questão que Agostinho coloca é se é legítimo atribuir a uma representação o nome do representado. Uma questão importante, sem dúvida, que justifica as sete ocorrências dessa frase em autores posteriores. O que aqui vem a propósito salientar é uma forma de transmissão do nome de Salústio, por assim dizer, vazia, sem que isso represente ou deixe de representar qualquer identificação ou conhecimento da sua obra. Tal aconteceu com muitos nomes de autores da Antiguidade Clássica, mediados pelos Padres da Igreja e cuja memória a Idade Média manteve viva.

A título de curiosidade, o que a frase de Agostinho significa é que no seu tempo se viam pinturas que representavam paisagens, cidades, quadros históricos e personalidades célebres. São referidas concretamente as representações de Aquiles e Heitor, por certo retratados a partir das impressões colhidas na leitura de Homero; mas também as havia de Cícero e de Salústio, com alguma probabilidade de corresponderem minimamente à fisionomia fixada nas imagens que se moldavam a cera colocada sobre o rosto do defunto. Até isso serviu para manter viva a sua memória na Antiguidade Tardia.

2. Salústio na Idade Média

Nascido três anos antes da deposição de Rómulo Augústulo, Enódio (473-521) fez a sua formação no que restava ainda da escola imperial romana. Foi homem de notável cultura enraizada na Antiguidade pagã. De Salústio cita uma frase que se tornou proverbial: «O curso de todas as coisas depende do serviço do corpo e do comando das almas: a afinidade com o céu nobilita uma coisa, a abjecção terrena degrada a outra [...]. Daí o ter dito Salústio: uma coisa é-nos comum com os deuses,

¹⁰⁴ De Diversis Quaestionibus, PL 40:142.

¹⁰⁵ De octo Dulcitiū quaestionibus, PL 40:163.

¹⁰⁶ PL 50:1079.

¹⁰⁷ Thesaurus ex S. Augustini operibus, PL 62:1017.

¹⁰⁸ Quaestiones in vetus testamentum, PL 83:408.

¹⁰⁹ Quaestiones super regum libros, PL 93:440.

¹¹⁰ PL 104:685.

¹¹¹ Enarrationes in libros Regum, PL 115:328.

¹¹² PL 98:13:30.

a outra com os animais»¹¹³. Desta leitura de Salústio por parte de Enódio nascia a formulação de um novo humanismo, assente na oposição entre a elevação celeste e a abjecção terrena, que iria marcar toda a civilização medieval. O notável é que foi com o nome e a autoridade de Salústio que esta máxima se difundiu.

O ponto de partida foi Jerónimo, que substituiu o «animi imperio» de Salústio por «animae imperio»¹¹⁴. Agostinho manteve, segundo as nossas edições, «animi imperio», mas foi mais longe que Salústio ao afirmar que «o espírito deve dominar o corpo»¹¹⁵. Quando chegamos a Enódio a transformação está concluída e assumida. A partir daí é caso para perguntar se a *Concordia regularum* de Bento de Aniana não leria «animae imperio»¹¹⁶ em vez de «animi imperio» (leitura da *PL*), uma vez que depende de Jerónimo. Na verdade, porém, a utilização de «animi» ou de «animae» depende do contexto em que a citação de Salústio é reutilizada. Se, como sucede em Rabano Mauro, se identifica alegoricamente o corpo com a esposa e o espírito com o esposo, está claro que se impõe a forma «animi», masculina, e não «animae», feminina¹¹⁷. Ou se, como escreve Helinando, o corpo é uma montada que se submete ao cavaleiro, que é o espírito, é também «animi» e não «animae» a ser utilizado¹¹⁸. E, da mesma maneira, se o espírito é um rei¹¹⁹. Em todo o caso, seja «animi» ou «animae», o que resta de Salústio é pouco mais que o sentido geral, já que todo o enquadramento doutrinal e exegético aponta para outros valores, nos quais, todavia, se inclui o pensamento do historiador pagão, que reconhecia a existência de dois princípios de acção no homem e proclamava a superioridade do espírito sobre o corpo.

¹¹³ *Epistolarum libri IX*, *PL* 63:102: «Hinc Crispus asseruit aliud nobis cum diis, aliud cum belluis esse commune».

¹¹⁴ *Adversus Jovinianum*, *PL* 23:299: «Corpus puer, anima paedagogus. Cibus facilius qui sustentat corpus. Sensus corporum quasi equi sunt, sine ratione currentes, anima vero in aurigae modum retinet frena currentium. Et quomodo equi absque rectore praecipites ruunt: ita corpus sine ratione et imperio animae, in suum fertur interitum. [...] Unde et Historicus: **Animae, inquit, imperio, corporis servitio magis utimur**».

¹¹⁵ *Contra Julianum, haeresis Pelagianae defensorem*, *PL* 41:756: «Quoniam ex imparibus bonis compositi sumus, **animum corpori debere dominari: quorum alterum nobis cum diis, alterum cum belluis** commemoras esse commune.» Veja-se, ainda, *De Civitate Dei*, *PL* 41:264: «Corpus quippe servum est, sicut etiam Sallustius ait».

¹¹⁶ *PL* 103:1052.

¹¹⁷ *Enarrationes in Epistolas Beati Pauli*, *PL* 112:15: «Quod si juxta allegoriam, ut supra diximus, uxor in corpore accipitur, vir in animo, nihil incongruum est timere eam ut ancillam virum, in secundo gradu et in viliori substantia constitutam».

¹¹⁸ *Sermones*, *PL* 212:556: «Habet autem haec equitatio Domini etiam significationem corporis castigandi. Asinus enim corpus humanum significat, quod ita subijci debet nostro rationali, sicut subjugale homini, **unde Sallustius: «Animi imperio, corporis servitio magis utimur**».

¹¹⁹ *Ibidem*, *PL* 212:663. *Cf.* nota 41.

Do que nunca teremos a certeza é se os autores medievais que citam este passo de Salústio conheceram e leram realmente a sua obra. Pela quantidade de passos citados por Helinando, seis, e pela época em que viveu, sécs. XII-XIII, é muito provável que tenha lido directamente parte da obra de Salústio, pelo menos a *Conjuração de Catilina*. Rabano Mauro (séc. IX) coloca um problema muito mais complicado, porque as suas citações, ao todo treze, remetem para os fragmentos das *Historiae*, obra já desaparecida no seu tempo, além de que algumas delas foram indubitavelmente lidas em fontes secundárias. Nesta questão complexa que é a recepção dos Clássicos, não podemos deixar de ter em conta que das referências a Salústio que se encontram nos escritores da época medieval nem todas testemunham um contacto directo com a obra do historiador romano. Muitas delas são transmitidas por via indirecta de autor para autor. Caso típico é o de uma expressão de um fragmento das *Historiae* (fr. 52) citada por Rabano Mauro, que foi com toda a certeza tomada de Isidoro de Sevilha que a regista duas vezes, uma nas *Etimologias*, outra nas *Differentiae*. Dado, porém, que tal citação é utilizada como abonação linguística e não como autoridade histórica, o importante é a fonte secundária e o contexto em que foi lida. Isto significa duas coisas.

A primeira é que se trata de uma transmissão de Salústio extremamente fragmentária, reduzida a um contexto meramente gramatical; qualquer aluno que estudasse rudimentos de língua latina tinha necessariamente contacto com o nome de Salústio e com uma ou várias frases isoladas do contexto da sua obra. Quando essas frases eram portadoras de algum conteúdo sentencioso, poderiam vir a ser utilizadas em outros contextos, sermões, reflexões filosóficas ou moralistas, ou simplesmente como ornamento retórico e exibição de cultura. Mas quando se destinavam a esclarecer o significado exacto de uma palavra, ou a distinção de dois termos quase sinónimos, como por exemplo «Venter autem, et alvus, et uterus inter se differunt»¹²⁰, a transmissão fica limitada a um acto de aprendizagem sem repercussão posterior, a não ser que seja retomada por outro manual. Em todo o caso nunca passará dos limites de uma recepção limitada e, por assim dizer, fechada.

A segunda é que esse contexto de recepção não exclui a possibilidade de o mesmo receptor ter tido contacto, por via directa, com a obra de Salústio, em outros contextos de aprendizagem ou de leitura. Em suma, o facto de Rabano

¹²⁰ Sancti Isidori Hispalensis Episcopi, *Etymologiae*, PL 82:413: «Venter est, qui acceptos cibos digerit, et apparet extrinsecus, pertinetque a pectore ad inguina. Et dictus venter, quod per totum corpus vitae alimenta transmittat. Alvus est, quae cibum recipit, et purgari solet. Sallustius: Simulans sibi alvum purgari. Et vocatur alvus, quod abluatur, id est, purgetur. Ex ipsa enim sordes stercorum defluunt». Cf. *Differentiarum libri duo*, PL 83:14.

Mauro citar Salústio em contexto gramatical, por intermédio de Isidoro, não prova nem exclui que ele tivesse conhecimento directo da sua obra. Estas considerações são essenciais, porque nem tudo o que parece testemunho da recepção de Salústio o é de facto.

Em face disso, a solução mais equilibrada é considerar as ocorrências caso a caso. Há grande probabilidade de que as duas citações da *Conjuração de Catilina* que se lêem na *Historia Francorum* de Gregório de Tours sejam o resultado de uma leitura directa dessa obra de Salústio. São ambas frases que se adequam à definição de princípios metodológicos a seguir por um historiador que leu e estudou as obras de outro historiador¹²¹. Foi isso que fez Gregório de Tours. Além disso, é muito provável que no seu tempo (séc. VI) a instrução escolar passasse ainda pela leitura da *Conjuração de Catilina*, como se deduz da análise de outras fontes. Mais uma prova, embora pela negativa, é que estas frases não ocorrem em nenhum dos textos dos Padres da Igreja onde pudessem ser lidas.

O que não é provável é que a segunda dessas frases – «cada um aceita de bom grado aquelas coisas que julga ser capaz de executar: e considera falsas, como inventadas, aquelas que estão acima das suas forças» – seja tomada directamente de Salústio pelo autor anónimo da *Vida de Santo Anão*, bispo de Colónia, escrita no séc. XI¹²². Com toda a probabilidade essa frase foi bebida em Gregório de Tours. Enquanto este menciona expressamente o nome de Salústio, o autor da *Vida de Santo Anão* atribui o passo que cita «a um dito de um homem secular»¹²³. Talvez para ele o nome de Salústio fosse completamente vazio de qualquer conteúdo biográfico. Ou, a julgar pela fórmula usada – «secundum viri saecularis sententiam» –, teria colhido a sua citação num florilégio de frases sentenciosas? Não podemos ir além das conjecturas, porque não há colectânea em que tal «sentença» se encontre.

Esta questão amplia-se extraordinariamente quando nos debruçamos sobre as 27 citações e referências a Salústio que encontramos na obra de Isidoro de Sevilha. Por um lado é plausível que algumas delas tenham sido recolhidas em fontes indirectas; por outro lado é certo e seguro que um grande número foi tomado por outros autores a partir da obra do Hispalense. O que salta à vista é o grande

¹²¹ PL 71:278: «Sed nos haec narrantes, **Sallustii sententiam**, quam in detractores historiographorum protulit, memoramus; ait enim: «**Arduum videtur res gestas scribere: primum, quod facta dictis exaequanda sunt; deinde quia plerique delicta, quae reprehenderis, malevolentia et invidia dicta putant**». Cf. *Conjuração de Catilina*, 3, 2.

¹²² «*Vita Sancti Annonis* scripta graviter jussu Reginhardi, Sigebergensis coenobii abbatis, a quodam, qui tamen nomen suppressit suum: PL 143: 1517.

¹²³ *Ibidem* PL 143:1545: «Sed hoc ideo, quia **secundum viri saecularis sententiam**, quae sibi quisque facilia factu putat, aequo animo accipit: supra ea, veluti ficta, pro falsis ducit». Cf. *Conjuração de Catilina*, 3, 2.

número de citações (16, cerca de 60%) tiradas das *Historiae*, já reduzidas a uns escassos fragmentos, no tempo em que Isidoro escrevia. Facilmente se compreende o uso de sete citações da *Conjuração de Catilina* que, ao contrário da *Guerra de Jugurta*, continuava a ser um texto lido na escola. A evidência mostra que dessas sete citações só uma depende de Jerónimo¹²⁴. As restantes não ocorrem em nenhum outro autor ou, se ocorrem, as divergências entre elas são tais que mais confirmam a dependência de Isidoro directamente de Salústio.

A título de exemplo, é esse o caso de um passo referido por Agostinho – «quod patiens erat inedia»¹²⁵ –, que na versão de Isidoro toma a forma de «corpus patiens inedia», como em Salústio¹²⁶. Complexa é, pois, a discussão que se pode levantar em torno dos fragmentos das *Historiae*. Será possível que Isidoro tenha tido acesso a um exemplar completo desta obra? Não é crível.

A primeira razão é que não se encontra nele nenhuma citação minimamente extensa, como, ao contrário, sucede na *Cidade de Deus* de Agostinho. Nada que se pareça, mas apenas pequenas frases que servem para apoiar uma curta definição, ou fornecer uma informação geográfica: que outrora a Sicília estava ligada à península Itálica¹²⁷; que a Sardenha é mais escarpada a ocidente que a oriente¹²⁸; que o «paludamentum» é um manto usado pelos generais¹²⁹, etc. Todas estas pequenas frases devem ter sido colhidas em colectânea hoje desconhecida, ou de um pequeno léxico igualmente desconhecido. Uma ou outra pode ter vindo de uma gramática. Teriam algumas, por via indirecta, origem na «Quadriga de Méssio»? É uma hipótese a não excluir. O que se pode concluir é que de modo algum Isidoro leu uma versão completa das *Historiae*. Estamos no séc. VII: esta

¹²⁴ *Etymologiae*, PL 82:349: «et nunquam **opibus expleatur**, et **quantum plus habuerit**, tantum plus cupiat [...] et Sallustii: Quod avaritia neque copia, neque inopia minuitur. Cf. S. Jerónimo, *Epistolae*, PL 22:897: ne consuetudine **plus habendi**, praeberet locum avaritiae, quae nullis **expletur** opibus: et quanto amplius habuerit, plus requirit; et neque copia, neque inopia minuitur. As expressões usadas por Isidoro – «**opibus expleatur**, et **quantum plus habuerit**» – são inspiradas em Jerónimo. Salústio dizia o mesmo com outras expressões: «[avaritia] **semper infinita <et> insatiabilis est**, neque copia neque inopia minuitur» (*Conjuração de Catilina*, 11:3).

¹²⁵ *Contra Julianum* PL 41:747.

¹²⁶ *Conjuração de Catilina*, 5,3.

¹²⁷ *Etymologiae*, PL 82:518: «**Sallustius autem dicit Italiae conjunctam fuisse Siciliam**, sed medium spatium impetu maris divisum, et per angustiam scissum». Cf. Salústio, *Hist. fr.* IV, 26: «Italiae Siciliam coniunctam constat fuisse, sed medium spatium aut per humilitatem obrutum est aut per angustiam scissum».

¹²⁸ *Ibidem* PL 82:520: «Commune est insulis, ut promineant; inde et loca earum promontoria dicuntur. Sic Sallustius de Sardinia: In Orientem latior prominet quam in Occidentem». Cf. Salústio, *Hist. fr.* II, 2: «Sardinia in Africo mari facie vestigii humani in orientem quam in occidentem latior prominet».

¹²⁹ *Ibidem* PL 82:690: «Paludamentum erat insigne pallium imperatorum cocco, purpuraque et auro distinctum. De quo Sallustius: **Togam**, inquit, **paludamento** mutavit. Erat enim pallium bellicum, dictum, ut quibusdam videtur, quod eo indutus palam faceret imperator bellum futurum».

obra já era rara, ou já estava irremediavelmente desaparecida da circulação. Não obstante, estes fragmentos continuaram a mover-se por toda a Idade Média. Nove deles foram tomados de Isidoro por Rabano Mauro (séc. IX). E assim se dirá que Salústio é o autor de uma afirmação que provavelmente não escreveu, pois não se encontra nos seus fragmentos. Foi este o caso da citação sobre os rios do Paraíso, a que acima nos referimos, que resulta de um arranjo composto por Isidoro (e retomado por Hugo de Folieto¹³⁰ e Martinho de León¹³¹) a partir do cruzamento de uma citação de Jerónimo¹³² com uma afirmação de Boécio¹³³.

A verdade é, pois, que não são muitos os indícios de que Salústio tenha sido lido directamente pelos autores do Renascimento Carolíngio em geral. Na maioria dos casos citam-no por Jerónimo, Agostinho, Isidoro ou Beda. Mesmo assim temos um excelente testemunho de Loup de Ferrières (805-862), numa carta em que diz: «Dignai-vos trazer-nos a *Conjuração de Catilina* e a *Guerra de Jugurta*, os livros das *Verrinas* e outros que sabeis corrompidos, ou que de todo não possuímos; para que com o vosso benefício se corrijam os defeituosos, e os que não temos e os que jamais teremos senão graças a vós sejam adquiridos com tanto mais satisfação, quanto os não esperávamos ter»¹³⁴.

Deste texto deduz-se que, em pleno séc. IX, os livros circulavam, que os clássicos eram lidos. Mas também se conclui que entre os livros de Salústio se mencionam a *Conjuração de Catilina* e a *Guerra de Jugurta*, mas não as *Historiae*. O mesmo autor desta carta afirma, na *Vida de S. Maximino*, que uma pessoa minimamente culta «não ignora que Salústio Crispo e Tito Lívio narraram não poucas coisas que precederam a sua época, em parte de ouvir dizer e em parte descobertas pela leitura»¹³⁵.

Mais uma vez se considera que a leitura de Salústio faz parte da bagagem de uma pessoa ligeiramente culta. O mesmo clima parece ter-se vivido em Córdova entre os moçárabes. Na vida de Santo Eulógio, que sofreu o martírio no ano de 852, afirma-se que eram extensíssimas as suas leituras: Padres da Igreja, filósofos, hereges, pagãos; verso, prosa, história, tudo passava pelo crivo da sua leitura.

¹³⁰ *PL* 178:779.

¹³¹ *Sermones*, *PL* 208:582. *Cf.* nota 46.

¹³² *Cf.* nota 42.

¹³³ *Cf.* nota 43.

¹³⁴ *Epistolae*, *PL* 119:579: «**Catilinarium et Jugurthinum Sallustii**, librosque Verrinarum, et si aliquos alios vel corruptos nos habere vel penitus non habere cognoscitis, nobis afferre dignemini; ut vestro beneficio et vitiosi corrigantur, et non habití, nunquamque nisi per vos habendi, hoc gratius quo insperatius acquirantur».

¹³⁵ *Vita Sancti Maximini*, *PL* 119:679: «[...] cum profecto, si vel leviter est eruditus, **non ignoret Sallustium Crispum Titumque Livium non pauca quae illorum aetatem longe praecesserant partim auditu, partim lectione comperta narrasse**».

Mas voltemos a Loup de Ferrières para salientar que ele manifesta ter adquirido, na leitura dos historiadores, uma consciência clara da metodologia da história. Com o exemplo de Salústio advoga que o conhecimento do passado obtém-se pela análise dos documentos e pela recolha das tradições orais.

Um aspecto interessante da sobrevivência de Salústio é que Loup de Ferrières, e toda a Idade Média pós-carolíngia em geral prestou particular atenção a um passo do discurso de Micipsa, em que o velho rei da Numídia faz um apelo à unidade e à concórdia dos príncipes herdeiros do seu reino, entendido na Idade Média como um princípio fundamental para a estabilidade das casas reais e das monarquias. O texto de Salústio, e particularmente este discurso, fazia parte da educação do Delfim. Segundo um comentário do Cardeal Barónio, inserido na edição das cartas de Loup de Ferrières da Patrologia Latina, Carlos o Calvo ordenou aos bispos que enviassem esta carta a todos os seus diocesanos para que se abstivessem de facções e conspirações. Não deixa de ser sintomático que Salústio seja invocado num momento em que o Sacro Império se desmorona entre as lutas fratricidas em que se envolveram os filhos de Luís o Pio. A função política de Salústio é bem visível neste como em outros casos: «per concordiam parvae res crescent, per discordiam vero maximae dilabuntur»¹³⁶. O primeiro a citar esta máxima foi o autor de uma colectânea atribuída a Beda. O facto de não ser feita referência ao seu autor permite, com alguma probabilidade, distinguir, entre os vários autores que a citam, os que a beberam na colectânea dos que a leram em Salústio em primeira mão. Não é evidente decidir a qual destes grupos pertence Loup de Ferrières, embora em outros passos dê provas de conhecer em primeira mão a obra de Salústio. Ratério de Verona (séc. X) cita o mesmo provérbio para comentar o passo de S. Mateus «Todo o reino dividido contra si mesmo será destruído»¹³⁷, dizendo que o seu autor é «um certo homem que não conhecia Deus», o que significa que fazia uma ideia da identidade do seu autor, pagão, pelo menos¹³⁸. Pelo contrário, Werner de S. Brás, já em pleno séc. XII, ligando embora o passo a S. Mateus como Ratério, omite a referência à identidade do autor, o que pode significar que o desconhece inteiramente. E o mesmo se diga da utilização que fazem do mesmo provérbio Ivo de Chartres (1040-1116)¹³⁹, Hildeberto de Lavardin (1056-1133)¹⁴⁰, ou Leão de Óstia († 1115)¹⁴¹, que o leu em Werner de S. Brás.

¹³⁶ Loup de Ferrières, *Epistolae*, PL 119:576. Cf. Salústio, *Jugurta*, 10, 3-6: «nam concordia parvae res crescent, discordia maxumae dilabuntur».

¹³⁷ Mat. 12, 25.

¹³⁸ *Pracloquia*, PL 136: 1.

¹³⁹ Cf. PL 162:262.

¹⁴⁰ Cf. PL 171:1023.

¹⁴¹ Cf. PL 173:253.

Aparentemente não são muitas as provas da leitura de Salústio em primeira mão neste período de renascimento universitário. Inversamente são inúmeros os casos de citações que atravessaram a Idade Média em estafetas que arrancaram de Jerónimo, de Agostinho, ou de outros, passaram por Isidoro, se repercutiram em Beda, Rabano Mauro e vieram esbater-se nos autores dos séculos XII-XIII. A prudência aconselha a que não se tome por exclusiva uma citação em diferido, pois que um mesmo autor lia Salústio nas suas obras e lia-o citado nos autores cristãos consagrados. E nada o impedia de transcrever uma citação emprestada, apesar de a conhecer em primeira mão. As duas formas de transmissão seguem a par uma da outra.

Mas há testemunhos que ultrapassam as conclusões que se podem tirar da simples verificação dos passos de Salústio documentados em autores medievais. À medida que nos aproximamos do renascimento do séx. XII, são cada vez mais os autores que sem dúvida alguma integram Salústio no acervo das suas leituras e, provavelmente, das suas bibliotecas, como deve ter sido o caso, já referido, de Loup de Ferrières, de Ratério de Verona e de Álvaro de Córdoba. Sobre Ratério, natural de Liège, monge em Namur e depois bispo de Verona, cumpre acrescentar que era um exímio conhecedor da literatura latina. As suas referências a Salústio são tanto mais significativas quanto remetem, não para frases ou palavras isoladas, mas sim para grandes núcleos ideológicos. Com o exemplo e as palavras de Mário, retratado ao longo da *Guerra de Jugurta*, constrói a insinuação de que uma certa pessoa não identificada pelo nome «não respeita a distância entre um nobre e um pobre», «asseverando que, segundo o testemunho de Salústio, muitos nobres cometem vilanias, e muitos vilãos actos nobres, e que a nobreza depende da capacidade e dos actos próprios e não dos alheios»¹⁴². É ainda com uma remissão para a *Guerra de Jugurta* que ataca a venalidade da Cúria Romana¹⁴³. É ainda dele uma referência à correspondência ou às invectivas trocadas entre Salústio e Cícero, que a crítica moderna considera obras apócrifas, mas que existiam nas bibliotecas medievais¹⁴⁴. Temos pelo menos a notícia da existência de um exemplar na abadia de Bec¹⁴⁵.

¹⁴² *Conjectura qualitatis*, PL 136:525: «Inter nobilem et ignobilem ad suum commodum nullam facit distantiam peragendum, multos asseverans nobiles ignobilia, multos ignobiles nobilia saepe fecisse, nobilitatemque ex potentia et proprie actu, quam ex alieno, **Sallustio teste**, pendere».

¹⁴³ Apologeticus, PL 136:638. O tema da venalidade da Cúria Romana será objecto de ataque virulento na *Narratio restorationis Abbatiae Sancti Martini Tornacensis*, da autoria da Hermann de Tournai (1070-1147). É ainda Salústio que serve o mote a este tópico: «Utrique ergo coram papa conveniunt, et nunc his, nunc illis curia favet, ad ultimum tamen etiam Roma immensitate pecuniae superatur, **nolens illam Sallustii sententiam falsam esse qua dicitur: Omnia venalia Romae**». (PL 180:1015).

¹⁴⁴ *Dialogus Confessionalis*, PL 136:431: «et quod Sallustius Ciceroni dixit [...]».

¹⁴⁵ *Catalogus librorum abbatiae Beccensis*, PL 150:782: «invective in Sallustium; et Salustius in Tullium».

A Ratério de Verona poderia juntar-se Gunzo, natural do norte de Itália e que em 965 visita S. Gall no séquito de Otão I. Embora evidencie conhecimentos vastíssimos relativamente aos autores clássicos, que realmente mostra ter lido, exhibe a sua erudição referindo Salústio pelo comentário de Sérvio e, provavelmente, pela *Ars grammatica* de Donato. Não podemos esquecer que este século X foi o século de Rosvita, leitora e imitadora de Terêncio. Existiu um círculo literário que se movia em torno da corte do imperador germânico, ao qual pertenceu o historiador Richer (segunda metade do séc. X), que no estilo de Salústio conta como um certo nobre «de bela figura, forte de corpo, ávido de honra, magnânimo mas traiçoeiro», juntou a si «todos os sacrílegos, condenados em tribunal, e também os que temiam condenação pelos seus actos e, enfim, todos os criminosos, para tomar o poder¹⁴⁶. Ainda que Richer o não declare, não fez mais do que imitar o retrato de Catilina na caracterização do autor desta conjura contra a família imperial.

Em suma, confirmando com estes dados as conclusões já atrás deduzidas por outras vias, não há dúvida de que os historiadores da segunda metade do séc. X conheciam a obra de Salústio; mas referem apenas a *Conjuração de Catilina* e a *Guerra de Jugurta*, e nunca as *Historiae*, a não ser em citação diferida. Em sua substituição lia-se a obra de Eutrópio, Orósio e outros historiadores que os seguiam. É assim que vemos Aimon (965-1008) apresentar, na sua *Historia Francorum*, uma citação da *Historia* de Orósio, seguida de outra de Salústio, não das *Historiae*, mas da *Guerra de Jugurta*¹⁴⁷.

E, relativamente ao séc. X, concluímos com a menção de Gerberto de Reims, primeiramente Abade e depois Papa, sob o nome de Silvestre II, que cita a célebre frase de Salústio: «todos os homens que devem dar um conselho sobre questões complicadas, devem estar isentos de sentimentos de ira, ódio ou misericórdia»¹⁴⁸. É altamente significativo que Abbon (940-1004), abade de Fleury, da mesma época e do mesmo ambiente intelectual de Gerberto, cite o mesmo passo¹⁴⁹. Este é um aspecto importante da presença de Salústio num sector extremamente sensível

¹⁴⁶ *Historiarum*, PL 138:120-121: «Vir aeque ut Otto nobilis, corpore eleganti ac valido honoris cupidus ac factiosus; animo vasto, sed fallaci. Hic regnandi avidus, omnes sacrilegos, aut iuditiis convictos, sive etiam pro factis iuditiis timentes, postremo omnes flagitiosos quos conscius animus exagitabat, sibi proximos ac familiares fecit».

¹⁴⁷ PL 139:637.

¹⁴⁸ Gerberti Postmodum Silvestri II Papae, *Operum pars III.—Epistolae et diplomata*, PL 139:220: «[...] quoniam, ut ait Sallustius, omnes homines qui de rebus dubiis consulunt oportet esse remotos ab ira, odio, misericordia». O mesmo passo foi retomado no séc. XII pelo Cardeal Robert Pully (PL 186:697).

¹⁴⁹ *Epistolae*, PL 139:429: «hinc sumptum est quod habetur in canonibus, ut in appellatione virorum sacri ordinis alii accusatores, alii testes sint, alii iudices, et singulorum vita discutiatur, ne vindictam meditentur, ne velint exercere in innocentem suae indignationis achimoeniam rabiem. **Quipe, juxta illud Sallustii necesse est ut omnes sint ab ira, odio, gratia et misericordia alieni**».

da cultura ocidental, como é o da canonística, da ética do direito e da prática forense.

Passemos adiante de Herigier (950-1017), um dos grandes renovadores da pedagogia medieval, que adaptou ao pensamento cristão uma frase de Salústio que mais ninguém refere¹⁵⁰, para nos situarmos em cheio, à guisa de conclusão, no ambiente do renascimento universitário dos séculos XII/XIII, a que já fizemos as referências que se foram impondo.

Seja o primeiro a ser mencionado Hildeberto de Lavardin, um dos mais distintos poetas da latinidade medieval, notável pela solidez da sua formação clássica, com doze citações de Salústio, nove da *Conjuração de Catilina*, três da *Guerra de Jugurta*. O que prevalece nos seus interesses por Salústio é a filosofia moral e política. Importa-lhe sobretudo frisar a formação do carácter e orientar o comportamento do homem que vier a desempenhar funções de responsabilidade na corte ou na cúria religiosa. Adaptando Salústio à situação do final da Idade Média, insiste na deliberação amadurecida antes da tomada de decisão. Os conselheiros, como os senadores do tempo de Salústio, devem pôr de lado todas as paixões para poderem deliberar com independência¹⁵¹. Na sua conduta é fundamental a prática da lealdade e evitar a todo o custo uma atitude vingativa para com as ofensas recebidas¹⁵². A ambição levou muitos a serem falsos, a considerar a amizade não pelo que ela vale, mas pela utilidade que dela tiram, e a cultivarem a aparência de bondade, mais do que a tê-la no seu íntimo¹⁵³. Haverá sempre quem, desprovido de grandes recursos, inveje os bons e louve os maus, sempre à espreita de oportunidade de mudança. É preciso venerar os antepassados. A infâmia dos nobres é tanto mais perniciosa quanto mais ilustre for a sua ascendência. Enfim, um homem superior não deve deixar-se dominar pela luxúria¹⁵⁴, porque os homens que não querem passar a sua vida em vão, como os animais, devem procurar mais a glória pela força moral do que pela força física.

Tudo isso é o Salústio que penetrou realmente em todos os sectores da cultura medieval. Mas em Hildeberto toma a configuração de um manual concebido para a formação das chefias políticas e religiosas. Esta reutilização do pensamento e da ética política de uma geração é uma forma de a tornar viva na geração seguinte.

¹⁵⁰ *Gesta episcoporum Tungrensium, Trajectensium et Leodiensium*, PL 139:1062: «Ubi namque socordiae se quis ignaviaeque tradiderit, nequicquam Deum impleret». Salústio, *Conjuração de Catilina*, 52,29: «ubi socordiae te atque ignaviae tradideris, nequicquam deos implores».

¹⁵¹ *Moralis philosophia de honesto et utili*, PL 171:1020.

¹⁵² *Ibidem* PL 171:1022.

¹⁵³ *Ibidem* PL 171:1024.

¹⁵⁴ *Ibidem* PL 171:1041: «Pudicitia est moderamine roboris petulantiam domare. Sallustius: «Si libido animum possidet ac dominatur, animus nil valet. Nemo enim unquam libidini simul paruit et usui».

Como verificámos relativamente ao séc. X, o aproveitamento de Salústio como mentor político amplia-se à medida que avançamos na Idade Média.

O século XII é também a época de Graciano, monge camaldulense em Bolonha, iniciador do estudo do direito canónico. Salústio, que fornece ao direito o princípio ético da isenção do julgamento, proporciona a Graciano um tema de comentário ao cânone que regulamenta a atitude exterior dos clérigos: «O clérigo deve dignificar a sua condição não só pelo hábito, senão ainda pelo seu porte»¹⁵⁵. O comentário de Graciano «Por isso o historiador, ao descrever a inquietude daquele cuja consciência desassossegada lhe devastava a alma, entre outras coisas faz esta notável observação, dizendo: *andar ora apressado ora lento*»¹⁵⁶. Só as últimas palavras são de Salústio, mas todo o contexto remete para o retrato moral de Catilina, magistralmente traçado por Salústio¹⁵⁷.

3. Conclusão

Ao concluir esta análise, porventura lenta e arrastada, mas muito longe de ser exaustiva, resumo em modo de síntese alguns pontos de vista que cumpre salientar, e que são substancialmente os mesmos que assinali em artigo recente dedicado ao estudo da pervivência de Terêncio.

a) Um pouco por rotina do sistema educativo, um pouco por sentimento sincero de veneração pelo passado, a Antiguidade Tardia, em plena época cristã, assumiu o cânone de autores lidos e comentados na escola. Tertuliano, Cipriano, Lactâncio, Agostinho, Ambrósio, Jerónimo e tantos outros, embeberam a sua memória de palavras, expressões e frases de Salústio, que inconscientemente marcaram o seu estilo e lhes ocorriam ao pensamento. E não há nada que se ofereça tão espontaneamente à memória como umas sentenças que se aprenderam na escola ou em tenra idade.

b) Quando um Agostinho ou um Jerónimo embutiam nas suas obras uma referência a Salústio, ou uma citação, estavam a assegurar a perpetuação do seu nome, por meio da leitura indirecta de algumas frases ao longo de séculos e séculos. O mesmo efeito multiplicador foi produzido pelos gramáticos medievais, que se limitaram a transmitir ao seu tempo as mesmas frases hauridas nos gramáticos anteriores, com todo o acervo de citações e exemplos, onde havia sempre Salústio:

¹⁵⁵ *Concordia Discordantium Canonum*, PL 187: 221: «Clericus professionem suam et habitu et incessu probet».

¹⁵⁶ *Ibidem* PL 187:221: «Historiographus ille, quum ejus mutabilitatem describeret, cujus conscientia excita curis mentem vastabat, inter cetera hoc etiam notabile judicavit, dicens: Citus modo, et tardo modus incessus».

¹⁵⁷ *Conjuração de Catilina*, 15.

para explicar formas estranhas, vocábulos caídos em desuso, ou raridades de toda a espécie. Nas aulas de retórica muitos argumentos foram inspirados nas figuras retratadas por Salústio ou em situações por ele descritas. Muitas das crianças e jovens que, na escola, leram e se impressionaram com essas figuras e decoraram algumas das sentenças que proferiram, provavelmente sentiram mais tarde apetência de ler algum texto de Salústio ou alguma obra completa. E quando algumas delas se tornaram, por sua vez, produtoras de texto escrito, se exibiram uma citação de Salústio, nunca sabemos ao certo se o seu conhecimento do texto citado ia além da frase colhida, na infância ou na adolescência, na aula do mestre-escola. Ainda aqui, a marca que a primeira aprendizagem imprime na memória é tão indelével que, embora a frase citada se encontre num gramático, tal não significa que o autor e parte da obra não sejam conhecidos por quem a cita. A pervivência de Salústio continua, em qualquer caso, de geração em geração, literalmente.

c) Houve épocas privilegiadas na leitura, comentário, assimilação e multiplicidade de utilizações do texto salustiano. Uma delas, além da Antiguidade Tardia, foi sem dúvida a época conhecida pela designação de Renascimento Carolíngio: fica bem evidente, nas páginas anteriores, a quantidade e qualidade de autores que, durante os séculos IX e X, indiciam por um lado o estudo de Salústio em ambiente escolar, por outro lado um conhecimento dele em segunda mão, recebido na leitura das obras dos Padres da Igreja dos séculos anteriores, e por outro lado ainda uma marca evidente do contacto directo, em prazer de leitura, completa ou alargada, da sua obra.

d) O movimento cultural da corte carolíngia continuou imparável durante os séculos que se seguiram. Muitos dos escritores dos séculos IX e X foram alunos dos grandes mestres da escola palatina ou dos seus epígonos. O ambiente cultural em que viveu Rosvita, bem como o da corte de Otão I ou da dos Reis Lombardos, não desmereciam em interesse pelos clássicos e por Salústio. Ao mesmo tempo, os mosteiros, e as suas escolas, passaram a dispor de um acervo considerável de textos profanos. Também eles passaram a ser olhados como um repositório importantíssimo de uma sabedoria digna de ser equiparada à palavra de Deus.

e) Quando chegamos a outra época privilegiada, no que respeita à recepção de Salústio, o Renascimento Universitário dos séculos XII/XIII, atingimos uma espécie de plenitude do interesse efectivo pela sua obra. Não há historiador ou homem culto, pensador ou exegeta que não cite em abundância Salústio, que se torna o prato forte nos livros de filosofia moral, nos manuais para a educação de príncipes, nos compêndios de canonística; sobe ao púlpito nas citações de eruditos pregadores que fazem questão de se enfeitarem com as galas de umas tantas sentenças repetidas; lê-se, imita-se e adapta-se. E assim viveu e perviveu ao longo de toda a Idade Média.

Deolinda Carneiro

Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim

Da Ermida da Mata à nova Igreja da Misericórdia da Póvoa de Varzim¹

Resumo

Este texto apresenta um estudo resumido do património artístico pertencente à Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim. Este trabalho integra-se (assim como a exposição patente no Museu Municipal) nas comemorações dos 250 anos da fundação desta Irmandade, que foi, desde 1756, de uma enorme importância como instituição de solidariedade social nunca esquecendo os seus objectivos por se tratar de uma associação de leigos unidos pela fé e valores cristãos, tendo como programa de acção as 14 Obras de Misericórdia, tanto as corporais como as espirituais. Como esta instituição se estabeleceu e herdou da antiga igreja Matriz da vila da Póvoa, a ela competiu conservar grande parte do património artístico religioso. Desde a primitiva ermida dedicada a S. Tiago às actuais instalações são, na verdade, mais de sete séculos da história e arte da cidade que vemos reflectidos nas peças que pertencem (ou pertenceram) à Santa Casa.

Abstract

This text presents a brief study of the artistic heritage of the Santa Casa da Misericórdia in Póvoa de Varzim. This study (as well as the exhibition at the Municipal Museum) is an integral part of the commemorations of the 250 years of the foundation of this Brotherhood in 1756. It was extremely important as an institution of social solidarity, without ever neglecting its purposes as an association of layman united by faith and Christian values, whose programme of intervention covered the 14 Works of Mercy, both the corporal and the spiritual. As this institution was founded upon and succeeded the ancient Mother Church of Póvoa, it became responsible for preserving a great part of its artistic religious heritage. In fact, the pieces pertaining to (or which pertained to) the Santa Casa reflect over seven centuries of the city's history and art, from the primitive chapel dedicated to St. Tiago to its current installations.

¹ Algumas parcelas deste texto foram publicados no nosso trabalho: - *Património Artístico e Arquitectónico da Póvoa de Varzim - do século IX a inícios do século XX*, in *Opera Fidei - Obras de Fé num Museu de História. Arte Sacra do Arciprestado de Vila do Conde - Póvoa de Varzim* (Catálogo de exposição), Póvoa de Varzim, Câmara Municipal da P. de V. / Museu Municipal, 2002-2003, pp. 71-108.



Fig. 1 - **Parede medieval da antiga Igreja da Misericórdia - primitiva Matriz da Póvoa de Varzim. Porta romano-gótica** - (Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim (MMEHPV) - N.º Inv.º F-152, F-153,1 F-54. Legenda antiga: “Igreja da Misericórdia - (...) Ao demolir-se esta igreja, para o prolongamento da Avenida, verificou-se, como se vê por esta fotografia, que ela foi a ampliação dum templo românico-gótico (...)”).

Estudar o Património Artístico da *Santa Casa da Misericórdia* (fundada na Póvoa de Varzim há 250 anos) não se resume a analisar e descrever obras de arte adquiridas ao longo de dois séculos e meio. Esta Instituição “estabeleceu-se” e “herdou” a antiga igreja Matriz da vila da Póvoa e, com ela, retábulos, esculturas, pinturas, alfaías litúrgicas e todo o mobiliário que não foi transferido para a nova igreja Matriz em 1757. O seu património espelha a história da formação da *Póvoa de Varzim*, desde a primitiva ermida da Mata, às actuais instalações de Solidariedade Social. São mais de sete séculos de arte que vemos reflectidos nas peças que pertencem (ou pertenceram) à *Santa Casa*.

Devemos, ainda, lembrar os investigadores que estudaram a história e a arte (existente ou já desaparecida) desta *Casa*, desde o Dr. Leandro Rodrigues, ao Tenente Francisco Félix Henriques da Veiga Leal, em 1758², às pesquisas e publicações de, entre muitos outros, Bernardino Faria, Fernando e Jorge Barbosa, M. Manuel Amorim, J. Martins da Costa, Sandra Araújo Amorim, Paula C. R. Dionísio, ao trabalho pioneiro do Dr. Flávio Gonçalves: “*Um templo Desaparecido*” (1964).

É também de destacar que, com algumas excepções, a maior parte das peças de arte móvel referidas nas descrições do século XVIII se tenham conservado nas dependências da Misericórdia, na Igreja Matriz ou no Museu Municipal

² Ambos em resposta aos Inquéritos enviados pelo Padre Luís Cardoso, membro da Academia Real de História.

(em depósito ou oferecidas)³. O cuidado com que foram realizadas algumas fotografias – segundo as orientações e conselhos de Rocha Peixoto – e recolhidas pedras antigas de importância artística e histórica (conservadas pelo município), quando se construiu a nova igreja em inícios do século XX, são um exemplo de *consciência patrimonial*, dum cuidado em estudar e preservar a memória do património artístico, raro na época. A frequente entreajuda e, em regra, o bom entendimento entre a Irmandade, o poder municipal (que incentivou e apoiou desde o primeiro momento a criação desta instituição de solidariedade social) e a Igreja, permitiram que se conservasse esta *herança* artística⁴ permitindo a sua fruição por toda a população.

A nossa história começa nos recuados séculos da Idade Média, em que as zonas costeiras eram inseguras sendo, por isso, compreensível que a zona litoral da actual cidade fosse pouco povoada e os seus “casais” se estabelecessem nos locais relativamente afastados do mar, na zona envolvente do antigo edifício da Câmara Municipal⁵ e na “Vila Velha”, onde se situava a “Ermida da Mata” com a invocação de S. Tiago. O arco de uma porta “romano-gótica”, pedras sigladas e modilhões provenientes desta primitiva capela, encontram-se expostos no Museu Municipal.

O altar-mor desta capela ficou na sacristia do templo demolido. Pena é que, quando se realizaram obras em meados do século XVIII, para ampliar a porta principal – segundo o testemunho do Tenente Veiga Leal – se tenha destruído o antigo lintel onde estava gravada “*a figura d’uma cobra*”. Na época a insólita existência deste ofídio era explicada pela lenda do aparecimento milagroso de uma imagem de Santa Maria – a *Nossa Senhora de Varzim* – mas hoje lembra-nos, naturalmente, as várias representações serpentiformes que encimam os portais axial e o sul da igreja românica de S. Pedro de Rates. Esta figura *apotropaica*, típica dos templos românicos é mais um testemunho da antiguidade desta ermida, apesar do centro religioso se localizar na zona mais interior, em Argivai.

Uma das imagens de vulto inteiro mais antigas da Póvoa de Varzim é, exactamente, um *S. Tiago Zebedeu, o Maior*. Esta escultura em calcário policromado⁶

³ Exceptuando uma “Mesa dos Apóstolos” (agora na posse de um particular) e uma imagem de Nossa Senhora do Pilar (que não encontramos).

⁴ Grande parte deste património podia ter-se perdido quando se pensou em destruir a antiga igreja matriz no século XVIII, ou quando se construiu a nova igreja da Misericórdia no início do séc. XX.

⁵ Ver: AMORIM, Manuel - *A Póvoa Antiga - Dois estudos sobre a Póvoa de Varzim, séc. X-XVI*, (Publicação de dois estudos apresentados ao Colóquio “Santos Graça” de *Etnografia Marítima* realizado de 22 a 24 de Outubro de 1982 na Póvoa de Varzim e publicados, separadamente no III volume de Actas), Póvoa de Varzim, Câmara Municipal da P. Varzim, (1.ª edição: 1985) 2.ª edição: 2003.

⁶ Provavelmente esta imagem de S. Tiago é do século XIV e foi encontrada enterrada, seguindo as orientações das Constituições Sinodais de Braga que, depois do Concílio de Trento, recomendavam que

foi encontrada enterrada na zona da capela-mor da já destruída “ermida” a ele dedicada⁷.



Fig. 2 - S. Tiago Zebedeu, o Maior. Século XIV - XV (?). Escultura de vulto em calcário policromado. Alt. 70 cm x Larg. 23 cm. Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim - em depósito no Museu Municipal de Etnografia e H. da Póvoa de Varzim - Inv.º Es. - 37.

A milagrosa imagem gótica de **Nossa Senhora de Varzim** (ou *N.ª S.ª do Rosário*) foi uma das poucas a ser transferida para a nova igreja Matriz em 1757 e aí colocada (devido à sua importância) sob a protecção duma vitrina com *cortina* – tinha, como referimos, a sua origem envolta em lenda, descrita com encanto e rigor pelo Tenente Francisco Felix Henriques da Veiga leal, na sua preciosa – *Notícia da Villa da Povoá de Varzim, feita a 24 de Mayo de 1758*:

“Logo ao poente do adro da igreja da Misericordia se acha um campo a que o povo chama das passadas, ou pègadinhas: he a tradição de que n’este lugar, onde em uns penedos se acham gravadas umas profundidades a que chamam passadas ou pègadas apparecera a milagrosissima imagem da Senhora de Varzim (...) e é sem duvida, que muitas pessoas visitavam e visitam este lugar, e d’elle faziam seus

as imagens que se encontrassem em mau estado, fossem enterradas na igreja ou sacristia. Cf. GONÇALVES, Flávio - *Um templo desaparecido: a antiga Igreja Matriz (depois igreja da Misericórdia)*, in «Póvoa de Varzim. Boletim Cultural», vol. III, n.º 2, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal da P.V., 1964, (pp. 201- 266) p. 210.

⁷ Quando, em 1817, reconstruíram a capela-mor da Igreja da Misericórdia. Cf. GONÇALVES, F. - *Ob. cit.*, 1964, p. 210.

votos até esta igreja, no tempo em que a dita imagem n'ella estava. (...) Os mare-antes tanto d'esta villa, como dos povos circumvisinhos tinham n'ella grande fê; não faziam viagens sem levar consigo uma prenda da senhora, e lh'a repunham melhorada. Os capitães portuguezes mercantes d'estas visinhanças passando por esta costa a salvam com a artelharía de seus navios.

Dizem que em sua aparição a collocaram na capella da Madre de Deus, que estava dentro do povoado, e faltando no outro dia a imagem da Senhora, a acharam no mesmo lugar dos penedos em que apparecera.

Consta que no lugar d'esta igreja da Misericordia havia uma capella da freguezia, e dizem que com a invocação de S. Thyago, pouco frequentada por ter ao pé de si uma mata em que se viam muitos bichos venenosos especialmente uma grande cobra. Supplicaram os moradores á senhora illuminasse o lugar para a sua collocação, e observaram que passando d'ahi a poucos dias um nacional para o arrabalde da Villa Velha, em cujo caminho se acha uma fonte, vira este que a grande cobra largara a peçonha sobre uma pedra para ir beber agoa, o qual logo animosamente lhe espalhara o veneno, e cobrindo-o com a mesma pedra,



Fig. 3 - **Nossa Senhora de Varzim**. Século XIII (?). Escultura de vulto em madeira policromada, estofada e dourada. Proveniência: Primitiva Igreja Matriz da Póvoa de Varzim (antiga Igreja da Misericórdia). MMEHPV Inv.º Es. - 33.

⁸ Cf. LEAL, Francisco Félix Henriques da Veiga (1758) - *Notícia da Povoá de Varzim, feita a 24 de Mayo de 1758*. Como resposta ao Inquérito dirigido pelo P.e Luís Cardoso, em 1758. Cf. BARBOSA, Fernando (publicou e prefaciou) - *O Concelho da Póvoa de Varzim no século XVIII - As Memórias Paroquiais de 1736 e 1758*, in «Póvoa de Varzim. Bol. Cult.», vol. I, P. Varzim, 1958, pp. (258-343) 315 -320.

que voltara, se pozera em fugida, e dando parte do successo viera com os outros observar as subsequencias, e viram que a cobra se fazia em pedaços e morrera.

Publico o caso tiveram por certo que a senhora queria ser collocada n'aquella proxima capella, e talvez d'aqui nasceria o reduzir-se de capella a matriz (...). É sem duvida, que sobre a porta principal d'esta igreja esteve uma pedra e n'ella gravada a figura d'uma cobra, cuja pedra se tirou agora depois que passou a ser igreja da Misericordia, para reduzir a porta a melhor estado."⁸

Tão grande era a veneração e amor que os fiéis devotavam a esta imagem que, a par das ampliações e actualizações que foram sendo realizadas na sua primitiva capela, a Nossa Senhora de Varzim sofreu também profundas modificações que a foram “modernizando”. É ainda evidente a sua posição, sentada, já com o Menino ao seu lado direito, ligeiramente inclinada (num movimento natural, só perceptível depois de retirado o “cepo” – colocado em época tardia – que a tornava mais alta e mais “direita”), com os panejamentos cuidadosamente tratados e o *chapim* em bico. No entanto, já não podemos descobrir se a Virgem olhava para o Menino, com o sorriso feliz das virgens góticas, ou se o Menino demonstrava a ligação afectiva, de carinho pela mãe, pois os seus rostos e atitudes foram substituídos, ou profundamente alterados, para se adaptarem aos novos gostos e poderem-nos vestir, colocar peruca e manto⁹.

Se os mareantes desta vila e povos vizinhos traziam “prendas” para a “Senhora de Varzim”, talvez assim se explique a existência, na nossa Matriz, de uma **casula** de indubitável qualidade e provecta idade, cujos sebastos são, provavelmente, originários das oficinas da Flandres (dos finais do século XV ou inícios do XVI), zona de onde provinham muitos têxteis que davam entrada pelo porto de Vila do Conde. A casula foi executada em damasco verde, provavelmente italiano do início do século XVII, sendo o seu corte típico da época barroca, embora os sebastos bordados nos pareçam ser bastante mais antigos¹⁰. Tendo consultado o Departamento de Têxteis do Museu *Victoria and Albert*, esta hipótese foi-nos confirmada por carta pessoal. “Como diz, os sebastos datam do final do século XV, inícios do XVI e o damasco de seda da casula em que foram aplicados é realmente do século XVII, provavelmente 1620 – 35, italiano”¹¹.

⁹ Flávio Gonçalves descreve com pormenor as “adaptações” realizadas ao longo de séculos: como “raparam” o cabelo a Virgem, rasparam parte dos seus panejamentos e mesmo do joelho, a separaram do Menino, substituíram a cabeça deste e alteraram os braços de ambos, pintaram as “carnações”, etc.

¹⁰ CARNEIRO, Deolinda Maria Veloso - *Para o estudo da paramentaria em Portugal – uma casula com bordados de Imaginária em sebastos. Séc. XV - XVI*, in «Póvoa de Varzim. Bol. Cult.», vol. XXVII, P. V., Câmara Municipal da P. V., 1990, (pp. 5-59) p. 9. Era muito frequente sobre novos paramentos aplicarem-se sebastos bordados mais antigos.

¹¹ Tradução da autora da frase: “As you say the orphreys shown in yours photographs date from the late 15th / early 16th century and the silk chasuble on which they are mounted is indeed 17th, probably



Fig. 4 - Casula **com sebastos bordados**. Século XV - XVI (sebastos) - XVII (circa 1620/1635 - - seda adamacada verde). Bordado flamengo (?) em fio dourado e policromias em fios de seda. Damasco de seda italiano. Alt. 23,5 x Larg. 80,5. Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Póvoa de Varzim (Matriz). Reservas. Costas. [Expo. Opera Fidei, 2002, n.º 50.]

São verdadeiramente excepcionais os bordados¹² de imaginária, em que se destaca a representação de santas¹³ (o que nos faz pensar noutros exemplares semelhantes destinados a mosteiros femininos¹⁴); a Anunciação aos pastores e “Natividade”, que, tal como os elementos arquitectónicos (arcos canopiais; edículas onde se enquadram as santas, sob arcos; colunas torsas; medalhão tetralobulado e fundos dourados) ou os trajés, são típicos do gótico final. A “Natividade” tem muitas afinidades com as que figuram em *Livros de Horas* franceses e flamengos e mesmo em pinturas de “Primitivos flamengos” dos séculos XV e XVI. É de destacar a extraordinária semelhança da *Virgem* da “Adoração dos Pastores” atribuída ao Mestre de Flémalle, do séc. XV¹⁵. Junto do

1620/1635 – 35, Italian” Linda Wooley, Research Assistant. *Department of Textile Furnishing and Dress*, do *Victoria and Albert Museum, London*.

¹² Os ricos bordados a seda e fios metálicos com “alma” de seda” estão já bastante degradados.

¹³ Frente: S.^a Maria Madalena e Santa Luzia (?). Costas: Presépio; Anunciação aos Pastores; S.^a Catarina e S.^a Bárbara.

¹⁴ Terá esta casula sido oferecida pelas freiras de Santa Clara de Vila do Conde à imagem de Nossa Senhora de Varzim, quando esta as “visitava” em procissão?

¹⁵ Cf. CARNEIRO, Deolinda M. V. - *Ob. cit.*, 1990, p. 15.

Presépio encontramos a representação de duas Santas Virgens, muito populares por toda a Europa e, curiosamente, frequentemente associadas: Santa Catarina, patrona dos clérigos e sábios, aludindo à vida contemplativa e Santa Bárbara, patrona dos artilheiros (por ser invocada como protectora contra as ruidosas trovoadas¹⁶) e outros militares, lembrando a vida activa¹⁷.

A importância das actividades marítimas na Póvoa de Varzim é também documentada pela devoção a **S. Pedro Gonçalves “Telmo”**, corporizada na escultura do século XV¹⁸, em calcário policromado e proveniente da antiga



Fig. 5 - **S. Pedro Gonçalves Telmo**. Século XV (?). Escultura de vulto em calcário policromado e dourado. Prov.: Primitiva Igreja Matriz da Póvoa de Varzim / Misericórdia da P.V. Em depósito no MMPV Inv.º Es. - 36.

capela de S. Tiago. Trata-se de uma peça emblemática, de grande importância histórica e simbólica, por representar este santo dominicano que foi considerado o protector dos mareantes das Espanhas. Pregou por todo o Noroeste da Península Ibérica, realizando grande número de milagres, morreu em 1246 e foi sepultado na Catedral de Tui. Em todos os portos importantes hispânicos, principalmente a partir do século XV, encontramos capelas dedicadas ao S. Pedro Gonçalves

¹⁶ O seu pai morreu, vítima de um raio, depois de a ter assassinado.

¹⁷ RÉAU, Louis - *Iconografía del Arte Cristiano. Iconografía de los Santos. De la A a la F*, Tomo 2, vol. 3, (1ª ed. francesa: 1957), Barcelona, Ediciones del Serbal, © 1997, pp. 169-173.

¹⁸ GONÇALVES, F. - *Ob. cit.*, 1964, p. 213.

“Telmo”, que reflectem a devoção dos marinheiros mediterrâneos ao Bispo S. Telmo. O fenómeno atmosférico que provoca o aparecimento de uma luz “fantasmagórica” no alto dos mastros, em altura de tempestades, era por todos apelidado de: “Fogo de S. Telmo”. Atendendo a esta “manifestação”, tem a nossa imagem a representação estilizada de uma embarcação, com o cesto da gávea em destaque, para suportar uma vela ou lamparina. O círio aceso e o livro são os seus atributos iconográficos mais frequentes.

A pedido do povo da vila, que não se queria deslocar a Argivai (centro religioso da paróquia, sendo a Póvoa apenas um “lugar” desta freguesia), a capela de S. Tiago tornou-se igreja paroquial em meados do século XV¹⁹. Como aconteceu à maior parte das capelas e principalmente às igrejas paroquiais, foi sofrendo alterações e actualizações sucessivas.

Do período do gótico final, ou “estilo manuelino”, destaca-se a **Pia baptismal**. Apenas se conservou a base, de “secção estrelada”²⁰ e a taça poligonal, na qual colunelos torsos, lembrando cordas, suportam cegos arcos canopiais [em forma de quilha do barco, invertido], que encontramos profusamente na aristocrática e rica Vila do Conde, designadamente na fachada de Igreja Matriz de S. João Baptista. Como outras peças, também a pia baptismal foi encontrada numa parede da primitiva igreja Matriz²¹, a qual, segundo nos conta o Tenente Veiga leal,



Fig. 6 - **Pia Baptismal**. Século XV-XVI (?). Escultura em granito. Prov: Primitiva Igreja Matriz da Póvoa de Varzim / antiga Igreja da Misericórdia. MMEHPV - Inv.º Es - 5.

¹⁹ O primeiro documento conhecido que refere a Póvoa de Varzim como freguesia data de 1456.

²⁰ GONÇALVES, F. - *Ob. cit.*, 1964, p. 215.

²¹ Encontrava-se na parede sul, aquando da destruição da Antiga Matriz. Cf. GONÇALVES, F. - *Ob. cit.*, 1964, p. 215.

na sua – *Notícia*²², a “**mandou concertar André Martins, no anno só se podia lêr de mil e quinhentos, o mais estava gasto do tempo**”. Situando-se no período manuelino, está, assim, documentado que a pequena ermida foi substancialmente melhorada e provavelmente ampliada ao longo do século XVI.

Uma obra, que só recentemente (2.^a metade do século XX) passou a fazer parte do património da região, é a enigmática pintura dedicada a **Nossa Senhora da Piedade com Jesus Morto [Pietà]** que o Provedor²³ com perspicácia adquiriu num antiquário em Braga. Encontra-se no Museu da Santa Casa e destaca-se pela qualidade e complexidade de execução. Compreende-se, ao primeiro olhar, não ter qualquer relação com as obras de arte circundantes. As figuras isoladas de Cristo e da Virgem – representados a meio corpo, sobre fundo negro – são de uma magreza ascética, com os corpos altos, estilizados, nariz e dedos finos. Não olham para quem os observa, aliás Cristo parece realmente morto, com os olhos entreabertos, brancos, os lábios e as pálpebras esverdeadas – a mesma cor do manto de Sua Mãe. A barba, cabelo, carnações e traje apresentam um suave *sfumato* que transporta a cena um ambiente de mistério. Não encontramos gestos patéticos, nem paisagens, nem movimento, mas, nesta cena carregada de



Fig. 7 - “Pietà” - **Nossa Senhora da Piedade**. Escola de Luis de Morales (c. 1520-1586), “El Divino” (?). Espanha (?). Século XVI (?). Pintura a óleo sobre madeira. Alt. 88,8 x Larg. 67,2 cm. [Mancha: Alt. 70,5 x Larg. 50,7 cm. Museu da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim (Museu SCMPV)].

²² Transcrita e publicada por Fernando Barbosa, no 1.º vol., «Póvoa de Varzim. Bol. Cult.», 1958, p. 320.

²³ Manuel Carvalho da Silva Pereira.

²⁴ Pintor espanhol, nascido em Badajoz (c. 1500 / 1519 -1586).

dignidade, fé e nobreza, é-nos transmitida uma forte sensação de desalento, um “silêncio” pesado, uma dor profunda, mas contida, que só um grande artista conseguiria expressar.

É curioso que muito do que escrevemos corresponde, quase na íntegra, às características da pintura de Luís de Morales, “*El divino*”²⁴, definidas por Juan Plazaola. Neste quadro erudito, de um “maneirismo devoto”²⁵, de valor internacional, espelham-se influências italianas e flamengas²⁶. Encontram-se vários quadros semelhantes, conservados em diversos museus²⁷ correspondendo a diferentes tratamentos do mesmo tema.

Na verdade o período filipino nesta região, particularmente de finais do século XVI e primeiro quartel do XVII, evidencia-se até hoje na construção e renovação dos templos, aparecimento de novas devoções e obras de arte com características maneiristas, denotando alguma influência espanhola. Atribuível a este período é a ***Imaculada Conceição***, uma pintura (a óleo sobre tela) excepcional.

A vila já tinha como orago, pelo menos em 1622²⁸, Nossa Senhora da Conceição, mesmo antes de ser proclamada padroeira do reino de Portugal (em 1646). Esta representação da Imaculada na Póvoa corresponde a um tipo iconográfico anterior ao estereotipado por Bartolomé Esteban Murillo²⁹. Não é a jovem vestida de branco e azul, apoiada por anjos e rodeada por nuvens, mas a Virgem “*Tota Pulchra*”, que precede a figuração referida, sendo frequente no século XVI. Se é a bela mulher referida no *Cântico dos Cânticos*, deve estar rodeada pelos “símbolos de pureza”, indicados nesta poesia do Antigo Testamento, que S. Bernardo aplicava à Nossa Senhora³⁰. São os mesmos símbolos litânicos (*porta do céu; espelho de Justiça; cedro do Líbano; Horto fechado*, etc.), que encontramos em gravuras e pinturas de inícios do século XVI e brilharão em telas da segunda metade deste século³¹, até quase desaparecerem em finais do XVI. Pelas características iconográficas o quadro deverá ser datado da segunda metade do século XVI e trata-se, nesta pequena localidade, de uma obra de excepção, com

²⁵ PLAZAOLA, Juan - *Historia y Sentido del Arte Cristiano*, Madrid, B.A.C., 1996, pp. 665-666.

²⁶ PLAZAOLA, Juan - *Ob. cit.*, 1996, p. 666.

²⁷ Como no Museu de Bilbao - *La Piedad*, c. 1560 - e outra “*Piedad*” na Academia de S. Fernando, em Madrid. Ver *Museo de Bellas Artes de Bilbao – Maestros Antiguos y Modernos*, Fundación BBK, Bilbao, 1999.

²⁸ BARBOSA, F. - *Ob. Cit.*, 1940, p. 23.

²⁹ Pintor espanhol, 1617-1682. Outros pintores do “século de ouro” da pintura espanhola, realizaram obras deste tema e ajudaram a criar este tipo iconográfico, como: Ribera (1591-1652); Francisco de Zurbarán (1598-1664); Alonso Cano (1601-67), Juan de Valdés Leal (1622-90), entre outros.

³⁰ STRATTON, Suzanne - *La Inmaculada Concepcion en el Arte Español*, Madrid, Fundacion Universitaria Española, 1988, p. 35.

³¹ Em que se destacam as do grande pintor espanhol, Joan de Joanes.



Fig. 8 - **Nossa Senhora Imaculada Conceição**. Século XVI - XVII (?). Pintura a óleo sobre tela. Moldura em madeira pintada e dourada. Alt. c/ moldura: 107 x Larg. 87,5 cm. Mancha: Alt. 107x x Larg. 87 cm. Proveniência: Primitiva Igreja Matriz da Póvoa de Varzim. MMEHPV - Inv.º P-21.

um tratamento dos panejamentos e da coroa requintadíssimos, um forte jogo de cores (em que se destaca os dourados com os vermelhos, em contraste sobre fundo escuro), estranhas sombras a claro sobre fundo escuro (em negativo) e uma arcaizante mandorla a rodear a Virgem.

Com o mesmo tipo de nobre moldura em madeira, pintada de preto, levemente enfeitada com discretos motivos decorativos dourados, provavelmente do mesmo período³², será a “**Adoração dos Pastores**”, tradicional representação de um Presépio, com Maria ajoelhada, apresentando os virginais cabelos soltos, sem véu (como já aparecia na casula verde da Matriz), ladeada por S. José e os pastores. Nesta pintura, estranhamente, uma galinha preta é o único animal que se encontra aos pés do Menino Jesus. As figuras femininas têm algum destaque: uma *lavradeira*, de pé, segura um cesto de ovos e outra aproxima-se fiando, ao longe, perceptível por uma abertura, quase em paralelo com a cena da *Anunciação aos Pastores*. De acordo com a iconografia típica da época, a mula – simbolizando o povo Judeu – está revoltada, parece zurrar, enquanto vira as costas à cena sagrada. O boi – representando o povo cristão – encontra-se reverentemente atrás do

³² ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *O Presépio na Arte Medieval* [Separata da «Revista Arqueologia», Coleção: Iconografia I], Porto, Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1983.

Menino, com olhar dócil³³. Pelos aspectos referidos, esta ilustração do Mistério do Natal, parece aludir às três missas de 25 de Dezembro: a *do Galo* (que aqui mais parece uma galinha), à noite, alusiva ao nascimento do Salvador; a *dos pas-*



Fig. 9 – Fotografia com o painel de azulejos na primitiva igreja Matriz. Museu Mun. de E. e H. da Póvoa de Varzim - N.º Invº F-173.

tores, pela aurora, com a representação da *Anunciação aos pastores*; e a terceira, durante o dia, alusiva a Jesus – o Menino que se situa no ponto de confluência de todos os olhares e todas as “linhas de força” do quadro –, Homem e Deus, “Verbo” Encarnado.

A partir de finais do séc. XVII e no XVIII³⁴, a maior parte das igrejas paroquiais são ampliadas, entalhados e dourados novos retábulos, adquiridas imagens, pinturas e alfaias, num movimento de renovação só comparável ao de finais do séc. XIX, com os investimentos aqui realizados por abastados emigrantes no Brasil³⁵. Na vila da Póvoa de Varzim foi-se ampliando a antiga capela na segunda metade do século XVII. Em **1685** está documentada a construção de uma nova capela-mor. A partir de **1687** dá-se início à ampliação do altar e retábulo da capela-mor³⁶.

³³ O período gótico, e o gótico final, em particular, é uma época profundamente anti-judaica. No túmulo de D. Afonso Sanches, na Igreja de Santa Clara de Vila do Conde, a mula está a comer as palhas que resguardam Jesus. Cf. ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *Ob. cit.*, 1983, pp. 4-7.

³⁴ com a vinda do ouro do Brasil e a prosperidade económica daí resultante

³⁵ Os emigrantes no Brasil no século XIX, por sua vez, irão substituir os retábulos barrocos por novos de cariz neoclássico, ou ecléticos.

³⁶ GONÇALVES, F. - *Ob. cit.*, 1964, p. 225.

No Museu Municipal conservam-se uma antiga fotografia e uma **cartela de azulejo**, agora emoldurada, onde se encontra a seguinte inscrição: “*Reverendo Vigário Francisco Nogueira, desta igreja [...] de Nossa Senhora da Conceição, azulejou a capela-mor à sua custa, no ano de 1696*”.

Nesta igreja encontrava-se uma imagem de **Cristo crucificado** (hoje exposto num retábulo lateral na nova igreja da Misericórdia), de excepcional qualidade de execução, com um virtuosismo ao nível do tratamento da anatomia que reflecte a erudição – e complexidade – do estilo maneirista (século XVI e XVII). O pano de pureza³⁷ não esvoaça, como nas imagens barrocas do século XVIII, mas cai em pregas finas e harmoniosas. Curiosamente, aumentaram a extensão do “*cedal*” aplicando-lhe, na zona inferior, um pouco de pano colado e “engessado”, como encontramos em muitas imagens espanholas para fingir finos tecidos esculpido com perfeição. A expressão de serenidade, os gestos discretos, apesar de uma grande emotividade contida, transmitem à escultura uma dignidade, que contrasta com o movimento das imagens barrocas de Nossa Senhora e S. João Evangelista, em atitudes teatrais e vestes esvoaçantes que, em época posterior, colocaram na base do Crucifixo, para recriar a cena do **Calvário**.

O Reverendo *Doutor Leandro Rodrigues*, em resposta ao *Inquérito* enviado pelo Padre Luís CARDOSO, c. 1736³⁸ destaca, provavelmente, esta imagem:

“*Fas esta Igr.^a seu Cruzeiro com duas Capellas sahidas p.^a o adro com os arcos a face do Corpo da Igr.^a; e nas capellas da / p.^{te} do Evangelho, esta a Imagem **perfeitíssima de Christo Crucificado**, com statura de homem”.*

Se o Dr. Leandro Rodrigues – que descreve com detalhe toda a igreja, mas não indica as imagens de N.^a S.^a e S. João Evangelista, que hoje se encontram no mesmo retábulo – e, poucos anos depois, em 1758, o Tenente Francisco F. de Veiga Leal, além de referir a imagem do “*Senhor Crucificado*” destaca “*as imagens de **Nossa Senhora e S. João** de vulto estofadas d’ouro com todo o primor*”, é provável que estas duas imagens sejam exactamente do segundo quartel do séc. XVIII, espelhando as características da época do barroco. Pena é que a “*primorosa*” pintura reproduzindo um tecido (ou *estofa*) rico, realizada a folha de ouro e tintas policromas tenha sido coberta por uma pintura em cores lisas.

O Dr. Leandro refere, também, a imagem do **Senhor dos Passos**: “*guardada, debaixo de carteira com vidro a Imagem do S.^r dos Passos tambem Imagem*

³⁷ A faixa de tecido que envolve os rins de Cristo crucificado pode ser designada como: *perizonium*; pano de pureza; *cedal*; ou mesmo “toalha”.

³⁸ RODRIGUES, Leandro [Rev.^o Dr.] - *Notícia do Doutor Leandro Rodrigues* - em resposta ao Inquérito enviado pelo Padre Luís Cardoso, publicado no: - *Dicionário Geográfico*, 1747, [AN]JO, José A. Alves trancreveu-a] - BARBOSA, Fernando (publicou e prefaciou) - *O Concelho da Póvoa de Varzim no século XVIII - As Memórias Paroquiais de 1736 e 1758*, in «Póvoa de Varzim. Boletim Cultural», vol. I, 1958, pp.(258-343) 270-281 (com preâmbulo e notas de Manuel Silva).



Fig. 10 - **Crucifixo / Calvário**. Igreja da Misericórdia da Póvoa de Varzim. Nave, retábulo / altar lateral, 1.º do lado do Evangelho (protegido por vidro): “Altar da Crucifixo”. **Cristo Crucifixo**. Século XVII (?). Escultura de vulto, maneirista. Madeira policromada. Pano de pureza ampliado com “tela engessada”. Alt. 257 x Larg. 146 cm. **Nossa Senhora** [Alt. 112 x Larg. 50 cm] e S. João Evangelista [Alt. 104 x 73,5 cm]. Século XVIII. Esculturas de vulto, barrocas. Madeira policromada. 1.º Retábulo da nave da igreja, do lado do Evangelho.

da estatura de homem, e feita com todo o primor, e m.^{to} devota”. No museu da Santa Casa conserva-se uma antiga imagem de roca (provavelmente de finais do século XVII) e estas – bem como outras imagens e alfaias – permaneceram na primitiva igreja Matriz, atendendo a que estavam ligadas à confraria dos Santos Passos que se associou à nova irmandade, ou porque novas obras de arte e novas devoções (como a de “*S. Francisco de Borja, padroeiro e protector dos terremotos no reino*”³⁹) iriam substituir as “antigas” no edifício que se estava a construir.

Além das já descritas, convém destacar algumas peças que permaneceram na antiga matriz, pela raridade e curiosidade que suscitam.

A imagem de **Santo António de Pádua** ou de Lisboa, exposta no Museu da Santa Casa, recorda a descrição de um cronista paduano segundo a qual este santo milagreiro não teria o aspecto magro, de asceta, próprio dos franciscanos, mas seria corpulento, com “ventre de hidrópico”⁴⁰, o que se coaduna bem com o

³⁹ Cf. LEAL, Francisco Félix Henriques da Veiga (1758) - *Ob. cit.*, p. 314.

⁴⁰ RÉAU, Louis - *Ob. cit.*, 1997, p. 126.



Fig. 11 - Santo António de Pádua ou de Lisboa (c. 1195 - † 1231]. Século XVI - XVII (?). Escultura de vulto em madeira policromada. Alt. 52 x Larg. 22 cm ; Alt. resplendor 15 cm. Museu SCMPV.

temperamento brincalhão e prazenteiro de muitas histórias da tradição popular. No entanto este tipo iconográfico não se vulgarizou, e apesar de o encontrarmos com este aspecto em algumas peças (por exemplo numa pintura do século XVI de Frei Carlos), o que se popularizou foi a sua figuração com aspecto jovem e magro.

Também se conserva a escultura original de **S. Pedro Mártir** (1203-1252). Este santo dominicano italiano (festejado a 25 ou 29 de Abril), mártir de Verona, é uma imagem que raramente se encontra nas nossas igrejas. É fácil de compreender que, tendo sido martirizado por cumprir com extremo rigor as suas funções de *inquisidor* na perseguição aos hereges, não se tenha tornado um santo com muita popularidade. No entanto, tem uma história particularmente fascinante.

Em primeiro lugar por ser o fundador da “Confraria” ou “Irmandade” da Misericórdia, na cidade de Florença em 1244. Sem querer entrar em polémicas se as nossas “Misericórdias” seguiriam o modelo daquela ou não, devemos destacar que se distinguem claramente entre si, atendendo a que o “compromisso” ou “estatuto” da de Florença é “equacionado apenas à base das 7 obras de misericórdia corporais”, enquanto “as de D. Leonor programaram o seu Compromisso segundo a letra e o espírito das 14 obras de misericórdia”⁴¹, combinando as “corporais” com as “espirituais”.

⁴¹ Cf. UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS. www.ump.pt (consulta: 2005.04.07). © 2003-2005.

Por outro lado, atendendo a que foi assassinado com um golpe de cutelo na cabeça, tornou-se o “advogado” contra as dores de cabeça. Tendo perdoado ao seu assassino, este converteu-se e, ao fim de quarenta anos de vida edificante no convento dominicano de Forlì, foi beatificado, tornando-se num dos poucos casos de um beato que foi assassino de um santo já canonizado⁴².

O Relicário – **Santo Lenho** – em forma de cruz tubular, em prata, característico do século XVII – que já se encontrava sobre o sacrário na antiga Igreja Matriz, continua a ser transportado na *procissão dos Passos* todos os anos, segundo a tradição. Veiga Leal relata-nos que esta valiosa relíquia foi oferecida pelo “padre fr. Manuel da Madre de Deus, missionario apostolico e guardião da Recoleta serafica na Conceição de Matosinhos, collocada em uma cruz de prata e tirada d’uma notavel que ao dito padre deu o bispo conde D. Frei Alvaro de S. Boa Ventura, da casa dos ilim.^{os} e exm.^{os} marqueses de Gouveia”⁴³.

Da antiga Matriz poveira conservaram-se seis telas pintadas a óleo, provavelmente de finais do séc. XVII, representando cenas da *Paixão de Cristo*, que eram utilizadas na recriação dos “**Passos**” da *Via-Sacra* durante as importantes celebrações da *Semana Santa* que, a partir do séc. XVII (c. 1687), se realizavam na vila da Póvoa e nas quais, desde a sua fundação, a Irmandade da Misericórdia sempre participou activamente, apoiando a Irmandade do Santíssimo Sacramento. Estes quadros encontram-se actualmente expostos no Museu Municipal.



Fig. 12 - Fotografia de um **retábulo de talha em Estilo Nacional** (Finais do século XVII -1.º quartel XVIII), que se encontrava próximo das “caveirinhas” numa dependência da antiga igreja Matriz.

⁴² RÉAU, Louis - *Ob. cit.*, Tomo 2, vol. 5, Barcelona, © 1997, p. 69.

⁴³ LEAL, Francisco Felix Henriques da Veiga - *Ob. cit.*, p. 318.

Da talha barroca, que sabemos ter existido na primitiva matriz, apenas nos ficou o registo fotográfico do retábulo onde tinham sido colocadas as duas antigas imagens de S. Tiago e S. Pedro Gonçalves Telmo. Apesar de se tratar de uma montagem de diferentes parcelas (por exemplo: os colunelos centrais, rectos e estriados não correspondem ao mesmo estilo das outras colunas duplas), as colunas torsas pseudo-salomónicas, cornija e outros motivos decorativos são do denominado “*estilo português*” ou “*nacional*” – que encontramos a partir do último quartel do séc. XVII.

No séc. XVIII esta “primitiva” **Igreja Matriz** revestiu-se de algumas das características barrocas, as quais só podem ser analisadas através das fotografias obtidas em 1910, ano em que foi demolida.

Tratava-se de uma pequena igreja de uma só nave, com frontão ondulado, mistilíneo, encimado por fogaréus e um conjunto complexo no eixo central, interligando um vasto janelão, com frontão abatido, levemente canopial, ladeado por duas janelas mais pequenas⁴⁴ e a porta axial, também ultimada por frontão, semelhante ao do janelão. O interessante remate do portal lateral ocidental, era constituído por duas volutas concêntricas que sustentam as “armas reais portuguesas”. Embora bastante deterioradas, as “armas” parecem corresponder às do rei D. João V.

Como a igreja matriz se tornasse pequena para a população crescente da vila, a Câmara Municipal, como representante das gentes da vila – os “fregueses” – solicitou e conseguiu o apoio real para edificação da **nova Igreja Matriz**, tomando a seu cargo a construção do novo edifício, sendo ela a “friqueira”, ou responsável pela igreja⁴⁵. Foi o “mestre de pedraria” bracarense⁴⁶, Manuel Fernandes da Silva, que arrematou a obra em 1742, a qual foi inaugurada em 1757, ainda com alguns pormenores de talha por ultimar. O vasto edifício barroco permita a realização das cerimónias religiosas com esplendor, solenidade e fausto⁴⁷, podendo acolher com dignidade toda a população desta pequena vila piscatória⁴⁸ em crescimento.

⁴⁴ Realizados já na segunda metade do séc. XVIII.

⁴⁵ LEAL, Francisco Felix Henriques da Veiga - *Ob. cit.*, pp. 312-313.

⁴⁶ Tinha realizado obras importantes nessa cidade, destacando-se o arranjo da frontaria da Sé de Braga.

⁴⁷ “Quanto às procissões da Semana Santa, as cerimónias foram instituídas pelo testamento conjunto do Piloto-Mor da Armada António Cardia e de sua filha Mónica Cardia de Macedo, de 16 de Abril de 1678, e codicilo que António Cardia lhe aditou, de 24 de Abril de 1679. Realizaram-se as cerimónias pela primeira vez no ano de 1687 (ou 1688?) Cf. COSTA, Joaquim Martins da - *As procissões que a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia organizava...*”, in «Companha», Santa Casa da Misericórdia, P. V., n.º 4, Maio, 1994.

⁴⁸ “Tem esta villa quinhentos quarenta e cinco visinhos a que vulgarmente chamam fogos, que fazem o numero, segurado a gente que tem cada fogo, de 1543 pessoas”. Cf. LEAL, Francisco Felix Henriques da Veiga - *Ob. cit.*, resposta à pergunta n.º 3.

Antiga Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Póvoa de Varzim

(Dr.) Leandro Rodrigues - Resposta ao Inquérito dir. P. e Luis Cardoso, 1732/1736

1736

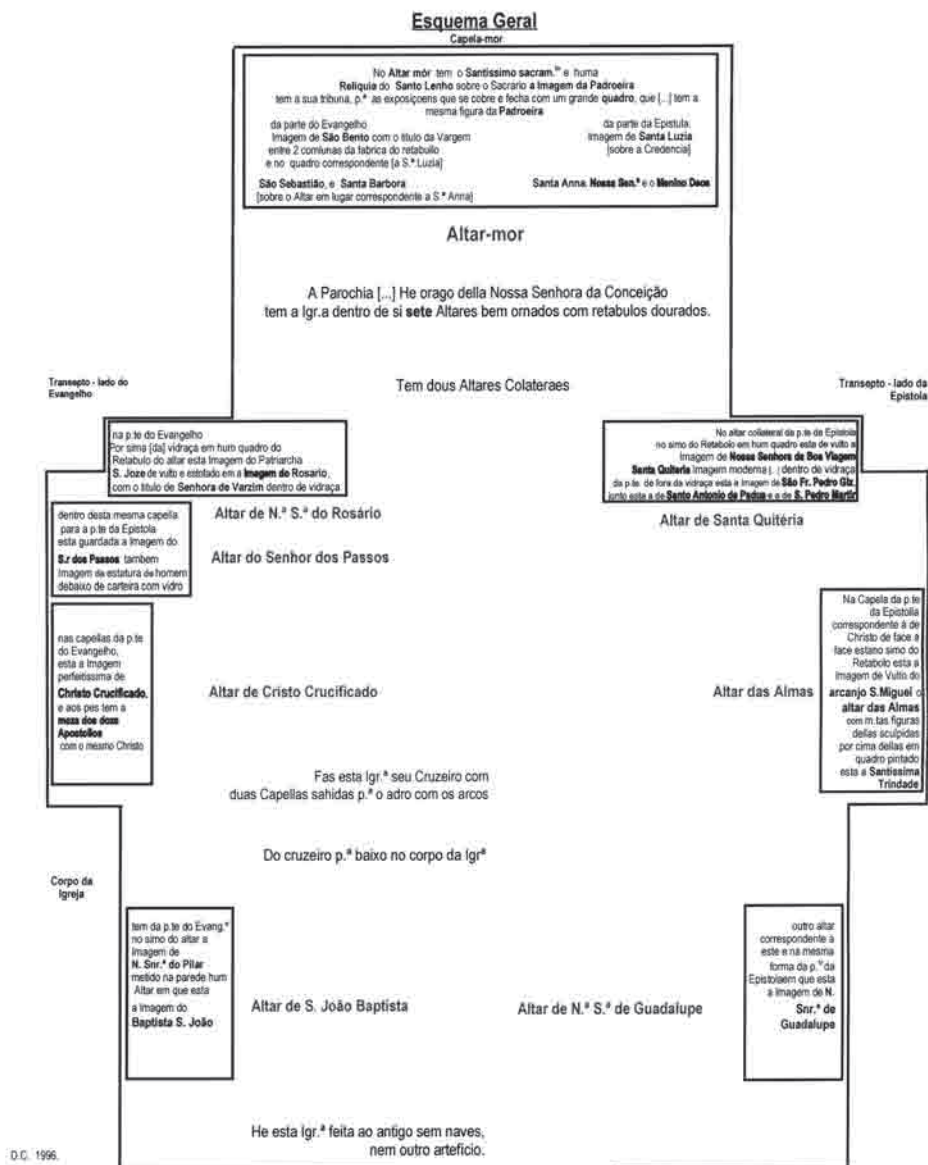


Fig. 13 - Esquema da localização de altares e imagens na antiga Igreja Matriz, anterior a 1732-1736.



Fig. 14 - Fachada principal e lateral Sul da antiga Igreja Matriz da Póvoa de Varzim (depois Igreja da Misericórdia). Reprodução fotográfica. Alt. 11,5 x Larg. 16 cm. MMEHPV Inv^o F-314.

A antiga Matriz – que se pensou em destruir – foi destinada a uma nova e nobre função – a sede da Santa Casa da Misericórdia. Dispomos do relato deste acontecimento (1756) redigido, logo em 1758, por alguém que participou activamente nos acontecimentos – o ten. Veiga Leal:

*“Ao tempo em que se considerava demolir-se a igreja antiga, logo que se celebrassem os divinos officios na nova igreja, deixando sò n’aquella, ou a capella mór, como ermida, ou um padrão no adro para memoria, não faltaram espiritos humanos, que talvez alumiados do divino espirito fallassem em que seria louvavel erigir-se n’esta villa uma santa casa da Misericordia. Agradou a todos o parecer, chegou aos ouvidos d’uma zelozia viuva lavradora chamada Maria Fernandes do arbalde da Villa Velha, crescida em annos, e sem descendentes, a qual quiz ser a primeira que lograsse o titulo de dotadora da Misericordia(...)”*⁴⁹.

As mais importantes peças que foram transferidas para a nova Matriz⁵⁰ foram: a *N.ª S.ª de Varzim*⁵¹ (já descrita e apesar da lenda que a associava à primitiva igreja da Mata); S. Sebastião; Nossa Senhora de Guadalupe; a casula com sebastos bordados com imagens; Nossa Senhora da Boa Viagem; Santa Luzia, Santa Ana com Nossa Senhora e o Menino Jesus (ou S.ª Ana tríplice); a pintura

⁴⁹ Cf. LEAL, Francisco Félix Henriques da Veiga - *Ob. cit.*, pp. 313-314.

⁵⁰ E lá se encontram ainda hoje.

⁵¹ O Tenente Veiga Leal identifica várias peças colocadas na nova igreja, mas não descreve com pormenor todos os altares da nova Matriz, ao contrário do que havia feito, alguns anos antes o Dr. Leandro Rodrigues relativamente à antiga Matriz – que torna possível reconstituir com exactidão este edifício. Cf. LEAL, Francisco Félix Henriques da Veiga (1758) - *Ob. cit.*, p. 314.



Fig. 15 - **Visitação** [grupo: Nossa Senhora e Santa Isabel]. Século XVIII (provavelmente após 1756). Escultura de vulto em madeira policromada e dourada. N.ª S.ª: Alt. 92 x Larg. 41 cm; Santa Isabel: Alt. 88 x Larg. 33 cm. Santa casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim.

e baixo-relevo com a representação das Almas do Purgatório⁵², Santa Bárbara e Santa Quitéria.

Novas obras tiveram então que ser realizadas no sentido de adaptar o velho edifício à sua função de Igreja da Misericórdia. Foram executadas alterações nos portais, das quais resultou, por exemplo, a colocação de duas estátuas de granito, ladeando o janelão central (protegidas por vidraças) representando a “**Visitação**”, ou seja, N.ª Senhora e Santa Isabel já grávidas no momento em que se encontram e se saúdam. O mesmo grupo da “**Visitação**” foi executado em madeira policromada para o lugar mais destacado do interior da igreja, o retábulo da capela-mor da Misericórdia. Sendo imagens de meados do século XVIII, são plenamente barrocas, representando o momento em que as primas, num gesto efusivo, se abraçam. As vestes agitadas apresentam pregas profundas e volumosas, formando movimentadas linhas curvas. A aquisição e instalação destes “grupos” escultóricos em lugares de destaque justifica-se atendendo-se a que **Padroeira das Misericórdias é Nossa Senhora da Visitação**⁵³.

A União das Misericórdias Portuguesas assume plenamente, além da sua função assistencial, o costume de participar nas “*procissões da semana Santa*” e

⁵² Por estar associada à devoção e à Confraria das Almas do Purgatório.

⁵³ Cf. Copyright 2003-2005. © União das Misericórdias Portuguesas. www.ump.pt (consulta: 2005.04.07)



Fig. 16 - **Bandeira processional** - anverso: “**Alegoria às Misericórdias**”. Século XVIII (?). Pintura a óleo sobre tela. Alt. mancha 114 x Larg. 88 cm. Proveniência: Antiga Igreja da Misericórdia). MMEHPV Inv.º P-24.

promover a “*celebração das Endoenças, e culto da Nossa Senhora das Dores [N.ª S.ª da Piedade], e dos fiéis defuntos. (...) porque tendo-se instituído a 1ª Misericórdia na capela de Nossa Senhora da Piedade, onde uma confraria anterior, e já muito antiga, era protagonista dessa missão, com bandeira consignada com a imagem da Pietà, se achou por bem manter a piedosa tradição*”⁵⁴.

Algumas peças são nitidamente posteriores à criação da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, nomeadamente as **Bandeiras processionais**. Algumas dessas bandeiras pintadas sobre tela – com a **N.ª S.ª da Misericórdia** protegendo os fiéis e **N.ª S.ª da Piedade** no reverso – caracterizadas por grande mestria técnica e qualidade artística – comprovam a importância e riqueza com que se continuaram a realizar procissões na vila da Póvoa. Conservaram-se três valiosos exemplares de antigas **Bandeiras da Misericórdia** (duas no Museu Municipal – onde haviam sido divididas em “quadros” independentes para facilitar a sua exposição) e uma no Museu da Santa Casa. Respeitam, com rigor, a iconografia tradicional desta insígnia da **Misericórdia** em Portugal.

Provavelmente a bandeira mais antiga da Póvoa será formado pelo par de telas expostas no Museu com os números de Inventário: P-24 e P-20, que é, aliás,

⁵⁴ Cf. Idem, *Ibidem*.



Fig. 17 - **Bandeira processional** - anverso: **Alegoria às Misericórdias**. Séc. XIX - apresenta as “Armas” de D. Miguel ou D. Maria II (1826-1853). Pintura a óleo sobre tela. Moldura de madeira pintada. Alt. 111 x Larg. 85 cm. Prov.: Antiga Igreja da Misericórdia). MMEHPV Inv.º P-33.

a única onde ainda é nítida a representação dos pobres sob a imagem da Virgem, enquanto nas posteriores foram colocadas as “Armas de Portugal” neste mesmo espaço. São nitidamente cópias de uma das bandeiras da Misericórdia de Vila do Conde (adquiridas, segundo documentação conservada na Misericórdia, cerca de 1593, no Porto, ou em 1625, em Lisboa)⁵⁵. Assim se compreendem os trajes arcaizantes (ao gosto do séc. XVII) da bandeira desta Irmandade fundada já no séc. XVIII. Sofreu repintes posteriores que “modernizaram” o penteado e o rosto da Virgem, dado que, (até ao séc. XIX) se por um lado era compreensível representar os reis com os trajes contemporâneos, também era considerado conveniente adaptar pinturas e esculturas aos gostos de cada época, ou mesmo alterar as “Armas” no sentido de actualizar estas peças.

Uma bandeira posterior, com trajes ao gosto do século XVIII, apresenta ao centro as “armas reais”, que poderão ser as de D. Miguel ou D. Maria II (1826 – 1853) – N.º Inv.º: P-33 e P-22.

No Museu da Misericórdia podemos ver, ainda montada no caixilho inicial de madeira, encimado pela cruz e com borlas douradas nos cantos, mais uma

⁵⁵ FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e - *Vila do Conde. 2. História e Património* (Colecção: Cadernos, n.º 4), Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, 2001, pp. 106-107.



Fig. 18 - “**Cadeira**” de Provedor da Santa Casa da Misericórdia. Séc. XVIII, final (?). Madeira entalhada pintada e dourada. Verga. MSCMPV.

bandeira muito semelhante à anterior, também do século XIX, mas mais tardia, como nos parecem indicar as armas reais mais rectilíneas.

Uma tela representando o ***Ecce Homo***, de grande qualidade técnica e uma rara elegância rococó, provavelmente destinava-se à procissão e outras celebrações de Quinta-feira Santa.

Além das bandeiras emolduradas em madeira, os artefactos mais imponentes – que se destacavam nas procissões dos Passos e Semana Santa – eram os altos e ricamente pintados “**Guiões processionais**” (com os símbolos da Paixão de Cristo pintados sobre tecido, dos quais se conservam três na Santa Casa) e o enorme “**Senatus**” – o estandarte processional alusivo ao “Senado de Roma” com as iniciais: “SPQR”, bordado a ouro. É fácil de compreender que muitos destes objectos característicos da “arte efémera”, frágeis e perecíveis, sofrendo com a exposição ao [mau] tempo, se tenham perdido, por isso a conservação destes exemplares é particularmente importante.

Outro elemento simbólico fundamental é o *cadeirão de Provedor* que, tal como o *Cadeira paroquial*, é um dos elementos de mobiliário de grande importância emblemática. Na Misericórdia conservam-se vários exemplares que ilustram estes três séculos de história e diferentes estilos artísticos. Entre estes destaca-se o cadeirão do Provedor em estilo D. Maria I (uma peça magnífica em que é já evidente a gramática neoclássica, mas ainda com uma sobrecarga decorativa típica

do barroco), até ao actual, em couro e madeira escura, provavelmente de finais do século XIX ou inícios do XX, mas imitando o estilo de séculos anteriores.

Peças de mobiliário de grande importância prática e simbólica são as tradicionais “burras” – cofres fortes com três grossas fechaduras o que obrigava, para a sua abertura, a presença dos três irmãos com funções de maior responsabilidade – bem como **a urna de voto**, que apesar da sua pequena dimensão e simplicidade está, também, marcada pela obrigatoriedade do uso das três emblemáticas chaves.

O estilo neoclássico, que já campeava pela Europa desde 1750, foi-se aqui introduzindo timidamente no último quartel do séc. XVIII, sobretudo depois das reformas da Sé de Braga, em 1780⁵⁶. Infelizmente, por todo o Norte, em muitas igrejas se quis seguir aquele exemplo “progressista” e muitos interiores revestidos de talha dourada barroca são substituídos por instalações neoclássicas – obras bem desenhadas, pintadas de branco (ou em castanho escuro, cor das boas madeiras exóticas) e douradas, fazendo uso de uma gramática decorativa e estruturas clássicas. É este tipo de talha que encontramos nos vestígios provenientes da última fase da antiga igreja da Misericórdia que foram transferidos para a capela de N.ª S.ª do Desterro. Sabemos que o retábulo da capela-mor foi adaptado para o novo espaço em 1846, sendo-lhe acrescentadas “as duas actuais bandas com portas e o grande remate que hoje coroa a tribuna”⁵⁷, mas os quatro retábulos da nave durante alguns anos conservaram-se com o aspecto inicial. Na segunda metade do século XX, para permitir ampliar o espaço da nave da capela, foram retirados os áticos, que eram os elementos mais profusa e ricamente decorados. Estes vestígios provam-nos que no século XIX houve o cuidado de “renovar” o interior da igreja, com estes retábulos “à moderna”⁵⁸. Em 1820, foi adquirido um órgão de tubos – obra do organeiro construtor: Manuel de Sá Couto (1768 -1837), o “Lagonsinha”, de Lousado, Vila Nova de Famalicão⁵⁹.

Fundamental para a assistência aos doentes foi a fundação do Hospital. Foi criado, de urgência, devido a um surto epidémico, “*no sótão do edifício da Câmara Municipal, a título provisório e como enfermaria. Passou depois para edifício próprio e anexo à Santa Casa, em 1835*”⁶⁰. Assim surgiu um belo edifício na sequência da antiga Igreja e da Casa do despacho, para o lado oriental.

⁵⁶ Cf. BARREIROS, Manuel d’ Aguiar - *A Cathedral de Santa Maria de Braga - Estudos críticos archeológico-artísticos*, Porto, Edições Ilustradas Marques Abreu, 1922, p. 19.

⁵⁷ GONÇALVES, F.- *Ob. cit.*, 1964, p. 248.

⁵⁸ Cf. BARREIROS, M. – *Ob. cit.*, 1922, p. 19.

⁵⁹ Cf. Manuel dos Santos Fonseca (?) - *Levantamento dos elementos históricos e Técnicos do Orgão de tubos da igreja da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim*, [Relatório policopiado / Orçamento], 18 de Setembro de 2001.

⁶⁰ Nota de Manuel Silva publicada por: BARBOSA, F. - *Ob. cit.*, 1958, p. 277.

Antiga Igreja da Misericórdia da Póvoa de Varzim

LEAL, Francisco Felix Henriques da Veiga - Notícia da Villa da Póvoa de Varzim, lida a 24 de Mayo de 1758 [Resposta ao Inquerito dirigido pelo P.e Luis Cardoso, em 1758] e segundo "planja provavel e disposiçao dos altares" - publicada por: GONÇALVES, F. - Um templo desaparecido: a antiga igreja Matriz (depois igreja da Misericórdia), in «Póvoa de Varzim. Bol Cult», vol. III, P.V., 1964, p. 263

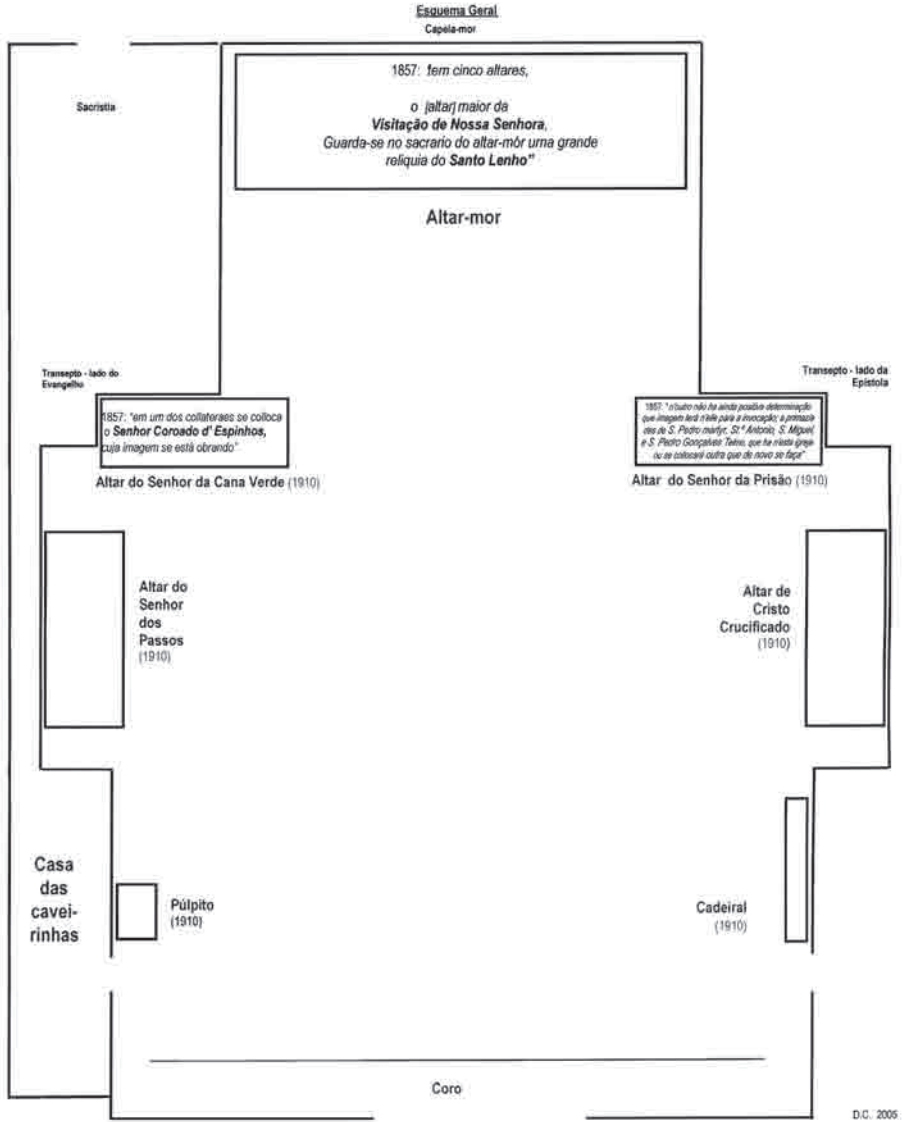


Fig. 19 - Esquema da localização de altares e imagens na antiga Igreja da Misericórdia.

A Irmandade conserva antigos objectos que pertenceram à Farmácia do hospital e faianças com o monograma da Santa Casa. No Museu Municipal encontra-se a antiga liteira utilizada no transporte de doentes ao longo do séc. XIX.

“Sob o ponto de vista religioso, as devoções que no século XIX se tornaram mais populares na igreja da Misericórdia da Póvoa de Varzim andaram em torno do culto dos mortos, e do Senhor na Prisão, e de S. Telmo”⁶¹. “Também em 1817,



Figura 20 - Hospital da Santa Casa da Misericórdia. Século XIX - Fotografia anterior a 1910.

por um *Breve* de 12 de Agosto, o papa Pio V concedeu indulgências ao altar e devotos do Senhor na Prisão”⁶². A devoção crescente ao longo do século XIX em torno desta imagem motivou a oferta de dezenas de magníficos ex-votos⁶³ que constituem um dos conjuntos mais interessantes das colecções do Museu Municipal, conjugando o interesse artístico das pinturas – desde pintura de técnica erudita, à mais profundamente *naïf* – o valor das informações históricas (doenças, acidentes, tempestades, etc.) relativas ao mobiliário, traje, etnografia, etc. Estas singelas pinturas com representação “realista” de “milagres” sempre fascinam pela maneira directa e sincera com que representavam detalhes do quotidiano⁶⁴, “no seu aã de relato convincente e apoloético”⁶⁵.

⁶¹ Cf. GONÇALVES, F. - *Ob. cit.*, 1964, p. 250.

⁶² *Idem, Ibidem.*

⁶³ Com alguns provenientes de algumas capelas da Póvoa, como Nossa Senhora de Belém, Santa Cruz de Balasar, etc.

⁶⁴ CARNEIRO, Deolinda M. V. - *Aspectos do Traje em Portugal no séc. XVIII, tendo por fonte a pintura votiva*, in *Estórias de dor, esperança e festa. O Brasil em ex-votos portugueses (séc. XVII-XIX)*, (Catálogo de exposição), Lisboa, C.N.C.D.P., 1998, p. 21.

⁶⁵ ARAÚJO, A. - *Pintura de «Milagres» e estudo do traje: pequeno exemplo*, sep. Revista «Arqueologia», 4, 1981, Porto, G.E.A.P., 1981, p. 12.



Fig. 21 - *Liteira / Cadeirainha de doentes*. Séc. XIX. Legenda pintada no listel: “*HOSPITAL DA VILLA DA POVOA DE VARZIM*”. Madeira e couro pintado, tacharia metálica. Interior forrado a tecido. Proveniência: Hospital da Póvoa de Varzim. MMEHPV.

Outro exemplo da religiosidade popular era o célebre “altar das caveirinhas” localizado numa dependência a norte da igreja e relacionada com a zona cemiterial. O aspecto macabro, a sensação de um “quase paganismo” associado a este subtil “culto dos mortos”, pois diante dos nichos com caveiras – quase todas devidamente identificadas e datadas – os fiéis iam rezar e colocar velas para sufrágio das Almas – não podia agradar, quer ao clero ilustrado, quer a intelectuais progressistas. Só os etnólogos e antropólogos destacavam o interesse histórico e mesmo “científico” deste espaço – daí o cuidado em realizar este registo fotográfico. Quando se construiu a nova igreja e se transferiram as “caveiras” para a igreja matriz (para uma pequena e mais discreta “Casa das Caveirinhas”) e as ossadas em geral do cemitério da Misericórdia para o novo cemitério municipal, este vestígio estranho e “barroco” de “*morte seca*” desapareceu.

Os retratos dos Beneméritos da Santa Casa da Misericórdia constituem a mais interessante e numerosa galeria de pinturas (e fotografias pintadas) que podemos encontrar na Póvoa de Varzim. Representam homens e mulheres do século XIX ao século XX, que ofereciam verbas avultadas destinadas às obras de caridade realizadas pela Irmandade. Ali encontramos desde os mais importantes políticos e capitalistas da região, emigrantes e veraneantes (que usufruíam da assistência do hospital quando se encontravam “a banhos”), a abastadas “mulheres de lavoura”. Nestes quadros podemos apreciar o trabalho de vários pintores locais, como Lino



Fig. 22 - **Ex-voto do Senhor da Prisão.** 1817. Pintura a óleo sobre madeira. Alt. 18,5 x Larg. 29 cm. MMEHPV Inv.º P-49. Legenda / Subscrição: “Milagre que fez Nosso Senhor da Prisão [a] Ana Rita Joaquina da Silva (?) da Vila de Barcelos. [No] ano [de] 1817”. Proveniência: Antiga Igreja da Misericórdia, Póvoa de Varzim.



Fig. 23 - **Altar das “Caveirinhas”.** 1910. Antiga Igreja da Misericórdia - dependência a norte da igreja e relacionada com a zona cemiterial. Reprodução fotográfica. 1910. MMPV. N.º Inv.º F-317.

da Costa Nilo ou Gonçalo Artur Cruz⁶⁶, bem como fotografias “coloridas”. Entre os beneméritos retratados encontramos diversos emigrantes no Brasil, os quais, ao longo do séc. XIX⁶⁷ e inícios do XX, continuam a investir nas suas terras de origem, edificando belas casas, ostentando a tradicional palmeira, construindo escolas, pavilhões de hospital, etc. A benemérita família dos “Bonitos” de Amorim foi uma das ricas famílias de “brasileiros” que colaboraram activamente na Misericórdia.

Foi provavelmente David Alves⁶⁸ – casado com Mariana “Bonito” de Amorim – quem recomendou o arquitecto para desenhar a **nova igreja da Misericórdia**: Arnaldo Redondo Adães Bermudes.

Este edifício, a par de outras construções e do arranjo do Largo das Dores, integrava-se num vasto projecto de modernização e engrandecimento da Póvoa – em que se tentava desenvolver a terra como centro balnear e turístico – em grande parte impulsionado por David Alves. Não foi sem dificuldades que este eminente político abriu a Avenida Mouzinho. Consultando a imprensa da época verificamos que foi acusado de defender interesses próprios e prejudicar a classe piscatória⁶⁹. A Avenida e o novo edifício religioso necessários para os muitos banhistas que afluíam à Póvoa nos meses de Verão e Outono⁷⁰ – integravam-se num projecto urbanista arrojado, com uma vasta avenida que ligava a zona da “Vila Velha” ao mar. A Igreja da Misericórdia foi afastada do seu enquadramento inicial – o que

⁶⁶ Conçalo Artur Cruz, arquitecto camarário, era um excelente técnico, versátil, trabalhador incansável e hábil artista. Além de analisar e elaborar plantas de novos edifícios, civis ou religiosos [de que se destaca a nova Igreja de Balasar], em que sempre revelou bom gosto e conhecimento das melhores experiências e realizações artísticas da época. Colaborador de Rocha Peixoto, nas escavações e elaboração da planta da Cidade de Terroso, acompanhou edificações concebidas por outros grandes arquitectos, como Adães Bermudes. Deve ter sido um dos melhores colaboradores de David Alves nos projectos artísticos e a vasta tarefa de renovação da vila na viragem do século XIX (da qual elaborou uma planta em 1901).

⁶⁷ A emigração das gentes desta região para o Brasil iniciou-se já no século XVI, mas o século XIX destacou-se pelo número de emigrantes provenientes do concelho da Póvoa de Varzim.

“Foram tantos os poveiros no Brasil e tão significativa a sua presença económica que até um banco se fundou na Póvoa (1867) com o intuito de agenciar os seus capitais”. Cf. AMORIM, Manuel (Mons.) - *Fortunas de Brasileiro. O Legado de António Joaquim Guimarães, de Rates. Testamento e Inventário* (Introdução), in «Póvoa de Varzim. Boletim Cultural», 2001.

⁶⁸ No espólio proveniente da Casa de David Alves – conservado na Biblioteca Municipal Rocha Peixoto da Póvoa de Varzim - encontram-se: contas e recibos de obras levadas a cabo no Hospital, Pavilhões, e outras pertenças da Misericórdia (principalmente dos primeiros decénios deste século).

⁶⁹ A classe piscatória era, na verdade – juntamente com os comerciantes – quem mais lucrava com o crescimento da vila e a afluência de “banhistas”: alugando quartos; trabalhando como banheiros, ou nos banhos quentes, etc.

⁷⁰ Um ex-voto pertencente à colecção do Museu é particularmente elucidativo: porque se trata de uma família de Braga, que aqui se encontrava a banhos, em Outubro (depois do período das colheitas, no início do Outono a Póvoa recebia, ainda, um grande número de banhistas).

permitiria que a avenida passasse entre esta e o Hospital⁷¹ – situando-se, depois, em torno de uma vasta rotunda, que ordenava o espaço e jardins do Largo das Dores.

O novo templo iniciado em 1909 reflecte a preferência da época pelos revivals historicistas, nomeadamente o neoclassicismo. Apresenta uma fachada ecléctica, algo complexa, porque a sobrepujar a bela colonata do pórtico de entrada



Fig. 24 - Nova Igreja da Misericórdia. Fachada. Arquitecto: Arnaldo Redondo Adães Bermudes. Início da construção: 1909.

(lembrando um templo dórico bem desenhado), foi elaborada uma composição com três janelas encimadas por um frontão interrompido de grossas volutas (que envolve uma cartela bem esculpida, com N.^a S.^a da Misericórdia e as “armas” de Portugal), tudo rematado por novo frontão rectilíneo, fogaréus e a necessária cruz. Os retábulos são também neoclássicos e “escuros”, protegendo, dentro de “vitrines” grandes imagens naturalistas do século XX e algumas barrocas, provenientes da antiga igreja. Todas as peças do mobiliário foram executadas segundo o mesmo “gosto” e estilo da igreja, criando um conjunto harmonioso com uma

⁷¹ Este projecto não foi realizado.

elegância e erudição raras. É de destacar o uso de retábulos de talha escura, reflectindo o apreço pelo uso de madeiras exóticas sem douramento, nem pinturas ou marmoreados. Também neste aspecto temos o reflexo do gosto dos (mecenas) “brasileiros” e dos materiais por eles trazidos.

O retábulo da capela-mor é tipicamente neoclássico, com a tribuna central, que pode estar tapada com um pano de tribuna alusiva à Virgem da Misericórdia onde (quando este se encontra “enrolado”) é possível visualizar os singelos degraus do *trono eucarístico*, que suportam a imagem naturalista da N.^a S.^a da Misericórdia. O nível da tribuna é ladeado por colunas, as quais são que por duas figuras de virtudes – A *Caridade* e a *Esperança*. O conjunto é rematado por um frontão interrompido coroado pelas armas reais. Os retábulos da nave, que lembram pequenas capelas com “cúpulas” apoiadas em elegantes colunas (formando pequenas vitrinas com “*vidraças*” na frente e lados), protegem esculturas naturalistas, em tamanho natural⁷².



Fig. 25 - Nova Igreja da Misericórdia. Interior. Arquitecto: Arnaldo Redondo Adães Bermudes. Retábulos posteriores a 1910.

⁷² Excepto as imagens barrocas de Nossa Senhora “ao pé da Cruz” e S. João Evangelista (que formam com o Cristo Crucificado maneirista, o grupo do Calvário) são menores que o tamanho natural.

Siglas:

AMPV – Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim

c. – *circa* / cerca

Cf. – confira

Dr. – Doutor

ex. – exemplo.

in – em

Inv. / Inv.º – Inventário

MSCMPV [ou Museu SCMPV] - Museu da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim

MMPV – Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim

Mun. – Municipal

N.ª S.ª – Nossa Senhora

N.º – Número

N.º Inv.º – Número de Inventário

Ob. cit. – Obra citada

Prov. – Proveniente

p. – página

Pe. – padre

pp. – páginas

P.V. – Póvoa de Varzim

S. – Santo / São

S.ª – Santa

Séc. – Século

Ten. – Tenente

Bibliografia

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *O Presépio na Arte Medieval* [Separata da «Revista Arqueologia», Coleção: Iconografia I], Porto, Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1983.

AMORIM, Manuel - *A Formação da Póvoa de Varzim*, in «O Comércio da Póvoa de Varzim», Póvoa de Varzim, 2003.03.27, pp. 1 e 2.

AMORIM, Manuel (Mons.) - *Fortunas de Brasileiro. O Legado de António Joaquim Guimarães, de Rates. Testamento e Inventário* (Introdução), in «Póvoa de Varzim. Boletim Cultural», 2001.

AMORIM, Manuel - *A Póvoa Antiga - Dois estudos sobre a Póvoa de Varzim, séc. X-XVI*, (Publicação de dois estudos apresentados ao Colóquio “Santos Graça” de Etnografia Marítima realizado de 22 a 24 de Outubro de 1982 na Póvoa de Varzim e publicados, separadamente no III volume de Actas), Póvoa de Varzim, , Câmara Municipal da P. Varzim, (1.ª edição: 1985) 2.ª edição: 2003.

- AMORIM, Sandra Araújo de - *Vencer o mar, ganhar a terra: construção e ordenamento dos espaços na Póvoa pesqueira e pré-balnear* (Colecção: “Na linha do horizonte - Biblioteca Poveira”, n.º 8), Póvoa de Varzim, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 2004.
- ANACLETO, Maria Regina Dias Baptista Teixeira - *Arquitectura Neo-medieval Portuguesa - 1870-1924*, 2 vols., Coimbra, 1992.
- ANACLETO, Maria Regina D. B. T. - *Neoclassicismo e Romantismo*, in *História da Arte em Portugal*, vol. 10, Lisboa, Publicações Alfa S. A., 1986.
- ANACLETO, Maria Regina D. B. T. - *O Neomanuelino / ou a reinvenção da arquitectura dos descobrimentos*, Galeria de Pintura do Rei D. Luís, (CATÁLOGO) Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1994.
- BARBOSA, Fernando - *O Concelho da Póvoa de Varzim no século XVIII - As Memórias Paroquiais de 1736 e 1758*, in «Póvoa de Varzim. Boletim Cultural», vol. I, P. Varzim, 1958, p. 301-303.
- BARBOSA, Fernando [atualizadas por: AMORIM, Manuel J. G.] - *Correcções e anotações à História local. Atualizadas por M. Amorim* [Separata do Boletim: «Póvoa de Varzim. Boletim Cultural», vol. XXXIV, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim], Póvoa de Varzim, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, Edição da Separata: Grupo de Amigos do Museu da Póvoa de Varzim, 1998-1999.
- BARBOSA, Fernando - *Exposição de Arte Sacra do Concelho da Póvoa de Varzim*, in «Póvoa de Varzim. Boletim Cultural», vol. I, n.º 1, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal da P. V., 1958, pp. 84-95.
- BARBOSA, Jorge - *O escultor João d' Affonseca Lapa. Villa do Conde (13.Março. 1841). Rio de Janeiro (26.Agosto.1933). Sua vida e sua obra*, in «Póvoa de Varzim. Boletim Cultural», Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, vol. XXVIII, n.º 1, 1991, pp.15-115.
- BARBOSA, Jorge - *Toponímia da Póvoa de Varzim*, in «Póvoa de Varzim. Boletim Cultural», vol. VI (1967) a vol. XXXIII (1996-97), Póvoa de Varzim, Câmara Municipal P. de Varzim, 1967-1997, pp. 161- 208 (vol. VI), ... 247-295 (vol. XXXIII).
- [BARBOSA, Jorge - “DORES (LARGO DAS)” in - *Toponímia da Póvoa de Varzim*, in “Póvoa de Varzim. Boletim Cultural”, vol. X, P. Varzim, 1971, pp. 131-155.]
- BARREIROS, Manuel d'Aguiar - *A Cathedral de Santa Maria de Braga - Estudos críticos archeologico-artisticos*, Porto, Edições Ilustradas Marques Abreu, 1922.
- CARNEIRO, Deolinda Maria Veloso - *Aspectos do Traje em Portugal no séc. XVIII, tendo por fonte a pintura votiva*, in *Estórias de dor, esperança e festa. O Brasil em ex-votos portugueses (séc. XVII -XIX)*, (Catálogo de exposição), Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998, pp. 21-37.
- CARNEIRO, Deolinda Maria Veloso & GOMES, José Manuel Flores (Coord.) - *Opera Fidei - Obras de Fé num Museu de História. Arte Sacra do Arciprestado de Vila do Conde - - Póvoa de Varzim* (Catálogo de exposição), Póvoa de Varzim, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim / Museu Municipal, 2002-2003.
- CARNEIRO, Deolinda Maria Veloso - *Para o estudo da paramentaria em Portugal - uma casula com bordados de Imaginária em sebastos. Séc. XV-XVI*, in «Póvoa de Varzim. Boletim Cultural», vol. XXVII, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal da P. Varzim, 1990, pp. 5-59.

DA ERMIDA DA MATA À NOVA IGREJA DA MISERICÓRDIA DA PÓVOA DE VARZIM

- CARNEIRO, Deolinda Maria Veloso - *Património Artístico e Arquitectónico da Póvoa de Varzim - do século IX a inícios do século XX*, in *Opera Fidei - Obras de Iê num Museu de História. Arte Sacra do Arciprestado de Vila do Conde - Póvoa de Varzim (Catálogo de exposição)*, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim / Museu Municipal, 2002-2003, pp. 71-108.
- COSTA, Avelino de Jesus da - *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1959.
- COSTA, Joaquim Martins da - *As procissões que a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia organizava...*, in «Companha», Santa Casa da Misericórdia, P. V., n.º 4, Maio, 1994.
- DIONÍSIO, Paula Carolina Ramos - *A Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim. Assistência e caridade numa vila piscatória (1756-1806)*, Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiada, Porto, 2000.
- FONSECA, Manuel dos Santos - *Levantamento dos elementos históricos e Técnicos do Orgão de tubos da igreja da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim*, [Orçamento / relatório policopiado], 18 de Setembro de 2001.
- FRANÇA, José Augusto - *A Arte em Portugal no século XIX*, 2 vols, Livraria Bertrand, Lisboa, 1966.
- FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e - *Vila do Conde. 2. História e Património* (Coleção: Cadernos, n.º 4), Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, 2001.
- GONÇALVES, Flávio - *Um templo desaparecido: a antiga Igreja Matriz (depois igreja da Misericórdia)*, in «Póvoa de Varzim. Boletim Cultural», vol. III, n.º 2, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal da P.V., 1964, pp. 201-266.
- LANDOLT, J. A. - *A Igreja da Misericórdia*, in «A Póvoa de Varzim», Póvoa de Varzim, 21 e 22, 15 de Setembro de 1914, pp. 1-2.
- LANDOLT, J.A. - *Manoel João e D. Adelaide Amorim - "O MEU PANTEON"* in «A Póvoa de Varzim», Anno 1, n.º 6, Dez., 1911, pp. 3-7.
- LEAL, Francisco Felix Henriques da Veiga - *Notícia da Villa da Povoia de Varzim, feita a 24 de Mayo de 1758* [Resposta ao Inquérito dirigido pelo P.e Luís Cardoso, em 1758]; BARBOSA, Fernando (publicou e prefaciou) - *O Concelho da Póvoa de Varzim no século XVIII - As Memórias Paroquiais de 1736 e 1758*, in «PÓVOA DE VARZIM. Boletim Cultural», vol. I, P. Varzim, 1958, p. (258-343) 312-313.
- MARTIMORT, A. G. - *A Igreja em Oração - Introdução à Liturgia*, Barcelos, Edições Ora & Labora e Desclé & Cie. (Tournai), 1965.
- NÓBREGA, Vaz-Osório - *Pedras de Armas do concelho da Póvoa de Varzim*, in «Póvoa de Varzim. Boletim Cultural», Vol.II, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal da P. de Varzim, 1959, pp. 355-408.
- PLAZAOLA, Juan - *Historia y Sentido del Arte Cristiano*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1996.
- RÉAU, Louis - *Iconografía del Arte Cristiano*, 5 vol. (Ed. francesa, P.U.F., 1957), Barcelona, Ediciones del Serbal, 1996-1997.
- ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Manuel Fernandes da Silva - Mestre e Arquitecto de Braga. 1693-1751*, Porto, Coleção Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1996.

- RODRIGUES, Leandro [Rev.º Dr.] - *Notícia do Doutor Leandro Rodrigues* - em resposta ao Inquérito enviado pelo Padre Luís CARDOSO, publicado no: - *Dicionário Geográfico, 1747* [ANJO, José A. Alves trancreveu-a]. BARBOSA, Fernando (publicou e prefaciou) - *O Concelho da Póvoa de Varzim no século XVIII - As Memórias Paroquiais de 1736 e 1758*, in «Póvoa de Varzim. Boletim Cultural», I, 1958, pp.(258-343) 270-281.
- SMITH, R. C. - *A Talha em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1962.
- STRATTON, Suzanne - *La Inmaculada Concepcion en el Arte Español*, Madrid, Fundacion Universitária Española, 1988, p. 35.
- TEIXEIRA, Luís Manuel, 1985 - *Dicionário Ilustrado de Belas-Artes*, Lisboa, Ed. Presença, 1985.
- UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS. www.ump.pt (consulta: 2005.04.07). © 2003-2005.
- VIDAL, Manuel Gonçalves; ALMEIDA, Fernando Moitinho de - *Marcas de Contrastes e Ourives Portugueses*, 4ª ed. [1958 -1ª ed.], 2 vols., Lisboa, 1998.

Eurico de Ataíde Malafaia

Academia Portuguesa da História

António de Araújo de Azevedo – Conde da Barca: personalidade exemplar de coragem e dignidade

Resumo

António de Araújo de Azevedo, titulado em 17.12.1815 como Conde da Barca, foi uma figura notável na vida portuguesa no final do séc. XVIII e primeiros dezassete anos do séc. XIX, exercendo actividade diplomática e, posteriormente, a política, muito embora a sua maior notoriedade se congregue no êxito do exercício das suas funções como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto à Corte da Haia e, transitóriamente, por duas vezes, na mesma qualidade, como negociador da paz entre a França (Directório) e Portugal, a qual alcançou, no uso dos “plenos poderes” atribuídos, assinando o célebre Tratado de 10 de Agosto de 1797 que não chegou a ser ratificado pelo Príncipe Regente D. João, por imposição da Inglaterra. O texto historia documentalmente o sucedido, que teve várias consequências graves e, como incidente de destaque, a própria prisão do diplomata.

Abstract

António de Araújo de Azevedo, Count of Barca as of 17th December 1815, was a noble figure in Portuguese society, exercising diplomatic and, subsequently, political power from the late 18th century to the early 19th century. He earned his greatest renown, however, in his success as Envoy Extraordinaire and Minister Plenipotentiary to the Court of The Hague and, temporarily, on two occasions, as negotiator for peace talks between France and Portugal. In the same capacity, exercising the “full powers” assigned to him, he accomplished his goal by signing the famous Peace Treaty of 10th August 1797. However, by imposition from England, this Treaty never came to be ratified by the Prince Regent, D. João. This paper comprises a documented account of the event which led to quite serious consequences, including the striking episode of the imprisonment of the diplomat himself.

Celebraram-se em 2004 duas datas centenárias relativas à vida do Conde da Barca, um homem que, em termos de capacidade político-diplomática, astúcia, discernimento e perspicácia pôde emparceirar com as grandes figuras da sua época: Talleyrand e Metternich. Temos porém a opinião, documentalmente sustentada, de que António de Araújo de Azevedo, servidor de D. Maria I e, posteriormente, do Regente D. João, se distinguiu daqueles outros políticos europeus pelas suas extraordinárias capacidades de trabalho, pela universalidade dos seus conhecimentos, pelo empenho exemplar que transmitia ao exercício das suas funções regulares e das que lhe eram cometidas, referenciando-se sobretudo pela lealdade à Coroa, embora expressa de uma forma nem sempre politicamente concordante com ela, mas sem habilidades, subterfúgios ou arranjos para colheita de benefícios materiais. E disso não se podem gabar aqueles seus parceiros europeus, especialmente o primeiro que era personagem de referência quanto ao exercício de práticas conducentes ao enriquecimento fácil. A título de exemplo refira-se que a história, inclusivamente a de Portugal, com factos concretos, aponta Charles Maurice de Talleyrand-Périgord como “o maior corrupto dos corruptos”. A leitura atenta de documentos referentes à actuação do nosso diplomata, como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Paris, em contraste com a podridão da época e do meio, e em circunstâncias de extrema gravidade, mostram-nos a sua exemplar integridade e a circunstância de agir sempre de acordo com as suas obrigações oficiais, no quadro de uma mentalidade de homem excepcionalmente culto e, portanto possuidor, na época, de ideias de cunho liberal-reformista.

Em 14 de Maio, em Ponte de Lima, sua terra natal, foram solenemente comemorados os 250 anos do seu nascimento e, logo a seguir, nos primeiros dias de Junho, era o Arquivo Distrital de Braga – Universidade do Minho que, no Salão Medieval, também em sessão solene, fazia lembrar os 200 anos decorridos sobre a data da sua chamada ao governo (6 de Junho de 1804). No Brasil e quase no final da sua vida, integrando novamente o governo de D. João VI, foi titulado como 1º Conde da Barca (17 de Dezembro de 1815). Escolheu ele a terra da Barca, pátria de Diogo Bernardes e de Frei Agostinho da Cruz, homenageando provavelmente o seu 6º avô Fernão Velho de Araújo que, vindo da Galiza e perseguido sem legitimidade, se refugiou na Barca, onde casou e a família se radicou e expandiu. Não surpreende que, tal como em Ponte de Lima, haja ocorrido na Ponte da Barca homenagem muito significativa ao homem que deu origem a que a Vila fosse elevada a cabeça de condado. Tivemos a honra de proferir diversas conferências sobre a figura ilustríssima de António de Araújo de Azevedo e, por isso mesmo, é-o também a de subscrever um texto que pudesse integrar o volume de estudos que a Faculdade de Letras da Universidade do Porto vai editar em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias, amigo que muito distinguimos e

a que nos ligam, em muitos aspectos, laços de fraternidade. Teve ele a gentileza de sugerir-nos que o fizéssemos sobre o mal conhecido Conde da Barca, dando-nos oportunidade de procurar responder, se possível, à questão que se nos coloca no tempo próprio, quando o diplomata, Enviado Extraordinário e Ministro Extraordinário à República Francesa – leia-se Directório – foi detido e enviado para a prisão da Torre do Templo, com as inquietações próprias do trágico funcionamento da guilhotina desde 25 de Abril de 1792, havendo suportado a situação com um equilíbrio exemplar, sem colocar mal o seu país, o seu ministro, quem quer que fosse, sem que durante mais de um mês alguém se ocupasse da situação grave e perigosa do legítimo representante de Portugal. Dignidade ou loucura?

Vamos procurar fazer o enunciado dos factos essenciais. Depois da desconchavada intervenção de Portugal na denominada guerra do Rossilhão, ao lado da Inglaterra e da Espanha, contra a França revolucionária, a Convenção, em 1793, havia autorizado o corso contra os navios portugueses. Entretanto, numa manobra política secreta, a Espanha alia-se à França, o que é consumado pelo Tratado de Basileia de 22 de Julho de 1795; os termos deste Tratado consagram uma relativa dependência política de Portugal em relação à Espanha, quanto ao trato dos nossos assuntos com a França, e conduzem obviamente ao agravamento da guerra que este país nos fazia no mar, com pesados danos para a economia nacional. A responsabilidade da mediação espanhola no nosso “conflito” com a França não era assumida e a Inglaterra, como era seu hábito, tratava dos seus próprios interesses, seguindo uma política manifestamente nefasta a Portugal. Diante da perspectiva de uma invasão do nosso país, por parte da Espanha, é decidido enviar a Paris um diplomata credenciado para tratar directamente da paz com a França (Outubro de 1796). O escolhido foi António de Araújo de Azevedo, então nosso representante na Corte da Haia onde havia apresentado credenciais a 6 de Agosto de 1790. A razão da escolha: “*António de Araújo era um habilíssimo diplomata, experiente, e sempre excelentemente informado, servido por uma inteligência penetrante e esclarecida*”¹. Para além desta, “*Araújo foi um dos diplomatas portugueses que mais e melhor informou o seu governo do que se passava, fazendo mesmo ajustadas previsões do que iria acontecer na França e na Europa, interpretando com rara perspicácia as informações que colhia através de uma valiosa rede de contactos que, a todos os níveis, foi estabelecendo*”². O mesmo embaixador citado em nota de rodapé, nos seus escritos sobre diplomacia,

¹ Manuel Lopes de Almeida, *História de Portugal*, VI, XVI, 272.

² Luís Teixeira de Sampayo, *O Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, 64.

refere “*como exemplo de excepção o carácter modelar das capacidades de António de Araújo de Azevedo*”.

Sem dúvida, a escolha fora certa. Tornara-se desde logo evidente ao diplomata que a paz haveria de ser comprada e, não obstante os conhecimentos pessoais de Araújo com alguns membros do Directório, estes não se entendiam quanto à distribuição do bolo. Falava-se então de vários milhões de cruzados de indemnização! Qual a razão? A dos prejuízos que Portugal causava à França em consequência da sua aliança com a Inglaterra, conforme proclamavam os membros do Directório. Neste quadro de interesses tão variado, acrescido da própria política interesseira por parte da Espanha, no momento em que se perspectivava a conclusão de um acordo, o nosso diplomata é intimado, em Maio de 1797, a sair de Paris. Regressa a Haia, mas vai habilmente mantendo por meios diversos, sobretudo através de homens de comércio, os seus contactos com Paris. Talleyrand, na sua trajectória permanente de altos e baixos, mas sempre com oportunismo, volta à ribalta política assumindo o Ministério das Relações Exteriores e “ajuda” a promover um acordo que se consagra no Tratado de 10 de Agosto de 1797 que, no uso dos seus “*plenos poderes*” o nosso diplomata assinou. O pior estava para acontecer. A esse respeito, três notas essenciais:

- O Tratado foi reputado vantajoso para Portugal escrevendo-se nos meios políticos *que o mesmo havia sido abraçado pela Nação com o maior alvoroço*³.

- A Inglaterra não concordou com certas cláusulas do Tratado e impôs a Portugal, - ameaçando mesmo invadir-nos -, a “*não ratificação*” que, formalmente, deveria ter tido lugar até 10 de Outubro desse ano. A imposição foi apoiada pela presença de uma esquadra britânica que, normalmente, estava no Tejo ou por lá perto, e pela ocupação efectiva, pelos ingleses, do Forte de S. Julião da Barra.

- Conhecedor da intervenção inglesa e ultrapassado o prazo, o Directório declarou o Tratado como “*insubsistente e nulo*”, afirmando ao mesmo tempo estarem reabertas as hostilidades, isto é, não só a guerra de corso iria continuar, como aumentava a perspectiva de Portugal ser invadido.

O nosso diplomata, usando da sua influência pessoal e do apreço em que era tido pelos negociadores, havia conseguido dois adiamentos do prazo, embora com ajustes dos montantes da indemnização. Porém, diante da constatada manutenção da subserviência do governo de Portugal à Inglaterra (que em finais de Novembro acabaria por dar o seu acordo à ratificação), António de Araújo de Azevedo é preso no dia 28 de Dezembro de 1797 e encarcerado na Torre do Templo sob a acusação adiante referida. Papéis, móveis, moeda e tudo quanto podia ser suspeito, foi remetido ao Ministro da Polícia.

³ Citado no ofício de Luís Pinto de Sousa, de 11 de Setembro de 1797, para D. João de Almeida Mello Castro, cf. ref. *História de Portugal*, ed. Barcelos, VI, XVI, 273.

Verifica-se, através de todos estes factos, que Portugal havia caído no ponto mais baixo possível no que respeitava a consideração por parte dos principais países da Europa. Afirmando-se neutro, era joguete da Inglaterra, vivia assustado com o comportamento dúbio da Espanha, e estava certo de que seria invadido pela França. Deste modo não surpreende que o ministro Luís Pinto de Sousa, obstinado e subserviente anglófilo, descreditasse o seu subordinado, em vez de lhe dar cobertura quando o Directório se atreveu a mandar prender um Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Portugal que, em nome do seu País, negociava a Paz. Qual a justificação apresentada e como geriu o prisioneiro a situação?

Sabe-se que nos bastidores da negociação, e desde 1796, para que tudo evoluísse favoravelmente, houve que contemplar, com dinheiro ou promessas dele, certos políticos franceses influentes. Em matéria tão sensível, apesar de todos os cuidados do negociador, houve intermediações e certos “destinatários” constituíam motivo de inveja ou de desconfiança por parte de outros que pertenciam ao mesmo Órgão decisor. Descoberta e detida uma rede de “mensageiros”⁴, um deles, para se defender, falou acidentalmente de Araújo, diplomata que havia conhecido. Merlin de Douai⁵, então membro do grupo minoritário do Directório, aproveitou a oportunidade para atacar Barras e Talleyrand que supunha vulneráveis, começando por fazer prender o diplomata português. Não tinha a menor consistência a história que se dizia ter sido contada, mal e atabalhoadamente, pelo dito intermediário, sendo contudo certo que Araújo, como se compreende, conhecia gente nesse meio. As verdadeiras razões do acusador eram expor os referidos colegas do Directório ao exame dos Conselhos, e do próprio Directório, e também executar um acto de vingança em relação a um diplomata que, com verbas importantes, negociou a paz e que, por falta de decisão política (sempre condicionada pela Inglaterra) e de apoio do seu governo, passou a desempenhar o papel de incumpridor. Os dinheiros de despesas secretas haviam já sido parcialmente entregues e, eventualmente, mal distribuídos pelos colegas, por parte dos dois directores reflexamente visados!

Invocando o Art.º 145 da Constituição revolucionária, com a data de 28 de Dezembro de 1797, Araújo é objecto de um mandato de captura dimanado do Directório, no qual é acusado “*d’avoir pendant son séjour en France conspiré contre*

⁴ Chamavam-se Poppe, Querini e Wiscowich, embora os segundos fossem designados na correspondência por Quirini e Viscovi. O primeiro tinha tido contacto com Araújo conforme este refere no ponto 4 do seu ofício de 17/6/1798 para Luís Pinto de Sousa, cf. *Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Secção de Manuscritos* (BNRJ - Sec. Ms.) - 10, 2, 5/72.

⁵ Foi Ministro da Justiça e um dos principais artífices do golpe de estado do 18 fructidor, substituindo então Barthélemy no Directório, onde se manteve até 18/6/1799.

la sureté intérieur e notamment d'avoir ourdi une trame à la faveur de laquelle on voulai perdre des membres du gouvernement"⁶. O pretexto, para além de fácil, é subtil. O mandato foi assinado por Barras, como Presidente, “*que se sentia perseguido por Araújo (!)*” e por Lagarde, nosso conhecido Secretário-Geral. Complementariamente assina-o o Ministro da Polícia Geral, de nome Sotin⁷, “*homem de mão*” de Merlin e de Barras, como era de prever.

No momento da prisão, Araújo encontrava-se em casa com incómodos de saúde que ali o retinham. Em presença do mandato de captura, invocou essa situação de pessoa debilitada, a sua inocência e, necessariamente, a sua grande surpresa. Isso não obstou a que fosse conduzido a casa do Ministro da Polícia e daí para a prisão da Torre do Templo, a mesma onde havia estado prisioneiro o rei Luís XVI e família em 1792. Mal instalado com um seu criado, assim esteve uns dias sem nada entender do que se passava; mais tarde foi transferido para uma dependência maior onde estava uma dezena de presos políticos ... e também alguém da polícia. Sensatamente, embora instado, o detido procurou não falar. Em tal meio nada tinha para dizer. Sabe-se também, pela análise documental, que Araújo teve que deslocar-se várias vezes, sob prisão, a casa do Ministro da Polícia que, nos interrogatórios, habilmente, procurava comprometê-lo sem contudo se referir aos “intermediários”, embora fosse perceptível a intenção do inquiridor descobrir qualquer relacionamento suspeito, envolvendo dinheiros, com Barras e Talleyrand. Para além disso pretendia o Ministro, na sua inquirição, obter pistas para conhecer a profundidade das relações com Carnot, inimigo declarado de Portugal. A segurança do depoimento do detido acabou por desmontar as perspectivas do interrogador. Porém, logo que lhe foi possível - 11 de Janeiro - - o diplomata escreveu aos Membros do Directório expressando o seu protesto e incompreensão pelo sucedido. Na sua carta repudia a suspeita e anuncia a determinação de manter-se na prisão enquanto não houver uma declaração pública⁸ da sua inocência, com publicidade idêntica à que ocorreria aquando da sua detenção⁹. Utilizando meios que desconhecemos, consegue escrever a Luís Pinto de Sousa em 27 de Janeiro de 1798. Trata-se de uma correspondência de

⁶ BNRJ - Sec. Ms., 10, 2, 5/51. A cópia deste documento arquivado na BNRJ encontra-se cheia de erros, não se sabendo se quem copiou foi fiel ao original. Corrigimos apenas os nomes próprios dos que nos pareceram incorrectos, embora aqui se não faça, por redundante, a transcrição do documento que lemos.

⁷ Sotin de la Coindière. Por recomendação de Merlin de Douai foi chamado a 26 de Julho de 1797 (8 thermidor – an 5) ao Ministério da Polícia. Era dedicado a Barras, sendo também um dos intervenientes no golpe de estado do 4 de Setembro (18 fructidor).

⁸ “Por causa da falta da ratificação, o Directório tinha indisposto o público contra Portugal por meio de folhetos e jornais”, cf. ref. ofício de Araújo.

⁹ BNRJ - Sec. Ms., 10, 2, 5/52.

grande significado, pois nela o diplomata dá mais importância à ratificação do Tratado que à sua própria situação, que é de inocência como declara, mas que nada representa perante o interesse nacional. Todavia, três dias depois, recebendo que a carta se perdesse, escreve de novo, desenvolvendo o mesmo tema mas de uma forma mais sistematizada. Não deixámos de dar destaque à forma como essa primeira carta termina:

*“Tudo comprova infelizmente os meus vaticínios e não posso deixar de observar a demora da ratificação como um dos acontecimentos políticos dos mais extraordinários que tem produzido o nosso século e de onde podem resultar as mais funestas consequências...”*¹⁰.

Como dissemos, três dias depois escreve novamente preocupado com o facto de desejar que em Lisboa não falem notícias, traduzindo também com elevada grandeza de alma e nobreza de sentimentos a sua situação, mas simultaneamente o desejo de que esta não venha a ser motivo para que Portugal cometa erros na condução da sua política. É esse pensamento admirável que, apoiado na lógica dos factos, ele transmite ao Secretário de Estado em correspondência¹¹ de 30 de Janeiro de 1798, de que salientamos os pontos fundamentais: *“Que se alegara na Resolução do Directório para eu ser preso, o haver conspirado contra a tranquilidade interior da República e contra alguns Membros do Governo, sem que porém me manifestassem provas ou indícios de semelhante natureza. Que a tardança da ratificação, e a renovação de algum projecto hostile contra Portugal, eram as causas primárias deste rompimento, além de outras que se seguiram e que não podia ainda referir a V. Exa. Que devia desde já segurar o Príncipe N. Senhor que não tinha dado o mais leve motivo a uma ofensa de natureza tão agravante para a nossa Corte, nem mesmo a qualquer manifestação de desgosto contra a minha pessoa. Que o modo que se procurou para o rompimento fora tão bárbaro e precipitado que, por essa mesma razão, me parecia que dele talvez resultasse a verificação da nossa Paz, se bem que não pudesse dar certeza sobre tão importante objecto e somente comunicava a esperança que me fornecia o meu raciocínio. Que esta esperança e a pureza da minha consciência difundiram tal energia e serenidade, na minha alma, que à excepção de me ser muito sensível o insulto feito à minha Corte, nenhum dos incómodos deste acontecimento produzira em mim, até ao presente, a mínima aflicção ou movimento de impaciência. Que de boa vontade me entregaria a maiores sacrifícios pela honra da minha Corte e tranquilidade da minha Pátria. Que todas as reclamações que se houvessem de fazer não podiam ser, fundadas senão na minha futura justificação e esta pertencia-me exclusivamente. Que, entretanto, eu supplicava respeitosamente ao Príncipe N. Senhor que, por*

¹⁰ Arquivo Distrital de Braga / Fundo Conde da Barca (AHB / FBO) - Cx. 1 - Doc. 27.

¹¹ BNRJ - Sec. Ms., 10, 2, 5 / ...

modo algum, em relação ao estado em que me acho consentisse em condições onerosas, que talvez lhe seriam propostas com a esperança de se alcançarem por meio desta ameaça. Que tudo quanto padecia me era suave considerando o Real Serviço, mas que este procedimento se tornaria penoso no meu coração se acaso S. A. R. se determinasse a resgatá-lo. Acrescento agora que seria sumamente prejudicial o tentar por ora nova negociação por outra via ou acelerar reclamação alguma a meu respeito.

Peço, por utilidade do Estado, que me deixe entregue à minha sorte, até ver o que dela resulta. Se por acaso se determinarem a continuar a injustiça e o desprezo dos princípios mais sagrados do Direito das Gentes, não dando satisfação alguma, mas fazendo-me sair do território francês, de toda a parte pedirei ao Directório a manifestação das provas dos meus supostos crimes para responder, e me justificar, aos olhos do Universo”.

É extraordinária e corajosa a actividade que mostra no período do encarceramento, sobretudo escrevendo. A 10 de Fevereiro apresenta protesto verbal junto do Juiz de Paz funcionando no Ministério da Polícia que, contudo não assina, por não reconhecer fidelidade no documento¹² sendo as suas declarações concentradas na demonstração do ignóbil atentado à dignidade diplomática e ao respeito que ela merece em qualquer país civilizado. Dois dias depois contesta a resposta que lhe foi dada pelo mesmo magistrado, insistindo no desejo de recebê-la por escrito para, a partir dela, poder contestar a ilegalidade que se comete para com a sua pessoa. Anuncia mesmo saber (como?) que o Embaixador da Espanha em Paris fará diligências concretas no sentido de tudo se esclarecer, chamando-lhe a atenção de que, em França, tem o direito de defender-se e, com mais forte razão, o Directório tem de a isso prestar atenção, facilitando todos os meios de defesa a um homem encarregado de negociações políticas, que não são negócios pessoais, mas sim dizendo respeito ao Estado que representa¹³.

Sem respostas, vai insistindo na sua argumentação dirigindo-se agora e por escrito ao Ministro da Justiça a quem dá amplas explicações, invocando mesmo os seus direitos, no mínimo idênticos aos franceses para o que citava o Art.º 59 do Código dos Delitos e das Penas¹⁴. Isto revela a dimensão dos seus conhecimentos e a capacidade de utilizá-los. Na oportunidade, curiosamente, como dirá ao seu Secretário de Estado, ele pretende manter a sua situação de prisioneiro e criar dificuldades ao Directório, numa tentativa de que este reveja a sua posição quanto à aceitação da ratificação do Tratado¹⁵.

¹² BNRJ - Sec. Ms. - 10, 2, 5/74.

¹³ *Ibidem, ibid.*, 10, 2, 5/75.

¹⁴ *Ibidem, ibid.*, 10, 2, 5/77.

¹⁵ *Ibidem, ibid.*, 10, 2, 5/78.

“Disse ao Ministro da Polícia que asseverasse ao Directório, da minha parte, que não queria sair da prisão sem uma plena justificação; porém, depois manifestei-lhe directamente a mesma determinação e, desde então, não houve nenhuma resolução. Fiz, em todas as ocasiões proporcionadas, sobre o partido que há-de tomar a meu respeito. O que posso assegurar a V. Exa. é que Bonaparte tem clamado altamente contra este estranho procedimento”¹⁶.

Conforme pode e, por certo, os meios de comunicação lho permitem, não deixa de escrever ao Secretário de Estado, dando-lhe notícias e esclarecendo-o do seu estado de espírito: “As minhas esperanças a respeito do negócio principal, e único objecto em que se ocupa a minha mente (necessariamente a aceitação da ratificação do Tratado) não se me apresentam, como dantes, numa perspectiva proximamente favorável mas não as perco de todo, ainda que poucas razões (mais) tenha de pensar assim do que a propensão genial (sic) que na conjuntura presente se manifesta na minha alma para resistir e para, talvez, vencer com firmeza todo o género de adversidades”¹⁷.

Simultaneamente congratula-se com a hipótese da mediação de Espanha - não negociação - na tentativa de recuperação do Tratado. Mas, novamente, insiste na independência do seu destino e na lógica da sua estratégia, escrevendo: “Espero que seja conforme ao que a justiça, a razão e os direitos mais sagrados devam ditar e me persuado igualmente que o sistema que adoptei contribuirá para a tranquilidade de Portugal. Ainda que venha a tratar-se em outra parte do mesmo assunto, os passos que tenho dado, e que ainda me não convém relatar, são os únicos que poderiam reconduzir este importante negócio a um êxito feliz. Este é o único objecto do meu desejo, da minha ambição e do meu dever e, enquanto couber nas minhas forças, não me afastarei dessa direcção”¹⁸. Entretanto, tudo leva a crer que o governo (Ministro da Justiça) e o Directório estavam em dificuldades para sair da situação, embora fossem “ajudados” pelo Secretário de Estado Luís Pinto de Sousa que, na circunstância, mandou a Talleyrand “um ofício muito tímido e vergonhoso”¹⁹. Este ofício, segundo a mesma fonte, foi dolorosamente objecto do seguinte comentário de Araújo para o subscritor: “A primeira reclamação de V. Exa. (contra a detenção) foi julgada no Directório como um abandono da minha Corte a meu respeito e assim se julgou em Paris”.

Porém, aparentemente esquecido dos agravos e pensando sempre na recuperação da ratificação do Tratado, resolve escrever novamente ao Ministro da

¹⁶ AHB / FBO - Cx. 1 - Doc. 28, ofício de 31/1/1798.

¹⁷ BNRJ - Sec. Ms., 10, 2, 5/53, ofício de 17/2/1798.

¹⁸ *Ibidem, ibid.*, 10, 2, 5/54, ofício de 6/3/1798.

¹⁹ Artur da Cunha Araújo, *Perfil do Conde Barca*, cf. nota n.º 3, 45.

Justiça, procurando indirectamente “abrir uma porta” que lhe parecia essencial, no contexto de todo aquele silêncio que o rodeava, pelo que assim procede “... *ma condescendance n’a pas eu plus de borne que mon désir de rétablir la bonne harmonie entre les deux Puissances; de convaincre le Gouvernement Français de mon respect pour les membres qui le composent et de ma reconnaissance pour les marques de confiance et d’estime qui j’ai reçu d’eux avant (que) la calomnie fut parvenue à surprendre leur religion*”. E termina com uma expressão cheia de dignidade: «*vous voudrez bien ne pas perdre de vue que ce n’est pas ma liberté que j’invoque, mais la justice qui m’est due et l’estime du Gouvernement Français que je n’ai pas cessé de mériter*»²⁰.

Repete os mesmos sentimentos, transmitidos ao Ministro da Justiça, em carta dirigida ao Directório, dias depois: “*Cependant, cette détermination est instante; elle importe à mon honneur; elle importe essentiellement à l’intérêt de mon Pays. Je le demande, je l’attends de votre justice*”²¹.

É perceptível que, pelo menos nos primeiros tempos, o diplomata ficou completamente entregue ao seu destino, isto é abandonado: pelo seu governo, pelos diplomatas seus colegas, não intervindo por receio, e pelo Embaixador de Espanha em Paris que, instado pelo seu governo, não cumpre as instruções recebidas!

Em 15 de Março, escreve a Luís Pinto de Sousa dando-lhe as notícias possíveis e prometendo esclarecê-lo daquilo que: “*ainda não pôde ser feito*”, o que fará uma vez em liberdade. E traduz a esperança do seguinte modo: “*Acho-me por ora na mesma situação, mas espero que se resolva brevemente este negócio e trabalho para que a resolução seja útil e decorosa para a nossa Corte. Sem estas condições resisto a ser posto em liberdade*”²².

Libertado a 28 de Março de 1798, ao fim de três meses e um dia de detenção, verifica-se que, mesmo na prisão, foi sempre um digno representante de Portugal que, uma vez liberto, diplomaticamente agradeceu e, mesmo expondo-se a ser detido antes de sair de Paris para a Holanda, voltou ainda, no enquadramento da sua rede de apoiantes e colaboradores, a trabalhar na descoberta do caminho para a Paz. No agradecimento que se transcreve está implícito esse propósito que, no espírito e acção do diplomata, foram permanentes durante a crise.

*Au Directoire Exécutif*²³

Citoyen Président

J’ai reçu l’Arrêté do Directoire Exécutif. Les dispositions qu’il renferme, m’éton-

²⁰ BNRJ - Sec. Ms., 10, 2, 5/79.

²¹ *Ibidem, ibid.*, 10, 2, 5/80, de 13/3/1789.

²² *Ibidem, ibid.*, 10, 2, 5/56.

²³ BNRJ - Sec. Ms., 10, 2, 5/60. A cópia do texto original contém muitos erros que procuramos corrigir.

*nent au delà de toute expression; je m'y conformerai; je chercherai en vain a m'en expliquer les motifs; je ne le tenterai pas. Permettez moi d'assurer le Directoire par votre organe*²⁴ *que la mesure qu'il a prise à mon égard ne laisse dans mon coeur aucun souvenir amer, aucun ressentiment.*

Dans mon opinion la Paix de mon Pays avec la République Française importe également aux deux États. C'est comme chargé de concourir à cette Paix que j'ai éprouvé de longs tourments; il porte avec eux les consolations les plus douces; mon âme en est remplie et n'est plus accessible qu'à elles.

J'emporte l'espérance, Citoyen Président, que la négociation qui m'est confiée, n'est pas rompue et que vous ne refuserez pas d'écouter encore les Propositions d'un Ministre, qui pénétré du besoin d'épargner à l'humanité de nouveaux malheurs, de consoler enfin l'Europe du spectacle affreux de la guerre, est toujours honnoré de la confiance de sa Cour et a des Droits incontestables à votre estime.

Recevez, Citoyen Président, l'assurance de ma haute considération
António de Araújo de Azevedo.

A notificação do Ministro da Justiça concedia ao diplomata a liberdade oficial, impondo-lhe o prazo de seis horas para sair de Paris e o de dez dias para sair de França, sem contudo lhe dar nenhuma explicação sobre a sua detenção, como ele sempre pretendeu. O rigor e o grau de comprometimento foram tantos que a ordem de libertação não teve publicação oficial.

Sem o apoio do seu governo, quer directo, quer através da mediação espanhola, há que reconhecer que António de Araújo de Azevedo acabou por ser libertado no dia 29 de Março de 1798, por mérito próprio. Mas, apesar de tudo aquilo que se passou e do abandono a que foi votado, vai continuar a lutar pela paz. Recebendo passaportes no dia 31, procurou ainda esgotar utilmente o prazo de dez dias após a notificação para sair de Paris, o que nos leva a pensar que tenha atravessado a fronteira a 7 ou 8 de Abril e, portanto, que tenha chegado a Haia cerca do dia 15. De acordo com o que escrevera de Paris (Saint Denis, que então era fora de portas), deve ter aproveitado a segunda quinzena de Abril para descansar, e identificar-se com os assuntos que tinha na Haia e, posteriormente, seguir para a “*Quinta de Borbeek - junto a Harlem - onde habitei o ano passado esperando as ordens de V. Exa*”²⁵.

Pretende o diplomata uma satisfação do Directório em relação ao ocorrido e entende que a forma de obtê-la é “*concluire a nossa Paz*”. “*Este é o importante*

²⁴ Palavra empregue em sentido extensivo, isto é, “pessoa por cuja mediação se expressa um sentimento ou desejo”. O seu emprego não é usual na linguagem francesa corrente.

²⁵ BNRJ - Sec. Ms., 10, 2, 5/57.

*objecto que me obriga a retirar-me para Holanda porque me persuado que posso cooperar para esta conclusão, continuando a tirar partido das ofensas praticadas contra a pessoa do Ministro, de S. M. Se assim não fosse, partiria imediatamente para essa Corte*²⁶. No mesmo Ofício refere o alto conceito em que o seu comportamento foi tido pelo Corpo Diplomático acreditado em Paris e informa haver escrito ao Príncipe da Paz agradecendo a “*reclamação oficial ultimamente apresentada*”. A reclamação portuguesa, com a data de 14 de Fevereiro, enviada ao Embaixador de Espanha em Paris, “*havia chegado há poucos dias*”, isto é “*chegou tarde para se fazer uso dela*”. Assim se tratavam os assuntos graves em Portugal! Determinado porém a continuar a lutar pela Paz, sugere a Luís Pinto de Sousa que se substitua a reclamação chegada por um ofício, de que remete um rascunho que comenta: “*concebido em termos proporcionados às presentes circunstâncias, de que se não pode fazer exacta ideia, quando se não observam de perto e (assim) o submeto ao claro discernimento de V. Exa., observando que esta proposição contém as intenções com que, S. M. me quis honrar e (que) dela pode resultar o desejado efeito. É preciso porém que a mesma Senhora ordene sem a mínima demora a expedição do dito ofício de V. Exa. para o Ministro das Relações Exteriores*”²⁷. O rascunho estava redigido da forma seguinte²⁸:

Citoyen Ministre

La Cour de Lisbonne vient d'apprendre avec la plus grande satisfaction la mise en liberté du Chevalier d'Araujo. Sa Majesté Très Fidèle comptait sur cet acte de justice et Elle se plaint à croire que la réclamation que j'ai eu l'occasion de vous adresser par son ordre, non moins que la fausseté des dénonciations qui avaient été faites contre un Ministre qui, par ses lumières et sa loyauté jouit d'une considération distinguée, a contribué à accélérer l'arrêt du Directoire Exécutif qui prononce son élargissement.

Elle regrette de ne pas connaître encore les propres expressions de cet arrêt. Elle se flatte qu'Elle y trouverait de nouveaux motifs d'estime pour son Ministre et de reconnaissance pour le Gouvernement Français.

Cependant, Citoyen Ministre, Sa Majesté Très Fidèle toujours affectée de la violation du Droit des Gens comise dans la personne de son Ministre Plénipotentiaire, toujours animé du désir de conclure la paix de Portugal avec la République Française, et d'affermir ainsi la tranquillité et le bonheur des deux États; voulant d'ailleurs donner personnellement à son Ministre un nouveau témoignage de sa bienveillance en dédomagement des peines qu'il a éprouvé, me charge de vous prier d'assurer le Directoire qu'Elle verrait avec le plus grand plaisir que le Che-

²⁶ Primeiro ofício escrito depois da saída da prisão, em Saint-Denis, então fora de Paris, cf. ofício de 1 de Abril de 1798, BNRJ - Sec. Ms., 10, 2, 5 /57.

valier d'Araujo continuat, avec la République Française la négociation importante qu'il a commencé et suivie d'une manière si honorable et si malheureuse.

Sa Majesté Très Fidèle pense, Citoyen Ministre, que le Directoire Exécutif, en remplissant le vœu qu'Elle exprime à ce sujet, lui donnera ainsi qu'à son Ministre Plénipotentiaire la satisfaction la moins équivoque et la plus conforme aux intérêts et à la dignité des deux Puissances.

Je vous prie d'observer, Citoyen Ministre, que Sa Majesté Très Fidèle ne s'est déterminée à insister pour que le Chevalier d'Araujo continue la négociation que dans la persuasion que la conduite politique de ce Ministre envers la République Française doit rendre sa personne plus agréable au Directoire. Elle n'avait pensé à nommer un autre Négociateur que pour suppléer le Chevalier d'Araujo dans le cas où le délabrement de sa santé l'aurait empêché de reprendre ses fonctions.

Da leitura desta e da correspondência de António de Araújo de Azevedo para Luís Pinto de Sousa infere-se o seguinte:

- que o diplomata faz, e recomenda, toda a reserva quanto à sugestão apresentada;

- que o último parágrafo do projecto da carta foi minutado por Talleyrand! Portanto, Araújo encontrou-se com ele em Paris e montou este “novo esquema” em conjunto com o Ministro das Relações Exteriores;

- que o plano fora aprovado “*por todos os meus amigos de Paris*”;

- que põe dúvidas na isenção do comportamento do Embaixador de Portugal em Madrid, Diogo de Carvalho e Sampaio, “*afecto à Inglaterra*”;

- que, segundo Talleyrand e outras pessoas “*não havia outro motivo para a expulsão senão a vaidade e a vergonha*”.

No contexto, tomam igual importância outros pormenores, como refere:

- *Quiseram atemorizar-me e facilitar-me a fuga, mas dei a entender que jamais o executaria;*

- *Talleyrand não deixará de contribuir com a maior energia, mas ao mesmo tempo com toda a cautela, para a satisfação (pessoal) e para a Paz.*

- *Deixo excelentes correspondentes em Paris e Talleyrand mandará dizer o que for preciso, mas requer segredo. Bonaparte foi-me sempre favorável.*

Neste momento - Maio de 1798 - Luís Pinto de Sousa estava completamente virado para tentar fazer a negociação via Madrid. Araújo procura mostrar-lhe que a mediação espanhola é importante; mas que a negociação deve ser conduzida por um diplomata e que ele é, de longe, o melhor qualificado para o fazer, posição que

²⁷ *Ibidem, ibid.*, 10, 2, 5/61.

²⁸ *Ibidem, ibid.*, 10, 2, 5/62.

nos parece ser de indiscutível lógica. Por outro lado, havia a ponderação de que o que se pretendia negociar era a *ratificação* e não um *novo Tratado*; qualquer das hipóteses envolvia a previsão de um aumento de custos pecuniários, mas a segunda, garantidamente, arrastava por certo cedências territoriais, nomeadamente no Amazonas, a verdadeira ambição dos franceses que, habilmente, Araújo conseguira minimizar na negociação de 1797²⁹.

Porém, em primeira aproximação e secundarizando estas circunstâncias, entendeu Araújo que a desejada carta para o Directório teria chegado a Paris via Madrid, o que permitiu ao Embaixador Espanhol tomar dela conhecimento e, por conveniência pessoal ou da sua Corte, não a entregar à entidade destinatária. Este desconcerto de orientações faz com que o diplomata português se sinta desconsiderado e que, na prática, nada se resolva por estratégia dos franceses e/ou por falta de capacidade ou por conveniência de quem circunstancialmente representava os interesses de Portugal. A estratégia da negociação era completamente errada. *“Eu não ocultarei jamais ao meu Soberano o que o dever me ordena que lhe represente sobre matérias tão graves. Os passos que se deram ultimamente nesta negociação só servem para retardá-la, efeito lamentável porque se continua a guerra em que se não ganha coisa alguma, perde-se muito e arrisca-se tudo para obrigar o Príncipe N. Senhor o sacrifício e estrago enorme da sua Real Fazenda. V. Exa. não pode duvidar que eu previ estas consequências, que procurei evitar pelos avisos que lhe fiz desgraçadamente, se verifica (tudo) quanto lhe prognostiquei”*³⁰. E acrescenta ainda aos seu comentários: *“Os meus amigos em Paris têm-me aconselhado a desistír de ser o negociador porque as condições não podem deixar de ser onerosas. Para evitar isto mesmo é que insisto sempre no contrário, porque quanto a mim, em particular toda a Europa me faz justiça”*.

Mantendo-se na Quinta de Borbeek, próximo de Harlem, provavelmente através da rede de informadores que havia estruturado, vai estando ao corrente do que se passa em Paris e mesmo na Europa. Os seus ofícios desta época são ricos de informação, de cuja validade ele procura salientar ao Secretário de Estado a respectiva importância quando, antes de apresentar uma ampla informação sobre o contexto europeu, lhe refere: *“Como para a conclusão da nossa Paz, é preciso muitas vezes analisar os negócios gerais da Europa, participo a V. Exa. que a França suspendeu por ora o projecto de revolucionar a Itália e que o descontentamento da Suíça é excessivo, etc., etc.”*³¹

²⁹ Vd. meu *O Brasil e a Fronteira da Guiana Francesa – Notas Históricas (1500-1900)*, ed. Academia Portuguesa da História, Lisboa, 2002, 97 e ss.

³⁰ BNRJ - Sec. Ms., 10, 2, 5/68, ofício de 30/5/1798.

³¹ *Ibidem, ibid.*, - 10, 2, 5/63, ofício n.º 11, de 16/6/1798.

Certo é que, não obstante todos estes avisos e informações constantes de 22 extensíssimos ofícios expedidos por Araújo neste período, Portugal cai na ratoeira armada pelo Directório, que constituía em deixar cair o Tratado de 10 de Agosto e tentar negociar um outro, naturalmente com mais encargos pecuniários e cedências territoriais no Brasil. O próprio Araújo vai-se apercebendo da falta de sinceridade da corte de Portugal relativamente à paz, entenda-se uma paz entre Paris e Lisboa, marginalizando a Inglaterra. Pensamos haver verdade nesta ponderação e que Luís Pinto de Sousa não escrevendo a Araújo depois de 28 de Abril – estava-se em finais de Junho – parecia, com o seu silêncio, corroborar aquela intenção ou, pelo menos, a de desejar pretender que o diplomata português o não incomodasse. Desejava o Secretário de Estado, na sua política mirabolante de neutralidade ficar de bem com Deus e com o diabo. Que saibamos este equilíbrio nunca foi realizável.

Luís Pinto de Sousa procurava a todo o custo libertar-se de Araújo e para isso todos os pretextos lhe serviam. Por um lado insistia na negociação da paz através de Madrid, hipótese muito do agrado dos franceses, por duas razões: sabiam que a tarefa negocial lhes era mais fácil do que feita através do diplomata Araújo, escrupuloso na defesa dos interesses do seu País, e de um modo especial na discussão das “compensações” e além disso tinham a consciência de poderem melhorar toda a situação negocial servindo como mediador o “seu aliado” espanhol. É por este conjunto de razões que entendemos a “mudança” de opinião de Talleyrand em relação a Araújo. Saído do Ministério das Relações Exteriores em Julho de 1798, substituído por Reinhard, e não tendo conseguido lugar no Directório, estava afastado de lugares de decisão e por isso convinha-lhe a *linha espanhola*, mais fácil, mais disponível e que já o conhecia. Mas, quanto a Araújo, nova e desagradável surpresa viria a ter em finais de Junho com o conhecimento que toma da correspondência entre o seu Ministro e Madrid, o que o motiva a uma forte reacção, fazendo também conhecer, pela mesma via, os seus pontos de vista.

Esta correspondência, com a divulgação oficial que teve, mostrando a fragilidade de comportamento do Secretário de Estado, foi por certo o golpe de misericórdia nas relações já deterioradas entre o diplomata e o seu superior. Os recentes e dolorosos acontecimentos são objecto de comentário de Araújo no seu último ofício ³² escrito da Holanda, com a data de 11 de Outubro, em resposta à ordem do Secretário de Estado *para partir para Hamburgo, aguardando ali instruções*. Confirma-se a impressão que tínhamos de que já não poderia haver qualquer entendimento entre estes dois homens possuídos de duas noções completamente

³² Número 22.

diferentes do que era a neutralidade... e a dignidade. Nesse último ofício, de que transcrevemos parte, o nosso diplomata admitindo ainda poder ser chamado a intervir nas negociações futuras, com nobreza e lealdade informa da necessidade de afastar-se: “*Naquela cidade (Hamburgo) esperarei, conforme V. Exa. me determina, as ordens de S. Majestade, mas ocorrendo-me que o objecto delas pode talvez ser o tratar novamente, por algum modo, da negociação da paz, vou pedir a V. Exa. queira representar ao Príncipe N. Senhor que as minhas forças se acham em tal abatimento pelos trabalhos passados, que me seria impossível aplicar todas as diligências necessárias para o desempenho de uma Comissão tão escabrosa.*

*S. A. R., tendo conhecido o zelo e lealdade com que o servi nas mais árduas circunstâncias, se dignará atender aos justos motivos com que nas actuais (circunstâncias) lhe suplico esta graça, como recompensa dos meus serviços”*³³.

Deste modo, e de facto, chegava ao fim, como diplomata, a sua missão para a paz. Não se tendo ela concretizado na hora conveniente ao Directório e a Napoleão, a Espanha em 1801 invade Portugal na guerra conhecida como “*das laranjas*”, e em 1807, a França inicia o ciclo das invasões francesas, sendo Araújo Ministro do Reino³⁴ e partindo com a Família Real para o Brasil, sempre fiel ao Regente. Então, como até ao fim da sua vida. Terá havido reciprocidade de S.A.R.? Julgamos que não.

³³ BNRJ - Sec. Ms., 10, 2, 5/95, ofício de 11/10/1798.

³⁴ Para mais ampla informação vd. meu *António de Araújo de Azevedo, Conde da Barca, Diplomata e Estadista, Subsídios Documentais sobre a Época e a Personalidade* ed. Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho, Coleção *Estudos e Manuscritos*, vol. 5, 2004.

Fernanda Paula Sousa Maia

Instituto de História Moderna da Universidade do Porto

Caminhos da imprensa católica em Portugal: o jornal “Estrela Polar” (Lamego, 1907-1908) e Artur Bívar

Resumo

No presente artigo, através da análise do jornal “Estrela Polar”, pretende-se analisar um dos caminhos que o movimento social católico procurou seguir no início do século XX, em Portugal. Dirigido por um dos jornalistas católicos mais entusiastas da sua época – Artur Bívar –, o “Estrela Polar” tentou ser, na cidade de Lamego, a mola mobilizadora do clero e da sociedade em torno das propostas sociais da igreja.

Abstract

Based on the analysis of the newspaper “Estrela Polar” (Lamego, 1907-1908), this article aims to present the development of the Catholic social movement in Portugal at the beginning of the 20th century. Directed by Artur Bívar, one of the most enthusiastic Catholic journalists of his time, the “Estrela Polar” endeavoured to mobilize the clergy and society of the city of Lamego around the Church’s social purposes.

A presente revisitação que fazemos aos temas de natureza religiosa tem, para nós, um profundo significado, não apenas de natureza pessoal, como sobretudo pretende representar um merecido tributo a um *Mestre* – na antiga acepção da palavra – que, bem cedo, nos soube motivar, incentivar e acompanhar nas nossas primeiras incursões investigativas. Tendo sido nosso professor na licenciatura, já aí despertou em nós um crescente interesse pelas temáticas de natureza religiosa, pelo rigor da pesquisa arquivística, pela recolha ‘beneditina’ nas bibliotecas e nos livros antigos que até hoje configuram a nossa identidade profissional e, ousaria nos mesmo dizer, pessoal. Apesar da nossa recente deriva contemporanista, o Frei Geraldo sabe que os temas de natureza religiosa e, em particular, os beneditinos

têm um significado especial para nós. O presente trabalho representa apenas um pequeno tributo de uma discípula atenta e grata.

Apesar de ter raízes seculares, a imprensa periódica adquiriu, no século XIX, um vigor e uma importância que a simples análise da evolução dos títulos publicados em Portugal testemunham. Por um lado, não podemos esquecer o contributo das alterações de natureza técnica acontecidas nesta centúria, nomeadamente a substituição da velha prensa de madeira pela de ferro, ou ainda a aplicação do vapor como força motriz. Estas novidades provocaram, desde logo, uma multiplicação das tiragens e das edições, com o correlativo abaixamento do preço final do produto, ou seja, proporcionando a sua progressiva democratização. Quando a isto se juntou a possibilidade de aplicar o princípio da rotativa aos rolos de jornal, todo este fenómeno de expansão se consolidaria ainda mais.

Foram, no entanto, as profundas alterações políticas, sociais, ideológicas e culturais que dariam um significado particular à imprensa periódica no século XIX. Na verdade, também em Portugal, cedo o novo regime liberal descobriu as potencialidades dos jornais e, embora as taxas de alfabetização fossem muito baixas, sabe-se hoje que, mais importante do que a leitura silenciosa e individual dos jornais, nesta altura, o era a leitura em voz alta, dirigida para um crescente número de pessoas curiosas pelas novidades trazidas naquelas, poucas ainda, folhas de jornal.

Desde cedo foram, também, aparecendo títulos de pendor religioso, quer abarcando a vertente doutrinária e educativa, quer a dirigida às questões moral e missionária. Foi, no entanto, apenas a partir da década de 1870 que, entre nós, se percebe o aparecimento de uma iniciativa episcopal, no sentido de serem criados órgãos de imprensa diocesana, um pouco por todo o país¹. Acompanhando esta mudança, a *Carta de Leão XIII sobre a Imprensa Católica*, datada de 25 de Janeiro de 1882, vem também contribuir para uma reflexão e uma tomada de consciência mais profunda sobre a importância deste fenómeno, mobilizando os intelectuais católicos e, até mesmo, eclesiásticos que se dedicavam então às folhas impressas como veículo de apostolado.

A par deste movimento, já as preocupações com aquilo que se designou então como a ‘boa imprensa’ foram sendo debatidas e reflectidas em encontros específicos, como o *Congresso dos Escritores e Oradores Católicos*, ocorrido no Porto, em 1871-1872, sob o impulso do Conde de Samodães. O aparecimento do jornal *A Palavra* (1872-1913), publicado no Porto, faria jus a este movimento, mantendo, durante toda a sua existência, uma “intransigente fidelidade ideológica” à Igreja

¹ FONTES, Paulo F. de Oliveira – Imprensa Católica. In AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000. Vol.2, p. 424.

e à religião católica². Outros Congressos se lhe seguiram, bem como diversos movimentos saídos do meio jornalístico católico, relançando recorrentemente a ‘cruzada’ a favor do que então se designava como a ‘boa imprensa’, plasmada em outros tantos títulos publicados em folhas soltas, ou simplesmente acompanhando outras publicações periódicas³.

Foi neste contexto que o último terço de Oitocentos, em Portugal, assistiu a um assinalável impulso da imprensa católica, dinamizado a partir da própria instituição religiosa, nomeadamente através do aparecimento de diversos órgãos diocesanos, mas também fomentado autonomamente, quer por iniciativa de associações de fiéis, de congregações religiosas, quer da iniciativa de leigos, convictos da necessidade de lutar pelos princípios de Deus e de propagandear as boas ideias.

Era nestes termos que o semanário dominical, fundado por uma comissão dirigida por Artur Bivar, intitulado *Estrela Polar* apresentava o seu editorial, no primeiro número vindo a lume na cidade de Lamego, no dia 1 de Setembro de 1907. Este periódico ilustrado, que não incluía publicidade, e que tinha por divisas, no canto superior esquerdo, “Por Deus, pela Patria e pela Família” e no canto superior direito “Liberdade, Justiça, Amor e Paz”, era propriedade do Padre Jacinto d’Almeida Motta e, os 53 números que vieram a lume, entre 1 de Setembro de 1907 e 30 de Agosto de 1908, foram impressos na tipografia *Veritas*⁴, da Guarda. Para além do director a que fizemos referência, tinha também um director local, o Padre Joaquim Ribeiro d’Almeida, que exercerá estas funções até 23 de Fevereiro de 1908, altura em que, alegando “razões ponderosas”⁵, abandona o cargo de director. Será a partir de então substituído pelo proprietário, o Padre Jacinto d’Almeida Motta, que com muitas dificuldades – “falta de forças” e “falta de saúde” – o manterá até à sua saída da cidade de Lamego, sem ter conseguido quem o substituisse no cargo⁶. Terminava assim o percurso de um jornal que, como escrevia o Padre Joaquim Ribeiro d’Almeida, no editorial do seu primeiro número, se apresentava como “um jornal de propaganda das boas ideias e por isso aproveitará todos os meios que para tal fim se lhe deparem convenientes”.

² POLICARPO, João Francisco de Almeida – *O pensamento social do grupo católico de “A Palavra” (1872-1913)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1977. Vol. 1, p. 3.

³ É o caso da publicação intitulada *Boletim da Cruzada*, folha solta inserta no jornal que vamos analisar – *Estrela Polar* (Lamego, Set. 1907-Ago. 1908).

⁴ A Tipografia *Veritas* colaborava com o projecto editorial do jornal através do contributo “de alguns trabalhadores obscuros que desejavam pôr o seu esforço e a sua boa vontade ao serviço da boa causa”, como se pode ler numa notícia do jornal, intitulada “Dois Anos”, comemorando o aparecimento da Sociedade *Veritas*. Sem publicidade, para além das assinaturas (de difícil e tardia cobrança), esta foi uma das formas que permitiu a sua, embora curta, sobrevivência (cf. *Estrela Polar*, nº14, 1 de Dez. 1907, p. 1).

⁵ Declaração. *Estrela Polar*, nº 26 de 23 de Fev. 1908, p. 1.

⁶ Aos meus assignantes. *Estrela Polar*, nº 52 de 23 de Ago. 1908, p. 8.

Numa altura em que, na sequência dos movimentos europeus, os católicos portugueses entendiam que as graves questões sociais deveriam interpelar a uma maior e mais eficaz intervenção política e cívica dos católicos e do próprio clero, uma vez que, como se escreve no editorial deste periódico, “já não é lícito cruzar os braços e limitar-se a fazer orações e registar em estylo lamuriento os males que está causando a imprensa revolucionaria e impia”, a utilização dos meios mundanos, como a imprensa (livros, jornais, revistas, folhetos, folhas soltas e gravuras) surgia, assim, como uma das vias a explorar. Para isso, estes homens apresentavam a imprensa em circulação de forma maniqueísta, aludindo a uma má e a uma boa imprensa, querendo com isto evocar os valores subjacentes a cada uma delas. É, neste contexto, que ainda no seu editorial, o Padre Almeida refere que “a Imprensa deve ser um sacerdocio do bem e, se a maior parte d’ella se abastardou e se deprimiu convertendo-se em mensageira de ideias deleterias e corruptoras, a todo o cidadão honesto impende o dever de contrapor, cada um na medida dos seus recursos, imprensa a imprensa, propaganda a propaganda, ao mal o bem, á desorganisação a ordem, ao espirito de revolução o respeito pela autoridade”⁷.

Era assim também que, nas palavras do Padre José Pereira Dias⁸, nascia “pela primeira vez, em Lamego, um novo paladino da religião catholica, um semanario que debaixo da obediencia de seus legitimos Pastores se propõe, na medida das suas debeis forças, concorrer para a christianisação da sociedade tendo como divisa – *instaurare omnia in Christo* – guerreando deste modo o mau jornal e fazendo propaganda da boa doutrina”⁹. Mas foi, através de um artigo aparecido sob pseudónimo na primeira página deste número inicial, que surgiria, em termos de ideias e de palavras, a justificação mais veemente para o aparecimento deste periódico. Sob a assinatura de *Mapinal*, pela linguagem utilizada e pelas expressões *sui generis* a que recorre e que voltamos a encontrar, por exemplo, no discurso que faz, pouco tempo depois, no *Congresso Nacionalista* de finais de Outubro desse ano em Braga, estamos certos tratar-se de Artur Bívar¹⁰, o verdadeiro mentor desta folha periódica e o seu director oficial. Num estilo empolgado e entusiástico, apresenta ideias por ele há muito defendidas, como “a imprensa actualmente é o melhor meio de espalhar a boa doutrina assim como também o é para espalhar a má (...). Saeamos-lhe a campo e combatamos com armas eguaes e venceremos

⁷ A Nossa Apresentação. *Estrela Polar*, nº 1 de 1 de Set. 1907, p. 1.

⁸ O Padre José Pereira Dias pertencia, juntamente com Pedro Gouveia dos Santos e Francisco Lopes, à Redacção e Administração deste periódico.

⁹ A Boa Imprensa. *Estrela Polar*, nº 1 de 1 de Set. 1907, p. 1.

¹⁰ Na verdade, Artur Bívar discursará sobre a questão da imprensa no Congresso Nacionalista de 28 a 30 Out. 1907 (Braga). O jornal *Estrela Polar* dará conveniente destaque a este discurso (cf. *Estrela Polar*, nº 10 de 3 de Nov. 1907, p. 5).

pois temos pelo nosso lado a verdade bem evidenciada”, ou ainda “É um nobre ideal combater pelas nossas crenças e pela religião de nossos antepassados”¹¹.

Artur Bívar é o exemplo de um reconhecido publicista que, sendo ainda muito jovem, pela sua formação em Filosofia na Universidade Gregoriana de Roma¹², pôde perceber melhor a eficácia da imprensa ao serviço da religião católica. Por isso, em 1907, com apenas 26 anos, no mesmo tom enérgico que lhe reconhecemos, afirma no *Congresso Nacionalista*, que “á imprensa tem consagrado toda a sua vida publica de quatro annos”, propondo mesmo que se organize uma comissão “com poucas sinecuras honorificas mas também com poucos homens de trabalho, incansáveis e desinteressados – que não façam outra cousa senão organizar uma obra complexa e completa de imprensa catholica portugueza”, deixando no ar que essa comissão já existiria informalmente e que ele seria um dos seus elementos, nas suas palavras “o mais indigno d’entre elles”¹³.

Na verdade, Artur Bívar desde cedo fará parte de um núcleo activo de católicos que, neste início de século, especialmente a partir da fundação do Partido Nacionalista, em 1903, se empenham em manifestar uma atitude pública de desaprovação relativamente àquilo que consideram ser um fenómeno de dissolução social trazido na esteira da revolução liberal. Pela sua permanência em Roma, Artur Bívar teve acesso a um conjunto de ideias, tendências e escritos que muito o devem ter influenciado no regresso a Portugal. Na verdade, sabemos ter sido um poliglota e um importante polemista¹⁴ que colaborou, através de múltiplos pseudónimos, nas mais importantes publicações do seu tempo¹⁵, tendo mesmo sido o tradutor do *Catecismo Popular* de Francisco Spirago, o autor que, nesta obra, defendeu a importância da realização de congressos católicos e de outras reuniões não oficiais da Igreja para a valorização da sua função pastoral, social e cultural¹⁶.

¹¹ Duas Palavras. *Estrela Polar*, nº 1 de 1 de Set. 1907, p. 1.

¹² Artur Bívar nasceu em 1881, em Vila Viçosa, e faleceu em Lisboa, no ano de 1946 (cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa; Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, [s.d.]. Vol. 4, p.758-759 e, ainda, BÍVAR, Artur. In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, 1965. vol. 3, col. 1401-1402).

¹³ *Estrela Polar*, nº 10 de 3 de Nov. 1907, p. 5.

¹⁴ Foram célebres as suas polémicas com Teófilo Braga, Manuel de Arriaga, Miguel Bombarda ou Brito Camacho (cf. BÍVAR, Artur. In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura...*, vol. 3, col. 1401).

¹⁵ GOMES, J. Pinharanda – *As duas cidades: estudos sobre o movimento social cristão em Portugal*. Lisboa: Multinova, 1990. p. 134. Colaborou nos mais importantes órgãos de imprensa católica deste período, como por exemplo, nos jornais *A Palavra* e *As Novidades*, tendo também fundado outros periódicos, como o *Estrela Polar* e *A Guarda*, este último considerado um “semanário modelar de doutrinação católica, lido em todo o país” (p. 134).

¹⁶ GOMES, J. Pinharanda – *Os Congressos Católicos em Portugal: subsídios para a história da cultura católica portuguesa contemporânea: 1870-1980*. Lisboa: Acção Católica Portuguesa, 1984. p. 35.

Desde a sua chegada a Portugal, Artur Bívar participou activamente nos Congressos que entretanto iam acontecendo, entre nós. Logo em 1905, participa como relator do painel “Difusão da leitura das obras científicas ortodoxas”, ao lado de muitos outros importantes nomes do publicismo católico, no *I Congresso dos Jornalistas Católicos Portugueses*, realizado em Lisboa, entre 27 e 29 de Abril de 1905. Aí, muito se falou da importância da ‘boa imprensa’, devendo ter constituído também um momento privilegiado de contacto com outros nomes já consagrados nestas lides e que com ele comungam destes ideais¹⁷. No ano de 1907, participou no *II Congresso das Agremiações Católicas Populares de Portugal*, realizado no Porto, entre 7 e 9 de Junho desse ano, tendo sido relator sobre as questões ligadas à defesa da família¹⁸, assunto recorrente no jornal *Estrela Polar* de que era director. Ainda neste ano, esteve também presente, em Braga, no *III Congresso Nacionalista* a que já fizemos referência. Em Outubro de 1908, na Covilhã, participou no *III Congresso das Agremiações Católicas Populares de Portugal*, como relator no tema, de grande actualidade para o mundo católico, a Igreja e o operariado¹⁹.

Durante toda a I República terá, compreensivelmente, uma participação muito apagada em termos de vida pública. Sabe-se que, logo após a implantação da República em Portugal, abandonou o país juntamente com o amigo e escritor católico Gomes dos Santos, com quem fugiria para a Galiza. Apesar deste, mais tarde, ter ido para o Brasil, onde viria a morrer precocemente, sabe-se que Artur Bívar regressou a Portugal²⁰. A participação em Congressos Católicos só viria a ser possível na década de 1920, num momento de declínio do republicanismo. Na verdade, em Dezembro de 1920 e de 1921, apresentaria comunicações no *I e II Congresso das Obras Católicas da Arquidiocese de Braga*, convocados por provisão episcopal. Por sua vez, em 1922, no *VI Congresso da Federação das Juventudes Católicas Portuguesas*, realizado em Coimbra, entre 1 e 3 de Maio, participou no âmbito do tema da promoção das juventudes rurais, da cultura, do social e, novamente, da imprensa católica²¹.

A partir daqui, sabemos que participou nas *Semanas Sociais*, cuja origem se encontra em França, e que se destinavam a ser cursos de formação destinados a mobilizar os católicos para a intervenção social, só possíveis em Portugal a partir de 1934, por iniciativa da Acção Católica Portuguesa²². Estes cursos eram

¹⁷ GOMES – *Os Congressos Católicos em Portugal...*, p. 36-37.

¹⁸ GOMES – *Os Congressos Católicos em Portugal...*, p. 40-41.

¹⁹ GOMES – *Os Congressos Católicos em Portugal...*, p. 42.

²⁰ GOMES – *As duas cidades...*, p. 145.

²¹ GOMES – *Os Congressos Católicos em Portugal...*, p. 54.

²² GOMES – *Os Congressos Católicos em Portugal...*, p. 81.

apresentados e dirigidos por importantes individualidades católicas, de que faziam parte clérigos e leigos, tendo Artur Bívar sido responsável, no âmbito do *Primeiro Curso*, realizado em Lisboa, entre 17 e 23 de Junho de 1940, pela secção intitulada *Vida Cívica*²³. Apenas cinco anos antes de morrer, participa ainda no *Congresso Eucarístico Arquidiocesano de Évora*, realizado entre 1 e 4 de Maio de 1941, onde, juntamente com muitos intelectuais, apresenta a sua derradeira comunicação neste género de eventos, numa altura em que também se destacava como conferencista na Rádio Renascença.

Tendo privado com tantos importantes intelectuais do seu tempo ligados ao movimento social católico, como o jornalista d' *A Palavra* e d' *O Grito do Povo* Manuel Frutuoso da Fonseca²⁴, o autor, editor e seu amigo Gomes dos Santos, o publicista Padre Benevenuto de Sousa que, através do movimento *Folhas Soltas* de que foi responsável, o inspiraria para a criação do seu *Boletim da Cruzada*²⁵, ou ainda Zuzarte de Mendonça e Abúndio da Silva, não é sem surpresa que vamos encontrar Artur Bívar em Lamego, dirigindo o jornal *Estrela Polar* de curta existência, mas deveras representativo dos tempos que então se viviam. O aparecimento desta folha não pode ser analisado fora do contexto da realização do *II Congresso das Agremiações Populares Católicas*, também conhecido como da *Democracia Cristã*, ocorrido no Porto, em Junho de 1907, escassos três meses antes do aparecimento do *Estrela Polar*. Na verdade, este encontro, em que interveio Artur Bívar, não só reuniu os mais destacados intelectuais católicos do tempo, como também permitiu discutir os temas mais importantes de então, como o trabalho, o operariado e as suas condições de vida, a família e, mais uma vez, o papel da imprensa católica enquanto estratégia social da Igreja²⁶. A participação neste congresso deve ter tocado particularmente o jovem Artur Bívar que interiorizou de modo particular as conclusões dele emanadas, nomeadamente a necessidade de formação de uma Liga da Boa Imprensa e a moralização da família. Ora, esses serão apenas alguns dos temas mais presentes nas páginas do jornal *Estrela Polar*, reflectindo o ideal programático saído do Congresso. Logo, no segundo número do jornal surgirá um artigo intitulado “O dia de descanso deve ser o domingo”, no qual o seu autor (assina T.G.) defende esta tese recorrendo a argumentos de

²³ GOMES – *Os Congressos Católicos em Portugal...*, p. 82.

²⁴ Figura a quem o jornal *Estrela Polar* faz um tributo aquando da sua morte precoce, ocorrida em Agosto de 1908 (cf. *Estrela Polar*, nº 51 de 15 de Ago. 1908, p. 1.

²⁵ GOMES – *As duas cidades...*, p. 60.

²⁶ CRUZ, Manuel Braga da – *As origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1980. p. 199.

²⁷ *Estrela Polar*, nº 2 de 8 de Set. 1907, p. 5.

ordem moral e religiosa, procurando evitar a “ruína physica, moral e económica do mesmo operário, da familia, da sociedade inteira”²⁷.

Para além destes temas, o jornal dará um natural destaque à realização do Congresso Nacionalista, ocorrido em Braga, nos dias 28 a 30 de Outubro de 1907. As suas páginas darão relevo aos principais discursos e teses aí defendidas, destacando os principais oradores, nomeadamente o Padre Benevenuto de Sousa que nesse congresso aproveitará para mobilizar o clero para uma participação mais activa na sociedade. É assim, que lhes pede directamente “que vão para o povo do qual são filhos”, defendendo que “o lugar do padre não é pois só na igreja”, ele “deve ser politico, mas nunca pertencente aos partidos liberaes. (...) Só deve ser nacionalista, que o nacionalismo é o partido dos patriotas”²⁸. O Congresso Nacionalista ocupará pelo menos cinco números deste jornal, desde o do dia 3 de Novembro até ao do dia 1 de Dezembro. Nestes números, mais uma vez sob o pseudónimo de *Mapinal*, Artur Bívar procurava explicar aos seus leitores, num registo pedagógico, o que era o Nacionalismo e o Partido Nacionalista, analisando algumas das suas propostas programáticas²⁹.

Será, porém, através de um curioso artigo aparecido em 22 de Dezembro de 1907 que a situação do operariado em Lamego irá ser abordada. Publicando uma carta supostamente enviada por um operário lamecense, que assinava J. R., somos confrontados com um curioso pretexto para o jornal abordar estas questões. O texto da carta, bastante elaborado para um operário comum, identifica algumas situações que estariam na base da difícil condição em que se encontrava o operariado em Lamego e aponta, ainda, o desprezo a que este era votado pela sociedade, como uma das razões do descontentamento e degradação a que tinha chegado. Mais uma vez de uma forma pedagógica, o jornal aproveita para tecer comentários sobre a situação do operariado em geral e de Lamego em particular. Assinando, de novo, sob pseudónimo, desta vez utilizando o nome *Amador*, aquele que nos parece ser Artur Bívar começa por lamentar a situação material e o abandono moral a que têm estado votados globalmente os operários. Na linha da doutrina social da igreja católica, chama a atenção para o papel que o clero pode ter na sua regeneração moral e, evocando os exemplos franceses, alemães, belgas e até espanhóis, que tão bem conhece, defende o estabelecimento e a fundação de obras sociais destinadas a “accudir ás verdadeiras necessidades das classes populares, desherdadas da fortuna”. No final do texto, sem directamente evocar as soluções

²⁸ *Estrela Polar*, nº 10 de 3 de Nov. 1907, p. 1.

²⁹ *Estrela Polar*, nº 11 de 10 de Nov., p. 8; e nº 15 de 8 de Dez. 1907, p. 8.

de pendor socialistas que procurava combater, termina afirmando, à laia de aviso dissuasor, que “o antagonismo de classes é que constitue o mal de todos”³⁰.

Este assunto, então pleno de actualidade, irá ser retomado noutros artigos deste jornal que, mais uma vez recorrendo a uma linguagem pedagógica, procurarão apontar os caminhos que a Igreja pode, e deve, oferecer “para resolver a grande questão social, para melhorar a sorte dos desgraçados”, ou seja, os operários. Logo no número seguinte, embora, desta vez, se trate de um artigo não assinado, os argumentos aduzidos irão ser muito semelhantes aos utilizados na resposta à carta publicitada anteriormente. Novamente, se evocam os exemplos estrangeiros, afirmando-se que “será por meio das obras sociaes de utilidade practica, que venceremos os adversarios da Egreja, que os seus ensinamentos não são estereis, que ella como mãe disvellada procura com todo o empenho minorar a sorte dos pobres, solver, quanto possível, os grandes problemas economicos e sociaes”³¹.

Este assunto só voltará às páginas do jornal *Estrela Polar* em Março de 1908, quando num artigo anónimo, assinado por *Um Amigo dos Operários*, que, pela linguagem, novamente acreditamos tratar-se de Artur Bívar, mais uma vez se esgrimirão os argumentos já antigos e bem conhecidos pelos intelectuais do movimento social católico. Sob o título “Acção Catholica em Lamego”, de novo se refere a necessidade de o clero seguir as palavras de Leão XIII, descendo ao povo. Recorrendo ao recente episódio dramático do regicídio, o autor escreve, em tom de ameaça velada, “um povo sem religião só produzirá ou abrigará em seu seio, Buissas ou Alfredos Costas”. Numa linguagem que expressa algum desencanto com a inércia demonstrada pelo clero local afirma “em Lamego estou vendo tudo a decahir, tanto physica como moralmente, e isto devido em grande parte ao clero, que sendo em numero bastante, nada ou quasi nada tem feito no campo social”.

Reproduzindo muitas das ideias que, desde finais do século XIX, vinham sendo veiculadas em múltiplos escritos e nos congressos que frequentava, sem identificar a forma, Artur Bívar propunha, também para Lamego, a organização dos católicos em bases profissionais, de que o sindicalismo católico e a criação dos círculos católicos de operários vinham sendo, então, um bom exemplo³². Nesse sentido, num tom acusador para o clero, o autor escrevia: “o Sacerdote deve ir procurar o povo á officina, ás ruas, ás praças publicas e ás suas habitações, para que assim se torne o verdadeiro amigo do povo e por este meio o attrai a si,

³⁰ A situação do operário em Lamego. *Estrela Polar*, nº 17 de 22 de Dez. 1907, p. 8.

³¹ Semanas sociaes. *Estrela Polar*, nº 18 de 29 de Dez. 1907, p. 3.

³² CRUZ – *As origens da Democracia Cristã e o Salazarismo...*, p. 22.

mostrando-lhe que também se interessa pelo seu bem estar, tanto espiritual como temporal”. E terminava, referindo aquela que lhe parecia ser a solução mais eficaz, “reunir o operariado n’uma grande associação deve ser o fito do clero catholico d’esta cidade, porque d’outra sorte não o livrará do barathro para onde vae caminhando a passos agigantados”³³.

A questão da ‘boa imprensa’ foi outro dos temas a que o jornal *Estrela Polar* se mostrou particularmente sensível. No último número relativo ao mês de Março de 1908, insere nas suas páginas um panfleto, em corpo e letras diferentes do habitual, intitulado significativamente “Apostolado da Boa Imprensa”. Trata-se de um manifesto não assinado dirigido aos católicos e a todos os portugueses, contra a imprensa que faz “guerra a Deus”. Por isso, na esteira dos escritos de Leão XIII, alerta “urge acautellar-nos dos maus jornaes”. Nesse sentido, dá-se conta que nos dois seminários da cidade de Lamego se estabelece “o Apostolado da Boa Imprensa”, tendo como fim principal “enxamear de bons jornaes toda a sua diocese, diffundindo a verdade e a virtude, e combatendo o erro e a maldade”. Informa ainda que todos podem ser apóstolos da boa imprensa, para isso basta pagar a assinatura dos ‘bons’ jornais e, depois de lidos, enviá-los à comissão presidida pelo Cónego Dr. Joaquim Pereira Pedrosa e Sousa que, por sua vez, os enviará gratuitamente a outros leitores que não possam suportar a sua assinatura. Deste modo, agressivo e militante se pretendia fazer com que “todo o catholico [fosse] um soldado de Christo e todo o soldado deve ser um valente!”³⁴.

A associação a este movimento estará na origem do aparecimento de uma outra publicação, intitulada *Boletim da Cruzada*, inserta nas páginas do *Estrela Polar*, ela também dirigida por Artur Bívar. Impressa na mesma tipografia do jornal – a *Typographia Veritas* – esta publicação, sedeada em Lisboa, tem como proprietária e editora uma comissão que aparece designada como “A Comissão da Cruzada”. Trata-se de uma publicação semanal que, graças à generosa colaboração da tipografia, aparecerá também inserta nos nove títulos periódicos que saem dos prelos da *Veritas*. Apesar do primeiro número ter saído em 15 de Maio desse ano como folha solta, o seu texto aparece agora de novo reproduzido neste novo número 1 do Boletim. Artur Bívar, agora sob o pseudónimo de *Pedro Eremita*³⁵, consubstancia assim na prática este movimento destinado a promover a boa imprensa, à imagem de um outro já conhecido, designado por *Folhas Soltas*

³³ Acção Catholica em Lamego. *Estrela Polar*, nº 28 de 8 de Mar. 1908, p. 4.

³⁴ O Apostolado da Boa Imprensa. *Estrela Polar*, nº 31 [impresso erradamente com o número 30] de 29 [impresso 28] de Mar. 1908, p. 8.

³⁵ Significativamente trata-se do nome do monge que, segundo se diz, deu voz ao levantamento do movimento das Cruzadas medievais.

da responsabilidade do Padre Benevenuto de Sousa³⁶. Nesse primeiro número, a Cruzada apresenta-se como “uma união dos catholicos portuguezes que tem por fim combater a propaganda anti-christã, anti-social e anti-patriotica dos inimigos de Deus e da Pátria”, tendo como directores um grupo de homens que foram educados no mesmo colégio, o Colégio Português de Roma, dos quais se destacam dois jornalistas, um padre e o outro leigo, que se encobrem sob o pseudónimo de Pedro Eremita. Trata-se, como imaginamos, do nosso conhecido Artur Bivar e do, seu amigo e condiscípulo, Padre Benevenuto de Sousa. Para pertencer a este grupo, estipula-se uma quotização mensal de 10 réis e, de forma didáctica, enuncia o seu programa a partir das cinco vogais, a saber, o A de Altar, o E de Escola, o I de Imprensa, o O de Obras e o U de Urnas, ou seja, os grandes temas que preocuparam e absorveram os intelectuais pertencentes ao movimento social católico português³⁷.

Até ao final da existência editorial do *Estrela Polar*, aparecerão publicados cinco números do *Boletim da Cruzada*, com uma extensão e conteúdos bastante variáveis entre si, o que nos faz pensar que, mais do que o resultado de uma comissão institucionalizada, se trataria de um projecto bastante personalizado e centrado na figura de Artur Bivar. Assim, o primeiro número aparece apenas com duas páginas, o segundo (datado de 9 de Agosto) já surgirá com quatro, o terceiro (de 15 de Agosto) e o quarto (de 23 de Agosto) aparecerão com duas páginas e, por último, o quinto e último publicado sob este título, com data de 30 de Agosto, vem a lume apenas com uma única página.

Nestas publicações insertas nos jornais, para além do aparecimento das listas de quantias enviadas para o movimento, surgem também importantes artigos sobre alguns dos temas caros ao movimento. A escola e a imprensa terão o merecido destaque, em números separados que darão voz à “cruzada contra a escola sem Deus” (9 de Agosto), à “Cruzada contra a má imprensa” e à “Cruzada pelas boas obras” (ambas saídas a 23 de Agosto). Com uma apresentação pedagógica, no estilo catequético pergunta/resposta, Artur Bivar vai respondendo a perguntas como: o que são os maus jornais; o que é a imprensa; como devia ser um jornal; porque há maus jornais, ou ainda qual o remédio contra a má imprensa. Nele poderemos perceber o que o autor entendia por boa imprensa: “o bom jornal devia ser o amigo da casa, que todos os dias viesse do correio fazer algum bem no seio da família (...) louvando os actos virtuosos e censurando os crimes (...) a todos dando bons conselhos, para guiarem e aperfeiçoarem o seu modo de vida”, acrescentando “a

³⁶ GOMES – *As duas cidades...*, p. 60.

³⁷ *Boletim da Cruzada*, ano 1, número 1, Lisboa 2 de Ago. de 1908. Inseto no número 49 da *Estrela Polar*, de 2 Ago. 1908.

todos enfim, porque todos somos filhos de Deus, devia trazer uma palavra cada dia, que nos aliviasse as dôres da vida e recordasse a outra vida”³⁸.

Uma semana depois, a 30 de Agosto de 1908, terminava a aventura editorial de índole católica iniciada menos de um ano antes na cidade de Lamego, sob a batuta de Artur Bivar. Não seria, porém, a última de sua iniciativa. Na verdade, até à implantação da República outras se lhe seguiram e a sua militância não parece ter esfriado, como se pode comprovar nos discursos que entretanto apresentou nos diversos congressos em que participou. A experiência de Lamego, no entanto, havia-se malogrado. Talvez por isso mesmo, no último número do jornal, Artur Bivar deixe um testemunho sentido de que esta luta não podia terminar por agora. Ao seu estilo escreve “Catholicos, a hora é grave, repito, trabalhem para que Deus não seja banido da família, livremos a pátria da emboscada dos seus inimigos e preservemos a família da corrupção que campeia infrene e restauraremos tudo o que mais caro nos é”³⁹. Em breve, porém, um outro acontecimento iria colocar um novo e muito maior obstáculo a esta luta – a implantação da República, a 5 de Outubro de 1910. Durante alguns anos, os católicos portugueses iriam, de facto, percorrer uma penosa travessia no deserto que se traduziu, em muitos casos, pelo silenciamento de muitos dos seus jornais e pelo exílio de muitos dos seus intelectuais. Mas, em 1926, de novo a esperança pôde renascer...

³⁸ Boletim da Cruzada, nº 4. *Estrela Polar*. nº 52 de 23 de Ago. 1908.

³⁹ *Estrela Polar*. nº 53 de 30 de Ago. 1908. p. 8.

Fernanda Ribeiro

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Os Instrumentos de acesso à informação das instituições monásticas beneditinas: uma abordagem crítica

Resumo

Partindo da análise de instrumentos de acesso à informação publicados, discute-se o rigor e a fiabilidade que tais instrumentos garantem no que concerne à representação da informação gerada pelas instituições monásticas beneditinas. Propõe-se uma nova abordagem baseada no paradigma científico-informacional que defendemos para a Arquivística, no quadro da Ciência da Informação.

Abstract

Based on an analysis of the available published tools used to access information, this paper addresses the accuracy and reliability of such tools in what concerns the representation of information produced by Benedictine monastic institutions. A new approach is put forward based on a scientific-informational premise which we maintain should be applied to Archival Science, considered here as a branch of Information Science.

Sendo o nosso colega José Amadeu Coelho Dias, além de Professor Universitário, um membro da comunidade beneditina portuguesa, é com particular carinho que lhe dedicamos este estudo sobre os instrumentos de acesso à informação, referentes às várias casas da Ordem de São Bento em Portugal, conscientes de que esses elementos de referência podem constituir fontes preciosas para o conhecimento das instituições produtoras da informação, ou não fosse o processo informacional sempre um reflexo e uma consequência da ação e da actividade humana e social.

1. A imagem institucional das ordens beneditinas à luz dos instrumentos de acesso à informação publicados

Ao longo do tempo, a produção de instrumentos de controlo, acesso e recuperação de informação constituiu sempre a expressão de uma necessidade. A informação produz-se no decurso da acção do Homem em sociedade, regista-se num suporte material externo ao seu produtor para mais facilmente poder ser usada (o registo da informação num suporte é uma garantia mais fiável da sua perdurabilidade) e conserva-se em condições adequadas ao seu uso recorrente. Mas, não basta proceder ao registo num suporte material nem criar condições adequadas de conservação para garantir o acesso e a recuperação da informação. É também indispensável organizá-la e criar formas de a representar que sirvam de elos de intermediação entre o(s) seu(s) produtor(es) e o(s) utilizador(es). Esses meios de comunicação da informação recebem o nome técnico de “índices” ou, numa terminologia mais actual “instrumentos de acesso à informação”¹.

Em trabalho de investigação desenvolvido há já alguns anos referenciámos os instrumentos de acesso à informação de institutos religiosos e de ordens militares publicados em Portugal e procedemos a uma análise da sua tipologia, estrutura interna e elementos informacionais, nomeadamente aqueles que constituem ponto de acesso à informação². Partindo dessa recolha de informação, seleccionámos para este artigo, apenas os instrumentos de acesso respeitantes às instituições monásticas beneditinas, que se contabilizam em trinta e três casas masculinas³ e em dezasseis casas femininas. Os quadros que se seguem enumeram, alfabeticamente, as instituições consideradas na análise e as entidades detentoras que, actualmente, custodiam a respectiva documentação:

¹ Sobre a evolução dos instrumentos de acesso à informação e a terminologia aplicável a este assunto, ver: RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à informação nos arquivos*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003. ISBN 972-31-1017-2. vol. 2.

Dissertação de doutoramento. Também disponível em: <http://ler.letras.up.pt/revistas/index.htm>

² Ver: Ribeiro, Fernanda – *O Acesso à informação...* (ob. cit.) vol. 2, anexo 3, quadro 9, p. 1.197-1.267.

³ Além das casas monásticas, incluímos também neste grupo o Colégio de São Bento, de Coimbra.

OS INSTRUMENTOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES MONÁSTICAS BENEDITINAS

Casas monásticas masculinas	Entidades detentoras da documentação
Colégio de São Bento (Coimbra)	ADB / AUC / BN / IAN-TT
Convento de São João (Foz do Douro – Porto)	IAN-TT
Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição (Monção)	ADB
Mosteiro de Santa Maria (Carvoeiro – Viana do Castelo)	ADB / IAN-TT
Mosteiro de Santa Maria (Miranda – Arcos de Valdevez)	ADB / IAN-TT
Mosteiro de Santa Maria (Pombeiro – Felgueiras)	ADB / ADP / IAN-TT
Mosteiro de Santo André (Rendufe – Amares)	ADB
Mosteiro de Santo Tirso	ADP / AUC / CPMF / IAN-TT
Mosteiro de São Bento (Barcelos)	ADB
Mosteiro de São Bento (Lisboa)	IAN-TT
Mosteiro de São Bento (Murça)	ADB
Mosteiro de São Bento (Santarém)	IAN-TT
Mosteiro de São Bento (Viana do Castelo)	ADB / IAN-TT
Mosteiro de São Bento da Vitória (Porto)	ADP / IAN-TT
Mosteiro de São Fins (Valença)	ADB
Mosteiro de São João Baptista (Cabanas – Caminha)	ADB / IAN-TT
Mosteiro de São João Baptista (Alpendurada – – Marco de Canaveses)	ADP / IAN-TT
Mosteiro de São João Baptista (Arnóia – Celorico de Basto)	ADB
Mosteiro de São Mamede (Lorvão – Penacova)	IAN-TT
Mosteiro de São Martinho (Couto de Cucujães – – Oliveira de Azeméis)	AUC / BN / IAN-TT
Mosteiro de São Martinho (Tibães – Braga)	ADB / ADP / IAN-TT
Mosteiro de São Miguel (Bustelo – Penafiel)	ADP
Mosteiro de São Miguel (Refojos de Basto – Cabeceiras de Basto)	ADB
Mosteiro de São Pedro (Cête – Paredes)	ADP / IAN-TT
Mosteiro de São Pedro (Pedroso – Vila Nova de Gaia)	ADP / IAN-TT
Mosteiro de São Romão (Neiva – Viana do Castelo)	ADB / IAN-TT
Mosteiro de São Salvador (Ganfei – Valença)	ADB / IAN-TT
Mosteiro de São Salvador (Paço de Sousa – Penafiel)	ADB / ADP / AMP / IAN-TT
Mosteiro de São Salvador (Palme – Barcelos)	ADB
Mosteiro de São Salvador (Torre – Viana do Castelo)	ADB / IAN-TT
Mosteiro de São Salvador (Travanca – Amarante)	ADP / IAN-TT
Mosteiro de São Salvador (Vilar de Frades – Barcelos)	IAN-TT
Mosteiro de Vandoma (Paredes)	ADP

Casas monásticas femininas	Entidades detentoras da documentação
Mosteiro de Jesus (Viseu)	ADV / IAN-TT
Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção (Semide – Miranda do Corvo)	ADB / AUC / IAN-TT
Mosteiro de Nossa Senhora da Purificação (Moimenta da Beira)	ADV
Mosteiro de Santa Ana (Viana do Castelo)	ADB
Mosteiro de Santa Eufémia (Ferreira das Aves – Sátão)	ADV / IAN-TT
Mosteiro de Santa Maria (Tarouquela – Cinfães)	IAN-TT
Mosteiro de Santa Maria (Valboa – Vila Nova de Cerveira)	ADB
Mosteiro de Santa Marinha (Loivo – Vila Nova de Cerveira)	ADB
Mosteiro de São Bento (Bragança)	ADBG / IAN-TT
Mosteiro de São Bento de Avé Maria (Porto)	ADP / IAN-TT
Mosteiro de São Cristóvão (Rio Tinto)	IAN-TT
Mosteiro de São Salvador (Braga)	ADB / IAN-TT
Mosteiro de São Salvador (Tuias – Marco de Canaveses)	IAN-TT
Mosteiro de São Salvador (Vairão – Vila do Conde)	ADP / IAN-TT
Mosteiro de São Salvador (Vila Cova de Sandim – – Vila Nova de Gaia)	IAN-TT
Mosteiro de São Salvador (Vitorino das Donas – – Ponte de Lima)	ADB

Siglas usadas nos quadros:

ADB – Arquivo Distrital de Braga
 ADBG – Arquivo Distrital de Bragança
 ADP – Arquivo Distrital do Porto
 ADV – Arquivo Distrital de Viseu
 AMP – Arquivo Municipal de Penafiel

AUC – Arquivo da Universidade de Coimbra
 BN – Biblioteca Nacional
 CMPF – Câmara Municipal de Paços de Ferreira
 IAN-TT – Instituto dos Arquivos Nacionais-Torre
 do Tombo

Os instrumentos de acesso à informação relativos às instituições beneditinas referenciadas são diversos (**ver Anexo**) e dizem respeito, como se pode ver nos quadros acima, à documentação custodiada por cerca de uma dezena de entidades.

O facto de encontrarmos esta documentação dispersa por diversos organismos é, desde logo, um factor que condiciona o conhecimento que é possível produzir

em torno dos sistemas de informação das casas beneditinas⁴. É óbvio que esta dispersão é fruto do acidentado processo de nacionalizações que ocorreu após a Revolução Liberal de 1820, mas a verdade é que, até aos dias de hoje, os esforços para a reconstituição intelectual (pese embora a dispersão física) da realidade informacional de cada casa monástica ainda não lograram atingir os resultados desejáveis. A divisão de um mesmo sistema de informação em conjuntos documentais parcelares, que vieram a ser incorporados em distintos arquivos e/ou bibliotecas de tutela estatal, ocasionou uma perda de inteligibilidade do todo e o tratamento técnico a que cada uma das parcelas foi sujeita descurou a visão global, imprescindível a um conhecimento rigoroso dessas realidades informacionais⁵. A grande maioria das ordens monásticas (beneditinas e de outras congregações) viu o seu acervo documental ser repartido, pelo menos, entre a Torre do Tombo e o arquivo distrital ou outra instituição da zona geográfica onde a casa monástica estava sedeadada, como é possível verificar nos quadros apresentados. O facto de cada entidade detentora, na linha da Arquivística tradicional, considerar como um “fundo” autónomo a parte do acervo que tem à sua guarda, conduz a que a organização e a representação desse “pedaço” informacional não levem em linha de conta as outras partes do mesmo sistema de informação. Nesta perspectiva, não é de admirar que os instrumentos de acesso elaborados consumem e consagram esta visão parcelar e desviante. Não é raro encontrarmos dois, ou mais, instrumentos de acesso à informação respeitantes ao acervo da mesma casa monástica que ignoram, em absoluto, partes do mesmo sistema de informação custodiadas por uma instituição diferente. Além disso, a pobreza na representação da realidade informacional, que a generalidade dos instrumentos de acesso à informação evidencia, é também um factor que condiciona grandemente o conhecimento das entidades produtoras da informação.

Tendo em conta, novamente, os vinte instrumentos de acesso à informação publicados, que vão referenciados em Anexo, verificamos que onze são *guias de arquivos*, ou seja, instrumentos que têm por função dar uma visão panorâmica do sistema de informação não descendo até à descrição das unidades informacionais. A partir destes instrumentos não ficamos a conhecer praticamente nada sobre

⁴ Esta situação não é, de modo algum, exclusiva das instituições beneditinas, mas verifica-se na generalidade das ordens monásticas.

⁵ Sobre o complexo processo de nacionalizações e posterior integração em serviços estatais da documentação proveniente das “livrarias” das ordens monásticas extintas em 1834, é de extrema utilidade a leitura da notável tese de mestrado de Paulo Barata, publicada em 2003 e vencedora do Prémio Raul Proença da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, em 2001: BARATA, Paulo J. S. – *Os Livros e o Liberalismo : da livraria conventual à biblioteca pública: uma alteração de paradigma*. Lisboa : Biblioteca Nacional, 2003. ISBN 972-565-368-8. Pena é que idêntico estudo de

as entidades produtoras da informação e/ou sua estrutura orgânico-funcional, mas tão só onde se conserva a documentação, nem sempre em condições de ser devidamente consultada, desde logo por falta de instrumentos para o efeito.

Dos restantes nove instrumentos de acesso, temos seis *inventários*, duas *listas de incorporação* e um *catálogo*, tipologias que pressupõem uma descrição mais pormenorizada das séries e dos documentos. Porém, não basta descrever as unidades documentais com pormenor. Importa, sim, perceber como se contextualizam, quem as produziu, em consequência de que funções e/ou actividades, enfim, perceber o sentido que a informação tem no seu contexto orgânico. E isto está omisso em praticamente todos os instrumentos de acesso, pelo simples facto de que o critério para organização/ordenação das unidades de descrição é alfabético, topográfico ou mesmo inexistente (ou impossível de determinar). Uma sucessão alfabética, cronológica ou topográfica de descrições de documentos não diz nada sobre o respectivo contexto de produção. Um único inventário obedece a uma estruturação sistemática⁶, mas, apesar de fornecer informação muito relevante sobre cada uma das instituições monásticas produtoras da informação, não apresenta um estudo orgânico-funcional individualizado, o que limita a descrição da informação.

O retrato desfocado, impreciso ou mesmo ininteligível que os instrumentos de acesso à informação analisados nos fornecem das instituições beneditinas em apreço tem de ser percebido no âmbito da visão paradigmática que enformou (e continua a enformar) a Arquivística tradicional. Não seria correcto, nem justo, dizer que tudo o que se fez é desprezível e que tudo terá de ser refeito. Mas não podemos deixar de afirmar que, no que toca às instituições monásticas, em geral, e às beneditinas, em particular, se fez muito pouco. As instituições estatais têm, sob a sua responsabilidade, há mais de um século e meio, acervos documentais valiosos, volumosos e importantíssimos para o conhecimento institucional das ordens monásticas, mas o descuido, para não dizer a incúria, foi, durante muito tempo, a nota dominante.

A base de informação que utilizámos até este momento congrega instrumentos de acesso publicados entre 1920 e 1996, embora um deles tenha sido produzido

síntese não tenha ainda sido produzido em relação aos acervos das ordens monásticas integrados no Arquivo da Torre do Tombo, nos arquivos distritais e em outros serviços públicos de arquivo.

⁶ Ver Anexo, referência nº 1.

no século XVIII (1798)⁷ e outro no século XIX (1870)⁸. Posteriormente a 1996, não conhecemos quaisquer outros instrumentos de acesso à informação, a não ser o Inventário das ordens monástico-conventuais, produzido sob a coordenação do Prof. Doutor José Mattoso e da Dr^a Maria do Carmo Farinha e editado, em 2002, pelo Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo⁹. Este inventário inclui diversas ordens, entre as quais se conta a Ordem de São Bento, que aqui nos ocupa particularmente¹⁰. É, sem dúvida, o mais completo e melhor organizado instrumento de acesso à informação que possuímos para as instituições beneditinas. Na “introdução”, José Mattoso explica as vicissitudes que a documentação sofreu desde a extinção das ordens monásticas masculinas em 1834 e refere a “disparidade de critérios” a que esteve sujeita a sua organização na Torre do Tombo, ao longo do tempo. Segundo Mattoso, “de uma maneira geral, a documentação monástica e conventual das primeiras incorporações mantinha a designação dos fundos de onde provinha. Mas as incorporações posteriores foram, muitas vezes, colocadas noutros locais, umas vezes com remissivas para os fundos primitivos, outras dando origem a colecções como aconteceu, por exemplo com os “Conventos de Viana” ou a “Colecção Especial”. A falta de lógica destas arrumações levou desde cedo a várias tentativas de reconstituição dos fundos monásticos”¹¹. Rui de Azevedo, cerca de 1940, e o próprio José Mattoso, em 1967, procuraram intervir no caos que se gerara e reconstituir a ordem original da documentação. Contudo, Rui de Azevedo “limitou-se a separar os documentos em pergaminho por proveniência,

⁷ Ver Anexo, referência nº 16.

⁸ Ver Anexo, referência nº 13.

⁹ *Inventário : ordens monástico-conventuais : Ordem de São Bento, Ordem do Carmo, Ordem dos Carmelitas Descalços, Ordem dos Frades Menores, Ordem da Conceição de Maria*. Coord. José Mattoso, Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha. Lisboa : Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Direcção dos Serviços de Arquivística, 2002. ISBN 972-8107-63-3.

¹⁰ Relativamente à Ordem de São Bento, este inventário contempla as seguintes casas monásticas: Colégio de São Bento de Coimbra, Colégio de Nossa Senhora da Estrela de Lisboa, Mosteiro do Bom Jesus de Viscu, Mosteiro de Nossa Senhora da Purificação de Moimenta da Beira, Mosteiro do Salvador de Braga, Mosteiro do Salvador de Ganfei, Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa, Mosteiro do Salvador de Travanca, Mosteiro do Salvador de Tuías, Mosteiro do Salvador de Vairão, Mosteiro do Salvador de Vila Cova de Sandim, Mosteiro de Sanfins de Friestas, Mosteiro de Santa Eufémia de Ferreira de Aves, Mosteiro de Santa Maria do Carvoeiro, Mosteiro de Santa Maria de Miranda, Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, Mosteiro de Santa Maria de Semide, Mosteiro de Santa Maria de Tarouquela, Mosteiro de Santo Tirso, Mosteiro de São Bento da Avé-Maria do Porto, Mosteiro de São Bento de Bragança, Mosteiro de São Bento de Lisboa, Mosteiro de São Bento de Santarém, Mosteiro de São Bento de Viana do Castelo, Mosteiro de São Bento da Vitória do Porto, Mosteiro de São Cristóvão de Rio Tinto, Mosteiro de São João Baptista de Arnóia, Mosteiro de São João Baptista da Pendorada, Mosteiro de São João de Cabanas, Mosteiro de São Martinho de Cocujães, Mosteiro de São Martinho de Tibães, Mosteiro de São Pedro de Cete, Mosteiro de São Pedro de Pedroso e Mosteiro de São Romão de Neiva.

¹¹ *Inventário : ordens monástico conventuais... (op. cit.)* p. XV.

e, dentro de cada fundo, a ordená-los cronologicamente, cuidando apenas de arrumar os mais antigos, anteriores ao fim do século XII, e deixando para mais tarde a ordenação dos restantes”¹².

José Mattoso interveio apenas nos documentos dos mosteiros beneditinos e o que fez, à época, foi condicionado pela organização (ou desorganização) física existente. Ele mesmo nos diz que “não podendo pôr em causa a arrumação encontrada, limitei-me a agrupar os documentos por fundos de proveniência, a manter ou a completar a ordenação dos pergaminhos por maços e ordem cronológica e a tentar a reconstituição de séries de documentos em papel (obviamente da época moderna), ordenando estas séries numa sequência alfabética da sua designação”¹³.

Os trabalhos técnicos que depois foram levados a cabo na Torre do Tombo não contribuíram para a produção de instrumentos de acesso nem para uma organização rigorosa e correcta desta documentação. José Mattoso, seguindo os princípios pragmáticos da Arquivística tradicional, reconhece que eles não foram minimamente aplicados, afirmando mesmo que “o princípio fundamental da arquivística – princípio da proveniência – tinha, assim, sido mal interpretado”¹⁴.

A reorganização dada ao acervo das ordens monásticas com vista à produção de instrumentos de pesquisa, após o momento em que José Mattoso assumiu a direcção da Torre do Tombo, assentou em premissas bastante inovadoras face ao que até então havia sido feito, como ele próprio explica na obra que estamos a citar. O simples facto de ter sido abandonada a arrumação geográfica por nomes de localidades e ter sido adoptada “a arrumação própria da organização canónica, por ordens religiosas”, - critério que, hoje, parece ser elementar - foi um passo decisivo para a reconstituição destes sistemas de informação. Depois, todos os critérios seguidos e devidamente explicitados por José Mattoso permitem perceber, não só as dificuldades encontradas (algumas irresolúveis) em face da desestruturação dos acervos, como também as soluções adoptadas dentro de um paradigma da Arquivística, baseado na clássica noção de “fundo”. À luz desta visão tradicional é, sem dúvida, um trabalho exemplar que, por ter sido orientado por um conhecedor da realidade institucional das ordens monásticas, conseguiu representar de forma aprofundada a realidade informacional. Tem, a nosso ver, ainda algumas limitações, decorrentes do paradigma da Arquivística em que assenta, as quais procuraremos enunciar no ponto seguinte, partindo de uma outra abordagem teórico-epistemológica.

¹² Idem, *ibidem*.

¹³ Idem, *ibidem*.

¹⁴ *Inventário : ordens monástico conventuais... (op. cit.)* p. XVI.

2. Uma outra perspectiva de abordagem baseada num novo paradigma

Não cabe neste texto a explicitação dos fundamentos teórico-epistemológicos que suportam o novo paradigma científico-informacional em que se inscreve a Arquivística, vista como uma disciplina aplicada do campo da Ciência da Informação¹⁵. Porém, em traços gerais, importa apontar os pilares essenciais que dão suporte a uma nova perspectiva: a assunção da *Informação*¹⁶, e não do “documento”, como objecto de trabalho e de estudo, a adopção do método de investigação quadripolar, desenvolvido no âmbito das Ciências Sociais, e a preferência pela Teoria Sistémica, como ferramenta interpretativa e de referência para todo e qualquer estudo de cariz científico (puro ou aplicado).

As bases fundamentais do paradigma emergente da Ciência da Informação têm, necessariamente, várias implicações no desenvolvimento dos estudos e dos trabalhos técnicos no domínio da Arquivística. Vejamos aquelas que mais directamente se prendem com a elaboração dos instrumentos de acesso à informação, entendidos como produtos que representam o corolário de um trabalho de investigação aplicada, que não pode deixar de reportar-se a teorias e modelos interpretativos e de se guiar por um método adequado, para poder reclamar-se de alguma cientificidade:

a) Eleger a *Informação* (entendida sistemicamente) como objecto de trabalho e de estudo obriga a olhar este fenómeno de uma forma completamente diferente do que até agora tem sido feito com o Documento (unidade física que se classifica, se descreve e se arruma, atribuindo-se-lhe uma cota para posterior localização). Perceber a informação implica, antes de mais, conhecer o seu contexto

¹⁵ Sobre este assunto, tem sido já produzida literatura em quantidade significativa, para a qual remetemos o leitor: SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – *Arquivística : teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Edições Afrontamento, cop. 1998. ISBN 972-36-0483-3 (2ª ed. 2002); RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos – *Universidade do Porto : estudo orgânico-funcional : modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação Arquivo*. Colab. Rute Reimão. Porto : Reitoria da Universidade, 2001. ISBN 972-8025-12-2; RIBEIRO, Fernanda – *Archival Science and changes in the paradigm. Archival Science : international journal on recorded information*. Dordrecht [etc.]. ISSN 1389-0166. 1:3 (2001) 295-310; SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das “Ciências” Documentais à Ciência da Informação : ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto : Edições Afrontamento, 2002. ISBN 972-36-0622-4; RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à informação nos arquivos (op. cit.)*; FERNANDES, Daniela Teixeira – *Pedra a pedra : estudo sistémico de um arquivo empresarial*. Lisboa : Gabinete de Estudos a&b, 2004. ISBN 972-98827-2-X.

¹⁶ Só a título de recordatória, pois está publicada em diversos textos, enunciemos a definição de Informação de que partimos: “conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direccionada” (cf. SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das “Ciências” Documentais à Ciência da Informação... (op. cit.)* p. 37).

de produção, o que é algo anterior ao seu registo material num suporte físico. E implica também conhecer o uso que foi ou é dado a essa informação, ou seja, quem são os seus utilizadores, com que fim a usam, como a pesquisam, com que frequência, etc.

b) Assumir o Arquivo como sistema de informação obriga a definir com rigor os limites da estrutura desse sistema, as suas relações com outros elementos do mesmo universo sistémico, a determinar a existência (ou não) de subsistemas e, concomitantemente, a identificar as funções desempenhadas pelas diversas componentes do sistema.

c) Entender o trabalho arquivístico como um processo investigativo que visa conhecer e representar com rigor a realidade informacional em análise tem, igualmente, consequências várias, pois o arquivista deixa de actuar como um simples técnico que aplica normas e procedimentos uniformes com vista à produção de instrumentos para viabilizar o acesso à informação, mais os menos *standard*, para assumir o papel do cientista da informação que apresenta resultados validados por uma metodologia científica e que questiona (problematiza, formula hipóteses) a própria actuação sempre em referência a paradigmas e teorias que estão em permanente validação (ou revisão).

d) Aplicar o método de investigação quadripolar relevando as suas operações maiores¹⁷ põe a tónica na análise orgânico-funcional, requisito indispensável para se chegar a um conhecimento rigoroso da estrutura do sistema e das funções/competências dos variados sectores que compõem essa mesma estrutura, pois só assim é possível caracterizar com rigor o contexto de produção da realidade informacional em análise; muitas vezes, esta análise carece de ser feita em diacronia para uma correcta compreensão das alterações da estrutura e das funções que geraram a informação ao longo do tempo.

e) Procurar conhecer as relações sistémicas internas e externas e seu reflexo na produção informacional obriga a uma investigação sistemática para se chegar à identificação de eventuais subsistemas de informação ou para perceber as relações entre, por exemplo, os vários sistemas que formam, entre si, um supersistema de informação.

¹⁷ No conjunto das operações metodológicas assumem particular relevância a observação directa e indirecta (de casos ou de variáveis/problemas), a experimentação e a análise/avaliação retrospectiva e prospectiva.

f) Analisar toda a componente funcional do sistema leva a que, determinadas operações tenham de ser implementadas como medidas “profiláticas” regulares destinadas a otimizar o funcionamento do próprio sistema de informação; conta-se, neste caso, por exemplo, a avaliação retro/prospectiva, operação fundamental que permite detectar redundâncias e “desperdícios” informacionais.

g) Entender a descrição como o resultado natural de todo o processo de conhecimento desencadeado a montante e não com o objectivo redutor de proporcionar o acesso pelo acesso à informação é também fundamental para que os instrumentos de pesquisa produzidos garantam uma representação adequada da realidade informacional objecto de análise.

h) Em suma, chegar a resultados do trabalho arquivístico mais rigorosos, consistentes e eficazes é, sem dúvida, uma forma de contribuir para a produção de um conhecimento científico, passível, obviamente, de aperfeiçoamentos teóricos, mas plasmado, de forma útil, em aplicações práticas.

De acordo com o enunciado de questões que acabámos de mencionar em relação com a nova perspectiva que defendemos para a Arquivística, é evidente que a produção de instrumentos de acesso à informação sofreria os efeitos dessa diferente abordagem. Voltando a considerar o Inventário das ordens monástico / conventuais, coordenado por José Mattoso e Maria do Carmo Farinha vejamos como seria distinto o método seguido para a apreensão da realidade informacional, tendo como referência, sempre, a definição de *Informação* e a Teoria Sistémica como “ferramenta” interpretativa.

Procurando seguir os elementos descritivos preconizados na Norma internacional ISAD(G)¹⁸, o inventário está organizado por “fundos” e “subfundos” e dentro de cada um destes conjuntos documentais são apresentadas as diversas séries (e, em alguns casos, agrupamentos documentais designados por “coleção”¹⁹). A descrição de cada “fundo” é iniciada pela sua “história” (institucional) e respectiva “história custodial”.

Não é a terminologia “fundo” e “subfundo” que constitui maior problema, pois se esses termos pudessem ser substituídos pelas designações “sistema” e “subsistema” a questão estaria resolvida facilmente. Mas, a verdade é que a montante dos termos estão os conceitos e, de facto, a noção de sistema é completamente distinta da de “fundo”, razão pela qual não é possível a substituição pura e simples. O “sistema” implica uma estrutura, uma funcionalidade e uma dinâmica de relações

¹⁸ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Committee on Descriptive Standards – ISAD(G): *General International Standard Archival Description*. 2nd ed. Madrid : I. C. A., 2000.

¹⁹ Identificados, no inventário, com a sigla “Col. SR”.

entre as componentes internas e outras estruturas externas, o que nos remete para a ideia de complexidade e de abordagem holística. O “fundo” é nada mais que um conjunto (estático) de documentos com uma proveniência única, o que, como conceito operatório numa lógica científico-informacional, não funciona.

Embora os elementos de carácter histórico apresentados no inventário sejam fundamentais para se perceber o contexto institucional de produção da informação, não são, de modo algum, suficientes, pois em nada contribuem para o conhecimento da estrutura orgânico-funcional de cada uma das casas monásticas produtoras de informação. Olhando para o elenco de séries apresentado somos levados a pensar que o seu organismo produtor funcionava como uma única “célula” (constituindo, por isso, aquilo que designamos por “sistema de informação unicelular”²⁰), sem quaisquer divisões internas. Mas, seria assim? Não havia um sector administrativo, um cartório, uma mesa abacial, enfim, diferentes sectores orgânicos no interior do sistema institucional, os quais, cada um de *per se*, produziram informação de acordo com a sua acção e as suas competências funcionais? A lógica documental e descritiva da Arquivística tradicional não tem, em devida conta, o contexto orgânico-funcional gerador da informação e, por isso, a representação da mesma é pouco mais do que uma lista de séries e documentos.

Segundo José Mattoso, a reconstituição da “arrumação que [os documentos] tinham no cartório”, raramente foi possível, não só por falta de um “índice do cartório”, mas também porque, mesmo existindo o índice, se tornou difícil a reconstituição completa da ordenação dos documentos, com base nas respectivas cotas²¹. Estes problemas são, evidentemente, constrangimentos difíceis de superar e, como tal, condicionam a representação da informação. Mas isso não deverá ser razão para se criarem agrupamentos fictícios com a designação de “coleção”, já que este termo está normalmente associado à ideia de uma reunião aleatória de documentos que, aparentemente, nada têm de “orgânico” entre si. Num sistema de informação não há este tipo de “coleções”, nem agrupamentos documentais aleatórios. Poderá, sim, haver dificuldades de compreensão do “sentido” da informação ou, as mais das vezes, limitações de ordem prática resultantes do volume de informação que importa analisar. Mas a aleatoriedade, em nossa opinião, é incompatível com a noção de sistema de informação.

Uma outra limitação que consideramos significativa no referido inventário é a da reduzidíssima menção a outras parcelas dos arquivos descritos, custodiadas por diferentes entidades detentoras. É óbvio que este é o inventário da documen-

²⁰ Sobre a classificação dos arquivos, enquanto sistemas de informação, ver: SILVA, Armando Malheiro da [et al.] - *Arquivística : teoria e prática de uma ciência da informação*. 2ª ed. Porto : Edições Afrontamento, 2002. cap. 3, p. 214-217.

²¹ Cf.: *Inventário : ordens monástico conventuais...* (op. cit.) p. XVII-XVIII.

tação monástica existente na Torre do Tombo e não tem por função recensar a totalidade dos acervos das ordens monásticas. Mas, numa perspectiva sistémica, a abordagem holística não poderia ser descurada e, por isso, seria fundamental fazer “pontes” com as outras partes do mesmo sistema de informação. Embora na “história” do “grupo de fundos” Ordem de São Bento, sejam dadas algumas indicações sobre outras entidades que custodiam “documentação de mosteiros e conventos”²², essas indicações são minimalistas e não houve sequer a preocupação de analisar os instrumentos de acesso à informação existentes para perceber a natureza da relação entre os acervos da Torre do Tombo e os que se conservam em outras instituições. Esta visão redutora é uma das consequências da aplicação do conceito de “fundo” que, numa lógica informacional, deverá ser totalmente superada.

Apesar de se antever para os arquivistas uma tarefa árdua e cheia de sombras e nebulosas, confiamos que os novos profissionais da informação, treinados já com as bases teórico-práticas da Ciência da Informação, possam contribuir para trazer alguma luz a esse terreno sombrio e ajudem a construir instrumentos de acesso à informação que, por serem mais rigorosos e mais fidedignos nas suas representações, também sejam mais úteis aos investigadores que se interessam pelo passado das ordens monástico-conventuais, com especial relevo, para as beneditinas, que aqui nos mereceram particular atenção.

ANEXO

Instrumentos de acesso à informação – referências bibliográficas

- 1 - ARAÚJO, António de Sousa; SILVA, Armando B. Malheiro da – *Inventário do fundo monástico-conventual*. Braga: Arquivo Distrital, Universidade do Minho, 1985. Sep. de: *Itinerarium*. Lisboa. ISSN 0021-3209. 31:121/122 (1985).
- 2 - ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO – *Guia do Arquivo Distrital do Porto: uma experiência de tratamento documental*, 1990/92. Porto: A. D. P., 1993. ISBN 972-95798-3-0.
- 3 - ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – Guia do Arquivo da Universidade de Coimbra. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Coimbra. 1 (1973) 83-175.
- 4 - Arquivos Distritais : estado das encorporações no primeiro trimestre de 1937. *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. Lisboa. 2ª série. 12:47/48 (Jan.-Jun. 1937) 113-136.
- 5 - BAIÃO, António – O Arquivo Nacional da Torre do Tombo. *In Portugal: Exposição Portuguesa em Sevilla*. Lisboa : Imprensa Nacional, 1929.

²² Cf.: *Inventário : ordens monástico conventuais...* (op. cit.) p. 3-4.

- 6 - BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGANÇA – [Guia]. Bragança: B. P. A. D. B., 1987.
Guia sucinto, desdobrável.
- 7 - ERDMANN, Carl – *Papsturkunden in Portugal*. Berlin: Weidmannsche Buchhandlung, 1927.
- 8 - FEIO, Alberto – O Arquivo Distrital de Braga : notas histórico-descritivas. *Boletim da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital de Braga*. Braga. 1 (1920) 77-116.
- 9 - FIGUEIREDO, António Mesquita de – *Arquivo Nacional da Torre do Tombo : roteiro prático*. Lisboa : Livraria Universal, 1922.
- 10 - INSTITUTO DA BIBLIOTECA NACIONAL E DO LIVRO – *Guia preliminar dos fundos de arquivo da Biblioteca Nacional*. Introd. e org. de Lúcia de Azevedo Martins [et al.]. Lisboa: I. B. N. L., 1994. ISBN 972-565-141-3.
- 11 - INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO CULTURAL – *Roteiro das bibliotecas e arquivos dependentes administrativamente do Instituto Português do Património Cultural*. Org. de Maria Teresa Araújo de Andrade Cardoso. 2ª ed. rev. e atualizada. Lisboa: I. P. P. C., Departamento de Bibliotecas, Arquivos e Serviços de Documentação, 1987.
- 12 - INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO CULTURAL. Departamento de Bibliotecas, Arquivos e Serviços de Documentação – *Roteiro das bibliotecas e arquivos dependentes administrativamente do Instituto Português do Património Cultural*. Lisboa: I. P. P. C., 1984.
- 13 - LACERDA, Silvestre de Almeida – *Nota para o estudo da documentação do Mosteiro de São Salvador de Paço de Sousa*. [Penafiel: Câmara Municipal, 1992].
Sep. de: *Penafiel: Boletim Municipal de Cultura*. Penafiel. 3ª série. 6/7 (1991-1992).
- 14 - MATOSO, José – Documentos beneditinos da Torre do Tombo. *Lusitania Sacra*. Lisboa. 8 (1967-1969) 223-305.
- 15 - MATOSO, José – *Inventário dos fundos de antigos mosteiros beneditinos existentes no Arquivo Distrital de Braga: nota explicativa*. Braga: [s.n.], 1967.
Sep. de: *Bracara Augusta*. Braga. 20:45/46.
- 16 - MEIRELES, António da Assunção – *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa & index dos documentos do arquivo*. Publ. e pref. por Alfredo Pimenta. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1942. p. 211-395.
- 17 - NEVES, Francisco Ferreira – A Criação do Arquivo Distrital de Aveiro: relação de documentos de alguns conventos suprimidos em 1834 e da Casa e Ducado de Aveiro. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro. 163 (Jul.- Set. 1975) 161-193.
- 18 - *Recenseamento dos arquivos locais: Câmaras Municipais e Misericórdias. Vol. 2 - Distrito do Porto*. Coord. Maria João Pires de Lima. [Lisboa]: Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, 1996. ISBN 972-8107-24-2.
Colab.: Carlos Manuel Ferreira Tavares, et al.
- 19 - SOUSA, Fernando de [et al.] – *Arquivo Municipal de Penafiel*. Penafiel: [Câmara Municipal?], 1989.
Co-autores: Gaspar Martins Pereira, Jorge Alves e Jorge Ribeiro.
- 20 - VALE, Alexandre de Lucena e – O Arquivo Distrital de Viseu e o seu recheio documental. *Beira Alta*. Viseu. 9:3 (3º trim. 1950) 189-202.

Iria Gonçalves

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Sobre o coberto arbóreo da Beira Interior nos finais da Idade Média

Resumo

A árvore foi um elemento sempre constante em todas as paisagens mediterrâneas, mas foi a partir dos finais da Idade Média que a sua presença se tornou, em toda a parte, mais constante. De acordo com as fontes provenientes do cartório da ordem de Cristo e no sul da Beira Interior, isso está perfeitamente documentado, verificando-se uma distribuição diferenciada, em espécies e em concentração, de acordo com as diferentes condições climáticas e pedológicas que aí se verificam.

Abstract

Trees have always been a constant in every Mediterranean landscape but it was only from the late Middle Ages that they truly spread far and wide. This fact is perfectly documented in sources from the registry of the Order of Christ and in the Southern Beira Interior region, demonstrating a differentiated distribution, in terms of species and density, according to the various weather and pedological conditions of this particular area.

Em formações cerradas, compondo pequenos grupos de indivíduos, dispersa pelos campos, a árvore foi, desde sempre, uma presença incontornável em todas as paisagens mediterrâneas. Talvez, como diz Jean-Robert Pitte, fruto da aliança entre um clima ameno e o amor às árvores legado pelos romanos¹, mas, sobretudo na época que me proponho abordar, consequência, também, da necessidade sentida pelo agricultor de rendibilizar ao máximo as suas terras, no contexto da reconstrução agrícola levada a cabo pela Baixa Idade Média².

¹ *Histoire du paysage français*, t. I, *Le sacré: de la préhistoire au XV^e siècle*, Paris, 1983, p. 120.

² É sabido como a árvore, na forma cultural que a Idade Média sobretudo utilizou, isto é, dispersa pelos campos, a pontear outros cultivos, não só os não prejudicava no seu ciclo vegetativo, como criava

É certo que a floresta autóctone, que em épocas bem recuadas revestia grande parte do território português, tinha sido devastada³, por acção antrópica, para os mais diversos fins, o que a obrigara a uma acentuada retracção. Mas essa tendência estava a ser, desde há tempo, de certo modo compensada pelo fomento que a cultura arbórea estava a conhecer, em todos os campos que o Mediterrâneo atinge com a imposição do clima que lhe é próprio. Fomento que passou, naturalmente, pelo cultivo das mais variadas espécies de fruteiras, mas também por um grande incremento da oliveira e pela aposta na domesticação de algumas essências florestais, de que o castanheiro pode ser apresentado como exemplo paradigmático⁴.

O final da Idade Média é, assim, um momento privilegiado para apreender a árvore na sua localização, nas suas espécies, na sua forma de implantação no terreno. Naturalmente, na medida em que a documentação o permita.

Não são muitas, as fontes que permitem uma aproximação ao tema. Uma vez que as análises polínicas, tanto quanto sei, pouco têm avançado em Portugal e, em regra, estão fora do alcance do historiador que não tem uma estrutura adequada a apoiá-lo; uma vez que a arqueologia não pode proporcionar os conhecimentos alargados que seriam necessários e a iconografia só pode ser utilizada para o estudo de determinados pontos específicos, resta, para lá do contacto tão estreito quanto possível com o espaço elegido como objecto de análise e, assim, com as espécies que actualmente aí vegetam em melhores condições, o recurso à toponímia⁵ e, sobretudo, a alguma documentação escrita.

um outro andar de rendimento para o agricultor, exigindo-lhe apenas um muito limitado acréscimo de trabalho. Neste sentido, Hilario Casado Alonso considera que o arvoredor era bastante mais importante na Idade Média do que na actualidade (*Señores, mercaderes y campesinos. La comarca de Burgos a fines de la Edad Media*, Valladolid, 1987, p. 140), o que a documentação portuguesa, como a castelhana por ele utilizada, de certo modo corroboram, pelo destaque que conferem à cultura e pelo cuidado com que foram registando a sua presença, a deixar-nos a nota do seu número e das suas características mais importantes, como sejam a sua espécie e mesmo, em muitos casos, a sua casta.

³ Sobre este assunto vejam-se os trabalhos de Nicole Devy-Vareta, “Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. As matas medievais e a “Coutada Velha” do rei”, *Revista da Faculdade de Letras — Geografia*, I s., vol. I, Porto, 1985, pp. 47-72 e sobretudo, “Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. Do declínio das matas medievais à política florestal do Renascimento (séc. XV e XVI)”, *ib.*, vol. II, 1986, pp. 5-39.

⁴ Também a noqueira, tão próxima do bosque pelo seu porte, pela sua fisionomia, pelos seus frutos, pelas suas excelentes madeiras, pode ser dada como exemplo, embora, na região em estudo, ou, pelo menos, na documentação que neste momento tenho disponível, ela faça apenas algumas fugazes aparições.

⁵ Sobre a região que me proponho estudar e sobre as fontes que principalmente me irão servir de apoio, existe um muito recente artigo de Gilberto Coralejo Moiteiro, que estuda a toponímia histórica, também na sua vertente vegetal (“Paisagens históricas: a flora e a fauna na toponímia meridional beirã de Quinhentos”, *Paisagens rurais e urbanas. Fontes, metodologias, problemáticas*, Actas das primeiras

Os textos que nos transmitem informações mais valiosas são, como é lógico, os que têm a terra como causa da sua existência, de uma maneira especial os contratos de locação e os tombos de propriedades.

*
* *

Produzido durante os primeiros anos do século XVI, chegou até nós um valioso conjunto de tombos de propriedades da Ordem de Cristo, muitos dos quais, porque os Monges-Cavaleiros aí detinham imensos bens, respeitantes à Beira Interior⁶. Mas, se em todo este espaço de entre o Tejo e o Douro os interesses da Ordem eram importantes e numerosos, em termos gerais eles eram, no entanto, de cariz muito diferente. Se na área correspondente à actual Beira Baixa esses interesses eram sobretudo de carácter jurisdicional, mais a Norte eram os bens fundiários que compunham a fortuna da Ordem⁷, descritos com maior minúcia, mas bem mais localizados. Limitar-me-ei, por agora, aos quadros mais alargados que podemos encontrar na parte meridional da região.

Neste espaço, os bens em questão eram compactos, sob a forma jurisdicional, entre o Tejo, o Ocreza/Taveiró e o Erges, na fronteira, com limite Norte que se ficava aquém de Penamacor; eram sobretudo dominiais entre o Zêzere e o Taveiró, com o limite Norte a coincidir com a Meimoa⁸. Trata-se de um espaço que, no seu conjunto, apresenta características interessantes, descendo da Gardunha para a superfície de Castelo Branco e continuando, através da Campanha da Idanha, até à fronteira. No dizer de Orlando Ribeiro, a região oferece “um dos mais vigorosos contrastes do solo português”⁹, entre as terras altas da Cordilheira

jornadas, coord. por Iria Gonçalves, Lisboa, 2005, pp. 25-63). Irei, ao longo deste ensaio, utilizar aquele trabalho sempre que se torne oportuno e lembrar alguma da toponímia actual, quando necessário para corroborar as informações documentais. Serão estas, porém, as únicas que a minha análise irá privilegiar.

⁶ Trata-se de um conjunto de textos reunidos em quatro códices, catalogados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar* (que passarei a citar: A.N.T.T., *O.C./C.T.*), com os nº.s 304, 305, 306, 309.

⁷ Já numa outra ocasião tive oportunidade de me referir ao facto, quando me propunha, naquele caso, analisar um ponto muito concreto, representado por uma aldeia e as suas mais próximas imediações: “Uma paisagem medieval modelada pela Ordem de Cristo: Marmeleiro, uma aldeia da Beira Interior e a sua periferia”, *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na construção do mundo medieval. Actas do IV encontro sobre Ordens Militares*, 30 de Janeiro a 2 de Fevereiro de 2002, coord. por Isabel Cristina F. Fernandes, Palmela, 2005, pp. 537-538.

⁸ Vejam-se, para todas estas linhas de água, algumas de importância exclusivamente local, os mapas adiante publicados.

⁹ Orlando Ribeiro, “A planície em Portugal”, *Opúsculos geográficos*, vol. VI, *Estudos regionais*, Lisboa, 1995, p. 232.

Central e a entrada beirã da planície alentejana¹⁰. Contrastes que, naturalmente, se reflectem, de forma muito clara, no coberto arbóreo que a documentação em estudo permite apreender. É aqui, neste lugar de contactos entre altimetrias e portanto também entre condições climáticas, que o Mediterrâneo, com toda a gama de plantas que transporta consigo, se confronta com as influências atlânticas vindas do Norte¹¹. É aqui onde essas influências se encontram¹², se enfrentam em linhas pouco definidas¹³, cedem uma perante a outra ou, e, sobretudo por acção antrópica, se ultrapassam e misturam¹⁴.

A cobertura florística de Portugal é muito rica. Vejamos o que a documentação em análise permite compreender dessa cobertura medieval, no que à árvore diz respeito.

¹⁰ Id., “Sur la morphologie de la Basse Beira”, *ib.*, vol. III, *Aspectos da Natureza*, Lisboa, 1990, p. 174.

¹¹ Vejam-se, sobre este assunto: Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas*, 2ª ed., Lisboa, 1963, p. 53; id., “Beira Baixa”, *Guia de Portugal*, vol. 3º, *Beira*, t. II, *Beira Alta e Beira Baixa*, 2ª ed., [Lisboa], 1994, p. 634; id., “O manto vegetal”, *Geografia de Portugal*, pelo mesmo e Hermann Lautensach, org., coment. e actualização por Suzanne Daveau, vol. II, *O ritmo climático e a paisagem*, Lisboa, 1988, p. 577; Hermann Lautensach, “A cobertura vegetal”, *ib.*, pp. 541-542; id., “Portugal no contexto ibérico”, *ib.*, vol. I, *A posição geográfica e o território*, Lisboa, 1987, pp. 18-20; Raquel Soeiro de Brito e Henrique Souto, “O clima e as suas influências”, *Portugal. Perfil geográfico*, dirig. por Raquel Soeiro de Brito, Lisboa, 1994, p. 65; Carlos Alberto Medeiros, *Geografia de Portugal. Ambiente natural e ocupação humana: uma introdução*, 4ª ed., Lisboa, 1996, pp. 102-103; Pierre Birot, *Portugal. Estudo de geografia regional*, 2ª ed., Lisboa, 2004, pp. 27-28.

¹² O sopé da Cordilheira Central é, efectivamente, o ponto de encontro de dois mundos, não só climáticos e florísticos, mas ainda culturais, com enorme abrangência. Orlando Ribeiro deixou estes aspectos sintetizados, de forma admirável, num texto que, embora um pouco longo, me permito transcrever: “A acumulação de relevo ao Norte do Tejo (mais exactamente: ao norte do sopé da Cordilheira Central) e o limite climático oscilante entre a zona dos anticiclones subtropicais e a dos grandes ventos do Oeste, actuam no mesmo sentido pela maior quantidade de precipitação, devido à passagem das frentes mais reforçada pela condensação do ar húmido nas encostas das serras. Este contraste está na base de todos os outros aspectos, da natureza ou da civilização, que o avivam: o bosque de folha caduca e os matagais de folha perene, os prados e as pastagens de charneca ou de restolho, e portanto a área do gado grosso e do gado miúdo, do boi como único animal de trabalho e da muar e do burro em concorrência com ele (ou mesmo em dominância) a persistência, através de uma população densa e isolada pelo relevo e pelo impraticável dos caminhos, que encontrou na castanha a base alimentar, de arcaísmos que ascendem à pré-história e a difusão precoce, através de plaios transitáveis, de elementos das civilizações superiores da bacia do Mediterrâneo (“A civilização do barro no Sul de Portugal (Aspectos e sugestões)”, *Geografia e Civilização. Temas portugueses*, Lisboa, 1992, p. 31). Deixou a mesma ideia explanada em outros textos como, por exemplo, “A planície em Portugal”, *cit.*, pp. 232-234.

¹³ Foi ainda Orlando Ribeiro, que tão bem conheceu, como geógrafo, aquela região, que no-lo deixou dito em várias ocasiões. Por exemplo: *Le Portugal Central (Livret-guide de l'excursion)*, reimp., Lisboa, 1982, pp. 60-61; “Sur la morphologie de la Basse Beira”, *cit.*, pp. 172-173; “Beira Baixa”, *cit.*, p. 630.

¹⁴ Exemplo paradigmático é a oliveira que, nascida do zambujeiro mediterrânico, partiu à conquista de outras paragens bem menos propícias ao seu desenvolvimento. Adiante voltarei a este assunto.

I. As árvores mais destacadas

1. Uma cultura em expansão: a oliveira

A oliveira é, sem dúvida, a árvore mais destacada na região, ao menos de acordo com os textos que suportam esta análise¹⁵.

A oliveira, por intermédio da sua variante silvestre – o zambujeiro – é uma das poucas plantas autóctones do Mediterrâneo¹⁶, sem dúvida, aquela que maior projecção obteve, tendo-se transformado na única cultura de importância mundial que esta zona do globo ofereceu¹⁷. Adaptando-se com facilidade a todos os solos, embora prefira os terrenos calcários, é o clima que lhe coloca os maiores obstáculos: teme as temperaturas muito baixas e as geadas, prefere as encostas ensolaradas e o Verão mediterrânico, sem medo à prolongada *secura*, dado que as suas profundas raízes podem procurar a humidade necessária bem longe no sub-solo¹⁸. Assim, o seu cultivo foi-se estendendo, em alguns casos até “al limite dell’ impossibile”, nas palavras de Antonio Ivan Pini¹⁹. Com efeito, o seu principal produto, para além de ser incomparável como gordura alimentar de excelência que, na verdade, continua a ser, era usado ainda para numerosos outros fins: a iluminação; o fabrico de tintas, sabões, perfumes; os preparados medicinais; os artesanatos do couro e da lã; diversas cerimónias litúrgicas, em vários pontos do seu desenrolar²⁰. Em casa do camponês pobre, como até épocas bem próximas de nós, uma fatia de pão acompanhada de algumas azeitonas curtidas, podia ser uma refeição muito aceitável. Assim, a oliveira foi-se espalhando sobre os campos,

¹⁵ Veja-se o mapa 1 deste ensaio, onde o que acabo de dizer resulta bem claro, sobretudo se for comparado com todos os outros que o acompanham.

¹⁶ Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, p. 10.

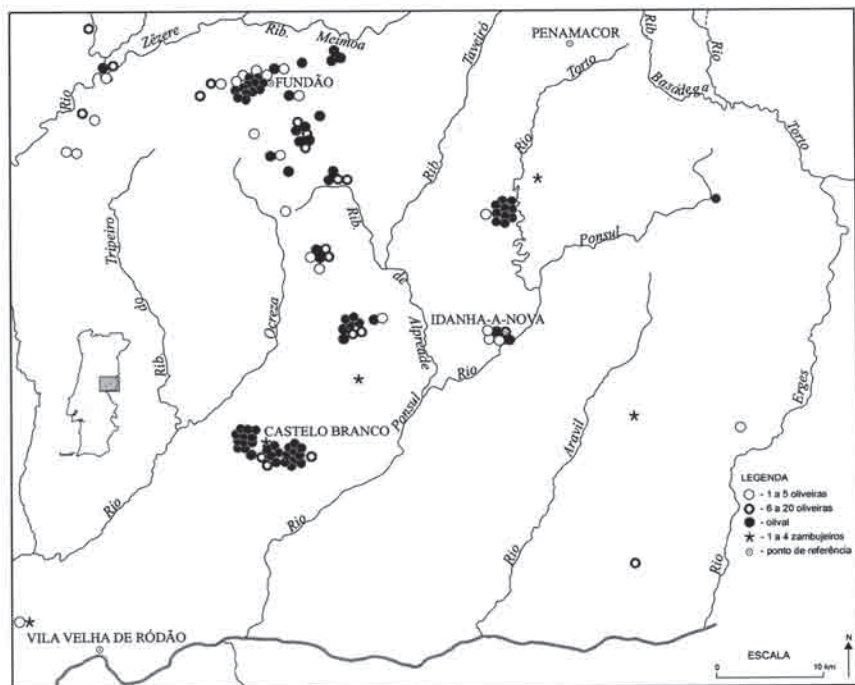
¹⁷ *Ib.*, p. 19.

¹⁸ Vejam-se, por exemplo: Roger Grand e Raymond Delatouche, *L’agriculture au Moyen Âge. De la fin de l’Empire Roman au XVI^e siècle*, vol. II, de *L’agriculture à travers les âges*, dirig. por Émile Savoy, Paris, 1950, p. 367; Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, pp. 19, 75; id., *Le Portugal central*, p. 88; id., “Sur quelques traits de la campagne portugaise”, *Opúsculos geográficos*, vol. IV, *O mundo rural*, Lisboa, 1991, pp. 17-18; id., “Significado ecológico, expansão e declínio da oliveira em Portugal”, *ib.*, pp. 87-89; id., “A vida rural”, *Geografia de Portugal*, por Orlando Ribeiro e Hermann Lautensach, org., coment. e actualização de Suzanne Daveau, vol. IV, *A vida económica e social*, Lisboa, 1991, p. 1009.

¹⁹ “L’azienda agraria del monasterio di S. Procolo alla fine del Duecento”, *Campagne bolognesi. Le radici agrarie di una metropoli medievale*, Florença, 1993, p. 131.

²⁰ Por exemplo: A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, vol. IV de *Nova História de Portugal*, dirig. pelo mesmo e Joel Serrão, Lisboa, 1987, p. 99; María Martínez Martínez, *La cultura del aceite en Murcia (siglos XIII- XV)*, Múrcia, 1995, pp. 38, 67-68; Manuel Sílvio Alves Conde, *Uma paisagem humanizada. O Médio Tejo nos finais da Idade Média*, vol. I, Cascais, 2000, p. 203; Antonio Ivan Pini, “L’azienda agraria del monasterio di S. Procolo alla fine del Duecento”, cit., p. 130; Ferran Garcia-Oliver, “Els cultius”, *Historia agrària de los paisos catalans*, dirig. por Emili Giral i Raventós, vol. 2, *Edat Mitjana*, coord., por Joseph M. Salrach, Barcelona, 2004, p. 311.

enraizando-se cada vez mais longe do seu habitat de eleição, ganhando terreno em altura²¹.



Mapa 1 – A oliveira

No dealbar do século XVI e na órbita dos interesses da Ordem de Cristo, o olival apresentava-se já bem implantado na região em análise. Chegava-se às povoações, grandes vilas ou pequenas aldeias, como era de regra um pouco por todo o lado²², mas centrava-se melhor em alguns pontos concretos: nas imediações

²¹ Sobre estes ganhos de espaço que a oliveira foi alcançando no nosso País, é interessante ver-se o ensaio de Orlando Ribeiro, “Aux confins du domaine méditerranéen. L’olivier dans le Nord-Ouest du Portugal”, *Opúsculos geográficos*, vol. IV, *O mundo rural*, Lisboa, 1991, pp. 171-181.

²² Vejam-se, relativamente ao nosso País, entre outros: R. Larcher Marçal, “L’olivier et les huiles d’olive”, *Le Portugal au point de vue agricole*, dirig. por B. C. Cincinnato da Costa e D. Luís de Castro, Lisboa, 1900, pp. 242-243; Gérard Pradalié, “Occupation du sol et cultures autour de Coïmbre au XII^e siècle”, *Actas de las I Jornadas de metodología aplicada de las ciencias históricas*, vol. II, *Historia medieval*, Santiago de Compostela, 1975, pp. 84, 87; Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos fins da Idade Média (Estudo de história rural)*, vol. I, Coimbra, 1983, pp. 172-173; Iria Gonçalves, *O Património do mosteiro de Alcobaca nos séculos XIV e XV*, Lisboa, 1989, pp. 87-88; id., “Traços da paisagem rural

de Castelo Branco, onde formava já extensos olivais, a lindar, muitas vezes, uns com os outros²³; à volta dos Escalos de Cima²⁴, de Proença-a-Velha²⁵ e, mais a Norte, já a morder o sopé da Gardunha, a rodear dois pequenos povoados: Aldeia Nova do Cabo e Aldeia de Joanes²⁶. Mais esparsos mas ainda com tendência para a concentração, em pequenos grupos e por intermédio de indivíduos isolados, mais se espalhava a oliveira, a ocupar, até, algumas das minúsculas terras ribeirinhas que o Zêzere, no seu curso médio, mal permite que se formem. Lá para os lados do Ourondo²⁷. Entre o Ponsul e o Erges, na charneca ressequida e queimada pelo sol, é que esta, como todas as demais culturas, escasseava. A presença de zambujeiros, numa afirmação clara da adequação da planta ao clima, não foi muito hábil a encorajar os agricultores. Só coladas à habitação, em jeito de cultura mimosa ou ainda não bem experimentada, à volta das pequenas vilas fronteiriças – Rosmaninhal, Segura, Penha Garcia²⁸ – foi possível vislumbrar uma ou outra oliveira²⁹.

Se era comum encontrar, dispersa pelos campos periféricos aos aglomerados populacionais ou mesmo à habitação solitária, a árvore isolada ou em muito pequenos grupos, era sobretudo o olival, a sugerir uma formação mais ou menos compacta e estreme, que, de acordo com os textos em análise, povoava aquelas terras. Mas tal realidade está longe de ser uniforme. Em primeiro lugar pela grandeza das formações. Naturalmente, na maior parte dos casos, não a conhecemos. Se os cavaleiros de Cristo, como proprietários cuidadosos que eram e nada interessados na erosão dos seus bens, fizeram questão, em muitos casos, de deixar registado o número de pés que compunha os seus olivais, esse cuidado não foi exaustivo e,

nas terras de Alcobça (séculos XIV-XV)”, *Tarouca e Cister. Espaço, espírito e poder. Actas*, Setembro, 2002, Tarouca, 2004, pp. 376-379; Saul António Gomes, *O mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV*, Coimbra, 1990, p. 213; Maria Filomena Andrade, *O mosteiro de Chelas. Uma comunidade feminina na Baixa Idade Média. Património e gestão*, Cascais, 1996, pp. 60-61; Maria de Fátima Botão, *Poder e influência de uma igreja medieval. A colegiada de Santa Maria de Alcáçova de Santarém*, Cascais, 1998, p. 39; Manuel Silvío Alves Conde, “Subsídios para o estudo dos leprosos no Portugal medieval. A gafaria de Santarém nos séculos XIII-XV”, *Horizontes do Portugal medieval. Estudos históricos*, Cascais, 1999, p. 368; id., *Uma paisagem humanizada*, vol. I, pp. 204-207; Mário Viana, “A propriedade do concelho de Santarém em 1500”, *Arquipélago. História*, 2ª s., vol. IV, nº 2, 2000, p. 569; Joaquim Bastos Serra, *A colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa nos finais da Idade Média: os homens e a gestão da riqueza patrimonial*, Cascais, 2003, p. 107.

²³ Adiante me referirei ao assunto.

²⁴ Freguesia, actualmente, do concelho de Castelo Branco.

²⁵ Proença-a-Velha já foi uma das antigas vilas da Ordem de Cristo. Encontra-se agora integrada no concelho de Idanha-a-Nova.

²⁶ Freguesias do actual concelho do Fundão.

²⁷ Actualmente faz parte do concelho da Covilhã.

²⁸ Estas pequenas vilas, na altura cabeças de outras tantas comendas da Milícia de Cristo, são hoje aldeias que integram o concelho de Idanha-a-Nova.

²⁹ Cf. mapa 1.

principalmente, a notícia de muitos desses arvoredos chegou-nos apenas porque as suas lindes tocavam as terras da Ordem³⁰. Ficou-nos deles, tão somente, uma imagem difusa, a compor o pano de fundo da realidade que se quis mostrar. Imagem que, no entanto, é importante para um melhor conhecimento do espaço.

Sobejaram, todavia, informações concretas em número suficiente para nos apercebermos do amplo leque de possibilidades que a palavra “olival” podia comportar, a estender-se entre uma formação nos Escalos de Cima, com dezoito oliveiras³¹ e “hũ grande olival que se chama da porta do ouro em que haa iij^r xxbij oliveiras”, em Castelo Branco³². Entre um e outro destes valores muitas hipóteses foram possíveis, a maior parte delas chegadas à base da escala³³.

Por outro lado, na realidade “olival” não cabia apenas a cultura estreme da oliveira, se é que cabia, mesmo, em casos suficientemente numerosos para se tornarem significativos. A recorrente menção a “terra com oliveiras”, “chão com oliveiras”, ou simplesmente “oliveiras”³⁴, obriga-nos a pensar numa formação mais ou menos esparsa e onde o seu terreno de implantação com dificuldade se pode pensar improdutivo para lá delas. Além disso, referências a vinha com olival ou olival com vinha, não são de todo singulares, nesta como em outra documentação portuguesa ou, mais latamente, mediterrânica³⁵, e a cultura de árvores de fruta, em especial figueiras, o compor o olival, foi-nos dada a conhecer, com alguma insistência, nos textos em análise³⁶. É este, porém, um assunto de importância, a que, adiante, voltarei.

O olival era entre nós, desde há tempo³⁷, uma cultura em expan-

³⁰ Como exemplo poderei indicar a granja de Sob-o-Castelo, junto a Castelo Branco, que, ao longo do percurso dos seus extensos limites, lindava com onze olivais que nos foram individualmente mostrados e ainda com vários outros, apenas sugeridos de maneira tão difusa, que fogem à nossa apreensão (A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 305, fl. 19-19 v.º).

³¹ *Ib.*, fl. 44; liv. 306, fl. 21.

³² *Ib.*, liv. 305, fl. 19 v.º.

³³ Foram-nos, na verdade, revelados valores muito díspares. Vejam-se, por exemplo: *ib.*, liv. 304, fl. 17, 24, 64, 94 v.º; liv. 306, fl. 11.

³⁴ Veja-se a documentação que tenho estado a citar e onde os exemplos são bastante numerosos.

³⁵ Adiante voltarei a este assunto.

³⁶ Por exemplo: A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 304, fl. 64, 64 v.º, 94, 94 v.º; liv. 306, fl. 11.

³⁷ A expansão da oliveira não vinha, por certo, na região, de data muito recuada, vista a pouca incidência da oliveira como referente toponímico, detectada nas mesmas fontes que servem de base à minha análise. Veja-se Gilberto Coralejo Moiteiro, “Paisagens históricas”, cit., mapa II.

Na toponímia actual, a oliveira é praticamente desconhecida na região. Não assim a planta silvestre, que deu origem a Azambujeiro (concelhos de Penamacor e Idanha-a-Nova) e Arraial do Zambujo e Monte do Zambujo (concelho de Idanha-a-Nova). Encontra-se também representado na toponímia de início de Quinhentos: Gilberto Coralejo Moiteiro, *ob. cit.*, mapa I.

Na pesquisa toponímica actual, tanto no que se refere a este topónimo como a todos os outros, não fiz uma investigação profunda, que se me afigurou descabida. Limitei-me a utilizar a *Carta Geográfica de Portugal*, do Instituto Geográfico e Cadastral, escala 1:100.000, folhas 20, 21, 24, 25, 28 e 29; escala

são³⁸, também aqui, nesta Beira meridional, onde os textos em análise são pródigos a comprová-lo. As referências a olival novo³⁹, a oliveiras novas⁴⁰, algumas ainda pequenas⁴¹, espalham-se por toda a parte. Eventualmente, fruto da obrigatoriedade, para o foreiro da Ordem, do enraizamento de uns quantos pés⁴². Muitas árvores, aliás, foram plantadas por toda a Europa, fruto deste investimento do senhor, a ser realizado pelo camponês.

Numa região onde o azambujeiro é planta autóctone, devia, sempre que possível, ser ele utilizado como cavalo de enxertia para as variedades cultivares. É, sem dúvida, nesse sentido, que podemos interpretar a expressão “bons azambujeiros”, referida a algumas plantas nascidas na granja do Marmelar, termo de Vila Velha de Ródão, e junto dos quais já se encontravam três oliveiras⁴³. Assim se fazem os melhores e mais resistentes olivais⁴⁴, capazes de uma quase impensável longevidade⁴⁵, embora a crescerem dispersos, ao sabor do acaso que ditara o local de nascença da primitiva planta. Mas em toda a região e de uma maneira especial no seu Noroeste, na aproximação da Gardunha e vale do Zêzere, de onde o zambujeiro começa a ser expulso pelo clima, a expansão – ou renovação – do olival fazia-se, como se fez durante séculos, por estacas produzidas pelas mesmas cultivares, de preferência oliveiras já velhas⁴⁶. Plantadas em viveiros até à criação de raízes, podiam depois, a seu tempo, ser transplantadas para o local escolhido. Era técnica, esta, melhor controlada pelo camponês e por isso usada em todo o

1:50.000, as mesmas folhas, nos seus desdobramentos A, B, C e D. Utilizei ainda Américo Costa, *Dicionário chorographico de Portugal continental e insular*, vol. I-XII, Porto, 1929-1949.

³⁸ Sobre este assunto, vejam-se: A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, p. 99; Maria Rosa Ferreira Marreiros, “Os proventos da terra e do mar”, *Nova História de Portugal*, dirig. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III, *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325). Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, coord. por Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Lisboa, 1996, p. 416; Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, “A produção agro-pecuária”, *ib.*, vol. V, *Portugal do Renascimento à crise dinástica*, coord. por João José Alves Dias, Lisboa, 1998, pp. 174-175. Vejam-se também, como exemplos concretos: Maria de Fátima Botão, *Poder e influência de uma igreja medieval*, pp. 46-47 e Joaquim Bastos Serra, *A colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, pp. 106-107.

³⁹ A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 304, fl. 94 v.º; liv. 305, fl. 44; liv. 306, fl. 21.

⁴⁰ *Ib.*, liv. 304, fl. 9, 36 v.º; liv. 305, fl. 39 v.º, 41; liv. 306, fl. 21 v.º, 22 v.º.

⁴¹ *Ib.*, liv. 304, fl. 36 v.º, 94 v.º.

⁴² De acordo com o seu contrato e no prazo de cinco anos a partir dele, o foreiro da granja de Monte Esfólado, no limite do Fundão, devia dar “presas” quarenta oliveiras (*ib.*, liv. 304, fl. 57 v.º).

⁴³ *Ib.*, liv. 306, fl. 71 v.º.

⁴⁴ Manuel Dias Baptista, “Ensaio de uma descrição física e económica de Coimbra, e seus arredores”, *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal e suas conquistas (1789-1815)*, t. I, pref. por M. Jacinto Nunes, int. e dir. de José Luís Cardoso, Lisboa, 1990, p. 214.

⁴⁵ Orlando Ribeiro fala-nos dessa longevidade, a contar-se por milénios – uma eternidade! Veja-se deste autor, “Significado ecológico, expansão e declínio da oliveira em Portugal”, *cit.*, p. 88.

⁴⁶ Manuel Dias Baptista, “Ensaio de uma descrição”, *cit.*, p. 213.

lado, tanto nos Escalhos⁴⁷, onde a variedade silvestre podia nascer-lhes ao pé⁴⁸, como em Bogas⁴⁹, no vale do Zêzere⁵⁰, ou em Aldeia Nova, junto ao Fundão⁵¹, onde, de outro modo, seria difícil produzir a oliveira. Embora originando olivais muitíssimo menos duráveis, as vantagens podiam aconselhar, ou mesmo impor esta técnica, na renovação da cultura.

2. Uma mata de frutos de eleição: o souto

Na encosta da Gardunha e um pouco também no vale do Zêzere, dominava o castanheiro, como árvore isolada ou em pequenos grupos de dimensão variada, mas, sobretudo, formando soutos. Aqueles eram cultivados como árvore de pomar; estes, os mais deles, pequenos e muito numerosos, eram-no de igual modo; alguns, embora com a dominância do castanheiro, repartiam o seu espaço com outras espécies, como o carvalho negral⁵², o ulmeiro⁵³, o amieiro⁵⁴, o freixo⁵⁵, o teixo⁵⁶ e outras árvores e com diversas plantas do sub-bosque, de que nos deixaram notícia a silva⁵⁷ e o feto⁵⁸, sobre todas as outras⁵⁹. Preferindo os terrenos graníticos, mas

⁴⁷ A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 305, fl. 39-39 v.º; liv. 306, fl. 21.

⁴⁸ Veja-se o mapa 1 que acompanha este ensaio.

⁴⁹ Bogas era, na altura, um casal em que viviam dois moradores, pai e filho. É, actualmente, uma freguesia do concelho do Fundão.

⁵⁰ A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 304, fl. 52.

⁵¹ Aldeia Nova do Cabo, actualmente uma freguesia do concelho do Fundão. Aqui foram chamados chantões e não estacas, como nos lugares acima indicados. *Ib.*, liv. 309, fl. 99 v.º.

⁵² Cf. mapa 3. Adiante voltarei a referir-me a esta planta.

⁵³ A única referência que me foi dado encontrar ao ulmeiro é de carácter toponímico e corresponde a um micro-topónimo de Aldeia de Joanes, concelho do Fundão, sob a forma Ulmeirinho.

⁵⁴ A documentação em estudo referencia alguns amieiros, todos neste espaço que o castanheiro domina: no Ourondo e ao longo da ribeira de Ximassa, junto ao Zêzere (A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 304, fl. 45, 51, 51 v.º) e em Aldeia de Joanes (*ib.*, liv. 309, fl. 102). Recolheu-o também a toponímia histórica (Gilberto Coralejo Moiteiro, “*Paisagens históricas*”, cit., mapa I).

⁵⁵ O freixo encontra-se um pouco por toda a região e não apenas junto à Gardunha: *ib.*, liv. 304, fl. 6-6 v.º, 68-68 v.º, 112-112 v.º; liv. 305, fl. 18; liv. 306, fl. 73; liv. 309, fl. 102. Na toponímia actual encontra-se espalhado por todo o espaço em análise. Recolhi um total de quinze topónimos relacionados com esta árvore, entre os quais dois hidrotopónimos: Freixo e Freixinho, este, afluente do primeiro que, por sua vez, desagua no Aravil.

⁵⁶ Naturalmente é apenas como topónimo que a silva figura na documentação. Mas essa fonte sugere largos povoamentos junto ao Zêzere (Gilberto Coralejo Moiteiro, “*Paisagens históricas*”, cit., mapa IV). Sob as formas Silva, Silvaes, Silveira, Silveirinha, Silveirinhos, concentra-se, actualmente, no mesmo espaço, embora possa surgir também para Leste, nos concelhos de Castelo Branco e Idanha-a-Nova.

⁵⁷ Só a toponímia actual atesta a presença do teixo na região: Lomba do Teixoeiro (Castelo Branco), Teixoso (Covilhã).

⁵⁸ Atestado também por uma toponímia dispersa: Feital (Fundão), Feiteiras (Castelo Branco), Vale Feitoso (Idanha-a-Nova).

⁵⁹ Sobre as plantas que compõem esta associação climática, vejam-se: Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, p. 113; id., “O manto vegetal”, cit., p. 577; Hermann Lautensach, “A cobertura vegetal”, cit., p. 558; Nicole Devy-Vareta, “As matas medievais e a “Coutada Velha” do rei”, cit., p. 48; id., “Problèmes de la forêt au Portugal”, *Revue géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, t. 51, fasc. 3, 1982,

mais ainda os siliciosos, assim como o clima temperado e húmido, sobe aqui, na Gardunha e noutros lugares mais a Norte, aos 1.100 m⁶⁰.

O castanheiro era, para o camponês da Idade Média, uma benção sem igual; para o grande proprietário, uma fonte de receita inestimável. Para lá da riqueza das suas madeiras, contadas entre as mais preciosas das nossas matas, era, no entanto, pelos frutos, que o castanheiro se tornava singular, na medida em que a castanha se posicionava como um excelente substituto do pão, ao menos durante as crises cerealíferas em que a Idade Média foi tão pródiga⁶¹. É sabido como a castanha permite diversas formas de consumo, tanto em verde como depois de secagem, algumas das quais estão bem documentadas entre nós⁶². Sabemos que se comiam cozidas e assadas e que a camponesa, passada a época da colheita, tinha o cuidado de as secar no caniço⁶³ da sua cozinha, de as descascar para mais fácil armazenamento, e, assim preparadas, as podia ir consumindo durante todo o ano. Sabemos que a castanha podia ser farinada para com ela se confeccionar pão e outras receitas culinárias⁶⁴. Árvore incomparável, esta, na alimentação humana⁶⁵.

p. 352; Raquel Socero de Brito e Henrique Souto, “O clima e as suas influências”, cit., p. 65; Francisco Caldeira Cabral e Gonçalo Ribeiro Telles, *A árvore em Portugal*, Lisboa, 1999, p. 42.

⁶⁰ Hermann Lautensach, “A utilização do solo”, *Geografia de Portugal*, pelo mesmo e Orlando Ribeiro, org., coment. e atualização de Suzanne Daveau, vol. IV, *A vida económica e social*, Lisboa, 1991, p. 955.

⁶¹ Vejam-se, por exemplo: Joaquim Pedro Fragoso de Sequeira, “Memória acerca da cultura, e utilidade dos castanheiros na comarca de Portalegre”, *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal e suas conquistas (1789-1815)*, t. II, dir. por José Luís Cardoso, Lisboa, 1991, sobretudo pp. 242-243; Orlando Ribeiro, “Relance da evolução da agricultura”, *Opúsculos geográficos*, vol. IV, *O mundo rural*, Lisboa, 1991, p. 35; id., “O fim dos arcaísmos”, *ib.*, p. 60.

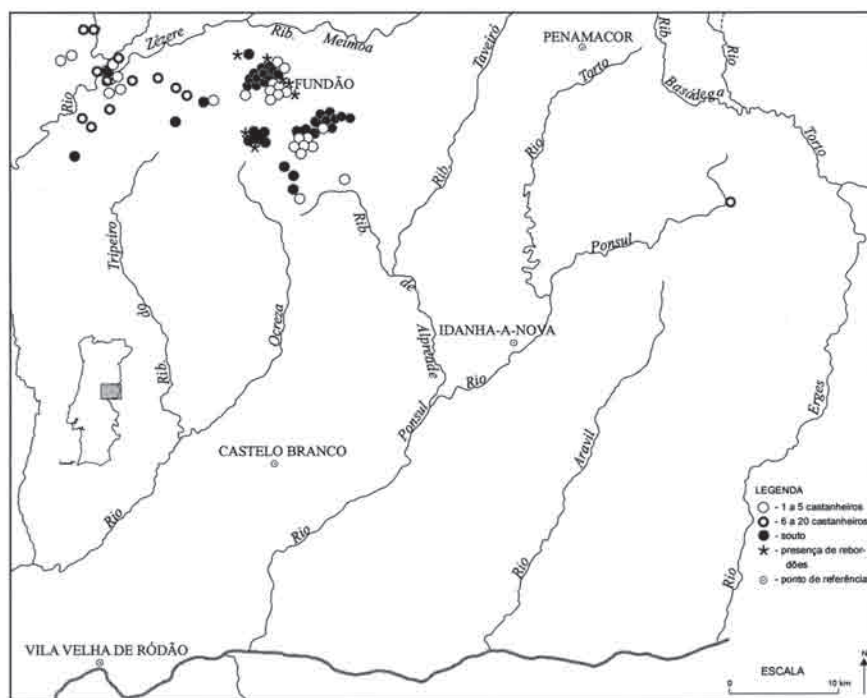
⁶² Veja-se o que deixei dito em “A árvore na paisagem rural do Entre Douro e Minho. O testemunho das inquirições de 1258”, *2º Congresso histórico de Guimarães. Actas do congresso*, vol. 6, *História local, I Idade Média, séculos XIII-XV. Época Contemporânea*, Guimarães, 1996, pp. 9-10.

⁶³ Manuel Sílvio Alves Conde, em estudo que realizou sobre uma região muito próxima da que, de momento, me ocupa, encontrou documentação com referência a castanheiros caniçais, talvez, como ele próprio aventa, produzindo castanhas particularmente adaptadas a serem piladas no caniço (*Uma paisagem humanizada*, vol. I, p. 233).

⁶⁴ Em vários pontos da Europa, para épocas próximas da que aqui está em causa, ficou documentada a técnica de confecção de pão com farinha de castanha. Vejam-se, por exemplo: Réjane Brondy, *Chambéry. Histoire d'une capitale vers 1350-1560*, Lyon, 1988, p. 107; Giovanni Cherubini, “Risorse, paesaggio ed utilizzazione agricola del territorio della Toscana sud-occidentale nei secoli XIV-XV”, *Scritti Toscani. L'urbanesimo medievale e la mezzadria*, Florença, 1991, p. 231.

Entre nós, tanto quanto pude saber, esta forma de consumo, a ser conhecida, não se encontrava generalizada. Escrevendo em época muito posterior – princípio do século XIX – Joaquim Pedro Fragoso de Sequeira diz que não há entre nós o hábito de panificar a castanha, mas que isso é possível, tanto em verde, cozida e depois amassada, como pilada e moída, em cru ou após cozedura; juntando-lhe um terço de farinha de trigo, ou utilizando a castanha estreme. Diz-nos que a farinha se pode conservar por longo tempo e que com ela se fazem papas muito nutritivas (“Memória acerca da cultura, e utilidade dos castanheiros”, cit., p. 243). Uma grande variedade de hipóteses culinárias, na verdade.

⁶⁵ Sobre a importância do castanheiro, continua a ser muito interessante o trabalho de Giovanni



Mapa 2 – O castanheiro

Na área em estudo, o castanheiro ocupou apenas um espaço muito restrito, mas aí a sua presença revelou-se incontornável⁶⁶. Concentrado em soutos ou agrupado com fruteiras e oliveiras era, como elas, cultivado em qualquer canto do agro⁶⁷ e a sua enxertia está aqui bem documentada. Essa técnica era levada para os mesmos soutos, onde vemos castanheiros bravos e mansos coexistirem lado a lado, mas, por certo, aqueles tendiam sempre a diminuir de número em proveito destes, à medida que a enxertia avançava⁶⁸.

Vários dos soutos que a documentação nos mostrou, pequenos soutos de vinte, quarenta, cinquenta castanheiros, podiam, mesmo, ter sido semeados em local

Cherubini, “La “civiltà” del castagno in Italia alla fine del Medioevo”, *Archeologia Medievale*, vol. VIII, 1981, pp. 247-280. Sobre o grande consumo da castanha pode ver-se Emmanuel Le Roy Ladurie, *Les paysans de Languedoc*, [Paris], 1969, p. 74.

⁶⁶ Cf. mapa 2.

⁶⁷ Adiante voltarei a referir-me a este assunto.

⁶⁸ Poderei indicar, como exemplos, dois soutos em Alpedrinha (freguesia do actual concelho do Fundão), num dos quais havia três enxertos e alguns reboleiros (A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 304, fl. 16) e no outro vinte e seis castanheiros de enxerto e três bravios (*Ib.*, fl. 15 v.º).

previamente escolhido, para mais tarde, talvez ao terem atingido os dez anos⁶⁹, serem enxertados na esperança de uma futura boa colheita⁷⁰.

Uns e outros – bravos e mansos – eram contados e o seu número registado para futura memória. Interessavam todos, mesmos os reboleiros que, para lá da sua excelente madeira, podiam sempre transformar-se em mais uma árvore de bom fruto. Por vezes deixavam-se mesmo anotadas algumas características mais ou menos singulares: aqui, era um “castanheiro gordo”⁷¹, ou outro de “hũu pee muy grosso”⁷²; ali, eram “dous grandes castanheiros”⁷³; acolá, um singular espécime “que tem oito braços em hũu pee”⁷⁴.

Além dos reboleiros, que os textos muito claramente distinguem da árvore mansa, fala-se em castanheiros rebordões e longais⁷⁵ que, de acordo com a terminologia ainda usada na região, se apresentam ambos como frutíferos, distinguindo-se apenas pela aparência – e qualidade – da respectiva castanha⁷⁶. Uns e outros, no entanto, eram bem estimados em todo o lado onde podiam vingar e se o camponês os desejava ao pé da porta ou nas suas imediações⁷⁷, levava-os também junto à ermida da sua devoção, à volta da qual os plantava, a sombrear o recinto⁷⁸.

3. Os carvalhos e o montado

Na superfície de Castelo Branco, de uma maneira especial entre o Ponsul e o Erges, a árvore apenas salpicava os campos, isolada as mais das vezes e só esporadicamente se adensava em pequenas matas. Eram sobreiros e azinheiras, as árvores típicas do montado alentejano, que aqui se anunciava. Um pouco ao acaso,

⁶⁹ Joaquim Pedro Fragoso de Sequeira, “Memória acerca da cultura, e utilidade dos castanheiros”, cit., p. 218.

⁷⁰ Roger Grand e Raymond Delatouche falam também na sementeira de castanheiros, em viveiros, para futuro transplante (*L'agriculture au Moyen Âge*, p. 311).

⁷¹ A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 304, fl. 35.

⁷² *Ib.*, fl. 18 v.º.

⁷³ *Ib.*, fl. 3 v.º.

⁷⁴ *Ib.*, liv. 309, fl. 94.

⁷⁵ Rebordões: *ib.*, liv. 309, fl. 96, 103 v.º, 105, 105 v.º, longais, *ib.*, fl. 105 v.º. Todas estas informações respeitam aos bens que a Ordem tinha em Aldeia de Joanes (Fundão) e pertencentes à comenda de Marmeleiro da Beira.

⁷⁶ Tanto quanto sei, as castanhas longais – as melhores – distinguem-se por uma textura mais suave e por uma forma mais alongada.

⁷⁷ Veja-se, a título de exemplo: A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 304, fl. 42 v.º; liv. 309, fl. 105. Mas podia aproximar-se também do seu moinho (*ib.*, liv. 304, fl. 3 v.º, 47 v.º) e até do curral do seu gado (*ib.*, fl. 54 v.º).

Aliás, a preocupação das populações em rodear-se de castanheiros, como prevenção contra as fomes, chegou, no Norte, até quase aos nossos dias, mesmo após a moléstia da tinta ter dizimado os soutos, já em finais do século XIX (Orlando Ribeiro, “Relance da evolução da agricultura”, cit., p. 60).

⁷⁸ Nas imediações de Castelo Novo havia uma ermida de invocação de Nossa Senhora, tendo à volta um pequeno circuito cerrado onde vegetavam diversos castanheiros (A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 304, fl. 4).

numerosos do que a documentação deixa adivinhar. Uma toponímia rica, com o acento colocado sobre a mata⁸³, denuncia, precisamente, isso.

Para Ocidente alguns carvalhos, por certo o carvalho negral na aproximação da Gardunha, talvez, mais para Sul e Leste, o carvalho cerquinho, a marcar a transição entre as caducifólias das matas do Norte e as perenifólias mediterrâneas, com a sua folhagem marcescente, a cair pouco antes da rebentação. Também, sem dúvida, muito mais numerosos do que a documentação deixa perceber, considerando a insistência com que contribuíram para o enriquecimento da toponímia local⁸⁴.

A Leste, nas terras mais secas, junto a Castela, a azinheira, sempre isolada nas poucas vezes em que os textos no-la apresentaram⁸⁵, mas, por certo, em alguns pontos ela formaria pequenos grupos esparsos⁸⁶, ou entraria, como dominante, em formações mais vastas⁸⁷.

Cantonado o castanheiro na área que lhe é própria, eram estas as essências florestais que dividiam entre si quase toda a região em estudo. Essências ricas pelas suas madeiras⁸⁸, pelos seus frutos, com destaque para a bolota da azinheira, tão nutritiva para o gado e podendo, até, entrar na alimentação dos homens⁸⁹;

⁸³ Embora a toponímia da época em estudo se tivesse mostrado muito pobre (veja-se Gilberto Coralejo Moiteiro, “Paisagens históricas”, cit., mapa I), os nomes possíveis de conhecer actualmente mostraram-se numerosos, sob a forma Sobral (também Sobral do Campo, Sobral Fernando, Sobral de Casegas, Fonte Sobral, Vale de Sobral) e ainda Sobrainho, Sobreiral. Assim também Sobreira, Sobreiras, Sobreiro. Dezasseeis topónimos que pude encontrar no espaço em estudo.

⁸⁴ A documentação conservou-nos alguns vestígios toponímicos do carvalho na região em estudo, com a excepção do Leste, entre o Ponsul e a fronteira (Gilberto Coralejo Moiteiro, “Paisagens históricas”, cit., mapa I). Mas é na onomástica actualmente em uso que, seguindo embora o mesmo critério geográfico, ela mostra toda a sua exuberância. Sob a forma Carvalhal, a mais comum, mas também Carvalhais, Carvalheira, Carvalheiras, Carvalho e Carvalhas, contei dezassete nominativos, a indiciar um importante manto vegetal, onde o carvalho estaria suficientemente destacado para motivar a sua escolha como designativo.

⁸⁵ Cf. mapa 3.

⁸⁶ Orlando Ribeiro, um geógrafo que tão bem conheceu as realidades campesinas desta região, falamos, em vários dos seus trabalhos, da cobertura vegetal da Beira Baixa, onde a árvore se insere a formar o montado, uma mata rala e irregular sobre os campos, cultivados ou não. A irregularidade provém-lhe do crescimento espontâneo das árvores, que o agricultor conserva no seu lugar de nascimento, preferindo entortar os regos do arado a arrancá-la, dado o acréscimo de rendimento que ela traz às suas terras pobres (veja-se, entre outros trabalhos deste autor: “O campo e a árvore em Portugal”, cit., pp. 74-79; “O manto vegetal”, cit., pp. 583-584; *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, p. 59).

⁸⁷ Assim no-lo dizem vários nomes de lugar sob a forma Azinhal ou Azinhalzinho (cinco), embora a árvore isolada, a proporcionar Azinha, Azinheira, Azinheiro, se lhe possa comparar em número de ocorrências.

⁸⁸ Que Nicole Devy-Vareta classifica de nobres (“Do declínio das matas medievais à política florestal do Renascimento”, cit., pp. 8-9).

⁸⁹ Destas três essências, Joaquim Pedro Fragoso de Sequeira considera o azinho, embora a mais vagarosa no crescimento, aquela que produz melhores madeiras (mais sólidas, diz) e que está menos sujeita a enfermidades. Quanto aos frutos, considera-os também como os melhores, não só porque podem servir de alimento humano, mas sobretudo para o gado, em especial para a engorda dos porcos. Hierarquizando em seguida os das outras árvores, coloca em segundo lugar os do sobreiro e por último os do carvalho.

pela sua rama⁹⁰, passível de tantas utilizações; pela riqueza ímpar que a casca do sobreiro representa.

Como paisagem típica que é do Mediterrâneo, esta mata rala teria um sub-bosque muito rico, de que, se o arbustivo ainda nos é conhecido por intermédio de algumas das suas espécies de maior porte - carrasco⁹¹, medronheiro⁹², até a figueira baforeira⁹³, para não falar no zambujeiro, já atrás referido – as espécies de menor porte – tantas das plantas aromáticas que a charneca deu à culinária, à farmacopeia, à perfumaria – ficaram de todo arredadas dos textos em análise. Mas elas estavam presentes, a fornecer o pasto necessário às abelhas⁹⁴, a prover de mato o agricultor, a suscitar, pela exuberância das suas formações, pela intensidade do seu aroma, ou – quem sabe – por um olhar mais atento que nelas se demorou, a fixação de um topónimo. Por intermédio da murta, do rosmaninho, da urze⁹⁵. A representar todas elas.

Tem como bitola, no estabelecimento desta hierarquia, a eficácia de cada um destes frutos na engorda do gado porcino (“Memórias sobre as azinheiras, soveiros, e carvalhos da província do Alentejo, onde se trata a sua cultura, e usos, e dos melhoramentos, que no estado actual podem ter”, *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal e suas conquistas (1789-1815)*, t. II, dirig. por José Luís Cardoso, Lisboa, 1991, pp. 257-264). Sobre este pormenor veja-se também: Iria Gonçalves, “A árvore na paisagem rural do Entre Douro e Minho”, cit., p. 10.

⁹⁰ Embora para uma outra região, mas este mesmo período cronológico, pude, recentemente, através de várias contagens de sobreiros e carvalhos, em que foi possível distinguir as árvores landeiras das de rama, encontrar uma mata de frutos ocupando a percentagem de 23,9 %, mas onde, entre os carvalhos, dominavam os de fruto, estes, por sua vez, residuais entre os sobreiros (“Uma aldeia de finais da Idade Média, nas suas explorações agrícolas (Puços – comenda da Ordem de Cristo)”, *Revista Portuguesa de História*, t. XXXVI, *Homenagem aos Professores Luís Ferrand de Almeida e António de Oliveira*, vol. 1, 2002-2003, pp. 217-218). Aparentemente, o carvalho seria cultivado em função da madeira e das necessidades do gado – cama e alimento – e o sobreiro, sobretudo pela sua cortiça.

⁹¹ Em Medelim (A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 304, fl. 87) e Rosmaninhal (*ib.*, fl. 120 v.º), ambas as aldeias integrantes do concelho de Idanha-a-Velha. Presente na toponímia sob as formas Carrasco, Carrascal, Carrasqueira.

⁹² Em Alcains (Castelo Branco, *ib.*, liv. 305, fl. 4 v.º), usado na toponímia nas formas Medronhal, Medronheira, Ervedal e Ervedeira. Para o medronho, como para o carrasco, veja-se também Gilberto Coralejo Moiteiro, “Paisagens históricas”, cit., mapas I e IV, respectivamente.

⁹³ Em Cafede (Castelo Branco, A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 305, fl. 48) e na Idanha (*ib.*, liv. 304, fl. 131 v.º).

⁹⁴ Do que a documentação em análise deixou alguns traços. Veja-se, por exemplo, em Penamacor (*ib.*, liv. 304, fl. 25v.º). Veja-se também, para esta mesma região, Luís Filipe Oliveira, “O livro dos bens de Luís Mendes de Refóios em Sarzedas e Sobreira Formosa”, *Paisagens rurais e urbanas. Fontes, metodologias, problemáticas*, Actas das primeiras jornadas, coord. por Iria Gonçalves, Lisboa, 2005, pp. 175-177 e, mais largamente, para o Alentejo, Hermenegildo Nuno Goinhas Fernandes, *Organização do espaço e sistema social no Alentejo medieval. O caso de Beja*, dissert. polic., Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1991, pp. 65-66.

⁹⁵ Gilberto Coralejo Moiteiro, “Paisagens históricas”, cit., mapa IV.

II. A variedade das fruteiras

1. As frutas predominantes: figos e cerejas

A fruteira era e é, por assim dizer, omnipresente em todo o País. Representada já, na Idade Média, por uma grande variedade de espécies que vicejavam de Norte a Sul, uma delas pelo menos – a figueira, tão bem adaptada ao nosso clima que aqui se tornou espontânea, por intermédio da sua espécie silvestre – era quase sempre a dominante. A acompanhá-la nessa dominância têm sido encontradas diversas outras fruteiras.

Neste recanto da Beira Interior era também a figueira que mais interessava ao agricultor⁹⁶. Os seus frutos eram uma benção. Muito nutritivos, oferecendo-se, em verde, durante uma época que as castas já conhecidas prolongavam, era sobretudo pela facilidade com que se secava sob o sol escaldante da Beira, que eles eram apreciados. Em anos de fome de pão, onde as castanhas tinham dificuldade em chegar, eram as passas de figo que muitas vezes matavam a fome do camponês. Sabemos como em outras regiões do País, que não nesta, eles eram, inclusive, importante fonte de riqueza, representada por uma não despidianda exportação para o exterior⁹⁷. Por tudo isto as figueiras se plantavam por qualquer lado, se

⁹⁶ São já muitos os estudos que entre nós se têm realizado sobre estas matérias e a figueira tem surgido quase sempre como a fruteira mais destacada. Podem ver-se, entre outros: Iria Gonçalves, *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, pp. 93-94; id., “Uma paisagem medieval modelada pela Ordem de Cristo”, cit., p. 549; id., “Proença-a-Velha, inícios do século XVI: os bens e os direitos de uma comenda da Ordem de Cristo na Beira Interior”, *Ordens Militares. Guerra, religião, poder e cultura*, Actas do III Encontro sobre Ordens Militares, vol. 2, Lisboa, 1999, p. 34; Maria de Fátima Botão, *Silves, a capital de um reino medievo*, Silves, 1992, pp. 68-69; Maria João Violante Branco Marques da Silva, *Esgueira. A vida de uma aldeia do século XV*, Redondo, 1994, p. 114; Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média*, Lisboa, 1995, p. 264, id., “A produção agro-pecuária”, cit., p. 176; Maria do Rosário da Costa Bastos, *Santa Maria da Oliveira. Um domínio monástico do Entre-Douro-e-Minho em finais da Idade Média*, Vila Nova de Famalicão, 1996, p. 115; Mário Viana, *Os vinhedos medievais de Santarém*, Cascais, 1998, pp. 42-43; Maria Teresa Lopes Pereira, *Alcácer do Sal na Idade Média*, Lisboa, 2000, pp. 143-144; Manuel Sílvio Alves Conde, *Uma paisagem humanizada*, vol. I, pp. 227-233; Maria Manuela Catarino, *Na margem direita do Baixo Tejo. Paisagem rural e recursos alimentares (sécs. XIV e XV)*, Cascais, 2000, pp. 68, 97-98; Joaquim Bastos Serra, *A colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, p. 105.

Também alguns medievalistas espanhóis têm encontrado a figueira entre as árvores de fruto mais cultivadas: Antonio González Gómez, *Moguer en la Baja Edad Media (1248-1538)*, Huelva, 1977, p. 114; Antonio Malpica Cuello, *El concejo de Loja (1486-1508)*, Granada, 1981, p. 247; Manuel Barrios Aguilera, *Alfácar morisco (Un lugar en la Vega de Granada en el siglo XVI)*, Granada, 1984, p. 62; Ángel Conte, *La encomienda del Temple de Huesca*, Huesca, 1986, p. 216; Manuel García Fernández, *El reino de Sevilla en tiempos de Alfonso XI (1312-1350)*, Sevilla, 1989, p. 218.

⁹⁷ Podem ver-se, sobre este assunto: Maria Antonieta Soares de Azevedo, “Fruta”, *Dicionário de História de Portugal*, diríg. por Joel Serrão, vol. II, Lisboa, 1965, pp. 305-307; Joaquim Antero Romero de Magalhães, *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*, Lisboa, 1970, pp. 125-128; Manuela Santos Silva, “Para o estudo da produção frutícola do concelho de Loulé (Os “Livros de Repartição da Fruta” do século XV)”, *Actas das III Jornadas de história medieval do Algarve e Andaluzia*, Loulé, 1989, pp. 255-264; Sebastiana Alves Pereira L. Lopes, “Os bens de Frei João Fernandes de Oliveira

Na área em estudo ela espalhava-se com alguma profusão¹⁰⁴, como exemplar único em vários casos, junto com outras, mas, sobretudo, acompanhando diferentes árvores, a diversificar as espécies, como era de hábito um pouco por toda a parte. Apenas pontualmente podia formar grandes grupos que o redactor dos textos em análise, na sequência do trabalho realizado em campo, deixou apenas dito que elas eram “muitas”¹⁰⁵.

*
* *

A cerejeira, árvore temporã e a primeira a amadurecer os seus frutos, é sempre bem vinda, a anunciar a boa estação. Aqui, no Sul da Beira, ela ocupava, nos finais da Idade Média, o espaço onde o castanheiro exercia dominância, numa associação benfazeja, a matar a fome aos pobres desde que as primeiras cerejas se tingiam de vermelho até que as últimas castanhas, piladas no canço, desapareciam engolidas no último caldado¹⁰⁶. “Do cerejo ao castanho, bem no avenho”, repetiu o camponês beirão, vezes sem conta, ao longo das gerações e dos séculos. Como também a sua contrária: “do castanho ao cerejo, mal me vejo”. Uma alternância entre penúria e remedeio, determinada por duas espécies de frutos.

Cultivada entre nós com sucesso, nas regiões onde a temperatura baixa e a humidade do ar não é excessiva¹⁰⁷, aqui, na encosta da Gardunha, a cerejeira revelou-se muito frequente, bem adaptada que está aos terrenos e ao clima, “habitat”, no nosso País, da cerejeira brava¹⁰⁸. Compôs aí formações de alguma dimensão – tantas que resultaram incontáveis, informa-nos Frei Francisco, o escriba da Ordem nesta conjuntura¹⁰⁹ – embora de parceria com outras árvores de fruto.

¹⁰⁴ A mancha de expansão da figueira, como de todas as outras árvores, fica muito aquém do conhecimento possível. Expressões como “árvores de fruto”, para indicar um grupo, “árvores de fruto de muitas promagens” ou “de desvaíradas promagens”, “muitas árvores de fruto e sem fruto”, são comuns (Vejam-se A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 304, fl. 35v.º, 53; liv. 305, fl. 13, 14 v.º, 17; liv. 309, fl. 94 v.º, entre outros). Estas expressões ocorrem sobretudo nas proximidades de Castelo Branco e Vila Velha de Ródão.

¹⁰⁵ Assim, foi-nos dito que junto à ermida de Santa Maria do Mosteiro, em Proença-a-Velha, havia muitas figueiras, marmeleiros, macieiras, freixieiros e outras árvores (*ib.*, liv. 304, fl. 68 v.º). Um número considerável, sem dúvida, mas um texto que deixa muito por esclarecer.

¹⁰⁶ Assim se chama, no Vale do Zêzere, o caldo preparado com as castanhas piladas, cozidas estremes ou enriquecidas com outros ingredientes.

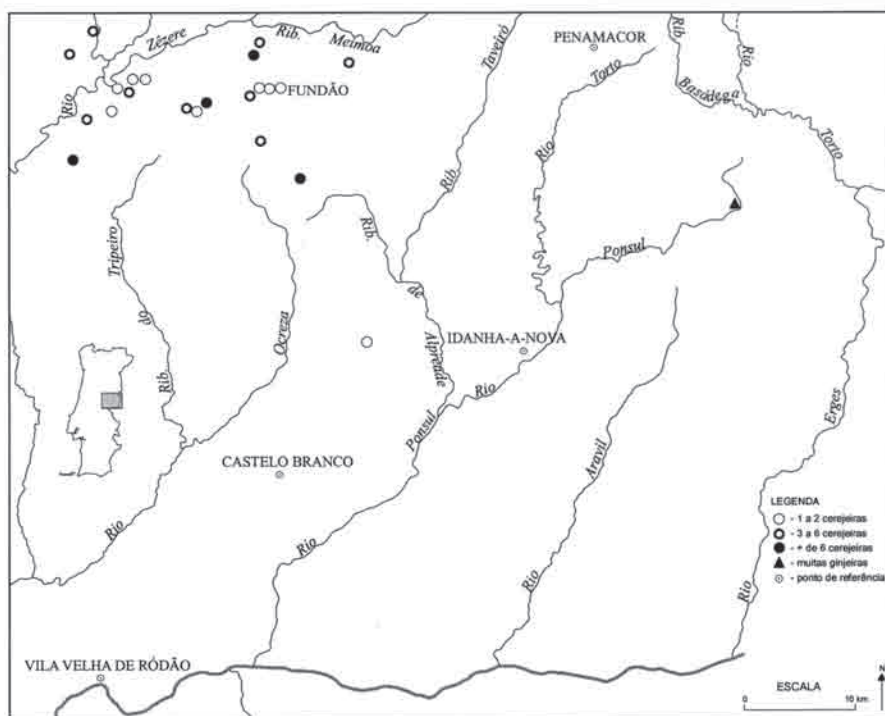
¹⁰⁷ Já em outras ocasiões se tem encontrado a cerejeira a ocupar um lugar de destaque entre as demais árvores de fruto. Por exemplo: Manuel Sílvio Alves Conde, *Uma paisagem humanizada*, vol. I, pp. 227-229; Iria Gonçalves, “Uma paisagem medieval modelada pela Ordem de Cristo”, cit., p. 549; id., “Uma aldeia de finais da Idade Média”, cit., pp. 214-215; Luís Filipe Oliveira, “O Livro dos bens de Luís Mendes de Refóios”, cit., p. 179.

¹⁰⁸ Francisco Caldeira Cabral e Gonçalo Ribeiro Telles, *A árvore em Portugal*, p. 64.

¹⁰⁹ Em Castelo Novo, numa terra onde ainda se registavam 56 oliveiras, os castanheiros, as

Foi, no entanto, o pequeno número de pés, espalhados pelas terras de lavoura e vinhas ou rodeando a habitação – como, de resto, era habitual em todo o lado – que maior número de vezes a documentação nos apresentou¹¹⁰.

Curiosamente, a gingeira, que talvez fosse lícito esperar vingasse em terras próximas, está ausente dos textos que a elas se dedicam. Encontra-mo-la, sim, e em número avultado, no sopé da rocha que sustenta o castelo de Penha Garcia, aninhada numa curva do alto Ponsul¹¹¹. No mesmo local onde, desgarrados dos demais, tinham também sido enraizados alguns castanheiros¹¹². Penso que em significativa associação.



Mapa 5 – A cerejeira

ameixieiras e as cerejeiras, eram incontáveis (A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 304, fl. 4). Também junto à igreja do Castelejo (Fundão) havia “muitas” cerejeiras (*ib.*, fl. 35 v.º).

¹¹⁰ Veja-se o mapa 5.

¹¹¹ A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 304, fl. 93.

¹¹² Vejam-se os mapas 2 e 5.

2. Diversos outros frutos

Muitas outras espécies frutíferas vicejaram, também, na região em estudo.

De entre todas aquelas que a documentação nos permitiu conhecer, talvez mereça mais algum destaque um grupo de três espécies afins: peras, peros e maçãs. Bem espalhadas pela região, quase sempre representadas por um pequeno número de pés, elas diversificavam sabores e texturas um pouco por todo o lado¹¹³. A durabilidade de algumas castas de maçãs e peras que, infelizmente, aqui não conhecemos¹¹⁴, a relativamente longa época de frutificação, devem ter conferido ao grupo um agrado certo entre as populações campesinas.

Mas muitas outras espécies eram também cultivadas, embora, aparentemente¹¹⁵, fossem mal conhecidas ou não tivessem logrado atrair a atenção – e o interesse – destes beirões. Algumas, como a ameixoeira, que em outras regiões tiveram grande adesão das populações¹¹⁶, aqui, só de maneira esporádica nos foi indicada a sua presença, embora, pontualmente, essa presença pudesse ser numerosa¹¹⁷; outras, como romeiras, abrunheiros, pessegueiros, nogueiras, amoreiras, faziam, aqui e ali, algumas aparições, como, de resto, era habitual acontecer; outras ainda, conhecidas de há pouco, faziam, talvez, as suas primeiras entradas nos pomares e hortas beirões. Assim os albricoqueiros, de que a documentação nos preservou apenas um pé, em conjunto com outras fruteiras, em Alpedrinha¹¹⁸, ou as laranjeiras – se é que se tratava da variedade doce – a compor uma propriedade de prestígio em Aldeia de Joanes: a quintã da Ordem, cujos edifícios conheciam algum aparato – uma casa-torre, chaminé, janela de assentos e, sobretudo, uma capela¹¹⁹. Neste assentamento, a laranjeira introduzia uns laivos de exotismo.

¹¹³ Veja-se o mapa 6.

¹¹⁴ Em outras regiões do País foram encontradas notícias de diversas castas, algumas das quais seriam, sem dúvida, cultivadas na Beira Interior. No estado actual da nossa investigação, são conhecidas as seguintes castas: peros – brancos, ceifinhos, codorneiros, marmelares, pigarços, pepins; peras – de angoxa, codorneiras, pão, doçar, vermelhas; maçãs – de anáfega, baionesas, cabaçais, martainhas, sodiaças. Um leque relativamente importante, a atestar a relevância deste grupo de fruteiras (veja-se a bibliografia citada na nota 96).

¹¹⁵ Veja-se o que ficou dito na nota 104.

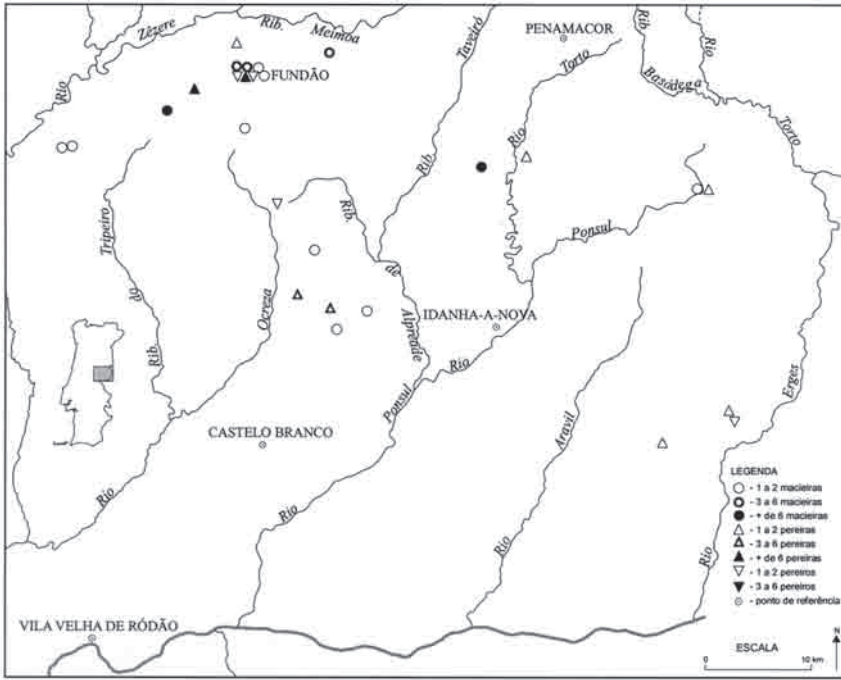
¹¹⁶ Vejam-se, por exemplo: Manuel Sílvio Alves Conde, *Tomar medieval. O espaço e os homens*, Cascais, 1996, p. 139; Iria Gonçalves, “Uma aldeia de finais da Idade Média”, cit., p. 214, onde as ameixoeiras se revelaram como as árvores frutíferas mais numerosas. Mas podem ver-se ainda: Iria Gonçalves, *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, p. 94; Maria Manuela Catarino, *Na margem direita do Baixo Tejo*, p. 68; Manuel Sílvio Alves Conde, *Uma paisagem humanizada*, vol. I, pp. 227-230.

A capacidade da sua fruta para a secagem e, desta forma, para uma grande durabilidade, tornou-a mais apreciada.

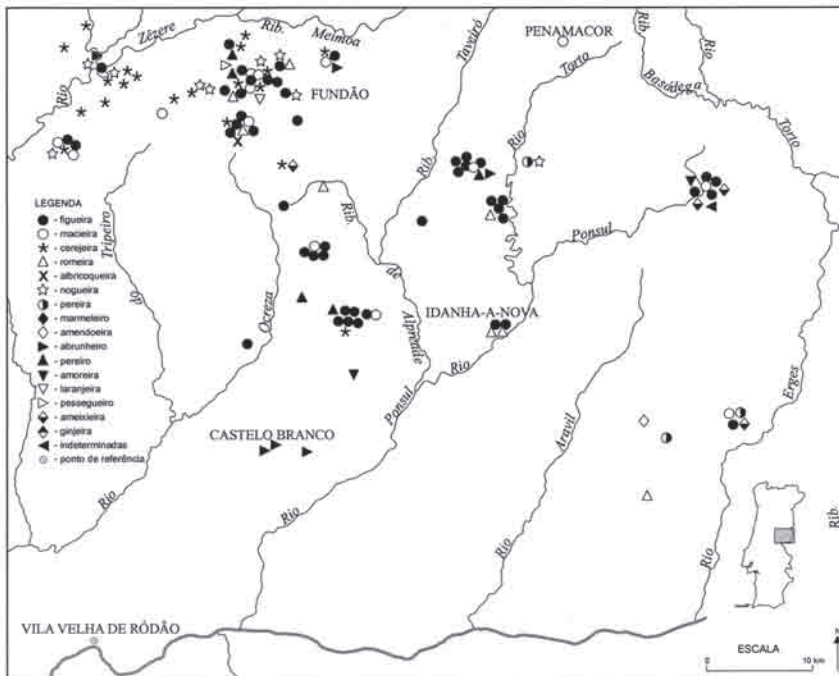
¹¹⁷ Em Castelo Novo. A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 304, fl. 4. Em Salvaterra do Extremo (Idanha-a-Nova). *Ib.*, fl. 103.

¹¹⁸ *Ib.*, fl. 15 v.º.

¹¹⁹ *Ib.*, liv. 309, fl. 93-94.



Mapa 6 – A macieira e a pereira



Mapa 7 – A variedade das espécies

da região em estudo, onde enraizou 21,5% de todas as fruteiras que nos foram individualmente apresentadas.

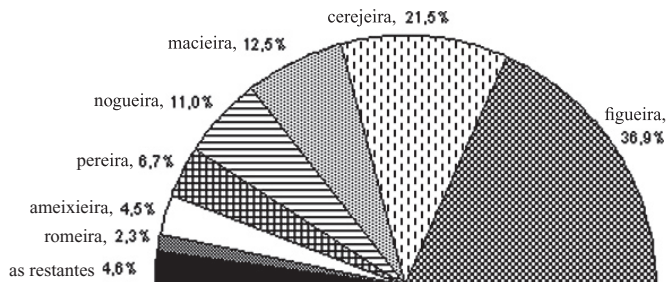


Gráfico 1 - Hierarquia das fruteiras segundo o número de indivíduos

Macieiras e noqueiras – aquelas, de frutos resistentes e carnudos, podendo manter-se sãs durante bastante tempo; estas, cujas nozes secas, tão nutritivas que eram recomendadas aos monges, durante a Quaresma, para lhes ajudar a suportar os longos jejuns e tão fáceis de conservar em boas condições durante todo o ano¹²¹ – ainda conheceram uma cultura relativamente significativa. Todas as outras, de menos em menos, foram perdendo importância¹²². Amendoeiras, marmeleiros, laranjeiras, damasqueiros, pessegueiros, gingeiras, citadas uma única vez, embora, eventualmente, formando conjuntos numerosos¹²³, não atraíram a atenção dos beirões. Ou a benevolência das suas terras.

Sob este aspecto cabe lugar a alguma estranheza pela fraca representatividade de peras e peros¹²⁴, num solo onde as variedades silvestres germinam espontaneamente¹²⁵ e, por isso, adequado à sua cultura. Uma estranheza tanto mais de salientar quanto, em terras próximas, estes frutos foram assiduamente cultivados, por intermédio de variadas castas, a atestar o interesse que lhes era

¹²¹ No Portugal central, mas sem a intervenção do espaço aqui em estudo, encontrou Robert Durand, embora para uma época anterior à que agora abordo, a predominância da noqueira entre as demais árvores de fruto (*Les campagnes portugaises Entre Douro et Tage aux XII^e et XIII^e siècles*, Paris, 1982, pp. 184-421).

¹²² Veja-se também o gráfico 1 que acompanha este trabalho.

¹²³ Em Penha Garcia, na base de onde se ergue o castelo, sobre o Ponsul, havia muitos abrunheiros e gingeiras (A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 304, fl. 93), ou na granja de Santa Maria do Mosteiro, em Proença-a-Velha, “muitos” marmeleiros e outras árvores, frutíferas ou não (*ib.*, fl. 68 v.º).

¹²⁴ Cf. mapas 6 e 7.

¹²⁵ Os próprios textos que estão a ser analisados nos trazem provas da existência, naquele espaço, das referidas variedades: um pereiro bravo em plena charneca de Salvaterra (A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 304, fl. 105 v.º), ou um grande cermenheiro junto aos aposentos do comendador da Lousa (Castelo Branco), embora num terreno alheio à Ordem (*ib.*, liv. 306, fl. 11v.º).

dedicado¹²⁶. A sua visibilidade provém apenas do conjunto, com a dominância da maçã, a que atrás me referi.

III. A árvore na organização do espaço rural

1. Na composição do terrado agrícola

Como é sabido e como eu própria já atrás deixei lembrado, a agricultura mediterrânea caracterizou-se, desde sempre, por uma forte promiscuidade de cultivos, característica que se acentuou significativamente desde os últimos séculos da Idade Média, tanto em Portugal¹²⁷ como um pouco por toda a Europa do Sul¹²⁸. Tornou-se esta uma tão forte marca, que se conservou até aos nossos dias¹²⁹.

¹²⁶ Manuel Sílvio Alves Conde, *Uma paisagem humanizada*, vol. I, pp. 229-233.

¹²⁷ São já muitos os trabalhos que entre nós, durante as últimas décadas, têm abordado este assunto. Podem ver-se: Robert Durand, “La vigne et le vin dans le bassin du Mondego au Moyen Âge (XII^e-XIII^e siècles)”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. V, 1972, p. 31; Gérard Pradalié, “Occupation du sol et cultures autour de Coimbra”, cit., p. 84; Manuela Santos Silva e Manuel Sílvio Alves Conde, “Recursos económicos de algumas instituições de assistência de Santarém nos finais da Idade Média”, *1383/1385 e a crise geral dos séculos XIV/XV*, Jornadas de história medieval, 20 a 22 de Junho de 1985, Lisboa, 1985, p. 79; Bernardo Vasconcelos e Sousa, “Paisagem agrária e organização social do espaço no Alentejo medieval (séculos XII a XV)”, *Economia e sociologia*, n.ºs. 45/46, 1988, p. 34, id., *A propriedade das albergarias de Évora nos finais da Idade Média*, Lisboa, 1990, p. 77; Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, vol. I, p. 174; Iria Gonçalves, *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, p. 216; id., “Entre o campo e a cidade na segunda metade do século XIV”, *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, 1996, p. 230; id., “Traços da paisagem rural nas terras de Alcobaça”, cit., pp. 381-384; Saul António Gomes, *O mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV*, p. 193; id., “Mundo rural e mundo urbano”, *Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III, *Portugal em definição de fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, coord. por Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Lisboa, 1996, p. 388; Maria João Violante Branco Marques da Silva, *Esgueira*, p. 109; Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, Lisboa, 1995, pp. 351-352; Maria Filomena Andrade, *O mosteiro de Chelas*, pp. 52-55; Maria de Fátima Botão, *Poder e influência de uma igreja medieval*, p. 46; Isabel Castro Pina, *A encosta ocidental da serra da Estrela*, pp. 42-43; Manuel Sílvio Alves Conde, “Sobre o património da colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém. Das origens ao final do século XV”, *Horizontes do Portugal medieval. Estudos históricos*, Cascais, 1999, p. 190; id., “O espaço periurbano da vila portuguesa de Tomar”, *ib.*, pp. 138-139; id., *Uma paisagem humanizada*, vol. I, pp. 228-233; José Augusto da Cunha Freitas de Oliveira, *Organização do espaço e gestão de riquezas. Loures nos séculos XIV e XV*, pp. 40-41; Maria Teresa Lopes Pereira, *Alcácer do Sal na Idade Média*, p. 143; Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, *O domínio de Santa Maria do Lorvão no século XIV. Gestão feminina de um património fundiário*, Lisboa, 2001, p. 65; Joaquim Bastos Serra, *A colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, p. 105; Ana Maria S. A. Rodrigues, “Vinhedos torrienses nos finais da Idade Média”, *O vinho, a história e a cultura popular*, Actas do Congresso, Instituto Superior de Agronomia, 24 a 25 de Junho de 1994, Lisboa, 2001, p. 173. Para as ilhas levaram os portugueses a mesma forma cultural: João Marinho dos Santos, *Os Açores nos sécs. XV e XVI*, vol. I, s. l., 1989, pp. 295-297.

¹²⁸ São incontáveis os títulos que poderiam ser aduzidos a comprovar aquela afirmação. Como exemplos, poderei indicar: Louis Stoff, *Arles à la fin du Moyen Âge*, vol. I, p. 377; Manuel García Fernández, *El reino de Sevilla*, pp. 216-218; Hilario Casado Alonso, *Señores, mercaderes y campesinos*, p. 140; Martine Maguin, *La vigne et le vin en Lorraine. L'exemple de la Lorraine Médiante à la fin du Moyen Âge*, Nancy, 1982, pp. 34-35; Massimo Montanari, “Agricoltura e attività silvo-pastorali nell’

Naturalmente que se praticou a monocultura, nomeadamente dos cereais, sobretudo nas terras profundas, cujo rendimento compensava o arranque das árvores espontâneas que aqui e ali se iam enraizando e crescendo. Mas a maior parte das terras do Mediterrâneo, com um clima adverso ao seu cultivo, não compensava o esforço do agricultor. A árvore, nascida ao acaso da semente que logrou germinar, ou plantada pelo camponês para com ela arredondar os seus magros proventos, mostrou-se sempre necessária¹³⁰. Certamente as vinhas, que essas, sim, amadurecem bem ao sol ardente do Mediterrâneo, podiam estender-se, por vezes largamente, numa monocultura feita à custa de muitas pequenas leiras. Mas ainda aqui a sombra da árvore alongava-se, com frequência, sobre as cepas, a protegê-las dos excessivos calores, mas também a lucrar com o amanho da terra comum, indispensável às vides. E a aumentar a produção das terras.

Com excepção de alguns soutos e olivais, aparentemente estremes¹³¹, aqui, nesta parte meridional da Beira, a árvore consociava-se sempre com outros cultivos, ou misturava entre si as suas espécies, a diversificar utilizações ou apenas sabores.

Sendo as terras de sementeira sempre muito mais extensas que todas as demais entregues ao cultivo, eram elas, obviamente, as que maior número de consociações sustentavam. Por vezes era apenas uma fruteira que aí fora plantada e vingara, outras era um zambujeiro que nela nascera e, enxertado, crescera oliveira de bom azeite. Eram estas – olival ou árvore de fruto crescendo sobre a seara – as consociações mais frequentes. Mas na encosta da Gardunha, onde o castanheiro se implantara, também ele valorizava a terra de lavoura, quer nela vingasse o centeio, quer os restolhos e pousios se quedassem entregues ao pasto do gado. De resto,

Alto Medioevo. Un paesaggio adriatico”, *Campagne medievali. Strutture produttive, rapporti di lavoro, sistemi alimentari*, Turim, 1984, p. 13; Monique Bourin-Derruau, *Villages médiévaux en Bas-Languedoc. Genèse d'une sociabilité. X^e-XIV^e siècles*. t. 2, *La démocratie au village. XIII^e-XIV^e siècles*, Paris, 1987, p. 243; Pedro Hernández Benito, *La Vega de Granada a fines de la Edad Media según las rentas de habices*, Granada, 1990, p. 72; Juan Torres Fontes, *Repartimiento y repoblación de Murcia en el siglo XIII*, 2^a ed., Murcia, 1990, p. 44; Giuliano Pinto, “Economia e società di un castello maremmano: Scarlino tra Quattro e Cinquecento”, *Toscana medievale. Paesaggio e realtà sociale*, Florença, 1993, p. 203; José María Sánchez Benito, *Las Tierras de Cuenca y Huete en el siglo XIV. Historia económica*, Murcia, 1994, p. 135; María Martínez Martínez, *La cultura del aceite en Murcia*, p. 22; Angela Lanconelli, *La terra buona. Produzione, tecniche e rapporti di lavoro nell'agro viterbese tra Due et Trecento*, Bolonha, 1994, pp. 92-101, 118-121.

¹²⁹ Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, p. 21.

¹³⁰ Veja-se o que sobre este assunto diz Orlando Ribeiro, “O campo e a árvore em Portugal”, cit., pp. 71-79. É esta uma realidade que se prolonga por séculos.

¹³¹ Vários desses soutos e olivais só nos foram designados como tal, sem qualquer outra especificação. Por vezes a sua referência deve-se, tão somente, ao facto de servirem de lindes a outras propriedades que, essas, sim, mais interessava deixar caracterizadas.

todas as culturas arbóreas se podiam aí implantar, quer numa mistura de todas elas, quer reunindo-se em conjuntos menos heterogéneos. E todos possíveis.

Sobretudo a Leste, nas terras pobres de longos pousios, era a árvore que mais interessava, os sobreiros e as azinheiras que nelas se erguiam, num ponteadado ao acaso. Embora não possamos, com propriedade, falar aqui de complantação de culturas, o resultado era o mesmo: a árvore a valorizar a terra de lavoura.

A cultura da videira com a árvore era demasiado comum em terras mediterrâneas para estar ausente do espaço em análise¹³². Também aqui essa consociação foi largamente usada, sobretudo com a fruteira, mas também com o olival, com o castanheiro, ou com todas as espécies em mistura.

É na horta que estamos habituados a encontrar a maior amálgama de cultivos. Naturalmente, a Beira não fugia a uma regra tão experimentada e sempre que a horta surgiu nos textos, apresentou-se com as características esperadas. Pena, no entanto, que se tivesse mostrado tão arredia¹³³.

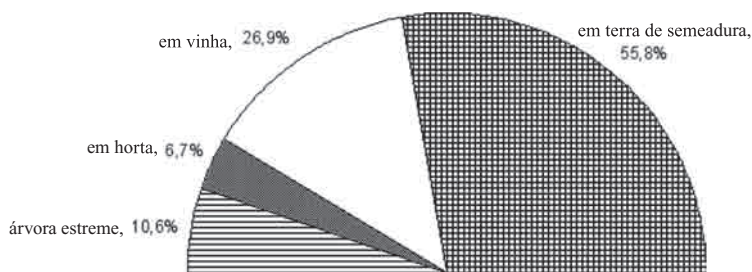


Gráfico 2 - Implantação da árvore

Por último, as próprias árvores se reuniam em grupos de duas espécies – fruteira/oliveira, fruteira/castanheiro – ou as três em conjunto¹³⁴, mas havia ainda lugar para outras árvores entre elas. Por vezes enraizadas, talvez, para enobrecimento dos espaços em que se inscreviam, como aqueles singulares álamos e ciprestes que se haviam plantado no Castelejo, junto à igreja e à casa do comendador de Cristo, ou na quintã de Aldeia de Joanes¹³⁵, com variedade de outras árvores, variedade que podia, até, incluir algumas videiras ferrais¹³⁶. Por outro lado, se um pinheiro

¹³² Cf. a bibliografia citada atrás, nas notas 127 e 128.

¹³³ Veja-se o gráfico 2.

¹³⁴ Com predominância do grupo oliveiras+fruteiras.

¹³⁵ Castelejo e Aldeia de Joanes são actualmente duas freguesias do concelho do Fundão.

¹³⁶ A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 304, fl. 35 v.º e liv. 309, fl. 94 v.º, respectivamente.

nascia no meio de um olival, continuava a crescer entre as oliveiras¹³⁷, sem estorvo para nenhuma das partes. Para mais sendo, como com toda a probabilidade seria, ali, nas imediações de Castelo Branco, pinheiro manso¹³⁸, que à madeira e à lenha juntava os seus apetitosos frutos.

A variar ainda mais o terrado agrícola e a competir, de certo modo, com outras formas de compor cerrados e tapadas, aqui pouco frequentes porque dedicados apenas às culturas mimosas, alguns renques de árvores marcavam a testada das propriedades¹³⁹, acompanhavam cômoros¹⁴⁰, sombreavam a bermas da estrada¹⁴¹.

2. Nos incultos

Boa parte dos terrenos da área meridional da Beira Interior estava, neste dealbar do século XVI, entregue à vegetação espontânea. Mesmo que algumas dessas terras pudessem ser surribadas e semeadas uns anos pelos outros, as sementeiras seriam esparsas no espaço e no tempo e entre uma e outra seara – cinco, seis ou mais anos – havia tempo para o matagal crescer e tomar conta de tudo¹⁴². Povoamento aglomerado em algumas grandes aldeias que a Ordem de Cristo transformara em vilas concedendo-lhes foral e tornando-as, deste modo, aptas para o desempenho de algumas funções centrais¹⁴³, elas viviam isoladas, longe de qualquer outro povoado¹⁴⁴. Só à sua volta se construía um aro de culturas mais ou menos dilatado, de acordo com as necessidades da população e, talvez não menos, com a existência, ou não, nas proximidades, de uma ou outra terra melhor e da passagem de algum fio de água. Muitas das propriedades que aí se instalavam eram enormes granjas da Ordem, bem cultivadas em algumas das suas terras e

¹³⁷ *Ib.*, liv. 304, fl. 44.

¹³⁸ O pinheiro manso é árvore característica do Mediterrâneo, ao contrário do seu congénere bravo, proveniente de regiões mais frias e húmidas (veja-se, por todos, Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, pp. 53-55, 113-114).

¹³⁹ A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 304, fl. 45.

¹⁴⁰ *Ib.*, fl. 39.

¹⁴¹ *Ib.*, liv. 305, fl. 23 v.º.

¹⁴² Veja-se Orlando Ribeiro, “Dois estudos de geografia agrícola da Beira Baixa”, *Opúsculos geográficos*, vol. IV, *O mundo rural*, Lisboa, 1991, pp. 220-221 e também, do mesmo, para o Alentejo, numa estrutura cultural muito próxima, “Aspectos da cultura do trigo no Alentejo”, *ib.*, pp. 207-213. Formas de cultura, estas, longas de séculos.

¹⁴³ Assim Rosmaninhal, Segura, Salvaterra, Penha Garcia, vilas fronteiriças, estrategicamente colocadas sobre cabeços, frente a Castela, com a sua importância fundada, precisamente, nessa sua condição de vigias da fronteira.

¹⁴⁴ Sobre as formas de povoamento na Beira, uma estrutura que é também secular, veja-se Orlando Ribeiro, “Dois estudos de geografia agrícola”, *cit.*, pp. 221-224.

ao longo dos rios a que elas se encostavam¹⁴⁵, mas dedicando ao monte, que ao senhor rendia quase sem custos, algum do seu espaço. Neste monte e para lá dele, os matos maninhos acoitavam lobos e javalis¹⁴⁶.

Por sobre os matos, as copas que se erguiam, frondosas, eram as de carvalhos e sobreiros para Ocidente, ainda de sobreiros e azinheiras para Leste. A documentação mostra-nos essas árvores, como já disse, muitas vezes isoladas, no descampado das terras ermas. Eram alvos bem destacados, visíveis ao longe e, por isso, adequados a servir de limite a propriedades onde a terra não era cultivada e as estremas não eram, por isso, confrontadas amiúde pelo camponês.

Muitas vezes bastava a existência da árvore para atestar a estrema, mas, em outros casos, o seu valor liminar era acrescido por alguma característica singular e notória – um castanheiro de pé mui grosso¹⁴⁷, um grande sobreiro¹⁴⁸, uma azinheira grossa e grande¹⁴⁹, dois grandes sobreiros¹⁵⁰ – ou pela junção de algo capaz de possuir ou adquirir esse mesmo valor liminar. Era o marco junto a uma carvalheira¹⁵¹, a uma carrasqueira¹⁵², metido no pé de uma sobreira¹⁵³; era a cruz simbólica, incisa num sobreiro¹⁵⁴ ou num carvalho¹⁵⁵. Isoladas quase sempre, estas árvores liminares.

*
* *

Após o que ficou dito podemos considerar que nos encontramos, nesta Beira Interior de inícios do século XVI, perante um coberto arbóreo muito variado e rico, contando entre as suas espécies com algumas das essências florestais mais caras às populações e com algumas das fruteiras que o Portugal da Idade Média mais cultivou e, portanto, maior interesse possuíram para as suas gentes. Árvores que supriam, às vezes de forma quase perfeita, a carência de outros alimentos. Foi

¹⁴⁵ Veja-se o trabalho de Gilberto Coralejo Moiteiro, “Idanha-a-Nova e Idanha-a-Velha: duas comendas da Ordem de Cristo nos inícios do século XVI”, *Media Aetas*, 2ª s., n.º 1, 2004/2005, pp. 98-101.

¹⁴⁶ Cenário que chegou quase até aos nossos dias.

¹⁴⁷ A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 304, fl. 18 v.º.

¹⁴⁸ *Ib.*, liv. 306, fl. 18.

¹⁴⁹ *Ib.*, liv. 304, fl. 106.

¹⁵⁰ *Ib.*, liv. 306, fl. 72 v.º.

¹⁵¹ *Ib.*, liv. 304, fl. 55-55 v.º.

¹⁵² *Ib.*, fl. 86 v.º-87.

¹⁵³ *Ib.*, fl. 134 v.º.

¹⁵⁴ *Ib.*, fl. 125; liv. 305, fl. 46.

¹⁵⁵ *Ib.*, liv. 305, fl. 46.

o caso do castanheiro, este, sem dúvida, a matar ao camponês as fomes que o pão minguado lhe trazia; mas foi também, de certo modo, a figueira, ao oferecer os seus frutos, doces e nutritivos, no decurso de um tempo que a secagem prolongava bem para lá do fim do Verão.

Vimos árvores que se espalhavam por todo o lado, que não se furtavam a crescer em qualquer terra, que não desdenhavam a vizinhança de qualquer outra planta, numa convivência proveitosa para todas. E enriquecedora para os pobres haveres do camponês, sempre tão parcos nestas terras magras onde o pão custava a medrar.

Uma benção de Deus, a árvore sobre a terra.

João Francisco Marques

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

A Arte e a Espiritualidade Cartusianas em O Deserto de Manuel Ribeiro: 1879-1942

Sumário

Manuel Ribeiro (1879-1942), escritor alentejano vindo da militância do socialismo revolucionário, marcado pelo contacto com a religiosidade interiorista da Cartuxa de Miraflores, publicou em 1922, de regresso à pátria, o romance *O Deserto* que espelha o ambiente de misticismo aí vivido nos dias passados entre uma comunidade monástica da mais rigorosa clausura. Situado em Castela-a-Velha e fronteiro a Burgos, o mosteiro é uma bela jóia artística e um oásis de espiritualidade que proporcionou ao ficcionista profundas vivências religiosas e estéticas que o teriam aproximado do catolicismo em cuja fé morreu.

Abstract

Manuel Ribeiro (1879-1942), a writer from the Alentejo region in Portugal with a background in revolutionary socialist militancy, was deeply influenced by his contact with the religious interiority of the Cartuja de Miraflores (Miraflores Carthusian Monastery). Upon his return to Portugal, he published the novel *O Deserto* in 1922, which reflects the mystical environment he experienced during the time he lived within this austere cloistered monastic community. Located in Castilla la Vieja, and neighbouring on Burgos, the monastery is a magnificent artistic jewel and an oasis of spirituality which provided the novelist with profound religious and aesthetic experiences and undoubtedly drew him closer Catholicism, the faith in which he died.

O público activismo do escritor Manuel Ribeiro (1879-1942), alentejano de Albernoa-Beja, na militância do socialismo revolucionário, que o fizera cair nas malhas do cárcere, e a posterior crise religiosa, que acabara na conversão à fé católica, foram motivos bastantes para o interesse e curiosidade despertados nos meios intelectuais do país, agnósticos e crentes, aquando do aparecimento em 1919 do romance *A Catedral*, primeiro dos volumes da sua conhecida trilogia social¹. O

¹ Lançada em Lisboa por Guimarães e C^a, *A Catedral* atinge em 1923 nove mil exemplares de

segundo, *O Deserto*, escrito entre Outubro de 1921 e Março de 1922, só aumentara a surpresa provocada². Em menos de duas décadas atingira quatro edições, totalizando quinze mil exemplares, cifra significativa se se atender à natureza da obra e ao universo dos leitores. No entanto, seduzido pela candura contagiante das *Fioretti* e pela natureza bucólica da Úmbria, tornara-se num apaixonado por S. Francisco de Assis, alavanca poderosa para repensar certezas até então abraçadas³. Neste caminhar de dúvidas, Miraflores surge como aceno ou pressionante sugestão amiga. Havia em Manuel Ribeiro, recordaria a jornalista Maria de Carvalho, «um espírito de monge, que um capricho do destino deixara no século»⁴. Cativava-o a arte sacra e a liturgia. Fora a Lourdes e andara por Roma, percorrendo as catacumbas e a via Ápia, alimentando a esperança de peregrinar à Terra Santa para visitar os lugares marcantes da história sagrada⁵. O passado revolucionário forçara-o a reflectir mais fundamente sobre os mistérios da vida, a condição humana, o destino transcendente da criatura racional. A aproximação à igreja católica confessou que se dera, «um pouco ou por tudo», pelo fortíssimo fascínio da arte, pela desilusão dos ideais políticos, pelo conhecimento das correntes modernas do pensamento, sem esquecer as complicitades instintivas da sua alma de «iluminado e crente»⁶. Colocar a arte ao serviço da sua fé tornou-se um desígnio assumido com a mesma convicção que dedicara à actividade política em que se envolvera até ao extremo da generosidade, impulsionado pelo idealismo de uma sociedade melhor⁷.

A feitura de *A Catedral* assinalou o início desse apostolado que alargara a outras empresas de idêntica matriz, como a colaboração na iniciativa de D. Isabel de Ornellas, *Hora de Arte aos Operários*, que, no início dos anos vinte, Lisboa conheceu e acompanhou em seu empenhado labor educativo⁸. Quando se dirigiu a Burgos, viu os claustros da Cartuxa de Miraflores abrirem-se-lhe mediante a credencial em latim do Dr. Pereira dos Reis, sacerdote culto, e de reconhecido prestígio, do patriarcado⁹. O que lhe foi dado experimentar na escassa semana

tiragem. Os outros dois volumes da trilogia, *O Deserto* e *A Ressurreição*, apareceram na mesma livraria editora.

² Utilizamos a 4ª edição, sem data, com a cifra de 15º milhar de tiragem.

³ Entrevista não assinada: «A conversão de Manuel Ribeiro. Recordações da Cartuxa, Roma e Assis – Uma página das *Fioretti* – Falência dos Ideais Políticos hostis à Igreja – Razões que determinaram o autor do “Deserto” a entrar na religião católica – Os seus trabalhos futuros», in *Letras e Artes*, suplemento de “Novidades”, Lisboa, ano V, nº 16 (30.XI.1941), p. 1-2.

⁴ Maria de CARVALHO, «“Sarça Ardente” Manuel Ribeiro e o seu último livro», in *Letras e Artes*, suplemento de “Novidades”, ano V, nº 44 (14.VI.1942), p. 1-2.

⁵ Cf. «A conversão de Manuel Ribeiro», *loc. cit.*, p. 1.

⁶ *Ibidem*.

⁷ *Ibidem*, p. 2.

⁸ Cf. Maria de CARVALHO, *loc. cit.*, p. 1.

⁹ Cf. «A conversão de Manuel Ribeiro», *loc. cit.*, p. 1.

vivida em simbiose com a comunidade de monges brancos amortalhados no silêncio mais rigoroso, procurou transpô-lo para *O Deserto*, escrito no regresso à pátria. Na narrativa, o romancista incarna em Luciano, artista português ligado ao restauro da românica Sé lisbonense, especulativo e inquieto, militante socialista em crise, atraído pelo cenóbio de Miraflores – uma jóia artística e um oásis de espiritualidade, musculada por rigorosíssima disciplina cartusiana¹⁰. A estada tornara-se, assim, ensejo para o escritor dar largas a excursos históricos, análises estéticas e descrições de ofícios litúrgicos, despidos de aparato cénico e impregnados da sobriedade do cantochão salmódico – divagações a roçar o soporativo que esbatem, se não mesmo fazem desaparecer, a luta de uma consciência moral, gerida por valores terrestres, na encruzilhada de decisiva ruptura interior. Comove-o o espírito de renúncia e sacrifício dos religiosos, traduzido na extrema ascese da luta sem tréguas à dissipação dos sentidos pautada pela regra; a entrega à oração e meditação de toda a hora, mesmo que a leitura edificante, o estudo e o esparecimento lhes ocupem espaços obrigatórios do quotidiano¹¹. A sucessão dos dias, sendo um caminhar para a morte em contacto permanente com Deus, deve gastar-se na santificação individual, *Porta Coeli* da eterna felicidade. Nas páginas de *O Deserto* tem esta atmosfera monástica cartusiana nítido e objectivo recorte, sublinhado pelo fôlego de um escritor de eleição que se agiganta na observação da realidade descrita. Junte-se-lhe o entusiasmo pelos filigranados goticizantes da igreja quatrocentista, o deslumbramento escultórico dos sarcófagos reais da capela-mor, a riqueza da talha da tribuna, altares e cadeirais dos coros, a harmonia arquitectónica dos claustros e o mais que o gosto renascentista e barroco foi, aqui e além, acrescentando. A fruição estética prolonga-se em longos e alargados debates do protagonista com D. Eduardo, o superior da comunidade, P^o. Anselmo, o padre-cantor seu compatriota, na Cartuxa, Fr. Bruno, que o atraíra a Miraflores¹², e Leonardo, o monge pintor. Esmiúçam-se questões que vão da inspiração de estilos à autoria do monumento cartusiano, da originalidade aos maneirismos importados. O multi-secular mosteiro, tendo aguentado tempos difíceis, continuou fiel ao que sempre foi, retiro de solidão e de paz que o romancista sente haver-lhe contaminado o espírito para sempre.

Mas abramos o romance em detida e, quanto possível, pormenorizada análise.

A trilogia de ficção social que Manuel Ribeiro iniciara com *A Catedral*, sob o pano de fundo de um enredo temporalmente entretecido em redor do restauro

¹⁰ Manuel RIBEIRO, *A Catedral*, Lisboa, Guimarães e C^a. Livraria Editora, 1923, p. 17; *O Deserto*, p. 5-19.

¹¹ *Ibidem*, p. 42-73.

arquitectónico da Sé de Lisboa, tem a protagonizá-la o mesmo herói nos subsequentes volumes, *O Deserto* (1922) e *A Ressurreição* (1923), o arquitecto Luciano, obcecado pela arte religiosa. A acompanhá-lo durante a exigente como arriscada tarefa, que logo o empolga e a que se entrega com paixão, está o jovem beneficiado do cabido, P^{re} Anselmo, capelão-cantor e idealista de fortes apetências contemplativas, apóstolo da pureza litúrgica e da melodia gregoriana, atraído pelos cenóbios beneditinos e sedento da espiritualidade dos grandes espaços monacais¹³.

A decepção amorosa do protagonista e o afastamento compulsivo da orientação das obras de recuperação do espírito genuíno da românica basilica patriarcal, mergulham Luciano em profunda depressão batida por rajadas de incertezas, perplexidades e hesitações¹⁴. Neste estado de alma, que já durava anos, o veio encontrar a carta de P^{re} Anselmo, entretanto prestes a fazer a sua profissão solene, após o quinquénio da provação, na Cartuxa de Miraflores, a quatro quilómetros de Burgos, na província de Castela-a-Velha, na margem esquerda do rio Arlanzón, que o convidara a visitá-lo. Auscultando-se, continuava a sentir que a terra era o seu sonho, embora a grande guerra o houvesse atirado para uma «crise de desalento e descrença». Por sua vez, «a igreja parecia-lhe exausta, sem sucos e incapaz de saciar a sede ardente de idealismo dos que se voltavam para ela e lhe estendiam os braços». Ideólogo anarquista, estava ainda arreigado à utopia do socialismo colectivista em que «as classes sociais podem dissociar-se no conjunto global humano». O amigo acenara-lhe com a dádiva de uma estada breve, de oito dias, numa clausura de contemplativos, *deserto* de silêncio e *porta do Céu*, onde poderia encontrar por certo algum Cireneu, arrimo para recuperar a paz de consciência, restituída pelo perdão divino.

A aceitação do convite, entenderia o leitor, verosimilmente, que iria encaminhar a narrativa para o desenvolvimento do conflito interior do personagem central a necessitar dum retiro fechado, longe do bulício do mundo. A expectativa sai, porém, frustrada pela incapacidade do escritor para a introspecção psíquica em profundidade, como críticos de ideários tão opostos, a exemplo de António Sérgio e do jesuíta Paulo Durão, apontaram. E, no entanto, observou o autor de *Ensaíos*, a geração de Manuel Ribeiro, em contraste com a de 1890, «aproa aos temas vivos e escaldantes da actualidade»¹⁵. Só que a luta de ideias dada em ficção, para se sentir como realidade vivida, terá de ser musculada por uma acção concreta, «encarnada em pessoas combativas». Passando do proselitismo social ao

¹² *Ibidem*, p. 9-14.

¹³ Manuel RIBEIRO, *A Catedral*, p. 18, 68, 125.

¹⁴ IDEM, *O Deserto*, p. 5-8.

¹⁵ Cf. António SÉRGIO, «Bibliografia – Manuel Ribeiro: *Ressurreição* », in *Lusitânia*. Revista de Estudos Portugueses [Lisboa], Fascículo II, Março de 1924, p. 262.

religioso, acentua Sérgio, o ficcionista de *O Deserto* «faz romances sem romance», deixando os heróis perderem-se no gosto obsessivo pelas obras de arte¹⁶. Pena foi, pois havia em potência uma crise interior interessantíssima capaz de levar a conseguidas realizações estéticas. Bastava que recorresse a uma análise psicológica, adverte António Sérgio, semelhante à que, em *Curé de Village*, Balzac fizera¹⁷. O drama do arquitecto Luciano, que acoberta uma trajectória espiritual de pendor autobiográfico, não dá azo a que Manuel Ribeiro possa repetir e convencer acerca de *O Deserto*, o «c'est moi» que, a propósito de *Madame Bovary*, Flaubert pronunciara. A crise de consciência que o protagonista de *A Catedral*, primeiro romance da trilogia, vira tomar-lhe a alma fora decisiva, levando-o a transpor o limiar da Cartuxa de Miraflores onde poderia encontrar saída para os seus problemas ideológico-morais. Em vez de analisá-los, o autor recreia-se em longas e fastidiosas diversões sugeridas, é certo, pelo riquíssimo tesouro artístico arquitectónico, pictural e escultório daquele cenóbio. Segundo Paulo Durão, esta prosa narrativa toma uma feição didáctica de secura erudita, tornando os diálogos despidos de naturalidade, a rebentar de descrições estilísticas e históricas, num decalque do romancista francês Huysmans que lançara a moda com idêntico resultado¹⁸. A acção fica assim esclerosada e cheia de arrastamentos demasiadamente soporativos. Na opinião do arguto crítico jesuíta, o resultado é decepcionante para um leitor de exigente sensibilidade literária: «A mescla de elementos tão heterogéneos, como a erudição histórica, o impressionismo artístico e a narração novelesca, é difícilima de realizar com perfeito equilíbrio e sem que fique prejudicada a narrativa»¹⁹. Apesar destas reservas formais, a obra de Manuel Ribeiro, que o projectou depois da sua aproximação ao catolicismo, trouxe-lhe inegável aura e difusão com sucessivas edições, logo esgotadas. Em *A Igreja e o Pensamento Contemporâneo*, D. Manuel Gonçalves Cerejeira considera simbólico o seu itinerário espiritual, vindo de «as mais radicais utopias revolucionárias», embora em *O Deserto* lhe ficasse a resistir «ainda uma dúvida, se uma cela poderá ser uma célula da sociedade renovada?». De resto, alinhava no mesmo parecer crítico dos acabados de citar, reconhecendo o escritor «tão absorvido no seu sonho generoso, que lhe sucedia às vezes desprezar excessivamente a parte técnica, sem a qual uma obra de arte não atinge a perfeição eterna»²⁰.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ Cf. Paulo DURÃO, «Manuel Ribeiro», in *Brotéria*, IV (1927), p. 282.

¹⁹ *Ibidem*, p. 281.

²⁰ Cf. Manuel Gonçalves CEREJEIRA, *A Igreja e o Pensamento Contemporâneo*, Coimbra, Coimbra Editora, 1944, p. 353.

Todavia, o que agora nos prende são os elos entre a Cartuxa de Miraflores e a de Évora, e em *O Deserto* as referências à arte de motivação portuguesa e as explicações sobre a espiritualidade cartusiana.

Apesar de a trama do romance apontar o convite de um padre do patriarcado de Lisboa, então religioso de Miraflores, como pretexto para o personagem central visitar o mosteiro, nenhum português integrava a comunidade no início da década de vinte. De facto, remonta apenas a 1924 a informação que dá Fr. Miguel, no mundo o pintor Sérgio Augusto de Barros Guedes de Sousa, como seu membro²¹. Isso não impede, porém, de o monge poder ter sido um dos colaboradores leigos do círculo *Hora de Arte aos operários* que a aristocrata lisboeta, D. Isabel de Ornellas, havia fundado e Manuel Ribeiro activamente frequentara²². A credibilidade da hipótese parece gozar de forte verosimilhança face ao testemunho do próprio religioso que confessou haver sido a leitura de *O Deserto* que acabara por decidi-lo a fazer-se cartuxo, sentindo-se realizado no silêncio e solidão da sua cela²³. Já o contacto entre a Cartuxa de Miraflores e a de Évora data dos primórdios de seiscentos. Como é sabido, fora a pedido do arcebispo D. Teotónio de Bragança (1530-1602), eclesiástico culto e viajado, que na mitra da extensa diocese alentejana, por vontade do Cardeal D. Henrique lhe sucedera, que em terra lusa entrara a Ordem cartusiana²⁴, tendo de Castela vindo em 1587, da *Scala Dei* de Tarragona, o grupo dos sete monges fundadores²⁵. A relação com o cenóbio de Miraflores estabeleceu-a, algum tempo depois, D. Basílio de Faria Severim, antigo chantre de Évora e prior da sua Cartuxa de *Santa Maria de Scala Coeli* (Escada do Céu), em que professara²⁶. Com efeito, em 1615, fora enviado

²¹ Cf. António Salvador dos SANTOS, *O Desconhecido de Frei Miguel (Monge Cartuxo)*, Évora, edição do Autor, 1993, p. 12. Na visita que fez à Cartuxa de Miraflores, Cruz PONTES, autor do artigo: «Manuel Ribeiro, neo-realista», publicado na revista *Estudos*, órgão do C.A.D.C. de Coimbra, ano XVIII, fas. IX (Novembro, 1950), p. 534-544, foi ciceroneado por Fr. Miguel Guedes, então porteiro do mosteiro, «figura delicadíssima de fala meiga, loira barba e cabelo curto, envolto em seu burel de branca lã». Na conversa travada, o religioso confirmou que, ao andar à procura de uma ordem para ingresso, a leitura de *O Deserto*, de Manuel Ribeiro, acabou por decidi-lo pela Cartuxa. Naquela altura, a comunidade de Miraflores era constituída por meia centena de padres e irmãos donatos, tendo o prior que recebera o romancista falecido dois anos antes. Por sua vez, Fr. Miguel, nascido em Lisboa a 15 de Julho de 1897, veio morrer na Cartuxa de Évora, a 29 de Janeiro de 1985.

²² Maria de CARVALHO, *loc. cit.*, p. 12.

²³ Cf. A. S. dos SANTOS, *op. cit.*, p. 12.

²⁴ *São Bruno na Cartuxa de Évora*. IX Centenário de São Bruno, texto de um Cartuxo de Scala Coeli, Évora, Fundação Eugénio de Almeida, 2001, p. 32.

²⁵ Cf. Jorge CARDOSO, *Agiolégio Lusitano*, nova edição com um estudo e índices de Maria de Lurdes Correia Fernandes, II, Porto, Faculdade de Letras, 2002, p. 508.

²⁶ *Ibidem*, p. 437 e 440.

²⁷ *Ibidem*, p. 436.

pelo Geral, D. Bruno de Affigens, como visitador ao mosteiro de Miraflores onde, conforme escreveu Jorge Cardoso, «obrou muito seu virtuoso exemplo, e modéstia religiosa»²⁷. A outra ligação datada envolve o acima mencionado Fr. Miguel e respeita à restauração da Cartuxa de Évora que o Conde de Vil´Alva, engenheiro Vasco Maria Eugénio de Almeida, adquirira e mandara a suas expensas restaurar um grupo de nove edifícios arruinados por mais de duas centenas de anos de abandono²⁸. Foi, na verdade, mercê da generosa dádiva do benfeitor, empenhado em proporcionar às vocações atraídas pela vida contemplativa um local de condições ideais, que o velho espaço da *Santa Maria de Scala Coeli* voltou a ressurgir. Ora entre os sete monges brancos, oriundos de Espanha, para abri-la solenemente a 14 de Setembro de 1960, dia de Santa Cruz, no arcebispado de D. Manuel Trindade Salgueiro, contava-se, vindo da Cartuxa de Nossa Senhora de La Defension onde estivera dezasseis anos, Fr. Miguel Guedes de Sousa, o pintor português que a 24 de Julho de 1924 entara no cenóbio de Miraflores. Aí fez votos a 8 de Setembro de 1935 e permaneceu até 6 de Outubro de 1944, ocupando-se, como irmão leigo ou “converso”, das tarefas mais humildes: porteiro, alfaiate...²⁹. Foi no decorrer desta presença no mosteiro de Burgos que, havendo necessidade de restaurar um fresco da Última Ceia da parede do refeitório, de nítido decalque na de Leonardo da Vinci e com adiantados sinais de degradação, o incumbiram da tarefa, para o que se serviu das fisionomias de monges pertencentes à comunidade. Tão reconhecíveis pela flagrante semelhança com os modelos levaram o bispo da diocese, segundo consta, a sugerir aos superiores para lhe proporem retomar a pintura, como em 1942 veio a acontecer³⁰. A partir de então, em terra lusa, a letra e a alma da multi-secular regra cartusiana, após interrupção de 247 anos, tiveram quem de novo as seguisse e, como queria D. Teotónio de Bragança, “no contínuo exercício de todas as virtudes”³¹.

Na entrevista, concedida em 1927 ao diário católico *Novidades*, conta Manuel Ribeiro que o edificara sobremaneira o «espírito de renúncia e sacrifício daqueles religiosos de Miraflores, tendo tocado fundo a sua sensibilidade «a salmodia dos monges, as atenções do Prior, o dizer dos conversos, a melancolia do entardecer e o dobre dos sinos pelo silêncio da noite»³².

²⁸ Cf. *São Bruno na Cartuxa de Évora*, p. 49.

²⁹ *Ibidem* e António Salvador dos SANTOS, *op. cit.*, p. 12-13.

³⁰ *Ibidem*, p. 13.

³¹ Da Carta de D. Teodósio (01.01.1583) ao papa Gregório XIII, in *São Bruno na Cartuxa de Évora*, p. 32.

³² Cf. Entrevista citada em (3), p. 1.

³³ Cf. Jorge CARDOSO, *op. cit.*, p. 508.

A vida quotidiana, de inalterável ritmo, é passada na Cartuxa nos três espaços do mosteiro – “áspero deserto” –, o eremítico, o comunitário e o laboral. Os vultos brancos, que habitam o esmagador silêncio, parecem, no inciso impressionista do P. Jorge Cardoso, «homens sem línguas, e a não se moverem estátuas de pedra, com que dão ao mundo novos motivos de admiração»³³. Por isso, seduz a exaltante descrição do romancista de *O Deserto*, ao traduzir o que reteve e sentiu durante a estada de uma semana em que aceitara partilhar a vida do cenóbio.

Ao transpor o limiar do mosteiro de Miraflores, vindo da agitação do mundo, o autor experimenta uma sensação que pode traduzir-se pelo caminhar sobre o fio da navalha em que de um lado está Deus e do outro as almas em risco de salvação pelas quais os monges Lhe dirigem súplicas permanentes³⁴. Inquieto e especulativo, marcado por um percurso de militante anarquista e «hóspede forçado» do Limoeiro durante quase três meses, Manuel Ribeiro era uma consciência em crise profunda³⁵. O que o trazia a este ermo solitário, onde os dias se consomem entre a reflexão e a oração, individual e comunitária, medula da regra cartusiana essencialmente contemplativa, era menos a arte – pletórico tesouro aqui se guarda! – do que «o desejo de solidão e de paz», águas lustrais para Lhe curar o espírito doente³⁶.

Se os três votos – pobreza voluntária, obediência inteira e castidade perpétua – são comuns às vidas consagradas em religião, para os cartuxos consideram-se outros tantos «caminhos convergentes para a contemplação pura que é o mais perfeito estado da vida religiosa e quiçá da vida humana»³⁷. No *deserto* claustral – horto de silêncio, mortificação e penitência – a contemplação, porém, não significa inacção.

Relembra D. Eduardo, o prior, a Luciano:

«A vida contemplativa não é, como geralmente se crê, uma espécie de letargia insensível. O êxtase religioso é um adormecimento hipnótico de olhos abertos. Ser contemplativo é dinamizar toda a acção interior em acção de espírito; é um absorvimento de energias dentro do indivíduo. Toda a actividade contemplativa consiste em orar, isto é, comunicar com Deus. Um claustro põe em comunicação permanente com Deus e numa

³⁴ Cf. Manuel RIBEIRO, *O Deserto*, p. 12.

³⁵ Passado evocado nostalgicamente por Clemente Vieira dos SANTOS, «Manuel Ribeiro, esquecido...», in *Das Artes e das Letras*, página literária de “O Primeiro de Janeiro”, 11 de Março de 1959. António Sérgio, refere o articulista, atribui a conversão religiosa do escritor à sua fuga dos «mares ciclóticos e tropicais» para os «gelos polares do nacionalismo», onde «a geração de 1890, opondo-se à anterior», bloqueara «as nossas letras», dando lugar aos «vivos temas da actualidade... a outras inspirações de mentalidade reformada».

³⁶ Cf. Manuel RIBEIRO, *O Deserto*, p. 47.

³⁷ *Ibidem*, p. 141.

intercessão permanente junto d'Ele. O claustro expia, repara, desagrava. Seu mester é deslastrar o mundo de pecados e redimir o mal com sacrifícios e mortificações, (...) não há redenções sem crucificado!»³⁸.

A oração é o ar que se respira na Cartuxa, «na sombra da noite e na discreta intimidade com Deus», e, com toda a intensidade, na liturgia, do ofício das horas à missa conventual. Mais inclinados à reza que ao canto, o louvor ao Altíssimo prima pela «simplicidade austera», despida de toda a espectacularidade. Anota o escritor que os cantos dispensam o acompanhamento do órgão e todo o «esplendor cénico que a Igreja decerto aprova e que ela própria criou como uma coisa útil e necessária para a maioria dos fiéis», mas que os cartuxos «dispensam, porque aprenderam a elevar facilmente a alma a Deus sem o esforço de coisas que impressionam os sentidos», até porque este aparato decorativo «não é piedade, nem constitui de nenhum modo um elemento essencial dela». E, valorizando este despojamento, acentua: «o rito, longe de se tornar monótono e de mecanizar-se à força de repetido, decorria ardente e vivo, sublinhado com todos os acentos da alma comovida»³⁹. No ofício nocturno, de *matinas* e *laudes*, canto «de recitativo salmódico, embora entoado dum modo levemente musical», espécie de «filtro de espiritualidade porque passava a alma», o Criador ganhava impressionante relevo, pois «neste mistério augusto de louvor e adoração realizado no isolamento taciturno da noite», pelas «duas asas do coro» alinhadas nos cadeirais, «Deus parecia grande visto do fundo do claustro e como essa inquietante incógnita perdia de abstracto e de vago na sublime evocação dos monges»⁴⁰. O autor chega mesmo a reconhecer:

«Nunca encarará Deus revestido de tal majestade, de tal grandeza, tão senhor dos humens, da Terra e dos destinos do mundo. Deus nebuloso e entidade metafísica personificava-se ali numa limitação definida. Não se lhe afigurava porém com os atributos superlativos do homem, mas, inversamente, síntese, fórmula, resumo do Universo. Como a lei de gravitação viera dar um sentido ao rolamento dos orbes, Deus surgia-lhe também centro e chave de mais transcendentos cosmologias. Não mais o caos, mas uma ordem, um plano, uma lógica, um sistema, e o Universo dava-lhe o sentido duma subordinação». Em suma: o claustro cartusiano dava-lhe uma diferente e mais ajustada «noção de Deus»⁴¹.

Por sua vez, as «comoventes missas da manhã, à porta fechada, de que participava apenas a dupla fila branca dos monges, na macia e religiosa luz dos

³⁸ *Ibidem*.

³⁹ *Ibidem*, p. 46, 95-96.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 140.

⁴¹ *Ibidem*, p. 71.

vitrais abrasados ao sol nascente», que acariciava o bellissimo templo conventual, provocam em Manuel Ribeiro, «uma íntima evocação divina»⁴². Pela unção dos gestos do celebrante via «um prolongamento para além das coisas, um ritmo fora do ritmo vulgar. As suas palavras não se colhiam na letra seca dos textos. O verbo divino não se transladava na versão fónica duma voz humana, mas desprendia-se e emanava das próprias coisas santificadas pela boca daquele ser santo que vivia uma vida estranha, sobrenatural e nova»⁴³. Como tomado por uma embriaguês espiritual continua no mesmo tom impressionista. Mas,

«o momento supremo era a elevação da hóstia. Havia então como que uma síncope do pensamento, da alma, da própria vida. Os monges prostravam-se, rojavam-se, escondiam a face no pó, aniquilados, apagados, numa subversão total» – criaturas «abatidas pela lufada sobrenatural, mortificando-se, envilecendo-se e vangloriando-se no seu nada. E nesta figuração simbólica de Cristo arvorado no Calvário que o celebrante evocava ao levantar acima da sua cabeça o corpo místico de Jesus parecia que o grande Cristo do retábulo acordada do seu reino no seu suplício, e que a sua carne torturada e sangrenta palpitava e estremecia viva sobre a hóstia branca erguida para ele»⁴⁴.

A ascese do cartuxo, inscrita na regra, recorta-a Manuel Ribeiro no destaque dado à frugalidade, à abstinência perpétua, à maceração do corpo e à vida casta. A narrativa alonga-se em incursos moralistas que pormenorizam esta tópica, tais como:

«O uso do cilício permanente, os longos jejuns extenuantes, a interrupção do sono, são voluntárias mortificações. Mas o costume atenua os incómodos. De mais não são as mortificações físicas em si – continuou a informá-lo o prior – que nós temos em vista; é o gesto moral demonstrativo do desprezo por molezas e superficialidades. Aquele que pratica jejuns contínuos sabe que o seu organismo é insensível já a privações, que não lhe dão, portanto, um grande sofrimento; mas ao jejuar o monge faz uma grande afirmação moral – a sua repulsa aos excessos e imoderações da gula. O desprezo de cómodos e confortos não causa moléstia nem traz nenhuma dor orgânica, mas ao privar-se deles o religioso afirma o seu desdém por luxos e vaidades e combate indiretamente a riqueza e a opulência, mostrando com o seu desinteresse que circunstância alguma se serviria delas»⁴⁵.

Preceito normativo, não deve ser considerado repto ou provocação, antes lema das constituições da ordem que lembra aos monges absterem-se e seguirem «hábitos

⁴² *Ibidem*, p. 126.

⁴³ *Ibidem*, p. 127.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 127-128.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 120-121.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 121.

que não são do mundo»⁴⁶. Se visto como protesto mudo contra «o desregramento e a ostentação faustosa» que ultrajam «a miséria dos pobres e humildes», não pretende corrigir costumes, pois os cartuxos não se tomam por “reformadores”, mas “expiadores”, preocupados em salvar almas do pecado»⁴⁷. O claustro não é nem pretende ser «laboratório de reformas sociais», nem a tebaida de cada monge «célula-tipo» da sociedade humana. A utopia revolucionária, ainda muito desperta em sua consciência perturbada, transparece, como por osmose, no discurso moderado do prior que vai fluindo no diálogo que mantém: «o reformador não pode talhar o modelo de uma organização social numa comunidade religiosa». No entanto, reconheça-se, despreconceituosamente «que no claustro se praticam como em parte alguma as altas virtudes da fraternidade, da cooperação» e «do que se chama solidariedade», havendo mesmo a «apreender não só nos admiráveis exemplos de renúncia, de desprendimento e de sacrifício que são a maior força moral do homem e marcam a têmpera do carácter», como «na imolação sublime e desinteressada da existência a um princípio abstracto, virtude moderna tida em tão alta conta» E, enfático, o religioso conclui: «querer a justiça social é fácil, mas o difícil é ser justo»⁴⁸.

A muscular a ascese exige-se o domínio das pulsões carnis pelo voto de castidade que terá de ser rígida, aspecto que arranca ao romancista profunda admiração, por ver em semelhante renúncia dimensões de beleza heróica e «dalguma sorte protesto cavalheiresco e nobre contra o desregramento do amor, o seu aviltamento e degradação». Ao praticá-la, considera os cartuxos como «verdadeiros sacrificados do amor, aqueles que com austero afinco não transigiam, não queriam comungar na vida nem sacrificar à concupiscência vil enquanto não fosse possível fazer do amor a lei da vida, enquanto uma nova moral não reabilitasse a pureza manchada do sentimento, do pudor e da dignidade»⁴⁹.

O âmago da espiritualidade cartusiana foi, pouco a pouco, revelando-se assim a Manuel Ribeiro na observação silenciosa e nas interpelações que ia tendo o ensejo de fazer, para esclarecimento das dúvidas que lhe assaltavam o espírito. Leituras e conversações transforma-as a técnica do ficcionista em diálogos doutrinários travados com o prior, percebendo-se, nos extensos desenvolvimentos, um notório intuito, não apenas didáctico, mas apologético apostado em salientar o significado dos pontos axiais da regra monástica dos seguidores de S. Bruno – terra fecunda que torna propício o exercício de todas as virtudes, como o arcebispo D. Teodósio de Bragança reconhecia. Nesse sentido vai a resposta às

⁴⁷ *Ibidem*.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 123.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 247.

questões lançadas pelo visitante. Se existe em todas as almas a necessidade de um ideal, pergunta, por exemplo, em certa altura: como explicar esse «negativismo estéril de Deus e este apelo ao egoísmo, à cupidez ignóbil dos instintos de presa e de dominação»; como é possível que «a razão não perfilhe o que a consciência sente»? Reconhecendo no mundo um poder maléfico, o prior exalta os claustros cartuxos «que preenchem de alguma maneira o vácuo das almas lá fora». Neles, esses monges brancos, continua em seu discorrer o religioso,

«dedicando-se exclusivamente ao culto de Deus na solidão e nas práticas da vida contemplativa pura, e repudiando tudo o que se não relacione directamente com Deus e que apresente um interesse humano qualquer, proclamam que Nosso Senhor é digno da homenagem de todo o nosso ser, que uma vida inteiramente dedicada à sua consagração e louvor é uma vida bem empregada, e que em Deus se encontra com que satisfazer super-abundantemente todas as aspirações da alma, todos os desejos do coração»⁵⁰.

Como carne a assar em lume brando, o escritor vai-se deixando convencer «de que só a religião é capaz de espiritualizar a vida». Do contacto com a comunidade de Miraflores recebia o seu revolucionarismo sonhador a eficaz lição de que o claustro, se não lhe podia dar um «tipo de sociedade», oferecia-lhe, contudo, «o tipo ideal do homem – o homem sóbrio e simples, generoso e solidário, espiritual e crente». A gravidade das práticas e ritos que presenciara e a humildade das almas arrebatavam-no até ao sublime que era sentir-se por ele empolgado, ou seja, ser «tocado pelo frémido de Deus»⁵¹. As lutas pelo poder e pelos bens temporais soavam-lhe a inutilidades perversas, correrias desvairadas atrás de vãs glórias face à acertada escolha daqueles homens simples que «imprimiam à vida a sua máxima amplitude com um mínimo de acção». Reconhecia-se vencido pela certeza de que, no «despreendimento e desapego das coisas, eles viviam melhor a vida do que todos os outros que a desbaratavam julgando erradamente viver»⁵². Mesmo que o fim do claustro não fosse a conquista da felicidade, toda aquela ascese levada até ao paroxismo mostrava ao idealista, empenhado na transformação social pela luta revolucionária, que a renúncia «aos predomínios que redundam sempre em opressão quando não são de ordem moral; às riquezas que não passam de apropriação privada daquilo que pertence a todos, como Deus é de todos e a sua casa está aberta a todos; – era isso o que dava a felicidade, o que unia os homens na comunhão do amor, da fraternidade e da paz. Coisa tão simples e na realidade tão custosa»⁵³.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 233-234.

⁵¹ *Ibidem*, p. 240-241.

⁵² *Ibidem*, p. 244-245.

⁵³ *Ibidem*, p. 245.

Sendo o mosteiro de Miraflores um deslumbrante escrínio de arte, Manuel Ribeiro havia mergulhado num universo de beleza, de que a igreja conventual era o *ex-libris*. Construída a partir do gótico florido, espraiava-se da renascença ao barroco, na arquitectura, na estatuária e na pintura, através da majestosa nave, das capelas laterais aos corredores e claustros, da sala do capítulo ao refeitório e à biblioteca.

Referências assinaláveis a Portugal são, na Cartuxa de Miraflores, a formosíssima arca tumular da rainha D. Isabel, falecida em 1496, depois de 42 anos de viuvez. Neta de D. João I, o monarca de Boa Memória, e mulher de D. João II de Castela (1405-1454), cujo casamento o célebre valido D. Álvaro de Luna (1390-1453) havia imposto, foram estes príncipes, pais de Isabel, a Católica, fundadores e grandes protectores do cenóbio cartusiano. Da lavra do escultor renascentista Gil de Siloé (1489-1493), quatro anos exigiu de porfiado labor⁵⁴.

O mausoléu, onde repousam os restos mortais do casal régio, é uma impressionante e avantajada estrela branca em alabastro, de oito pontas e dezasseis faces. Em cada uma há um nicho «com baldaquino lavrado cobrindo estátuas alçadas». Belíssimas são as figuras esculpidas:

«Do lado da Rainha as oito estátuas representavam as três virtudes teologais e as quatro cardeais: a *Justiça*, coroada e com uma espada em cada mão; a *Temperança* com um quadrante solar, símbolo da medida e da precisão, e na única mão que lhe restava, uma concha com água que a menor imprudência entorna; a *Força* com uma bigorna e uma prensa; a *Prudência* tendo um livro aberto e sobre a cabeça uma casa. A oitava estátua da série era uma dorida piedade. As figuras que correspondiam aos oito nichos do lado do Rei representavam reis, profetas, apóstolos e outras personagens bíblicas. Dois grupos de cartuxos em oração instalavam-se no ângulo saliente anterior e posterior. [...]. Paralelamente, do lado de cada estátua jacente erguiam-se imponentes troféus de leões com escudos; o de Castela e Leão, a par do Rei, e o de Portugal, a par da Rainha»⁵⁵.

Exaustivo na descrição, observara o olhar impressionista do escritor um como exagerado sentimento de pudor que no gélido tálamo mortuário de pedra polida separava as duas estátuas jacentes. E, detendo-se atentamente na postura de D. Isabel, pormenoriza:

«Toucada com o véu de linho sôbre o qual assentava a alta corôa gótica, de florões estilizados e embutidos de pérolas e miúdo aljôfar, a cabeça da Rainha descansava na almofada, de olhos semi-serrados e na expressão tranquila e plácida de quem vai adormecer. Sobre a camiseta leve, aconchegada até à gorja, descaía o colar e d'alto a baixo

⁵⁴ Cf. *Santa Maria de Miraflores*, por un monje cartujo, Burgos, Caja de Ahorros Municipal, 1992, p. 10-15.

⁵⁵ Manuel RIBEIRO, *O Deserto*, p. 211-212.

envolvia-a a ondulação farta do vestido talar de largas mangas abertas, presas por três laços com espigas de pérolas, donde saía em pregas a cambraia fina da roupa branca. Tôda a régia figura estava envolvida por uma riquíssima sobretúnica ou dalmática de brocado cairelada de largas fimbrias e constelada de miríades de jóias, pérolas, aljofre e recamos quadrilobados incrustados de pedraria. Nas mãos enluvadas e com anéis nos dedos sustentava um livro aberto; tinha os pés calçados de chapins. Um longo rosário pendia-lhe monásticamente da cintura. Voltava-se o corpo um pouco sobre a esquerda, para melhor ser vista, ou por pudor, ou porque a atraía talvez o filho, morto muito novo ainda e jazendo na parede dêsse lado da igreja. Todo êste enorme brilhante calcáreo, talhado em estrêla, fora esculpido por um génio e nêle ficara cinzelado tudo quanto o gótico podia exprimir em beleza, finura, subtilização e espiritualidade»⁵⁶

Em capela lateral dedicada a S. Bruno, encontra-se a estátua em madeira policromada, obra-prima de Manuel Pereira (1588-1683), artista português do barroco que trabalhou na corte espanhola. Imprimiu-lhe o escultor tão poderoso realismo que por inteiro se ajusta o dito que, de há séculos, continua a correr. Ao olhar para a imagem um cortesão disse a Filipe IV, em visita a Miraflores: «No le falta más que hablar»; ao que o rei retorquiu: «No habla porque es cartujo»⁵⁷. Depois de longa contemplação, Manuel Ribeiro escreveu, impressionado pelo misticismo que irradiava:

«A estátua, em tamanho natural, estava viva, mas toda a sua vida se concentrara no olhar que incidia reflectidamente sobre um crucifixo que o patriarca das Cartuxas segurava na mão direita. Era o rosto calmo e grave sem ser severo; o artista soubera dar-lhe esta expressão descontraída e aberta que o semblante toma quando a alma se abstrai ou se transporta projectada. San-Bruno, contemplando o crucifixo, chamara toda a alma aos olhos e a expressão, sem perder a naturalidade, aparecia transfigurada, espiritualizada numa vida que não se dava nem era para nós, mas circulava apenas entre o seu olhar e o Cristo que tinha na mão. Vivia certamente, mas a vida abstracta da contemplação de Deus»⁵⁸.

Naquele ambiente de arte religiosa de superior inspiração, o romancista não resistiu a fazer extensas descrições históricas, estilísticas e impressionistas, pretextadas no que descobria e detidamente observara. Nasciam ou se integravam não poucas nas conversas que travava com o superior do mosteiro, Fr. Leonardo, o monge-artista, e o cartuxo português, Fr. Bruno, o amigo e ex-cantor da Sé de Lisboa, cujo convite originara a sua vinda até Miraflores, *deserto* onde presentira uma como outra sarça ardente a dizer-lhe que naquele chão sagrado se ouviam

⁵⁶ *Ibidem*, p. 213-214.

⁵⁷ Cf. *Santa Maria de Miraflores*, op. cit., p. 27.

⁵⁸ Manuel RIBEIRO, *O Deserto*, p. 157.

vozes divinas. Confessa assim que “desadora a arte pela arte”, porque apenas a concebe «aliada a uma causa boa e justa». Por isso, acentua o seu desiderato de artista cristão:

«São as ideias que inspiram a arte e delas depende o seu carácter. Todas as ideias boas, belas, elevadas, nobres e sãs vêm de Deus e só dele podem vir, pois que só Ele é a origem de tudo o que há de verdadeiro na criação».

O caminho a seguir, nesta cruzada proselítica, o prior da Cartuxa lhe traça ao ordenar: «Não vos limiteis a admirar e retratar a obra de Deus; tornai-vos também auxiliar da sua Igreja, ajudai-a na grande obra que tem primazia sobre todas as outras e que consiste em elevar e enobrecer a dignidade, que o mesmo é trabalhar pela felicidade do género humano, aproximando-o de Deus seu protótipo»⁵⁹.

No entanto, a presença, em Miraflores, de um monge pintor, que na narrativa se dá pelo nome de Fr. Leonardo, é oportunidade para o escritor poder opinar sobre a função do atelier de um artista num claustro de contemplativos. Ao conceder licença para que lhe visitasse a cela – lugar que é outro céu, pois nele o cartuxo se antecipa a contemplar e louvar a Deus, como acontecerá quando estiver em seu seio eterno – e visse desta forma um dos menos rígidos lados da clausura, o prior justifica por que se condescende que na vida do cartuxo possa haver lugar para a prática artística:

«Os nossos monges não são artistas, nem um convento contemplativo pode tornar-se uma academia de letrados. Não hostilizamos, porém, a arte e consentimo-la até a título de passatempo inofensivo e diversão inocente do espírito, nos poucos momentos de inactividade contemplativa».

E, em tom grave, acrescenta:

«Mas a arte não deve absorver o espírito que só na oração se exalta e só em Deus encontra o seu objectivo ideal»⁶⁰.

Se acontece, contudo, o monge descobrir em si, por detrás da clausura, uma vocação de artista, não se apaga a chama, prossegue D. Eduardo, enfatizando:

«Que se expanda! Não afogamos nem atrofiámos vocações. Bem entendido que um artista de génio no claustro não pode ser senão um admirador de Deus e a sua arte, como a de um Fra Angélico, não há-de ser, portanto, senão um prolongamento místico da sua adoração e do seu amor de Deus. E porque é um claustral, logo um humilde, não há receio que o enveja e o perca o incenso da glória. Um monge é sempre e

⁵⁹ *Ibidem*, p. 255.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 151.

acima de tudo – um monge, e amará sempre e acima de tudo – Deus. De mais nas cartuxas houve em todos os tempos artistas, sobretudo pintores. Neste mesmo claustro viveu, nos princípios do século XVI, um pintor insigne, frey Leyva, de que possuíamos muitos quadros alusivos à vida de San-Bruno, quadros que se foram como tantas coisas belas»⁶¹.

Obra datada, *O Deserto* de Manuel Ribeiro é, no fundo, uma radiografia histórica, artística e espiritual da Cartuxa de Miraflores feita por um leigo em crise ideológica e religiosa. Em séculos sucessivos um ondear de estilos deixou aqui e além as suas marcas, dilatando-lhe a beleza e enriquecendo-lhe a iconografia. Mas esse afã de aformoseamento e transformações no templo de Deus e no cenóbio monacal cessou no tempo. De há muito que arqueologicamente Santa Maria de Miraflores deixou de modificar os atavios. Percorrendo-a nos breves dias dos inícios de 1920 que viveu *intra-muros* pode sentir-lhe o passado e descrevê-lo fiel ao que fora. O privilégio concedido de se poder integrar no seu quotidiano proporcionou-lhe o raro ensejo de sorver em pleno a espiritualidade contemplativa cartusiana, imutável desde que as constituições consagraram a vontade e o ideal do fundador.

Narrativa histórica de construção romanesca, animam-na homens e problemas de uma época, identificáveis com vivências ideológicas e espiritualistas de uma actualidade já quase secular – hoje em cinzas. Levados pela morte se foram também os religiosos que animada e exaustivamente dialogaram com Manuel Ribeiro e ouviram as suas inquietações sempre numa mútua empatia.

Resguardando a penetração na clausura, a Cartuxa de Santa Maria de Miraflores continua a ser, para os monges brancos lá recolhidos em rigoroso silêncio, a subida do calvário redentor e ante-câmara do céu em perene louvor a Deus, qual essoutra sua irmã portuguesa. Hoje, a releitura de *O Deserto* de Manuel Ribeiro, fresco impressionista da arte e espiritualidade cartusianas, tão influentes na conversão do escritor, aviva a ideia que, ao tempo do seu aparecimento, podia a muitos ocorrer, da oportunidade do ressurgir da Cartuxa de Évora, Santa Maria *Scala Coeli*, quase quarenta anos ao depois consumada.

Nas duas, o mesmo *Deserto*, na essência recriado por Manuel Ribeiro, é um cenóbio eremítico de contemplação – flecha dirigida ao Mais-Além num mundo mergulhado em apocalíptico viver.

⁶¹ *Ibidem*, p. 151-152.



Fig. 1 - *São Bruno* - Escultura em madeira do artista português Manuel Pereira, colocada na capela lateral da mesma invocação.



Fig. 2 - *Cartuxa de Miraflores* - Vista geral do Mosteiro de Burgos.



Fig. 3 - *Estátua jacente da rainha D. Isabel*, infanta portuguesa, neta de D. João I, o de Boa Memória. Pormenor da arca tumular colocada na capela-mor do mosteiro.



Fig. 4 - Frontispício da 4ª edição.

João Silva de Sousa

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

O Infante, a Covilhã e a Ordem de Cristo

Resumo

As palavras de Fernando Pessoa “Cumpriu-se o Mar, e o Império se desfez./Senhor falta cumprir-se Portugal!” traduzem a existência de uma antiga troca de culturas entre o nosso País e os Continentes, mesmo nos seus espaços mais longínquos e uma interrogação acerca de como ele disso se terá ou não aproveitado. Os representantes da Coroa portuguesa, livres de amarras, ambiciosos e aventureiros, após 1415, foram, sem dúvida, o Infante D. Henrique, a sua Casa e o homem português, nobre, eclesiástico, da burguesia e, sobretudo, o homem comum, o homem do povo. Denunciaram terras e novos produtos, acataram e desenvolveram técnicas diferentes. O Senhor de Covilhã, 1.º Duque de Viseu e 1.º Administrador laico da Ordem de Cristo usou de quanto tinha e daquilo de era titular na prossecução de empresas militares no Norte de África, e marítimas, com objectivos diversos, na costa ocidental da África: “E a orla branca foi de ilha em continente,/ Clareou, correndo, até ao fim do mundo” – e mais disse o Poeta...

Abstract

The words of Fernando Pessoa, “The Sea fulfilled, the Empire fell apart./But oh, Portugal must yet fulfil itself!”, express the existence of an age-old encounter of cultures between Portugal and the Continents, stretching to their farthest corners. These words also question the extent to which Portugal may or may not have taken advantage of this proximity. The ambitious and bold representatives of the Portuguese Crown as from 1415 were, undoubtedly, Infante D. Henrique, the Navigator, his household and the Portuguese, the noble, the ecclesiastic, the bourgeois and, above all, the common man, the man of the people. They claimed new lands and products and adopted and developed different techniques. The Lord of Covilhã, first Duke of Viseu and first lay director of the Order of Christ, made use of all he possessed, his titles, privileges and ownerships, in the pursuit of military enterprises in Northern Africa and maritime enterprises along the West African coast for several purposes: “And the white shore lit up, isle to continent./And flowed, even to the world’s end” – the Poet added...

1. As ordens religiosas afrouxaram nas suas características e objectivos militares após a conquista do Algarve, em 1249¹. A de Cristo foi a que melhor

¹ Muitos têm sido os trabalhos publicados ultimamente e variadas as opiniões. Acerca da hipotética

manteve ainda este cariz, pois esteve, desde 1419/20, sob a administração do Infante D. Henrique, de seu sobrinho e afillhado, D. Fernando, um dos filhos mais novos do rei D. Duarte e depois, sobretudo, com D. Manuel I, o mais novo deste D. Fernando e neto de D. Duarte².

Por volta de 1440, estavam os seus freires autorizados a casar e, em 1505, encontravam-se dispensados do voto de pobreza que já se não detecta, nem com esforço, nas reformas do clausulado dos seus Estatutos no Séc. XIV (1321 e 1326)³ e muito menos, com o Infante, um século mais tarde, desde 19 de Maio de 1426⁴. Também não podemos esquecer que a sua origem esteve nos Templários, cuja fama residia, entre outras vertentes, na ostentação e riqueza.

Na base deste espírito, notava-se fortemente a ideia de manter um acesso muito reservado e um carácter francamente elitista, espelhando-se na sua constituição e ordenação feitas pelo Infante e pelos comendadores da Ordem, em capítulo geral, celebrado no Convento de Tomar, e ainda no destino a dar aos bens dos freires e nas providências ali a tomar a seu respeito⁵.

Nova regulamentação, ou aditamento à anterior, data de 2 de Outubro de 1449, poucos meses depois do desfecho de Alfarrobeira que tomou lugar em Maio deste ano⁶.

presença das Ordens religiosas e militares na Expansão Portuguesa e nas Conquistas das praças norte-africanas, as ideias não têm divergido muito, à excepção do empenhamento da Ordem de Cristo, liderada pelo Infante e outros membros da Família real, até D. Manuel I, *inclusive*. Entre vários estudos levados a cabo por Maria Cristina Pimenta e Maria Cristina Cunha, entre outros, vejamos-se *As Ordens Militares em Portugal. Actas do 1.º Encontro sobre Ordens Militares*, Câmara Municipal de Palmela, col. “Estudos locais”, 1991.

² Cfr. João Silva de Sousa, entre outros títulos, *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*, Lisboa, Livros Horizonte, Col. “Horizonte Histórico”, 1991, cap. V. “O Infante D. Henrique, Governador e Administrador da Ordem de Cristo”, pp. 136-161. Veja-se Maria José Pimenta Ferro Tavares, “Algumas doações de D. Manuel, Duque de Beja, a algumas Igrejas da Ordem de Cristo”, in *Anuario de Estudios Medievales*, n.º 11, Barcelona, ed. do Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1981, pp. 858-868.

³ IAN/TT, *Gaveta* 7, maço 1, n. 2, e maço 13, n.º 27; *Chanc. de D. Dinis*, l.º 3, fl. 138 v; *Ordem de Cristo*, cód. 234, parte 1, fl. 39 v.; B. N. L., Alcobaça, códcs. 37, fl. 178 e 218, fl. 146, do séc. XVI e referenciado in *As Gavetas da Torre do Tombo*, Vol. II (*Gav. III-XII*), dir. pelo P.e António da Silva Rego, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962, pp. 419 e 504; *Monumenta Henricina*, Vol. I, Lisboa, 1960, p. 103, n. [5] e p. 153; Maria José Pimenta Ferro Tavares, art.º e *obr. cit.*, p. 870, n. [4]. *Vide n/ título supracit., Ibidem*, p. 138.

⁴ Com a devida autorização de D. João I e de D. Duarte, enquanto infante, príncipe, herdeiro do trono, que, desde 1411, o assessorava na governação do Reino, D. Henrique regulamentou, a 19 de Maio deste ano, por escrito, as propriedades e as comendas da Ordem, bem como a sua composição. Veja-se p. 140 e respectivas notas e remissões bibliográficas, in *n/ obra supracitada*.

⁵ Julgamos, como o temos vindo a sublinhar em outros estudos, que tal não deve reportar-se a todas as comendas da instituição, mas tão-só àquelas cujos titulares foram substituídos, incluindo-se, então, um ou outro cargo que antes não existiria, sem que se mencionassem os que figuravam nas *Ordenações* já acima apontadas.

⁶ Os *Estatutos* da Ordem de Cristo sofreram, então, nova reforma, levada a termo por D. João Vicente, bispo de Viseu, com a autorização do papa Eugénio IV, a pedido do Infante, dado que a anterior

Estes Estatutos ratificam a localização da sede da Ordem em Tomar, depois de ter transitado de Castro Marim para Castelo Branco. Dispõem sobre a obrigatoriedade de os seus feires, comendadores e cavaleiros, terem o dever de se deslocarem sempre a cavalo e de envergarem, em sessões solenes, roupagens especiais de escarlata, seda e ouro, e tecidos bordados, primando-se por materiais importados, ricamente confeccionados e tingidos. Contudo, o seu trato devia ser amável embora reservado, o que deixa antever que o seu regedor, o Infante D. Henrique, era um homem que apreciava o luxo e a distinção e não tão-somente, a figura sinistra e apegada à religiosidade extrema com que o desenharam, esculpiram e retractaram até aos anos Sessenta. O Infante tinha herdado o espírito de argúcia e finura de sua mãe, e a aparência austera de seus padrinhos que o educaram, sobretudo, de D. Lopo Dias de Sousa, a quem sucedeu na administração da Ordem, e do francês Frei Aymar Aurillac, da Ordem de S. Francisco e confessor da rainha D. Filipa. O Poeta, colocou-o em seu trono, com o seu manto, com o mar aos pés, como o único imperador que tem o mundo em suas mãos. Fernando Pessoa pouco se importou com o seu ar místico, e cantou-o com um grande sentido de vida e movimento, símbolo do início da expansão cultural portuguesa.

De facto, também não fora comedido, quando organizou umas festas em Viseu para receber seu irmão D. Pedro, a fim de comemorarem, em conjunto, na companhia dos seus homens de criação, a decisão da tomada de Ceuta, em que tanto folgou e dançou, animadamente, à luz de altas tochas, e, porventura, melhor terá bebido, pois encomendara dos mais afamados vinhos secos e adocicados da região e do Estrangeiro⁷. O mesmo sucedeu, quando D. Pedro, nas suas terras no vale do rio Mondego, lhe retribuiu o convite. Não perdia também nenhum Natal na Corte, na companhia da Família Real, não se privando dos festejos de ocasião⁸.

Os rendimentos financeiros da Ordem atingiam montantes inesperados,

Constituição continha disposições gravosas à mesma, verificando-se a necessidade da sua actualização rápida. Nestes, entre os variados capítulos que tinham a ver com os freires da Ordem, salientava-se que a sede da mesma que ficava em Castro Marim, era agora transferida para Tomar, onde devia permanecer, o que já tinha sucedido um século antes, em 1356. No texto não encontramos quaisquer referências a Castelo Branco. IAN/TT, *Pergaminhos do Convento de Cristo em Tomar*, cx. 2, mç. 2, doc. 16; *Ordem de Cristo*, Cód. 235, parte 4, fl. 10 v. Publ. in *Monumenta Henricina*, Vol. III, Coimbra, 1961, pp. 2-3.

⁷ Para este efeito, ver n/ estudo cit., Cap. II: “O Infante D. Henrique. Algumas notas biográficas e seus itinerários”, pp. 17-75, o primeiro ensaio feito neste sentido. Aguardamos, com certa expectativa, as novidades introduzidas a este tema que está a ser desenvolvido por José Manuel Garcia que tem vindo a trabalhar muito à volta do Infante e da sua Casa, desde que os publicámos, em 1988, pela primeira vez em texto policopiado, e, em 1991, em livro dado à estampa pela Livros Horizonte.

⁸ Idem, *ibidem*.

superando o assentamento da maior parte dos mais destacados senhores feudais do Reino, tal como sucedia com os de D. Henrique, como veremos adiante.

Gravitando à sua volta, existiam confrarias, de acesso, em princípio, também muito restrito, embora de carácter popular. Começam com as mulheres e os homens reunindo-se na paróquia da aldeia, no adro de uma igreja da cidade, nas encruzilhadas ou nas esquinas das ruas, junto aos oratórios, como, por exemplo, em Almendra, onde “esta huua casa muy solempne de sancta maria aa qual em cada huu anno no mês de setembro que uem o seu dja hiam muytas jemtes por muytos milagres que fez E tambem por gaanharem mj1 e tantos dias que teem de perdom qualquer pessoa que a sua casa pello dicto seu dja vay ou aprouee de suas esmollas”⁹.

Oragos como este pertenciam a um dado culto religioso, fornecendo-se-lhes grandes círios para iluminarem os altares, além de algumas moedas para esmolas. Com efeito, estava no espírito dos confrades praticarem actos de solidariedade, favorecendo os associados caídos em desgraça: órfãos e viúvas, lavradores e artífices arruinados ou doentes...

A Confraria do Espírito Santo, muito ligada, no reinado de D. Dinis aos Templários, com a extinção destes, vêmo-la unida à Ordem de Cristo, com larga representação de Tomar aos termos da Covilhã¹⁰. Para além das obras de caridade, funcionavam como cooperativa de pastores e agricultores, cardadores da lã e do linho, *opeários* tintureiros a estas ligadas e criadores de gado, sobretudo lanígero, uma das principais actividades da vila da Covilhã e em todo o Almojarifado da Guarda, correndo em direcção ao rio Tejo, separando-o, desta feita, da Comarca de Entre Tejo e Guadiana ou do Alentejo, como mais tarde passou a ser designada. Ao Infante atribui-se ter ordenado a construção da Capela de Santa Cruz, a qual, anos depois, fora mandada restaurar por D. Luís, filho de D. Manuel I.

Tal como a Ordem de Cristo, as suas confrarias (e referimo-nos a elas usando o termo “as suas”, dado haver uma dependência muito directa), detêm os seus ritos de iniciação, missas, predicacões, divisas, insígnias e trajes próprios, cujo significado está reservado aos seus membros. Nos banquetes e nas festas, as comendas da Ordem com os seus templos podiam abrir-se ao público, a fim de celebrar mistérios e milagres. Nas ruas, associados ou não aos mesterais, organizam

⁹ IAN/TT, *Chanc. de D. Afonso V*, l.º 2, fl. 108. Ver Virgínia Rau, *Feiras Medievais Portuguesas. Subsídios para o seu estudo*, Introdução e índices por José Manuel Garcia, Lisboa, Editorial Presença, 1982, doc. n.º XV, p. 138.

¹⁰ Torna-se imperiosa a recolha e publicação de documentos avulsos dos Arquivos de vilas e outras pequenas terras da nossa Beira, além da reedição de monografias, completamente perdidas ou esquecidas, e que são a riqueza da cultura das terras e das suas gentes onde se nota vivamente a associação de lendas a aspectos que podem muito bem ter sido realidades passadas.

procissões, montando estrados para representações teatrais e grupos corais que retroagem aos séculos perdidos da nossa mais antiga medievalidade.

Com o decurso dos tempos, haverá comendas que se especializam, com as suas confrarias, na música religiosa, em cânticos e na elaboração minuciosa de livros de Horas... conforme registou Damião de Gois na *Descrição da Cidade de Lisboa*¹¹.

Outras dedicam-se ao profano: ao teatro e a jogos florais que reúnem poetas e menestrelis, actuando para audiências conjuntas: populares e aristocratas, identificando-se, entusiasticamente, como no-lo informa Garcia de Resende, quando este afirma, em dedicatória ao rei, que, para além dos grandes feitos, também são dignas de memória muitas “cousas de folgar & gentilezas amores justas & momos”¹², coincidentes com trocadilhos, contrastes e paradoxos que aí podemos detectar: jogos de palavras que não retiram o interesse histórico à obra em causa.

2. O julgado da Guarda tinha obrigatoriamente 50 besteiros do conto que se encarregavam, em turnos anuais, da defesa do centro urbano. A Guarda era uma cidade, tinha o seu bispo e dela, ou melhor, do seu almoxarifado fazia parte a Covilhã, sem bispo, conseqüentemente, ao tempo, apenas uma vila, mas com 30 besteiros, no mesmo tipo de rotatividade anual, ou seja, com cerca, sempre para mais e nunca para menos, de 6 390 almas (Rebelo da Silva multiplica o número de besteiros do conto por 213), o que correspondia sensivelmente ao indicado no censo de 1527-1532, do tempo de D. João III. Bem à vontade, entre 3000 e 3500 eram homens em idade militar¹³.

Gravitavam, à sua volta, no século XV, as aldeias e vilas de Catrão, Belmonte, Benviver, Valezim, S. Romão, Folhadosa e Seia, terras do Infante do Henrique;

¹¹ Lisboa, 2.ª ed., Livros Horizonte, 1988, pp. 59-60.

¹² Vide Garcia de Resende, *Cancioneiro Geral*, in Manuel Rodrigues Lapa, *Florilégio do Cancioneiro de Resende / Selecção, prefácio e notas*, 3.ª ed., Lisboa, 1960, pp. VII-XVI; André Crabbé Rocha, *Aspectos do Cancioneiro Geral*, Coimbra, 1950. Foi organizado e publicado, pela primeira vez, em 1516, possivelmente inspirado no *Cancioneiro de Baena* e no *Cancionero General de muchos y variados autores*, de Hernando del Castillo, impresso em 1511 e reeditado em 1514. Assim, concluindo, detectamos: 286 poetas diferentes; perto de mil composições (sendo 15% em Castelhanos).

¹³ Vide o rol de besteiros do conto, com data provável de 1422, no 1.º I das *Ordenações Afonsinas*, nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa, nota textológica de Eduardo Borges Nunes, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, ed. fac-similada, tit. LXIX, (pp. 443-447). A. H. de Oliveira Marques, “A população portuguesa nos fins do século XIII”, in *Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Documenta Historica, 1980, pp. 51-92; L. A. Rebelo da Silva, *Memória sobre a População e a Agricultura de Portugal desde a Fundação da Monarchia até 1865*. Parte I. 1097-1540, Lisboa, 1868; e Soares de Barros, “Memoria sobre as cauzas da differente população de Portugal em diversos tempos da Monarchia”, in *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo 1, Lisboa, 1789, pp. 123-151.

e as comendas de Cristo: Castelo Novo, Proença, Bemposta, Castelejo, Torre do Arrizado, Valezim, e as Idanhas (a Nova e a Velha). Umas vinham já das reformas levadas a efeito pelas *Ordenações* de 1321 e de 1326. Em torno destas comendas, como à volta das terras do Infante já citadas, gravitavam outras peças com nomes bem explanativos da sua utilidade: Moinho, Linhares, Vinha do Carricho, Horta de José Mendo e tantas outras, num total, bem próximo das 174 leiras de vinho, frutos, leguminosas, pão e linho, sobretudo, terras de lagareiros e moedores, por onde transitavam almocreves, recoveiros e marceiros. Eram peças que andariam entre os cinco e os 25 besteiros do conto. As áreas à volta delas eram sobretudo casais ou agrupamentos destes, cada qual com um mínimo de 5 almas e um máximo de 60. Quando se juntavam em número de doze, tomavam a designação de bacalar. Os que detinham o seu domínio útil eram os bacalários. Havia sempre, em cada casal, um cairel ou caseiro, isto é o cabeça possoeiro ou cabecel do casal que respondia pela sua casa e pela terra em torno desta¹⁴. Aí produzia-se de tudo um pouco à volta da Covilhã, numa área de termo de 5 léguas, ou 25 km, aproximadamente. E os forais (de D. Sancho I, de 1186 e de D. Manuel I, de 1510)¹⁵, além das Inquirições de D. Duarte de 1433-34¹⁶, só avançam com a figura do casal que tivesse a função de servir a terra com carradas de mato, lenhas e madeiras, além do transporte de frutos e pedras de linho alvo, e o pagamento de uns galináceos, ovos, alhos, cebolas e cheiros. São raras, mas tomam a designação de carpentárias, ou seja, de casais com determinadas obrigações, e estas, em si mesmo, consideradas.

Por perto, juntamente com os casais, vêem-se quintas ou quintanas e quintãs, granjas e celeiros, entre outras peças, como as jeiras, por exemplo.

Havia ainda as fogueiras, isto é, casais que, anualmente, pagavam à Coroa, certos foros – em pão alvo, por exemplo –, que, por cá, se designavam de fogos ou fumádegos, donde fogaça e fogaceiro, tão ligados às festas do Espírito Santo nos Açores e em Tomar.

Assim, podemos contabilizar, embora com larga margem de erro mas por defeito, 42 000 habitantes, donde 25 000, seguramente, encontrar-se-iam em idade militar.

¹⁴ Sobre alguma desta terminologia, consulte-se Maria Helena da Cruz Coelho, *Homens, Espaços e Poderes, século XI-XVI*, 2 Vols., Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

¹⁵ Um recente estudo dos forais, decerto aproveitado para um trabalho de maior envergadura, foi já executado por Ricardo António Pereira Lopes, *Justiça Criminal nos Reinados de D. Afonso IV e de D. Pedro I*, Lisboa, 2003 (texto policopiado): um estudo a publicar com urgência.

¹⁶ Ver João Silva de Sousa, “Inquirição de D. Duarte aos Almojarifados de Viseu e Lamego (1433/34), in *Mare Liberum*, n.º 11-12, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Jan./Dez., 1996, pp. 103-163.

Deste modo, podemos inferir que a Covilhã não se afastaria muito de Lamego, Viseu e Guarda, sedes de almoxarifado. E, a propósito, considerando a Covilhã, como Castelo Branco, dependentes da jurisdição da Guarda, a primeira estaria incluída numa área jurisdicional com o dobro das de Viseu e Lamego e com um número de habitantes que superavam estas duas também. Lamego, Guarda, Viseu e Castelo Branco pertenciam à extensa Comarca da Beira, sensivelmente a Beira Interior dos nossos dias.

Tudo isto para dizer o quê? Que a Covilhã tinha, nos séculos XIV e XV, uma importância económica considerável, com a sua feira anual, desde 1260, estabelecida, por D. Afonso III¹⁷, adentro do seu pano de muralhas, de que hoje existem apenas alguns trechos, com a duração de oito dias, “por Santa Maria de Agosto”, e com a obrigação de solvência ao rei de portagens e demais direitos não mencionados mas que cremos se refiram às sisas ou metade delas, pagas pelos vendedores e pelos que da terra, do seu termo e pelos que de fora vierem a ela (imposições, decerto, aliviadas, por ser terra do Infante, tornando-a, pois, numa feira semi-franquada). E conta também com uma defesa que, pela sua proximidade com a linha de fronteira com Castela, lhe proporcionava uma certa autonomia própria e, inclusivamente, uma fonte de recrutamento de soldados, cavaleiros e escudeiros, além de pés terra, para as hostes régias, ao tempo de Ceuta (1415), dos reforços militares desta (1419, 1424 e em outras alturas), Tânger de triste desfecho (1437), Alcácer Ceguer (1458), Casa Blanca ou Anafé (1468), Arzila e Tânger (1471), um pouco mais tarde, Safim e quantas mais... Também aquando das reivindicações dos direitos de Joana e Afonso V ao trono de Castela, enfrentando Fernando e Isabel, em 1475-1476, com a batalha de Toro, de resultados indefinidos, e que tomou lugar neste ano. As fronteiras, ante o exposto, percebe-se claramente, teriam de estar bem defendidas.

3. A nossa vila havia de dar à Casa do Infante D. Henrique homens de bom nome, por acções que os notabilizaram. Homens que, no “aparelho administrativo”, desempenharam funções de vulto. Referimo-nos a Afonso André, escudeiro, nomeado para altos cargos militares e da justiça; Álvaro Martins, escudeiro, criado na Casa henriquina, que chegou a almoxarifé da Guarda; Aníbal Pereira, também cavaleiro; um Covilhã que foi arauto; Fernão da Covilhã, escudeiro; Gil Vicente, criado do Navegador e muito ligado à Ordem; o tão falado Mestre Guedelha, cirurgião; João Farinha, besteiro do monte; o ouvidor do rei, Lopo de Parada, da Casa do Infante e outro, Lourenço Eanes; dois homónimos e ambos

¹⁷ IAN/TT, *Chanc. de D. Afonso III*, l.º 1, fl. 45. A carta que lemos foi transcrita por João Pedro Ribeiro, nas *Dissertaçoens Chronologicas*, III, p. II, 76. Vide Virginia Rau, *obr. cit.*, p. 177, doc. III.

escudeiros-criados, Luís Fernandes: um deles fora meirinho; Pedro Machado e Rodrigo Tavares, escudeiros e criados, entre outros mais¹⁸.

Mas, vejamos os números, apenas relativos à Covilhã e a homens da Casa do Infante, o que é sempre mais expressivo e claro:

- nos diferentes grupos considerados: 14;
- privilegiados: a grande maioria, naturalmente;
- nomeados para serviços do rei: 9
- total na Beira: 125
- total na Covilhã, sem contar com os seus termos: 37, ou seja: 29.6% , além dos ligados à guerra e às navegações em que foram encontrados 69, entre 1415 e 1458.

Que conclusões podemos tirar destes dados?

1.^a Os que citámos foram apenas um reduzido número de profissionais, nascidos ou moradores no concelho da Covilhã, entre os 886 homens e mulheres da Casa do Infante que pudemos apurar, porquanto, como é fácil entender, só, por acaso, a documentação da época refere gente anónima, do povo, ou de feitos comuns para a época, gente sem rosto e sem nome¹⁹.

2.^a As Chancelarias régias não se referem a intervenções directas de cada qual nas campanhas de África nem nas navegações, podendo, no entanto, aqui e ali, inferi-las. Só analisadas *à lupa*, detectaremos a profissão de cada qual. Se nos detivermos sobre a nomeação ou as nomeações que couberam a cada um, elas estão maioritariamente ligadas ao serviço militar, de defesa, e da justiça, como vimos: coudéis, besteiros, ouvidores, meirinhos locais, que eram todos da Casa do Infante e que actuavam em funções para a Coroa, beneficiando, deste modo, como facilmente se compreende, o próprio Navegador que os orientaria em proveito próprio nos resultados a apresentar ao erário régio.

¹⁸ Para informação mais completa, veja-se “O Elemento Humano” de *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*, por nós já referida e onde pudemos arrolar 886 indivíduos, por certo um número inferior ao real, dado que, em sessenta anos, as diferentes profissões ao serviço do Navegador, contam, na sua grande maioria, com um reduzido número de responsáveis.

¹⁹ Com efeito, vamos achá-los a eles e a elas em cartas de perdão, de privilégios, de nomeações, vulgarmente introduzidos por um intermediário que pede por eles e, assim, vem o rei a saber das suas existências, do que fazem, já fizeram ou ainda virão a fazer, por que merecem a outorga do diploma, entre outros dados, como datas, locais de morada, profissões habituais, o estado de saúde física, eventualmente, a idade, o tipo de crime praticado...

3.^a Todos eram privilegiados, de ordinário, com a isenção do pagamento de impostos ao rei e ao concelho, com a dispensa do serviço militar, excepto se fosse para servir o rei, engrossando a sua hoste ou a do Infante D. Henrique, podendo deslocar-se armados e em besta muar e isentos ainda de serviços concelhios e do pesado e complexo encargo da aposentadoria, excepto o do serviço militar local: as anúduvas e as atalaias costumeiras.

4. Desde quando o Infante D. Henrique se tornou Senhor da Covilhã e ainda Administrador Geral da Ordem de Milícia de Nosso Senhor Jesus Cristo? Como foi possível a D. Henrique assegurar cerca de cem viagens marítimas até atingir a Libéria, a, sensivelmente, 6.^o latitude Norte, bem perto da linha equatorial e quatro ou cinco deslocações ao Norte de África, em socorro de Ceuta e como participante em novas conquistas: Tânger e Alcácer Ceguer? Que papel teve a Ordem de Cristo em tudo isto?

São questões a que tentaremos responder, brevemente, acerca de importantíssimos acontecimentos que tomaram lugar com a acção pronta dos homens das suas terras, entre elas a Covilhã e áreas ao redor.

1.^a Em 1402, D. João I e D. Filipa de Lencastre apressam-se a reduzir o pessoal de suas Casas e das dos Infantes já nascidos, a fim de diminuir despesas. São dispensados conselheiros, escudeiros e cavaleiros, criados ou não, capelães e cantores, moços de capelas, alguns oficiais de suas Casas, jograis e monteiros, entre muitos outros²⁰. A 7 de Abril, seis anos mais tarde, em 1408, ficou decidido, nas cortes de Évora, que os monarcas constituíssem as casas dos Infantes, agora já mais aliviados de tantas despesas, tomando o rei para o efeito, desde 1 de Maio daquele ano, o terço das sisas de que havia antes prescindido²¹.

A seguir ou mesmo já antes, o monarca troca terras com a nobreza para formar as Casas de D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique. Esta situação opera-se até 1411, ano em que, a 17 de Abril, institui carta de património ao Infante D. Henrique²². Neste diploma, não se fazem quaisquer referências à Covilhã. Mas as

²⁰ IAN/TT, *Colecção S. Lourenço*, fls. 25 e ss., em cópia do séc. XV, publ. in *Colecção de S. Lourenço*, com prefácio e notas de Elaine Sanceau, Vol. I, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973, pp. 459-477 e *Monumenta Henricina*, Vol. I, Coimbra, 1960, pp. 280-293. Veja-se ainda *Quadro Elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo, desde o princípio da Monarchia Portuguesa ate aos nossos dias*, ed. pelo Visconde de Santarém, Vol. I, Paris-Lisboa, 1842, pp. 283-285 e bibliografia aqui aduzida. Fernão Lopes, *Crónica delRei dom João I da boa memória*, parte II, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977, cap. 200.

²¹ Cf. A.C.M.P., *Pergaminhos*, 1.^o 3, doc. 61. IAN/TT, *Aditamento de Cortes*, fl. 104. Vide António Joaquim Dias Dini, *Estudos Henriquinos*, Vol. único, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1960, pp. 381-384.

²² Veja-se João Silva de Sousa, *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*, cit., pp. 87-88 e bibliografia apontada.

terras surgem muito juntinhas na Comarca da Beira e D. João I fica-se por aqui, naquele equilíbrio sadio que tanto o caracterizaria nos anos que correspondiam aos começos do século XV.

A 20 de Agosto chegaram a Ceuta e, cinco dias depois, os Altos Infantes são armados cavaleiros na mesquita maior da cidade, então já transformada em Igreja cristã, a qual só viria a receber bispo a 5 de Março de 1421, com a indigitação do acima referido D. Frei Aymar Aurillac. Regressados a Tavira, a 2 de Setembro de 1415, D. João I, nomeia D. Pedro como Duque de Coimbra e o Infante D. Henrique, Duque de Viseu, tratando-o, na ocasião, por *ssenhor de Coujlhã*. Este importante senhorio, a alcaidaria-mor do castelo da vila, a frontaria-mor da Beira foram tudo cargos por ele assumidos, com o poder de nomear alcaides, coudéis, anadéis, monteiros e outros que tinham principalmente a ver com a defesa da zona e de toda a Comarca, onde a mesma se insere geograficamente²³.

A juntar a este processo ininterrupto de nomeações, D. João I dá um novo passo: suplica ao papa Martinho V que conceda o Mestrado da Ordem de Santiago da Espada a seu filho D. João, em 1418. Ora aqui residiria o princípio de uma nova acção que levaria, desde então, a termo o rei de Portugal: a de ter uma palavra importante, e primeira!, na designação dos arcebispos, bispos e regedores das Ordens, sendo, só posteriormente, confirmados pela Santa Sé. Com a Ordem de Cristo passou-se o mesmo.

Estamos, aliás, em crer que, quando, em 1411, o rei D. João I fez a importante doação da carta de património a D. Henrique com terras localizadas na Beira e, em 1415, o tornou Duque de Viseu e senhor da Covilhã, traria em mente, dado o estado de saúde de D. Lopo Dias de Sousa, então, administrador-mor da Ordem de Cristo, fazer seu filho D. Henrique suceder naquela importante instituição e na mesma categoria. Só que, desta feita, não seria um mestre eclesiástico, mas laico, como o foram o irmão em relação à Ordem de Santiago e o próprio rei no que respeitou à Ordem de Avis. Na Comarca da Beira, grande viria a tornar-se o seu *imperium* com terras suas associadas às da Ordem de Cristo e às suas Comen-

²³ Cfr. João Silva de Sousa, *obr. cit.*, cap. III – A Redução da Casa do Rei e a Criação das Casas dos Infantes – e cap. seguintes, pp. 83 e ss.. A propósito desta doação *inter-vivos* do dito feudo, lê-se no texto de D. Afonso V, que lho outorgava, a título irrevogável, válido daquele dia para todo o sempre, para ele e seus herdeiros que descendessem por linha direita, nos termos decalcados dos que acompanharam a doação de lugares citados na carta de património de 1411. E tanto foi assim que o sobrinho e afilhado, seu herdeiro, mencionado nas suas cartas testamentárias de 1436 e ulteriores, surgirá depois da morte do Infante (1460) como “Senhor de Covilhã e 2.º Duque de Viseu”, para além dos seus próprios títulos. Referimo-nos pois a D. Fernando, irmão mais novo de D. Afonso V, ambos filhos de D. Duarte e sobrinhos do Infante D. Henrique, para mais não sendo seu descendente por linha direita sequer, veio a herdar tudo quanto ficou, após o pagamento das dívidas e cumpridas as disposições das cartas de capelanía, à revelia da Lei Mental, como tinha já sido autorizado em 1436 e confirmado, posteriormente, pelo Africano (1460/64).

das. E assim foi, a 24 de Novembro de 1420, ao ser nomeado, a título perpétuo, administrador da dita Ordem²⁴. Os freires desta são, entretanto, informados da nova situação, dada a morte de D. Lopo²⁵, e o Infante passa a ter confessor próprio, altar portátil²⁶ e, na sua Casa, além de inúmeros capelães, moços de capela e cantores, surgem duas figuras que, só aqui, na Casa do Infante, nos foi dado encontrar: o pajem do Livro, encarregado, por certo, da guarda e transporte da Bíblia e o homem da pena que registaria, acima de tudo, anotações nos missais e nos Livros de Horas, glosando e comentando-os²⁷.

Mas aquela curiosa situação não se verificaria só na Beira. Também no Algarve aconteceu o mesmo. No Sotavento, a Ordem tinha as suas Comendas, à volta de Castro Marim, ex-sede, como Monte Gordo e Junqueira. D. Henrique contava com terras outorgadas pelo rei no Barlavento, do Cabo de S. Vicente a Lagos, passado por Sagres e pela Vila do Infante. A unir esta vasta extensão de areal, bastidores das nossas intervenções na Expansão, viria a receber o título e cargo de Governador Perpétuo do Algarve, unindo, assim, os dois extremos da Comarca sob a sua alçada²⁸.

2.º A fim de por si só subir em perfeito equilíbrio tão altos degraus, numa escadaria sem fim, D. Henrique, administrador de suas terras (embora património da Coroa), das comendas e terras várias da Ordem de Cristo, com o governo perpétuo da Ordem, do Algarve e do Estudo Geral de Lisboa, as conquistas do Norte de África e ainda as viagens múltiplas ao longo da Costa Africana, teria, por certo, de deter rendimentos inúmeros, até porque a sua Casa, especializando-se cada vez mais, teria de contar com grande número de homens e mulheres, barqueiros, besteiros, espingardeiros, polvoristas, um exército pessoal e caravelas bastantes para as variadas missões de aventura, reconhecimento, corso, trato e de guerra, naturalmente, além dos membros da Ordem que ele mandaria actuar, após a distribuição de funções. Inclusivamente, porque, significativa ou não, uma das missões mais propaladas nos meios e instituições religiosos, a todos os níveis, era a de levar a Fé em Cristo, além fronteiras. Onde houvesse um

²⁴ À suplica a Roma pelo rei D. João I, a fim de ser aceite a sua vontade de D. Henrique receber a administração da Ordem, substituindo D. Lopo Dias de Sousa que havia morrido, o papa Martinho V anuiu prontamente através da bula *In apostolice dignitatis specula*, declarando, *a laterae*, na referida data, o mesmo Pontífice que a designação era a título perpétuo, pela bula *Eximie deuocionis affectus*.

²⁵ Pelas letras *Cum nos hodie*, de 25 de Maio de 1420. Esta informação estendeu-se a todos os comendadores das Casas desta instituição.

²⁶ Veja-se n/ estudo *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*, cit, pp. 138-140.

²⁷ Idem, *Ibidem*, p. 315.

²⁸ Idem, *ibidem*, Mapa n.º 5, p. 102 e texto que o antecede.

soldado, um comerciante, um descobridor, haveria também um missionário que, nestes primeiros tempos, saía da orgânica da Ordem administrada pelo Infante. Um outro papel irrefutavelmente importante desta instituição era a vasta cultura aristotélica e o saber novo de experiências feito²⁹, dados os contactos com cientistas que aportavam muito regularmente ao nosso País e se colocavam à disposição de D. Henrique.

Teria também de deter um grande e sólido assentamento. E quem quer que fosse o rei de Portugal, nunca nenhum deixou de compreender a questão que aliviava a Coroa, mas era suportada pelo Infante, agraciando-o com terras, feiras, privilégios e monopólios³⁰.

A. Começemos por um dos mais importantes e mais directamente ligados à Covilhã: a indústria da lã. Em Portugal, cedo fez sentir-se uma certa preocupação na tomada de medidas que protegessem os ovelheiros e o certo é que se, acaso, para os guardas dos rebanhos mais não era que um simples modo de vida, para a Coroa, autoridades municipais e religiosas e para os grandes senhores, funcionava como uma outra qualquer fonte de receitas, através dos tributos que se solviam. Para o proprietário do gado era uma autêntica renda.

O Infante detinha a exploração da lã e do seu fabrico. Introduzida em Portugal, desde meados do século XIV, a ovelha merino que pastava, no Verão, no alto das serranias e, no Inverno, descia às planícies, estava protegida, na sua transumância, tal como os seus ovelheiros ou pastores viriam a deter privilégios que lhes permitissem passar a fronteira e apascentar o gado em Castela, regressando depois ao nosso País, sem que pagassem as costumagens que, então, correspondiam às entradas e saídas, ou, melhor, às pesadas portagens. Tinham-se feito acordos com os responsáveis pelas mestas de Castela e outras autoridades singulares e civis, e, então, o nosso como o gado deles e respectivos pastores gozavam de livre circulação para correr a raia e cruzá-la. As nossas organizações *ad hoc* não estariam

²⁹ Neste âmbito, os novos sábios castelhanos, franceses e, sobretudo, das repúblicas italianas, preocupavam-se com a investigação – daí o interesse nas viagens e na troca de conhecimentos – e, por isso, tinham como principal metodologia a multiplicação das distinções: conteúdos e funções, níveis de princípios, acto e potência, matéria e forma, nunca por nunca deixando de lado o papel do observador. Em potência, a ciência dirige-se ao geral, em acto, ao particular. Na aculturação e troca de saberes, os Portugueses cuja principal finalidade é a referência ao meio – os portulanos (ou cartas de marear) e os diários de bordo – enquanto universo, onde coexistem razão e sociedade, experiência e pensamento, vida e eternidade, mudança e perfeição. Se muitos nem davam por isso, mesmo sem o saberem, foi para tal que colaboraram, com o máximo dos seus esforços e riscos de suas vidas e bens.

³⁰ Confira-se n/ rol, in *obr. cit.*, cap. VII: Direitos, Monopólios, “Indústrias” e Outros Proventos, pp. 188-255.

³¹ IAN/TT, *Chanc. de D. Afonso V*, l.º 13, fl. 9.

tão perfeitas como as do Reino vizinho, mas o que havia achava-se devidamente pactuado, autorizado e legislado. E o Infante recebeu importantes rendimentos com esta indústria como, aliás, já detinha com as do linho e do bragal, explorados em torno da Guarda, Covilhã e Castelo Branco.

Fora mesmo um escudeiro, criado do Navegador, de nome Gil Álvares, que D. Afonso V nomeou, a 6 de Agosto de 1456, para escrivão, na Comarca da Beira, dos gados que iam pastar a Castela³¹. Ora sabemos que, nos séculos XV e XVI, havia aí entradas e saídas de gado para e daquele reino. Por Castelo Mendo que os conduzia a Fuentes del Oñoro; Sabugal e Lageosa a Vilas Rubias e El Payo; Penamacor, a Valverde del Fresno, Hoyos e Cilleros.

Embora não detendo, seguramente, o monopólio dos panos da lã, como o havia nos Açores, o Infante podia dispor da indústria como senhor de suas terras beirãs, em cujas montanhas, pelo menos, predominariam rebanhos de ovelhas que se espalhavam de Lalim e Valdigem, nos arredores de Tarouca à Serra da Estrela. O gado atravessava os lugares serranos da Guarda, Manteigas, Folgoso, Mós, Gouveia e Covilhã, descortinando-se uma transumância organizada, dispensando-se privilégios aos ovelheiros, nomeando-se um escrivão para esse efeito para a Beira e tudo isto regulamentado e protegido por legislação régia que, após 1448, foi incluída nas chamadas *Ordenações Afonsinas*. No século seguinte, as *Ordenações de D. Manuel I*, no capítulo das sesmarias, volta a retroagir para determinações legislativas acerca do gado em geral, da autoria de D. João I e de D. Duarte. A escrivãzinha de D. Afonso V também não se esqueceu da confirmação das leis anteriores naquele sentido.

Falámos tão-só da lã e do gado nas terras do Infante. Mas não podemos deixar de fazer referências às terras da Ordem de Cristo, a qual actuou, em benefício delas, e acerca desta actividade deixou na área topónimos a antropónimos explicativos da importância da exploração da indústria.

3.º Passemos às feiras. É do conhecimento geral que, além do aluguer das tendas que tinham transitado das mãos do rei para a propriedade do Infante, havia que contar com os rendimentos que, mesmo as semi-franqueadas, destinavam ao fisco henriquino: as sisas, a décima, e outras percentagens, além das entradas e saídas, naturalmente. A feira representava, logo à partida, um comércio que tinha sido restabelecido e, se assim o fora, ficou a dever-se aos excedentes que a intervenção da Ordem e da Casa do Infante passou a proporcionar, dado um franco avanço nos instrumentos aratórios e nas demais técnicas, como a adubagem, a introdução do uso prioritário da charrua e a selecção das sementes, por exemplo. Tudo isto já seria suficiente para que pudessem dispensar-se braços que transitaram da exclusividade da agricultura para o artesanato, indústrias e a venda dos produtos. Naturalmente, ambas as instituições (a Casa e a Ordem) só poderiam ter

as suas feiras em terras de sua jurisdição. Assim falamos das de Tomar e Pombal, da Ordem; e das de Viseu, Covilhã, Tarouca, Faro e Lagos da Casa henriquina, além de uma outra que recentemente apurámos ainda no Algarve.

4.º Um outro importante rendimento para a Ordem e para o Infante D. Henrique eram os impostos que o rei distraiu de si para ambos, além dos réditos do curso. Claro que poderemos, eventualmente, ficar um pouco pensativos, senão mesmo perplexos, pelo facto de dizer-se aqui que a Ordem tirava lucros da pirataria marítima e terrestre. Mas teremos de entender que vivemos tempos em que os interesses do rei, da nobreza, da clerezia, dos mercadores, dos aventureiros nacionais e estrangeiros, dos soldados e filhos segundos eram os mesmos e residiam no comércio e em áreas do Atlântico, onde detivessem autorização ou mesmo os monopólios da pesca e do comércio marítimo, da exploração do ouro, da malagueta e dos escravos, desde 1440-41. A institucionalização do curso é antiga. Mas nunca terá sido tão activa se não quando começámos as conquistas norte africanas e a nossa Expansão na Costa de África. Tudo era desconhecido de todos. E quaisquer milhas que se avançassem davam-nos conhecimentos novos de produtos que íamos encontrando e que, numa primeira fase, antes dos tratos legais, teriam de ser explorados à força e/ou à revelia dos indígenas que nos causavam por vezes grandes problemas. Basta lermos Zurara, para verificarmos que não foram tão poucos, entre os navegadores portugueses ou ao serviço do País, aqueles que não regressaram ao reino, por terem metido pés em terras alheias. No que se refere a matérias primas e valiosas, falamos do ouro e da malagueta, entre outros em que também a Ordem estaria interessada. E quando Calisto III, através da bula *Inter coetera*, em 1456, se dirige à Ordem de Cristo, atribuindo-lhe a espiritualidade das terras africanas, sublinha a edificação de templos e os impostos que a instituição podia lançar, num nível de continuidade que o seu antecessor, um ano antes, enviara outra ao rei de Portugal e a D. Henrique, dando-lhes o monopólio de tudo, até mesmo do inimaginável, desde o Cabo Não à Guiné e, desconhecendo até onde poderíamos ir, Nicolau V mandara escrever “da Guiné *ad ultram*”. Ora com variados monopólios no Continente, com a administração das ilhas da Madeira e dos Açores e agora, desde 1455, com o exclusivo das navegações atlânticas e dos réditos das mesmas, nos mares e em terra, e o quinto da Coroa... a Casa do Infante passaria a contar com investimentos que lhe proporcionariam dividendos de toda a sorte para a manutenção das instituições (a Casa, a Ordem e o Estudo Geral) e o prosseguimento das já tão habituais investidas no Norte de África e na sua Costa Ocidental.

Além dos múltiplos recursos económicos e financeiros que poderiam retirar-se desta nova área, o rei de Portugal isentou o Infante do pagamento de direitos reais e do rei, do relego dos vinhos de Viseu e dos termos de suas terras, incluindo

as escarpas e quebradas em torno da Covilhã; além do óleo e peles dos lobos marinhos, do pescado por todo o lado (a dízima nova da pesca no mar de Monte Gordo, o exclusivo da pesca do atum no Algarve, donde se retiravam as corvinas, as sardinhas e as peixotas; a pesca na zona de Peniche, contando com as Berlengas, os Farelhões, Atouguia da Baleia e o Baleal; as pescas nas Ilhas atlânticas e na Costa de África; o Cabo Trásfalmenar e a pesca), a do coral também; a extracção das madeiras dos pinhais do Ribatejo; o fabrico e venda do sabão branco e preto; o exclusivo da tinturaria do pastel e de tudo quanto mais houvesse para outorgar, em regime de monopólio, em benefício de quem tinha em mãos políticas tão variadas e dispendiosas a desenvolver³². Tratava-se de subsídios ou financiamentos, de que a Coroa nunca quis alhear-se, doando algumas (ainda que poucas) contrapartidas, pois o Infante tinha de pagar moradias à sua gente, alimentá-la e vesti-la, fornecer-lhes armas e cavalos, mandar construir casas, infra-estruturas e embarcações... e, claro está, mesmo com tudo quanto os monarcas seu pai (D. João I), o irmão (D. Duarte), o sobrinho (D. Afonso V) e o Regente (seu irmão, o Infante D. Pedro) lhe outorgaram e confirmaram para todo o sempre, o facto é que os herdeiros do Infante, quando este faleceu em Novembro de 1460, só então se deram conta das pesadas dívidas que ele deixara por saldar.

Todos aqueles importantes e rentáveis exclusivos, entre dezenas de outros importantes produtos – monopólios estes ratificados pela Coroa e pela Santa Sé – permitiram a organização, entre empresas oficiais e privadas autorizadas, de cerca de cem viagens, sucessivamente dobrando cabos e praias, terra firme e ilhas, abras e portos, e chegar, em 1460, à Libéria, já tão próximo da linha equatorial.

Aquele triângulo que gizámos julgamos compreender-se dada a inter-relação e complementaridade entre os bens “patrimoniais” do Infante e os da Ordem de Cristo que ele administrava e, por outro lado, a importância que a vila da Covilhã, com uma situação estratégica privilegiada, tudo devidamente outorgado e regulado, dada a necessidade de a Coroa manter nas mãos de terceiros e desta feita de um familiar próximo do rei as conquistas, as navegações e todo um feudo cujas partes são absolutamente impossíveis de tratar aqui com maior amplitude e realce³³.

³² Cfr. n/ nota supra [28].

³³ Não podemos esquecer de tantas outras cidades e vilas que deram largo contributo idêntico: refiro, a título de exemplo, mais três: Viseu, Tomar e Lagos. Mas, deveras, foram muitas mais.

5. Para concluirmos, tentámos sublinhar os seguintes *items*:

A. D. Henrique foi um verdadeiro homem do seu tempo, perfeitamente enquadrado na sociedade em que viveu, itinerante no espaço continental, com vista à concretização de objectivos múltiplos, pois muito variadas eram também as suas linhas de acção, os campos em que actuava e aqueles em fora convocado para operar e propor soluções. Há que deixar de pensar, em termos absolutos, que o Algarve fora a sua morada permanente.

B. A Casa do Infante teve a sua origem, tal como outras coevas, numa tentativa de centralização levada a cabo por seu pai, ao ver-se desapossado de muitos dos bens imóveis, originariamente da Coroa e bem localizados no País. Pretendeu o rei da Boa Memória colocar nas mãos dos filhos parte do que se achava disperso, distribuído por grandes terratenentes que, outrora, tivera de recompensar pelos bons serviços que lhe prestaram, antes e após 1385, nas guerras com Castela e na consolidação da independência nacional. Não fora assim, não se entendia como, em anos de extremo empobrecimento do nosso Tesouro, insistia o monarca em montar casas a seus filhos, mesmo, para tanto, ter de reduzir as suas despesas e de sua mulher.

C. Os interesses do Duque de Viseu e senhor da Covilhã incidiram em sectores diversos da nossa economia, não descurando valores a bem do seu País e do seu rei. A Ordem foi administrada em perfeita sintonia com a sua Casa, com idênticos objectivos.

D. O Navegador interessou-se pelo crescimento e o progresso das gentes das suas terras, pelas comunidades a ele afectas e não menos se empenhou, individualmente, pela situação dos seus criados, apaniguados, familiares e servidores em geral. É de realçar o apego deste senhor feudal ao seu corpo de colaboradores que o acompanharam nos momentos mais importantes da sua vida. Relembrem-se África, Alfarrobeira, a morte de seus irmãos D. Fernando em Fez e D. Pedro nos campos de batalha.

E. O Infante legou um extenso património quase intocável, à Ordem de Cristo e aos seus herdeiros, seu sobrinho e afilhado D. Fernando, Duque de Beja e Mestre da Ordem de Santiago, senhor de Serpa e Moura; e ao rei de Portugal, D. Afonso V, irmão deste.

F. A Casa henriquina, como qualquer outra à época, suscitou problemas perfeitamente enquadrados no plano político de Quatrocentos. Foram por nós vistos alguns dos que se levantaram para lhe darem origem e vitalidade, outros no decurso da vida do seu titular e, por fim, à sua morte, porquanto a atitude do rei não foi de excepção: quis fazer voltar à Coroa muitos dos bens imobiliários, originariamente seus e bem localizados.

Resta-nos transcrever um poema de Pessoa, que fala do Infante, da sua importância no desenrolar da nossa História. E, se Fernando Pessoa era futurologista, há que pensar naquilo de que o Poeta nos quis avisar: tal como antes, hoje, precisamente nos dias de hoje, Portugal tem de reflectir na sua presença na União nova, um entre os vinte e quatro países que, por enquanto, dela fazem parte.

Qual o nosso papel? Imenso e de grande responsabilidade!
O que nos falta cumprir? Tudo!

“Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.
Deus quis que a terra fosse toda uma,
Que o mar unisse, já não separasse.
Sagrou-te, e foste desvendando a espuma,

E a orla branca foi de ilha em continente,
Clareou, correndo, até ao fim do mundo,
E viu-se a terra inteira, de repente,
Surgir, redonda, do azul profundo.

Quem te sagrou criou-te português.
Do mar e nós em ti nos deu sinal.
Cumpriu-se o Mar, e o Império se desfez.
Senhor, falta cumprir-se Portugal!”

(Fernando Pessoa, “O Infante”, in *Mensagem*).

Joaquim Carreira das Neves
Universidade Católica Portuguesa, Lisboa

A Mãe e os irmãos de Jesus

Resumo

Ao longo de dois mil anos de Cristianismo a questão da mãe e dos irmãos de Jesus tem sido levantada, à luz da história, exegese e fé cristãs, de maneiras diferentes. Ultimamente, dois exegetas católicos, J. P. Meier e X. Pikaza, defendem a tese dos irmãos de Jesus como irmãos de sangue, filhos de José e Maria. A nossa análise leva-nos a concluir que a sua argumentação é pouco sólida.

Abstract

Throughout two thousand years of Christianity, the issue around the mother and brothers of Jesus Christ has suffered different approaches in the light of Christian history, exegesis and faith. Recently, two Catholic exegetes, J. P. Meier and X. Pikaza, shared the opinion that the “brothers and sisters of Jesus” were true siblings, sons and daughters of Joseph and Mary. Our historical, sociological and exegetical analysis leads us to conclude that their arguments are insufficiently well-grounded.

1. Introdução

Ao longo dos dois mil anos de Cristianismo a questão da mãe e dos irmãos de Jesus tem sido levantada, à luz da história, exegese e fé cristãs, de maneiras diferentes. O assunto é delicado porque implica a fé das igrejas cristãs – católica, ortodoxa e protestante –, dependente dos textos bíblicos que a confirmam e da tradição exegética sobre esses textos, nem sempre coincidente.

A “doutrina” eclesial da Igreja Católica Romana defende que Maria, mãe de Jesus, deu à luz o seu filho Jesus de maneira virginal e que os “irmãos de Jesus”, referidos nos evangelhos (Mc 3, 22 e par.; 6, 3 e par.), são parentes próximos. É também esta a doutrina dos ortodoxos. Os protestantes, por sua vez, defendem que Jesus nasceu de uma mãe virgem, segundo as narrativas dos evangelhos da infância (Lc 1-2 e Mt 1-2), mas que os “irmãos” são filhos do casal Maria e José.

Este assunto foi objecto de posições diferentes nos Padres da Igreja, sobretudo antes do Concílio de Niceia, onde se definiu a natureza humana e divina de Jesus,

e Maria, mãe de Jesus, como *theotokos* (mãe de Deus). A partir daqui, a Igreja Católica e Ortodoxa viram sempre nos “irmãos” de Jesus “parentes” próximos já que era esta a designação normal na cultura antropológica semita ambiental, como, ainda hoje, existe entre africanos, árabes ou índios americanos¹. A partir de Lutero, por motivos doutrinários de apologética protestante, baseada literalmente nos textos evangélicos, os protestantes distinguiram o nascimento virginal de Jesus do nascimento normal dos “irmãos”. Esta tomada de posição está ferida de apologética ou “posição doutrinária”, mas assente na literalidade dos textos. Outro tanto se pode dizer da posição católica e ortodoxa, determinada pela doutrina de Maria “*theotokos*”, aparentemente contrária à letra dos textos.

Modernamente, o assunto tem sido objecto de estudos “científicos” baseados na filologia, texto e contexto, cultura antropológica e cultura teológica da tradição. De facto, o assunto está envolvido numa teia de *lẽ* e cultura, difícil de desfazer e decodificar para apresentar uma tese ou conclusão absolutamente científica.

A matéria em causa é tanto mais sensível quanto a necessidade de ver claro, nos nossos dias, por causa das ciências biológicas e ginecológicas modernas, que não existiam no tempo de Jesus, e por causa do que ultimamente se escreve sobre o casamento de Jesus, sobressaindo a literatura à volta do romance de Dan Brown, *O Código Da Vinci*².

No entanto, o que nos move a escrever este trabalho é a obra recente de John P. Meier, *A Marginal Jew. Rethinking the Historical Jesus*. Trata-se de um exegeta católico, americano, que defende a verdade histórica, biológica, dos irmãos de Jesus. A sua obra é constituída por três grandes volumes, porventura a obra mais importante, nestes últimos anos, sobre a pessoa de Jesus à luz da história e da exegese bíblica³. O subtítulo da obra é bem explícito: *Repensar o Jesus histórico*.

¹ É muito interessante ver este assunto no primeiro livro dos Macabeus, onde o lexema grego *adelphoi* (irmãos), tanto significa “irmãos de sangue”, “parentes” e “irmãos na *lẽ*”, isto é, em sentido próprio, umas vezes, e em sentido lato, outras vezes (2, 17: “Então os oficiais disseram a Matatias: ‘Tu és um líder importante e respeitado nesta cidade e tens o apoio dos teus filhos e parentes (*adelphoi*)’”; 2, 20; 3, 2 (agora relacionado com Judas: “Todos os seus *adelphoi* (irmãos-parentes) e todos os que se tinham aliado ao seu pai ficaram ao seu lado...”; 3, 25; “Depois disso, todos começaram a ficar com medo de Judas e dos seus irmãos” (*adelphoi*, em sentido próprio), 3, 42: “Judas e os seus irmãos” (sentido próprio); 4, 59: Judas, os seus irmãos (sentido próprio) e todo o povo de Israel...”; 5, 10: “e escreveram uma carta a Judas e aos seus irmãos” (sentido próprio); 5, 13: “Todos os nossos irmãos que moram na terra de Tob foram mortos” (sentido lato); 5, 14: “Judas e os seus irmãos” (sentido próprio); 5, 16: “...para ajudar os seus irmãos que estavam em perigo” (sentido lato); 5, 16. 17 (sentido lato); 5, 24: “Judas Macabeu e o seu irmão Jónatas” (sentido próprio); 5, 61: “O povo foi derrotado porque não deu atenção às ordens de Judas e dos seus irmãos” (sentido próprio); 6, 22: “Foram falar com o rei e disseram: ‘Quanto tempo vai levar até que façam o que é justo e vingues os nossos irmãos?’” (sentido lato); 7, 6: “Eles acusaram os seus compatriotas: ‘Judas e os seus irmãos mataram muitos dos teus amigos, ó rei...’” (sentido próprio).

² Cf. M. Sousa GONÇALVES, *Que tem de errado “O Código Da Vinci”?* (Rei dos Livros: Lisboa, 2005).

Têm abundado, ultimamente, obras importantes sobre o Jesus da “história”, mas, de entre todas, talvez seja esta a mais completa. Juntamente com J. P. Meier, também o exegeta católico Xabier Pikaza, com vários trabalhos importantes no campo da exegese bíblica e da história das religiões, defende a tese dos irmãos de Jesus como irmãos de sangue⁴.

O nosso estudo tem três tempos. No primeiro expomos a tese de J. P. Meier e de X. Pikaza, no segundo faremos as nossas observações “críticas”, de fundo exegético (texto e contexto, filologia e cultura antropológica bíblica) e, finalmente, no terceiro, tiraremos algumas conclusões.

2. As teses de J. P. Meier e X. Pikaza

O autor J. P. Meier começa por apresentar o parecer de Hegesipo, do séc. II, um judeu convertido a Jesus Cristo, que nomeia os irmãos de Jesus como irmãos de sangue, distintos dos tios e primos que também nomeia. No entanto, Hegesipo parece aceitar a conceição virginal de Maria, de modo que os seus irmãos seriam apenas “meio-irmãos” de Jesus, isto é, da mesma mãe, mas não do mesmo pai pelo facto de Jesus não ser filho biológico do pai José. Apresenta, depois, o parecer do *Protoevangelho de Tiago*, também do séc. II, que defende a conceição virginal de Maria em relação ao filho Jesus e sua virgindade por toda a vida, de modo que os “irmãos” e “irmãs” dos evangelhos seriam filhos de um primeiro matrimónio de José, entretanto viúvo, que, por vontade de Deus, aceitou casar com Maria, já avançado em idade. Pelo contexto, a obra foi escrita para resolver a questão dos “irmãos” de Jesus segundo a tradição “católica”, já então prevalecente. Tratava-se, realmente, de irmãos de sangue, mas não de Maria. Finalmente, apresenta o parecer de S. Jerónimo, no seu tratado *Contra Helvidius*, nos finais do séc. IV (ca. 383). Segundo Jerónimo, tanto José como Maria permaneceram sempre virgens; os “irmãos-irmãs” seriam parentes próximos de Jesus, como era costume tratar os parentes próximos das famílias e tribos. Foi esta a tese que prevaleceu na Igreja Católica Romana, enquanto que a tese defendida pelo *Protoevangelho de Tiago* prevaleceu na Igreja Ortodoxa. Muitos protestantes defendem a tese dos irmãos de sangue de Jesus por causa do texto de Mt 1, 25: “E ele [José] não a conheceu [Maria] até ela dar à luz um filho, a quem pôs o nome de Jesus.” Se José “não a conheceu”, isto é, não teve relações matrimoniais, sexuais, para a concepção de Jesus, teve-as *depois*, para a concepção dos outros filhos-filhas. De facto, o verbo “conhecer” é, no hebraico (*yada'*), uma expressão semita para

³ John P. MEIER, *A Marginal Jew. Rethinking the Historical Jesus* (Doubleday, New York, Vol. 1 de 1991, Vol. II de 1994, Vol III de 2001).

⁴ Xabier Pikaza, *La nueva figura de Jesús*, (Verbo Divino: Pamplona, 2003) 269-283.

expressar as relações matrimoniais entre marido e esposa (cf. Gn 4, 1). Mas o imperfeito grego *não a conheceu/conhecia* (*eginôskēn*) pode significar que José nunca teve relações matrimoniais com a sua esposa Maria, mesmo depois de ter dado à luz o filho Jesus. Realmente, na mentalidade semita, a conjunção hebraica *'ad* e correspondente grega *heôs hou*, que traduzimos por *até*, não significa que haja um *depois* diferente de um *antes*. Os exemplos bíblicos abundam. No Sl 110, 1: “O Senhor [Deus] disse ao meu senhor [Rei]: ‘Senta-te à minha direita *até* (*'ad; heôs hou*) colocar os teus inimigos debaixo dos teus pés”. Não significa que Deus deixe de proteger o seu Rei *depois* deste conquistar os inimigos. O mesmo Mateus, em 12, 20, citando Is. 42, 1-4 escreve acerca do “Servo de Yahvé: “Não há-de quebrar a cana fendida, /nem apagar a mecha que fumega, / *até* [*heôs an*] conduzir a minha vontade à vitória.” Mateus não quer significar que Jesus – o verdadeiro Servo – deixe a mansidão ou não violência *depois* da sua vitória. Mas J. P. Meier não infere deste texto que Maria e José não pudessem ter relações posteriormente porque é o mesmo Mateus que em 13, 55 escreve acerca do que diziam os habitantes de Nazaré: “Não é Ele o filho do carpinteiro? Não se chama sua mãe Maria, e seus irmãos Tiago, José, Simão e Judas? Suas irmãs não estão todas entre nós”, que J. P. Meier, neste caso concreto, aceita como irmãos biológicos⁵.

Outro tanto defende J. P. Meier sobre o texto de Mt 12, 46-50 (Mc 3, 31-35; Lc 8, 19-21): “Estava Ele ainda a falar à multidão, quando apareceram sua mãe e seus irmãos, que, do lado de fora, procuravam falar-lhe. Disse-lhe alguém: ‘A tua mãe e os teus irmãos estão lá fora e querem falar-te.’ Jesus respondeu ao que lhe falara: ‘Quem é a minha mãe e quem são os meus irmãos?’ E, indicando com a mão os discípulos, acrescentou: ‘Aí estão minha mãe e meus irmãos; pois, todo aquele que fizer a vontade de meu Pai que está no Céu, esse é que é meu irmão, minha irmã e minha mãe”. Segundo o nosso autor, a metáfora bíblica só tem verdadeiro sentido se o texto referir os seus irmãos biológicos como refere a sua mãe biológica, “pelo menos aos olhos dos redactores dos evangelhos”⁶. Esta última observação é importante porque o evangelista, tanto em relação ao texto anterior como em relação a este, não está a narrar “em directo”, mas a dizer o que pensavam as pessoas sobre Jesus e seus familiares “irmãos e irmãs”: “Disse-

⁵ J. P. MEIER, *Ibid.*, 323: “The one mother and the four brothers, treated separately from Jesus’ merely legal father, are all the subject of the one verb, ‘is called.’ Then, as in Mark, the unnamed sisters are mentioned by the androcentric audience as an afterthought: ‘And are not all his sisters with us?’ Thus, simply on the level of Matthew’s redaction, it is difficult to maintain that the brothers are thought of only as stepbrothers or cousins of Jesus, when Matthew is at pains to separate the legal but not biological father of Jesus from Jesus’ real, biological mother. Faced with this great divide that he himself creates, Matthew chooses to place Jesus’ brothers with his biological mother, not his legal father”.

⁶ *Idem, ibidem*, 323.

-lhe alguém” (12, 47a). Também em 13, 55 não é o evangelista que apresenta “sua mãe Maria e seus irmãos Tiago, José, Simão e Judas”, mas os “habitantes na sinagoga”, cheios de admiração pelas parábolas de Jesus. O evangelista não se interessa por aquilo que pensa – narrativa em directo – mas por aquilo que pensam os outros – narrativa em indirecto. Em sentido contrário Lc 3, 23, ao abrir a narrativa da vida apostólica de Jesus, escreve. “Ao iniciar o seu ministério, Jesus tinha cerca de trinta anos. *Supunha-se que era filho de José...*”. O povo supunha, como é natural, que Jesus fosse filho de José, mas a verdade é que o narrador pensa doutra maneira. No nosso caso, os três sinópticos apenas narram o que o povo dizia – e pensava – sobre Maria e os irmãos e irmãs de Jesus, conforme a tradição histórica que chegou até eles. Os evangelistas não nos apresentam um caderno de “intenções”. Este assunto será tratado mais amplamente na segunda parte do nosso trabalho.

J. P. Meier refere, depois, os dois casos típicos das cartas de Paulo em 1Cor 9, 5 e Gl 1, 19. Na 1Cor 9, 5 escreve o apóstolo: “Não temos o direito de levar connosco, nas viagens, uma mulher cristã, como os restantes Apóstolos, os *irmãos do Senhor* e Cefas?”. Em Gl 1, 19 escreve: “Mas não vi nenhum outro Apóstolo, a não ser Tiago, o *irmão do Senhor*.” Segundo o autor, ao contrário dos evangelhos, Paulo refere os acontecimentos do seu tempo, que bem conhecia. Mais ainda, Paulo, como bom conhecedor do grego, sabia distinguir perfeitamente entre “irmão” (*adelphós*) e “primo” (*anepsios*). Semelhante distinção aparece em Cl 4, 10: “Saúda-vos Aristarco, meu companheiro de prisão, bem como Marcos, *primo* de Barnabé.” Embora a carta aos Colossenses, segundo a exegese mais recente, pertença às deutero-paulinas, é um bom exemplo de como naquele tempo se distinguia, na linguagem grega, entre “irmão” e “primo”.

Finalmente, J. P. Meier apresenta ainda os textos de Ac 1, 14 e o exemplo de Flávio Josefo ao nomear Tiago como “irmão de Jesus”⁷.

2. Anotações às teses em estudo

Começemos por referir o dado histórico do corte de Jesus com a sua família de sangue.

Segundo Mc 3, 20-22, 31-35, o corte de Jesus com a sua família de sangue constituiu um “escândalo”: “Tendo Jesus chegado a casa [em Cafarnaum], de novo a multidão acorreu, de tal maneira que nem podiam comer. E quando os seus familiares (*hoi par’ autou*) ouviram isto, saíram a ter mão nele, pois diziam: ‘está fora de si! (está louco!)’”. Este texto é fundamental para “descobrirmos” o real Jesus da história. Uma simples leitura mostra que Marcos mistura na narrativa

⁷ *Antiquitates Judaicae* 20, 9.1 & 200.

duas realidades (o chamado método *sandwich*): a questão sobre os familiares de Jesus, nos vv. 20-21 e 31-35, e a questão do libelo dos “doutores da Lei” contra Jesus com a afirmação: “Ele tem Belzebu”, e respectiva resposta de Jesus com duas pequenas parábolas, nos vv. 22-30.

A narrativa da primeira parte (vv. 20-21), onde se afirma que os *familiares* de Jesus o julgam “louco”⁸ e, por isso, o querem trazer para casa, é de tal modo estranha e “escandalosa” que Mateus e Lucas omitem pura e simplesmente a narrativa. E a família dos manuscritos dita “Ocidental” (D e W), pelo mesmo motivo, muda o texto de Marcos da seguinte maneira: “Quando *os escribas e os outros* [não são os familiares] ouviram isto sobre ele, saíram a ter mão nele, pois diziam: ‘Ele está fora de si!’ (está louco!)”⁹.

Como afirmámos, semelhante narrativa nunca poderia ter sido inventada pela fé cristã das igrejas primitivas. O corte de Jesus com a família e vice-versa é um facto histórico e da maior importância para descobrirmos a verdade histórica de Jesus.

Quando isto aconteceu, Jesus já tinha há umas semanas (meses?) deixado a casa “paterna”, tinha ido ao encontro de João Baptista para ser baptizado, ter-se-ia retirado para o deserto para decidir sobre a sua vida (tentações) e, finalmente, teria regressado à Galileia, longe de Nazaré. Foi residir em Cafarnaum, *em casa própria*, onde começou a pregar sobre o Reino de Deus. E uma das primeiras coisas que decidiu foi escolher alguns homens para o seguir. E nenhum desses homens era dos seus “familiares”! Pelos vinte e sete anos, Jesus cortou radicemente com uma família – a de sangue – para estabelecer outra família – a da fé, o novo Israel.

A família de Jesus escandaliza-se perante o abandono do seu parente que se remete a uma vida totalmente *marginal* aos valores fundamentais do judaísmo como religião e cultura: casamento, zelo pelos pais e família, trabalho para melhorar o bem estar da família e conjunto “tribal”. No fundo, o que Jesus afirma é apenas isto: chegou o tempo novo de pôr em prática a *vontade de Deus* (v. 35: “Aquele que fizer a vontade de Deus, esse é que é *meu irmão, minha irmã e minha mãe*”). Jesus tem consciência de que é Ele o enviado de Deus para repor “a vontade de Deus” – Reino de Deus – na religião judaica e, com ela, na sociedade judaica e universal. Diante desta consciência nem os seus “familiares” de sangue, nem os seus “familiares” religiosos o entendem. O mundo simbólico e semiótico de Jesus é diferente do mundo cultural do passado. Nem Jesus está *contra* a família de

⁸ O texto grego tem *exestè*, forma verbal composta de *ek+histèmi* (lit. “estar fora de”). Flávio Josefo usa o mesmo verbo para determinar a atitude do povo contra Jeremias, julgando-o “louco” (*exestèkota*) (*Ant.* 10, 114).

⁹ Cf. Bruce M. METZGER, *A Textual Commentary on the Greek New Testament* (United Bible Societies: London/New York, 1971) 81-82.

sangue ou *contra* a família religiosa judaica. Ele está noutra dimensão ou noutro mundo cultural. E todas as manifestações a seu favor ou contra ele, vindas dos fariseus, saduceus, sacerdotes, familiares, discípulos, Sinédrio, Pilatos embatem nesta alternativa: ser por Ele ou contra Ele, que o mesmo é dizer, ser a favor da “verdadeira vontade de Deus ou contra ela”¹⁰.

É neste contexto de sociologia religiosa que devemos entender a questão da mãe e dos irmãos de Jesus na sua especificidade. É muito estranho que em Mc 3, 21 o autor refira “os familiares” (*hoi par’ autou*) e que no v. 31 especifique estes “familiares” como “irmãos”, igualmente referenciados, logo a seguir, pela boca de alguns presentes: “a tua mãe e os teus irmãos estão lá fora...”. Em gramática narrativa há uma equivalência entre “familiares” (literalmente “os dele” ou “os da sua família”) e “irmãos”. Não entendemos como é que J. P. Meier afirma que a metáfora dos “irmãos de fé” (“o meu irmão, a minha irmã e mãe são os que fazem a vontade de Deus”) só se entende, pela lei do contraste, se “a mãe e os teus irmãos, que estão lá fora” forem irmãos de sangue, da mesma maneira que a mãe é a mãe de sangue. Quem está em causa são duas famílias: a do sangue e a da fé. Defender que se trata de irmãos de sangue é uma questão de cultura religiosa; a gramática tanto afirma que se trata de família de sangue em sentido estrito (irmãos, irmãs) como em sentido lato (família alargada, tribo). E, como apontámos, o autor não está a fazer uma narrativa “em directo”, mas “em indirecto”: “Estão lá fora a tua mãe e os teus irmãos...”. O problema não reside na filologia e na gramática, mas no texto e respectivo contexto com a sua ambivalência.

Merece um pouco de atenção o texto de Mc 6, 3 e par.: “Não é Ele o filho do carpinteiro, o filho de *Maria* e irmão de Tiago, de José, de Judas e de Simão? E as suas irmãs não estão aqui entre nós?”

Geralmente, na cultura familiar de então, os filhos eram nomeados pelo patronímico, ao contrário do nosso texto (ver Mc 10, 35, os filhos de Zebedeu e Mt 16, 17, “Simão bar [filho de] Jonas”). Para alguns autores, também de acordo com a cultura daquele tempo, semelhante relação de filho exclusivamente com a mãe, tinha sabor estranho; era um eufemismo para indicar um nascimento ilegítimo. Mas há documentação em contrário. Flávio Josefo fala de “João filho de Dorcas”¹¹ e de “José filho de Iatrine” (parteira)¹². E quando Marcos apresenta as mulheres junto à cruz relaciona-as com os filhos e não com os maridos (15, 40: “Maria, mãe de Tiago Menor e de José”). Modernamente, muitos exegetas

¹⁰ Cf. Carlos J. Gil ARBIOL, *Los Valores Negados. Ensayo de exégesis sócio-científica sobre la autoestigmatización en el movimiento de Jesús* (Verbo Divino: Pamplona, 2003) e Senén VIDAL, *Los Tres Proyectos de Jesús y el Cristianismo Naciente* (Sígueme: Salamanca, 2003), sobretudo pp. 23-26.

¹¹ *Bellum Judaicum* 4. 145.

¹² *Vita* 185.

perguntam se Mc 15, 40 e paralelos Mt 27, 56 e Lc 24, 10, não refere a “mãe de Tiago” como o Tiago, chamado “irmão de Jesus”, responsável pela comunidade judeo-cristã de Jerusalém. De facto, em Mc 6, 3, entre os quatro “irmãos” de Jesus – Tiago, José, Judas e Simão – há dois com os mesmos nomes: Tiago e José (ver Mt 13, 53). Esta tese, em nosso entender, tem muitas probabilidades se, de facto, os nomes em questão não aparecem apenas por motivos biográficos, mas, por motivos eclesiais, isto é, por serem nomes bem conhecidos da igreja primitiva judeo-cristã, onde desempenhavam ministérios ou serviços. Se assim é, o Tiago de Gl 2, 19 só pode ser este Tiago, “o irmão do Senhor”. As duas pessoas mais importantes para Paulo, nesta visita a Jerusalém, são Cefas e Tiago, “o irmão do Senhor”. Não devemos esquecer que para Paulo, ele é Apóstolo como os Doze são Apóstolos e que, na 1Cor 15, 6-7, apresenta como testemunhos do Ressuscitado *Cefas*, os Doze, quinhentos irmãos, *Tiago*, todos os Apóstolos e, finalmente, ele próprio (“...apareceu-me também *a mim*, como a um aborto”). Os nomes das pessoas não aparecem por acaso. Dependem das suas funções eclesiais, a começar pelo testemunho sobre o Ressuscitado. Se não tivessem acreditado no Ressuscitado, não seriam nomeados, nem teriam tais funções.

Também é neste sentido que devemos compreender o texto de Paulo em 1Cor 9, 5: “Não temos o direito de levar connosco, nas viagens, uma mulher-irmã (*adelphèn gynaika*), como os *restantes Apóstolos*, os *irmãos do Senhor e Cefas*?”. Que tipo de “Apóstolos” refere Paulo? Já vimos que na 1Cor 15, 6-7, Paulo distingue entre “os Doze” e “todos os Apóstolos”. Então, na 1Cor 9, 5, ao referir Cefas em particular, como faz em 1Cor 15, 6, e “os restantes Apóstolos”, não tem em vista os Doze, mas os “Apóstolos” que, como ele, evangelizavam de terra em terra. E, neste contexto, quem são os “irmãos do Senhor”, acompanhados de uma “mulher-irmã” como os “restantes Apóstolos e como Cefas?” Será que, em relação a Cefas, se trata da sua mulher? Pode ser, mas o texto não o afirma de modo claro. O mesmo pode dizer-se em relação aos outros grupos. Seria muito estranho que todos estes Apóstolos e todos estes irmãos do Senhor e Cefas se fizessem acompanhar pelas suas esposas. Trata-se de mulheres cristãs que ajudavam “apóstolos”, “irmãos do Senhor” e Cefas na sua evangelização. Paulo não especifica a modalidade da ajuda: estas mulheres abandonaram a casa e filhos, durante semanas ou meses, para acompanharem os seus maridos? Com certeza que não foi assim. Trata-se de ajudas esporádicas. O autor apenas faz uma afirmação, sem especificar a modalidade. Mas os “irmãos do Senhor”, neste contexto tão generalizado, não parece referir os “poucos irmãos” de Jesus – quatro ao todo, segundo os evangelhos. A tese de J. P. Meier, em nosso entender, é demasiado apodítica, unilateral e muito circunstancializada, tal como acontece com todos quantos seguem esta tese, católicos ou protestantes.

Em relação ao texto de Flávio Josefo, é verdade que o escritor e biógrafo

refere Tiago não como “irmão do Senhor”, mas simplesmente como “irmão de Jesus”. Nem podia ser de outra maneira. Trata-se de um escritor judeu que admirava a vida austera do judeu Tiago, injustamente martirizado pelos judeus, e do qual, diziam os judeus, era “irmão de Jesus”. O biógrafo diz o que diziam os judeus. Flávio Josefo nunca viu ou falou com Tiago e nunca investigou sobre a sua família¹³.

Xavier Pikaza defende que Maria, junto à cruz e no sepulcro vazio, segundo os sinópticos (Mc 15, 40 e par. Mt 27, 56; Lc 24, 10), conjuntamente com Mc 6, 3, que apresenta uma certa Maria, mãe de Tiago e de José, é a própria mãe de Jesus: “O testemunho do *cumprimento ou plenitude cristã da mãe de Jesus segundo Marcos* ficou velado na história posterior da piedade e teologia (que destacou sobretudo o testemunho de Jo 19, 25-27), mas constitui, a meu ver, um dado básico para o descobrimento do valor cristão da família de Jesus. A sua mãe não ficou fechada no grupo dos irmãos que a quiseram arrancar à força da nova casa da igreja (Mc 3, 31-35), nem é uma mulher sem importância, como pensam os de Nazaré (Mc 6, 3), mas que, com Madalena e Salomé (e outras mulheres), é testemunha primordial da morte e Páscoa de Jesus, de maneira que pode aparecer precisamente aqui como mãe de outros “discípulos” que hão-de percorrer igualmente o caminho da cruz e Páscoa de Jesus, seu irmão”¹⁴. Não concordamos com este parecer. Se nos outros lugares, Marcos refere Maria como *mãe* de Jesus, seria muito estranho que não a apresentasse como *mãe* precisamente junto à cruz e no sepulcro. A Maria, junto à cruz, “mãe de Tiago Menor e de José” (Mc 15, 40) é diferente da Maria de Mc 6, 3. Os “dois irmãos” de Jesus, Tiago e José, de Mc 6, 3, é que poderão ser filhos de Maria, junto à cruz, de 15, 40.

Este assunto reaparece no quarto evangelho. Por causa da *É cristã* e, no caso da Igreja Católica e ortodoxa, da devoção a Maria, Mãe de Jesus, há sempre o impulso “filial” para exaltar a Mãe de Jesus. Neste sentido, os crentes costumam apresentar outros textos de colorido positivo sobre Maria e os irmãos de Jesus. Assim aparece em Jo 2, 12: “Depois disto [bodas de Caná], Jesus desceu a Cafarnaum com sua mãe, os irmãos e os seus discípulos, e ficaram ali apenas alguns dias.” Nesta versão do quarto evangelista, Jesus, mãe, irmãos e discípulos aparecem em total harmonia “familiar”, contradizendo, no mesmo evangelho, a versão de

¹³ A declaração de J. P. Meier: “This passage shows that, contrary to claims made at times by certain exegetes, ‘brothers of the Lord’ was not an invariable title that preclude some more exact designation, such as ‘the cousins of Jesus’”, em nada contraria a posição contrária.

¹⁴ X. PIKAZA, *Ibidem*, 271. O autor defende a mesma tese em *Pan, casa y palabra. La iglesia en Marcos* (Sígueme: Salamanca, 1998) 411-418. Ver também M. NAVARRO, “Cruzando fronteras, rompiendo estructuras. Estudio narrativo del itinerario de Maria de Nazaret en Mc”: *Ephemerides Mariologicae* 52 (2002) 191-224.

7, 3-5. O mesmo acontece com a versão de Jo 19, 25-27. Não vamos, aqui, entrar na análise exegética desta última perícopa. Já o fizemos noutros lugares, mas a conclusão da exegese é que Maria não esteve junto à cruz¹⁵. Se assim fosse, os sinópticos tê-lo-iam assinalado.

O último texto é o de Ac 1, 14: “E todos unidos pelo mesmo sentimento, entregavam-se assiduamente à oração, com algumas mulheres, *entre as quais Maria, mãe de Jesus, e com os irmãos de Jesus*”.

Estes textos também são para J. P. Meier e X. Pikaza exemplos vivos sobre os “irmãos de sangue” de Jesus. Em nosso entender, os textos de Jo 2, 12; 19, 25-29 e Ac 1, 14 são apresentados a partir da eclesiologia posterior à ressurreição. Não se identificam com a história do Jesus histórico, pregador do Reino. Estes “irmãos” de Jesus só podem ser os seus familiares de Nazaré, entretanto convertidos à fé no seu “parente”, o Messias, o Filho de Deus e o Ressuscitado.

Conclusão

J. P. Meier conclui: “Embora todos estes argumentos, tomados no seu conjunto, não nos apresentem uma certeza absoluta num assunto onde há poucas evidências, no entanto – prescindindo da fé e do ensino da Igreja posterior –, o historiador ou o exegeta deve fornecer um juízo sobre o NT e os textos patrísticos, tomados apenas como fontes históricas. Neste sentido, a opinião mais provável é que os irmãos e as irmãs de Jesus foram verdadeiramente irmãos de sangue (*true siblings*)”¹⁶. Em nosso entender, os textos apresentados pelos evangelhos, Paulo, Actos e Flávio Josefo, não nos conduzem a uma conclusão desta ordem. O mundo semiótico destes textos é complexo e cheio de “mistério”. Neles existem os dois tempos da “história” de Jesus: antes da ressurreição e depois da ressurreição. Nenhum autor faz de biógrafo de Jesus, sua mãe e irmãos, segundo os parâmetros das biografias modernas. Atendendo à sociologia cultural de então, em nosso entender, o mais natural é que os “irmãos de Jesus” sejam parentes próximos. A tese contrária levanta mais problemas históricos, filológicos, sociais e religiosos do que a tese dos “irmãos” com sentido de parentes próximos.

¹⁵ Ver especialmente o meu estudo *Escritos de S. João* (Universidade Católica: Lisboa, 2003) 271-272.

¹⁶ *Idem, Ibidem*, 331.

Joel Silva Ferreira Mata
Universidade Lusíada do Porto

A Arquitectura religiosa, assistencial e militar da Comenda de Ferreira, na primeira metade do século XVI

Resumo

A comenda de Ferreira foi doada à Ordem de Santiago em 1234, um ano depois de ter sido conquistada aos mouros. Tinha castelo mas não possuía igreja paroquial. Esta só viria a ser construída no início do século XVI, pelo comendador João de Sousa. A traça inicial perdeu-se no tempo, mas iremos tentar recuperar a sua estrutura através das visitas de 1510 e de 1534.

Abstract

The insignia of Ferreira was donated to the Order of Santiago in 1234, a year after being conquered from the Moors. It had a castle but it lacked a parish church which would come to be built only at the beginning of the 16th century by João de Sousa. The initial features were lost in time, but we will attempt to recover its structure through the visitations of 1510 and 1534.

A comenda da Ordem de Santiago, denominada de Ferreira do Alentejo, foi sempre conhecida documentalmente, apenas por Ferreira.

A povoação tem uma história, curta é certo, mas, os dados disponíveis apontam para a existência de uma cidade anterior chamada Singa, habitada ou construída pelos romanos¹.

¹ “FERREIRA-DO-ALENTEJO”, in Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Vol. 11, Lisboa, Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, s/d p. 195.

Com a chegada dos godos foram travados duros combates pela posse da urbe, tendo-se distinguido nesta peleja, a mulher de um ferreiro que terá guardado a porta do castelo, com um ou dois malhos, no ano de 405, lenda recuperada para as armas de Ferreira do Alentejo².

A vila possuía um castelo. Mas aqui, as dúvidas são ainda muito densas. A sua construção é atribuída a D. Gualdim Pais, mestre da Ordem dos Templários³, por volta de 1150⁴, cercado por uma cintura de muralhas com nove torres e barbacã.

A vila de Ferreira ficava num território que, ao tempo da Reconquista era extremamente difícil de manter-se nas mãos dos portugueses. Conquistada em 1233 foi doada aos cavaleiros espatários no ano seguinte, por D. Sancho II, ano em que foi conquistada a vila de Aljustrel⁵ que confina com a vila de Ferreira.

A Ordem de Santiago, seguindo o exemplo de outros institutos religiosos similares passa a administrar o seu património a dois níveis:

1 - A administração sob a jurisdição da Mesa Mestral, constituída por uma série de territórios cujas renda pertenciam *in sólido* ao mestre da milícia⁶;

2 - A jurisdição comendatária. A este respeito muito já foi escrito⁷.

A institucionalização deste tipo de distribuição das rendas surgiu apenas à entrada do segundo quartel do século XIV, no Capítulo Geral da Ordem, que teve lugar no mosteiro de Santos-o-Velho, a 26 de Maio de 1327⁸.

O Mestre D. Pedro Escacho vai definitivamente criar a Mesa mestral da Ordem espatária, à qual ficariam adstritas as rendas seguintes: “*retemos pera a Mesa de nos Mestre e para a dos outros meestres que depos nos forem com outorgamento*”

² LEAL, Pinho Augusto Soares d’Azevedo Barbosa – *Portugal Antigo e Moderno*, Vol. III, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira, 1874, p. 112; disponível em: <http://www.cm-ferreira-alentejo.pt/Concelho/Dados%20Historicos/historia.htm>.

³ FERREIRA-DO-ALENTEJO”, in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. 11, p. 195.

⁴ LEAL, Pinho Augusto Soares d’Azevedo Barbosa – *Ob. cit.*, p. 171.

⁵ SOUSA, António Caetano de, D. – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, nova versão revista por M. Lopes Almeida. Coimbra, Atlântida-Editora, 1946, p. 99.

⁶ Veja-se a título de exemplo DANVILLA, Manuel – *Origen y naturaleza y extensión de los derechos de la Mesa maestral de La Orden de Calatrava*, in “Boletín de la Real Academia de la Historia”, Vol. 12. Madrid, 1988, pp. 116-163; AYALA MARTÍNEZ, Carlos – “*Las Ordines Militares en el Siglo XIII castellano. La Consolidación de los Maestrazgos*”, in “Anuario de Estudios Medievales”, Vol. 27. Barcelona, C.S.I.C., 1997, pp. 263-266.

⁷ Veja-se, por exemplo PIMENTA, Maria Cristina Gomes – *As Ordens Militares de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média. O Governo de D. Jorge*. Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 2002, p. 139, *et passim*.

⁸ IAN/TT, OS/CP, cód. 272, fls. 179-182; IAN/TT, OS/CP, cód. 141; MATA, Joel Silva Ferreira – *A Comunidade Feminina da Ordem de Santiago: A Comenda de Santos na Idade Média*. Porto, Faculdade de Letras (pol.), 1991, p. 27; BARBOSA, Isabel Maria Fernandes de Carvalho Lago – *A Ordem de Santiago em Portugal nos Finais da Baixa Idade Média (Normativa e Prática)*, in “*Analecta Ordinum Militarium*”, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1998, pp. 93-288.

*dos dictos comendadores e freires as rendas de Setuval salvo as egrejas e todallas rendas d'Alcacer [...] e as rendas dos foros das casas e dos mouros forros que som pera mantimento do convento. Outrossy reteemos pera nos todallas rendas de Ferreira [...]*⁹, assim como a renda proveniente dos gados.

Ao Mestre, como superior hierárquico, competia-lhe acudir ao convento e aos freires com uma série de despesas. Estas só podiam ser suportadas à custa das rendas provenientes de algumas povoações que pelo texto da reunião magna da Ordem ficaram bem explícitas.

Não obstante, no tempo de D. Jorge, isto é, até ao fim da primeira metade do século XVI, o número de comendas que irá passar para a alçada da Mesa Mestral aumentará de forma significativa¹⁰.

A intervenção directa do Mestre numa grande parte das comendas tem um objectivo claro – reorganizar os territórios, cedendo-os novamente a comendadores interessados em rentabilizar essas unidades geográficas. Entramos, assim, numa nova etapa da vida da Ordem: a visão rentista e tributária¹¹, como forma de fazer face à crescente pressão financeira que se abate sobre a Ordem. A implementação de toda esta dinâmica traduzir-se-á pelo processo das visitas. Importava saber como funcionava o espaço como um todo onde se teciam as malhas sociais, familiares e domésticas¹².

O início do século XVI é um momento de viragem. Na reunião capitular de 1508, D. Jorge e os Treze irão definitivamente tomar o pulso das comendas que, segundo as suas próprias palavras, estavam mal administradas, ocorrendo toda uma série de situações anómalas que resultavam em flagrante prejuízo da Ordem. A história das visitas mais ou menos regulares iria introduzir um novo dinamismo. É com este pretexto e neste contexto que iremos encontrar as visitas de 1510 e de 1534, à comenda de Ferreira, onde centramos o nosso estudo.

A passagem do Mestre acompanhado por D. João de Braga, prior-mor da Ordem e por Francisco Barradas, chanceler particular de D. Jorge e, ao mesmo tempo, da Ordem, ocorre a 15 de Novembro de 1510¹³. Nesta época, a vila contava com 250 vizinhos, ou seja, uma população de 1125 moradores¹⁴, mas,

⁹ IAN/TT, OS/CP, cód. 141, fl. 4.

¹⁰ IAN/TT, OS/CP, cód. 149, fl. 1.

¹¹ Abordamos as preocupações da Ordem nesta perspectiva, apenas para estudarmos o estado de conservação e manutenção dos edifícios, sem entrarmos na parte espiritual, tão cara aos espatários.

¹² VIGUEUR, Jean-Claude – *D'Une ville à l'autre : structures materielles et organization de l'espace dans les villes européennes (XIIIe-XVIe siècle)*. Rome, École Française de Rome, 1989, p. 12.

¹³ IAN/TT, OS/CP, cód. 149, fl. 1.

¹⁴ Para o cálculo populacional utilizamos o coeficiente de 4,5, porque nos parece ser o mais próximo da realidade demográfica desta época.

ao que tudo indica, a igreja matriz foi construída recentemente, pelo próprio comendador João de Sousa “*aa sua custa e despesa*”¹⁵. As motivações para tal empreendimento são essencialmente de duas ordens de razões:

1 - De ordem espiritual; encomendação da alma através de missas;

2 - Dar o exemplo aos outros comendadores que incompreensivelmente deixam as igrejas ao abandono, arrecadando de forma escandalosa as rendas em proveito pessoal, quando estas deviam ser aplicadas no restauro e na conservação da paroquial.

A nossa viagem começará na igreja paroquial, passará pela estrutura de apoio assistencial (o hospital), as ermidas e o castelo.

A estrutura arquitectónica da igreja paroquial de Ferreira do Alentejo é muito simples, mas nem por isso deixa de ter o seu encanto e enquadrar-se, de alguma forma, na época de grandiosidade e fausto vivida em Portugal, no primeiro quartel Quinhentista. As partes estruturais constitutivas deste templo, no interior rural alentejano são idênticas a tantas outras. Contudo, numa visita ao passado e, através do texto paleográfico, façamos um exercício mental que nos permita conhecer um pouco do templo erguido nesta época, na sua estrutura fundamental. Para melhor compreendermos a ergologia global do trabalho vamos estudá-la por partes.

A. Começemos pela igreja de Santa Maria

1. A ousia¹⁶

De acordo com a descrição inserta no caderno da visitação, esta foi construída recorrendo-se aos materiais de construção usuais na localidade: a pedra e a cal, arrematada por uma abóbada extraordinariamente lavrada, constituída por vários arcos nervulares, pintados de jaspe.

O seu pavimento estava ladrilhado a contento do empreendedor da obra e também dos inquiridores que deixaram visíveis encómios ao comendador João de Sousa.

Separava a capela-mor da nave um grande arco (gótico), sustentado por colunas arrematadas por capitéis “*muyto bem lavrados e dourados*”¹⁷. O acesso não era livre, devido à existência de duas grades complementares em madeira: uma apoiada no pavimento, a outra fixada na parte superior da capela-mor.

¹⁵ IAN/TT, OS/CP, cód. 149, fl. 5.

¹⁶ Utilizamos o termo antigo, como o de capela-mor ou ainda ábside. Parece-nos que, lendo as visitasões não podemos esconder, que há uma espécie de cumplicidade mnemónica para efeitos deste estudo, tanto mais que o termo “ousia” ainda aparece em vários trabalhos da actualidade.

¹⁷ IAN/TT, OS/CP, cód. 149, fl. 4 v. Não refere a tipologia dos mesmos: se historiados, se de motivos fitomórficos, se de natureza zoomórfica ou de elementos geométricos.

A ousia tinha de comprimento 7,5 varas (8,25 metros) e de largura 5 varas e 2 terças (6,24 metros), perfazendo uma área interna de aproximadamente 52 m².

2. O corpo da igreja

A visitação chama corpo da igreja ao espaço que naturalmente se confunde com a sua única nave toda construída em pedra e cal e abobadada muito bem trabalhada e “os pegões e arcos que fecham em cima sam todas de pedraria e as junturas de todallas pedras delles sam douradas e os arcos sam todos pintados de pintura de jaspe”¹⁸. O jaspe era algo que fazia parte do quotidiano de muitas comunidades inscritas nos perímetros das comendas¹⁹.

Estamos já muito longe da mentalidade de São Bernardo quanto à estrutura decorativa dos templos religiosos: “nos vero qui iam de populo eximus, qui mundi quæque pretiosa ac speciosa pro Christo reliquimus, qui omnia pulchre lucentia, canore mulcentia, suave olentia, dulce sapientia, tactu placentia, cuncta denique oblectamenta corporea”²⁰.

É um corpo rectangular muito pequeno (7,5 varas X 5 varas e 2 terças), resultando uma área destinada aos fiéis de cerca de 56 m². Tendo em vista a população residente (1125 moradores), a igreja paroquial parece ser simplesmente um símbolo da Religião ou um marco físico do Cristianismo, mais do que propriamente o lugar de culto, o espaço sagrado onde os fiéis se preparavam em vida para o Juízo Final.

Refere ainda a visitação que entre a porta principal “esta huum allpendre alto e ladrilhado com cimquo arcos d’alvenaria e seus peitoris e degraos o qual he olivelado e bem cuberto de telha”²¹. É uma zona rectagular de 3 varas e uma quarta por 5 varas e 2 terças (22,30 m²).

3. O campanário

Situa-se ao lado direito da porta principal que é de grandes dimensões, construído em pedra e cal. É formado por dois sinos de médias dimensões mas “de boa gramdura”²².

¹⁸ IAN/TT, OS/CP, cód. 149, fl. 4 v.

¹⁹ A este propósito veja-se LEÃO, Duarte Nunes de – *Descrição do Reino de Portugal*. Lisboa, 1610, fls. 45-45 v.

²⁰ BERNARDO, S. – *Obras Completas*. Ed. preparada pela Conferencia Regional Española de Abades Cistercienses. Madrid, La Editorial Católica, Vol.I, edição bilingue latim-espanhol, 1983, pp. 289-290.

²¹ IAN/TT, OS/CP, cód. 149, fl. 5.

²² IAN/TT, OS/CP, cód. 149, fl. 5.

4. O adro da igreja

Não parece conceber-se uma igreja paroquial sem o seu adro – zona envolvente, lugar de sepultura para muitos paroquianos. Por isso, o adro é parte integrante da construção. É uma área muito irregular e, mais fácil do que tentar elucubrar sobre o seu possível aspecto geográfico, é ler a descrição exarada no caderno visitacional: *“do camto do campanairo atee ao marco que estaa ao camto das casas de Joham Rodriguiz Rocinato da parte do norte tem quinze varas e cimquo seismas e da outras parte da rua ao mesmo norte com capella de Samto Esprito de quina do dicto campanairo ao marco que estaa da parte do ponente tem seis varas e da quina da igreja ao sull a outro marco tem dezassete varas e meia. E de huum botareo da dita igreja ao marco da parte do sull tem XV varas e d’outro botareo da outra bamda da igreja da parte do levante ao marco tem XXII varas. E todo em roda de marco a marco tem cento e sesemta varas”*²³. Quer dizer, o adro da igreja teria cerca de 176 metros de perímetro. Os marcos foram mandos colocar pelo Mestre, para delimitar o espaço envolvente da igreja. Os outros pontos de apoio são estruturais, não deixando quaisquer dúvidas aos vindouros.

As diversas dependências são cobertas com telha vã, apoiadas numa cinta regularizada para servir de apoio ao beiral.

A igreja, em todo o seu perímetro superior, era ameado e entre as respectivas ameias estavam distribuídos os seus “cubelletes” também ameados e caiados: estamos perante uma reminiscência de elementos medievais ou em fase de transição para a arte manuelina onde o exterior, de feição medievo, é apenas simbólico realçando-se agora o seu aspecto decorativo? A comenda tinha um castelo. Para um agregado populacional tão pequeno seria necessário uma segunda estrutura amuralhada ou trata-se simbolicamente da marca da Ordem onde o religioso se encontra intrinsecamente associado ao aspecto militar?

Nas determinações gerais, D. Jorge ordena que fossem criadas nesta comenda uma mampostaria – isto é, o ofício de memposteiro, a cargo de uma pessoa idónea, que teria a seu cargo a recepção das esmolas destinadas à fábrica da igreja – conservação, restauro e ornatos de culto²⁴. O memposteiro que tinha já sido escolhido (não sabemos se antes ou durante a visita) estava autorizado a pedir esmola aos domingos e nos dias festivos, prestando mensalmente contas ao prior, na presença do escrivão do concelho, que anotava o montante arrecadado como receita.

²³ IAN/TT, OS/CP, cód. 149, fl. 5 v.

²⁴ CAVACO, Hugo – “Visitações” da Ordem de Santiago no Sotavento Algarvio. (Subsídios para o Estudo da Arte no Algarve). Vila Real de Santo António, 1987, p. 416.

B. O hospital

O apoio à assistência e à pobreza é uma actividade medieval que a Ordem sempre procurou apoiar através do então chamado Hospital do Santo Espírito, um pequeno recinto com algumas camas destinadas aos doentes, aos peregrinos e a todos aqueles que necessitassem de apoio, por exemplo alimentação e água²⁵.

Este hospital foi fundado por João Abril e por sua mulher Catarina Anes, com o objectivo explicitamente exarado “*para agasalharem os pobres*”²⁶, dotando-o de vários bens patrimoniais, com as rendas dos quais, seria possível, ao mordomo sustentar a instituição caritativa. Nesta época não sabemos quantas camas possuía, mas não deviam ser muitas. O hospital de Palmela, sede da Ordem, em 1510, tinha capacidade para cinco camas²⁷.

Não obstante, os hospitais no século XVI nem sempre desempenharam as suas funções, assim parece ter acontecido na comenda de Setúbal à entrada da segunda metade da centúria²⁸.

O hospital tem um oratório medindo de comprimento 6,5 varas e de largura 2 varas criando um espaço rectangular de 16 m². Encontra-se adossado ao adro da igreja e tem serventia pela rua pública.

O testamento de João Abril e sua mulher data de 15 de Novembro de 1460 (anterior à construção da igreja) deixando alguns bens com a obrigação de ser dita uma missa rezada anualmente pela segunda-feira do Santo Espírito e que “*sayão sobre a sua sepultura com responso*”²⁹.

Todavia, observando cuidadosamente o rol dos bens afectos ao hospital, num total de oito propriedades, apenas uma vinha emprazada a Estêvão Dias, pelo foro de 130 reais foi deixada pelo casal instituidor. As restantes parcelas foram incorporadas por outros beneméritos. Os rendimentos anuais provenientes da exploração de vinhas, herdades e terras rondavam os 360 reais e 90 alqueires de trigo³⁰.

C. As ermidas

As ermidas tinham oragos próprios e, muitas delas, ficavam no termo e tinham como função prestar apoio religioso aos fregueses que viviam em zonas

²⁵ GONÇALVES, Iria – *Formas Medievais de Assistência Num Meio Rural*, in *Imagens do Mundo Medieval*. Lisboa, Livros Horizonte, 1988, p. 60.

²⁶ IAN/TT, *OS/CP*, cód. 149, fl. 9 v.

²⁷ RAMOS, Maria Regina Soares Bronze – *As Igrejas de Palmela nas Visitações do Século XVI. Rituais e Manifestações de Culto*. Porto, Faculdade de Letras (polic.), 2004, p. 103.

²⁸ ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: Aspectos de Sociabilidade e Poder*. I. Setúbal, Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990, p. 28.

²⁹ IAN/TT, *OS/CP*, cód. 149, fl. 10.

³⁰ IAN/TT, *OS/CP*, cód. 149, fl. 11.

periféricas à igreja matriz³¹. Não raras vezes, a ermida aparece como sinónimo de confraria, dadas as actividades e organização de cada uma destas instituições³².

1. A ermida de São Sebastião

Esta ermida foi mandada edificar pelo concelho, sendo, por isso, responsável pela sua conservação e restauro, quando julgado necessário.

A capela-mor é construída de paredes de taipa forradas a cal quer pela parte exterior quer pelo lado interno. Metade está olivelada, isto é, rebocada e regularizada, a outra porém, foi pintada directamente sobre a taipa. A sua cobertura é feita com telha vã. As dimensões correspondem ao comprimento de 4 varas e uma sesma (4,58 m) e à largura de 3 varas e uma sesma (3,65 m) o que perfaz um espaço interno de cerca de 17 m².

O corpo da ermida tem de comprimento 7 varas e 2 terças (8,44 metros) e de largura 3 varas e uma terça (3,67 metros), correspondendo à área de aproximadamente 31 m². As paredes são de taipa forradas de cal. Suportam o telhado três arcos de alvenaria sobre os quais assenta a estrutura de madeira para receber a telha vã.

2. A ermida de São Vicente

A ousia é construída em taipa forrada a cal e coberta em telha vã. No seu interior tem um único altar em alvenaria forrado a cal. A sua área de 17 m² resulta de um comprimento de 4 varas e uma sesma e da largura de 4 varas.

O corpo é em tudo semelhante à descrição feita para a ermida anterior, tendo de comprimento 5 varas e 2 terças e de larguras 4 varas e uma sesma, gerando, conseqüentemente um espaço de cerca de 28,60 m².

Esta ermida foi encontrada em ruínas, cabendo ao comendador João de Sousa a nobre tarefa de proceder o seu restauro integral, arcando com todas as despesas. Por esta razão, compete a ele e aos comendadores futuros a responsabilidade da sua manutenção.

3. A ermida de São Sebastião (lugar da Figueira)

A ermida de S. Sebastião resultou do fervor religioso do povo que resolveu mandar fazer este templo religioso. D. Jorge e os seus companheiros observam que esta ainda não estava terminada. A visitação informa que a ermida “*nom*

³¹ ALVES, Cristina Paula Vinagre – *A Propriedade da Ordem de Santiago em Palmela. As Visitações de 1510 e de 1534*. Porto, Faculdade de Letras (polic.), 2004, p. 25.

³² MATA, Joel Silva Ferreira – *As Confrarias como espaço de Sociabilidade. O Exemplo das Confrarias da Ordem de Santiago na Passagem da Baixa Idade Média para o Século XVI*, in *II Congresso Internacional de Investigação e Desenvolvimento Sócio-Cultural*, p. 15, disponível em: <http://home.page.ppinet.pt/428xd> – agir@oninet.pt.

*he imda madeirada e tem a madeira e tavoado pera olivelar a capella*³³. Tem a capela-mor de comprimento 3 varas e de largura 2,5 varas dando uma área de 17,30 m². o corpo, por sua vez, tem de comprimento 7 varas e uma terça e de largura 4 varas e uma quarta, ficando os fregueses de Figueira com um templo com cerca de 38 m².

Como materiais de construção é a taipa com “*seus formigaes e os cunhaaes de tijollo*”³⁴.

A ermida é envolvida por um adro que “*tem da porta do norte das paredes da ermida oito varas e da parte do sull tem da dita parede da ermida oito varas e da parte da ousia ao levante tem oito varas e da porta principall ao ponente treze varas e tem o dito adro em roda cento e quatro varas*”³⁵, correspondendo a um perímetro de cerca de 114,4 metros.

A conservação desta ermida é da responsabilidade do povo da freguesia de Figueira.

D. O castelo

O castelo de Ferreira, em 1510, está bem conservado, envolvido por uma cintura de muralhas, com nove torres, (sem cubelos como por exemplo o castelo de Palmela³⁶), duas das quais abobadadas, decoradas com coruchéus e pela barbacã. As portas situam-se do lado norte³⁷. Estão em bom estado de conservação, com seus ferrolhos e fechaduras.

No interior do muro fortificado há um grande terreno e, à sua esquerda, uma casa grande, térrea, cujas paredes são de taipa. O pavimento é ladrilhado de tijolo. O telhado é em telha vã. Esta casa serve actualmente de celeiro.

Desta dependência há uma porta que faz a ligação a outras duas casas térreas construídas dos mesmos materiais. Uma delas está adossada ao muro defensivo do lado norte do castelo³⁸.

A casa que serve de celeiro dá para um quintal, no qual existe um alpendre firmado sobre esteios de tijolo e coberto com telha vã. O quintal tem árvores e um tanque. O castelo é servido interiormente por um poço e uma estrebaria³⁹.

³³ IAN/TT, OS/CP, cód. 149, fl. 13.

³⁴ IAN/TT, OS/CP, cód. 149, fl. 13.

³⁵ IAN/TT, OS/CP, cód. 149, fl. 13.

³⁶ FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira – *O Castelo de Palmela. Do Islâmico ao Cristão*. Lisboa, edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 2004, p. 247, fig. 307.

³⁷ A localização das entradas depende de vários circunstancialismos, como por exemplo, os de ordem topográfica. Cf. BARROCA, Mário José; MORAIS, António J. Cardoso – *A Terra e o Castelo. Uma Experiência Arqueológica em Aguiar da Pena*, in “Revista Portvgália”, nova série – vol.VI/VII, 1985-1986, p. 61.

³⁸ IAN/TT, OS/CP, cód. 149, fl. 24.

³⁹ IAN/TT, OS/CP, cód. 149, fl. 24.

O texto é confuso quanto ao número das casas existentes internamente. Parece poder deduzir-se que existe uma casa térrea constituída por duas divisões: uma sala grande e uma câmara, outra com dois sótãos; duas casas térreas e ainda mais sete casas também térreas, três das quais funcionam com estrebarias e palheiros, destinando-se duas aos aposentos e uma servindo de cozinha⁴⁰.

Decorridos cerca de 24 anos⁴¹, precisamente a 10 de Janeiro de 1534⁴², por força da reunião capitular da Ordem celebrada no convento de Palmela, a 13 de Outubro de 1532, foi realizada nova visitação à comenda de Ferreira, pelos inquiridores eleitos para o efeito – Álvaro Mendes, cavaleiro da Ordem e Afonso, prior da igreja de S. Pedro, da vila de Palmela.

O que se manteve e o que se alterou? Na óptica dos visitantes era mais importante o estado de conservação em que se encontravam os edifícios.

A igreja paroquial que em 1510 era o símbolo e a marca de um comendador plenamente consciente das suas obrigações, agora, já nas mãos de D. João de Lencastre, primogénito de D. Jorge, marquês de Torres Novas, não vivendo na comenda, naturalmente que não sabia o que naquela região tão distante de Palmela ou de Lisboa se passava. Sabia, certamente, em pormenor, quanto rendia a comenda mas ignorava que ser comendador tinha vantagens e prestígio mas também acarretava algumas obrigações herdadas do seu antecessor.

A paroquial de traça quinhentista, construída por João de Sousa, pela imposição consuetudinária, faz com que, o seu estado de conservação, fosse uma obrigação que passava para os futuros comendadores.

A igreja estava, de um modo geral, bem conservada, mas o ponto fraco das construções de antanho encontrava-se no telhado. Facilmente, as telhas eram deslocadas devido às intempéries, permitindo a infiltração das águas pluviais que, paulatinamente, iam apodrecendo os elementos decorativos em madeira assim como destruindo as pinturas. Assim, os inquiridores determinam que devido à chuva que entrava na ousia como aliás, em outras partes, o mamposteiro mandasse “telhar a dita igreja muito bem toda ensopada em call⁴³ e asy a samcrispia e a

⁴⁰ IAN/TT, OS/CP, cód. 149, fl. 24 v.

⁴¹ Pelo meio ficou a visitação ocorrida a 1 de Janeiro de 1525 que aqui não referimos: ANTUNES, Luís Paquito – *Visitações da Ordem de Santiago a Aljezur e a Odeceixe na Primeira Metade do Século XVI*, in “Espaço Cultural”, Ano IV, nº 4, Edição da Câmara Municipal de Aljezur, 1989, p. 71.

⁴² IAN/TT, OS/CP, cód. 149, fl. 56.

⁴³ Significa “cintar de cal”, “cingir de cal para conferir consistência” – BARROS, Maria de Fátima Rombouts de; BOIÇA, Joaquim Ferreira; GABRIEL, Celeste – *As Comendas de Mértola e Alcaria Ruiva. As Visitações e os Tombos da Ordem de Santiago 1482-1607*. Mértola, Edições do Campo Arqueológico de Mértola, 1995, p. 495.

*capella da pia de bautizar*⁴⁴, no prazo de seis meses. É claro que pela data da visita certamente que foi deixado decorrer mais um inverno para, na Primavera se proceder ao restauro integral do telhado.

Para substituir o forro do telhado foram estimadas, inicialmente, quatro dúzias de tabuado, quantidade que aparece riscada e substituída por seis dúzias. Terá sido erro do tabelião ou foi feita uma reapreciação mais atenta ao estado de degradação do interior da paroquial?

A madeira utilizada é de castanho. O não cumprimento desta determinação penalizava o infractor em 10 cruzados, cinco dos quais seriam integrados na receita da fãbrica da igreja e a parte restante destinar-se-ia para a remissão dos cativos⁴⁵. O peso das penalidades é uma constante, mas mesmo assim, havia quem não cumprisse as determinações das visitas⁴⁶.

O campanário equipado em 1510 com dois sinos de médio alcance e novos, encontram-se agora muito mal tratados. Esta estrutura era muito frequentada pelos rapazes que, subindo pela escada de acesso aos sinos, danificavam o telhado da igreja. Este lugar de “lazer” de pequenos e dos moços da vila não agradou aos visitantes. Por isso, o meposteiro foi encarregado de mandar fazer uma porta que impedisse o livre trânsito à escadaria. As indicações são muito precisas: “*far se a huum botarco n’alltura que for necesario que se ha de começar fazer do pee da parede d’escada sobre o quall botarco se ha d’armar ho portall fechado*”⁴⁷.

A porta seria feita em madeira de carvalho de boa qualidade, equipada com um ferrolho e uma fechadura. Além disso, era também necessário fixar uma goteira para escoar a água que aí se empossava.

Junto do campanário, devido à pluviosidade, detectou-se uma cova na parede. Os visitantes mandaram entulhar a depressão com argamassa, para poder resistir à queda da água, evitando o desabamento da parede. Era urgente realizar esta tarefa. Para a prossecução das obras foi dado somente o prazo de três meses. Qualquer atraso era passível de uma penalização de 2 mil reais, distribuídos em duas partes iguais: 50% destinar-se-iam às esmolas da igreja e a outra parte seria encaminhada para o resgate de cativos.

O campanário promovia ainda outro tipo de preocupações. Com o uso e o tempo, os fixadores dos sinos estavam em mau estado de conservação – as porcas e as cintas estavam danificadas. Esta situação podia dar origem a acidentes já que a queda dos sinos parecia estar eminente.

⁴⁴ IAN/TT, OS/CP, cód. 149, fl. 73 v.

⁴⁵ IAN/TT, OS/CP, cód. 149, fl. 73.

⁴⁶ PIMENTA, Maria Cristina Gomes – *As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média: Breves Notas Sobre a Dimensão Religiosa das Milícias*, in *III Congresso Histórico de Guimarães. D. Manuel e a Sua Época*, Vol. II, 2004, pp. 564-565.

⁴⁷ IAN/TT, OS/CP, cód. 149, fl. 74 v.

Os inquiridores procuraram saber a quem pertencia a responsabilidade pela manutenção dos sinos. A memória dos homens antigos funcionou como mnemónica, e, sob juramento, confessaram que a manutenção das porcas e das cintas dizia respeito ao concelho e, portanto, ao povo.

O sino tinha objectivos muito particulares no contexto da liturgia cristã: “[...] a função dos sinos nas igrejas não é a de substituir o órgão e os cantores nem de dar concertos, é sim de ser a voz de Deus para convocar os fiéis para as cerimónias sagradas, e para dar avisos ou sinais de alegria ou tristeza, ou, em uma palavra, para convidar os fiéis a elevarem suas almas e seus corações ao Senhor”⁴⁸. Como podiam estar desactivados ou em condições de não poderem cumprir a sua tão nobre missão?

No hiato de tempo decorrido entre 1510 e 1534 foi construída no interior da matriz a capela da Ressurreição de Nosso Senhor, na parte esquerda, junto à ábside. A sua edificação partiu do já defunto Álvaro Fernandes. É uma construção em pedra e cal e abobadada. O arco de acesso assenta em colunas de mármore, de fuste e capitéis simples. Tem de comprimento 1 vara e 3 quartas e de largura 2 terças, ocupando no interior da igreja a área correspondente a 1,40 m²⁴⁹.

Esta capela era mantida por vários bens patrimoniais deixados em testamento:

- A terça do testador de um ferragial com uma oliveira e outras árvores enxertadas;
- Um ferragial na Barroca, Ribeira de São Sebastião;
- Várias casas que havia comprado a Diogo Gomes.

Como obrigação Álvaro Fernandes pede, apenas, que lhe seja rezada uma missa à sexta-feira, por sua alma⁵⁰.

O hospital do Santo Espírito encontrava-se em obras. O mordomo e os confrades resolveram entregar de empreitada a construção da igreja. O total dos custos orçados importavam em 98 mil reais, tendo sido já entregues 4 mil reais⁵¹. Não temos um caderno de encargos, mas a obra está em andamento, e, pela descrição do que já podia ser visto na ousia, estamos perante uma obra deveras sumptuosa, dadas as características geográficas, sociais e rurais da vila de Ferreira. As paredes da capela-mor estavam em fase avançada da sua construção, utilizando-se a pedra e a cal. Os inquiridores foram informados que

⁴⁸ NABUCO, Joaquim, Monsenhor – *Os Bronzes das Nossas Torres*. Petrópolis, Editora Vozes, 1964, p. 47.

⁴⁹ IAN/TT, OS/CP, cód. 149, fl. 66.

⁵⁰ IAN/TT, OS/CP, cód. 149, fl. 66 v.

a ousia seria fechada superiormente por uma abóbada de alvenaria. O arco em pedra da capela-mor teria uma moldura. A porta de acesso à igreja aberta na fachada principal seria arqueada, em pedra, constituída segundo assim podemos interpretar por colunelos adossados ou uma coluna de cada lado decorada “*com seus floroens de pedraria*”⁵².

A capela-mor tem de comprimento 5 varas e de largura 3 varas e uma terça, dando origem a um espaço de 20 m²; o corpo da igreja tem, por sua vez, 8 varas e 2 terças de comprimento e 5 varas de largura fechando um recinto com cerca de 48 m².

O número de doadores praticamente duplicou em relação a 1510. Incorporam os bens do hospital – que tem capacidade para sete camas, (enquanto que o hospital de Palmela possuía apenas três, dado que mais não eram necessárias⁵³) o dobro daqueles que encontrámos no rol do início de *Quinhentos*. As receitas provenientes da exploração enfiteutica das terras, dos olivais ou das herdades são constituídas por quotas em dinheiro ou em cereal. Os doadores deixam os seus bens sempre com o encargo de, pelo menos, durante algum tempo, serem lembrados, através de missas.

O mordomo Martim Luís mostrou o *Livro da Receita e da Despesa* do hospital e, liquidadas as despesas contraídas até à data, o saldo positivo cifrava-se em 66 633 reais e em trigo 10 moios e 12 alqueires destinados à venda a partir do mês de Março do corrente ano (1534)⁵⁴.

E o que dizer da ermida de São Sebastião, na freguesia da Figueira? Ou porque sabiam que a visita iria acontecer ou porque estava na hora, o facto é que também este pequeno templo estava em obras, cuja empreitada foi adjudicada por 10 mil reais, tendo sido já entregues 4 mil reais⁵⁵.

Esta ermida foi edificada pelo povo, mas estava muito danificada. A capela-mor foi feita de novo, com paredes de pedra e cal e abobada. A ousia, quer pelo exterior como pelo interior – porque fazia parte do orçamento da empreitada seria pintada.

Esta ermida sofria do velho problema provocado pelas águas pluviais. O telhado encontrava-se danificado. Competia ao povo arcar com as despesas atinentes a este trabalho: retelhar e cintar o telhado de tal forma que não continuasse a chover no seu interior. O estado da ermida inspirava cuidados. Por isso, os visitantes deram um prazo de apenas quatro meses para se proceder ao

⁵¹ IAN/TT, OS/CP, cód. 149, fl. 67.

⁵² IAN/TT, OS/CP, cód. 149, fl. 67.

⁵³ RAMOS, Maria Regina Soares Bronze – *ob. cit.*, p. 103.

⁵⁴ IAN/TT, OS/CP, cód. 149, fl. 69.

⁵⁵ IAN/TT, OS/CP, cód. 149, fl. 71.

restauro e reparações necessárias sob a ameaça de uma pena de cinco cruzados, revertendo metade para o resgate dos cativos e a outra parte seria entregue ao mamposteiro da igreja matriz.

Por sua vez, a ermida de São Vicente, localizada no termo da vila estava com o mesmo problema: o telhado em parte não existia, devido ao forte vento que seria normal naquela zona. Desta forma, são feitas algumas recomendações em tudo idênticas àquelas que foram já pronunciadas para a ermida de S. Sebastião, excepto no respeito à imputabilidade da empreitada: na ermida anterior cabia ao povo desembolsar a importância necessária e proceder à entrega da empreitada. Nesta, é o recebedor das esmolas da igreja matriz, dado que a ermida foi mandada construir pelo comendador João de Sousa⁵⁶.

A destruição a que assistimos, apesar de não estar exarada documentalmente, pode estar associada ao terramoto de 1531⁵⁷.

Quanto ao castelo, os inquiridores acharam que decorridos estes anos, os muros, as torres e os cubelos estavam bem conservados. O actual comendador substituiu parte da barbacã que era inicialmente em pedra e barro, mas o marquês mandou substituir essa parte usando como materiais construtivos a pedra e a cal, o que foi considerado positivo.

As casas intra-muros carecem de várias intervenções. A casa constituída por uma grande sala deve ser madeirada de novo e as câmaras sobradas (às quais não se faz menção em 1510) são forradas de cortiça. D. João de Lencastre, o actual comendador, tornou mais confortáveis os aposentos do castelo.

Além disso, mandou fazer uma nova estrebaria com manjedouras. As outras casas que não se diz quais, estão destelhadas e a madeira interior completamente deteriorada.

O quintal tem um terreiro (o antigo alpendre?) com uma varanda em madeira e reparada de novo. Foi também ladrilhada. No quintal foi levantada no sentido longitudinal uma parede já existente (?) uma “*rede de tijolo feita de novo*”⁵⁸. Pelo exposto, parece que não estamos perante um castelo que se insira na “tipologia do castelo ibérico”⁵⁹.

As visitas são, como já várias tentámos demonstrar, o meio mais eficaz contra o abandono do património dos espatários, seja do foro religioso (móvel), seja fundiário ou construtivo de índole religiosa, civil ou militar. Por isso,

⁵⁶ IAN/TT, OS/CP, cód. 149, fl. 72 v.

⁵⁷ RAMOS, Maria Regina Soares Bronze – *Ob. cit.*, p. 63.

⁵⁸ IAN/TT, OS/CP, cód. 149, fl. 81.

⁵⁹ MONTEIRO, Gouveia – *A Arte Militar em Portugal nos Finais da Idade Média – Estrutura de uma Investigação*, Separatas das Actas do II Colóquio Panorama e Perspectivas Actuais da História Militar em Portugal, 1991, p. 3.

apesar de não serem feitas com a regularidade exigida, e, em muitos casos, os comendadores estarem sempre ausentes dos territórios dos quais são beneficiários, a Ordem como grupo de pressão (nomeadamente junto dos concelhos e dos seus comendadores) manteve o seu prestígio nas comendas que lhe foram doadas há muito tempo.

